

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

FILIPE MENEZES SOARES

**A AMAZÔNIA DA DITADURA: discursos, políticas e personagens na colonização do
tempo presente**

BELÉM
2020

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PERI PETIT PEÑARROCHA

(ORIENTADOR)

EDNA RAMOS CASTRO

CARLOS LEANDRO DA SILVA ESTEVES

CÉSAR MARTINS DE SOUZA

AGRADECIMENTOS

Aos entrevistados da Transamazônica, em especial a Manoel Alagoano, poeta e grande narrador, que me recebeu tão bem entre as prosas e os cafés.

Ao antigo colono Sr. Nelson, de relato firme e emocionante, com quem compartilhei o sofrimento e a luta que é a experiência de um trabalhador proveniente do Nordeste.

À família de Leonardo, moradores de Pacajá, com quem tive a oportunidade de dividir a casa e percorrer aquela rodovia montado numa moto em busca da história da colonização.

À Raisa, companheira de luta e de carinho. Sua coragem para enfrentar a vida foi determinante para meu recente amadurecimento. Lado a lado, ali, na linha de frente, nos últimos anos seria impossível agradecer sem ela citar. Uma parceira que não se eximiu da escolha por uma “vida de galho em galho”, cujo relacionamento surgiu de um encontro potente e misterioso às margens do Rio Xingu.

A Jairo, pai de Raisa, e a sua companheira, Elionara. Pessoas que recentemente se juntaram a minha vida e que não me deixaram de apoiar nesse início de carreira profissional.

A Mike Serrão. Se as cidades são as pessoas, a primeira cara de Belém se apresentou a mim com seu rosto. Mike se tornou um amigo de confissão, dos passeios, dos bares às poltronas de cinema, cuja família me recebeu muito bem, se tornando um novo grupo com o qual tive o prazer de encontrar nessa jornada.

À Carolina Martins, por me instigar ir ao Rio de Janeiro e com ela dividir morada. Uma passagem determinante para a elaboração da tese, tendo em vista as instituições que lá visitei.

À Jeane, de Altamira, uma exímia anfitriã, por me apresentar um pouco da cultura tradicional e urbana da Amazônia e do Pará.

A Dário Benedito, pai e filho de Bragança, cidade onde lecionei por um tempo enquanto também escrevia a tese. Dario contribuiu para eu ter a certeza com o que quero trabalhar daqui para frente.

À minha filha Olívia, concebida, nascida e inicialmente criada durante os anos de pesquisa e escrita da tese. Sua vida infantil, aberta em um sem número de possibilidades, me inspira constantemente, seja lá no que esteja fazendo ou atuando. Na elaboração da tese, essa inspiração tomou a forma da criatividade e da responsabilidade, elementos fundamentais para a escrita. Dedico, então, à sua existência e companhia, a imaginação criadora que me atravessa e que nela é tão potente e original.

Por fim, ao meu pai, João Ricardo, um grande inspirador e incentivador de meus desafios intelectuais. À minha mãe, Maria Júlia, por ter se desdobrado em me garantir uma educação de qualidade. E à minha irmã, Anna Maria, que mesmo na distância, sempre soube puxar minha orelha nos momentos certos, impedindo qualquer perigo que me fizesse desviar dos meus objetivos e caráter. Juntos, os três sabem a importância que tem para mim, pois são sujeitos que além de conhecer a História que eu escrevo e produzo, conhecem como ninguém a minha própria história.

Há histórias tão verdadeiras que parecem que foram inventadas.

(Manoel de Barros, “O livro sobre o nada”)

RESUMO

Amazônia da ditadura é um texto que a princípio pretende desvendar a maquinaria discursiva criada pelos militares para acompanhar a sua intervenção naquele espaço regional. O período que se estende entre 1964 e 1985 é um definidor da história amazônica, constituindo uma ruptura fundamental nas concepções sobre o território em questão. Durante esse recorte, um sem número de intervenções invadiram as fronteiras da floresta, transformando radicalmente o seu espaço e as pessoas ali residentes. Mas não considero o trabalho que aqui se desenrola uma mera expressão da história regional. Parte do intento é tentar aproximar a Amazônia das dinâmicas nacionais e internacionais. Aqui, esse esforço se traduz na maneira com que interpretamos o papel e importância da região na elaboração das políticas públicas da ditadura, seus imperativos de Desenvolvimento e Segurança Nacional. Tanto os objetivos da ditadura como o protagonismo amazônico em sua gestão, estão apresentados nos documentos oficiais que congregam os sucessivos planejamentos nacionais e, por conseguinte, da Amazônia. Por último, se o objetivo é fazer uma espécie de etnografia institucional do regime militar no Brasil, parte fundamental das análises é destacar os personagens de governo. Esses sujeitos não são apenas aqueles que ocuparam os postos de comando da ditadura, mas sobretudo os milhares de trabalhadores que se relacionaram diretamente com as políticas propostas pelos generais-presidentes. Nesse sentido, aponto a colonização dirigida como política-síntese da ditadura militar na Amazônia. Através dela, teremos contato com a perspectiva das pessoas que foram agenciadas por aquele governo para ocupar as margens da rodovia Transamazônica, apresentando os objetivos gerais da gestão militar naquele território e reconstruindo as relações entre um dado governo e uma dada população governada. Enfim, entendo, dessa forma, que o sentido comunicativo é parte fundamental dos mecanismos de legitimidade utilizados pela ditadura. Ao longo das linhas que se seguem, o leitor terá contato com uma metodologia e narrativa histórica contundente, onde separo não só os documentos de Estado como fontes, mas também um conjunto de depoimentos analisados com o rigor da história oral. Além disso, algumas fotografias também serão apresentadas e serão tratadas junto aos debates sobre a importância da cultura visual na História. Privilegiaremos então uma leitura política do fenômeno social que foi a ditadura militar no Brasil, mas também não nos esquivaremos de suas implicações econômicas e culturais.

Palavras-chave: Ditadura – Amazônia – Desenvolvimento – Segurança

ABSTRACT

Amazon of the dictatorship is a text that at first intends to unveil the discursive machinery created by the military to accompany their intervention in that regional space. The period between 1964 and 1985 is a defining factor in Amazonian history, constituting a fundamental break in the conceptions about the territory in question. During this cut, countless interventions invaded the forest's borders, radically transforming its space and the people living there. But I do not consider the work that unroll here to be a mere expression of regional history. Part of the intent is to try to bring the Amazon closer to national and international dynamics. Here, this effort is reflected in the way in which we interpret the role and importance of the region in the elaboration of public policies of the dictatorship, its imperatives of Development and National Security. Both the objectives of the dictatorship and the protagonism of the Amazon in its management are presented in official documents that bring together successive national plans and, therefore, the Amazon plans. Finally, if the objective is to make a kind of institutional ethnography of the military regime in Brazil, a fundamental part of the analysis is to highlight the government characters. These subjects are not only those who occupied the dictatorship's command posts, but above all the thousands of workers who were directly related to the policies proposed by the Generals.-presidents. In this sense, I point to settlement as a synthesis policy of the military dictatorship in the Amazon. Through it, we will have contact with the perspective of the people who were agency by that government to occupy the margins of the Transamazônica highway, presenting the general objectives of military management in that territory and reconstructing the relations between a government and a governed population. Finally, I understand, therefore, that the communicative sense is a fundamental part of the mechanisms of legitimacy used by the dictatorship. Along the lines that follow, the reader will have contact with a schating historical methodology and narrative, where I separate not only State documents as sources, but also the statements analyzed with the rigor of oral history. In addition, some photographs will also be presented and will be discussed with the debates on the importance of visual culture in history. We will privilege a political reading of the social phenomenon that was the military dictatorship in Brazil, but neither will we shy away from its economic and cultural implications.

Key-words: Amazon – dictatorship – Development – Security

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

Migrantes embarcam rumo à Transamazônica (IHGB – Arquivo Pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido). Página: 253.

Tabela: Região de Origem dos colonos no Projeto Altamira (MORAN, 1975, p. 146). Página: 261.

Indivíduos caminham em rua de Agrovila (IHGB – Arquivo Pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido). Página: 275.

Colonos posam junto à sua produção ensacada e pronta para transporte (Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido). Página: 277.

Fotografia de Jornal cedido em entrevista por Adélia Araújo. Página: 283.

Crianças se reúnem em sala de aula improvisada (Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido). Página: 286.

Panfleto cedido por grupo de ex-colonos da Transamazônica. Página: 307.

Colonos se reúnem para tapar buracos da rodovia Transamazônica (Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido). Página: 317.

Médici inaugura trecho da rodovia Transamazônica (IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido). Página: 324.

Médici desfila em solenidade de inauguração de trecho da rodovia Transamazônica (IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido). Página: 326.

Médici beija criança em visita às áreas de colonização (IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido). Página: 329.

Carteira de identificação do Colono José Lourenço (Fotografia de Filipe Soares. Brasil Novo, janeiro de 2015). Página: 359.

INCRA – carnê de pagamento da terra (Fotografia de Filipe Soares, janeiro de 2015). Página: 359.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia S/A

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

ESG – Escola Superior de Guerra

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AN – Arquivo Nacional

CNV – Comissão Nacional da Verdade

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

FIPAM – Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas

VASP – Viação Aérea São Paulo

SEDUC – Secretaria de Educação

SAGRI – Secretaria de Agricultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

SUCAM – Superintendência de Campanhas da Saúde Pública

SHA – Síndrome Hemorrágica de Altamira

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER)

PIN – Programa de Integração Nacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAD – Projetos de Assentamento Dirigido

PIC – Programa Integrado de Colonização

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

CADAM – Caulim da Amazônia LTDA

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PGC – Projeto Grande Carajás

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins

GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: A AMAZÔNIA DA DITADURA	34
1.1 AS VOZES DO RIO	37
1.2 ANTROPOLOGIA DOS ARQUIVOS	43
1.3 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA DITADURA	54
1.4 A EMERGÊNCIA DO NOVO	73
1.5 CIÊNCIA E NATUREZA	82
1.6 OS ENUNCIADOS	86
1.6.1 Integração	89
1.6.2 Nacionalismo	93
1.6.3 Espaço Vazio	97
1.6.4 Fronteira	101
1.6.5 Segurança	105
1.7 AS RAÍZES DISCURSIVAS DA INTERVENÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA	110
1.7.1 Os conquistadores	111
1.7.2 Os viajantes Naturalistas	117
1.7.3 O discurso do caucho e a economia da borracha	123
1.7.3.1 O discurso do caucho: obras e autores	131
1.7.3.2 Espaço vazio e determinismo geográfico	134
1.7.3.3 Imagens da Natureza	137
1.7.3.4 A denúncia e a concepção da Amazônia como um problema nacional	140
1.7.3.5 O discurso do caucho entre continuidades e rupturas	145
2 CAPÍTULO II: ETNOGRAFIA INSTITUCIONAL DA DITADURA – A REGULAÇÃO DA PRÁTICA INTERVENCIONISTA NO ÂMBITO REGIONAL	149
2.1 Numa encruzilhada da Amazônia	149
2.2 Toda região tem seu fim?	158
2.3 Nascimento e morte em vida: as dinâmicas do regional e a passagem da “Amazônia da ditadura” aos “povos da floresta”.	174
2.4 No princípio era o verbo: Castelo e Costa e Silva	190
2.5 Médici: o I PND e seu correlato amazônico	204
2.6 Geisel: marcas indelévels na história amazônica	214
2.7 A revisão dos erros fatais e o tom de despedida de João Batista Figueiredo	225

3	CAPÍTULO III: COLONIZAÇÃO NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	239
3.1	História de um Conceito	239
3.2	Colonialismo em Ação	249
3.3	História e memória da colonização: tempo presente e usos do passado	292
3.4	Colonização dirigida: a política-síntese da ditadura na Amazônia	320
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
	BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS	378
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	380

INTRODUÇÃO

Dentre outras questões, estou certo de que toda e qualquer obra do campo historiográfico tem o seu valor medido pela sua capacidade em articular um debate com o tempo presente. A afirmação pode parecer autoritária ao estabelecer um tipo de ditadura do presente na validação da abordagem do passado. Mas, convenhamos: não faz sentido escrever sobre aquilo que já ocorreu somente para recuperar suas curiosidades, ou, então, para postular uma verdade histórica ascética, ligada a um período que, se não tem relação com a história que temos vivido, é morto e intocável. Acredito que não importa o quão distante estamos dos acontecimentos que abordamos, sempre é possível estabelecer questões e respostas em torno de problemas ligados àquilo que enfrentamos, enquanto sociedade, no momento mesmo da escrita do relato histórico. No final das contas, o passado não existe como uma massa amorfa, mas é o que produzimos como historiadores que vai ocupar o lugar do tempo de outrora. A princípio, esta última afirmação pode ser interpretada como relativista, pois não postula a crença na busca insana pela verdade sobre o conhecimento do passado remoto. No entanto, acredito que, pelo contrário, entender que são nossas escritas que assumem o lugar do passado corresponde a preencher de novos significados as nossas atividades, agora com a responsabilidade de serem consequentes e críticas, ligadas ao universo daquilo que vivemos, capaz de oferecer problematizações, questionamentos, dúvidas e até respostas para enfrentarmos os nossos dilemas sociais presentes.

O título deste trabalho não deixa esconder, ao longo dessas linhas trataremos da história da Amazônia, mais especificamente, da Amazônia da ditadura, aquela região que foi criada e transformada nos discursos e práticas dos militares, no momento em que estes ocuparam a presidência do país durante os 21 anos do regime. Para darmos seguimento nessa empreitada, gostaria de, justamente nessa introdução, oferecer parte dos argumentos que inscrevem os problemas a serem abordados na tese como fundamentais à história que temos vivido. É claro que a tarefa não é tão difícil, tendo em vista que o passado que abordaremos é recente e compreende os anos entre as décadas de 1960 e 1980, no Brasil. Mas a proximidade do período histórico tratado não justifica a força e a atualidade com que as situações daquele tempo invadem as consciências e as práticas políticas da atualidade. É disso que pretendo comentar nesse primeiro momento, ou seja, a atualidade da Amazônia da ditadura no tempo presente. Para isso, portanto, trago ao debate uma importante interlocutora da região: trata-se de Eliane Brum¹ e sua produção ligada a um jornalismo contundente e formador.

¹ Eliane Brum é escritora, repórter e documentarista. Aqui dialogaremos com suas reportagens sobre a Amazônia, todas reunidas em coluna publicada pelo portal brasileiro do jornal El País.

Diante da importância que tem adquirido o passado na construção crítica do presente, faz tempo que os historiadores deixaram de ser os únicos responsáveis e legítimos a abordarem os acontecimentos já ocorridos. Por outro lado, e com outras palavras, como diz a própria Eliane Brum ao tratar do presente, “não há nenhuma narrativa que possa substituir a reportagem como documento sobre a história em movimento”². Dessa maneira, é assim que suas contribuições possibilitam o nosso diálogo e fortalecem a importância que a Amazônia da ditadura tem no entendimento das questões atuais sobre a região. Seus textos e reportagens são documentos, fontes que nos permitem construir a ponte entre aquilo que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980, e sua sobrevivência na atualidade desse território, sendo causas importantes para os problemas sociais que assolam a região na contemporaneidade.

Para darmos conta dessa mediação temporal, portanto, não há como escapar dos grandes projetos que hoje insistem em adentrar na Amazônia. Dessa forma, não podemos edificar o diálogo sem citar a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, obra que Eliane Brum tem denunciado como um grande marco atual dos problemas que assolam a região. Para ela, Belo Monte é um crime de autoria dos antigos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando juntos comandavam o executivo nacional. Esse crime feriu violentamente os direitos constitucionais de populações indígenas e ribeirinhas, além de estar matando, literalmente, parte do bioma do Rio Xingu. A construção da usina se deu em meio a um processo fraudulento, onde parte das pessoas que eram modificadas territorialmente, processo que se arrasta sistematicamente desde a ditadura militar na Amazônia, o foram de maneira a aceitar a remoção sob condições ludibriadoras, astuciosas, onde sujeitos eram comprados mediante sua ignorância por verdadeiras mixarias, abrindo espaço para o devir das obras da usina.

Como nada é mais relevador que o tempo, os caminhos políticos do país levaram a uma polarização política perigosa na qual hoje não sabemos aonde exatamente isso vai dar. Mas o fato é que durante esse imbróglio, o antigo presidente Luís Inácio Lula da Silva, primeiro responsável por Belo Monte, até pouco tempo estava preso, mediante um processo e julgamento escuso e corruptivo, um escândalo relevado pelas matérias de um outro periódico, o portal “The Intercept Brasil”. Neste cenário, parte da esquerda brasileira não quer nem lembrar das atrocidades cometidas pelos seus antigos representantes e foi assim que a responsabilidade pelo

² Esse é um trecho do discurso proferido pela jornalista na oportunidade em que recebeu o prêmio “Comunique-se”. O discurso está publicado na íntegra, em matéria *on line* do jornal “El País”, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/politica/1536783358_800538.html (acessado pela última vez 18/12/2019)

crime de Belo Monte foi sendo esquecida na consciência nacional. Mas a complexidade da região que estamos aqui abordando é tanta que a questão dos grandes projetos na Amazônia, como a construção de hidrelétricas, força mais uma vez sua entrada em cena, pois está totalmente afinada com os desejos do atual governo federal para aquele território, um governo perigoso, de conservadorismo ligado a extrema direita. Tanto Jair Bolsonaro, como sobretudo os militares que o acompanham na presidência, entendem que a Amazônia deve ser mais uma vez ocupada por grandes projetos, contrariando as territorialidades constitucionais de seus habitantes tradicionais, realizando, como veremos, os princípios fundamentais da antiga Amazônia da ditadura, seu comprometimento com a segurança e o desenvolvimento.

Dessa maneira, na esteira de Eliane Brum, é preciso dizer que “a visão para a Amazônia dos governos de Lula e de Dilma, de centro-esquerda, e do governo de Bolsonaro, de extrema direita, é semelhante.” (BRUM, 2019)³. Nesse meio, agoniza a Amazônia que assiste à retomada de um planejamento político regional que se assemelha e atualiza aquele praticado durante a ditadura: “a exploração da floresta por meio de grandes obras e grandes projetos, sem escutar os povos da floresta nem respeitar seus direitos constitucionais.” (BRUM, 2019). Sendo à direita ou à esquerda, suas populações tradicionais, ao longo desses anos, não cansam de denunciar que “no trato com a Amazônia não houve ruptura política, mas continuidade.” (BRUM, 2019).

Portanto, é assim que validamos a importância presente daquilo que abordaremos nas páginas seguintes. É claro que desde o fim da ditadura, outros processos modificaram o plano regional estabelecido pelos militares na região, veremos isso em detalhes. Contudo, aquilo que nos apresenta a história que temos vivido nos faz retomar os esquemas ditatoriais montados para intervir na região entre 1964 e 1985. E é importante que se diga que à região não importou se o governo federal fosse ocupado pela esquerda ou pela direita, todos olharam para a Amazônia com a mesma cobiça de transformá-la num canteiro de obras, a serviço da economia de mercado e de transformação de suas formas de vida tradicionais em expressões do trabalho assalariado, arrastando consigo a corrupção marcante presente na estruturação dos grandes projetos, mediante os contratos com grandes empreiteiras – assim como foi durante a ditadura e assim como tem sido durante o levantamento e funcionamento da UHE Belo Monte.

Também é preciso alertar ao leitor, que assim como a jornalista com que dialogo, não sou um filho da região. Venho do Nordeste e residi na Amazônia por quatro anos, enquanto

³ Este é um novo trecho, dessa vez publicado na coluna “A notícia é esta: o Xingu vai morrer”, de 12 de setembro de 2019, no El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/opinion/1568300730_780955.html (Acessado pela última vez em: 18/12/2019).

durou o meu curso de doutoramento na Universidade Federal do Pará. Minha pesquisa, portanto, também assume uma faceta antropológica. Enquanto me deslocava pelo território da Amazônia paraense, pude sentir que seus recônditos, antes de ser floresta, é água, representada pela densidade de seus rios caudalosos, onde o tempo escorre devagar, portanto, distante da velocidade característica do desenvolvimento capitalista. Respeitar essa condição é respeitar antes de tudo os seus povos tradicionais, suas formas humanas, o que tem de mais valioso nesse território. E mesmo sendo de fora, o que nos deparamos quando da validação dos grandes projetos na região é que estes estão matando pouco a pouco a Amazônia. Assim acontece com o Xingu, quando a Hidrelétrica de Belo Monte literalmente está secando as águas da região conhecida como a Volta Grande do rio. Muitos argumentam, inclusive muitos residentes da própria Amazônia, que, assim como Belo Monte, a ditadura “já é passado” e não merece ser mais uma vez conclamada para a crítica do regional. Sobre isso Eliane Brum é categórica. Segundo ela, assim como essa usina tem sido uma importante causa do caos social que se estabeleceu em Altamira, cidade que a abriga, a Amazônia da ditadura segue sendo um importante referencial para, junto às suas populações tradicionais, reivindicarmos um território que se distancie dos padrões estabelecidos na política dos militares. Seja Belo Monte, seja a Amazônia da ditadura, não deixaremos esquecer aquilo que modificou radicalmente o território amazônico e seu pertencimento. Este trabalho cumpre essa função. Através dele não esqueceremos que a Amazônia do desenvolvimento, dos grandes projetos e da segurança é a Amazônia dos militares. E hoje, no momento em que escrevo essas linhas, o governo federal tem uma determinante composição militar. Seu maior representante esbraveja que seguirá com os intentos das grandes obras na região, inclusive reeditando as hidrelétricas, fortalecendo o agronegócio e apoiando projetos mineradores, por exemplo.

Acreditar na validade e legitimidade do estudo da Amazônia da ditadura não é ser um nostálgico da esquerda militante, uma viúva dos anos de conflito e polaridade social no Brasil de outrora. Conhecer a Amazônia dos militares é ser antes de tudo um contemporâneo, “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro.” (AGAMBEN, 2012, p. 62). E este escuro do tempo presente na Amazônia, remete a um *black-out* causado e acelerado por um conjunto de dispositivos criados e inventariados ao longo dos anos 60 e 80 do século passado.

*

Aprender sobre a Amazônia da ditadura é então uma forma de defesa da região contra o processo de hegemonização capitalista em seu território. Se esse caminho não pode ser confundido com uma simples nostalgia daqueles anos controversos, e tão abordados na

historiografia nacional, não podemos fugir do fato de que criticar os grandes projetos na região é fazer uma apologia da História. Ora, defender a Amazônia é defender seu território das políticas de progresso, que ao longo do tempo tem acumulado trágicas configurações sociais resultantes do processo de sua afirmação. Defender a Amazônia é reivindicar as “últimas áreas de refúgio de populações pré-históricas não aculturadas e de um espaço de biodiversidade tropical” (AB’SÁBER, 1996, p. 91), tudo isso contra a ação de desbravamento contida num projeto de expansão que não cansa de buscar espaços para a sua “recolonização”. De uma maneira ou de outra é essa defesa do regional que o leitor encontrará daqui para frente. Contudo, é preciso alertar que não podemos confundir as denúncias que aqui apresento com o “ecologismo” que vem ganhando espaço no capitalismo tardio. Pecaríamos, caso inocentemente cegássemos para a maneira com que a globalização gerou o conceito de capital natureza. A atualidade da Amazônia na contemporaneidade, argumento que também reveste de importância o tema aqui abordado, só ganhou terreno no espaço global à medida que o valor da floresta cresceu aos olhos da reprodução capitalista. Atualmente assistimos ao processo em que a natureza cresce seu valor enquanto um patrimônio, ou somente enquanto um espaço de realização futura das relações do capital (BECKER, 1996). A Amazônia, como um dos grandes biomas ainda resistentes no globo, configura essa área de interesse. O fetiche sobre a região cresce quando passa a ser percebida como um território natural de grande diversidade genética e biológica, razão de interesse de grandes segmentos bancários e empresariais (BECKER, 1996).

Defender a Amazônia, por conseguinte, não é defender uma abstração verde, como se tornou moda nos grandes centros. Não é isso que o leitor encontrará a seguir e não gostaria que assim possivelmente interpretasse esta obra. Ter uma postura crítica em relação a degradação ambiental sob o capitalismo é perceber que na Amazônia ela se realiza contra suas formas de vida, ou seja, suas pessoas, representadas sobretudo pelas populações tradicionais de suas áreas rurais e de floresta. São elas que defendem efetivamente a floresta e não nós, que em última instância geralmente escrevemos nossos trabalhos desde o gabinete, ou esbravejamos nossas insatisfações na efemeridade das redes sociais. Essa foi uma conclusão a que cheguei sem a necessidade de mediação de nenhum livro, mas em mim se manifestou ao longo de minha experiência na região, no contato com as pessoas que formam e representam a Amazônia. Ao topar o desafio de pesquisar a região, mas também de nela morar e lecionar, percebi que a separação regionalista do país e as formas de subjetivação dela decorrente por si só consiste num risco entre aqueles que defendem um projeto mais inclusivo e democrático de nação. Percebi, ao longo desses quatro anos e no vai-e-vem entre a Amazônia e o Nordeste, na

experiência com as pessoas das diferentes localidades, que existe uma latente incompreensão nacional. Como disse Milton Hatoum, o Brasil desconhece o Brasil⁴. Divididos entre suas regiões os brasileiros, de forma geral, não se interessam pelo outro. Por outro lado, postular um sentido mais integrativo, não corresponde a apagar nossas diferenças em nome de uma identidade nacional hegemônica. Como também disse o escritor, o problema do desconhecimento é que esse outro, enquanto brasileiro, é o espelho de nós mesmos⁵. Foi assim que uma vez na Amazônia comecei a ver um outro Brasil, e ao melhor conhecer o meu país, pude melhor me reconhecer. Em certo sentido, como não poderia deixar de ser, esse texto é também produto do meu autoconhecimento, enquanto autor e enquanto pessoa residente e nascida nesse país continental que é o Brasil. Portanto, minha viagem antropológica em torno da Amazônia, ou, de maneira menos romântica, minha própria recriação da vida e do trabalho na região me fez construir uma nova, completa, e crítica imagem do Brasil. E quanto tomei como pano de fundo essa experiência amazônica, articulada com os acontecimentos do período militar na região, percebi também que parte marcante de nossa história e identidade, seja ela regionalizada ou nacional, é a atualidade de nossa construção colonialista.

O conceito de colonização é, portanto, um grande orientador da escrita que se segue. Não é de maneira aleatória que ele aparece no título, assim como não remete somente à denominação da política de ocupação das margens da Transamazônica, experiência que detalharei no último capítulo. A colonização é um processo segundo o qual podemos inscrever a história da Amazônia da ditadura no perímetro maior da constituição da brasilidade, submetendo-a a um método investigativo que postula tanto a sua continuidade histórica, e sua importância no tempo presente, como a singularidade de cada experiência que ao longo do tempo tomou a região como um lugar a ser transformado e modificado. É através do conceito de colonização que podemos perceber como a Amazônia se configura como uma “grande fronteira de recursos nacional e mundial, isto é, como o espaço-tempo em que o Estado pode mais rapidamente promover a modernização sem afetar a estrutura social nacional hierárquica.” (BECKER, 1996, p. 187). Esse processo, em outros tempos, representou nossa própria condição colonial e, ao passar dos anos, dilatou-se na experiência regional amazônica, estendendo-se ao presente e sendo acelerado e radicalizado durante os anos em que a ditadura interviu na região.

⁴Milton Hatoum em entrevista ao portal “História da Ditadura”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3-bPqrVdS-8> (acessado pela última vez em: 18/12/2019).

⁵ Milton Hatoum em entrevista ao portal “História da Ditadura”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3-bPqrVdS-8> (acessado pela última vez em: 18/12/2019).

O Estado, pela primeira vez apresentado no parágrafo anterior, é um termo fundamental para a compreensão da narrativa a seguir. Digo isto, pois ao tomarmos como pano de fundo as análises regionais da Amazônia, também estaremos tratando da história de um governo, mais exatamente do momento em que o Estado brasileiro foi ocupado sistematicamente pelos militares. Ao expor a razão contida no planejamento da ditadura militar para a Amazônia, perceberemos como se deu o modelo de “desenvolvimento a qualquer custo” naquelas localidades (VALVERDE, 1996). Combinando modernização e segurança, os economistas burocratas do regime, quase todos desconhecedores da realidade amazônica, criaram um modelo de intervenção regional que em geral foi destinado a “incorporar a região à economia de mercado; atrair e enriquecer investidores dispostos a valorizar a chamada Amazônia legal, apoiados em generosos financiamentos ministrados pelo BASA⁶, mediante aprovação da SUDAM⁷.” (VALVERDE, 1996, p. 168/169). É evidente que essa ação governamental foi desprovida de qualquer preocupação ambiental. O central ao regime foi criar um sistema de valorização da terra onde ela funcionasse como simples mercadoria, atraindo investidores, mas também trabalhadores, numa busca “desesperada por um enriquecimento rápido e cômodo” (AB´SÁBER, 1996, p. 92), no melhor sentido da atitude colonialista.

A história que verãõ a seguir é, portanto, uma história de governo, do Estado brasileiro entre 1964 e 1985. Contudo, essa instituição não será tomada como uma entidade fixa, uma coisa e objeto que é simplesmente tomado e operado. Outrossim, pensaremos aqui o Estado como um produto das relações políticas, no corpo-a-corpo entre a instituição e a população da época. Neste esquema, não tenho medo de ser acusado de maniqueísta: os culpados sempre serão os tecnocratas do regime, os “falsos arautos de um pseudo desenvolvimento” (AB´SÁBER, 1996, p. 91), que sobrevivem na interpretação presente, atual, mas sobretudo falsa, que entende que na Amazônia tem “terra demais para pouco índio”, e que a região deve enfim ser aberta à entrada de grandes projetos desenvolvimentistas. Antes de partirmos para uma descrição pormenorizada das atitudes e das narrativas compostas em cada capítulo, cabe demarcar que essa é uma história política das relações de governo, onde nela são ambientadas as práticas de dominação das sociedades humanas, onde trataremos do “controle da ordem social por uma minoria profissionalizada de pretensos representantes do povo” (AB´SÁBER, 1996, p. 89), onde, por fim, tentaremos denunciar o esforço cínico da tecnocracia militar e a

⁶ Banco da Amazônia S/A. Instituição financeira criada em 1966 para mediar os créditos aos sujeitos e empresas interessados em investir nos projetos industriais e agropecuários da Amazônia no contexto da ditadura.

⁷ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Autarquia criada para acompanhar os projetos de intervenção na Amazônia a partir de 1966. Uma de suas principais funções era a promoção de relatórios e estudos regionais que viabilizassem e coordenassem as ações do governo federal na região.

atitude permissiva daqueles que compraram a proposta da ditadura e que ainda seguem reproduzindo seus discursos.

*

Antes de chegarmos no momento da discussão do conteúdo próprio deste texto, nesta introdução é importante que o leitor se familiarize com uma linguagem na qual faço aparecer os caminhos da pesquisa trilhados para a elaboração da tese. Essa é uma forma de expor o trabalho do historiador, apontando que parte determinante de nosso intento é a filiação às regras do método historiográfico. Ao leitor cabe entender que essas regras são importantes justamente porque permitem fazer uma história melhor, capaz não somente de seduzir pela qualidade da narrativa, mas de informar e de formar a construção intelectual de quem se interessa pela leitura do trabalho acadêmico na área de história.

Essa linguagem que expõe o método da pesquisa realizada é o que em algum lugar alguém chamou de paradigma indiciário. A título de introdução, para justamente produzir essa familiaridade com o leitor, pretendo traçar a história de minha pesquisa. A proposta é que seja comentada a maneira com que esbocei os problemas a serem enfrentados na tese. Partirei de algumas reflexões trabalhadas no projeto submetido ao PPGHIST/UFPA, mas o fato é que, ao longo da pesquisa, muitos objetos foram deslocados e ampliados. Confio que a pesquisa histórica tem mesmo esse papel. No exercício da investigação, no contato com novas leituras e fontes, a perspectiva e abordagem com as quais iniciamos são transformadas por novas perguntas e critérios. Na minha breve trajetória acadêmica, a pesquisa tem exercido esse papel. E acredito que assim deva proceder com a maioria dos historiadores. Funciona da seguinte maneira: antes de iniciarmos uma pesquisa exaustiva e detalhada, alguns questionamentos nos acompanham desde a elaboração do objeto. Possivelmente já temos algumas das fontes sob domínio e a elas já direcionamos algumas perguntas. Esse é um método consolidado. Não existem documentos que expressem um conhecimento histórico sem que o historiador seja capaz de fazer-lhe as perguntas certas. O problema é que no decorrer da pesquisa, essas fontes não são dotadas apenas de um conteúdo passivo. A rigor, para fazê-las funcionar como mediadoras do conhecimento histórico é preciso elaborar perguntas precisas. Mas à medida que vamos agregando novos materiais, novas fontes e documentos, o seu próprio problema de pesquisa vai ganhando novos contornos e novos formatos – suas perguntas iniciais também são transformadas. É inevitável. Nunca saberemos por completo o que esconde as fontes que pretendemos investigar. Dessa forma, é nessa tensão entre as perguntas que elaboramos e o misterioso conteúdo das fontes que a escrita da história constrói sua narrativa. Comigo não foi

diferente. Partiremos de discussões elaboradas no início do projeto, mas tentarei descrever como o processo de pesquisa deslocou algumas metas e ofereceu novos problemas e objetivos.

Nesse sentido, no início, ofereci como proposta de pesquisa o trabalho em torno da política de colonização que ocupou as margens da Transamazônica no início da década de 1970. A metodologia que funcionaria como o fio condutor das análises seria o uso único da história oral. Desde 2015, realizei uma série de entrevistas com os trabalhadores que ocuparam aquelas terras e que ainda permanecem na região. Os depoimentos constituem um material valioso, uma vez que as entrevistas se encontram todas filmadas e que os entrevistados estão numa idade avançada. Na Amazônia, a história desses homens e mulheres se alastra desde os idos da década de 1970. Seus depoimentos, de maneira geral, se dividem entre o relato emocionado do sofrimento que acompanhou a chegada na mata hostil e o orgulho de terem sido capazes de realizar a tarefa atribuída pelo governo da ditadura: ocupar a região e reconstruir a vida num novo local de moradia e trabalho.

Essa segunda característica geral dos depoimentos, quando associada à nova documentação reunida no decorrer da pesquisa, vai demarcar um importante deslocamento na ampliação do objeto e na conformação de novas perguntas a ele direcionadas. No entanto, outro compromisso antigo, elaborado desde a execução do projeto, também deve ser destacado como elemento fundante da problematização que acompanha a tese. Trata-se do conceito de colonização. Desde os meus primeiros contatos com a política de ocupação das margens da Transamazônica, me chamava a atenção a designação do projeto como colonização. Foi assim que me lancei na metodologia da história dos conceitos, na tentativa de elucidar os mecanismos que permitiram ao governo militar a denominação de sua política por colonização.

A crítica ao conceito me oferecia, portanto, alguns caminhos que deveria traçar na problematização das fontes e na escrita da tese. Ainda pretendo trilhar grande parte desses caminhos, como, por exemplo, optar por uma escrita que privilegie o protagonismo desses trabalhadores rurais na Amazônia, os colonos. Mas foi outra característica do conceito que, no encontro com as novas fontes descobertas em pesquisa, me impulsionaram a extrapolar a análise da política dos militares para além dos limites do processo que culminou na ocupação das margens da rodovia. Me apeguei, portanto, ao caráter incompleto do conceito, sua face que me permite o contato com outras temporalidades e outros regimes de historicidade. A colonização é, portanto, um movimento que envolve sua multiplicação enquanto um desejo de busca e conquista de terras e povos colonizáveis. Quando a Amazônia é eleita pela racionalidade governamental do período como uma região a colonizar, seu território e suas formas de vida aparecem imbricados entre discursos e práticas de sua dominação. As políticas e projetos

colonialistas são suportados por um conjunto de discursos que elegem a Amazônia como um local a ser incorporado territorialmente e modificado culturalmente. Esses discursos comungam de um esquema interpretativo da Amazônia que se encontra disperso na literatura que propõe o entendimento da região.

A partir daí, junto às fontes e às leituras realizadas sobre a Amazônia, me lancei a enxergar os discursos e práticas de sua dominação. Percebi que, de maneira geral, a história da ação governamental na região foi conduzida na tentativa de incorporar o seu território e modifica-lo culturalmente. Esses objetivos estavam presentes em praticamente todos os documentos da ditadura que se remetiam à Amazônia, sejam eles atrelados à política de ocupação das margens das rodovias ou ligados ao conjunto de ações executadas desde a segunda metade do século XX. Dessa forma foi que me lancei à investigação de uma discursividade amazônica. Ela estava presente nos documentos dos militares sobre a região e transcendia os limites históricos do programa de ocupação das margens das rodovias. Passei então a tentar encontrar o esquema interpretativo escolhido pelos militares para representar a região. Junto às novas leituras, entendi que, ao longo do tempo, as ações governamentais na Amazônia utilizavam-se de um conjunto de discursos segundo os quais podemos traçar uma série de semelhanças. Percebi então que esse procedimento alargava o problema histórico para novas temporalidades e novos processos históricos. Entendi que a continuidade dos processos políticos em torno da Amazônia era atestada pela permanência de um esquema interpretativo ligado justamente às ambições colonialistas na região. Entre diferenças e similitudes, esse esquema transcorreu desde as investias dos primeiros viajantes até os planos e projetos do Estado republicano brasileiro. Nesse ponto residia um perigo. Deveria estar atento a não perder as especificidades do meu recorte. Não queria perder a minha filiação com os anos da ditadura. Uma outra sorte de leituras que realizei, portanto, foram fundamentais para me manter ligado ao período. Ao passo que alguns autores tentavam demonstrar essa matriz colonizatória do pensamento ocidental (CASTRO, 2010; ALMEIDA, 2008), outros tentaram estabelecer os limiares discursivos desse esquema interpretativo (PIZARRO, 2012; NAHUM, 2013). Era a opção pelo corte e pela ruptura. Nesse novo conjunto de abordagens, a tentativa era demonstrar como alguns períodos da história da região foram capazes de criar esquemas interpretativos que lhes foram únicos. A representação da região, dessa forma, estava atrelada a uma construção simbólica ligada a diferentes momentos de sua história. O antigo esquema interpretativo da continuidade era então submetido a determinados recortes

Era a hora, portanto, de tentar compreender a construção discursiva que os militares utilizaram sobre a Amazônia. Foi ela que permitiu a criação de slogans como aqueles que se

encontravam nos documentos da colonização e que eram insistentemente repetidos pelos colonos em suas falas: “terra sem homens para homens sem terra”, ou, ainda, “integrar para não entregar”. Pretendia justamente questionar quais eram esses desígnios direcionados pelo governo aos colonos. O que fazia com que em seus depoimentos fossem reproduzidos, quase automaticamente, a fala oficial dos militares. Me dediquei então, durante boa parte da pesquisa, a tentar captar a maneira com que foi construída essa interpretação amazônica dos militares. Mas isso só foi possível pois, no segundo semestre de 2016, resolvi fazer uma disciplina na Universidade Federal Fluminense. A tentativa era amadurecer o objetivo de escrever uma história do cotidiano nas margens da Transamazônica durante a década de 1970. A disciplina propunha um debate sobre história do cotidiano em regimes autoritários. Essa era uma forma de conseguir melhor agregar essa teoria ao meu projeto, além de situar a minha pesquisa no universo das recentes análises em torno da ditadura militar no Brasil. Uma vez na cidade, resolvi visitar os seus arquivos. Percorri, nesse intento, três grandes instituições: o Arquivo Nacional, a Escola Superior de Guerra (ESG), e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nos três arquivos pude reunir uma documentação de extrema importância para a pesquisa. No decorrer da tese teremos a oportunidade de estabelecer um contato com esse material. Contudo, agora quero destacar o papel exercido pela documentação recolhida na ESG. Se já andava às voltas de tentar captar o sentido da representação amazônica realizada pelos militares, quando cheguei aos arquivos da ESG, esse objetivo se tornou numa condição da tese. Isso porquê, consegui reunir na instituição um conjunto de estudos que tinham a Amazônia como o cerne das preocupações. São trabalhos de disciplinas ministradas na instituição, palestras ali proferidas e monografias produzidas por seus alunos. Todos estes estudos compunham a concepção construída pelos militares a respeito da Amazônia. Eles foram elaborados na tentativa de suportarem os planos e projetos alocados na região no pós-64. De posse desse material, foi então que me voltei a investigar a formação discursiva da ditadura a respeito da Amazônia. A esse objetivo me dedicarei no primeiro capítulo.

Se desde o início pretendia questionar a maneira com que a razão de Estado se perpetuou nos depoimentos dos colonos, essa intenção ganhou ainda mais relevância quando obtive em mãos a documentação da ESG. Só perceberia a atualização desses discursos do governo na fala dos trabalhadores quando fosse capaz de investigar a racionalidade do regime. Por sua vez, essa racionalidade, ou seja, a construção desse saber, só pôde ser legitimamente observado quando me apropriei dos documentos elaborados na principal instituição do saber militar – a ESG. Se estamos tratando de uma racionalidade de Estado, temos de ter em mente que esses agentes do governo são letrados, cultos. É difícil superar a objeção de que estamos lidando com uma

burocracia “cujo capital é de componente cultural” (BOURDIEU, 2014 p. 100). E mais: no trato com a produção intelectual dos militares, veremos que algumas figuras emergem como principais interlocutores quando o assunto é a Amazônia. São eles o que “Max Weber chama em algum lugar de “profetas éticos” ou “profetas jurídicos” isto é, “os fundadores de um discurso destinado a ser unanimemente reconhecido como a expressão unânime do grupo unânime” (BOURDIEU, 2014, p. 105). Essas figuras são os agentes sociais capazes de falar do todo social da Amazônia no período em que os militares regem os assuntos políticos da nação. Dentre eles, destaco as vozes do general Albuquerque Lima, do intelectual Arthur César Ferreira Reis e do militar amazônida Jarbas Passarinho.

Contudo, é claro que a intenção não é destacar a participação de determinados indivíduos nessa formação discursiva dos militares, traçar suas biografias. O intuito maior é, no uso do conjunto de fontes do regime, destacar a regularidade com que emitem determinados enunciados sobre a Amazônia. Ou seja, de que Amazônia falam os militares? Quais os principais problemas a ela associados e, por conseguinte, quais os mecanismos para a solução desse quadro? Da mesma forma que estou certo de que ninguém até agora operou uma investigação discursiva da ditadura em detalhes ou, pelo menos, utilizou-se das fontes ligadas à ESG para tratar da representação da Amazônia, é certo também que alguns estudiosos se dedicaram a traçar a construção discursiva da Amazônia. Me refiro mais diretamente a dois trabalhos: “A Invenção da Amazônia”, de Neide Gondim (GONDIM, 1994), e “Região e Representação”, de João Nahum (NAHUM, 2013). A primeira faz um estudo discursivo da Amazônia, o que me aproxima do trabalho tendo em vista a opção teórico-metodológica. É uma narrativa primorosa que vai tentar demonstrar as representações da Amazônia na literatura nacional e estrangeira. Apesar de ser parte fundamental na construção das referências que autorizam a abordagem discursiva, o trabalho de Neide Gondim não se dedica a problematizar o período dos militares, embora existam algumas obras literárias comentadas pela autora que se passam sobre o cotidiano da região durante a ditadura. Além disso, seu estudo é parte de uma teoria literária, onde está em jogo sobretudo a questão da forma do discurso. Meu trabalho seguirá na linha que propõe entender a construção simbólica da Amazônia, seus regimes discursivos, e sua formação enquanto um objeto cultural – como diz Gondim, sua invenção nos planos e projetos dos militares. Mas diferente da autora, me dedicarei a buscar as condições culturais e políticas que tornaram esses discursos dos militares legítimos e fidedignos. Utilizarei para isso de uma documentação oficial, de Estado. Disso podemos concluir que meu problema é desvendar o Estado brasileiro durante a ditadura, mais especificamente, a construção de sua racionalidade quando o assunto é Amazônia.

Por outro lado, João Nahum segue na mesma linha que pretendo trilhar. Ele concentra seu trabalho na tentativa de reconhecer e analisar os mecanismos de representação da Amazônia nos projetos de desenvolvimento dos militares para a região (o I e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA). É um trabalho sério e relevante, contudo breve, que utiliza de uma documentação reduzida para formar os quadros representativos nas políticas dos planos de desenvolvimento para a Amazônia. Gosto muito desse trabalho e no decorrer da tese verão a recorrência de sua citação. Contudo, considero que a narrativa de João Nahum se mantém ligada aos problemas da Geografia – sua área de interesse e campo onde atua. Da mesma forma com que pretendo proceder, João aponta a construção de alguns enunciados determinantes na fala oficial da ditadura. Não existe formação discursiva sem os enunciados próprios que a constituem (FOUCAULT, 2016). Para traçar esse regime discursivo é então necessário que isolemos determinadas palavras chave, conceitos que estão sempre presentes quando se pretende enunciar a região em questão. Os enunciados elegidos por Nahum, são: A natureza – o espaço – o homem – a região. A meu ver, a elaboração desses enunciados está ligada ao vínculo de João Nahum com a Geografia. Notem que são apontados elementos centrais na construção do conhecimento geográfico, como a natureza, o espaço e a região. Por sua vez, o homem entra em cena como o elemento capaz de formar a territorialidade, pois, sem ele, o espaço geográfico seria apenas uma paisagem.

Por outro lado, não quero defender que a diferenciação de minha abordagem para aquela que está presente em “Região e Representação” resida no fato exclusivo de me posicionar no campo da História. Contudo, não posso negar que a obra de João Nahum se concentra na problematização de elementos geográficos, deixando de lado o objetivo de esclarecer os acontecimentos históricos da ditadura, ou seja, o momento em que a sociedade brasileira viveu sobre os anos do regime, sua sociedade e história política. No exercício da análise discursiva, tentarei recuperar a história da Amazônia e do Brasil sob o comando dos militares entre as décadas de 1960 e 1980. Mas outro ponto também diferencia as abordagens. Se é consenso que João Nahum partirá de elementos da geografia para definir os seus enunciados, digo que não partirei exclusivamente da história, mas da tentativa de descortinar os mecanismos de ação de um Estado. Os enunciados que deduzi da análise dos documentos do regime, são: A integração; o nacionalismo; o Espaço Vazio; a fronteira; e a Segurança. Eles terão o seu funcionamento detalhado nas páginas do primeiro capítulo.

Dessa maneira, a investigação da discursividade do regime sobre a Amazônia só faz sentido quando transformo a região num objeto empírico da ditadura. Ao reconstruir os enunciados que compõem essa invenção pretendo encontrar o Estado debaixo de seu escalpelo

(BOURDIEU, 2014). A Amazônia, sua abordagem discursiva, constitui um objeto histórico, um caso particular considerado nas falas oficiais da ditadura. A partir dessa investigação encontrarei os mecanismos universais aos quais a noção de Estado está ligada. É isso que tento trabalhar no momento em que coloco a Amazônia no palco dos mecanismos políticos da ditadura. É a partir dela que pretendo desvendar, num espectro maior da história geral, os mecanismos de intervenção de um Estado, suas relações de governo e construção de um saber racional para operá-lo.

A consciência da predominância do aspecto político na construção dos problemas a serem enfrentados pela narrativa foi fundamental para que eu desse passagem aos novos capítulos. O que persigo enquanto objetivo geral é um trabalho que pretenda problematizar as noções de governo e seu funcionamento. É a questão do governo dos homens, sua operacionalidade e legitimidade. Este objetivo elegeu não só o período a ser trabalhado, no caso, a ditadura, mas também seu espaço, a Amazônia. A tomada do tempo e do espaço no âmbito da pesquisa foi uma forma de aproximar a lupa numa experiência determinada de governo e, a partir disso, não só sugerir conclusões, mas dúvidas, questionamentos e indagações que por sua vez nos ajudem a articular as análises de um problema filosófico maior: o governo dos homens e suas instituições. Para ter sucesso nesta difícil empreitada, convoquei uma série de vozes que me auxiliassem na pesquisa e escrita, exigência historiográfica para dar relevância ao trabalho e revestir os argumentos de uma maior força e respaldo. Foi assim que Pierre Bourdieu se tornou um outro teórico de grande importância na configuração desta tese. Este autor, no livro em que se dedica a problematizar as razões de Estado, não por acaso intitulado de “razões práticas” (BOURDIEU, 2011), elabora um direcionamento preciso para aqueles que se encorajam a investigar a questão do governo. Diz Bourdieu:

(...) assim, o estudo do governo exige o conhecimento da teoria do governo (isto é, a história do pensamento político) (1), o conhecimento da prática do governo (isto é, a história das instituições) (2) e, por último, o conhecimento dos personagens do governo (logo, da história social) (3) (BOURDIEU, 2011, p. 98).

Foi então seguindo os passos do que foi indicado pelo autor em questão que elaborei o cronograma deste trabalho, sua divisão em capítulos. O primeiro capítulo em que me dediquei à investigação da emergência discursiva da Amazônia, tratou de captar a teoria do governo da ditadura, ou seja, o saber que organizou e orientou suas práticas, o que, no limite, conformou a Amazônia como um objeto de saber, uma teoria, uma razão, uma invenção. No segundo momento, como indicado por Bourdieu, prossegurei com o intento de captar a segunda dimensão das análises do governo dos homens e das razões de Estado. Tentarei demonstrar um

certo conhecimento da prática do governo, suas intervenções, planejamentos, e resultantes consequências na dinâmica regional da Amazônia. Esse trabalho será complementado no fim mesmo deste texto, mais precisamente nas considerações finais, onde tentarei expor as instituições, leis, autarquias, decretos, enfim, todo um conjunto de ações que foi conclamado pelos militares para intervir na região amazônica. Nesse ponto, portanto, pretendo encarar essas ações muitas vezes como práticas não-discursivas, mas sem deixar de lado a noção de que toda a elaboração dos problemas a serem resolvidos, bem como as soluções práticas que os acompanham, são formulados dentro do universo da formação discursiva que os tecnocratas da ditadura compuseram para a Amazônia. O terceiro objetivo listado por Bourdieu também terá o momento de ser abordado. Será justamente ao longo do terceiro capítulo, quando passo para uma narrativa que traz os personagens do governo, ou seja, aqueles a quem se pretende governar, desembocando na hipótese do agenciamento governamental durante o regime militar, na oportunidade em que este, lá na década de 1970, se desdobra no sentido de colonizar as margens da rodovia Transamazônica.

Outro teórico de grande contribuição para a elaboração do cronograma da tese é Arturo Escobar. No livro *“A Invenção do Terceiro Mundo”* (ESCOBAR, 2007), o autor discorre sobre o discurso do desenvolvimento e as contínuas intervenções de bases colonialistas as quais se dedicam as potências capitalistas no trato com a América do Sul. Para dar conta de seu objetivo, Arturo Escobar, em obra que até então não havia encontrado tradução para o português, opera uma análise das bases discursivas das teorias do desenvolvimentismo que adentraram as racionalidades governamentais no nosso continente. Ele chama seu método de pós-estruturalista, o que ainda não estou muito certo da fidelidade deste programa em sua obra. Aqui, o que importa considerar é que suas análises não esquecem de elaborar uma exegese das instituições que acompanharam os discursos do desenvolvimento, se tornando, portanto, uma importante referência entre aqueles que, no âmbito geral, se preocupam com o problema do governo dos homens e que, no particular, o problematiza através da análise dos discursos em primeiro plano, mas sem deixar de considerar as práticas das instituições como escopo das análises. Isso implica em pensarmos que as intervenções dos governos e do Estado, em última instância, devem ser criticadas a partir de um domínio da esfera do pensamento e da ação. Repito: no caso particular das políticas da ditadura na Amazônia veremos primeiramente a maneira com que a região se torna um objeto de pensamento; no segundo capítulo, portanto, pretendo trabalhar sua territorialidade como um objeto de ação; e, no terceiro e último capítulo será captada as formas de subjetivação dessas políticas, as maneiras com que teoria e prática

unificam os desígnios do governo e as necessidades da população, criando a amálgama necessária à efetivação do programa político dos militares na Amazônia.

Mas retornando a Arturo Escobar, quando ele opta em analisar as questões do desenvolvimento, estabelece um caminho de pesquisa que se assimila à proposta de Bourdieu, sua razão de Estado e seus três caminhos de análise. Para Escobar, por sua vez, esse objeto discursivo só pode emergir à medida que analisamos as características e relações de três bases que o definem, a saber:

las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales llega a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de poder que regula su práctica y las formas de subjetividad fomentadas por este discurso, aquellas por cuyo intermedio las personas llegan a reconocerse a sí mismas como “desarrolladas” o “subdesarrolladas” (ESCOBAR, 2007, p. 30).

Portanto, numa inevitável tradução grosseira, podemos elencar, que para problematizar o discurso do desenvolvimento, no caso de Escobar, ou para investigar a Amazônia da ditadura, no meu caso, temos que nos concentrar (1) na elaboração do conhecimento proposto pelos militares, a conformação de seus objetos, a formação de uma Amazônia que lhes são própria, seus conceitos e teorias, o que de maneira geral será feito no primeiro capítulo; (2) no sistema de poder que regula a prática dos discursos, neste caso, o objetivo do segundo capítulo, onde reconstruiremos as instituições, os debates econômicos e as intervenções políticas que fizeram da Amazônia um território de planejamento e ação governamental; (3) e, por fim, as formas de subjetividade que sustentam esse discurso, dito por outras palavras, a maneira com que as pessoas se apropriam desses discursos, elaborados nas esferas do saber e da governância, para reconhecerem a si mesmas e o seu entorno – este, por fim, seria o intento do terceiro capítulo.

A potencialidade deste esquema de Arturo Escobar reside em sua capacidade de expor como as formações discursivas estão associadas a um aparato eficiente que relaciona conhecimento e técnicas de poder, ou seja, o saber materializado em práticas e ações institucionais. Se concordarmos, como gostaria este autor que vos fala, que a Amazônia é um objeto discursivo, resultante de determinadas formações que se sucederam ao longo do tempo, perceberemos na sequência da tese que estes discursos, criados na tecnocracia militar, se relacionam com determinados acontecimentos técnicos do momento histórico em questão, sejam eles políticos ou econômicos. Este é um deslocamento de análise sutil, que perpassa a noção geral do texto aqui apresentado, onde passamos de um governo como local de enunciação, para entender os dispositivos que estão fazendo esta Amazônia existir, garantido seu desenvolvimento e sua segurança como assim queriam os militares do período.

Também aqui não posso deixar de comentar, um ponto que tem sido uma importante questão de debate entre aqueles que leram e comentaram minha escrita. Resolvi tratar disso logo neste início de narrativa, pois pode ser mais uma das questões que causem uma certa confusão no leitor. Estou me referindo à maneira com que combinei determinadas referências tidas por muitos como “pós-estruturalistas”, associando-as a um tom um tanto combativo, que enfrenta de cara os problemas da história social e as estruturas econômico-políticas. Mais precisamente, seria válido, como verão os leitores, utilizar, por exemplo, de um autor como Foucault e exercer uma escrita influenciada pelas denúncias e críticas feitas por Marx e seus seguidores ao sistema capitalista? Ou melhor, como nós pós-graduandos podemos combinar referenciais tão distintos na produção de nossos textos acadêmicos?

Pode parecer irônico, mas para responder essas indagações trago de novo as contribuições do próprio Foucault, ou, mais precisamente, os estudos compartilhados por aqueles que se dedicaram a entender sua controversa obra. A legitimidade da “ordem dos discursos” e do método arqueológico, criados pelo pensador francês e por mim associados a uma linguagem de crítica ao sistema capitalista, sua economia política, é parte de um processo em que uso as contribuições de minhas referências da maneira que me convém, deformando-as, fazendo-as gemer e protestar (FOUCAULT, 1975 apud O’BIEN, 1992). Parafraseando o filósofo quando este trata de responder sua utilização de Nietzsche, se algum crítico disser que não sou fiel a Foucault, isso absolutamente não importa⁸.

Por outro lado, relevante é a certeza de que para fazer a história da Amazônia sob a ditadura foi preciso também estar ligado às preocupações de natureza socioeconômica. Nessa produção também é importante demarcar que, no trato mesmo com os discursos, nunca pretendi fazer uma história das mentalidades ou das ideias. No entanto, de maneira alguma me associei às questões da economia e da sociedade no sentido de adotar uma perspectiva que postule as suas primazias e/ou determinações. A história que se desenrola a seguir não é um produto das transformações econômicas e sociais, mas tampouco pode ser reduzida a um modo de ideias desvinculado das mesmas (O’BIEN, 1992). Ainda assim pode parecer contraditório, mas durante a pesquisa e a escrita nunca abandonei os critérios que validam a luta de classes como expressão fundamental da organização social – o que por vezes pode contrariar aqueles mais fiéis ao pensamento francês contemporâneo.

O que considero um fator de maior preocupação, e a isso quero convencer o leitor antes dele adentrar no universo que se apresentará a seguir, é que a aproximação a Foucault, por parte

⁸ Essas considerações foram feitas por Foucault em entrevista no mês de junho de 1975. Patrícia O’Brien cita o trecho que reúne essas colocações na epígrafe de seu texto, intitulado “A história cultural de Michel Foucault”.

dos historiadores, se dá prioritariamente a partir de seus métodos de pesquisa e dos interesses que sua obra nos relega. Aqui, seus estudos sobre a disciplina, as instituições, o controle, enfim, a governamentalidade, são fundamentais à elaboração deste texto, mesmo que a falta de ortodoxia do filósofo seja ela mesma uma das grandes características que o definem e que, por conseguinte, levaram grande parte da historiografia a criticá-lo. Foi revirando os discursos da ditadura e percebendo-os como eficazes mecanismos de controle que, entre continuidades e rupturas, pude circunscrever a própria emergência do regional, “os limites de sua fluidez e as condições de sua ocorrência.” (O’BRIEN, 1992, p. 44). Uma outra contribuição do filósofo francês me foi fundamental à elaboração dos problemas a serem aqui enfrentados. Trata-se do fato de que o peso e a fidelidade aos esquemas teóricos aqui utilizados não devem ser vistos dentro de uma construção metafísica, mas como um espaço onde são mobilizados os próprios corpos da população governada durante a ditadura. No último capítulo, desfecho da tese, está posto que toda a teoria que valida a abordagem da invenção da Amazônia atuou de maneira a produzir e agenciar uma população, tornando-a sujeito e agente de um determinado governo. Portanto, se o desfecho aponta para a tentativa de restabelecer os vários sistemas de sujeição, estamos tratando de uma teoria que não pretende debater o sexo dos anjos, mas que, em última instância, é encarnada nos corpos da população de uma época, pois é a pele a mais profunda das camadas reflexivas.

Portanto, se o fio condutor dessa tese, como disse anteriormente, é um problema político, passaremos a estudar a ditadura militar no Brasil a partir de suas tecnologias de poder, utilizadas para criar e intervir no espaço amazônico. Será constantemente apresentado um conjunto de disposições, manobras, táticas e técnicas que fizeram funcionar uma nova territorialidade. No contato com essa produção temos de ter sempre em mente que o poder dos militares não agiu de maneira apenas coercitiva, mas atuou sobretudo de maneira criadora, manipulando e configurando a verdade e, portanto, sua própria legitimação enquanto governo. Mas se a forma positiva do poder que aparece na obra de Foucault é o seu método mais consagrado e entendido na abordagem dos historiadores, não posso satisfazer completamente os entusiastas do filósofo no que toca à posição que adquire o Estado nas páginas a seguir. Em minha abordagem, o Estado brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 tem posição central nas análises que se seguem. São através de seus discursos que perceberemos as tecnologias de poder utilizadas na produção do espaço amazônico. Ele está por toda a parte, pois um ponto fundamental de minha crítica é a denúncia do Estado ditatorial e autoritário que emergiu após o golpe de 1964 e que, no tempo presente, se torna uma triste sombra que insiste em nos rodear. Essa é uma crítica que não abro mão e que, de maneira geral se encontra com a contribuição

histórica do anarquismo, suas proposições e princípios. Contudo, esse Estado aqui detalhado não se apresenta de maneira harmônica, bastando apenas ser enunciado para que o percebamos como um referencial fixo, uma coisa que precisa ser galgada, transformada ou destruída, a maneira de um objeto. Veremos ao longo do texto que a forma fundamental dessa instituição é seu caráter relacional, algo que não se apresenta longe de nós e contra nós, mas que nos concerne, que nos interpela e cruza, aquilo que se dirige diretamente a nós e pela gente é reproduzida e reforçada. Somente assim seremos capazes de nos transportar para a segunda metade do século passado e afastarmos os reais perigos do anacronismo na História. Ou seja, é percebendo que mesmo os Estados de maior exceção são fruto das relações sociais e dos modos de sujeição presentes no nosso mais banal cotidiano. Dessa forma, podemos melhor entender não só a Amazônia da ditadura, sua sobrevivência na contemporaneidade, mas também os problemas políticos que no cercam na atualidade. Enfim, gostaria que vocês percebessem a teoria aqui apresentada mais como um método do que como uma ideologia. Este texto de maneira nenhuma representa uma visão de mundo acabada, segundo a qual faço propaganda e a ofereço para que os leitores a comprem e a difundam. Acredito que nem de longe ele tenha essa força, e, de qualquer forma, nunca foi minha pretensão.

Para encerrar o debate em torno de minhas filiações e referências é preciso que o leitor confie na proposta da combinação da tratativa dos discursos com os elementos caros às análises socioeconômicas. Assim podemos melhor entender que a reconstituição da Amazônia da ditadura não se dá somente pelas questões da narrativa e da linguagem, assim como também não se produz unicamente pela noção consoladora da experiência como produtora de conhecimento (SARLO, 2007). Aqui, as noções da semiologia se juntam às da ideologia, e as noções vindas do campo da comunicação se cruzam com as do marxismo estruturalista (SARLO, 2007). E é preciso deixar claro que só consegui escrever este trabalho quando me apropriei desse denso aparelho, onde mais do que estar em cima do muro ou de buscar uma terceira via, consegui me manter distante de qualquer versão ingênua e realista da experiência (SARLO, 2007), tudo isso sem esquecer de postular uma história consequente e comprometida com os que vem de baixo. No final das contas, espero que o leitor também consiga enfim superar o falso problema entre o realismo e o idealismo.

*

O rigor metodológico me obriga a apresentar as fontes que mediaram o conhecimento histórico aqui construído. Elas praticamente se dividem em duas principais vertentes: os documentos de Estado, consagrados na linguagem historiográfica como documentos oficiais, e as fontes orais, parte de um estudo de memória decorrente das entrevistas realizadas às margens

da Transamazônica em janeiro de 2015. Estas últimas terão suas análises realizadas com o auxílio da metodologia da história oral e estão reunidas apenas no terceiro capítulo. Como o bom método também indica que os relatos orais devem ser cruzados com fontes de outras naturezas, nesse último capítulo também abordarei os documentos oficiais, mas também outro tipo de fonte que aqui merece o seu destaque. Me refiro a uma série de fotografias reunidas em pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também a mim cedidas por um grupo de ex-colonos da Transamazônica. À medida que aparecerem, o leitor terá a oportunidade de entrar em contato com a metodologia que facilita o uso da fotografia e das imagens na historiografia. Contudo, nesta introdução, considero importante apresentar uma prévia discussão a respeito da utilização dos documentos oficiais e das fontes orais, base metodológica da pesquisa que está por vir.

Os documentos oficiais por muito tempo foram defendidos como as únicas fontes capazes de mediar o conhecimento histórico. A historiografia positivista consagrou o documento de Estado, pois entendia que a instituição era responsável por transmitir as informações necessárias à posteridade, sempre comprometida com a publicitação e a veracidade dos fatos. A utilização exclusiva de documentos de Estado manteve a escrita da história presa aos acontecimentos políticos e às biografias de grandes estadistas e militares. Mais tarde, a ruptura operada pela Escola dos Annales, na França, alargou a concepção de documento histórico, forçando a entrada de uma série de novas fontes à investigação. Isso possibilitou, também, a conformação de novos temas e abordagens, estreitando o diálogo da História com outras ciências, e dando maior relevância aos estudos dessa disciplina. A utilização de documentos oficiais, no entanto, não foi excluída, mas sua relativização possibilitou estabelecermos novos olhares sobre esse tipo de documento. Ele passa a ser entendido, agora, não como séries privilegiadas, instrumentos da verdade histórica, mas como dotados de intencionalidade. Portanto, ao optar por trabalhar com esses documentos, estou atento ao debate metodológico que acompanhou a relativização do testemunho de Estado. Estou certo de que não carregam uma verdade intrínseca dos fatos, mas que são constituídos de acordo com os interesses daqueles que foram responsáveis pela sua produção. No caso, ao lidar com as fontes oficiais da ditadura, tentarei expor sua intencionalidade discursiva, ou seja, o que queriam os militares no período que ocuparam o executivo nacional? Qual a versão dos acontecimentos que pretendem relegar à posteridade?

Na análise desses documentos não pretendo buscar o que está escondido nos enunciados. Para questionar a relação entre governo e sociedade, inventariei argumentos colhidos nos discursos da própria ditadura. A complexidade da pesquisa não reside na tentativa de revelar

um conteúdo oculto das palavras, mas na capacidade de articular esses depoimentos para demonstrar os esforços da ditadura no planejamento de suas políticas públicas e na construção de suas bases sociais. Contudo, o grande desafio na problematização desses documentos é não simplesmente repetir o que está dito pelos discursos oficiais. Articulá-los, mas também criticá-los, sem com isso pretender atingir um núcleo interior e escondido das palavras – a intenção nunca foi atingir o âmago de um pensamento (FOUCAULT, 2012). Os cálculos e reflexões do governo serão investigados no diálogo entre o poder público e a sociedade brasileira da época. Dessa maneira, “não devemos esquecer que as palavras desejam ser maiores que as coisas, constituindo-se num tipo singular de violência. Os discursos, desse modo, são o que deve ser, constituem um tipo de vontade de verdade.” (NAHUM, 2013, p.56).

O uso da história oral impõe-se no momento em que decidi seguir a linha de um estudo das razões de governo e da história das instituições. Como diz Bourdieu (2011), parte deste intento é reconhecer os personagens do governo e adentrar os limites de uma história social. Por sua vez, destaca Arturo Escobar que destrinchar as instituições é também buscar as formas de subjetividade fomentadas nos discursos oficiais, para captar a maneira com que as pessoas reconhecem a si mesmas como partícipes dos intentos institucionais, como corpos docilizados por seus programas. De maneira geral, é disso que trataremos quando isolo a política de colonização das margens da Transamazônica. Os trabalhadores rurais agenciados nessa política deram seus depoimentos a respeito dessa história e através deles podemos percorrer os caminhos que os levaram a se aproximar daquilo que estava propondo a racionalidade governamental na Amazônia. Nesse estudo de memória devemos levar em consideração que vivemos uma época de forte subjetividade (SARLO, 2007). Mas a versão individual dada pelos sujeitos sobre a ditadura não envolve a valorização do pessoal ou da intimidade, ou seja, de um apoio sobre a perspectiva da fragmentação. Esses relatos são postos em série e envolvem a tentativa de criação de determinadas regularidades e grupos sociais. A intimidade e o pessoal, quando conclamadas, adquirem o importante lugar da manifestação pública, conquistada por esses sujeitos no ato da entrevista e nas suas atuações como seres políticos nas regiões da Transamazônica, mais especificamente, no estado do Pará.

A utilização da história oral também é um importante campo para compormos um quadro ampliado entre linguagem e experiência, questão que debatemos com firmeza quando aqui expus as minhas filiações teóricas. A principal característica no uso dessa metodologia envolve justamente superarmos essa oposição, para, como diz um de seus principais especialistas, perceber que

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem (PORTELLI, 2006, p. 111).

Também veremos, quando na oportunidade em que lidarmos com esses depoimentos, que parte fundamental do estudo de memória é levar em consideração a dimensão que tem o tempo presente na articulação e na rememoração dos discursos produzidos pelos personagens de governo. Como disse desde o início dessa introdução, não podemos fazer uma história rica e relevante sem abandonarmos a utopia de que somos capazes de reconstruir os fatos históricos tal qual ocorreram no passado. A história só se torna capaz de ser apreendida quando o significado de seus acontecimentos é fixado no próprio presente. Sobre isso, a metodologia da história oral e o trato com a memória tem muito a ensinar. Teremos o momento de melhor evidenciar essas questões. Por hora, cabe reforçar que “só a curiosidade do antiquário ou a pesquisa acadêmica mais obtusa e isolada da sociedade poderiam, hipoteticamente, suspender a articulação valorativa com o presente.” (SARLO, 2007, p. 114).

*

Agora sim, ao encerrar esta introdução, entendo que está demarcada a importância que tem o presente no trato dos problemas que estão por vir. Todo o conhecimento da ditadura na Amazônia aqui reunido é importante de ser lido sempre atento ao fato de que possivelmente estamos diante de uma retomada do projeto desenvolvimentista estabelecido naqueles anos. Como veremos, a política destrutiva dos militares corre o risco de ser atualizada em mais um projeto desastroso para a Amazônia. Essa não é uma perspectiva pessimista e exagerada. Mas se acredito que alguma contribuição política possa existir nessas linhas, ela reside na capacidade de alertar o leitor para a importância da defesa do regional. Nesse sentido, temos de ter em vista que não está em jogo apenas a proteção de uma floresta, mas a luta de uma população tradicionalmente estigmatizada e estereotipada pela tecnocracia enviesada. Foi ciente disso que tentei ao máximo estabelecer uma narrativa que levasse em consideração os sujeitos da região, mesmo que me concentrasse basicamente numa razão de governo. Considero que este objetivo poderia ter sido melhor aprofundado, mas terão outros momentos para isso. Por exemplo, quase nada comentei sobre a situação dos povos indígenas da região, seja no presente ou na época da ditadura, mas já existem muitos trabalhos que se dedicam apenas a este tema. No entanto, nos breves momentos em que convoquei os povos tradicionais na narrativa, não o fiz de maneira a somente os fazer aparecer, mas a demonstrar como historicamente eles têm sido silenciados e invisibilizados, quando, na verdade, existem níveis expressivos da relevância de sua existência

para a Amazônia, para o Brasil e quiçá para o mundo. Portanto, no trato com a Amazônia, o que a historiografia competente tem que fazer é demonstrar que historicamente estamos diante de um apagamento da existência desses sujeitos, em tudo que isso possa significar, inclusive nos seus constantes assassinatos, ou seja, na própria morte.

Enfim, não posso fugir da ideia de que minha contribuição, ao fim desse texto, remete à conclusão de que a formação e evolução do Estado brasileiro está intimamente ligada a um processo de colonização – e a Amazônia é maior expressão desse processo na contemporaneidade. Estou certo de que existe uma importante dimensão colonial na modernidade e só a história é capaz de melhor elucidar esse processo à medida que promove uma mediação temporal responsável. Isso, como já escutei, de longe corresponde a uma síndrome de colonizado, que paira sobre parte da esquerda ao modo de uma patologia. Olhar a Amazônia com os olhos críticos da colonização é denunciar que o processo de expansão do capitalismo brasileiro é conservador, reduziu direitos, excluiu, agregou privilégios e matou. Esse é o real processo de modernização que se assistiu durante a formação da sociedade brasileira e sua conseguinte expansão para a Amazônia. E como bem planteia a teoria decolonial, isso também valeu para os outros países da América Latina.

1 CAPÍTULO I: A AMAZÔNIA DA DITADURA

“As riquezas da região Norte
 Ficou muito tempo no esquecimento
 Pela omissão dos governos
 E pela falta de investimento
 Grandes Projetos na Região
 Deu início ao desenvolvimento”
 Manoel José Leite

Esses são alguns dos versos do poema intitulado “O sofrimento na Transamazônica no início da colonização”, segunda estrofe. É com essa reflexão que o poeta dá início à narrativa que propõe descrever os atos da colonização às margens da rodovia que cortou o sul do Pará na década de 1970 – a Transamazônica. Conheci Manoel em julho de 2016, durante minha segunda passagem pela região da Transamazônica, ao longo do trecho que liga as cidades de Marabá e Altamira. São aproximadamente 500km que separam as duas cidades, numa estrada que parece inacabada, mas que já soma mais de quarenta anos de sua inauguração. Por ela trafegam pessoas e mercadorias diariamente. Nas suas margens estão localizados uma série de municípios de urbanização tardia. Na paisagem também aparecem casas isoladas à beira da estrada e foi numa delas que tive o prazer de encontrar Manoel José Leite, o Manoel Alagoano, como é conhecido na região. Iniciei minhas pesquisas na Amazônia em Janeiro de 2015, quando recolhi o grosso das entrevistas para compor o projeto de pesquisa do qual este trabalho é resultado⁹. Foi naquele ano que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajá me indicou ter uma prosa com o poeta natural de Alagoas. Era mês de janeiro, inverno amazônico. Por sorte não me deparei com tantas chuvas, mas por falta dela, quiçá, não encontrei Manoel naquela oportunidade. Ele aproveitava a folga do trabalho para viajar a Belém em busca de consultas médicas especiais, um direito que carece na região desde os primeiros anos em que o trabalhador ocupou suas terras.

Manoel Alagoano ainda hoje trabalha. Exerce a função de agente de saúde vinculado à prefeitura de Pacajá. De posse desta informação, entendi que Manoel era um sujeito ativo, reconhecido pela sua dedicação naquelas áreas. No sindicato já haviam me alertado: “Além de tudo, ainda é poeta!”. Durante aquele mês, me concentrei em realizar entrevistas na região de Altamira, mas sabia que precisaria voltar às cercanias de Pacajá, e uma das motivações era justamente o encontro com Manoel. E voltei, dessa vez em julho de 2016. Segui, portanto, a trilha que me levaria à casa de Manoel, uma residência digna aportada nas margens da Transamazônica. A identificação não foi difícil. Manoel mantém à frente de sua propriedade a

⁹ Texto referente à tese de doutoramento, resultado do projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA – Belém, aprovado no ano de 2016.

mesma casa que lhe foi entregue pelo INCRA¹⁰ em 1972. Uma casa padrão, de madeira, suspensa do chão, dois cômodos e uma varanda. Depois de muito trabalhar, Manoel conseguiu construir uma casa de alvenaria nos fundos e, ao lado, uma outra casa, também de alvenaria, para sua filha. O fato de manter os vestígios arquitetônicos da política de colonização dos anos 1970¹¹, me indicava ser Manoel uma pessoa apegada à memória daqueles anos.

Não é preciso assinalar que fui muito bem recebido. A prosa correu bem. Viajamos pelos anos da década de 1970 durante toda a manhã, recuperando as memórias e representações de um trabalhador rural erradicado na Amazônia e advindo do estado de Alagoas, região Nordeste. Minha intenção com as entrevistas é traçar uma história oral do projeto de colonização da Amazônia durante a década de 1970. Recuperar a vida dos homens e mulheres comuns, traçando o cotidiano de suas famílias sob o regime ditatorial daqueles anos, seus desafios, necessidade e desejos. A historiografia contemporânea da ditadura, em escala nacional, autorizava a investigação desse tipo. Por outro lado, já comprometido com uma história social da Amazônia, também me lançava naqueles relatos no intuito de recuperar a vida de trabalhadores rurais na região, a constituição de novos locais de moradia e trabalho e a gama de relações advindas desse processo.

O objetivo de trabalhar a memória e a oralidade se mantém, e me dedicarei a esmiuçá-las no último capítulo. No entanto, assim como Manoel, cheguei à Amazônia como um desbravador. Mas não procurava por terras onde pudesse garantir minha sobrevivência, embalado por discursos e propagandas de um governo astuto, manipulador de desejos e necessidades. Vim do Nordeste no faro dos vestígios da colonização e na trilha de leituras e cursos que me possibilitasse uma visão completa dos empreendimentos da ditadura na região. Àquela altura, já me era certo de que o governo dos militares representava uma ruptura significativa na história da Amazônia. Esse é um fato que pretendo enfrentar daqui por diante. Onde está localizada essa ruptura? Como podemos descrevê-la e afirma-la? Com quem e o quê ela dialoga? Aonde estão suas raízes? E, no limite, será que a Amazônia superou o passado dos governos militares ou ainda segue a trilha de seus grandes projetos?

O que pretendo fazer deste texto é o que Manoel, em partes, sintetiza na segunda estrofe de seu poema. A escolha por iniciar essas páginas com a narrativa do poeta não é aleatória. Ela

¹⁰ Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Autarquia criada em 1970, sob a supervisão do Ministério da Agricultura. Coordenou as ações da política de ocupação das margens da Transamazônica.

¹¹ A política de colonização a qual faço referência corresponde aos esforços do governo em montar uma estratégia de seleção de colonos em áreas como o Nordeste e o Sul do país, para posteriormente enviá-los à Amazônia, onde seriam concedidos lotes de 100ha para ocupação e produção daquelas áreas. Manoel Alagoano foi um dos colonos recrutados. No capítulo 3, discutiremos a política de colonização em detalhes, utilizando, principalmente, da memória de alguns colonos agenciados pela política.

demonstra o sentido de ruptura operado pelas políticas do governo da ditadura durante os anos de seu regime. Nas palavras de Manoel, a Amazônia, antes relegada ao esquecimento, passa, com os grandes projetos daqueles anos, a seguir, finalmente, o “rumo do desenvolvimento”. Os governos militares formam então um ponto de partida, emergência do novo, inauguração de outros tempos, enfim, uma ruptura. De posse de documentos oficiais, que apresentam leis, decretos, projetos, políticas, obras, etc., é possível circunscrever as falas oficiais que dão o sentido da investida dos governos militares na Amazônia. Mas, sabemos, um bom trabalho de história precisa inserir sua discussão numa rede de contribuições mais ampla; articular os discursos, dialogar, debater com os comuns e indicar sua contribuição (CERTEAU, 1982). Esse é o nosso trabalho e desta maneira perseguimos a sedutora verdade dos acontecimentos históricos.

Já disse que assim como o Manoel da década de 1970, sou um viajante, um estrangeiro em terras amazônicas em busca de seu conhecimento (SAID, 2003). Mas nada mais comum quando nos debruçamos sobre a história da região. Sabemos que seu conhecimento percorre os séculos sobre a égide das noções estrangeiras, desde os tempos coloniais (PIZARRO, 2012). Mas estrangeiros não são apenas os que vem do além-mar no início do contato entre a civilização europeia e os nativos brasileiros. São também estrangeiros aqueles que se dedicam a conhecer a região no intuito de explorá-la segundo o interesse dos que estão fora de seu território. Irônico pensar que muitos amazônidas também contribuíram com interesses escusos, dedicados ao enriquecimento dos que estão fora dos limites da *rainforest*, mas que ao longo do tempo vem explorando suas riquezas materiais. Ao meu ver, mesmo nascidos na região, seriam esses também estrangeiros. A conclusão é importante, a medida que encontraremos algumas dessas figuras no desdobrar da narrativa, discutindo suas falas e escritos.

De outro modo, é importante pensar que foi minha condição de estrangeiro que mobilizou a minha ânsia de escavar a região no sentido de compor as reflexões para uma pesquisa de fôlego. Lembrem que a intenção inicial era montar uma história oral da colonização, o que não foi abandonado, mas, contudo, diante dos descaminhos da pesquisa, novas abordagens deram a tônica da escrita. Esse procedimento metodológico não se dá apenas por escolha, opção de quem escreve. De certo maneira ele me foi imposto diante do objetivo de montar um esquema que desse conta do entendimento da Amazônia sob o comando dos generais presidente.

Vejamos: em seu poema, o objetivo de Manoel Alagoano era descrever o sofrimento durante os anos de ocupação da Amazônia por trabalhadores que chegavam à região impulsionados pelos programas do governo. Era o sofrimento que ele perseguia, demonstrando

as dificuldades e desafios daquele processo, no intuito, também, de valorizar sua empreitada. Toda aventura tem um risco e todo sucesso precede um martírio, esses são alguns dos princípios que guiam Manoel em seu poema. No entanto, mesmo com tanto sofrimento, Manoel também reproduz a retórica triunfalista das políticas da época. Apesar de hoje questionadas, muitas das ações dos militares na Amazônia foram suportadas, em seus discursos, pelos trabalhadores que as acompanharam ao longo dos anos daquele governo. Para Manoel, era o início do desenvolvimento, um marco da transformação da floresta. Dessa forma, foi justamente a naturalidade com que Manoel recorre a essas imagens do desenvolvimento, do sucesso das políticas, que me chamou a atenção. Repito: se seu objetivo era traçar o sofrimento porque glorificar a ação militar daqueles tempos? Para mim era banal encontrar essa retórica triunfalista nos documentos oficiais da ditadura. Mas o fato de serem reproduzidos à revelia pelos meus entrevistados me incomodava. Veremos essa contradição em detalhes ao longo do terceiro capítulo. Por enquanto, vale demarcar que entendi ser ela uma espécie de automatismo discursivo, uma repetição, uma forma de entender o período e a região amazônica segundo uma regularidade autorizada, um local de autoridade para falar da região e de seus processos transformadores. A Amazônia dos militares é a Amazônia do desenvolvimento, do sucesso, do trabalho, das realizações, tanto para os militares da ditadura como para os colonos que ocuparam a região na década de 1970, mesmo que eles tenham a consciência do sofrimento que os acompanharam.

Foi dessa inquietação, portanto, que parti para a pesquisa dessa positividade. De que maneira foi composto esse discurso? Quais os elementos que o estruturam? O que demarca sua originalidade e sua regularidade? Estaria hoje apenas vivo na memória e/ou fadado ao esquecimento? Para tanto, duas leituras me foram fundamentais. Elas apontaram os caminhos de minha pesquisa, indicaram a brecha para a execução de um texto preocupado com a Amazônia e não só com a ditadura. Em síntese, ofereceram à pesquisa a tese que me faltava.

1.1 AS VOZES DO RIO

A primeira obra reúne os estudos de Ana Pizarro e é intitulada “Amazônia, as vozes do rio” (PIZARRO, 2012). De acordo com a autora, a Amazônia é, antes de tudo, um espaço cultural (PIZARRO, 2012). A obra gira em torno dos discursos que transversalizam um determinado espaço imaginado, constituindo os contornos e bordas de uma territorialidade. Para a autora é importante captar o que constitui a unidade, os mecanismos que nos fazem pensar e dizer sobre uma determinada região. A partir daí o domínio do que é simbólico emerge como o campo capaz de inventariarmos os caminhos da construção de uma dada espacialidade. Ela está preocupada em captar “os elementos, no plano simbólico, das distintas partes da Amazônia que

a constituem como unidade articulada e nos levam a pensar numa área cultural específica.” (PIZZARRO, 2012, p. 29). Este é um esforço intelectual preocupado com questões atuais, que parte do presente e identifica nessa dimensão temporal os problemas para problematizar o passado. O método envolve o comprometimento com os problemas e questões que enfrentamos na atualidade e recorre ao passado no sentido de estabelecer indagações capazes de nos orientar no mundo que hoje se apresenta¹². Portanto, fazer a história da Amazônia a partir da perspectiva discursiva de sua formação é denaturalizá-la; entendendo os mecanismos que compõe a sua invenção como objeto cultural. Quais os elementos e traços que esboçam a região? De que falamos quando utilizamos seu vocábulo? E a partir disso, de que maneira a história pode ser convocada para elucidarmos tais questões.

Foi então ao transitar por essas premissas que a autora nos oferece desde o início da obra a conclusão de que a Amazônia

é, assim, uma construção discursiva. Somente através dessa construção é possível chegar à sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador (PIZZARRO, 2012, p. 33).

O ponto de partida é então a construção discursiva da Amazônia, já o de chegada remete à constituição de sua imagem. Os discursos oferecem um universo de premissas que constituem sua dizibilidade. Através desse regime do dizer é possível então atingirmos o esboço de sua visibilidade, instituída através de uma diversidade de imagens que a compõe¹³. No entanto, essa recuperação só se faz possível através da história, através dos acontecimentos históricos. Construir a visibilidade e a dizibilidade da Amazônia é recuperar os momentos históricos que passo a passo foram erigindo esse arquivo de imagens e premissas. Essa é a questão central de Ana Pizarro, e com maestria narrativa a autora a enfrentará em “Amazônia, as vozes do rio”.

Assim é que ela propõe o entendimento da formação discursiva a partir de momentos históricos chave que deram a tônica da construção da Amazônia e sua imagem. É um esquema marcado por recortes históricos fundantes. Cada fase é responsável por um conjunto de discurso, todos relacionados à prática histórica do período. Os fatos expõem os discursos e os discursos atestam os fatos. As marcas históricas da região estão articuladas a determinados regimes discursivos que a acompanham. Ao final, elas elaboram um todo capaz de

¹² Sobre a importância do presente nas análises históricas, lembrar a ruptura operada pela Escola dos Annales, em: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹³ Os conceitos de dizibilidade e visibilidade, são tratados por Durval Muniz a partir de sua apropriação das contribuições de Deleuze quando este último investiga a obra de Foucault. Ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 1999.

circunscrever a imagem que temos da Amazônia atualmente, no entanto, sem perder as especificidades de cada momento histórico que lançou seu conjunto discursivo.

A primeira fase histórico-discursiva compreende o início da colonização. São os cronistas viajantes responsáveis pelas primeiras viagens ao longo dos rios da região. São três textos principais, no formato de cartas. A primeira é a carta do Frei Gaspar de Carvajal, responsável pelo relato da viagem de Francisco de Orellana, o primeiro a navegar o Amazonas da nascente à foz. O segundo texto compreende a viagem de outro navegador, Pedro Teixeira, enviado pela coroa portuguesa no intuito de percorrer o caminho inverso de Orellana. Pedro Teixeira navega da foz à nascente, e retorna na companhia de outro membro do clero, Acuña, responsável por relatar a viagem de volta. O terceiro texto que compõe a tríade das cartas dos primeiros viajantes é o que se concentra na emblemática viagem capitaneada por Lope de Aguirre. Essas cartas são os documentos capazes de nos transportar aos anos do primeiro contato entre a civilização europeia e a natureza amazônica.

A segunda fase que compõe a formação discursiva da Amazônia também está ligada ao formato dos relatos de viagem, no entanto remetem a um momento histórico posterior. É consenso nas ciências humanas, pelo menos entre aqueles que se debruçam sobre a história do pensamento ocidental, que à medida que avançamos o século XVIII, a Europa entra na fase do que entendemos pela constituição do pensamento moderno. É ele que vai dar as bases para as revoluções deste século, garantindo um distanciamento maior das influências religiosas que deram base aos primeiros cronistas e estabelecendo um conhecimento secular capaz de impulsionar a primazia da ciência. Embalados por esse sentido de ruptura e por uma renovação das abordagens é que uma série de viajantes europeus adentram a floresta Amazônia para procurar riquezas, mas também para romper ou comprovar os mitos dos antigos colonizadores, e estabelecer uma colonização sob a égide da ciência. É uma nova face do ímpeto colonizatório.

Pizarro então destaca duas figuras proeminentes dessa nova fase: La Condamine e Humboldt. São viajantes preocupados em escrever sobre uma região dotada de riquezas a serem exploradas pelas metrópoles colonizadoras. Escrevem sobre uma diversidade de temas, pretendem ser totais como a ciência. Viajam pelos registros da fauna e flora, mas também e mais importante, divagam sobre o elemento humano dos trópicos. A fórmula que os guiam é comprovar as riquezas da região, estabelecendo que o autóctone é incapaz de explorá-la e indigno de possuí-la, tendo de ser relegada aos grandes centros europeus as condições de sua exploração. Da passagem de um regime discursivo a outro podemos dizer que o importante é entender que o sentido fantasioso e demoníaco da natureza estabelecido no início da

colonização cede espaço a noção de que a Amazônia emerge como um imenso tesouro a ser explorado, porque seus habitantes não são capazes de fazê-lo.

A terceira fase discursiva está atrelada a um momento da história de grande relevância historiográfica para a região. O capítulo que dá conta dessa formação é intitulado “vozes do seringal”. É o período de exploração da borracha, iniciado na segunda metade do XIX e que entre apogeu e quedas se estende até o final da segunda guerra mundial em 1945. Essa é uma fase em que os discursos fundantes da imagem amazônica começam a ser produzidos de dentro de seu território, ou seja, se distanciando dos enunciadores europeus da fase da colonização. No início da exploração seringueira, o Brasil já havia conseguido sua independência, mesmo que negociada com a metrópole, o que não significou uma grande ruptura política, diferente de outras colônias da América. Mas não foi a conquista da independência a experiência história que marca a formação desses discursos, mas, anos mais tardes, a consagração da república brasileira, outra transformação política que, segundo a historiografia consagrada do período, não ocorreu com amplitude participativa da nação (DE CARVALHO, 1987). No entanto, a república consolidou a necessidade de os brasileiros serem os responsáveis por enfrentar os problemas da nação, distribuída pelo imenso território ao sul do hemisfério do qual a Amazônia fazia parte, mesmo distante dos grandes centros políticos do país. Nesse sentido é que uma série de intelectuais preocupados com a região e sabedores das contribuições que a Amazônia poderia dar na constituição da riqueza brasileira, se lançaram na representação¹⁴ desse espaço. O objetivo que marca essa fase era compor uma denúncia oficial ao processo de exploração da borracha na região, demonstrando como as autoridades haviam sido omissas com a responsabilidade de garantir o domínio do território e sua racional exploração. O cotidiano dos seringais era então apresentado no âmbito de um descaso com os elementos humanos desses locais, à exceção de uma pequena elite sem comprometimento com a evolução do padrão de vida na região. Os autores montaram um cenário em que o brasileiro vivia em luta aberta contra a floresta, inimiga do progresso, noção cara ao estabelecimento da república. Era então necessário romper os entraves do mundo natural e garantir ao país o rumo de um Estado evoluído capaz de dar conta de seus próprios problemas e atingir um estágio de plenitude republicana.

O principal autor com que Pizarro dialoga é Euclides da Cunha, responsável pela escrita da obra inacabada e intitulada “À margem da História” (CUNHA, 1975). Foi em missão oficial

¹⁴ Para um melhor entendimento do conceito de representação, consultar: CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

do Estado brasileiro, que um dos grandes intelectuais do país se lançou à Amazônia no intuito de compor um relato capaz de balizar as investidas governamentais na região. O estilo de Euclides fez dessa obra um valioso arquivo imagético-discursivo da Amazônia, ainda que apresentada em fragmentos por conta de sua precoce morte. Detalharemos essa fase quando na oportunidade de problematizarmos melhor as formações discursivas. Por ora cabe afirmar que Euclides é o protagonista da fase, ainda que acompanhado por outros autores que foram fundamentais na elaboração do que representava a Amazônia daquele tempo. Oferecerei às análises as obras “Inferno Verde” e “Terra Imatura”, de Alberto Rangel e Alfredo Ladislau, respectivamente. Inseridos na mesma fase de Euclides, são responsáveis por compor o regime discursivo da época da borracha, relatando o cotidiano da região e expondo os dilemas do homem amazônico no período. O texto de Euclides está mais próximo de um ensaio. No entanto, como dito, seu estilo e vocabulário faz do ensaio um importante texto à investigação discursiva. Inferno Verde e Terra Imatura são obras literárias repartidas em contos. Eles demonstram a luta aberta do trabalhador brasileiro na imensidão da selva amazônica, sua missão de transformar aquela localidade e introduzi-la no processo de modernização da nação a que se propunha a república. A complexidade do intento já deve estar clara ao leitor. E a intenção de trazer à análise histórica a contribuição da literatura é mais um elemento que comprova a dimensão do trabalho que se apresenta. A literatura é hoje um campo que não deve mais ser negligenciado pelo historiador, seja ele da cultura ou do social. Ela é mais uma fonte que compõe o leque de documentos trabalhados na pesquisa (LUCA; PINSKY, 2009).

O quarto regime discursivo, e o conjunto de acontecimentos que o engendram, finalmente abre espaço às minhas principais contribuições. Depois de uma investigação histórica por excelência, a autora passa a se preocupar com as formações discursivas que dão a cara do presente amazônico. O marco desta ruptura é justamente os governos militares brasileiros. É dessa gestão que nasce o quarto ciclo discursivo da Amazônia. A conclusão da autora não remete a nenhum *insight* de genialidade, mas atende ao que foi proposto no próprio poema que dá início ao capítulo. É a fase da modernização e do desenvolvimento ao qual se refere Manoel Alagoano. Nas palavras de Pizarro:

A região amazônica, tal como a vemos hoje, no século XXI, emerge de um processo que teve início nos anos 1960 e 1970, com a participação dos governos militares, naquilo que foi considerado o desenvolvimento da modernização da região. Nesse período, a partir de profundas mudanças produzidas, começa a ser festado o que podemos chamar de quarto discurso de construção da Amazônia. Uma vez que o Brasil possui a maior parte da superfície do território amazônico, suas mudanças repercutem em toda a área (PIZARRO, 2012, p. 166).

Esse é o ponto de convergência entre o meu trabalho e os estudos de Pizarro. Ela estabelece que a intervenção governamental da ditadura produz o quarto discurso da Amazônia. Mas a autora, no entanto, não desvenda os mecanismos dessa produção. Não investiga os elementos daquela construção imagético-discursiva. Não remonta a dizibilidade e visibilidade composta pelos militares. Se limita a generalizações e ao marco de sua fundação. Comenta a importância desse momento histórico e a centralidade do papel dos governos brasileiros na composição do que se entende pela região amazônica como um todo. Somente um estudo esmiuçado que elenque as atividades dos militares na região será capaz de desvendar os meandros desse processo de composição discursiva. É sobre essa formação que me dedicarei. Sem esquecer que o que foi dito pelos militares acompanha uma série de intervenções que são do âmbito da prática. Portanto, nesse primeiro momento selecionarei um conjunto de fontes oficiais que se dedicaram a representar a Amazônia sob a ótica da gestão governamental da ditadura. É um conjunto de estudos elaborados desde a Escola Superior de Guerra, junto a uma série de publicações distribuídas nos arquivos da SUDAM, principal autarquia do governo federal na região desde os primeiros anos do golpe de 1964. A centralidade da Amazônia nos governos militares é inquestionável. Eles resolvem encarar de frente o problema da Amazônia e acabam produzindo uma gama de discursos que versam sobre a região. Nesse momento é que pretendo constituir uma historiografia que dialogue com o que há de mais contemporâneo no campo. A ideia é constituir um estudo que seja capaz de demonstrar a importância da Amazônia aos governos militares, demonstrando como esse ambiente amazônico é fulcral para o entendimento da política levada a cabo durante os anos em que o autoritarismo e a centralização marcaram duas décadas do país. Por fim, também não deixarei de lado meu compromisso com as análises que formam o entendimento socioeconômico da Amazônia da período.

Problematizar discursos não significa esquecer as práticas (FOUCAULT, 2012). Portanto, após desmistificar a composição discursiva da Amazônia a partir da ótica dos governos militares demonstrarei como ela acompanhou uma série de medidas, políticas, leis, programas, instituições, obras, etc. Os discursos só fazem sentido quando trabalhados a luz da prática que os acompanham. Por hora, neste capítulo, demonstrarei como e porque a Amazônia se insere nas preocupações centrais da ditadura, sendo o regime militar uma fase determinante para fixar certas verdades sobre a região. Pretendo captar o sentido de ruptura operado pelos militares, a especificidade de seus discursos, mas também de que maneira eles estão articulados com o passado histórico da Amazônia, seu arquivo.

Pizarro (2012) não deixa claro porque não levou a fundo a reflexão sobre a elaboração discursiva da ditadura, mas o fato é que a autora se preocupou com a fase posterior aos discursos

dos militares. O quarto discurso da Amazônia, para ela, foi mais relevante em suas consequências do que em seu funcionamento. Segundo a autora, a sua tese é de que após a queda dos governos militares, a Amazônia abandonou a perspectiva unificadora e centralizadora das grandes formações discursivas para se destringir em uma pluralidade de vozes. A marca do que poderia ser a quinta formação discursiva na região é justamente a diversidade de sujeitos que pretendem falar de uma Amazônia que lhes é própria. A história da região, sua visibilidade, passaria então a ser contada pelos vencidos. Uma diversidade de grupos sociais que se distribuem ao longo da região e que muitas vezes se fazem lá presentes há séculos. Esses grupos, em confronto aberto com o processo de modernização levado a cabo pelos militares, demoraram, mas enfim passaram a reivindicar seu protagonismo na região, fazendo valer suas reivindicações e estabelecendo seus próprios discursos. Esses sujeitos são os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos; mas também os povos da floresta, como seringueiros, quebradeiras de coco do babaçu, trabalhadores da castanha, etc. Foi impondo suas representações que esses grupos passaram a legitimar sua presença na grande região, firmando raízes na floresta famosa pela cobiça colonizatória. Apesar de me concentrar na quarta fase, expondo justamente os mecanismos discursivos dos governos militares, também não deixarei de fazer referências ao momento em que emergiu uma nova pluralidade de vozes sobre região, constituindo uma fase discursiva que nasce da ruptura com a retórica dos militares.

1.2 ANTROPOLOGIA DOS ARQUIVOS

Vejamos agora a segunda obra que situa o meu trabalho dentro do que se pode chamar de quarta formação discursiva da Amazônia.

Alfredo Wagner é um intelectual de fôlego¹⁵. Dentre a sua vasta produção, tive a oportunidade de me deparar com uma célebre publicação, advinda de uma palestra proferida para estudiosos de outras áreas que não as chamadas ciências humanas. A obra em questão chama-se “Antropologia dos arquivos da Amazônia” (ALMEIDA, 2008). Neste texto o autor estabelece a missão de apresentar aos “cientistas naturais” alguns esquemas interpretativos que condicionam verdades a respeito da Amazônia. Ele expõe um processo histórico sincrônico, demonstrando a maneira com que a ciência fixou determinadas noções a respeito da região supracitada. O autor está preocupado com o que chama de automatismo de linguagem quando o assunto é Amazônia. Relata que existe um léxico singular acionado cada vez que se fala de

¹⁵ Atualmente é bolsista CNPQ, pesquisador-sênior na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Dentre os Programas de Pós-Graduação que contribui, destaco sua atuação no curso de Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

ou sobre a Amazônia. Esse léxico é uma invenção científica, criado e suportado por aqueles que emanam autoridade através de seus vínculos com o saber, por sua vez, revestido de um poder capaz de naturalizar verdades sobre a região. Mas sua preocupação não se restringe apenas aos meios acadêmicos. Alfredo Wagner não é intelectual de gabinete. Seus trabalhos exigem a presença no campo, corpo-a-corpo com os sujeitos que constroem a realidade amazônica ao longo de sua história recente. Nesse sentido, me parece que o autor é movido pela inquietação de perceber a maneira com que as verdades regionais se alastram do campo da ciência à fala do homem ordinário. Para ele, é fato que o real amazônico é constituído em meio às contribuições da ciência, mas seu poder só pode ser medido quando identificamos a reprodução dessa linguagem por um público amplo e difuso, sem questionamentos profundos. Mais uma vez os remeto ao início do capítulo quando percebemos que é junto a esse mesmo automatismo que Manoel reproduz em seu poema a positividade e a benevolência com que o senso comum caracteriza a ação dos governos militares na região.

Alfredo quer combater o que é auto evidente, o que é natural, o que é fixo e que à primeira vista não tem história. Seu método o aproxima da obra de Pizarro (2012), comentada anteriormente, uma vez que reserva à investigação os mecanismos de produção do discurso legitimado pelas instituições. Se foi Pizarro que me ofereceu um objeto, tal qual a produção discursiva da ditadura sobre a Amazônia, vai ser Alfredo com quem vou dialogar teoricamente, no sentido de abrir espaço a uma nova contribuição entre aqueles que se preocupam com os mecanismos de produção de verdades sobre a região e seus decorrentes processos de subjetivação. O trabalho vai caminhar no sentido de observarmos o funcionamento dos discursos, sua operacionalidade prática e seu poder de fazer com que indivíduos comuns encarnem as representações produzidas pelo saber. Meu diálogo com a “Antropologia dos arquivos da Amazônia” envolve não somente estar conectado a um campo referencial de relevância, mas caminha no sentido de oferecer um novo quadro teórico quando o assunto é a problematização dos discursos e práticas da ditadura militar na Amazônia. Proponho, dessa maneira, um deslocamento em relação a obra de Alfredo. Não posso perder de vista que meu trabalho é assentado numa reflexão histórica. E é essa posição que inicia um distanciamento do debate teórico proposto pelo autor em questão. Seu título já expõe um compromisso que evidencia a diferença dos quadros com que enfrentaremos o problema. O trabalho do autor é um trabalho de antropologia. Ele se preocupa com o sentido antropológico de sua investigação, enquanto o presente texto, nas humildes linhas que se seguem, pretende encarar o desafio sob um prisma histórico. É como se iniciássemos uma caminhada em pontos diferentes, mas,

reunidos no mesmo espaço, no trajeto identificamos elementos comuns para finalmente nos encontrarmos no mesmo ponto de chegada.

Observamos anteriormente que para dar conta da maquinaria discursiva preocupada com a Amazônia, Ana Pizarro estabeleceu ciclos e fases de sua abordagem, o que denomino de formações discursivas. Repito que a brecha deixada pela autora é justamente a problematização dos discursos produzidos pelos militares quando na oportunidade em que estiveram no comando do executivo nacional. Alfredo Wagner, no entanto, opta por um outro método e estabelece um novo olhar para entendermos como a Amazônia é concebida nas políticas de Estado e pelo conjunto do saber que a engendra. Ele parte do presente, mas quando olha para o passado não enxerga fases, opta por um olhar continuado que estabelece um ponto de origem e permanência: um olhar sincrônico. Para o autor, a ciência que consagrou verdades sobre a Amazônia tem sua origem na oportunidade histórica em que se passou a encarar a região com a inspiração do saber moderno. Essa fase corresponde ao século XVIII e tem na figura do Marques de Pombal seu principal expoente:

Com sua formação Iluminista Pombal redefine o projeto colonial, enfatizando o papel do Estado e menosprezando a ação confessional, sobretudo no domínio econômico. Em oposição ao dogma elege o saber científico ou um gerenciamento econômico que subordinava os empreendimentos das ordens religiosas às políticas do estado. Promove, portanto, uma clivagem profunda nas relações de poder. Com Pombal percebe-se uma distinção entre o estado dinástico e o estado nação, através das medidas racional-burocráticas que delineiam traços distintivos do Estado Moderno (ALMEIDA, 2008, p. 21/22).

Pombal simboliza a ruptura institucional que vai dar a tônica da gestão política dos estados modernos. A maneira com que a ditadura interpreta a Amazônia encontra sua raiz histórica na transformação operada por esse estadista do século XVIII. Essa origem é simbolizada pela eleição do saber científico como condutor da gestão do espaço regional. Saber esse balizado pelas noções econômicas em primazia. São as políticas de Estado, portanto, as responsáveis por determinar a realidade amazônica. Essa ruptura é o que Alfredo vai chamar da passagem do estado dinástico ao estado nação, quando são deixadas de lado as influências das ordens religiosas e os misticismos das entradas coloniais, para dar início a uma gestão comprometida com os argumentos racionais e a estrutura burocrática. Nessa ruptura estariam as bases para entendermos a maneira com que funciona os projetos amazônicos dos governos militares.

Assim, é esse sentido de continuidade que demarca a narrativa do autor como vinculada à antropologia. Reparem que essa conclusão é dada por ele mesmo desde o título de sua obra. Ao final, a diferenciação teórica pode parecer sutil, mas é ao tentar estabelecer minha concepção

histórica da abordagem discursiva que apontarei a brecha em que prosseguirei com minhas análises. Antes disso, cabe detalhar a mediação histórica posta em prática em “Antropologia dos arquivos da Amazônia”.

Segundo Alfredo, a chave para entendermos seu postulado de continuidade se encontra na ideia de que com Pombal é formado um determinado esquema interpretativo da Amazônia que sobrevive na atuação da ditadura em território amazônico. As práticas de gestão, mesmo submetidas a temporalidades históricas distanciadas por séculos, mantêm uma forma de conceber e resolver os problemas que lhes são comuns. Esse esquema interpretativo não é formado somente por aqueles que são responsáveis pela condução dos assuntos de governo, mas encontra-se disperso entre as formulações científicas, estas, obviamente, autorizadas por uma gama de instituições que dão legitimidade ao saber. Portanto, a ruptura não está somente na maneira em que o Estado passa a ser organizado. Não é o Estado o senhor das transformações, uma vez que é ele próprio entrecortado por uma série de outras instituições e também submetido a clivagem científica. Portanto, quero com as citações que se seguem esclarecer dois pontos. O primeiro é a noção de que o esquema interpretativo lançado na época de pombal não emana somente do Estado, sendo este o condutor mor das transformações sociais. O segundo é demarcar o sentido de continuidade operado pelo autor através do conceito de esquema interpretativo. É ele que possibilita enxergarmos o legado das reformas pombalinas na estrutura do Estado ditatorial dos governos militares. Sobre o primeiro ponto, temos que: “pode-se dizer assim que tais esquemas interpretativos mantiveram-se protegidos por uma formidável muralha erguida por produtores intelectuais que concederam sua autoridade científica às casas reais, aos estados dinásticos e agora ao estado burocrático-racional.” (ALMEIDA, 2008, p. 11).

E a respeito da continuidade:

... as reformas pombalinas combinavam a ‘noção de progresso’ com o que denominavam de ‘racionalidade econômica’. Este esquema interpretativo é reproduzido no tempo, tornando-se uma sociologia espontânea de explicação da Amazônia. Pela sua força argumentativa e pelo seu peso institucional vai se estender por décadas a fio (...). Pelo menos até final do século XX, elementos básicos de tal esquema interpretativo podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica quando todos discutem ou preconizam formas de exploração ‘racional’, ocupação ‘racional’ e ação ‘racional’ como ‘moderna’, suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento na região Amazônia (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Portanto, o que demarca a continuidade é justamente a sobrevivência dos esquemas modernos que emergem no século XVIII. Pombal seria somente o representante político na condução dos assuntos governamentais da Amazônia no momento em que atravessamos uma ruptura no saber de um mundo que estabelecia as bases da homogeneização ocidental e

capitalista. É o salto burguês rumo à condução dos assuntos políticos. O assalto político da burguesia acompanha um novo regime de discursividade que lhe dá suporte. Esse esquema envolve o prevailecimento da razão, possivelmente identificado no discurso pombalino quando na oportunidade em que este se volta para a condução dos assuntos amazônicos. O sujeito era a razão. A Amazônia passa a ser pensada em conformidade com os princípios iluministas da universalidade da razão e do progresso. De acordo com o autor, nada muito diferente do que foi concebido pelos militares, uma vez que estamos diante de uma monotonia do discurso que enfatiza o racional. Este é o discurso que vai ser aplicado de maneira constante desde Pombal até os governos militares. Encontraremos com ele sob diferentes aspectos na justificativa de diferentes políticas governamentais direcionadas à Amazônia até o século XX.

Posso então afirmar que a leitura da “Antropologia dos arquivos da Amazônia” consistiu ela mesma numa ruptura na maneira com que passei a enxergar a realidade amazônica. A princípio cheguei a pensar que, sem mais preocupações ou deslocamentos, uma vez que aceitasse o postulado de continuidade, daria prosseguimento ao paradigma oferecido pelo autor da obra em questão. Quando me deparava com o problema dos migrantes nordestinos em solo amazônico durante a década de setenta, enxergava com o auxílio do método sincrônico a visualização de velhos problemas em novas formas. Ou seja, pretendia captar as relações dos trabalhadores rurais migrantes com o governo da ditadura atentando para normas e rituais, expressões simbólicas de controle, autoridade e hegemonia. Pretendia contar a história da colonização da Amazônia na década de 1970 a partir do controle governamental operado pelos militares sobre os migrantes que se deslocavam à Transamazônica naquele período. E a problematização da condução governamental se dava justamente sob um olhar que estabelecia métodos antropológicos, uma vez que visualizava o exercício do controle assentado em manipulações de desejos e necessidades constituídos no universo cultural.

Ora, a proximidade entre história e antropologia advém da apropriação, pelos historiadores, do universo cultural em suas análises (THOMPSON, 2001). A cultura é um conceito antropológico (DE BARROS LARAIA, 2001) e carrega consigo as normas, costumes e rituais de um determinado grupo social (no meu caso, os colonos da década de 1970). Diante dessas novas noções, o historiador poderia referir-se menos à lógica da mudança para tentar apreender os estados passados de consciência e as relações domésticas e sociais (as motivações dos migrantes em morar e trabalhar na Amazônia, assim como o tecido de suas relações cotidianas nesse novo espaço de moradia e trabalho) (THOMPSON, 2001).

A fórmula então estava criada. Eu tentaria então enveredar pelos mecanismos do controle governamental da ditadura na Amazônia ao circunscrever os sentimentos e motivações

das classes trabalhadoras arregimentadas a partir de uma lógica que determinasse as condições de possibilidade de uma unidade discursiva entre governo e população governada. Era então a autoevidência dos esquemas interpretativos amazônicos, difundidos pelos meios tecnoburocráticos a partir da primazia da razão e da ciência e reproduzidos à revelia tanto por “cientistas” quanto por um público ordinário. Abandonaria a lógica mecanicista das causas e consequências de um determinado fato social para apreender as condições de possibilidade desse acontecimento. O fato é que não abandonei tal projeto. Ele terá o seu momento. No entanto, sou historiador de formação e me incomodava essa proximidade com o olhar antropológico sem maiores questionamentos. E ainda, como garantir a especificidade e originalidade de meu trabalho, garantindo também uma contribuição de relevância para a historiografia no que ela tem de importante e específico? Meu trabalho tinha de ser histórico, e foi daí que parti para novas reflexões. Sem abandonar a antropologia, contudo, tinha a certeza de que não poderia abandonar a especificidade do olhar histórico. Passei a ficar mais atento à condução de um olhar que privilegiasse a cultura sem toma-la como uma constante, um ato isolado no conjunto das relações no qual está imbricada. “Contextualizar” é o trabalho do historiador, a antropologia, por sua vez, geralmente desloca o objeto para uma análise estrutural, sincrônica e estática, a exemplo do que foi feito por Alfredo Wagner em “Antropologia dos arquivos da Amazônia”.

Foi dessa maneira que o primeiro questionamento me surgiu. Como trabalhar os discursos da ditadura a respeito da Amazônia a partir de uma comparação entre sociedades tão distintas como a que se apresentava no século XVIII e a que se configurou no século XX? Como mover-se de uma a outra, uma vez que entendia o século XX como marcado por um acelerado ritmo de mudança, governado por bases materiais radicalmente distintas, fugaz? Se meu compromisso é com a História, como dialogar com uma disciplina sofisticada como a Antropologia sem me debruçar sobre o seu saber? São dificuldades teóricas que querendo ou não iriam determinar a contribuição de meu trabalho, sua relevância.

Entendi então que era justamente esse postulado da continuidade que distanciava meu trabalho da História, disciplina com a qual havia me comprometido contribuir. Mais do que a formalidade da contribuição, tinha em mente que a comparação entre regimes de historicidade tão distintos poderia me fazer perder de vista a importância e singularidade dos anos da ditadura.

A partir disso foi que formulei uma intersecção entre os trabalhos de Ana Pizarro e Alfredo Wagner, no intuito de dar conta de uma brecha apresentada pelos dois. Pizarro abria espaço para problematizarmos a quarta formação discursiva com o rigor documental que é caro aos historiadores. E Alfredo, apesar de esmiuçar o sentido do esquema interpretativo da

racionalidade governamental da ditadura, o fazia orientado por uma bagagem teórica que privilegiava o olhar da continuidade e da sincronia. Cabia a mim então tratar do problema sob o prisma da História e essa é experiência que iremos ter contato a seguir. Isso se dará sem necessariamente excluir a relação com a antropologia. Contudo, essa relação não será de qualquer tipo. Na esteira de E. P. Thompson, é preciso convocar uma mediadora de peso, que dê justamente conta dessa aproximação entre História e Antropologia, e ela atende pelo nome de filosofia¹⁶, que aqui se traduz nas contribuições de Michel Foucault a respeito do método arqueológico (FOUCAULT, 2016).

Este texto pretende pensarmos a especificidade da formação discursiva proposta pelos governos militares, seu planejamento, circulação e apropriação. Entende que esta formação discursiva se dá entre continuidades e rupturas, que tem suas especificidades ao mesmo tempo que às vezes se apresenta como produto de um arquivo que está em constante relação com que foi dito e legitimado ao longo dos séculos. Esse trabalho de circunscrever as especificidades é função da historiografia. Através dela é possível caracterizar os diferentes momentos históricos, relacionando a emergência dos discursos com os acontecimentos que os engendram. Desta forma afastamos os riscos de uma abordagem que preze pela investigação da origem e aposta na descontinuidade da história. Valoriza a ruptura, mas sem cegar para os possíveis sentidos das continuidades. Meu trabalho é histórico, compara e diferencia regimes de historicidade, problematiza temporalidades, lhes dá cor e forma. O esboço do objeto se deu necessariamente pela tentativa de estabelecer novas perguntas ao material discursivo, trazendo novos documentos à análise. A tentativa consiste em manter o postulado das formações discursivas ligadas a determinadas contingências históricas, mantendo a especificidade de cada momento, afastando o postulado de continuidade defendido por Wagner.

No entanto, o embasamento necessário a essa investigação dialoga diretamente com a produção do autor e visa amadurecer um olhar histórico comprometido com a teoria. Suas caracterizações ao esquema interpretativo da ditadura são fundamentais a qualquer que se debruce sobre o período na Amazônia. Da mesma forma me apoio em Ana Pizarro, quando a autora pretende destrinchar as fases históricas que compuseram os principais enunciados sobre a Amazônia, ela faz de acordo com as referências teóricas de Michel Foucault e Stuart Hall. No entanto, a autora não se dedica a destrinchar essas contribuições e se refere aos autores acima

¹⁶ “(...) embora a relação entre história antropológica social e história social deva ser encorajada, não pode ser de qualquer tipo. Um terceiro integrante é necessário como mediador e, geralmente, seu nome é filosofia” (THOMPSON, 2001, p. 252).

de maneira a descrever o que ela entende por discursos. Nesta reflexão ela aponta que quando se refere aos discursos sobre a Amazônia os entende enquanto “formação discursiva”, ou como declarações articuladas em torno de um mesmo sentido. Parafraseando Stuart Hall, define que utilizar de discursos não significa estabelecer uma diferença entre pensamento e ação, onde a formação discursiva estaria meramente ligada ao processo de construção das ideias. O discurso é ele mesmo uma prática que tem por sentido a geração de conhecimento (PIZARRO, 2012). Buscaremos, portanto, a maneira com que a Amazônia foi conhecida, mas não sob um conhecimento neutro e inocente, mas intencional, capaz de estruturar as formas de intervenção na região de maneira ideológica, comprometida com determinados princípios e ações.

Alfredo Wagner, quando na oportunidade de refletir a teoria que o orienta em “Antropologia dos Arquivos da Amazônia”, também faz referências a Foucault, tendo como objetivo a demarcação do sentido de continuidade que se arrasta desde o século XVIII quando o assunto é a construção de um saber amazônico. Para o autor, a noção de atualidade em Foucault garantiria a possibilidade de exemplificar a maneira com que uma série de argumentos sobre a região se prolongam no tempo, “que são repetidos de maneira implícita ou explícita, regidos por uma determinada monotonia que transcende contingências históricas (ALMEIDA, 2008, p. 25)”.

Segui, portanto, a linha de Ana Pizarro, e resolvi discutir a Amazônia a partir da apropriação que ela indica ter de Foucault. Me preocupava, no entanto, a falta de um embasamento teórico explícito, capaz de autorizar a problematização que deveria ser feita. Foi assim que me lancei na leitura da Arqueologia do Saber (FOUCAULT, 2016), para amadurecer a ideia do que se entende por formação discursiva. Lá estava parte da inspiração da autora, é verdade, mas encontrei outros elementos e justificativas teóricas para dar conta da Amazônia da ditadura. O curioso, no entanto, foi perceber que seu método estabelecia uma série de aproximações e distanciamentos com a perspectiva sincrônica de Alfredo Wagner. Mas que, na essência, a originalidade de minha proposta envolvia questionar a teoria antropológica de Wagner para prosseguir com o sentido histórico defendido por Foucault: a ruptura e a descontinuidade.

Para forjar um problema histórico preocupado com a formação discursiva da ditadura na Amazônia, entendi que ...

o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem

além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu - o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, 2016, p. 6).

Portanto, o desafio consistia em seguir o rastro de Ana Pizarro, e priorizar a diferença entre as contingências históricas na formação dos distintos regimes de discursividade da Amazônia. Dessa maneira poderia estabelecer como o século XX foi capaz de realizar aproximações com outros momentos da história, mas fundamentalmente definir as características próprias de sua época. Fazia-se necessário então não só apresentar o que era dito pelos militares, mas esboçar suas filiações teóricas e suas ambições, sempre no intuito de desvendar os acontecimentos que transcorreram ao longo das duas décadas em que os generais se mantiveram no poder. Era o sentido da especificidade histórica, seu recorte.

O fato é que o trabalho vinculado a uma história geral, aquele capaz de dar conta de diferentes épocas históricas e de atravessar os séculos já se encontra resumido por Ana Pizarro em “Amazônia, as vozes do rio”. Nesta ordem, meu trabalho pretende dar conta de um período pouco ou nada trabalhado pela autora, mas que como ela mesma afirma, período esse fundamental ao entendimento discursivo da Amazônia. Contudo, para desvendar essas duas décadas da história do Brasil é preciso entrar em diálogo aberto com outras fases de produção de conhecimento sobre região Amazônica, o que não significa abarcar as especificidades todas de cada momento histórico anterior, mas seguir um fio condutor que me permita construir as séries discursivas e expor alguns de seus elementos, “fixar-lhes os limites, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou quadros (FOUCAULT, 2016, p. 9)”.

Dessa maneira, a análise do discurso que pretendo realizar só pode ser feita quando ligada ao objetivo de esclarecer o que era dito e feito pela ditadura desde o início do seu governo. A importância não é expor os mecanismos de linguagem, a formação de seus léxicos, a construção das adjetivações e representações em seu sentido estético. O objetivo maior é desvendar os acontecimentos da ditadura, o funcionamento de seu governo e sua relação com a população da época. Alfredo Wagner foi brilhante quando caracterizou o discurso do que chama de “estado burocrático moderno na Amazônia”, mas esqueceu que esse objetivo, ao passo do que indica Foucault, deve estar conectado à necessidade de se estabelecer as condições de sua emergência e não transpor o seu sentido através de séculos de distanciamento. Seu procedimento condenou a análise histórica

a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria

ao mesmo tempo, um não dito. É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, esquecido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso trata-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2016, p. 30/31).

Ou ainda, contra a noção de que foi o Estado dinástico de Pombal o ponto de onde saiu todas as contribuições para um sistema discursivo a respeito da Amazônia, pretendo

não procurar em uma ‘descoberta’ inicial, ou na originalidade de uma formulação, o princípio de onde podemos tudo deduzir e derivar; não procurar, em um princípio geral, a lei das regularidades enunciativas ou das invenções individuais; não pedir à derivação arqueológica que reproduza a ordem do tempo ou que revele um esquema dedutivo (FOUCAULT, 2016, 181).

A importância do estudo discursivo reside justamente na sua capacidade de abordar um momento histórico específico, sua condição de emergência e os acontecimentos que os possibilitam. A análise do discurso demonstra como a construção de um conhecimento entra em relação com a formação das instituições e suas práticas. A intenção, portanto, não é estabelecer um sentido interpretativo que expõe o que os homens haviam “querido dizer apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem (FOUCAULT, 2016, p. 145)”.

Sendo assim, a intenção é demarcar a singularidade histórica da ditadura e sua importância para a configuração da Amazônia atual. A opção pela ruptura como argumento histórico é o que dá originalidade ao recorte temporal adotado, no entanto, não garante a impossibilidade de traçarmos paralelos com as formações discursivas de outras épocas. Cegar para uma dimensão de continuidade e esquecer as contribuições de Alfredo Wagner seria uma irresponsabilidade intelectual sem precedentes. Determinar o funcionamento da discursividade da ditadura também envolve a aproximação com outros períodos históricos. E isso também remete à contribuição de Foucault com o método da arqueologia. Sobre a continuidade e a sincronia,

Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (FOUCAULT, 2016, p. 31).

Ao enveredarmos pela formação discursiva da ditadura estaremos constantemente estabelecendo relações com o passado histórico da Amazônia. Estarei a invocar as vozes que

compuseram o conhecimento dessa região em outras fases, para demonstrar que apesar de emergir num contexto de ruptura, o que é produzido pelos militares está em constante associação com o que foi produzido épocas a fio. A legitimidade e positividade de um discurso utiliza da história para se consagrar. O que é dito pela ditadura e suas instituições

é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2016, p. 35).

Aqui veremos que a análise do discurso será postulada de maneira a traçar correspondências e distanciamentos entre as diferentes fases que compõe o conhecimento da região. Cada uma é regida por uma especificidade histórica que lhe é única, mas são constituídas em diálogo aberto uma com as outras. Toda formação discursiva que se apresenta ao longo do tempo estabelece uma ligação com seu passado. Seja no sentido de rejeitá-lo sob a justificativa de emergência do novo, ou seja, por recorrer à autoridade que às vezes reveste o passado. A princípio pode parecer contraditório, mas com isso definimos o funcionamento próprio da maquinaria discursiva a respeito de um determinado conceito, suas múltiplas facetas e sua unidade. Toda análise enunciativa

supõe, finalmente, que se levem em consideração os fenômenos de recorrência. Todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas. Ele constitui seu passado, define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que o torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele (FOUCAULT, 2016, p. 152).

A relação do enunciado com o seu passado nos remete a um conceito caro ao tratamento dos discursos sobre a Amazônia – o conceito de arquivo. Presente desde o título na obra de Alfredo Wagner, o arquivo é o conjunto de enunciados que orientam o sistema da enunciabilidade. Portanto, seja por ruptura, seja por inspiração, um discurso sobre determinado objeto ou tema só emerge em correspondência com seu arquivo. Aqui trataremos desse arquivo no momento em que traçarei correspondências entre as formações discursivas da Amazônia. No entanto, se a problematização me permite aproximar épocas históricas diferentes, não podemos perder de vista que essa invocação dos tempos não se dá de maneira a postular uma continuidade enunciativa. O que é dito nunca retorna sob a forma de um milagre de ressurreição, mas de acordo com uma necessidade de atualidade legitimada pelo sistema de funcionamento que lhe é novo. Nesse processo, longe de querer traçar uma continuidade, pretendo diferenciar os discursos em sua existência múltipla, trazendo os dispositivos históricos que autorizam a sua duração. O arquivo, é importante que se diga, não funciona como uma estante empoeirada que

acumula os referenciais de um sistema enunciativo regular e sincrônico. Ele também está imbricado na lógica das transformações e rupturas, uma vez que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. Em síntese, “é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.” (FOUCAULT, 2016, p. 159).

Para finalizar a reflexão que dá base as incursões subsequentes é preciso deixar claro que tratarei os enunciados da ditadura que se remetem a Amazônia de maneira a considera-los como parte de uma formação discursiva. Com isso entendo a possibilidade de descrever a maneira com que a burocracia militar articula objetos, tipos de enunciação, conceitos e temas quando opta por tratar da Amazônia. A tentativa consiste em definir uma regularidade, uma ordem, suas correlações, posicionamentos, funcionamento e transformações. Identificado este esforço, toda vez que este jogo for exposto o trataremos, por convenção, de formação discursiva.

O autor é um fluxo. E toda vez que essas linhas tentarem realizar o objetivo de trazer à tona essa discursividade, estarei ecoando as vozes dos estudiosos com que mantive um diálogo aberto. Parte fundamental da narrativa é, portanto, a adoção do método denominado por Foucault como arqueologia. Seu intuito é perseguir

A revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, [que] forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo. O direito das palavras – que não coincide com o dos filólogos – autoriza, pois, a dar a todas essas pesquisas o título de arqueologia. Esse termo não incita à busca de nenhum começo, não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo (FOUCAULT, 2016, 161).

1.3 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA DITADURA

Para um melhor entendimento do regime de discursividade construído pelos governos militares quando se referem à Amazônia, faz-se necessária uma investigação de alguns princípios básicos da ditadura inaugurada em 1964. A proposição consiste em localizarmos a maneira com que a Amazônia se insere nos planos de gestão política e econômica do país a partir do golpe. Pretendo demonstrar algumas características básicas do regime autoritário pós-64, aquilo que singulariza a proposta de governo dos militares e justifica a mudança operada com o golpe. De acordo com os milicos, eles inauguraram uma nova fase de gestão pública para o país e sua intervenção seria pautada por algumas características essenciais que guiariam as políticas como um todo. *Pari passu*, entenderemos como a Amazônia é concebida a partir desse

modelo novo de gestão e, ao mesmo tempo, como ela se torna um território de impacto na conformação dos objetivos nacionais a que pretendem realizar os militares.

Discutir alguns princípios básicos do regime não é apenas uma condição para o entendimento do esquema de representação da Amazônia. Escrever sobre o recorte temporal que se estende entre 1964 e 1985, no Brasil, exige o diálogo com a historiografia do período, mesmo que essa não se concentre nos processos regionais da Amazônia. Essa é uma maneira que encontrei para inserir meu trabalho no debate nacional a respeito do regime e sua abordagem contemporânea. Como disse, à medida que avance a discussão, pretendo demonstrar não somente o impacto que a Amazônia exerce na gestão política do país sob o domínio dos militares, mas também como ela é transformada numa importante ferramenta da aproximação do governo com a população brasileira. Ao fim, o objetivo é tentar abolir a hierarquia entre o nacional e o regional, valorizando a produção que discute a ditadura distante dos grandes centros, para enfim defender uma visão em que as áreas periféricas do território nacional, na qual se insere a região em questão, passam a ser fundamentais para os estudos que pretendem se debruçar sobre a ditadura. Na minha concepção, este trabalho faz parte de uma tentativa de atestar que para estabelecermos uma problematização séria e segura do regime, ou para enfrentarmos a sua complexidade, é importante que agora nos distancie das visões erradicadas somente nos grandes centros do país. Para entendermos, por exemplo, o problema da legitimidade da ditadura, questão tão cara à historiografia contemporânea, os territórios periféricos, e aqui me refiro às regiões Nordeste e Amazônia, são localidades do país que tem muito a contribuir se nos comprometermos em analisar a atuação do governo militar nesses locais.

Para dar início a esse diálogo historiográfico, selecionei um ponto de inflexão enfrentado pelos historiadores da ditadura há décadas. Ele está ligado ao que Rodrigo Pato chamou de “paradoxo central do regime militar” (MOTTA, 2014). A contradição reside na maneira com que um regime militar, repressor e conservador, foi capaz de durante alguns anos de sua governância operar uma modernização da sociedade brasileira e de suas instituições. Por muito tempo, o conceito que guiou essas análises foi o de modernização conservadora. Para Carlos Fico, esse conceito “se tornou um lugar-comum reproduzido por muitos analistas do regime militar.” (FICO, 2017, p. 25). Ou seja, um argumento tautológico, repetido quase que por inércia, capaz de dar conta, através de um binômio, de toda a complexidade que envolve o período aqui debatido. O historiador, portanto, incomodado com o fato, realiza uma investigação do termo modernização conservadora, estabelecendo os pressupostos de invenção do conceito na sociologia americana (FICO, 2017).

No artigo de Fico (2017), outros estudiosos do regime que utilizam da modernização conservadora também são citados. Aqui cabe destacar Fernando Henrique Cardoso e Marcelo Ridenti. O primeiro denuncia a contradição existente entre o movimento reacionário que empreendeu o golpe de 1964 e sua capacidade de realizar uma modernização do Estado, pautada pela integração do país com o capitalismo internacional (CARDOSO, 1972). Já Ridenti utiliza da noção de modernização conservadora para denunciar um crescimento rápido das forças produtivas associada a um regime de supressão das liberdades e manutenção das injustiças sociais (RIDENTI, 1997). Mas foi um outro historiador, também citado por Fico, que a mim abriu espaço às problematizações da racionalidade da ditadura a partir de suas pretensões na Amazônia. Marcos Napolitano, ao tentar sair do paradoxo que estruturou o conceito de modernização conservadora, estabelece que o que orientou o regime foi a escolha de um caminho de modernização marcado pelo viés da segurança e do desenvolvimento (NAPOLITANO, 2016). Esse argumento me possibilitou pautar uma investigação que se propõe a circunscrever as peculiaridades do governo da ditadura, seus princípios básicos, sem cair na chave explicativa da modernização conservadora e, por outro lado, inscrevendo a Amazônia no cerne das preocupações do regime. Ao passo que me lancei ao entendimento desses princípios no seio da racionalidade governamental da ditadura, pude perceber, com o auxílio das fontes, que esses pressupostos são os termos com os quais a própria ditadura define sua gestão política no país. Ou seja, o desenvolvimento e a segurança não são conceitos construídas exclusivamente pela crítica histórica, mas são os argumentos com que os próprios militares definiram a condução de seu governo. Cabe a mim desvendar essa proposta de modernização, calcada nesses dois princípios, e entender como ela foi posta em prática. Para tanto, selecionei a Amazônia como um território capaz de apresentar como esses princípios vão ser operados pela razão governamental da época. Tendo este território como base, podemos entender como os militares agenciaram os princípios de desenvolvimento e segurança no processo de modernização do país. A partir daí podemos desvendar alguns mecanismos que autorizaram alguns estudiosos do período a definir a política como modernização conservadora.

A tarefa, portanto, consiste em se afastar das opções ideológicas que mobilizam o conceito de modernização conservadora, para adotar os princípios de segurança e desenvolvimento como norteadores da política da ditadura, desvendando, agora sim, os mecanismos ideológicos dos próprios militares. A partir daí poderemos melhor enxergar a maneira com que a Amazônia se insere nos problemas nacionais, denunciando também o impacto que causa no planejamento governamental entre as décadas de 1960 e 1980. Proporei, para isso, um recuo histórico que tentará desvendar os caminhos traçados pela Escola Superior

de Guerra. Essa instituição vai desempenhar um papel fundamental na formação da racionalidade governamental conduzida pela ditadura. O corpo de militares, tecnocratas e intelectuais que contribuíram com a instituição é que vão dar a tônica das propostas de condução das questões políticas e econômicas do regime. A reflexão que guia os pressupostos de segurança e desenvolvimento, como disse, é ela própria motivada pela ideologia conservadora de que no Brasil existia um “atraso institucional cujas causas parecem estar em uma incapacidade geral da sociedade (FICO, 2017, p. 31)”. Diante desse obstáculo intrínseco à sociedade brasileira e sua elite gestora, cabia aos militares construir uma proposta inovadora que rompesse com esse quadro de atraso. De acordo com eles, o Brasil convivia com um processo incompleto de modernização, combinado por uma situação de instabilidade política que marcou o momento anterior ao golpe. As instituições brasileiras no pré-golpe não conseguiam então solucionar o seu atraso; eram lentas, incapazes de dar um salto rumo à modernização da gestão política. Para os militares, a comunidade política era fraca e heterogênea, perdia-se em disputas ideológicas e não conseguia colocar o país no patamar das democracias modernas. Dessa forma, cabia às forças armadas a centralização dos comandos políticos num regime fechado, uma ditadura, mesmo que nunca assumida nesses termos por aqueles que conduziram o governo.

Partiremos então do ponto em que se define o governo da ditadura como orientado pelos princípios básicos do desenvolvimento e da segurança nacional. Articuladas, essas noções dão o entendimento básico da política de modernização empreendida pelos militares. O pensamento que orientou esses objetivos encontra na teoria da ESG a história de sua conformação. Para expressá-lo de maneira compreensível teremos de retornar a alguns anos antes do golpe, desde o momento de fundação da Escola. Faremos um breve resgate da Doutrina de Segurança Nacional, “substrato teórico do Estado brasileiro no pós 1964 (GIANNASI, 2011)”. Esse resgate também é importante para esclarecer os procedimentos políticos utilizados na intervenção da Amazônia. É um procedimento aliado aos pressupostos da microhistória (GINSZBURG, 2007). No decorrer dessas linhas procederei de maneira a aproximar a lupa no problema amazônico, sua história, discursividade e conformação social durante os anos da ditadura. No entanto, um estudo aproximado ganha relevância quando inscrito no curso da história geral, capaz de elucidar e contribuir com questões mais abrangentes da historiografia da ditadura.

A teoria da ESG, portanto, foi sendo gestada desde sua fundação pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1949. No entanto, só adquire relevância prática a partir do golpe de 1964,

quando passa a orientar a gestão política da ditadura, chamando a atenção de uma série de analistas das ciências humanas:

Os militares brasileiros congregados no corpo da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, por ato do presidente Eurico Gaspar Dutra, empreenderam em 1951 e 1952 o estudo dos temas que integraria como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional, tarefa cujo início se deu em 1953. Tais conteúdos, ainda que pudessem comportar modificações e acréscimos, iriam perdurar até os meados da década de 1980, sendo que desde sua apresentação ao corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras até o golpe de 1964, não foi grandemente divulgada fora do meio militar, a não ser quanto a alguns civis selecionados, em geral membros das classes política e empresarial (GIANNASI, 2011, p. 104).

Portanto foi a partir do golpe, momento em que os militares assumiram o controle político do país, que a teoria ganha relevância prática no rumo dos acontecimentos de nossa história. Os militares por sua vez, no livre exercício da teoria, foram orientados na política de modernização a aliar os pressupostos de desenvolvimento e segurança. Esse ato não se relaciona somente com a Doutrina de Segurança Nacional, mas entra em diálogo com uma série de pensadores conservadores da época, como, por exemplo, o economista Samuel Huntington, norte-americano que “chegou a vir ao Brasil para seminários acadêmicos e conversas com os integrantes do governo Médici em 1972 (FICO, 2017, p. 31)”. Se os militares, como discutido anteriormente, enfrentariam, desde o golpe, o desafio de modernizar as instituições brasileiras, o teriam de fazer com a segurança necessária ao seu desenvolvimento. Influenciados pelas teorias conservadoras de Huntington, entendiam que uma política que modernizasse a economia e a sociedade de países cujas instituições são frágeis e antiquadas conduziria a nação em questão ao caos. Isso porque a modernização empreendida provocaria uma reação social expressa pela mobilização de novos grupos políticos, criando, a partir disso, uma instabilidade no sistema. Somados, o aumento de participação política e a fragilidade e a debilidade das instituições levariam à desordem e, portanto, o desenvolvimento deveria ser acompanhado por uma rígida política de segurança que mantivesse a exclusividade do comando nas mãos de uma pequena elite gestora (FLORES, 2017).

Articulando a Doutrina de Segurança Nacional com o pensamento conservador foi que os militares orientaram as políticas postas em prática entre as décadas de 1960 e 1980. Para além da influência que exerceu no decorrer a ditadura, referendando, por exemplo, a condução da pasta de economia do ministro Delfim Neto durante o governo Médici, Huntington ficou famoso por expressar a maneira com que o governo dos militares deveria conduzir o processo de distensão política na década de oitenta e a retomada da democracia no Brasil.

Mas para analisar a teoria que guiou os militares no exercício de seu governo deveremos expor os fatos que levaram ao golpe de 1964, bem como esmiuçar o conteúdo da teoria em si. Quanto ao conteúdo, é necessário dizer que os militares, ao elaborarem uma doutrina de segurança, não a concebiam de maneira separada do desenvolvimento da economia. Desde os seus primeiros anos que a escola militar entendeu que o estabelecimento de uma doutrina de segurança envolvia a preocupação com os temas sociais, políticos, econômicos e educacionais.

A Doutrina de Segurança Nacional surgiu no segundo pós-guerra e foi inspirada na proposta norte-americana de contenção do comunismo internacional. É, portanto, filha da guerra fria. A Doutrina Truman, como também ficou conhecido o tratado que visava barrar a escalada do comunismo em territórios de influência norte americana, foi promulgada em 1947. A intenção dos Estados Unidos era elaborar um manual que reverberasse nos países da América Latina no intuito de evitar qualquer aproximação ideológica com o comunismo da União Soviética. “A Escola Superior de Guerra, criada no Brasil em 1949, foi um dos focos de disseminação e aperfeiçoamento dessa doutrina.” (NAPOLITANO, 2016, p. 12). Outra influência da versão brasileira da doutrina de segurança, foi o pensamento militar francês surgido nos anos 1950, tendo em vista os enfrentamentos das guerrilhas nacionalistas nas suas colônias, denominado de Doutrina de Contrainsurgência. Essas duas inspirações nortearam a necessidade de construção de uma teoria à brasileira. Foi aí que os militares elaboraram a Doutrina de Segurança Nacional, com alguns aspectos de seu aperfeiçoamento. O deslocamento operado pelos militares brasileiros estava justamente na capacidade de conciliar, no seio de uma estratégia de defesa militar, uma política de gestão para o desenvolvimento. O aperfeiçoamento residia então na capacidade dos militares em incorporar aos “conceitos estratégicos militares”, o que chamam de “conceitos estratégicos gerais”. Os “conceitos estratégicos gerais” compreendem “os conteúdos de caráter econômico e social, ainda que o fizesse a partir da ótica militar, vendo tanto o desenvolvimento da economia do país, quanto os aspectos relativos ao equilíbrio social como subsidiários da estratégia geral militar.” (GIANNESI, 2011, p. 110/111).

A Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos militares brasileiros se divide em quatro conceitos básicos: Os objetivos Nacionais; o Poder Nacional; A Política Nacional e a Estratégia Nacional. Comentarei alguns desses conceitos, principalmente àqueles que atendem ao objetivo de demonstrar a importância dos elementos da segurança e do desenvolvimento na elaboração dos planos, projetos e discursos dos militares quando na oportunidade em que ocuparam a presidência da república. O primeiro desses conceitos, “Os objetivos Nacionais”, são hierarquizados e divididos em duas proposições: “Os objetivos Nacionais Permanentes” e os “Objetivos Nacionais Atuais”. “Os objetivos Nacionais Permanentes” são decorrentes da

história e formativos da nação. Na ótica militar, devem ser mantidos a qualquer custo e por isso adquirem o status de permanentes, são eles: A integridade Territorial; Soberania; Progresso; Integração Nacional; Democracia; Paz Social.

De antemão, posso adiantar que um desses objetivos constitui um elemento fundamental dos enunciados que compõe a discursividade da Amazônia. A integração nacional, vista pelos militares como objetivo permanente de sua política, vai engatilhar uma série de discursos tendo em vista o domínio da região e suas respectivas ações intervencionistas. Agora cabe destacar um outro ponto da Doutrina de Segurança Nacional, aquele relacionado à “Política Nacional”. De acordo com a Doutrina, a Política Nacional também se divide em dois novos ramos: a Política Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Segurança. A Política Nacional de Desenvolvimento pode ser entendida como “A arte de estabelecer objetivos que reflitam os anseios nacionais de evolução, bem como a necessidade de fortalecer e aperfeiçoar o Poder Nacional e de orientar e conduzir o processo global que visa a consecução do Bem Comum.” (GIANNESI, 2011, p. 137). Por sua vez, a Política Nacional de Segurança é definida como “a arte de estabelecer um conjunto de opções, princípios, normas e diretrizes com vistas a assegurar a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.” (GIANNESI, 2011, p. 138).

As definições são um tanto vagas e a princípio não colaboram com o meu objetivo de destrinchar os meandros do pensamento que elegeu a segurança e o desenvolvimento como carros chefe da orientação governamental da ditadura, sua política de modernização e sua intervenção na Amazônia. Isso porque, dizem alguns estudiosos do pensamento militar, que a vagueza com que definem suas orientações de desenvolvimento e principalmente de segurança é uma forma de encobrir ou camuflar os possíveis arbítrios de sua força. É claro que não encontraremos de maneira direta e explícita, numa teoria que se pretende pública, os vestígios de uma política que autoriza o uso da violência banalizada contra aqueles que se colocaram no caminho da gestão dos militares. Não existe aprofundamento na Política Nacional de segurança “quanto aos métodos que seriam postos em prática para a realização de tais objetivos, tais como as delações sigilosas ou anônimas, as prisões arbitrárias, as torturas e as mortes e desaparecimentos” (GIANNESI, 2011, p. 138) de alguns que resistiram ao exercício da política dos militares.

Contudo, em revista oficial da Escola Superior de Guerra, publicada em 1970, está um artigo de autoria de Francisco de Souza Brasil (BRASIL, 1970). Neste artigo, o teórico do regime aponta alguns conceitos principais da Doutrina, como os Objetivos Nacionais Permanentes, A Política Nacional e o Poder Nacional. Esse artigo chama atenção pela maneira

com que o professor articula os conceitos da Doutrina com a necessidade do desenvolvimento e da segurança nacional. De acordo com ele, existem alguns objetivos dos quais o governo não pode abrir mão no exercício da Doutrina de Segurança Nacional. São objetivos amplos que

Devem, por conseguinte, orientar a política nacional da qual deflue, em certo e determinado período, certa e determinada política de governo, capaz de, graças a uma interpretação realista e objetiva, fixar a ação governamental compatível com as necessidades básicas do país no momento considerado. Sendo assim, tais objetivos, amplos são de segurança e desenvolvimento (...) (BRASIL, 1970, p. 108).

O autor em questão afirma que a Doutrina de Segurança Nacional deve estar articulada ao texto constitucional vigente¹⁷, numa forma de legitimar a proposta dos militares como autorizada pelo texto mor da relação política de um país, justamente a sua constituição. De acordo com o texto constitucional, é competência específica da União “planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais (BRASIL, 1970, p. 108)”. O artigo também faz alusão ao texto que se encontra na bandeira da república nacional, o “ordem e progresso”. A fórmula consiste em afirmar que sem a ordem não há progresso e que, portanto, o estabelecimento de uma política de modernização e desenvolvimento prescinde a necessidade de segurança.

Para encerrar com as citações do artigo, exponho a síntese do pensamento desse intelectual do regime no momento em que articula a necessidade de desenvolvimento e segurança como conceitos base da Doutrina. Para ele,

Como facialmente se constata, Segurança e Desenvolvimento estão ligados de tal maneira que a manutenção ou consecução dos objetivos nacionais permanentes interessa indistintamente a uma e a outro, e sendo as pressões, igualmente, identificadas, quanto à natureza, isolada ou associadamente, consoante todas as expressões componentes do Poder Nacional – política, econômica, psio-social, militar – infere-se que o Conceito Estratégico Nacional defluente, terá que ser, também, voltado para a Segurança e para o Desenvolvimento, sendo, por conseguinte, político estratégico (BRASIL, 1970, p. 109).

Esmiuçada uma parte da Doutrina de Segurança Nacional, parte essa relacionada com o objetivo do presente texto, o de identificar a importância da segurança e desenvolvimento para a elaboração das políticas e da discursividade dos militares, sempre em consonância com a historiografia do regime, parto agora para a necessidade de, junto, ao conteúdo da Doutrina, identificar alguns acontecimentos que motivaram a elaboração da mesma. É consenso na historiografia, e me parece já está claro ao leitor, que estou do lado dos historiadores que compactuam da visão de que o Brasil vivenciou um golpe de Estado no ano de 1964. A responsabilidade da ação militar que culminou com a deposição do então presidente João

¹⁷ A Constituição segundo a qual se baseia o artigo de 1970 está relacionada ao conjunto de leis reformado pelos militares e proclamados em 1967.

Goulart, não decorre, como afirmam alguns estudiosos da direita, da irresponsabilidade e autoritarismo de Jango, mas sim da conspiração civil-militar, conservadora e antirreformista, tendo em vista as reformas da sociedade brasileira que pretendiam ser aplicadas pelo presidente deposto. Nas palavras de Marcos Napolitano, “o golpe foi resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais.” (NAPOLITANO, 2016, p. 12). Essa rivalidade foi embalada pelos contornos da Guerra Fria, que alimentou “as velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo.” (NAPOLITANO, 2016, p. 12).

A postura diplomática de Goulart com os países comunistas e a propaganda pelas reformas de base agitou o cenário político brasileiro. O bloco conservador nacional, do qual parte dos militares fazia parte, identificava nas medidas de Jango uma aproximação com o comunismo. Inspirados na Doutrina, cujas origens remetiam ao combate frente a este movimento, resolveram os militares intervir na condução dos assuntos governamentais brasileiros. A modernização proposta por Goulart estava ligada a uma política comprometida com a justiça social, impoñto uma série de limitações aos latifundiários, grandes empresários nacionais e ao capitalismo externo¹⁸. Por outro lado, na contramão da rivalidade política, a proposta defendida pelos setores conservadores, aí inserido, claro, os militares, era de que “o caminho da modernização, doravante, não passaria mais pelas reformas sociais ou pela ampliação da democracia participativa e eleitoral, mas por segurança e desenvolvimento.” (NAPOLITANO, 2016, p. 10). É importante destacar que a tentativa de imprimir reformas substanciais na estrutura econômico-social do país, capitaneada por Jango, seguiu-se a um momento de agitação política, movimentações e cobranças pelos setores revolucionários do país – um momento de reivindicações populares. Os militares então, pretendiam estancar essa euforia, por eles identificada como perturbação da ordem. As reivindicações eram então entendidas como desordem social. E para estancar essa sangria, cabia aos paladinos da ordem uma intervenção que garantisse um crescimento econômico capaz de, à primeira vista, suprimir as demandas sociais. Sem esquecer, é claro, de utilizar de uma mão-de-ferro que evitasse as agitações políticas como as que vivia o país no momento do golpe.

O golpe atestou a vitória dos conservadores frente a proposta modernizante de Jango e seus aliados trabalhistas. O que precisa ficar claro é que esse ato político conservador detinha uma leitura própria do que seria uma política modernizadora da sociedade brasileira, doutrina

¹⁸ Para uma melhor compreensão da situação política do Brasil no pré-golpe, ver as a bibliografia do Historiador Jorge Ferreira.

essa que rivalizava com a noção democratizante das esquerdas. Inspirados na Doutrina de Segurança Nacional, ainda que vaga em seus objetivos, os militares se comprometeram com uma ideologia anticomunista liderada pelo pensamento norte-americano na direção do estabelecimento de um capitalismo industrial e desenvolvido, combinado a um regime político seguro, leia-se sem conflitos, e com as classes populares sob tutela. Diferentemente das esquerdas, a proposta era modernizar o capitalismo no país sem alterar sua estrutura social.

O projeto da ditadura para o país encontra então seu substrato teórico na Doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra. Cabe agora identificarmos a maneira com que a Amazônia é inserida nesse projeto, para, a partir disso, também entendermos o impacto que esta região exerce nos governos militares. Antes de tudo é preciso deixar claro que toda concepção criada a partir da necessidade de se conhecer a região não foge à regra das noções que associam segurança e desenvolvimento. As políticas para a Amazônia não escapam desses princípios básicos. Neste ponto dialogaremos diretamente com as fontes colhidas em alguns documentos oficiais da ditadura para demonstrar a relação estabelecida entre a região e a teoria da ESG.

Para dar o pontapé inicial selecionei uma conferência realizada na ESG pelo General de Divisão Ernesto Bandeira Coelho. A conferência foi organizada e publicada pelo Departamento de Estudos da Escola em setembro de 1970 e intitula-se “A Amazônia Legal e a Atuação da SUDAM” (COELHO, 1970). Em sua fala, o general tenta justificar a importância da Amazônia para o desenvolvimento do país e comenta da SUDAM para realizar a empreitada. Recorrente é a concepção de que cabia aos militares o enfrentamento do problema amazônico como forma de garantir o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Fundamental é a percepção de que intervir na Amazônia torna-se uma condição para a efetivação do desenvolvimento nacional. Na formulação de seus argumentos, cabe destacar a maneira com que o general articula alguns princípios da Escola Superior de Guerra com o desafio histórico de se intervir urgentemente na Amazônia, tendo sempre em vista a política de desenvolvimento da economia nacional.

A concepção que articula a necessidade de intervenção na Amazônia para aceleração do desenvolvimento vai fazer parte do discurso de boa parte dos interlocutores da ditadura, sobretudo a partir de 1970, quando a presidência é ocupada por Garrastazu Médici. Também de acordo com os princípios da ESG, naquele momento da história “o desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção e o desenvolvimento do Brasil depende

da remoção dos óbices que o entravam, de modo a obter uma aceleração do ritmo.¹⁹” (CADERARI, 1971). Portanto, nas palavras de outro general, o Arnaldo Luiz Caderari, e tendo em vista os próprios princípios da ESG, a Amazônia correspondia ao óbice de entrave desse desenvolvimento. Uma vez retirado do caminho, ou seja, uma vez que a região fosse inserida uma política sistemática de modernização, o país seria enfim capaz de marchar rumo ao desenvolvimento. A Amazônia é então representada como obstáculo, um problema nacional do qual os militares se viam obrigados a enfrentar para colocar o país num ritmo de desenvolvimento acelerado.

A partir de uma citação dos “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”, Caderari faz uma análise importante da conduta do governo. Sabemos que os pilares da instituição são o desenvolvimento e a segurança nacional, desde a sua fundação. No entanto, quando isolamos a Amazônia para identificarmos as práticas de gestão política do regime na região, observa-se que, para os militares, a Amazônia não é mais um espaço morto, incapacitado para a dinâmica capitalista. Ela se encontra na constatação maior de que os obstáculos para o desenvolvimento brasileiro não são intransponíveis e que uma vez removidos podem colocar o país no patamar dos países industrializados.

Os princípios da ESG, portanto, inspiram a visão de que o desenvolvimento do Brasil nunca esteve estagnado, mas que apenas estava retardado pela existência de alguns óbices. Esses mesmos princípios, portanto, possibilitam aos militares entender que seria então a Amazônia um desses obstáculos ao desenvolvimento. A partir destas conclusões é que são forjadas e inventadas as justificativas para a intervenção na região. Elas dão a ver, permitem a entrada da Amazônia no planejamento para o desenvolvimento, criam a necessidade do uso de políticas que visem retirar a Amazônia da sua condição inerte na participação no desenvolvimento do país.

Mais adiante, Caderari opera um outro deslocamento, este mais ligado ao movimento de entendermos o impacto que a região amazônica exerce sobre o regime. Na lógica do general, repito, o desenvolvimento estaria retardado pelo óbice representado pela condição da Amazônia. Se os militares seriam os eleitos para a retirada desses obstáculos, tendo em vista a aceleração do desenvolvimento, a eles estavam relegadas a missão histórica de desencadear a modernização. Ou seja, uma vez que a ditadura reconhece os meios para finalmente desenvolver

¹⁹ Princípios da ESG citado pelo General Arnaldo Luiz Caderari, em: CADERARI, Arnaldo José Luiz. **Antecedentes Históricos e Conjunturais do atual Programa de Integração Nacional. Medidas tendentes a torna-lo mais eficiente e adequado.** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1971.

o país, ela desempenha uma função decisiva na história brasileira, sua marcha rumo ao progresso: “Os óbices de que nos fala o mencionado corolário não são irremovíveis, como adiante veremos, mesmo porque aí está em marcha, em cadência acelerada, a Revolução Democrática de 1964, executando em bases sólidas sua Política de Desenvolvimento e Segurança.” (CADERARI, 1971, p. 1).

O impacto que a Amazônia exerce na discursividade do regime é aqui definido pela caracterização da intervenção militar como Revolução de 1964. A ideia de revolução, sua noção, é então justificada pela capacidade dos militares em remover os obstáculos ao desenvolvimento. E, neste documento, o general insiste na necessidade de intervenção na Amazônia justamente por ela ser entendida como um desses obstáculos. A revolução justifica-se pela capacidade de remover entraves históricos ao desenvolvimento. A Amazônia seria um desses obstáculos, o que demonstra o impacto causado pelas políticas a serem adotadas na região diante da missão histórica do regime.

No entanto, um leitor mais atento pode afirmar que na reflexão do general acima apresentada em nenhum momento é citada diretamente a Amazônia. Cabe destacar que esses foram alguns trechos selecionados de uma palestra na qual pretendia-se justamente comentar a importância adquirida pela região no planejamento do governo militar. Nesse sentido, algumas perguntas se impõem. Se a Amazônia é um óbice, de que maneira seria operada a retirada desse obstáculo tendo em vista a necessidade do progresso? Ou seja, como ela poderia contribuir para o rumo do desenvolvimento nacional? Para responder esta pergunta, outros documentos necessitam ser analisados.

Em outra publicação oficial da ditadura, dessa vez um relatório que compreende um levantamento das possibilidades econômicas da Amazônia, podemos encontrar algumas respostas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1970). Nos concentremos, por hora, na credulidade da ditadura a respeito da capacidade da Amazônia em contribuir com o desenvolvimento do país. É este acontecimento discursivo que garante demonstrarmos o impacto que é exercido pela região na concepção de gestão estruturada pelos imperativos de segurança e desenvolvimento, no instante em que os militares concebem a necessidade de se intervir nesse novo território.

Dominada pelo homem e disciplinada pela técnica, essa vasta área poderá tornar-se um espaço geográfico economicamente ativo, produzindo em alta escala alimentos e bens industriais, sobretudo bens minerais, com possibilidades seguras de retribuir generosamente os recursos financeiros que lá forem empregados, assim contribuindo, significativa e eficazmente, para a maior grandeza do BRASIL (DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS, 1970, p. 19).

A região é uma promessa econômica. Nela existe uma capacidade latente para que, a partir de uma política de intervenção, o país possa expandir seu mercado, contribuindo com o desenvolvimento nacional. No entanto, este desafio requer investimento, esforço, um comprometimento político governamental do qual a ditadura se responsabilizaria em realizar. Esse esforço não acarretaria somente num ônus à sociedade, mas passaria a ser entendido como um investimento futuro.

Portanto, a contribuição exercida pela Amazônia, sua caracterização enquanto promessa, se dá pela capacidade de nela se produzir uma grande quantidade de alimentos e bens industriais, mas, principalmente, sua capacidade de oferecer bens minerais à exploração nacional. Uma vez que o governo se comprometesse com ações econômicas na área, a região abandonaria sua condição de óbice para se tornar um importante território do ponto de vista econômico, capaz de contribuir diretamente com o rumo do desenvolvimento nacional.

Desde quando me utilizei do debate historiográfico a respeito do conceito de modernização conservadora, quis destacar que, para entendermos melhor o regime, é necessário estarmos sempre atentos a sua insistência pelo desenvolvimento. Deste modo compreenderemos a importância adquirida pela Amazônia na racionalidade governamental da ditadura. Durante boa parte desse governo, a realização do tão sonhado desenvolvimento econômico foi concebida pela capacidade do governo em articular as regiões do país. Era a proposta de um desenvolvimento integrado. Nas páginas anteriores venho construindo a ideia de que as noções de segurança e desenvolvimento são os imperativos da política dos militares. Agora quero destacar que sua concepção de desenvolvimento é entrecortada pela concepção de que ele deveria ser um desenvolvimento integrado, que levasse em consideração a modernização das regiões mais carentes do país, em especial o Nordeste e a Amazônia. A ideia geral era a de que não se podia pensar o desenvolvimento nacional sem levar em consideração a parte da integração regional desse desenvolvimento. A tentativa, pelo menos ao nível do discurso, era garantir a utilização em grande escala da mão-de-obra nacional, e boa parte dela estava no Nordeste; sem esquecer de explorar os recursos naturais disponíveis e intocados na Amazônia. Somente empregando bem os recursos humanos no aproveitamento dos recursos naturais é que se poderia chegar a um desenvolvimento econômico nacional. O problema geral e a crítica que deve ser feita é que a política de modernização da ditadura, utilizando de seus princípios de segurança, excluiu e explorou grande parte dos trabalhadores por ela mobilizados, garantindo aos grandes empresários, aqueles capazes de investir na Amazônia, a livre acumulação dos lucros decorrentes das ações econômicas na área. Agrava-se o fato dos empresários capazes de investir não estarem situados na Amazônia, aumentando, assim, o

processo de drenagem de recursos e de acumulação de capital no centro-sul do país. Mas deixemos as consequências desse conjunto de políticas para o momento em que as analisaremos em detalhes. Nos cabe agora discutir o processo de entrada da região nas preocupações centrais da ditadura.

A insistência pelo desenvolvimento é então uma marca da gestão política da ditadura. A singularidade histórica desta tarefa está atrelada ao esforço pela integração econômica das distintas regiões do território nacional. As políticas desenvolvimentistas foram acompanhadas por uma série de objetivos articulados. Esses objetivos permitem melhor visualizar a experiência política daquele momento histórico.

No livro *Metas e Bases para Ação de Governo* (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970) estão contidos alguns estudos de planejamento do governo Médici. No momento de sua publicação, a ditadura já indicava o seu terceiro presidente – o que obrigava o regime a lidar com heranças das gestões anteriores. Na retórica oficial, o projeto da ditadura tem continuidade, mas ao governo Médici cabia realizar um programa que lhe é específico. Ou seja, suas diretrizes mesclam originalidade, influências de gestões anteriores, e projeções que visam a continuidade do programa de governo da ditadura. Vejamos:

Consolidando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, ao III Governo caberá dar importante passo com o objetivo de eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do País; e por essa forma, durante o seu período, **impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado** e auto-sustentável, conduzindo-o, ao mesmo tempo, efetivamente, à relativa estabilidade de preços **em clima de segurança e de estabilidade social e política**. Na última área, realizar-se-á esforço realista de progressiva evolução no sentido de construir uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e da descentralização da atividade econômica (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 6).

Logo de início está exposto o desafio do qual o “III Governo” teria de enfrentar: “Eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do país”. Esse seria um passo fundamental para colocar o Brasil no rumo do pleno desenvolvimento. O patrimônio, bens e riquezas disponíveis à exploração capitalista eram incompatíveis com o estágio econômico no qual o país se encontrava. O Brasil tinha à disposição recursos suficientes ao desenvolvimento. Nesse sentido, fazia-se necessária uma intervenção governamental capaz de aproveitar as riquezas em escala nacional, para assim modernizar a economia e atingir “a plenitude do desenvolvimento acelerado”. Essa missão estava reservada ao governo Médici. Para este governo, o desenvolvimento da economia pressupunha a articulação econômica do território nacional. Somente aproveitando do patrimônio físico, dado pelas fronteiras que

limitam a intervenção do Estado brasileiro, o país conquistaria a tão sonhada modernização econômica. O objetivo do desenvolvimento é uma tarefa de integração do território ao regime de exploração capitalista moderno.

Mas o desenvolvimento também aparece articulado ao problema da segurança nacional, pois só poderia ser realizado em clima de “estabilidade social e política”. Assim como o desenvolvimento exigia a exploração do patrimônio físico do país, a segurança envolvia a preocupação com o território nacional. Tendo o território como horizonte, o governo realizaria o desenvolvimento e garantiria a segurança nacional: acertaria dois coelhos numa só cajadada. O uso das riquezas naturais ainda não exploradas só poderia ser realizado junto à defesa desses bens.

Resolvidos a encarar o problema que representava a Amazônia, os militares reuniram os meios considerados mais ajustados a sua orientação política para estabelecer o critério de exploração do território. Esses meios serão destrinchados na gama de planos e projetos criados para intervir na região. Agora insisto em destacar que essas ações na Amazônia exigiram da ditadura uma especial atenção. A região seria dissecada em função de um melhor aproveitamento dos recursos humanos e naturais, sempre de acordo com os aspectos de segurança e desenvolvimento.

O uso desses dois aspectos intervencionistas fica ainda mais claro quando recorremos às vozes dos próprios militares que acumularam funções administrativas no governo da ditadura. Em uma nova conferência, dessa vez realizada em maio de 1968, o então Ministro do Interior, o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, inaugurou o II Fórum Sobre a Amazônia na casa do Estudante do Brasil²⁰. Note que a oportunidade em que o general discursa merece um comentário. O ano de 1968 foi marcado por uma onda de movimentações estudantis e trabalhistas na França, o famoso “maio de 1968”. As ruas de Paris fervilhavam e os estudantes de todo o mundo eram influenciados pelo impacto político deste acontecimento. No Brasil, o “maio de 1968” francês reverberou meses mais tarde, em dezembro, quando milhares de estudantes brasileiros foram às ruas pedindo o fim da ditadura. O episódio da passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, é o mais famoso acontecimento do 1968 brasileiro²¹. As reivindicações e radicalidade dos atos serviram como uma das justificativas para o decreto do Ato Institucional

²⁰ A conferência foi publicada pelo Exército e daqui para frente vamos referendá-la como: ALBUQUERQUE LIMA, Afonso Augusto de. **A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

²¹ Para um relato contagiante do período no Brasil, ver: VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

Número Cinco, o AI-5²². Concordo que o mês de maio antecede bastante a organização da famosa passeata que culminou com o decreto, mas é notável que o mundo já absorvia o impacto das reivindicações de Paris. Podemos inferir, diante disso, que a ditadura se preocupava com o controle dos estudantes brasileiros erradicados nos grandes centros do país e, para tanto, tentava organizar eventos em que pudesse se aproximar dessa categoria ao expor as pretensões do regime em busca de apoio e diálogo. Também não posso deixar de destacar a relevância da Amazônia como um instrumento de impacto na sociedade brasileira da época. Já é consenso na historiografia que o regime ditatorial instalado no Brasil tentou sistematicamente fortalecer sua imagem pública e fez questão de explorar a propaganda oficial para estreitar laços com a população. A Amazônia, naquele momento, foi um tema bastante explorado pela imagem do governo. Causava impacto a dimensão com que eram apresentadas as pretensões governamentais na região. Por isso acredito que a escolha do tema na oportunidade em que o ministro pronuncia sua palestra diante dos estudantes é fundamental para entendermos o modo como as políticas para a Amazônia foram utilizadas, sempre de maneira a construir uma imagem positiva do governo. Sobretudo quando o público alvo se tratava de estudantes, em pleno maio de 1968.

Dito isto, vejamos como o ministro define a maneira com que o governo pretendia encarar o problema amazônico:

Ao traçar as diretrizes de trabalho pelo GT acima mencionado, por uma questão de metodologia de trabalho, encarei o problema amazônico sob o duplo aspecto: a) “de **desenvolvimento**, no sentido de melhorar o padrão de vida das populações locais, nas sub-regiões onde já existam condições de atração para a iniciativa privada, o que compete ser conduzido pela SUDAM. b) de **segurança nacional**, quando se encara a ocupação efetiva do território, o que constitui obra essencialmente governamental, principalmente no que concerne à montagem de uma infra-estrutura capaz de dar condições de desenvolvimento (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 24, grifo nosso).

Algumas questões me chamam a atenção no momento. Primeiro o fato do ministro interligar o melhoramento do padrão de vida na região à atração da iniciativa privada, processo que seria coordenado pela SUDAM. Nesse ponto, ele define que a política de desenvolvimento das localidades amazônicas seria realizada pela inserção da iniciativa privada na região. Aos empresários da nação estava relegada a tarefa de construir um modelo industrial capaz de

²² Do lançamento deste Ato Institucional até a lei da anistia a repressão violenta foi uma constante no regime. O AI-5 dissolveu o Congresso e estabeleceu os mecanismos legais para institucionalizar, de maneira ainda mais efetiva, a repressão policial e militar à indivíduos, instituições e movimentos que de variadas maneiras resistiram à ditadura. Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 só foi extinto dez anos mais tarde, em 13 de outubro de 1978.

dinamizar o capitalismo no país. Essa aliança nos permite enxergar um importante segmento na conformação do governo da ditadura – os empresários da iniciativa privada. Faz alguns anos que a historiografia debate a importância da participação civil na condução, conformação e no apoio ao regime ditatorial. Foi assim que a denominação “civil-militar” tornou-se comum quando se quer fazer referência ao período. A nomenclatura civil-militar foi aprimorada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho (REIS FILHO, 2012). Se um dos meus objetivos neste tópico é dialogar com a produção historiográfica do período, é impossível não se fazer referência ao debate sobre esta nomenclatura. Digo que Daniel aprimorou a categoria, pois trabalha o legado de um outro historiador – René Armand Dreiffus. Seus estudos contribuíram imensamente para a noção de que a conformação do golpe de 1964 se deu com grande colaboração de setores do empresariado nacional, erradicados principalmente em instituições como o antigo IPES e IBAD²³. Em sua obra, Dreiffus (1981) aponta a categorização da ditadura como empresarial-militar, tendo em vista o processo do golpe que efetivou o regime. Dreiffus era um historiador marxista declarado e muitos dos historiadores que seguem sua tendência historiográfica até a contemporaneidade se apropriaram da nomenclatura por ele desenvolvida e defendem seu uso como melhor categorização do regime: a ditadura empresarial-militar. Muitos dos seus críticos, porém, como Carlos Fico, definem que o historiador estendeu a importância da iniciativa privada nos anos do golpe ao restante do regime, supervalorizando sua participação no decorrer dos anos da ditadura. No entanto, voltemos a Daniel. Na esteira da noção de que o golpe não foi obra exclusiva dos militares, e que o regime não foi apenas conduzido pelas forças armadas, é que este historiador passou a problematizar a rede de apoio construída ao redor dos milicos. Nesse sentido ele argumenta que uma série de outros seguimentos sociais, distribuídos entre as distintas classes sociais, dedicaram-se a apoiar o regime desde o golpe. Ele cita como exemplo as famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, aponta alguns setores de imprensa como públicos apoiadores do regime, comenta da popularidade dos generais, do aval da Igreja, etc.

Mas sem querer perder tanto tempo com o debate a respeito da melhor nomenclatura do regime, é inegável a importância adquirida pela iniciativa privada na condução dos assuntos governamentais. Apesar de nacionalistas, o Estado brasileiro na época da ditadura estava posicionado, na geopolítica da Guerra Fria, bem ao lado dos norte-americanos. O regime fechado e autoritário, apesar de na prática bem distante dos padrões democráticos da superpotência, estava alinhado ao capital estrangeiro dos EUA, sua política econômica e defesa

²³ Respectivamente, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – ambas as instituições participaram ativamente das articulações que culminaram com o golpe de 1964.

do sistema capitalista. Dessa forma, o governo brasileiro naqueles anos, deveria construir mecanismos de apoio à livre iniciativa e ao empresariado nacional, tendo vista o seu enriquecimento e sua capacidade de dinamizar o capitalismo. Contudo, os setores do empresariado nacional atuam visando apenas a maximização de seus próprios lucros. E a atuação da iniciativa privada na Amazônia mais uma vez não fugia a esta regra. A Amazônia foi um território onde foram experimentados essa aliança entre governo e empresários e, portanto, a iniciativa privada não ficou de fora do processo de sua exploração. Pelo contrário, se tornaria o elemento fundamental tendo em vista a necessidade de desenvolvimento urgente. A tentativa consistia na elaboração de um plano acelerado para garantir a livre exploração dos ricos potenciais amazônicos.

Esse chamado à iniciativa privada como parceira na exploração das riquezas amazônicas é incontestável. Ele fica ainda mais evidente quando os representantes do governo deixam clara que a intervenção na Amazônia pressupõe uma política de mobilização desse setor. Antes de continuarmos com a análise da conferência de Albuquerque Lima, quero expor as palavras de um outro ministro: o Antônio Delfim Neto, este civil, responsável pelo ministério da fazenda no governo Costa e Silva e no governo Médici, segundo e terceiro general, respectivamente, a assumir a presidência da república durante a ditadura. Quando o ministro se dirige aos comerciantes brasileiros reunidos na Confederação Nacional do Comércio em junho de 1970, defende a construção da Transamazônica e conclama a participação dos setores empresariais do comércio na continuação da política que pretende ocupar as suas margens (NETO, 1970). Segundo Delfim, o governo está disposto e comprometido com uma política de mobilização nacional, uma mobilização para o desenvolvimento, pois se tinha a consciência de que os recursos disponíveis à exploração já se encontravam no território amazônico; faltando apenas a iniciativa por parte daqueles que podiam investir. Era necessário, portanto, mobilizar os detentores do capital. O ministro confirma que a construção da estrada seria mais uma das obras para que a iniciativa privada possa “beneficiar-se do patrimônio que já está lá, da riqueza mineral que já está lá. Essa capacidade de mobilizar é que vai fazer deste país um grande país.” (NETO, 1970, p. 47). Mais significativa que as palavras do ministro, pois na oportunidade da construção da estrada já estávamos nos idos de 1970, foi a viagem a bordo do Rosa da Fonseca, navio que partiu em expedição com representantes do governo e empresários da iniciativa privada radicados no Centro-Sul do país. A tentativa era demonstrar aos empresários a facilidade de lucros oferecida pela Amazônia. Era ainda o começo do governo, dezembro de 1966, quando partiu o navio na tentativa dos governantes de convencer a iniciativa privada de investir na região. A Folha de São Paulo cobriu o evento e publicou a matéria respectiva num

caderno especial a respeito da Amazônia²⁴. Nas suas páginas é possível ler que encerrada a viagem o governo havia conseguido “realizar o milagre de descobrir a Amazônia para as lideranças empresariais brasileiras, que despertavam, assim, não apenas para um dever de ocupação, mas, também, para oportunidades novas de bons negócios numa terra tão virgem quanto rica.” (FOLHA DE SP, 1967, p. 21).

Mas para não perdermos o fio da discussão, retomo a citação em que analiso a conferência de maio de 1968, do general Albuquerque Lima, então Ministro do Interior, proferida na Casa do Estudante do Brasil. Segundo esse representante do governo, ao Estado brasileiro da época restava a construção de uma infraestrutura necessária à entrada da iniciativa privada. Estrutura essa capaz de dar-lhe as terras e permiti-lhes o acesso a uma política fiscal livre de entraves alfandegários; estrutura capaz de fazer circular mão-de-obra e mercadoria; mas, também, uma estrutura que garantisse a segurança necessária para a exploração da região e seu consequente acúmulo de riquezas. Essa segurança seria garantida pelo uso da força militar. Desta forma “o governo se esforçaria para mostrar ao capital que teria total controle da região e repeliria com toda força possível qualquer movimento que ousasse enfrentar seu poder e autoridade.” (MARQUES, 2010, p. 69). Todas as garantias eram dadas àqueles que se interessassem em investir seu capital na região. Essa é uma das explicações à repressão brutal organizada pelo exército contra a Guerrilha do Araguaia. O governo garantiu retirar da cena política qualquer marca de movimento social na região, o que custou muito sangue naquelas localidades. Chamou para si, mas associado aos grandes empresários, as decisões econômicas, políticas e sociais (MARQUES, 2010).

A necessidade de segurança para a garantia do desenvolvimento capitalista na região amazônica era então a grande responsabilidade do governo militar. Mais que isso, de acordo com a racionalidade do regime, essa segurança só podia ser dada justamente porque o governo era composto por militares. Ou seja, nessa lógica simplista, o governo utilizava da Amazônia para justificar a participação das forças armadas na condução dos assuntos políticos brasileiros. Essa é mais uma operação discursiva que atesta a importância adquirida pela região para o estabelecimento e continuidade do governo. A lógica consiste em fazer crer que a Amazônia era indispensável ao desenvolvimento nacional e, para ocupa-la, necessitaria uma política de segurança da qual só os militares poderiam dar conta. A região adquiria uma posição excepcional no que diz respeito tanto ao desenvolvimento quanto à segurança, elementos centrais na planificação da gestão pública dos militares e no discurso com o qual encerram a

²⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. **Suplemento da Amazônia**. São Paulo, 16 de abril de 1967.

Amazônia. De acordo com o governo, esta região exigia “uma especial atenção, além de reclamar a participação efetiva das Forças Armadas.” (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 18). Ou, de outro modo, para a solução dos problemas amazônicos e, por conseguinte nacionais, “não se pode prescindir da compreensão das Forças Armadas, em geral, e do exército, para a exata dimensão desses problemas.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p s/n)²⁵.

Portanto, foi ao articular segurança e desenvolvimento, princípios básicos do substrato teórico ao qual obedeciam os militares entre as décadas de 1960 e 1980 que a Amazônia passa a ser inserida nos problemas nacionais. Naquele momento a região adquire grande importância para a governamentalidade do regime, sua prática política e legitimidade. Daí decorre a multiplicação de estudos e documentos sobre a área, elaborando uma maquinaria discursiva capaz de compor um novo entendimento sobre o que representava a região. Por fim, desenvolvimento e segurança só fazem sentido quando relacionados. A Amazônia emerge como importante território de análise para perceber como a ditadura foi capaz de conciliá-los na efetivação de suas políticas. O território em questão se destaca quando a tentativa é entender o funcionamento da ditadura. Nas palavras de um dos generais partícipes do governo, quando na oportunidade em que debate a região, seu desenvolvimento e segurança, é possível a conclusão de que:

Ambas as políticas não são conflitantes; pelo contrário, há uma íntima correlação entre os fatores econômico-sociais e os militares. E, mais, desenvolvimento e segurança, segundo as afirmativas gerais, estão ligados por uma relação de causalidade: - por um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico quer social; - por outro lado, o desenvolvimento econômico pressupõe um máximo de segurança e estabilidade das instituições (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 24)

1.4 A EMERGÊNCIA DO NOVO

Chegamos ao ponto em que pretendo investigar a fundo a discursividade do regime militar sobre a Amazônia. Parto em diálogo com os que acreditam que a construção do que entendemos por Amazônia é resultado da relação entre diferentes fases da história, cada uma responsável por uma maneira de falar, ver e sentir a região. Essas fases estão articuladas a um regime próprio de acontecimentos. Como vimos junto a Ana Pizarro (2012), a primeira compreende os primeiros escritos sobre a região, reunidos nas cartas dos primeiros viajantes colonizadores que navegaram por seus rios e, dentre outras questões, construíram uma representação mítica do território. A segunda, veremos mais frente, está associada ao esforço

²⁵ A página em questão não se pôde ser vista por conta do desgaste do material. No entanto a passagem está presente no texto da matéria: “Auto desenvolvimento à Amazônia”, do caderno especial da Folha de São Paulo à respeito da Amazônia, em 1967.

sistemático de estudo e catalogação da história natural da região, suas riquezas e oportunidades para o empreendimento de uma colonização centrada no racionalismo das luzes. A terceira, por sua vez, corresponde a uma fase decisiva de sua história econômica. O discurso do caucho está atrelado à intensa exploração de borracha na Amazônia, momento em que este território assumiu grande protagonismo nos mercados internacionais. A renda dessa atividade, mesmo que concentrada nas mãos das elites proprietárias dos seringais, possibilitou, por exemplo, a modernização de algumas de suas capitais, como Belém, Manaus e Iquitos, no Peru. A quarta fase, finalmente, corresponde ao período histórico que me lancei ao entendimento nas páginas anteriores. Para Pizarro (2012), a ditadura militar no Brasil foi capaz de criar um novo regime discursivo sobre a região. O fato de a maior parte do território amazônico estar situado nas fronteiras brasileiras faz dos sujeitos erradicados nesse país grandes interlocutores dessa territorialidade. O epicentro da nova fase discursiva é então localizado no Brasil, mas isso não corresponde a reduzir a região aos limites desse Estado-nação. A racionalidade da ditadura, não descartou de seu entendimento a heterogeneidade da Amazônia. Pelo contrário, no momento em que se propôs a realizar pesquisas para construir um saber necessário à sua intervenção, esteve sempre atenta a sua diversidade física e social, correspondente aos diferentes países pelos quais se espalha a floresta amazônica.

Portanto, a gama de políticas e projetos direcionados à região pelos militares acompanhou um processo de representação exaustiva do território amazônico capaz de inaugurar um novo regime discursivo sobre a região. Antes de detalharmos essas políticas, cabe então problematizarmos a emergência desses discursos. O trabalho corresponde a circunscrever essa discursividade, esmiuçá-la e destrinchá-la em seus enunciados, relacioná-la a um arquivo que autoriza e atualizada essas representações. Por fim, pretendo tomá-la como objeto explícito no intuito de procurar a lei de sua pobreza, determinar-lhe sua forma específica, para, enfim, definir o tipo de positividade de seu discurso. Ou seja, todo o esforço de análise de uma formação discursiva encontrará seu sentido quando realizarmos a tarefa de deixar claro ao leitor a maneira com que os governos militares foram capazes de “positivar” suas políticas à medida que construíram um saber para operá-las. Quando digo “positivar” estou me referindo aos mecanismos utilizados pela racionalidade do regime para legitimar suas ações, justificar suas assertivas, fazer aparecer os problemas ao mesmo tempo que demonstravam ser capazes de resolvê-los. Inventariar as causas ao navegar pela história, construir um modo de intervenção que atualiza a região no presente, para assim definir as consequências e projetá-la em sua futuridade. O Estado, não esqueçamos, “as administrações públicas e seus representantes, são grandes produtores de problemas sociais que a ciência social frequentemente apenas ratifica,

retomando-os por sua conta como problemas sociológicos.” (BOURDIEU, 2011, p. 95). Partiremos então do Estado brasileiro durante o regime autoritário que correspondeu à ditadura militar. O Estado é responsável por conceber o problema amazônico e por dar uma nova cara à territorialidade brasileira. Nesse processo, uma avalanche de novas produções acadêmicas acompanhou suas políticas na Amazônia, seja para criticá-las e rejeitá-las ou para apoiá-las e ratificá-las.

Partiremos então da ditadura militar e, para tanto, oferecerei ao leitor a pesquisa realizada em alguns arquivos que reúnem documentos oficiais do período. Por enquanto, nada muito diferente do que já foi trabalhado até aqui. São estudos, palestras, matérias de jornal e relatórios compostos por diferentes autores, todos eles em relação aberta com o regime, sujeitos da intervenção militar no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. O material abordado para fazer emergir essa discursividade nos coloca em diálogo com os anos do regime. Isso porquê, “quando se dirige a um tipo singular de discurso, é para estabelecer, por comparação, seus limites cronológicos (...)” (FOUCAULT, 2016, p. 192). A quarta fase da discursividade amazônica corresponde aos anos em que os militares se mantiveram na condução dos assuntos governamentais brasileiros, suas duas décadas. No decorrer das linhas que se seguem, portanto, estaremos sempre fazendo referências aos acontecimentos da ditadura, suas instituições, práticas e decisões políticas.

Ao enveredar pela discursividade do regime, tendo sempre a Amazônia no cerne de suas preocupações, tentaremos localizar as palavras empregadas para definir essa região, “suas regras de uso e campos semânticos, ou ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamento que as unem”. Buscaremos, no fim, definir as regras de formação de um conjunto de enunciados, chaves explicativas e léxicos linguísticos que são sempre atualizados nas palavras dos sujeitos do governo ditatorial quando o assunto é a Amazônia entre os anos daquele governo. Os acontecimentos da ditadura serão eles próprios transformados em objeto de discurso. Serão registrados, descritos e explicitados; receberão conceitos e darão oportunidade de uma escolha teórica (FOUCAULT, 2016).

O objetivo final com esta parte do capítulo é, portanto, assim como foi apontado na sua introdução, preencher a brecha deixada pelo trabalho de Ana Pizarro quando define que a o regime militar no Brasil foi capaz de formar uma nova fase discursiva sobre a Amazônia. Na medida em que a autora só indica essa formação e não dá conta de sua problematização, é que, na sua trilha, ofereço os caminhos para preencher essa lacuna. A tarefa não se encerrará por aqui. De uma forma ou de outra estaremos sempre às voltas com essa discursividade ao longo de todo o trabalho. Por hora, gostaria apenas de garantir que a problematização dessa fase

discursiva fosse capaz de garantir os marcos de sua originalidade. Ou, dito de outra forma, entenderemos a maneira com que ela opera uma descontinuidade no arquivo discursivo da Amazônia. Nesse sentido, “a questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2016, p. 34).

Já discutimos a importância adquirida pela Amazônia na política dos militares. Ela pode ser entrevista como um território que consubstancia os interesses da ditadura para com a nação. Aqui importa retomar essa noção para identificarmos o gatilho dessa nova discursividade. A possibilidade de construção de um novo regime discursivo para a área se relaciona com a posição adquirida pela Amazônia no cerne das questões públicas enfrentadas pelos gestores brasileiros nos anos de autoritarismo que marcaram aquelas décadas. Ora, a fórmula consiste em fazer crer que existe a necessidade de enfrentamento do problema amazônico. Dessa forma, entendo ser o conceito de impacto amazônico na gestão pública da época o que bem define a entrada da Amazônia no cenário político brasileiro e anuncia sua nova discursividade. De acordo com Arthur Reis, nos finais da década de 1960 já poderia ser afirmado que existia “um impacto amazônico na civilização brasileira e de que a política que se vem adotando para apressar e melhor conduzir o processo de desenvolvimento e a integração nacional é a mais positiva demonstração.” (REIS, 1972, p. 11). Com essas palavras, o sujeito enunciador demarca a visibilidade do território amazônico nas políticas da ditadura. Essa visibilidade, por sua vez, é intermediada pela possibilidade de conquista da região pelo desenvolvimento capitalista e pela empresa colonizatória. Essa empresa, de acordo com o autor, é a empresa humana, encarnada, como vimos, na iniciativa privada e no poder público, transmissores da moderna civilização aos espaços recônditos do território nacional.

A noção de impacto, portanto, está atrelada a busca pela originalidade das ações a qual pretendiam levar a cabo os militares. O anúncio de uma nova discursividade, sua condição de ruptura, só pode ser identificada quando expomos o compromisso do governo em apresentar o que é novo e original para a região. Na concepção desses intelectuais do regime, a Amazônia, até o presente da ação dos governos militares, não havia passado de “um capítulo viçoso de aventura.” (REIS, 1972, p. 64). Ou seja, a marca das outras investidas governamentais na Amazônia havia sido o seu caráter de inexperiência, identificada no imediatismo das ações sem compromisso. Nas mesmas palavras do intelectual em questão é atestada a importância de que “faz-se necessário que passemos a nova fase.” (REIS, 1972, p. 64). Os militares então inaugurariam um novo momento para Amazônia, onde os capítulos antigos deveriam ceder lugar a uma transformação comprometida com o que é objetivo e novo. A emergência do novo

não é algo atestado pelo sentido interpretativo condicionado pela análise do período, mas é expresso de maneira direta pelos próprios apoiadores do regime, representantes de sua discursividade.

A consciência do estabelecimento do novo, de uma nova formação discursiva, acompanha o processo de construção de autoridade do regime frente à nação. A legitimidade do golpe de Estado envolve a noção de que os militares seriam os responsáveis pela modernização das instituições brasileiras. De posse dessa pretensa maioria política é que a Amazônia pode ser pensada no rol dos problemas a serem enfrentados pela racionalidade do regime. E mais, as condições da intervenção na Amazônia são novas à medida que o regime inaugura uma nova fase na história do Brasil. Esse é o efeito criado pelos governos da época, cabe a nós desconstruirmos suas conformações discursivas para expor seus verdadeiros compromissos. Novamente de posse das palavras de Albuquerque Lima, podemos confirmar tais intenções:

Efetivamente, aqui se confirma a descoberta do novo ângulo de visão da problemática amazônica e se celebra a conquista do amadurecimento das preocupações nacionais a respeito do grande vale, em termos de maioria política e atualização econômica. (...) renova-se, a cada instante, o milagre da tomada de consciência nacional, no sentido de enfrentar, com decisão e realismo, a conquista da integração da Amazônia, através da mobilização de nossas próprias energias (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 5).

Assim são definidas algumas marcas da discursividade do regime: a consciência nacional, o realismo, a conquista e a integração, são elementos que dão a tônica da proposta de intervenção na Amazônia. O sentido hiperbólico da ação pode ser atestado pela condição de milagre, utilizada para definir uma tomada de consciência para a integração da Amazônia. Portanto, o risco reside em sucumbirmos ao impacto com que o regime apresenta suas convicções. Não devemos correr o risco de ceder aos efeitos criados pela irrupção do novo, mas entender que os discursos são úteis à medida que dão a ver os interesses, o poder, e a visão daqueles que hegemonizavam o Estado brasileiro durante o regime militar (NAHUM, 2013).

Insisto que o que desprendemos de imediato dessa análise é o mecanismo que vincula a ação dos militares na Amazônia como algo original, novo, desvinculado do que até então tinha sido feito com a região. É esse sentido de ruptura que caracteriza o conjunto do que foi produzido em relação a Amazônia como uma nova fase discursiva do território na sua construção simbólica. E esse ineditismo das ações são sempre convocados de maneira a construir a positividade do regime. Desta forma, podemos mais uma vez avaliar o que é dito pelos militares, quando afirmam:

De par do consenso internacional de que a libertação do subdesenvolvimento constitui hoje irrecusável demonstração da lucidez dos grandes estadistas, a nação vem se erguendo como um todo, tocada da disposição de vencer os desafios lançados à nossa capacidade de realizar e deflagrar esforços criadores. Todos esses fatores, todas essas implicações e as circunstâncias que hoje reforçam o sentido de Unidade e da Segurança Nacional, nos irmanam e dão conotação de perfeita e oportuna autenticidade ao encontro que aqui celebramos em conjunto (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 5/6).

A libertação do subdesenvolvimento a qual o governo pretende enfrentar parece ter ficado pelo caminho. Isso porquê, a configuração que assume a Amazônia após a intervenção militar não erradicou o problema, mas o aprofundou. Uma das consequências diretas da política direcionada à região foi o conflito decorrente da ocupação do território amazônico, processo que rivalizou a posse de terras entre trabalhadores advindos dos mais variados cantos do país com as populações já erradicadas na Amazônia e com a entrada dos grandes empresários e latifundiários da colonização – setores privilegiados nos projetos da ditadura. Teremos a oportunidade de melhor entender e criticar esse processo. Mas cabe aqui destacar o momento em que as políticas são concebidas a partir do que o ministro define como “esforços criadores”. O conjunto de ações então direcionado à Amazônia envolvia uma capacidade criativa, de inventividade governamental, que demarca esse insistente sentido de originalidade que acompanha as políticas para a área. Somente essa “conotação de perfeita e oportuna autenticidade” é capaz de conduzir as políticas no sentido de atestá-las como positivas, necessárias, capazes de garantir uma ruptura na história da região, sua tão sonhada transformação.

Mas para entendermos esse sentido de ruptura é preciso saber com o que se está rompendo. Expomos a retórica militar que apresenta suas políticas como a irrupção do novo não é suficiente. Mais adiante dedicarei um momento para estabelecermos as relações da discursividade da ditadura com as outras formações e momentos históricos apresentados e identificados por Ana Pizarro. Veremos que essas relações não se dão apenas pela ruptura, mas também estabelecem pressupostos de continuidade. Por hora, para demonstrar esse sentido de originalidade defendido pelos militares, trarei seus discursos quando no momento em que atestam a diferenciação de suas políticas em comparação com dois outros importantes momentos da história da Amazônia. Esses momentos, para Pizarro, não caracterizam novas formações discursivas, mas é incontestemente percebê-los como fases decisivas na história da Amazônia.

O primeiro já foi aqui abordado em paralelo às contribuições de Alfredo Wagner. Ele se refere à política do governo colonial sobre a tutela do Marquês de Pombal, quando a

Amazônia passou a ser um território de referência na condução dos assuntos brasileiros desde Lisboa, por volta de 1750. O segundo momento corresponde à política de Getúlio Vargas para a região durante a Segunda Guerra Mundial, a princípio a recuperação da economia da borracha em território amazônico, processo que culmina na criação da SPVEA²⁶ em 1953, anos mais tarde, quando o mesmo Getúlio retorna à presidência da república. Esses dois momentos não são por mim arbitrariamente estabelecidos para sustentar o argumento da ruptura durante os anos da ditadura militar. Eles só podem ser trazidos à tona quando percebo que é a própria retórica do regime que lhes fazem referência e os elegem como momentos a se distanciar.

Para Alfredo Wagner, como vimos, a experiência de Pombal na condução das políticas para a Amazônia é o dispositivo de uma matriz governamental que estabelece uma continuidade que se estende até a ditadura militar e seus programas de ocupação capitalista (ALMEIDA, 2008). Para ele, as intervenções na Amazônia, desde a época de Pombal, seguem a linha de uma racionalidade que elege a região como território a ser ocupado e seus modos de vida substituídos. É uma aposta num modelo de análise sincrônico, antropológico. Aqui pretendo, de início, defender a tese da singularidade que envolve as políticas da ditadura, seu caráter original, suas proposições capazes de inaugurar uma nova fase discursiva. Estabeleço um outro caminho de análise, mas que não significa que esqueçamos de apontar possíveis continuidades, tarefa a que me dedicarei mais à frente.

Entre continuidades e rupturas é certo afirmar que para dar o pontapé de suas políticas, o efeito discursivo criado pelos militares é de que suas intervenções seriam únicas e, portanto, somente elas seriam capazes de inaugurar uma nova fase na Amazônia. Para tanto, tiveram que se espelhar na história da região para definir o distanciamento que teriam em relação a outros momentos em que ela foi protagonista na condução dos assuntos governamentais brasileiros. A ideia é apontar que existia uma consciência histórica por parte de seus gestores, que eles aprenderam com a história, e que, portanto, não corriam o risco de repetir os erros do passado. Desde o início da formulação da Operação Amazônia, primeira série de intervenções da ditadura na região, essa consciência histórica foi defendida como forma de garantir a originalidade de suas ações. No caderno especial da folha de São Paulo que apresentou a Operação Amazônia aos estados do sudeste, Samuel Bechimol, importante intelectual que dedicou seus trabalhos à região, alertava que era “imprescindível conhecer a experiência

²⁶ Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia. Instituição criada em 1953, pelo governo Getúlio Vargas. Sua função prioritária era facilitar, in loco, as ações governamentais que visassem a transformação do espaço econômico regional no intuito de desvinculá-lo de sua dependência histórica para com o extrativismo do látex.

histórica já vivida, não com o intuito de repeti-la, mas com o objetivo de evitar a repetição dos erros do passado.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 40).

Para o catedrático, a primeira experiência que pretendeu enfrentar o problema amazônico, seria a mesma com a qual os militares deveriam estar atentos para não malograr suas ações:

A primeira experiência foi registrada ainda no período colonial, ao tempo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, sob o signo e inspiração da política imperial mercantilista portuguesa, com a constituição da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que tinha por finalidade estabelecer o monopólio de navegação do comércio exterior e do tráfico africano. Data desta época a introdução do arroz de Carolina do Maranhão, do café da Guiana no Pará, do cultivo do cacau no Baixo Amazonas, a criação dos pesqueiros reais no Solimões e a introdução do boi no vale do Rio Branco. (...) Essa primeira experiência agrícola e colonial logo feneceu voltando, pouco depois, à região a prática do sistema mercantil-coletor sob a qual havia vivido nos primeiros séculos de sua conquista (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 40).

Demarcado o sentido dessa primeira experiência, trago agora uma outra referência ao mesmo momento histórico. Na voz de outro interlocutor da ditadura é capaz de percebermos o sentido de ruptura que ele estabelece com a política de Pombal, garantindo justamente a originalidade das ações inauguradas a partir de 1964. Mais uma vez a reflexão histórica é utilizada pelos intelectuais da ditadura para demarcar a irrupção do novo. Na citação a seguir, contudo, é possível identificarmos que o paralelo com a apolítica colonial do século XVIII não se dá somente pela sua negação, mas existe um reconhecimento claro da efetividade das políticas advindas desde Lisboa, mesmo que a discursividade militar, como veremos, tenha dado primazia em seus discursos à capacidade de enfrentarmos o problema amazônico sob a capacidade dos próprios brasileiros, ou seja, sua versão nacionalista. Nas palavras de Arthur Reis, quando se refere aos esforços pombalinos, temos que:

Não houve, é certo, um plano de Estado visando à ocupação do mundo amazônico nos termos por que, nos dias de hoje, entendemos uma política governamental com tal objetivo. A insistência na formulação da tese é necessária, no entanto, para que se possa compreender que, se não ocorreu aquele planejamento, nem por isso deixou de ocorrer uma decisão governamental, que foi efetivada na empresa de descobrimento, de conquista e de domínio, promovido sem cessar através de um sem número de instruções, baixadas de Lisboa e cumpridas fielmente (REIS, 1972, p. 71).

Existe, portanto, uma consciência de ruptura com Pombal, identificada nos discursos dos próprios porta-vozes do regime militar. Os dias de hoje, ou seja, a década de 1960, inaugurava um novo projeto de ocupação do mundo amazônico, uma nova política governamental capaz de solucionar o problema amazônico. Esse era o efeito do impacto.

Bem mais à frente nos deparamos com outro momento histórico decisivo para a Amazônia. Como apontado acima, ele corresponde ao que Samuel Bechimol denomina de quarta tentativa de incorporação da Amazônia ao espaço econômico brasileiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967). Foi durante a Segunda Guerra Mundial, quando assinados os Acordos de Washington. Nesse tempo, o Brasil tentava, sob a tutela de Getúlio Vargas, recuperar a economia da Borracha na região ao suprir a demanda dos aliados durante o conflito. Dentre as ações que visavam a recuperação, se destaca, para Bechimol, “a criação do Banco de Crédito da Borracha, antecessor do Banco de Crédito da Amazônia e do atual Banco da Amazônia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967) – este último uma invenção da ditadura militar que até hoje atua na região. Mas a importância dessa experiência reside na capacidade de Vargas em sensibilizar a opinião pública nacional para o problema amazônico, assim como fazia a ditadura a partir de 1964. O famoso discurso no Rio Amazonas, pronunciado por Vargas em 1940, foi explorado nesse sentido, tornando-se um marco da intervenção de seu governo na região. Apesar da mobilização política do país em torno da Amazônia, de acordo com Bechimol, “poucos resultados econômicos foram obtidos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967), mas o discurso serviu para “criar uma mística e abrir caminho para ação política posterior” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 40). A ação posterior a que se refere é justamente a criação da SPVEA em 1953, pelo mesmo Getúlio. O estadista parecia determinado em intervir na Amazônia e a SPVEA foi criada como uma autarquia responsável por comandar as ações de desenvolvimento na região. Entre seus princípios básicos estava o comprometimento de

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia num sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de com seus próprios recursos prover a execução de suas próprias tarefas; c) desenvolver a Amazônia num sentido complementar e paralelo ao da economia brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 40)

Até aí nada muito diferente do que vínhamos discutindo sobre a política da ditadura. O problema é que a SVPEA se tornou um elefante branco, constituindo, também, num exemplo aos militares quando na oportunidade em que criaram a SUDAM para substituir a antiga instituição. O fato é que Vargas se suicidou e seu sonho morreu junto com ele. Os poucos anos de atuação da SPVEA foram marcados pela sua ineficiência. Os recursos foram drenados pela corrupção dos gestores regionais, o que acabou se configurando num argumento dos militares para federalizar e centralizar os mandos da SUDAM. Também não podemos negar um sentido de continuidade entre o discurso do Rio Amazonas, de Vargas, e a Operação Amazônia, dos militares. Mas o que era certo para os pensadores que atuaram junto ao regime era o fato de que o governo de Vargas não foi capaz de honrar os compromissos estabelecidos por seus discursos.

Aos militares, portanto, estava relegada a missão de cumprir os objetivos que a partir da segunda metade do século XX foram elaborados para a Amazônia. Foi assim que sustentaram em seus discursos sua capacidade de intervir e romper com os quadros de anestesia política de governos anteriores. Isso revestiu a ditadura de autoridade e legitimidade quando o assunto era a Amazônia. Eram eles os responsáveis por inaugurar uma nova experiência para incorporação da Amazônia à economia nacional. E esse ato político foi acompanhado de uma série de enunciados que não somente autorizaram ou positivaram seus projetos, mas demarcaram a originalidade de sua intervenção, inaugurando uma nova fase discursiva na construção simbólica da Amazônia.

1.5 CIÊNCIA E NATUREZA

Para provarmos a emergência de uma nova formação discursiva sobre a Amazônia a partir das políticas dos militares para a região, uma nova condição se impõe. Somente é possível identificar uma formação quando se pode descrever um certo número de enunciados que a compõe. É preciso reunir os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas selecionadas pela racionalidade que os organiza numa dada narrativa. Dito de outra maneira, é preciso estabelecer e definir uma certa regularidade enunciativa para caracterizar a emergência de uma formação discursiva. Feito isto, diremos, por convenção, que se trata realmente de uma formação discursiva.

Esse é o compromisso que estabeleço com o leitor. Contudo, ele terá que esperar sua hora. Isso porquê, antes de adentrarmos nos enunciados próprios do regime discursivo da ditadura, preciso recorrer a uma análise sincrônica. Isso acarretaria num deslocamento do objetivo de discorrer sobre as especificidades próprias da formação discursiva da qual os militares são responsáveis. A tentativa consiste em determinar uma condição permanente às práticas discursivas que envolvem a Amazônia, bem como às políticas elaboradas para intervir na região. São matrizes ideológicas relacionadas com a história do pensamento ocidental e, portanto, demarcam tanto as assertivas dos militares quanto os primeiros escritos sobre a região. No entanto, não trarei às análises, fragmentos de discursos de outras formações, muito menos invadirei o terreno histórico de outras práticas políticas que tiveram a Amazônia como objeto. Lidarei apenas com uma documentação ligada aos anos da ditadura. A tarefa consiste em demonstrar a maneira com que a Amazônia é concebida como um espaço natural, onde somente a ciência seria capaz de inaugurar um caminho seguro para a geração de riquezas, progresso e civilização. É evidente que essa concepção permeia o pensamento dos militares durante as políticas postas em prática entre as décadas de 1960 e 1980. Contudo, a honestidade intelectual me obriga a perceber que essa relação não é unicamente uma marca do regime discursivo da

ditadura. Ela obtém suas bases na estruturação do pensamento moderno, como atesta Alfredo Wagner, mas, no limite, pode ser estendida à história da filosofia cristã ou até mesmo gregoriana, quando o ocidente se propõe a debater a condição da natureza e a relação que os homens devem obter com ela (PASSMORE, 2012). Como constantemente alerta, não é objetivo desse trabalho estabelecer uma busca incessante pela origem, pois quanto mais recuamos no tempo, mais perdemos a capacidade de garantir uma reflexão histórica capaz de dar conta de um problema que já lhe é muito caro, qual seja, o processo de formação discursiva a respeito da Amazônia, sua construção simbólica.

No entanto, defendo que para atingirmos uma conclusão relevante sobre os enunciados que compõe a discursividade da ditadura, faz-se necessário investigarmos alguns princípios básicos com os quais se relacionam os dispositivos de sua intervenção. De que Amazônia falam os militares? Quais as bases do pensamento que inaugura as novas políticas para a Amazônia? O intuito é demonstrar que a invenção do regime, quando encerra a Amazônia numa regularidade de enunciados, está atrelada a um saber construído ao longo do tempo na relação aberta com a região. Desvendaremos os mecanismos que possibilitam que esse conjunto de saber desemboque numa prática discursiva definida, demonstrando, de outro modo, como toda prática discursiva pode ser definida pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 2016).

A Amazônia é historicamente identificada pelo mundo natural que a compõe. Todos os discursos que se debruçaram sobre a região, compondo ou não uma formação discursiva que lhe é específica, o fizeram de maneira a preparar uma intervenção num espaço natural. Portanto, o objetivo final de toda política direcionada para a Amazônia foi a transformação de seu espaço natural, tendo sempre como aliado o pensamento racional, este último um instrumento do progresso e da civilização. Persiste, portanto, na relação aberta com a Amazônia, um ideário de civilização que é atualizado toda vez que nos defrontamos com a citada região. Ele é atualizado continuamente, “pois as matrizes conceituais e ideológicas do evolucionismo e do colonialismo perduram no inconsciente ocidental.” (CASTRO, 2010, p. 105).

Mas os esquemas interpretativos que perduram no tempo só recorrem aos imperativos da civilização para ocupar o espaço da natureza. Assim, as discursividades partem do ponto em que se percebe a Amazônia como um território meramente definido pelos seus aspectos naturais. O mundo amazônico é aquele marcado pela sua bacia hidrográfica ou pela vegetação representada na densa floresta. As características da região são relacionadas ao mundo da flora, do clima e da fauna, fruto de sua portentosa geografia. O mundo natural se sobrepõe e denuncia a falta de infraestrutura, a pobreza de elementos técnicos, a ausência por fim, da ciência e da civilização.

É desta forma que a racionalidade da ditadura encara a região. Quando se defronta com o desafio de defini-la, o faz de maneira a reduzi-la a suas condições naturais. Assim é exposto por Arthur Reis, pois:

quando falamos em Amazônia, nosso pensamento se volta para um mundo estranho, diferente, em que a floresta densa, intransponível, agressiva, uma rede hidrográfica sem medida, uma fauna rica e exótica e um clima rigorosamente quente e hostil, impróprio à vida humana, constituem o pano de fundo, a natureza constante daquele espaço (REIS, 1972, p. 97).

A noção de que a natureza amazônica se define por sua estranheza, ou seja, que caracteriza um mundo estranho, demarca uma relação histórica do pensamento ocidental. “Estranho não apenas significa pouco familiar, mas estrangeiro, alienígena.” (PASSMORE, 2012, p. s/n.). Contudo nem sempre a natureza foi encarada por sua estranheza. Durante a maior parte da história da humanidade, os processos naturais eram entendidos como dotados de intenções, capazes de serem influenciados, através, por exemplo, de orações. Mas essas orações não eram destinadas a um Deus com formas humanas, tal qual o cristianismo cristalizou no pensamento ocidental. Essa relação com a natureza era direta, sem intermediação. Entretanto, nos últimos dois mil anos, “o mundo ocidental greco-cristão tem rejeitado inteiramente esta concepção de natureza.” (PASSMORE, 2012, p. s/n.). O que a ciência oficial, a tecnologia e a filosofia ocidental fizeram, foi tornar a natureza menos estranha para transformá-la em ferramenta. Dessa maneira, quando a racionalidade da ditadura a caracteriza como estranha é para defender a urgência de sua transformação. Redimindo a sua condição natural à entrada do processo civilizatório.

O espaço natural da Amazônia, portanto, é aquele que a vai definir por dentro. Estrategicamente essa identificação funciona à medida que este espaço passa a ser encarado como uma reserva ilimitada de possibilidades e recursos, desde que, é claro, sejam investidas as técnicas mais modernas para que homem seja capaz de vencer a natureza hostil daquele território. Na retórica dos militares, seria possível vencer as naturezas mais agrestes e substituí-las por “sociedades ativas, progressistas, dinâmicas, que dignifiquem a espécie humana.” (REIS, 1972, p. 32). A antiga condição da Amazônia como um espaço de natureza precisaria então ser transformada em espaço humanizado, possuída pelo homem através de um exercício efetivo de ação. Por sua vez, essa ação seria então conduzida pela razão técnica e científica, instrumento da transformação da natureza, e, portanto, do desenvolvimento.

Amparada na tradição que visa a substituição da natureza pela civilização é que os militares organizam seus enunciados e sua prática política na Amazônia. É preciso reiterar, contudo, que o objetivo civilizatório para com a floresta é uma constante nas elaborações

discursivas a respeito dessa região. A percepção que unifica a proposta militar é a de que a história da ocupação da região amazônica tem sido falho e atrasado, fazendo com que o processo de civilização ocorra de maneira lenta e precária. O imperativo civilizatório está ligado, na verdade, a um procedimento de se pensar a Amazônia

consoante um modelo dual, que se trata de um outro componente relevante dos esquemas interpretativos aqui tomados como objeto de reflexão. Semelhante procedimento dualista aparece nesta literatura interpretativa da Amazônia segundo diferentes modalidades de oposição simétrica, tais como: oposição entre ‘civilização’ e ‘vida selvagem’, entre ‘progresso’ e ‘atraso’, entre ‘modernidade’ e ‘primitivismo’, entre ‘racional’ e ‘nativo’, entre ‘sedentarização’ e ‘nomadismo’ e entre ‘harmonia’ e ‘desequilíbrio’ (ALMEIDA, 2008, p. 31).

A partir então deste procedimento é que os militares, em diálogo com a tradição de um saber amazônico, preparam os enunciados que compõe sua discursividade e organiza os pressupostos de sua intervenção. É deste ponto de partida que se estrutura a transformação a ser operada no território amazônico, dentre elas, a substituição dos modos de vida autóctone, sua identificação como fronteira econômica, a sua necessidade de integração à economia nacional, ou ainda, o nacionalismo marcante de seus discursos e sua política de segurança.

Por fim, cabe destacar a importância adquirida pelo argumento do racional na medida em que este estabelece a instrumentalidade da dominação da floresta. De posse de um documento do Ministério da Agricultura (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1975) é possível enxergarmos a tentativa de se fazer um inventário dos recursos disponíveis nas áreas de colonização. Para os militares, a conquista da região e a usurpação de seus bens naturais dependia da “capacidade de se implantar e desenvolver pesquisas de natureza objetiva”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1975, p. s/n). Somente esse diálogo com o saber e a ciência poderia garantir o aproveitamento econômico da floresta. Para que a natureza pudesse ser utilizada era preciso o conhecimento de suas potencialidades. Dessa forma, a natureza passa a ser considerada estritamente como matéria-prima do desenvolvimento. As pesquisas, o conhecimento racional, técnico e científico, viriam, portanto, para aperfeiçoar a utilização das diversas potencialidades da natureza. De acordo com João Nahum (2013), o que podemos observar nessa sedenta busca pelas riquezas amazônicas ao longo dos séculos é que a natureza amazônica passa a ser identificada pelo seu valor de uso, fetichizado em mercadoria.

E ainda, como desfecho, podemos afirmar que a natureza amazônica existe simplesmente para ser dominada e humanizada. Dito isto, o problema para os militares consistia “na determinação das possibilidades e condições de seu máximo aproveitamento”. O conhecimento sobre a região era necessário no momento em que deveria ser utilizado para

garantir a máxima exploração da natureza. Essa atitude, entretanto, não está presente unicamente na atuação dos militares. Mas se encaixa num método particular de exploração, sugerido por Francis Bacon como uma “filosofia da prática” (PASSMORE, 2012). Esse posicionamento remete então à toda uma tradição do pensamento ocidental frente à natureza. E é justamente a filosofia da prática que guia as tecnologias mais modernas baseadas na ciência. De posse desse conhecimento, impõe tornar a natureza menos estranha, criando conceitos inerentes à razão humana ou criados por ela. A intenção é trabalhar a natureza de maneira que ela esteja conforme aos interesses humanos. “Essa é a atitude frente à natureza que tem regido a tecnologia.” (PASSMORE, 2012, p. s/n).

O imperativo de que a matéria prima da região se apresentava diante da condição de sua máxima exploração, também segue a linha cartesiana de que “nas suas relações com a natureza, o homem não era sujeito a nenhuma restrição moral.” (PASSMORE, 2012, p. s/n). Para utilizar dessa natureza, o homem, portanto, teria de transformá-la. De acordo com Descartes, o homem teria de “tornar-se senhor e dono da natureza.” (PASSMORE, 2012, p. s/n). Na sua filosofia, que tanto demarcou o estabelecimento do racional e civilizatório, “a atitude correta frente ao mundo é, na sua opinião, a de explorá-lo.” (PASSMORE, 2012, p. s/n).

1.6 OS ENUNCIADOS

Algumas páginas antes, afirmei que a condição para a emergência de uma formação discursiva seria a delimitação da regularidade de seus enunciados. Assumi o compromisso de resumir, então, os enunciados que acredito formar o conjunto representativo da Amazônia, ligado ao período em que o Brasil atravessou seus anos de ditadura militar. Seria então o discurso governamental dos militares, quando optam por se referir à Amazônia, capaz de engendrar uma formação discursiva? Para responder essa pergunta também teríamos de associar uma outra indagação: esse conjunto representativo criado pela racionalidade do regime forma um grupo de enunciados que resumem os elementos de descrição de uma dada Amazônia? Esse é o momento, portanto, de apontarmos a maneira com que determinadas frases são regularmente enunciadas, chegando ao ponto de construir um campo enunciativo que é sempre acessado pela ditadura quando se trata de se referir à supracitada região. Primeiro é preciso, e é evidente, que as performances verbais tenham sido enunciadas. Por isso que mais uma vez recorrerei aos discursos e documentos dos próprios porta-vozes do regime, no momento em que planejam e executam suas ações na Amazônia. Essas falas se sucedem em determinados eixos temáticos, possível de serem reordenadas em uma série de novos conceitos, estes, sempre utilizados pela discursividade do regime para criar a Amazônia com a qual criam e se defrontam. Apesar da possibilidade de redistribuir a dispersão das falas e organizá-las em conceitos diferentes uns

dos outros, também é importante que eu aponte a maneira com que essas “performances verbais” se “ordenem, coexistam e desempenhem um papel umas em relação às outras.” (FOUCAULT, 2016, p. 121).

Nos arquivos que reúnem uma documentação relevante do período da ditadura militar no Brasil, pude encontrar uma série de referências à Amazônia. Ao esmiuçar esses documentos, algumas temáticas saltavam aos olhos tendo em vista a insistência com que eram constantemente referenciadas nos textos que tratam das políticas dos militares na região. Nessa leitura, pude perceber que, independente do autor das formulações presentes nos documentos, a recorrência a essas temáticas funcionava como uma espécie de posição a ser ocupada por todo aquele que se comprometesse a falar da Amazônia sob a ótica do regime ditatorial. Não importava que essa posição fosse ocupada por indivíduos diferentes, mas toda vez que um porta-voz do regime falava da Amazônia, esses eixos temáticos se faziam também presentes, sejam concatenados e em relação ou convocados isoladamente. Ao entrecruzar minha constatação com os estudos da Arqueologia do Saber, entendi então que, para Foucault, o sujeito é uma condição para que se realizem esses enunciados. No nosso caso, até aqui, o sujeito compreende o Estado brasileiro durante o regime ditatorial que assolou o país entre as décadas de 1960 e 1980. Digo até aqui porque, sob certas condições, veremos como esses enunciados governamentais ganham terreno em meio à sociedade brasileira, extrapolando os limites do governo, seus representantes e grupos sociais de apoio direto.

Outra importante condição à formação discursiva e seus enunciados é o “princípio de diferenciação”. Esse é o desafio que enfrento desde o início do texto. De posse de uma reflexão histórica e historiográfica, insisto na tentativa de demonstrar as especificidades dos discursos do regime quando o assunto é a Amazônia. Essa especificidade não está somente relacionada ao conjunto dos acontecimentos entre 1864 e 1985 e que, portanto, lhe são únicos. É preciso, no seio mesmo das representações e performances verbais, destacar o que existe de original no discurso dos militares em relação ao arquivo discursivo da Amazônia. Veremos que muitas vezes as palavras podem ser as mesmas que foram empregadas em épocas diferentes. Mas é preciso destacar que essas palavras e conceitos também detêm a sua história e que, por isso, passam a significar e representar outro regime de coisas e acontecimentos. A outra condição para fazer emergir os enunciados que compõem determinada formação discursiva, também definida nos escritos de Foucault sobre a arqueologia, um de seus métodos fundantes, é a criação de um campo associado. Essa associação não está relacionada, ainda, ao contexto da experiência em que se dá a formulação dos discursos. Ou seja, não é que os enunciados, a priori, devam estar relacionados a uma dada situação histórica. Esse campo associado do qual remete-

se Foucault está ligado à criação de um domínio de coexistência entre os próprios enunciados, estejam eles presentes na mesma formação discursiva ou remetam ao arquivo de imagem e conceitos da Amazônia. Por hora apontarei como as “palavras chave” utilizadas para se referir à Amazônia aparecem articuladas umas às outras. Ou seja, como esses conceitos, esses enunciados, estão ligados uns aos outros na conformação da própria discursividade que inventam a respeito da Amazônia. Mais à frente dedicarei uma sessão exclusiva para dar conta dos paralelos e distanciamentos entre os enunciados criados pelos militares e as formações discursivas anteriores.

Isso não corresponde a excluir do método arqueológico a importância da experiência histórica para a construção dos enunciados. Segundo Foucault (2016), essa seria uma nova condição. A materialidade sem qual não existiriam os enunciados não é apenas a sua “substância ou suporte da articulação” (FOUCAULT, 2016). Ela está ligada aos processos sociais que atestam a dimensão adquirida pela prática dos enunciados. Ou seja, diante da transformação da região operada pelos militares é que os enunciados que acompanharam essas intervenções adquirem importância suficiente para construir uma dada formação discursiva sobre a Amazônia, cristalizando interpretações que até hoje compõe uma dada visão sobre esse território. No presente, quando se reinventam políticas de intervenção na Amazônia que remontam o status das que foram empreendidas pelos militares, ressurgem também os discursos com os quais eles enfrentaram o “problema” amazônico. Essa materialidade, condição da formação discursiva, é justamente a maneira com que os enunciados são atualizados. Suas “regras de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização.” (FOUCAULT, 2016, p. 141).

Portanto, o que Foucault definiu como formação discursiva constitui, “em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais.” (FOUCAULT, 2016, p. 141). Foi assim que pude construir uma série de conceitos que se dedicam a compreender a região no momento em que o regime militar propõe suas políticas na Amazônia. Essa série de conceitos compreende os enunciados que tratarei a seguir, são eles: (1) A necessidade de **integração**; (2) O **nacionalismo**; (3) A noção de **espaço vazio**; (4) A **fronteira**; (5) e a preocupação com a **segurança**. Esses enunciados estão em relação mútua uns com os outros, e foram desprendidos das fontes e documentos que retratam a Amazônia no momento em que os generais ocupam a presidência da república. São fruto de uma operação minha. Emergem a partir de deslocamentos de análise no momento em que problematizei a Amazônia da ditadura. Mas, é importante que se reitere, esses enunciados estão todos presentes nas próprias falas dos representantes do governo. Não atendem, pois, ao sentido único de meu arbítrio. E serão analisados com o objetivo de recuperar o discurso na sua qualidade de monumento. Pretendo

então restituir os enunciados, apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que foram produzidos, para restituir sua incidência de acontecimento. Ou seja, tratar os enunciados também corresponde ao esforço de reconstruir os fatos que marcaram a história do governo brasileiro durante a ditadura, sobretudo aqueles que estão ligados à Amazônia.

Apesar dos enunciados corresponderem a uma criação fruto de minha análise histórica, estive sempre atento ao diálogo com uma série de estudos que se dedicam a compreender o enigma Amazônia. Entre outras contribuições, me coloco ao lado daqueles que buscam as entender as relações entre a epistemologia ocidental e a região, sua invenção e seu conjunto representativo; enfim, ao lado daqueles que criticam o suporte discursivo dos planos e projetos de sua malograda intervenção.

1.6.1 Integração

Desde o início da formulação das políticas direcionadas à Amazônia pela racionalidade da ditadura, existia a preocupação com a necessidade de integração daquele território à economia total do país. A Operação Amazônia, primeiro conjunto de ações direcionadas àquela localidade, foi impulsionada, também, pelo desejo de incorporar o território aos comandos advindos de Brasília, federaliza-lo, mantê-lo sobre o controle direto dos generais e seus representantes próximos. A integração se caracteriza, no âmbito discursivo, como uma ação de urgência. O país não mais poderia esperar para contar com a Amazônia na acumulação de riquezas nacionais; ela deveria, então, urgentemente contribuir, a partir de suas riquezas naturais, com os cofres da nação.

A princípio essa urgência foi caracterizada como de ordem econômica, mas também é possível encontrarmos nos discursos a necessidade de integração social da área. Isso porquê, se desde o início a tentativa consistia em integrar a Amazônia numa política de desenvolvimento em que a região passasse a ser explorada de maneira sistemática, ao passo que avançam os governos da ditadura, novos compromissos de ocupação vão sendo selados de acordo com as conjunturas enfrentadas por cada general-presidente. A urgência pelo desenvolvimento é sim uma constante. Mas, especificamente no que toca ao governo do general Garrastazu Médici e sua insistente propaganda pela integração, podemos identificar a urgência de um a integração também social. Ela corresponde aos esforços de ocupação das margens das rodovias a serem construídas no território amazônico. Ao direcionar um grande contingente de trabalhadores pobres para ocupar aqueles novos territórios, o governo de Médici compreendia estar realizando uma integração social da região, onde pessoas oriundas tanto do Nordeste como do Sul, poderiam, uma vez reunidas nestas localidades, ocupar socialmente a região amazônica, criando um novo produto cultural na composição de uma nova comunidade amazônica.

Antes de adentrarmos a política econômica que orientou a necessidade de integração como um todo, cabe destacar os usos discursivos feitos dela pelo governo Médici. Como apresentado na introdução, a política de ocupação das margens da Transamazônica será problematizada no terceiro capítulo, numa tentativa de entender as relações entre as propostas políticas dos militares, seus discursos, e a população pobre que foi agenciada pela ditadura. Nesse corpo-a-corpo de políticas e discursos, o uso do conceito da integração foi por demais explorado no momento do terceiro governo da ditadura. A propaganda oficial notificava à população que aquela era a hora de ocupar a Amazônia, pois havia a necessidade urgente de “integrar para não entregar”. O slogan está associado às preocupações com a segurança da região frente a um possível interesse estrangeiro. No entanto, foi também uma tentativa de incluir os trabalhadores a serem para lá enviados, à medida que os responsabilizava com a construção dessa defesa se se disponibilizassem a ocupar aqueles territórios. Discutiremos esse processo de maneira mais detalhada no decorrer do trabalho. O que importa é que o resultado da política, com a migração expressiva de contingentes de trabalhadores para as famosas áreas de colonização, atesta o sucesso da campanha de atração e, portanto, o sentido comunicativo dos discursos de integração do governo. Nesse meio, o enunciado da integração foi explorado pela racionalidade governamental com interesses estratégicos de mobilização. Seus usos orientaram, desta maneira, um importante momento da ditadura na sua história de intervenção política na Amazônia. O acontecimento representado pelo processo de ocupação das margens da Transamazônica, situado na primeira metade da década de setenta, já manifesta a importância adquirida pelo enunciado da integração na discursividade da ditadura. No entanto, só poderemos entender de fato sua relevância, quando o inscrevermos no âmbito de um planejamento total para área. Este enunciado articula as intenções da ditadura com a região através de seu estrito vínculo com o projeto de desenvolvimento econômico com o qual estavam comprometidos os militares. Sem ele é impossível compreender a maneira com que a Amazônia passa a ser inserida nas preocupações nacionais.

Já é consenso que uma das preocupações centrais do regime era a criação de uma política de desenvolvimento que modernizasse o capitalismo do país. Mas pouco se discutiu sobre o perfil desse desenvolvimento, que agora entenderemos como definido pelos esforços de coordenação e integração. Ao articular as “potencialidades demográficas e territoriais”, o governo colocava em prática o que acreditava ser uma reorganização da estrutura econômica do Brasil. A modernização seria resultado de uma política que integrasse as regiões e usufrísse de suas riquezas humanas e naturais. Este processo envolvia a execução de uma política de população na qual se pretendia deslocar trabalhadores de áreas tidas como “superpovoadas” em

direção ao que se propagandeava como os “espaços vazios” do território nacional. De acordo com a razão governamental, o Nordeste era o lugar superpovoado, de tensões sociais decorrentes da luta pela terra, mas também da abundância de mão de obra; a Amazônia, sua terra fértil e rica, era um “espaço vazio” disponível à produção agropecuária e à mineração; e, no Centro-Sul, estaria o núcleo desenvolvido, os investimentos financeiros necessários ao crescimento econômico, bem como a mão de obra especializada para modificar o regime de produção nas áreas de colonização. De forma resumida, podemos então concluir que a estratégia para o desenvolvimento do governo militar se deu pela incorporação de novas áreas à economia total do país e, simultaneamente, pela melhor utilização da população enquanto recurso, mão de obra abundante. É neste universo que a integração da Amazônia emerge como o carro-chefe da então nova política de desenvolvimento: adentrar os rincões do território nacional, romper com o “inferno verde” e, através dos estímulos à agroindústria e mineração, colocar o Brasil no patamar dos países do primeiro mundo.

Em resumo, podemos apresentar as políticas de integração nacional do seguinte modo: tirar proveito da dimensão continental do país, ocupando os “espaços vazios” e promovendo o progresso de “novas áreas”, sem comprometer o “núcleo desenvolvido” do território nacional. Os “espaços vazios” do território brasileiro representam a condição da Amazônia aos olhos do governo – e compõe um de seus enunciados discursivos. Segundo o discurso oficial, as “novas áreas” a entrarem no rumo do progresso seriam tanto a Amazônia como o Nordeste do Brasil, regiões que, na racionalidade do governo, eram entendidas como localidades marginalizadas da economia nacional, como regiões-problema. Por último, o “núcleo desenvolvido” a que se refere os documentos da época, é justamente o Centro-Sul industrializado, região que não poderia ser comprometida pelo atraso econômico de outras partes do país e que cumpriu importante papel na execução das obras de Integração Nacional.

Estas eram as bases para um novo programa de desenvolvimento, agora comprometido com o que se entendia por “Integração Nacional”. O governo dos militares atualiza, na ditadura, um discurso preocupado com a integração das regiões do país, e, em especial, com a integração da Amazônia.

Essa aproximação entre Nordeste e Amazônia como regiões problema do território nacional, foi recorrente na elaboração das políticas amazônicas através do imperativo de sua integração. Desde a fundação da SUDAM, no início da ditadura, se pretendia que a nova instituição tivesse um funcionamento espelhado na atuação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Essa associação entre as duas regiões ficou ainda mais clara durante o terceiro governo da ditadura. Como inferi mais acima, boa parte da mão-de-obra

mobilizada para ocupar a Amazônia na década de 1970 era proveniente do Nordeste. Essa articulação entre as regiões compôs o plano de desenvolvimento integrado e, para a Amazônia, teve novas consequências sociais. É comum encontrarmos no seu território uma vasta presença de pessoas que tem histórias de vida ligadas ao Nordeste. Esse é um movimento que pode ser traçado desde a ocupação da região por seringueiros provenientes dos territórios nordestinos. Mas essa ocupação da Amazônia por parte dos nordestinos, significou, muitas vezes, um choque cultural, onde conflitos sociais entre grupos de diferentes culturas não foram raros.

Ao retornar à comparação expressa entre a atuação da SUDAM e SUDENE, temos que o processo de colonização da Amazônia foi associado, pelos militares, à tentativa de industrialização do Nordeste em anos anteriores, cujo grande expoente estadista foi Celso Furtado. Apesar dos militares sempre responsabilizarem as secas como causas naturais do subdesenvolvimento no Nordeste, o economista da SUDENE identificava que os problemas sociais advinham da arcaica estrutura fundiária da região. É impossível negar que a SUDENE conseguiu em certo sentido garantir um pequeno surto de industrialização no Nordeste. No entanto, o objetivo de Furtado em rever a arcaica estrutura fundiária pouco avançou. Com a chegada dos militares ao poder, manteve-se a tradição latifundiária e a SUDENE foi utilizada no sentido de manter esses privilégios, tentando acionar a iniciativa privada para os ganhos industriais na região. Foi dessa mesma maneira que resolveram então encarar o problema amazônico, e elaboraram para a região um esquema de desenvolvimento econômico que manteve privilégios, concentrou terras e facilitou a exploração do trabalhador pobre, dessa vez em terras amazônicas.

Portanto, é na esteira dessa associação entre as regiões, que em 1970 é criado o Plano de Integração Nacional, uma das medidas que tem como eixo principal o enunciado da integração. E foi apresentado pela racionalidade do regime como:

como instrumento ou remédio para a aceleração do processo de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, vale dizer, instrumento a serviço do progresso do Brasil. Processo esse que se arrasta desde o fim do século passado quando se descobriu que o Nordeste se constituía um problema nacional, pela ocorrência da seca de 1877, e agora, se deu conta de que a Amazônia estava por ser descoberta e humanizada (CALDERARI, 1971, p. II).

Como vimos, o problema do Nordeste é entendido pelo aspecto natural das secas. Mas aqui importa discutimos a maneira com que é representada a Amazônia. Nesse quadro, a região aparece pela necessidade de seu descobrimento e humanização. Associados, esses problemas dão a ver, justamente pela necessidade de sua realização, que seria através da consciência da integração que a Amazônia poderia reverter seu quadro de isolamento. Nesse sentido é que os

discursos do governo criam o efeito, na consciência nacional, da urgência em integrar plenamente a Amazônia ao desenvolvimento do país. Era uma hora decisiva e aos militares cabiam a responsabilidade dessa incorporação. Nas palavras de outro representante da burocracia militar, “Ou seremos capazes de lançar vigorosamente a Amazônia no caminho do desenvolvimento ou a história não nos perdoará havemos haver-mo-la perdido²⁷. Por outras palavras: ou agora ou nunca.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 23). E o caminho do desenvolvimento só poderia ser traçado quando internalizada a necessidade de integração, elemento fundamental na composição da regularidade discursiva da ditadura.

1.6.2 Nacionalismo

É impossível tratarmos do nacionalismo enquanto enunciado da formação discursiva sem relacioná-lo diretamente com o fato do governo brasileiro da época ser ocupado por militares. Quando identifiquei essa marca nacionalista nos discursos, percebi que se tratava de uma vertente que se distanciava daquela defendida pelos setores da esquerda no momento do golpe. O nacionalismo que orienta as políticas da ditadura na Amazônia é aquele encontrado na verborragia das forças armadas brasileiras. Um nacionalismo preocupado com a união das classes sociais e com a soberania nacional, mesmo que muitas vezes andasse de mãos dadas com o capital estrangeiro. Também não poderemos identifica-lo sem o auxílio associado de outros enunciados, como a segurança e a integração. É um nacionalismo, portanto, de viés conservador – se é que ele pode realmente existir sob um formato progressista.

Quando discutimos a importância da integração na política e discursos dos militares, observamos que um dos sentidos desse enunciado era justamente o seu caráter social. É recorrente nos discursos da ditadura percebermos que quando o governo se depara com a Amazônia, ele recorre à sociedade brasileira como um todo para inventariar os caminhos propostos para a solução do problema que representa a região. Recorrer à sociedade não é uma maneira do governo se esquivar das suas responsabilidades, mas uma tentativa de criar um laço estreito entre aqueles que governam, seus objetivos, e aqueles que são governados, suas ações. Dessa maneira, ao elaborar o programa de intervenção na Amazônia, o governo estava ciente que precisaria da colaboração dos brasileiros para tirar os programas do papel, executá-los. Nesse sentido é que primeiro poderemos perceber o nacionalismo militar na forma de um apelo à sociedade pela união nacional. Foi assim que ao defender o processo de integração, um militar afirmou que ele deveria abranger não só o governo federal, mas também “o setor privado, a

²⁷ De acordo com o jornal, esse comentário é atribuído a Jarbas Passarinho, militar que acumulou funções executivas durante os anos da ditadura, tanto diretamente de Brasília, como Ministro da Educação, como no Estado do Pará, como governador.

União e os Estados, regiões em desenvolvimento, as empresas e os trabalhadores.” (CAVALCANTI, 1971, p. 4).

As políticas voltadas para a Amazônia são envoltas então no apelo da união nacional, no encontro de suas classes, todas colaborando para a urgente integração daquela região. Não é novidade que a iniciativa privada consistia num importante segmento para a política de colonização nesse novo território de conquista. Mas proclamar a união entre empresas e trabalhadores, empregados e patrões, é um efeito nacionalista que caminha na contra-mão daquele defendido pelas esquerdas no momento anterior ao golpe. Essa é uma maneira sutil de pôr para debaixo do tapete qualquer resquício que se relacione à concepção de luta de classes, abertamente defendida pelos setores da esquerda ou pelo movimento comunista da época, este mais significativo que os dias atuais, tendo em vista a existência da URSS e sua política de intervenção e influência em outros territórios.

A Amazônia ganha destaque na exacerbação nacionalista pois, no entendimento dos militares, seu território constituía numa ameaça à soberania. Amparados numa literatura de vertente Malthusiana, os militares percebiam a Amazônia como um último refúgio mundial ao problema da fome e da superpopulação no globo. Em alguns casos, a Amazônia já era concebida por determinados autores da época com um território de possível pertencimento mundial, tendo em vista a concentração populacional de algumas áreas e uma suposta crise de abastecimento que poderia assolar a humanidade. Os militares se ampararam nesses discursos, muitos deles citados em documentos oficiais que tratavam da Amazônia, mas o fato é que esse perigo nunca se materializou e muitas vezes foi apropriado pela imprensa brasileira da época de maneira sensacionalista. Criava-se um medo de um eminente ataque às fronteiras amazônicas. Esses boatos alimentaram as preocupações militares com a segurança da área – outro enunciado que compõe a discursividade da região. Mas dentre as consequências de seus usos, estão uma enxurrada de discursos que valorizavam o nacionalismo como um canal fundamental para a defesa, ocupação e exploração daquele território.

Apesar de fazerem várias concessões ao capital estrangeiro ao longo de seus governos, como ficou escancarado depois que partiram para uma sistemática exploração dos minérios da Amazônia, criava-se o efeito de que a Amazônia era um problema que só poderia ser enfrentado pelos próprios brasileiros, sua elite gestora e seus trabalhadores braçais. Era o que denominavam de criação de um espírito nacional. Mas sobretudo no que toca à elite, havia uma concepção de que o velho desafio amazônico era a ela apresentado como de solução urgente e conjuntural. Para tanto, faziam crer os gestores que a resposta viria com uma maturidade estadista nunca antes vista na condução dos assuntos governamentais brasileiros. Teriam de

atuar sem influências estrangeiras, o que não é tão simples para um país de passado colonial. O fato é que na prática isso não aconteceu, tendo em vista a já comentada parceria com o capital estrangeiro e as concessões feitas às empresas que vieram a explorar a Amazônia. Mas o fato é que o nacionalismo cumpriu importante papel na mobilização da consciência nacional a respeito da necessidade de intervenção na região, além de render ganhos de legitimidade ao regime.

Nos discursos onde podemos encontrar enunciados tidos por nacionalistas, a Amazônia é apresentada como um problema que colocava em xeque a competência das instituições brasileiras e que ameaçava a soberania nacional. Primeiro, a modernização das instituições brasileiras, sua maturidade, só seriam concretizadas quando o governo fosse capaz de enfrentar o problema amazônico. Esse enfrentamento, por sua vez, tendo em vista os perigos à soberania nacional, só poderia ser realizado com uma estratégia que “deve ser esquadrihada e realizada por nós próprios, brasileiros, e sob nossa orientação e decisão (...)”. (REIS, 1971, p. 8). A resposta ao desafio deveria ser dada por uma “empresa de brasileiros, a que devem dar contribuição militares, civis, religiosos, homens de empresa, poder jovem, técnicos de toda espécie, a conquista da Amazônia assegurará ao Brasil a sua potencialidade”. (REIS, 1972, p. 66).

Portanto, nos enunciados do nacionalismo é comum a recorrência à Amazônia como uma expressão da potência brasileira. Seja pelas riquezas que a região oferece à exploração econômica, seja pelo desafio que constitui às instituições no momento em que planejam suas políticas nacionais. O Brasil só se tornaria uma potência, só atingiria a modernidade institucional, quando seus quadros políticos fossem capazes de intervir na Amazônia para, a partir disso, conseguir acumular as riquezas oferecidas por sua matéria-prima, elevando o país ao patamar das grandes nações capitalistas. A Amazônia era, portanto, parte integrante da potencialidade brasileira, “patrimônio efetivo do Brasil”, da nação. Na retórica militar, apenas a “ação criadora dos brasileiros e dos que a eles se juntassem sem a preocupação da soberania concorrente” (REIS, 1972, p. 142) estaria autorizada a explorar a região. Eles respondiam assim, a uma suposta acusação de que existiria uma incapacidade institucional para dar conta da magnitude que correspondia o desafio amazônico. A afirmação do Brasil-potência passava pela capacidade de executar empreendimentos gigantescos, como foi apresentada a construção da Transamazônica, por exemplo. Para os militares, a ação colonizatória na Amazônia era um ato “que só um povo capaz pode efetuar com êxito”. (REIS, 1972, p. 142). E esse povo era justamente o povo brasileiro, seu ideal de nação, conclamado na união de suas classes e em defesa de sua soberania.

A tal defesa da Amazônia, portanto, acompanhou as investidas políticas que a ditadura proclamou na região. Essa defesa, por sua vez, constantemente assumiu contornos nacionalistas. Para exemplificar a maneira com que os militares reclamavam a Amazônia para si, trago um episódio político relatado por João Nahum (2013) em seu livro *Região e Representação*:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, veio com intuito de repensar a natureza como recurso, ressaltando seus limites. Neste momento a delegação brasileira ganha notoriedade ao sustentar que o desenvolvimento não era a causa dos problemas ambientais, mas a cura para o maior deles, a miséria. Deixando claro que um país com dimensões continentais, como o Brasil, e que ainda não se viu totalmente ocupado, integrado e desenvolvido economicamente, não poderia priorizar o meio ambiente em detrimento do desenvolvimento econômico. Contida nesse discurso está a ideia de soberania nacional sobre os recursos naturais, cuja criação de um direito internacional sobre a utilização de tais recursos- notadamente olhando a Amazônia- já era ensaiada (NAHUM, 2013, p. 36).

Desse fato podemos concluir que utilização dos recursos naturais sem limites, na luta aberta da ciência contra a natureza, já era relativizada no cenário político internacional. Os militares, entretanto, estavam às voltas com suas políticas de exploração da Amazônia e era notório que as consequências ambientais da exploração seriam irreversíveis. Os militares não abriram mão de sua política desenvolvimentista, mesmo que esta estivesse sendo encaminhada de maneira devastadora. A justificativa, para eles, envolvia a tese de que as obras na região trariam ganhos para a solução do problema que há séculos afligia a realidade nacional: a miséria. No entanto, este é apenas um recurso criado para justificar as investidas em território amazônico, pois bem sabemos que as consequências de suas políticas não evidenciaram um ganho social na região que estivesse associado à erradicação dessa miséria. Pelo contrário. O que se observa, de maneira geral, é a acumulação de riquezas nas mãos de poucos proprietários e empresários. Mais uma vez denuncio que o pequeno produtor teve que enfrentar a concorrência com o latifúndio tendo em vista o privilégio concedido pelos militares aos grandes proprietários na Amazônia. Por outro lado, no que toca às populações que já habitavam a região, se houve uma melhoria de vida para esses setores isso não se deve às políticas da ditadura. Depois de muitos conflitos, inclusive com sangue derramado, foi que esses sujeitos passaram a reivindicar seu protagonismo, tendo em vista a defesa de seus modos de vida e trabalho.

Portanto, justificar as ações irresponsáveis na Amazônia como maneira de garantir a erradicação da miséria não passa de uma mentira contada pela racionalidade do governo. Mas o que podemos utilizar dessa citação é o fato do autor em questão ter identificado que a pretensão dos militares com a intervenção na conferência consistia numa maneira de garantir a soberania nacional sobre os assuntos amazônicos. Ou seja, era uma defesa nacionalista dos

recursos naturais da região. Assim era composto o discurso nacionalista dos militares, não apenas de maneira a proclamar uma união nacional em torno de suas políticas, mas como um recurso discursivo que envolvia a defesa das riquezas amazônicas, reivindicando sua exploração pela empresa brasileira. Em um de seus documentos, pude encontrar então a definição do nacionalismo na própria retórica da ditadura, quando na oportunidade em que definem as relações do governo a serem estabelecidas com a Amazônia:

(...) relações de características irremediavelmente nacionalistas, entendido aqui o nacionalismo como aquilo que seja válido para os brasileiros e que preserve para nós, não só as nossas riquezas e seu uso, mas também os nossos costumes, as nossas tradições e as nossas crenças (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 9).

Dessa maneira, o enunciado do nacionalismo funcionava como forma de garantir a defesa dos bens e riquezas nacionais, sua soberania, mas também de comandar a sua exploração, com instituições fortes e capazes, sempre tendo em vista o progresso e o desenvolvimento capitalista. Associada às riquezas, estava também a defesa de uma cultura nacional, brasileira, estruturada em costumes, tradições e crenças pré-determinadas. Sob o peso de cometer uma irresponsabilidade intelectual e histórica, julgo não ser capaz de relacionar as bases desse governo ditatorial com a experiência nazifascista europeia. Mas o fato é que a escalada de governo autoritários e anticomunistas acompanharam a defesa de um tradicionalismo conservador, geralmente calcado em valores e moral cristã, conclamando uma cultura nacional única e imposta generalizadamente – daí, por exemplo, o recurso à censura cultural e intelectual, amplamente praticado pela ditadura militar no Brasil. Dessa forma, abro espaço para aqueles que queiram transcorrer sobre o assunto e que assim possam justificar a comparação, tema urgente para a história do tempo presente, tendo em vista a conformação de um novo governo autoritário e suas bases sociais, segmentos que ganharam terreno no país desde o ano de 2016.

1.6.3 Espaço-vazio

Na gama de documentos oficiais que tratam da Amazônia é bastante comum ser apresentado um estudo introdutório das características físicas da região. São levantadas, de maneira geral, as condições do relevo, clima, hidrografia, solos, etc. Os documentos, independente do que vão tratar, apresentam aos seus leitores, logo de início, a definição da Amazônia pelo seu espaço geográfico natural, distanciado das obras da cultura e da civilização. Esse fato justificaria as bases de uma intervenção racional em seu território. Apresentei essa discussão anteriormente. O que pretendo destacar agora é que esses estudos de geografia física reconhecem a diversidade do espaço natural amazônico. Contudo, essa generalidade introdutória não se resume à geografia física. Nos documentos, os militares reconhecem existir

uma heterogeneidade na formação geopolítica da região. Ou seja, a Amazônia adquire características específicas de acordo com o estado nação sob o qual a floresta é tutelada. Além disso, são criadas determinadas subdivisões para caracterizar a diversidade de relevos e solos que compõe o território. Portanto, existia por parte dos militares, a consciência de que a Amazônia era formada por um mosaico de sub-regiões e que o regime devia estar atento a essa característica para na elaboração de suas políticas públicas.

Reconhecida a diversidade, cabia agora estabelecer alguns elementos de sua unidade. Na tentativa de estabelecer características que atravessassem a região por inteiro é que esbarramos com outro importante enunciado da formação discursiva militar: o de que a Amazônia era, necessariamente, um espaço vazio. É possível encontrarmos essa conclusão nas palavras do General de Divisão Ernesto Bandeira Coelho, quando afirma: “Nesta heterogeneidade regional, os elementos de unidade são representados pelo **subpovoamento e subdesenvolvimento**”. (COELHO, 1970, p. 1, grifo nosso).

O argumento do subpovoamento é embasado nos indicadores da densidade populacional, que demonstrava a contradição entre um grande espaço natural, cheio de riquezas e recursos, onde suas populações encontravam-se dispersas, escassas, e incapazes de garantir sua exploração. Nos discursos dos militares, o subdesenvolvimento seria o corolário do subpovoamento, pois, como veremos, as assertivas de espaço vazio funcionam de maneira a invisibilizar as formas de vida da região. Seus habitantes, retidos numa cultura de dependência da floresta, não seriam capazes de dar os passos rumo ao progresso, condenando a região ao subdesenvolvimento que lhe acompanha através dos séculos.

Portanto, toda vez que são articuladas as representações da região em torno do enunciado do “espaço vazio” é acionada uma maquinaria discursiva que também pretende desqualificar seus habitantes tradicionais, na tentativa de substituir seus modos de vida. As classificações do “homem amazônico” fazem parte do mesmo esquema interpretativo que entende a região como um espaço vazio.

Ora, se o espaço é vazio, não há ninguém que o ocupa. Mas o que dizer das populações que, mesmo dispersas, convivem no espaço amazônico formando uma série de comunidades tradicionais, das mais variadas etnias e grupos sociais? Na racionalidade dos militares, essas populações por vezes são invisibilizadas, tratadas como se nunca estivessem ali, mas por vezes são diretamente citadas, identificadas com o atraso e o primitivismo, na urgência de serem substituídas por formas de vida modernas. A ideia é de que o homem amazônico é indigno da qualidade da terra em que reside e que essa população é numericamente incapaz de ocupá-la.

Independente da baixa densidade demográfica, se o local era habitado por comunidades tradicionais, ele jamais poderia ser entendido como vazio. E se há evidências da presença humana, precisamos desde já atestar que a real implicação reside na tentativa de exclusão dessas comunidades. Mas os mecanismos discursivos foram além, e diante da noção de espaço vazio, também elegeu quem deveria ocupar o lugar amazônico. De acordo com os militares, estava-se “em presença de uma área que enfrenta, dia a dia, o problema angustiante do subpovoamento.” (COELHO, 1970, p. 5). O problema deveria então ser enfrentado e diante da artificialidade que constitui o argumento do espaço vazio, caberia aos militares ocupa-lo com a presença das forças armadas, dos grandes proprietários e do capital.

Aqui cabe afirmar que a noção da Amazônia como um espaço vazio remete a anos anteriores e também foi suportada por intelectuais da própria região. Na oportunidade em que pretendo estabelecer paralelos entre as formações discursivas, veremos que o enunciado do “espaço vazio” constituiu um elemento importante para desvendarmos a formação de um arquivo amazônico com o qual dialogam os militares. Mas nos concentremos no que ele tem de específico no momento da ditadura. O que a noção de espaço vazio traz de novo, nos anos desse regime, é o estabelecimento de uma proposta única de sua ocupação: justamente aquela que se daria pela entrada ostensiva dos militares, pela entrega de grandes porções de terras a poucos proprietários, e, por fim, pela conformação de uma economia capitalista mais moderna, que excluísse as relações de produção identificadas no trabalho extrativista das comunidades tradicionais.

O extrativismo já se apresentava, desde a SPVEA, como o grande inimigo das políticas governamentais, tendo em vista a inserção da Amazônia na economia total do país. Dessa maneira, para os militares, a integração, ou a presença do homem brasileiro no espaço vazio amazônico estava sendo derrotada pela descontinuidade do comércio e pelas atividades agrícolas extrativistas. Para criar as políticas que iriam reocupar aquele território, foi preciso então atualizar as comparações da região a um espaço rejeitado, desprezado e vazio. Diante do abandono, cabia ao homem brasileiro “fincar ali os pés e deitar raízes”. Essas ideias foram amplamente divulgadas pela imprensa da época, que também defendeu a versão governista segundo a qual a presença do brasileiro na região só poderia ser garantida pelos projetos industriais, agropecuários e minerais que foram estalados na Amazônia ao longo de toda a ditadura. Os estímulos a esses projetos, portanto, foi uma forma de substituir as atividades agrícolas extrativistas por um processo que acumulasse as terras nas mãos das empresas e

garantissem, também, a plena ocupação do território amazônico. No estilo “ame-o ou deixe-o”²⁸, ou as populações tradicionais se adequavam ao ritmo de novas relações de produção, constituindo a mão-de-obra dos latifundiários e das empresas, ou seriam expulsas de suas localidades. Mas felizmente a tendência não se confirmou por inteiro. A marcha progressista dos militares não contava com a resistência e protagonismo desses grupos que no conflito aberto frente as investidas que pretendiam desterritorializá-los conseguiram conquistar algumas partes de sua territorialidade.

Seguiremos então na tentativa de demonstrar as formas de invisibilidade que a noção de vazio demográfico sugere. Uma vez caracterizado o trabalho das comunidades tradicionais como ligado ao extrativismo, podemos inferir, na esteira de Alfredo Wagner, uma outra qualificação do homem amazônico composta na discursividade que, se não foi fundada pelos militares, foi ao menos amplamente utilizada na conformação de suas políticas. A concepção geral é a de que a Amazônia atravessava uma crise da economia extrativista, representada pelas formas de vida que ainda habitavam essa região. Além de extrativistas, essas populações eram, por consequência, nômades, ligadas a uma “agricultura itinerante e uma suposta pequenez do homem e de suas atividades face à exuberância do meio físico.” (ALMEIDA, 2008, p. 33).

Essa desqualificação do homem amazônico, ou sua pequenez diante da grandeza física, foi insistentemente abordada pelos intelectuais que compuseram o governo. Arthur Reis, por exemplo, manifestou várias vezes seus incômodos com as comunidades tradicionais. A mim me assusta o fato do ex-governador do Amazonas sustentar tais ideias mesmo sendo filho da região. Nas tentativas quase desesperadas de justificar uma ação integrativa da Amazônia à economia nacional, o autor em questão apelou para que “a empresa da ocupação do espaço, [se desse] por uma sociedade estável e cultural dignificada”. (REIS, 1972, p. 43). Por negação, ele está diretamente afirmando que as formas de vida locais, sua cultura, não são dignas. Chama atenção a noção de cultura como evolutiva, no qual o estágio da vida amazônica é identificado como primitivo, atrasado, e, portanto, necessário de ser substituído pela dignidade identificada no progresso, na relação de domínio da natureza pela técnica e pelos padrões de exploração racional – uma cultura superior. Na concepção de Arthur, a presença do homem na Amazônia até então se constituía de maneira simbólica. Somente uma prática que objetivasse vencer e dominar a natureza, na tentativa de construir a civilização no território amazônico, estava autorizada a permanecer dentro de suas fronteiras. O autor questiona a própria ligação do

²⁸ Slogan amplamente utilizado pela propaganda da ditadura no exercício da supressão de oposições políticas. Foi comum durante o governo Médici e os anos do suposto ‘milagre econômico’, momento em que o regime também endureceu a repressão.

homem amazônico com seu território, e chega a se perguntar se não seria ele um intruso, tendo em vista é claro, suas formas de vida e trabalho (REIS, 1972).

Portanto, é impossível nos esquivarmos da conclusão de que:

Este argumento de ‘insuficiência demográfica ou de baixa densidade populacional, considerado em si consiste num risco. Por mais de uma vez tem aberto as portas para a assertiva de espaço vazio, nas justificativas dos programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais (ALMEIDA, 2008, p. 33).

1.6.4 Fronteira

A fronteira é mais um enunciado que funciona de maneira a atualizar um conteúdo mítico, artificial, ao mesmo tempo que revestido por uma forte materialidade. Pensar a Amazônia enquanto uma fronteira é trata-la no processo de expansão do capitalismo. A fronteira associa os conceitos de integração e desenvolvimento; define o movimento de conquista de novos bens à exploração e de novos braços ao trabalho. O avanço para novas fronteiras constitui num episódio da civilização capitalista, sempre sedenta por novos territórios. Foi assim na famosa conquista do Oeste americano e, de maneira similar, anteriormente ocorreu no Brasil com o bandeirantismo paulista. Parte determinante desse processo de ocupação das fronteiras no Brasil, não podemos esquecer, foi o Programa Marcha para o Oeste, no Estado Novo de Getúlio Vargas. A fronteira orienta a tentativa urgente de agregar os sertões às modernas economias; ela materializa a ação do Estado que, na formulação de políticas públicas, invade e penetra o seu interior, impondo-lhe um processo de rápidas mudanças.

Por outro lado, a noção de fronteira mobiliza o imaginário social de maneira a atualizar diversos esquemas interpretativos, mitos, ideários e conceitos. A fronteira estabelece um limite entre o conhecido e o desconhecido, exercendo fascínio e curiosidade entre aqueles que pretendem explorá-la. É concebida pelo mito da terra prometida, lugar de enriquecimento fácil, redentora dos que pretendem adentrar os seus limites. Desafia os espíritos mais agrestes, constrói e realiza sonhos. A fronteira é, portanto, uma palavra-verbo, capaz de arremessar corações e mentes. Mas o idealismo que preenche sua função enunciativa não deve nunca ser encarado como um falseamento da realidade. Pelo contrário, a fronteira enquanto “discurso alimenta planos, programas, projetos e políticas estatais ou privadas para a referida região.” (NAHUM, 2013, p. 91). É um impulso que converte a experiência. Cabe então ao trabalho intelectual responsável desvendar os mecanismos dessas associações automatizadas, desconstruí-las, expor o sentido pueril das formações discursivas. O objetivo é desmistificar o inculcamento desses enunciados entre aqueles que historicamente têm sido mobilizados pela

razão conquistadora e capitalista, contribuir com o encontro histórico desses agentes com sua autonomia.

Os discursos da ditadura sobre a Amazônia não fogem a essa regra. Eles são cunhados e atravessados pela fronteira enquanto um dos enunciados base de sua formação. Tanto o planejamento quanto a execução das políticas acompanham o uso do conceito para definir a região. Dessa forma a ditadura foi capaz de inventariar um espaço novo à exploração capitalista, assim como arregimentou os braços disponíveis à sua ocupação. Mais uma vez não podemos deixar de enfrentar o problema da origem. É certo que essa concepção já cercava as políticas de Vargas durante a recuperação da economia da borracha e a criação da SPVEA. Da mesma forma esteve presente nas preocupações de Juscelino quando decidiu levar a capital do país ao centro de seu território, mais perto das regiões onde poderia expandir a economia. Tanto que este presidente paralelamente mandou construir a Belém-Brasília, ligando a capital federal à uma grande cidade amazônica. Contudo, essas experiências históricas não se equiparam às obras colonizatórias da ditadura entre as décadas de 1960 e 1980. Jamais se viu o impacto causado no ambiente amazônico e na consciência nacional como naqueles anos. Foram criadas uma série de instituições, planos, programas, políticas e leis para intervir no território amazônico, todas elas associadas a grandes obras que viriam modificar para sempre o cotidiano e a sociedade daquela região. A execução dessas obras veio, então, como não poderia deixar de ser, acompanhada pela multiplicação de seus discursos, seja na imprensa nacional, nos canais oficiais de diálogo do governo, ou no eixo da tecnocracia política que tomava conta do país à época. A sistematização dessas vozes é que me permite observar que existiram um conjunto de conceitos principais para representar a região e orientar os objetivos dos militares para com ela. Dentre eles, e é impossível negar, estava a noção da Amazônia como uma fronteira. Portanto, se o termo fronteira para representar a região não é uma invenção dos militares da ditadura, se nessa época não podemos situar a sua origem, não podemos, por conseguinte, negar que foram durante àqueles anos de autoritarismo que esse sentido adquiriu um reconhecimento prático capaz de transformar em definitivo a territorialidade amazônica.

No momento em que saí na busca da fala oficial da ditadura quando esta se referia à Amazônia, pude perceber como este conceito não só demarca o entendimento da região, mas orienta as bases das políticas a serem direcionadas para o espaço: como o desenvolvimento e a segurança. Veremos a seguir que no âmbito do planejamento, a própria noção de fronteira se divide em duas possibilidades de ocupação, uma política e outra econômica. A fronteira é, portanto, marca contundente da maquinaria discursiva da ditadura quando ela trata da Amazônia; enunciado constante no conjunto do seu saber:

Há, portanto, possibilidade de realizar uma política de valorização regional, no sentido de fornecer à Amazônia Legal os elementos indispensáveis que trará, como consequência imediata, a expansão da **fronteira econômica**, em busca de um encontro com a **fronteira política** (COLEHO, 1970, p. 8, grifo nosso)

Quando a fronteira é definida pela sua função econômica, ela é também associada ao processo de expansão capitalista do qual já comentamos. O conceito de fronteira demarca o movimento econômico de levar aos rincões do território nacional o desenvolvimento do qual ele necessita. Romper com o atraso que o caracteriza e instalar as bases para seu encontro com o progresso e com a civilização. Por outro lado, o encontro da fronteira política é um objetivo caro à soberania militar. Também já comentamos do medo que tinham os militares de uma possível intervenção estrangeira na Amazônia, a famosa cobiça internacional. Entender a Amazônia como uma fronteira política era uma forma dos militares estarem sempre atentos à defesa de seus limites, tendo em vista, é claro, suas matérias primas e potencialidades energéticas. Esse é um ponto em que o enunciado da fronteira aparece associado ao da segurança, marca discursiva que iremos problematizar a seguir. Esse funcionamento em conjunto dos distintos enunciados demarcam o processo de uma formação discursiva. Mas não é só com a segurança e a fronteira que podemos identificar essa articulação entre os distintos enunciados que venho analisando até aqui. A fronteira também se relaciona diretamente com a representações do espaço amazônico e o decorrente etnocentrismo que demarca o entendimento das populações tradicionais:

Mas no discurso de fronteira, acontece algo, no mínimo estranho: nele, estar longe no espaço significa estar longe no tempo. Assim, o fato da Amazônia localizar-se, fisicamente, longe do Centro-Sul ou de outros espaços onde a tecnologia e a própria dinâmica econômica encontram-se mais subordinadas à racionalidade capitalista, faz como que, num raciocínio *comteano*, ela fosse vista mergulhada nos estágios teológico e metafísico e de que necessita imediatamente ingressar nas positivas atividade industriais; por esse meio algumas atividades econômicas, suas formas de execução e meios são enunciadas primitivas, como é o caso do extrativismo. Não estamos apresentando a defesa do “bom selvagem extrativista amazônico” *versus* o “lobo capital”, mas enfatizando um certo olhar etnocêntrico, cultural e também econômico, que tenta transpor para a Amazônia “modelos de desenvolvimento”, como se no futuro da região estivessem depositados os destinos do país (NAHUM, 2013, p. 61).

Perdoem-me a longa citação, mas nada mais justo que convidar um geógrafo ao debate no momento em que estamos discutindo fronteira e espaço, suas relações. Essa passagem é precisa em sua análise e oferece elementos importantes à continuidade das problematizações. Primeiro, para não perdermos o fio da meada, gostaria de demonstrar a maneira com que o autor articula a fronteira ao espaço. Se a fronteira remete ao limite, à borda, ao distante do centro

numa perspectiva espacial, é porque, do ponto de vista de uma visão teleológica, ela se encontra distante também do que há de novo, recente e moderno, distante, por assim dizer, do progresso. Não importa, portanto, as ruínas que sejam acumuladas ao longo dessa marcha, os fins justificam os meios, e, portanto, o objetivo a se atingir, sob qualquer custo, era a ocupação e a transformação modernizante. De posse dessa convicção, os militares contrariaram a representação do espaço amazônico por suas populações locais e não mediram esforços na tentativa de modificar o seu taxado estágio primitivo em modernas atividades agroindustriais.

Outra importante enunciação de Nahum corresponde às primeiras linhas de sua citação. De acordo com o autor, o uso da noção de fronteira nos planos e projetos governamentais da ditadura opera uma estranha operação: a de que estar longe no espaço, ser fronteira, é também estar longe no tempo. Encontrei uma reflexão similar na oportunidade em que Samuel Bechamol concede entrevista à Folha de São Paulo para validar a Operação Amazônica, um conjunto de ações promovidas pelo governo do General Castelo Branco. Esse segundo autor que convidado à discussão propõe que o processo de integração da fronteira amazônica fosse aplicado de maneira a superar tanto sua distância física como seu atraso no tempo. Ele defende que o governo brasileiro naquele momento estava disposto a utilizar do que havia de mais moderno na tecnologia para aplicar o que chamou de “economia da superação de distância” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967). Amparados na ciência da mais moderna engenharia, o governo poderia lançar mão de um programa de estradas e comunicações que aproximasse a Amazônia dos centros de decisão do país e de suas partes mais dinâmicas do ponto de vista da economia. Esse encurtamento de distâncias superaria a condição da Amazônia como fronteira uma vez que a integrasse de vez na economia nacional, cumprindo, desta forma, o objetivo de encurtar também os processos de sua história. É nesse momento que ele opera uma reflexão tendo como base o conceito de fronteira e de tempo. Ao aproximar a Amazônia do regime capitalista moderno, o governo também aceleraria a sua história. A região poderia, dessa forma, dar um salto rumo ao progresso civilizatório, amadurecendo suas instituições e seus meios de produção. Na retórica do catedrático, as populações amazônicas não tinham escolha. O progresso capitalista se impunha como a única solução possível para suas vidas. Era a aceitar ou aceitar os mandos e desmandos dos militares na região como forma de modificar as suas vidas. Mais uma vez impõe-se uma visão teleológica do tempo onde a história tem um encontro marcado com o progresso, independentemente dos problemas que possam ser criados e do caos que possa ser gerado nesse processo. Segundo as palavras de Bechamol apresentadas na entrevista, a sociedade amazônica na metade da década de 1960, precisava “ir à procura do tempo perdido,

para usar a imagem Proustiana, e superar o atual estágio, rumo ao futuro, para abreviar o curso da história”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 40).

Uma outra crítica que podemos tecer à concepção de Bechimol também se encontra na citação de João Nahum. Para o geógrafo, a concepção da Amazônia enquanto uma fronteira forjou o pressuposto de que ela corresponderia à solução de todos os problemas da nação, ou seja, “como se no futuro da região, estivessem depositados os destinos do país”. Essa concepção sintetiza muito bem a noção de impacto amazônico na consciência nacional. Nessa retórica, quando aceita a urgência de intervenção na Amazônia como necessária ao futuro da nação, toda ação autoritária naquele território seria justificada pelo bem de todo o povo brasileiro. Mais uma vez os fins justificam os meios. Todo o conflito resultante das políticas, todo o sangue derramado, e todas as obras que transformaram o cotidiano daquelas populações eram tidas então não só como aceitáveis, mas necessárias e urgentes. As consequências de assumirmos a Amazônia enquanto fronteira foram nefastas e se estendem à contemporaneidade. É de suma importância rever a cristalização desse enunciado na consciência nacional como uma condição de defesa da floresta e de suas formas de vida tradicionais. Disseminada, a ideia de fronteira cumpre importante papel na comunicação entre o interesse governamental naquelas áreas e o sedento desejo de enriquecimento da população migrante.

1.6.5 Segurança

O último enunciado que se destaca na composição da formação discursiva a que se pretende representar a Amazônia, na época da ditadura, é o da segurança. Assim como os outros quatro enunciados que sintetizam a performance verbal aqui criticada, a segurança funciona em rede com todo o conjunto discursivo. O que quero dizer é que só perceberemos a emergência desse enunciado de maneira atrelada aos conceitos que já discutimos. Pois bem, a segurança atualiza a noção de fronteira, pois todo estado-nação pretende fazer a defesa de seu território nos limites em que se relacionam com outros países. Por sua vez, a noção de espaço vazio preconiza as preocupações com a ocupação do território, já que uma vez que não era ocupada, a Amazônia passava a constituir um problema à soberania nacional – problema este que só poderia ser resolvido mediante uma política de segurança territorial ostensiva. A necessidade de integração, ainda que sobretudo articulada ao desejo de incorporação da Amazônia à economia nacional, muitas vezes foi apresentada como um problema de segurança, na qual se defendia o controle e o domínio dos territórios situados na fronteira do país pelos grandes centros econômicos da nação. Por fim, os discursos da segurança, no momento em que são proferidos por sujeitos ligados às forças armadas do país, passam a ser constantemente carregados pelo nacionalismo característico das forças armadas brasileiras. Por fim, a segurança

nacional também era abalada também pelo interesse de outras nações no território nacional. Sua defesa, portanto, só poderia ser garantida mediante os esforços dos próprios brasileiros.

Entendi então que para reconstruirmos os elementos de uma formação discursiva tão complexa, não poderia deixar de fora a preocupação com a segurança, uma vez que ela atende aos próprios desígnios da função militar, segmento que comandava o poder executivo à época. É claro que as fontes também me obrigaram a tratá-la como parte fundamental dessa discursividade, à medida que esse enunciado se apresenta de maneira recorrente nos documentos da ditadura. Mas acredito que o discurso da segurança emerge como um importante fator da formação pelo fato de estar diretamente atrelado aos acontecimentos políticos da época. Já vimos que a preocupação com a segurança na Amazônia é utilizada, até certo ponto, para justificar a presença dos generais na presidência da república. Contudo, não detalhamos a série de acontecimentos paralelos às políticas direcionadas à Amazônia que passaram a influenciar de maneira direta o programa dos militares na região. Nesse sentido, acredito que foram esses acontecimentos, relacionados, por excelência, à Guerra Fria, que determina a aparição do enunciado da segurança nos planos e projetos da ditadura para a Amazônia. É o que chamamos de acontecimentos do discurso, sua descrição. A tentativa de descrever esses acontecimentos “coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2016, p. 34)”. A resposta encontra-se justamente na recuperação da experiência política daqueles anos. Dessa forma, veremos como o enunciado da segurança aparece implicado ao momento histórico da ditadura, seu aspecto conjuntural.

Para tornar o debate deste tópico mais relevante, dialogarei diretamente com um documento da ESG que trata da importância da segurança da Amazônia. É um trabalho especial, assinado pelo Cel. Inf. Acrísio Figueira, sob o título “Focos de Tensões Reais ou Potenciais na Bacia Amazônica. Suas Repercussões na Segurança Nacional (FIGUEIRA, 1978)”. O documento faz um estudo geopolítico das fronteiras amazônicas, identificando possíveis conflitos e tensões ao longo desse contato territorial. São resumidas as características políticas dos países amazônicos e suas relações com o Brasil, numa espécie de estudo da conjuntura dos estados-nação que compõe a Amazônia como um todo. Antes de tudo, cabe destacar que a primazia dada pelo documento aos conflitos em torno da Amazônia, não significa que as preocupações de segurança se restrinjam ao uso da força e do armamento. A noção de segurança é ampla e assim devemos compreender o funcionamento de seu enunciado. Ela transborda a ação militar no que ela tem de belicoso. Portanto, os discursos que acompanham as ações de segurança compreendem um espectro de políticas que envolvem uma série de outros elementos que não somente a força e a coerção. Essa conclusão se dá consoante a conceituação da própria

Escola Superior de Guerra quando trata da Segurança Nacional. A segurança, é, desta forma, “o grau de garantia que – através de ações Políticas, Econômicas, Psicossociais e Militares – o Estado proporciona à Nação para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais”. (FIGUEIRA, 1978, p. 37)²⁹.

Podemos então definir, segundo o documento, que os enunciados da segurança são construídos e se dividem entre dois tópicos principais: as ameaças externas e as ameaças internas. Para os militares, as ameaças externas correspondiam a um interesse manifesto da comunidade internacional nos territórios amazônicos. Esse interesse foi constantemente denominado, no conjunto de documentos dos militares quando se referem à Amazônia, de “cobiça internacional”. Esse conceito ganhou relevância política quando criado por Arthur Cesár Ferreira Reis no seu livro “A Amazônia e a cobiça internacional” (REIS, 1982). A publicação faz um resgate histórico dos tempos coloniais e caminha no curso do tempo de maneira a comprovar que a região sempre despertou o interesse das potências mundiais. São utilizados alguns fatos que comprovam se não o interesse, ao menos a curiosidade de outros países a respeito da Amazônia. Os fatos não falam por si, uma vez que a meu ver são supervalorizados pelo autor na tentativa de demonstrar seu argumento de um interesse manifesto e perigoso – como se a qualquer momento pudessemos acordar sob o domínio amazônico de nações estrangeiras. Porém, a efetiva entrada desses sujeitos foi permitida, muitas vezes, pela própria política dos militares em conluio com o capital internacional.

Diante disso, a nível discursivo, o fato é que a tal da “cobiça internacional” foi bastante explorada na retórica daqueles que defendiam as políticas dos militares na época da ditadura. Foi assim que o jornal Folha de São Paulo denunciou que “o mundo se prepara para reclamar a Amazônia; pois o nosso exército se prepara para vencer as batalhas que serão travadas em consequência disso.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967, p. 3). Arthur Cesár Ferreira Reis, no livro em que aqui tomamos como fonte, acusa que os estrangeiros (não especifica quem ou da onde), “formulam planos para integrá-la num sistema de domínio manso, pacífico, em que possam realizar aquelas tarefas essenciais a seus apetites e a seus desígnios econômicos.” (REIS, 1972, p. 53/54). Numa clara alusão à obra deste autor, o Cel. Inf. Acrísio Figueira, responsável pelo estudo da ESG que aqui tomamos como exemplo, afirma que a “cobiça internacional pela Amazônia é velho de séculos” (FIGUEIRA, 1978, p. 23); e que ela

²⁹ O General, neste documento, faz uma referência aberta do Manual Básico da Escola Superior de Guerra, relativo ao biênio 1977-1978. A citação corresponde ao texto deste Manual, encontrado no documento de segurança elaborado por Acrísio Figueira.

continuaría, na época, “despertando interesses, alguns escusos, em várias partes do mundo.” (FIGUEIRA, 1978, p. 23).

Mas o argumento da ameaça externa não se faz meramente embasado na cobiça inventada pelo professor Arthur César Ferreira Reis. Alguns estudos demonstram a preocupação dos militares com a diplomacia política na América Latina. Segundo o documento, a possível ameaça ao território amazônico se dava, dentre outras questões, pelo papel imperialista do Brasil nas Américas, o que possivelmente poderia despertar a ira dos países vizinhos em confrontar as forças armadas brasileiras numa possível invasão à Amazônia (FIGUEIRA, 1978). Além do mais, o histórico brasileiro na luta aberta pelo alargamento das suas fronteiras, seria uma espécie de problema mal resolvido na América Latina, fazendo alusão ao alargamento dos tratados firmados entre Portugal e Espanha nos tempos coloniais, que fez avançar a soberania brasileira em território amazônico, ou ainda, ao processo mais recente de aquisição do Acre frente à Bolívia.

Mas os estudos dos militares demonstravam estar mais preocupados com as possíveis tensões do presente, influenciadas pela disputa da Guerra Fria, onde grupos comunistas e Estados autoritários capitalistas acirravam um conflito no território americano. Os estudos de ordem conjuntural apontavam, por exemplo, a tentativa ousada e recente de Ernesto Che Guevara em tentar “transformar a Bolívia em uma nova Sierra Maestra.” (FIGUEIRA, 1978, p. 28). O Equador, por sua vez, era identificado como um local onde as esquerdas teriam muitas liberdades, pois a sua atuação política era legal, diferente do que ocorria no Brasil da ditadura. “A vida no país [Equador] é frequentemente agitada por greves e manifestações de rua.” (FIGUEIRA, 1978, p. 30), apontava o general. Na Colômbia, outro Estado onde se localiza o território amazônico, existia uma ameaça de subversão latente, tendo em vista a atuação de “organizações clandestinas de esquerda como a ‘Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC)’ e a ‘Frente de Libertação Nacional (FLN).” (FIGUEIRA, 1978, p. 31). Por fim, o território amazônico que mais chamava a atenção dos militares do ponto de vista da segurança, era a Guiana. Outro país de presença amazônica, a Guiana era um grande motivo de preocupação uma vez que no seu território era identificada pelos militares uma “penetração ideológica de natureza comunista.” (FIGUEIRA, 1978, p. 33). De acordo com os estudos da ESG, a Guiana permitiu “o reabastecimento em seu território de aviões soviéticos que faziam o transporte de tropas cubanas para a Angola.” (FIGUEIRA, 1978, p. 33). A Guiana era então observada com bastante atenção à medida que poderia se transformar numa espécie de trampolim para a “infiltração de agentes da subversão no continente americano.” (FIGUEIRA, 1978, p. 33).

Entretanto, como vimos, as preocupações de segurança com a Amazônia também envolviam ameaças internas. Esse inimigo também foi identificado na mobilização de grupos comunistas de origem brasileira, ainda que influenciados pelo que os militares denunciavam como MCI – Movimento Comunista Internacional (FIGUEIRA, 1978). No Brasil e, em especial no território amazônico, o grande exemplo de interesse comunista na área foi a existência de um incipiente movimento de guerrilha na região, mobilizado pelo Partido Comunista do Brasil – a Guerrilha do Araguaia:

Um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear uma guerra popular revolucionária no Brasil, partindo do campo para a conquista das cidades. O partido Comunista do Brasil promoveu o movimento na região do Rio Araguaia na confluência entre quatro Estados, área conhecida como Bico do Papagaio. Os combates ocorreram dentro da floresta Amazônica, num polígono de aproximadamente 6.500 quilômetros quadrados entre o Pará e Goiás (hoje Tocantins), área pouco maior que o Distrito Federal, onde habitavam cerca de 20 mil pessoas (STUDART, 2006, p. 16)

Muito antes de representar uma verdadeira ameaça, a experiência foi aniquilada pelos militares no que significou o maior deslocamento de tropas desde a breve participação do país na Segunda Guerra Mundial. Identificada pelo governo em finais da década de 1960, a guerrilha teve seu último combatente abatido pelo governo em 1974, quando a presidência era ocupada pelo general Ernesto Geisel, ainda que a repressão ao movimento tenha se dado basicamente durante o governo anterior, o de Garrastazu Médici. O documento de segurança que aqui ofereço à análise trata do momento posterior ao aniquilamento brutal da guerrilha, que envolveu torturas e assassinatos tantos de guerrilheiros como de uma série de camponeses com os quais os militantes tiveram contato. Mas mesmo que já terminada a guerrilha, movimento que ao meu ver não passou de uma incipiente tentativa, tendo em vista a brutalidade da repressão e a dificuldade da disseminação dos ideais guerrilheiros, os militares ainda se preocupavam com a possibilidade de novas investidas de inspiração comunistas em território amazônico. Esse receio era estimulado, pois, segundo o regime, “as grandes distâncias, a dificuldade dos transportes, o desconhecimento da região, a relativa debilidade das forças de segurança são [ou eram] um permanente atrativo para os partidários do MCI.” (FIGUEIRA, 1978, p. 40).

Naquele momento, 1978, a atenção dos militares quanto às ameaças internas se voltava para uma nova questão. O principal “foco de tensão” por eles identificados correspondia ao problema fundiário. A violência e intranquilidade que demarcou o cotidiano amazônico desde a segunda metade da década de 1970 estava associada à consequência da própria política dos militares para àquelas áreas. Posseiros, colonos e grandes proprietários rivalizavam o controle das terras na região, o que desencadeou uma onda de conflitos que, desde finais da década de

1970, fazia seus incontáveis mortos. No documento, o general denuncia que “o clero católico em favor dos posseiros, longe de minimizar os atritos só tem servido para agravá-los.” (FIGUEIRA, 1978, p. 35). É certo que a rede de apoio que se formou em torno da defesa do pequeno trabalhador pobre contou com a importância fundamental de alguns setores da Igreja Católica. Nessa luta dos trabalhadores rurais em território amazônico, destaca-se a atuação de Dom Pedro Casaldaglia, que acompanhou os conflitos na época da ditadura e que também foi perseguido pelos militares. Para os governantes da ditadura, figuras como D. Pedro eram “defensores dos humildes e injustiçados, acusando sempre o governo de culpado e responsável pela situação criada.” (FIGUEIRA, 1978, p. 41). O apoio de alguns membros da Igreja e a formação de instâncias representativas desses trabalhadores rurais, como os sindicatos, eram instituições que constituíam “focos de descontentamentos ligados às questões de terras que facilmente prestam à exploração subversiva.” (FIGUEIRA, 1978, p. 40). Estava então criminalizada a resistência dos posseiros e, portanto, legitimada a ação policial do latifúndio e a repressão política por parte do Estado brasileiro naquelas localidades.

Mas apesar de desempenhar um papel fundamental no controle da área, não foi só à repressão que recorreram os militares. No uso de sua retórica discursiva, a segurança também poderia ser atingida mediante algumas proposições políticas. Nas justificativas que encontrei, algumas merecem destaque, foram elas: O uso de transportes e a construção de estradas; os incentivos à migração interna e externa; o controle da venda de terras à estrangeiros; o controle das atividades multinacionais; a criação de novos territórios; e acordos com os países condôminos das áreas amazônicas (FIGUEIRA, 1978).

Dessa maneira, o território amazônico foi um lugar no qual seria impossível imaginá-lo sem as preocupações em torno da segurança. Assim reagiram os militares quando na oportunidade em que representaram a região e nela atuaram de maneira precisa e sistemática. A segurança encerra, aqui, o ciclo de enunciados fundantes da quarta formação discursiva da Amazônia: aquela desprendida pelos governos brasileiros durante o regime autoritário da ditadura militar.

1.7 AS RAÍZES DISCURSIVAS DA INTERVENÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA

É chegada a hora, portanto, de estabelecer um sentido de continuidade entre o regime discursivo dos militares sobre a Amazônia e o arquivo de conhecimentos e imagens sobre a região. A tentativa não é aleatória mas remete à necessidade de demarcar a própria originalidade do conhecimento estabelecido pelos militares quando no momento de prepararem suas intervenções na região. Paradoxalmente, a individualização do recorte operado entre os anos de governo dos generais exige que se estabeleça um domínio de comparação com as épocas

anteriores. O efeito é construir o panorama de uma história geral, onde as críticas dos pressupostos militares exigem que os coloquemos em relação com outras discursividades. Com isso pretendo revelar como os enunciados anteriormente analisados constituem um recorte temporal único, mas que, no entanto, estão imbrincados a historicidades diversas. Para isso, recorrerei a acontecimentos que remetem ao processo de conquista da região, bem como à fase de elaboração de um conteúdo racional e acumulativo sobre suas riquezas, além de perpassar os anos de configuração da economia da borracha. É um caminho tortuoso em que desembocarei no domínio de outras instituições e processos econômicos, conformando relações sociais e culturais diferentes das quais encaramos quando na análise do período histórico da ditadura. Fiel ao método arqueológico é que adentrarei agora o terreno de outras formações discursivas, sempre autorizado pelo diálogo com Foucault (ao qual se atribui a criação do método) e com outros teóricos da Amazônia. Ora, “a arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – constituir a árvore de derivação de um discurso.” (FOUCAULT, 2016, p. 180). A partir de agora, veremos então como é possível estabelecer as ramificações históricas da discursividade da ditadura.

1.7.1 Os conquistadores

Para dar início a empreitada, iniciarei com a construção dos paralelos entre as formações discursivas a partir do período da conquista, onde são apresentados os relatos fundantes da região pela ótica europeia do período. São os “descobridores” que operam esta invenção, inspirados pela construção mítica medieval e renascentista. Em seguida também serão traçados os comparativos com a fase posterior, definida pelos relatos dos viajantes naturalistas que percorreram a região no século XVIII, embalados pelas teorias evolucionistas, positivistas e pelo imperativo do racional. Nesse processo, “a Amazônia é ocupada, primeiramente, pela imaginação fantasiosa do conquistador e, posteriormente, pelo imaginário moderno dos naturalistas.” (PIZARRO, 2012, p. 38).

Um primeiro fato construtor do paralelo entre as formações discursivas é o efeito de impacto causado pela descoberta amazônica. Para os militares da ditadura, como vimos, a tarefa consistia em fazer crer que a exploração da Amazônia se justificava pela sua condição de trampolim: seus usos e exploração facilitariam o salto desenvolvimentista nacional. A Amazônia foi o baluarte do desenvolvimento brasileiro desde o início do regime, e o crescimento econômico passava pela entrada das relações capitalistas na região, trazendo consigo o seu ideal de produtividade. A isto chamei de impacto amazônico na consciência nacional, estimulado pela disseminação dos saberes e discursos sobre a região nas representações dos milicos. Mantendo as especificidades de cada tempo histórico, também é

comum encontrarmos na literatura dos primeiros reconhecimentos europeus, um efeito de impacto diante da imensidão do território, seus rios, habitantes e riquezas naturais. Essa condição é possível de ser observada nas próprias cartas escritas durante as expedições dos conquistadores, dentre as quais se encontram o relato do Frei Gaspar de Carvajal, na viagem capitaneada por Francisco de Orellana; os registros da aventura sanguinolenta da expedição de Lope de Aguirre; e as diversas cartas produzidas ao longo da viagem comandada por Pedro Teixeira³⁰. Alguns trechos do relato do Frei Gaspar de Carvajal serão aqui apresentados e comentados na sequência, pois atribui-se a ele a autoria do que se convencionou chamar de escritura fundante do território amazônico. Antes disso cabe destacar que o universo comum apresentado por esses cronistas reside na apresentação de um espaço diferente daqueles que se vinham revelando em outros territórios coloniais, como o restante da América Latina, a África e o Oriente. O teor impactante dos relatos é construído pela exuberância das florestas, seus habitantes e principalmente pelo volume dos cursos fluviais pelos quais navegaram. Para Pizarro, naquele momento, “os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial” (PIZARRO, 2012, p. 18) – não por acaso é que intitula a obra aqui referenciada como “as vozes do rio”. Dessa maneira, é o impacto causado pela natureza amazônica que seduz os que a pretendem explorar, seja nos primeiros conquistadores ou nos tecnocratas da ditadura. Estes se aproximam quando envoltos pelos mesmos questionamentos de como “dominar, como vencer, como possuir efetivamente um mundo tão estranho?” (REIS, 1972, p. 67). Essas indagações expõem a regularidade com que a região foi tratada pelas investidas que historicamente tentaram garantir um processo de ocupação e transformação pautados numa ideologia civilizatória.

É consenso entre os que abordaram o imaginário da colonização que os europeus recém-chegados à América estavam imbuídos de um sentimento de observação que atestava uma condição paradisíaca dos territórios observáveis. Isto foi descrito por Sérgio Buarque de Holanda como o atrativo exercido pelas “terras incógnitas”,

³⁰ O Frei dominicano Gaspar de Carvajal é o responsável pelo primeiro documento sobre a penetração do Europeu no rio Amazonas, datado de 1541-1542. Ele é o relator da viagem capitaneada por Francisco de Orellana, que partiu do outro lado dos Andes rumo ao grande rio que corta a Amazônia. Outro relato descobridor, entendido como a contrapartida do que foi registrado durante a viagem de Orellana, é o texto de Cristóbal de Acuña. Em 1641, o jesuíta acompanha a viagem realizada por Pedro Teixeira, percorrendo o mesmo trecho da antiga expedição de Orellana, e batiza seu relato de *Nuevo descubrimiento del gran río de las amazonas*. A viagem de Pedro Teixeira é emblemática, pois sob seu comando a tripulação também percorre, em 1637, o trecho de subida do Rio Amazonas a partir de Belém. Supõe-se que o relato desta primeira viagem, que antecede aquela acompanhada por Cristóbal de Acuña, seja atribuído ao também jesuíta Alonso de Rojas. Entre essas duas expedições, distantes um século uma da outra, também destaquei aquela capitaneada por Lope de Aguirre. Este último toma de assalto o comando de uma viagem capitaneada por Pedro de Urzúa em 1559.

um espaço disposto para o desenvolvimento da fantasia, onde se projetarão tantos os fantasmas cultivados na Idade Média europeia como suas expectativas, as tradições culturais do mundo renascentista, revitalizando o imaginário da Antiguidade greco-latina, a convenção literária dos motivos edênicos, entre outros (PIZARRO, 2012, p.).

Composta por este imaginário é que a descrição do mundo amazônico se inicia como uma projeção europeia sobre uma realidade natural e humana. Como exemplos dessa construção mitológica, podemos apontar dois temas em destaque no relato do Frei Gaspar de Carvajal. O primeiro remete às Amazonas e o segundo ao Eldorado. As Amazonas, de acordo com o que foi exposto por Carvajal, numa alusão direta ao passado greco-romano, consiste num grupo de mulheres indígenas e guerreiras que habitavam a região. Essas mulheres se reuniam em povoações onde a presença masculina era somente permitida em períodos específicos para a copulação, no intuito único da reprodução. Nas palavras do Frei:

Aqui viram-se índias com arcos e flechas que faziam tanta guerra quanto os índios ou mais e comandavam e animavam os índios para que pelejassem; e quando queriam batiam com os arcos e flechas aos que fugiam e faziam ofício de capitães ordenando àquela gente que guerreasse, colocando-se na frente e segurando os outros para que estivessem firmes na batalha, a qual travou-se com muito rigor. E sendo este exercício tão estranho às mulheres, como o sexo feminino o requer, e poderá parecer grande novidade ao leitor que vir essa minha relação, digo para meu desengano que falo do que vi; e o que pudemos entender e se teve por certo é que aquelas mulheres que lá pelejavam como nessas Índias ou partes, corre há muito tempo larga fama, decantada de muitas maneiras da existência dessas belicosas mulheres. As quais nesta província, e não longe dali, têm sua senhoria e mero misto império absoluto senhorio, distante e apartado e sem contato com varões; e essas que vimos era (deveriam ser) umas administradoras e visitadoras do seu estado, que tinham vindo ali para visitar a costa. São altas e de grande porte, desnudas, com uma pequena tanga (“Braga”) que somente trazem diante de suas partes mais vergonhosas; mas em (tempo de) paz andam vestidas com mantas e telas de algodão delgadas e mui gentis. (...) E entre nós as chamamos impropriamente de amazonas; porque amazona quer dizer, em língua grega, sem teta; e as que propriamente se chamavam amazonas queimavam-se a teta direita para não serem estorvo ao atirar o arco, como mais longamente o escreve Justino. Mas essas de quem aqui queimam e portanto não podem ser chamadas amazonas, ainda que em outras coisas, como no juntar-se ao homens em certas épocas para seu aumento e (ainda) em outras coisas, parecem imitarem aquelas que os antigos chamaram amazonas (PORRO, 1993, p. 59-61).

A citação é longa mas importa à medida que proporciona ao leitor o contato com o relato histórico fundante. Através dele podemos fixar os limites de um imaginário fantasioso, responsável por determinar as bases discursivas com as quais serão construídas o território amazônico. Quero com isso atestar a artificialidade com que são elaborados os mitos recentes do imperativo desenvolvimentista, uma vez que tem como referência os marcos discursivos da fundação do território amazônico aos olhos europeus. Dessa forma, mesmo que as Amazonas

se insiram num quadro de revitalização de monstros baseado no arcabouço mitológico europeu, o fato é que elas parecem surpreender Carvajal menos como um elemento fantástico e mais como um prolongamento natural da floresta (PIZARRO, 2012). Seriam elas então uma consequência do enigma e da impenetrabilidade amazônica, região que surpreendia pelo exotismo, somente capaz de abrigar bizarrices, necessitando, portanto, da investida civilizatória europeia. Nesses pressupostos estão o forjamento das necessidades de transformação desse território: retirá-lo de sua condição natural, romper com o exotismo de seus habitantes para pôr em marcha um ritmo de conquista, posse e produção – assim como foi colocado, por exemplo, pela ditadura no esforço de transformação do trabalho extrativo e da paisagem florestal amazônica.

Um ponto que merece destaque reside na apelação de Carvajal para garantir a veracidade de seu relato. A expressão “eu vi” guia o leitor para a confiabilidade do que estava sendo dito e faz parte das marcas do gênero literário construído pelos cronistas que fizeram parte dessas expedições. É importante notar que a expressão está ligada a um processo de transformação do regime de verdade pelo qual estava passando a Europa no momento da conquista. O imaginário medieval tinha consolidado uma relação com a verdade segundo a qual esta só poderia ser atingida pela revelação divina. À medida que avançou-se na constituição da modernidade, os caminhos para atingir a verdade foram transformados pela importância da experiência e da experimentação, condições fundamentais ao estabelecimento da ciência. A colonização foi o terreno onde foi criada esta nova relação, uma vez que os relatos de viagem circulavam na Europa e eram bastante lidos, tendo em vista as possibilidades abertas com a invenção da imprensa no século XV. Sendo assim, para atestar essa construção verídica fazia-se necessário que o relator tivesse realmente vivido o que falava, participado daquela situação, manifestando sua presença nos acontecimentos que relatava. Daí o sentido de autoridade que carrega a expressão do “eu vi”, e que é utilizada por Carvajal para garantir a credulidade do que postulava.

Mesmo assim, a tarefa de aproximar épocas históricas tão distantes não está completa somente pelo exemplo das Amazonas. Como disse, acredito que elas contribuem mais diretamente com a tentativa de demonstrar como as obsessões europeias na região são fundadas na artificialidade de um esquema fantasioso, o que possivelmente pode ter criado um quadro referencial que tenha sobrevivido com o tempo. Contudo, as aproximações só podem ser realmente assimiladas quando trabalhamos um outro componente desse imaginário. Falo do mito do Eldorado, “responsável pela concretização do desejo de enriquecimento do europeu na América” (PIZARRO, 2012, p. 79).

O mito do Eldorado remete à construção imaginária de que as terras do mundo novo manifestavam um horizonte edênico, assim como alertou Sérgio Buarque. Uma vez que recorriam à aventura nos trópicos, esses viajantes eram estimulados pela existência de um território mítico de riquezas infindáveis. Foi assim que suas narrativas, no momento em que atravessavam a Amazônia, foram construídas com base no esquema de que estavam adentrando um paraíso perdido. O mito consiste na ideia de que quando haviam penetrado o rio Orinoco, os conquistadores espanhóis, “no contato com os índios Achaguas, que cultivavam o Deus Sol, teriam fomentado o imaginário fabuloso sobre as riquezas do lago Manoa onde dormiam tesouros infindáveis, palácios dourados e cidades inimagináveis.” (CASTRO, 2010, p. 106). De acordo com Pizarro (2012), o mito fala da existência de um cacique que se banha numa lagoa e após o banho de água, recebe um banho de ouro em pó. Entre as duas versões é comum a percepção de que os lagos e lagoas fomentavam a imaginação de que se tratavam de “espaços rituais”. O que se postula, na verdade, é que o mito do Eldorado seria resultado de uma transmissão europeia das imagens de riqueza do Oriente, somadas a percepção ameríndia que associa água à riqueza.

No texto de Carvajal, numa passagem em que ainda se dedica a descrever o império das Amazonas, está apontado que, de acordo com um índio capturado pela expedição, existia no território mítico das Amazonas “mui grande riqueza de ouro, porque todas as que são senhoras servem-se dele” (PORRO, 1993). Ou seja, a possibilidade de ouro na Amazônia habitava o consciente europeu alimentando seu desejo de conquista e pilhagem. Portanto, podemos definir que o Eldorado não se tratava somente de um lugar geográfico, mas de um sentimento que orientou a investida europeia na região.

Contudo, tendo o Eldorado como horizonte, onde poderíamos localizar uma aproximação possível com a discursividade da ditadura? Bem, segundo Edna Castro, quando falamos de Eldorado estamos diante de um mito fundador da Amazônia. Sua função histórica reside na sua capacidade de “embalar os sonhos de riqueza e de apropriação dos recursos da floresta.” (CASTRO, 2010, p. 106). Para ela o mito do Eldorado foi capaz de atravessar os séculos, constituindo “uma chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores.” (CASTRO, 2010, p. 106). Esta reflexão do Eldorado e suas reminiscências no mundo atual praticamente forçou sua entrada no texto que lhes apresento. Digo isso pois pude constatar algumas manifestações do desejo dos militares na Amazônia, desejos estes que aproximavam os objetivos de enriquecimento na região com o fascínio mitológico de séculos anteriores. Nas palavras do general Albuquerque de Lima, aos militares estava reservada a condição histórica de explorar definitivamente a Amazônia, região “cujos

mistérios correm paralelos ao estranho fascínio que suas dimensões de grandeza e seu incalculável potencial de riquezas vem despertando através dos tempos” (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p.50). Dessa forma, nas palavras do general, o interesse dos militares na região continuou mobilizado pelo fascínio exercido pela grandeza amazônica, local de incalculáveis riquezas. Cabe mais uma vez destacar que as aproximações entre os distintos momentos históricos não são por mim atribuídas, mas são diretamente colocadas pela fala governamental da ditadura. Dessa forma, existe por parte dos militares, a consciência de que a Amazônia é um território não só de riquezas inesgotáveis, mas de mistérios e fascínios; e assim também foi representada pelos discursos dos europeus nos primeiros anos da conquista. Essa mediação temporal permite, portanto, a aproximação entre fases discursivas tão distantes uma da outra. Ela aparece quando pretendemos esboçar a árvore genealógica das tentativas de domínio e exploração da região. Mais uma vez, insisto que esta operação é validada pelos próprios interlocutores da ditadura. No mesmo pronunciamento em que profere as palavras anteriormente citadas, o General Albuquerque Lima insiste que a Amazônia,

cujos enigmas tem despertado a imaginação exaltada dos que se vêem envolvidos por esse estranho fascínio, cuja impenetrabilidade se adensa à simples aproximação dos que tem tentado perscrutar-lhes os mistérios, e cujo potencial de riquezas vem conclamando a todos nós para nos unirmos em sua defesa (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 7).

Mistérios, enigmas, fascínios, potencial de riquezas... esse vocabulário utilizado pelo general remete à construção mítica do que representa a região tanto para os militares quanto para os europeus do primeiro contato. Não esqueçam que a tarefa dos militares é de conquista. E esse é o sentido que os aproxima dos tempos coloniais, chegando ao limite de denominar a política de ocupação das margens da transamazônica por colonização, conceito caro às análises que tem a Amazônia como cerne. As ações dos militares são então orientadas pelo intento de enfrentar os mistérios e os enigmas amazônicos, de posse de uma imaginação exaltada, envolvidos pelo fascínio, mas conscientes do potencial e da riqueza da região. Nas palavras de Edna Castro, “as transformações recentes na Amazônia indicam uma aproximação entre os anseios que impulsionaram a cobiça e a dominação colonial de países europeus na América do Sul” (CASTRO, 2010, p. 106). O mito do Eldorado, atualizado na contemporaneidade, seria responsável pela elaboração de “ideias extravagantes, não menos colonizadoras, sobre as riquezas naturais, sua potencialidade e sua inesgotabilidade.” (CASTRO, 2010, p. 106).

Essas “transformações recentes”, indicadas por Edna Castro (2010), remetem justamente às políticas postas em prática pelos militares. Elas operaram como uma ruptura na história da região e rendem consequências diretas até o presente. O sentido de continuidade

atrelado entre as investidas coloniais e as obras da ditadura, não remetem somente a construção de seus regimes discursivos. O próprio modelo de desenvolvimento imposto na segunda metade do século XX atualiza os pressupostos coloniais, uma vez que funcionou, na prática, de maneira a garantir o saque dos recursos através de um planejamento subsumido aos interesses externos. Numa escala que postula uma análise comprometida com a totalidade, desde os primeiros anos da colonização, temos que o quadro de subsunção colonial na Amazônia não se alterou ao longo dos séculos, sendo por outro lado intensificado e atualizado pelo ideário desenvolvimentista contemporâneo.

1.7.2 Os viajantes naturalistas

A segunda fase discursiva da Amazônia remete às contribuições dos viajantes naturalistas que percorreram a região entre o século XVIII e início do XIX. O paradigma da modernidade, já amadurecido na Europa, foi responsável por operar as rupturas necessárias com a imaginação medieval-renascentista que constituiu o olhar dos primeiros conquistadores. Esses viajantes naturalistas correspondem a um grupo heterogêneo de formação acadêmica diversificada. Entre botânicos, filósofos, matemáticos, astrônomos e mineralogistas, todos contribuíram para a consolidação de um discurso europeu que ganhava cada vez mais força. Me refiro ao gênero de uma literatura de sobrevivência, composta por histórias de navegação, “de perigos enfrentados, de maravilhas e curiosidades vistas.” (PIZARRO, 2012, p. 98). Contudo, diferentemente do que se postulava pela narrativa que analisamos anteriormente, esses novos viajantes detinham um compromisso com a razão, uma vez, é claro, que eram justamente os interlocutores da modernidade europeia. Esse compromisso com o racional fez com que seus escritos se voltassem para constituição de um inventário dos produtos amazônicos e das tecnologias de seu povo. Apesar da diversidade de suas formações e da heterogeneidade de seus estudos, parece que, de uma maneira ou de outra, todos os estudiosos concordaram que estavam diante de uma terra rica e apta à exploração e à pilhagem europeia.

À primeira vista este intento já possibilita uma aproximação com o esforço dos militares durante a ditadura militar que assolou o país entre as décadas de 1960 e 1980. Isto porquê, à medida que apresentemos as políticas montadas pela racionalidade do regime, perceberemos que parte delas funcionam de maneira a estabelecer um mesmo inventário das riquezas amazônicas, sempre guiados pelo imperativo do racional. Ou seja, para que pudessem explorar as riquezas amazônicas foi preciso um estudo prévio para melhor conhecer suas potencialidades. Dentre essas tentativas de melhor conhecer a região, é possível destacar os planos de investigação das potencialidades energéticas e minerais da Amazônia. Foram os governos militares os responsáveis pela instalação de uma rede hidrelétrica naquelas

localidades, assim como foram seus esforços que possibilitaram uma exploração sistemática dos minerais na região. A aproximação inicial se dá, portanto, pela condução de uma exploração dita racional, fazendo-se necessário um estudo detalhado das potencialidades do território a que se pretende explorar. Com os viajantes naturalistas, a intenção era conceber novos territórios disponíveis à colonização europeia. No caso da ditadura, a tentativa remete a formular um tipo de exploração compatível com o desenvolvimentismo característico da segunda metade do século XX, ou seja, um desenvolvimento onde a técnica e o industrialismo são preponderantes. Para ambos os casos foi necessário montar um inventário dessas riquezas amazônicas. Descobri-las, registra-las, cataloga-las... somente assim era possível uma exploração de bases racionais.

No entanto, como de praxe nas análises aqui presentes, quando analisamos os discursos, precisamos que essas relações entre as distintas temporalidades sejam apresentadas pela própria fala da ditadura. Ao recuperar o pensamento de Arthur Cesar Ferreiras Reis, intelectual que contribuiu com a racionalidade do regime e ocupou cargos governamentais ao longo da ditadura, foi possível recortar uma reflexão em que o autor se dirige justamente aos intentos dos viajantes naturalistas e suas contribuições às políticas das metrópoles europeias. Vejamos:

À época, os planos de Estado não possuíam as características que possuem hoje as decisões governamentais. Mesmo assim, não era destituído de fundamento aceitar a tese de que ocorreu, no tocante aos impérios que se estabeleciam no ultramar dos povos que se consagravam à façanha de tamanhas perspectivas, a decisão política de formá-los dentro de certas linhas de ação, que podemos conceber como uma preliminar de planejamento governamental visando a construção imperial (REIS, 1972, p. 69/70).

A discussão estabelecida na citação é fundamental para darmos continuidade aos paralelos com essa segunda tradição discursiva. Primeiro, temos que garantir as especificidades históricas e a independência dos modelos discursivos construídos pelos viajantes naturalistas e pela governamentalidade dos generais-presidentes. Nesse sentido, é impossível discordar do autor quando coloca que os planos das instituições representadas pelos viajantes não podem ser igualados às decisões dos governos no momento em que se estrutura a exploração da Amazônia durante a ditadura. Por outro lado, Arthur considera como um tipo de fonte de inspiração as tentativas das nações europeias em constituir seus impérios no ultramar. Essas tentativas, por sua vez, constituem os mecanismos utilizados para garantir a exploração da Europa nesses territórios coloniais. São as “linhas de ação” como propõe Arthur Cesar, formadas justamente pela tentativa de organizar um modelo racional de dominação. Este modelo foi concebido pelos viajantes que se dedicavam aos estudos da Amazônia, sua catalogação e registro.

Para melhor compreender o movimento que aproxima as duas formações discursivas é preciso insistir que estamos diante da monotonia do imperativo do racional. Ou seja, o preliminar esquema de planejamento governamental que vai inspirar os gestores da ditadura e que foi composto na literatura dos viajantes, foi orientado “em torno de se considerar os sistemas classificatórios como essenciais para a produção científica compreender a ‘natureza’.” (ALMEIDA, 2008, p. 56). Em um tópico anterior, tivemos a oportunidade de discutir como foi importante à discursividade da ditadura compor um quadro de oposições entre civilização/barbárie e ciência/natureza. Pois essa concepção, sua gênese, encontra-se justamente nos paralelos que essa formação discursiva estabelece com a literatura dos viajantes naturalistas do século XVIII. Dessa forma, para melhor entender esse período, mais especificamente as suas contribuições para o estabelecimento do imperativo do racional, inspiração para o planejamento governamental dos militares, faz-se necessário um maior detalhamento dessa segunda fase de discursos sobre a Amazônia, citando agora alguns representantes desse momento histórico.

Primeiro, elegi para a discussão o caso do francês Charles Marie La Condamine. La Condamine foi um astrônomo que percorreu a região amazônica na metade do século XVIII. Ele integra uma expedição da França que em 1735 percorreu o rio Amazonas “com a tarefa de medir o arco do meridiano e determinar o comprimento do pendulo que bate o segundo.” (ALMEIDA, 2008, p. 48). O astrônomo também se dedica a descrever a situação dos povos indígenas e a elaborar um mapa sobre o curso do rio. Mesmo que seu relato muitas vezes adquira um tom de uma narrativa mais literária, constituindo um gênero que relata a experiência de viagem e sobrevivência, é consenso que o francês elabora um discurso dominado pelo pensamento científico. Seu exemplo é emblemático na constituição da segunda formação discursiva, uma vez que se esforça por explicar racionalmente alguns elementos fantasiosos que compuseram a formação discursiva dos conquistadores. O viajante escolhe por encarar o mito das Amazonas e o faz de maneira a retirar seu “halo fantasioso” e estabelecer uma imagem de liberação feminina em seu lugar. De acordo com La Condamine, a lenda das Amazonas está associada à dificuldade da vida das mulheres na América, onde frequentemente tinham que acompanhar seus maridos na guerra, o que possivelmente poderia ter contribuído para a construção de um lugar imaginário onde essas mulheres se organizariam sem a presença dos homens. Nesse sentido, o relato de La Condamine é em sua essência um relato moderno, pois existe a “procura pela explicação”. O mito não deixa de existir, mas são colocadas suas condições de possibilidade e lugar de origem. Para Pizarro, essa narrativa de La Condamine é

característica de uma época de transição, “em que o aparecimento da racionalidade desloca outras dimensões de restos pré-rationais” (PIZARRO, 2012, p. 99).

No exemplo de La Condamine, podemos então perceber a maneira com que se estrutura o discurso do racional. Este ganha espaço à medida que constrói as rupturas com a fantasia característica da primeira fase, apontando a importância do diálogo com a ciência e com o afastamento dos mitos. Mais do que isso, o sentido de modernidade colocado pela segunda fase encontra-se na sua capacidade de estabelecer um relato utilitarista e instrumental da Amazônia. Eles ganham sua especificidade na forma como se dedicam a construir relatórios que objetivem “implementar de maneira mais imediata sua ação evangelizadora ou seus empreendimentos econômicos nos trópicos.” (ALMEIDA, 2008, p. 42).

Outro exemplo de viajante naturalista que deixou um importante legado às interpretações posteriores da Amazônia foi Alexander von Humboldt. A expedição de Humboldt é patrocinada e autorizada pelo Estado Espanhol. Ele percorreu a América e a região amazônica sob a direção de George Foster, estudioso de mineralogia e história natural. Os trabalhos de Humboldt ficaram muito conhecidos no meio científico europeu. Apesar de ser uma importante referência da época quanto aos estudos da Amazônia, Humboldt não teve sua entrada permitida no Brasil. Naquele momento, Portugal exerceu seus direitos territoriais frente ao interesse de estrangeiros, o que sugere a disputa geopolítica das potências europeias sobre os territórios coloniais e, por conseguinte, sobre a Amazônia. Humboldt percorreu o canal do Orinoco e passou pelo lago Manoa, catalogando a região através de um rigor científico que o levou a desmitificar a lenda do Eldorado. Essa é uma importante contribuição à racionalidade que tentava justamente excluir as imaginações fantasiosas a respeito da Amazônia. No entanto, a consciência de que o Eldorado se tratava de um lugar imaginário não fez com que Humboldt também deixasse de lado o sentimento histórico que perpassa o contato estrangeiro com o território Amazônico: o desejo de enriquecimento.

Nesse sentido é que, em um dos seus escritos mais famosos, proclama ser a Amazônia o “celeiro do mundo”. Essa imagem constituída pelo viajante influenciou as demais investidas de ocupação e exploração que se sucederam após sua presença na Amazônia. A ideia de “celeiro do mundo” também não passou despercebida pela racionalidade do regime militar que, na euforia da Operação Amazônia, relacionou essa intervenção com o que uma vez havia proclamado o naturalista alemão:

A solução do problema amazônico, é imperativo obtê-la a curto prazo. Se desejamos retê-la na área de nossa soberania, urge que aceitemos em definitivo o desafio e que, abandonando as frases de efeito, partamos decididamente para o cumprimento da ciclópica missão, que é lhe dar em concreto a destinação

prevista por Humboldt: fazê-la o celeiro do mundo (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967)³¹.

Portanto, o regime militar estruturou suas políticas para a região ciente de que fazia-se necessário estabelecer um regime de produtividade que garantisse o enriquecimento e a ocupação da área, legitimando dessa forma a soberania brasileira sobre aquele território. Mais uma vez a relação entre as discursividades é garantida pelos próprios porta-vozes do regime. Tanto no período em que Humboldt percorria os rios amazônicos, quanto no preparo das políticas dos militares, existia a consciência de que a intervenção na Amazônia era urgente, uma vez que seu quadro natural deveria ser alterado pelas bases racionais, científicas, instrumentais e produtivas. Nesse quadro, a natureza amazônica é entendida como um mundo genesíaco e débil. O futuro só poderia ser alcançado quando estabelecida a dominação da natureza, garantida somente por um sistema de cultivo que viria com a derrubada de suas árvores. É a passagem da natureza para a cultura, base hegemônica do pensamento moderno que perpassa a consciência dos viajantes naturalistas e também compôs a racionalidade dos militares a partir de sua entrada no governo com o golpe de 1964.

Parte dessa concepção sobre a natureza da Amazônia são os elementos humanos da região e estes não foram esquecidos pelos estudos dos viajantes naturalistas. Mas, como disse, apesar da monotonia do discurso do racional, é difícil homogeneizarmos a contribuição desses diferentes estudiosos que chegavam à Amazônia ao longo do século XVIII. Essa diferença fica mais fácil de ser observada quando comparadas as duas tendências de observação que naquele momento compuseram a imagem dos indígenas que habitavam a região. De acordo com Alfredo Wagner (2008), a concepção dos viajantes se dividia entre duas teorias que marcaram o estabelecimento do pensamento moderno: o positivismo e o evolucionismo. Para o autor, segundo os positivistas

os ‘selvagens’ seriam profundamente bons, para os evolucionistas, por sua vez, seriam, sobretudo, ‘atrasados’, ou seja, ‘povos inferiores’ vivendo em condições de ‘promiscuidade’, ‘ignorância religiosa’, ‘amoralidade’ e agindo como crianças, com ‘raciocínios infantis’. A abordagem evolucionista preconizava ademais a desintegração necessária deste modo de vida para que a sociedade pudesse passar a um estágio mais avançado de desenvolvimento (ALMEIDA, 2008, p. 56)

A perspectiva de Humboldt é marcadamente evolucionista, influenciada pela teoria do progresso. Para o estudioso alemão, as formas de vida autóctones representam “o mais baixo

³¹ Caderno Especial da Folha de São Paulo que apresenta a divulgação da recém proclamada “Operação Amazônia” – política do governo de Castelo Branco que envolvia benefícios fiscais aos empresários interessados em investir na Amazônia. Tive a oportunidade de me debruçar sobre este material que se encontra nos arquivos do Museu da UFPA.

grau da civilização humana”. Humboldt constrói essa reflexão a partir da constatação de que os gentios formam uma população que dependem de “uma única espécie de palmeira”. A fórmula explicativa que guia os teóricos evolucionistas reside na percepção de que os índios viviam numa situação de dependência da natureza, contentando-se somente com aquilo que ela os daria, sem se preocuparem com seu domínio e transformação. Essa premissa se desdobra discursivamente de acordo com a concepção do determinismo geográfico, onde se percebe nos nativos um indicativo de preguiça e indolência. Por sua vez, essa concepção se arrasta com os séculos e vai compor a ideia de inferioridade racial do norte brasileiro, defendida inclusive por setores de sua elite ainda no século XX³². Ora, é impossível não relacionarmos as teorias evolucionistas com os argumentos do regime militar em proclamar a transformação dos modos de vida extrativistas que caracterizam a economia da Amazônia antes de sua intervenção sistemática. Esses argumentos se arrastam na composição institucional que visava a transformação do ambiente amazônico desde a fundação da SPVEA e vão sobreviver na SUDAM, instituição criada sob o governo dos militares.

Contudo, uma diferenciação que pode ser estabelecida entre as primeiras fases discursivas da Amazônia e a retórica militarista sobre a região é a de que tanto os primeiros colonizadores quanto os naturalistas viajantes (estes mais profundamente) contribuíram para estabelecer o mito clássico do eurocentrismo. No caso da intervenção da ditadura constata-se uma defesa constante de que a exploração amazônica deveria ser operada não pelas potências europeias, mas pela soberania brasileira na área. Essa constatação desemboca no já discutido enunciado nacionalista, parte fundamental da discursividade formada pelos militares para intervir na região. No entanto, a ruptura proposta na quarta fase desloca o eixo centro-periferia que se configurou ao longo dos séculos. Antes, a Europa defendia a ideia de que as raças coloniais simplesmente não tinham o que era necessário para saber o que era bom pra elas. A Europa seria o centro e a população sul-americana a periferia a ser dominada. Com o discurso militarista das décadas de 1960 e 1980, a periferia se restringe ao território amazônico e seus modos de vida característicos, e o centro, por sua vez, corresponde às áreas desenvolvidas do país – o Centro-Sul.

Mesmo que a ditadura, no contato com a Amazônia, tivesse a consciência de que seguia o lastro da racionalidade proclamada pelos naturalistas viajantes, os governantes brasileiros daquela época também sabiam que teriam de proclamar uma ruptura com esse mito eurocentrista, no qual os únicos capazes de operar uma transformação racional do espaço

³² Dentre os representantes do racismo sociológico que condenava “as formas humanas da Amazônia”, indico o trabalho de Araújo Lima, em *Amazônia, a terra e o homem*.

amazônico seriam os próprios europeus. Essa é uma questão que especifica a quarta formação discursiva da Amazônia e proclama o nacionalismo brasileiro como um dos grandes enunciados que a compuseram. Para finalizar, portanto, aponto mais um discurso elaborado pelo lugar de fala dos gestores da ditadura, onde são inventariados alguns argumentos que defendem a ruptura do que se estava fazendo naqueles anos com o passado discursivo estabelecido pelo desejo europeu de conquista. Nas palavras de Albuquerque Lima, temos que:

(...) hoje aglutina-se, entretanto, aqui, o interesse de inteligências tocadas por motivações que ultrapassam decerto as antigas aspirações dos que decorreram, em termos de lirismo ou de epopeia, sobre um mundo desconhecido e sobre a força mágica de sua opulência folclórica, de poderoso e impressionante colorido (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 5).

Dessa maneira, o lirismo das narrativas de viagem, suas epopeias e construções folclóricas, apontadas nos relatos das primeiras fases discursivas, seriam finalmente superados pela inteligência e racionalismo militar. Os paralelos entre as formações discursivas, indicada nas vozes dos representantes da ditadura, são, portanto, formados não só pelas aproximações, mas também pelos distanciamentos e rupturas com o legado discursivo europeu. Quando se aproximam, o fazem para garantir a força e o sentido referencial de seus argumentos, quando se distanciam é para fazer crer que estavam diante de um empreendimento nunca antes visto na região, propondo a singularidade, a ruptura e a originalidade do que estavam a fazer com a Amazônia. No contato da racionalidade do regime ditatorial com a literatura dos “descobridores” e dos naturalistas viajantes está demarcado o paradoxo que define o estudo das formações discursivas: diferenciações e continuidades; estas só podendo serem construídas quando estabelecidas as retóricas dos esquemas interpretativos que tiveram a Amazônia como foco ao longo de sua história.

1.7.3 O discurso do caucho e a economia da borracha na Amazônia

A terceira formação discursiva a ser analisada corresponde ao conjunto de enunciados que acompanharam a economia da borracha na Amazônia. Nas palavras de Ana Pizarro, essa fase é compreendida como “discurso do caucho” (PIZARRO, 2012)³³. Analisar os discursos requer que reconstruamos as práticas em que estão intrincados, e os acontecimentos em que estão articulados. Dessa forma, os anos da economia da borracha são emblemáticos para o território amazônico. Durante o período, a Amazônia reestabelece a relação com o mundo europeu, constituindo uma territorialidade em destaque na economia capitalista. Sua posição na conjuntura internacional não atrai somente o interesse de mercado, fluxo de dinheiro e pessoas, mas insere aquele cenário selvático numa rede de representações sistemáticas. Essas

³³ O caucho, assim como a seringueira, é uma das árvores de onde é extraído o látex – matéria prima da borracha.

representações, por sua vez, instituem os recortes e as imagens com que a Amazônia passa a ser entendida pela racionalidade daquele período. Além disso, constituem uma expressão de um regionalismo incipiente, dedicado a compreender as relações entre o meio físico e o elemento humano daquelas localidades. Mas não esqueçamos que os discursos que acompanharam a economia da borracha são fundados entre os enunciados das fases antecessoras e também, a sua vez, passam a contribuir diretamente à formação de um arquivo com o qual vai dialogar a discursividade da ditadura. Essa é a função deste tópico: garantir a relação entre as diferentes fases discursivas da Amazônia. Veremos, portanto, a título de conclusão, como esta fase do “discurso do cacho” é estabelecida entre continuidades e rupturas com suas fases antecessoras e sucessoras. Contudo, não podemos deixar de destacar as especificidades de um momento histórico tão importante para a Amazônia.

Antes de adentrarmos no universo das representações, vejamos o desenrolar dos acontecimentos que marcaram o período. No curso de uma breve história econômica, podemos demarcar que a borracha se insere na demanda por matéria-prima característica da segunda metade do século XIX. A invenção do processo de vulcanização tornou a borracha um elemento indispensável para a indústria de pneumáticos. A inserção da bicicleta no consumo de massa e principalmente o desenvolvimento da indústria automobilística exigiu a produção de borracha em larga escala (DE PAULA, 1980). A descoberta pelos europeus dessa matéria prima remete aos estudos dos viajantes naturalistas que registraram seu uso primitivo pelos indígenas. Mas foi quando apareceu a demanda pelo consumo da borracha que os olhos do capitalismo internacional se voltaram para as regiões amazônicas, onde já havia sido constatada a possibilidade de exploração deste bem através do trabalho nas seringueiras.

O período que compreende o desejo das indústrias pela borracha remete aos anos do que se convencionou chamar de capitalismo monopolista (DE PAULA, 1980). O conceito corresponde ao momento em que as potências europeias tentavam cercar as regiões onde se constava a presença de matérias primas e mercados importantes, encerrando esses territórios sob seu domínio político. O desejo que atraiu os europeus à Amazônia, abrindo um primeiro grande ciclo econômico na região, foi o mesmo responsável pela sua queda. Digo isto, pois, mesmo inserido num quadro de debilidade e dependência econômica, o Brasil naquele momento já era um Estado-nação soberano, e, como tal, impunha uma legislação onde esses europeus encontravam certos percalços para a livre exploração de matérias-primas. Diante desse quadro é que já é possível antecipar que a crise da economia da borracha na Amazônia remete à manobra inglesa de criar seringais artificiais em suas colônias asiáticas, estas sim sob seu domínio político direto. Contudo, este fato não diminui o peso da Amazônia ser concebida

como um território econômico de impacto mundial no momento em que o capitalismo se estruturava por bases neocoloniais. O “primeiro ciclo” da borracha, auge da exploração do látex em solos amazônicos, compreende, aproximadamente, os anos que decorrem entre 1880 e 1920 (PONTES, 2014). Neste período foi possível a ocupação da Amazônia ao longo de distintos países que abrigam seu território; lugarejos, vilas e cidades foram formadas pela concentração de pessoas resultante da prática de extração da seringa, além de terem sido modernizadas as principais capitais desta economia, como Iquitos (no Peru), Belém e Manaus. Contudo, mesmo que parte da riqueza tenha ficado em solo brasileiro, o fato é que o sistema de exploração desta matéria-prima manteve os traços de subordinação e dependência que caracteriza a economia do país. O excedente gerado pela extração do látex foi praticamente todo drenado para o exterior, retido no solo brasileiro apenas pela suntuosidade de algumas obras nas capitais amazônicas ou no luxo das elites regionais (PONTES, 2014). Portanto, podemos antecipar uma certeza que perpassa a construção crítica deste texto, a de que a grande marca dos momentos históricos que engendraram as discursividades da Amazônia, reside na atualização do quadro de sua dependência colonial frente os centros econômicos das respectivas épocas. Seja primeiro com a entrada dos conquistadores, ou mesmo com a sede de conhecimento dos naturalistas viajantes em entender suas riquezas, ou ainda durante a economia da borracha e sua inserção no capitalismo industrial global, e, por fim, no momento em que os generais assumem a presidência do Brasil, deslocando essa dominação sob o investimento do “capital paulista”.

As obras que iremos discutir como parte da terceira formação discursiva da Amazônia, ou seja, como parte do “discurso do caucho”, compartilham um pessimismo frente as dificuldades institucionais e empresariais em montar um esquema de exploração moderno, compatível com os padrões do capitalismo europeu. Elas foram escritas entre o processo de perda do protagonismo amazônico na exportação do látex durante o início do século XX, sua derrocada e falência. Essas referências, além de denunciarem uma certa debilidade de nossas instituições na manutenção de uma economia de mercado na Amazônia, funcionam de maneira a propagar uma incapacidade natural do homem natural da região para o trabalho produtivo, utilizando de uma retórica eurocentrista e evolucionista, que consideram as pessoas ali residentes como hierarquicamente inferiores e socialmente rebaixados. Teremos a oportunidade de ter contato com a criação destas imagens na literatura produzida sob o signo da economia da borracha. O pano de fundo desses discursos pessimistas também é construído sob a escalada da produção de borracha nos territórios de dominação inglesa e holandesa. Já no início do século XX e na Ásia, os europeus foram capazes de em pouco tempo montar um sistema de cultivo de seringueiras que fez superar, naquelas localidades, a produtividade amazônica. Parte desses

discursos chegam a proclamar a necessidade de um domínio estrangeiro na Amazônia frente a incapacidade natural de seu elemento humano em ser capaz de explorá-la. Contudo, mas uma vez estamos diante de um mito construído no seio das discursividades que tomam a região por referência. Primeiro, porque a avaliação desses intelectuais a princípio me parece que a falha e injusta. A passageira produtividade da borracha amazônica não se justifica pela incapacidade de seus nativos trabalhadores, mas numa má condução da elite local e estrangeira— os chamados seringalistas. Estes atuaram na área como proprietários das terras onde se encontravam as seringueiras e, como donos, optaram por um regime de trabalho que beirava a escravidão, o que distanciou ainda mais a Amazônia de um processo de estruturação e desenvolvimento do capitalismo moderno. Segundo, como disse, o excedente de capital acumulado por essas elites jamais foi investido em novas tecnologias de produção, quando não jogado fora com o consumo de supérfluos, apenas garantiram uma mínima estruturação urbana e elitizada das grandes cidades locais. Contudo os responsáveis pela formação do discurso do caucho preferiram condenar o homem comum da Amazônia, negando e excluindo o perfil cultural de suas populações de floresta, este marcado por uma vida e um trabalho que preza pela autonomia, pelo extrativismo independente e pelo equilíbrio para com a floresta. E essa criminalização das formas de vida locais constitui uma marca constante nos discursos que acompanharam as tentativas de domínio e intervenção naquele território.

Mas é ao tentar discorrer sobre o sistema de trabalho e comércio da borracha que poderemos melhor demonstrar o porquê de responsabilizarmos suas elites pela incapacidade de montar um esquema produtivo moderno. Além disso, também poderemos ensaiar o quadro em que se insere a dominação do capital estrangeiro no processo de drenagem de lucros da extração dessa matéria prima.

Ao começar pelo início, temos que o sistema de produção da borracha foi marcado por um mecanismo de controle e exploração ao qual se denominou Aviamento. Aviar quer dizer trocar, o que significa que o comércio do produto seria marcado por um sistema de trocas desde sua extração (PONTES, 2014). Na base da pirâmide se encontra o seringueiro. Ele extrai o látex das seringueiras e o troca com o seringalista por utensílios de trabalho e bens de subsistência. O seringalista, por sua vez, encaminha essa borracha acumulada às Casas Aviadoras de Belém e Manaus, estas, por sua vez, repassam às Casas de exportação, que por último encaminham a matéria prima aos centros industriais. O problema é que o início das trocas é marcado por um sistema cruel de exploração. O seringueiro encaminha o produto do seu trabalho ao seringalista que, como dito, o paga somente com produtos. Esses produtos têm seus preços superfaturados, fazendo com que o pagamento do trabalho do seringueiro nunca superasse os custos de sua

subsistência. Esses trabalhadores, excetuando o baixo contingente indígena, advinham do Nordeste brasileiro e chegavam na Amazônia impulsionados pelo sonho do enriquecimento fácil, estimulados, é claro, pela antiga imagem do Eldorado amazônico, historicamente construída e atualizada nos anos da borracha. Chegando nos locais de trabalho acabavam presos pelo sistema de endividamento, também denominado como barracão, e jamais voltavam aos seus locais de origem. O aviamento ganha continuidade no momento em que o seringalista encaminha a borracha para as casas Aviadoras que em seu caso fornecem os produtos necessários à montagem do barracão, sendo parte fundamental no grande negócio que é a exploração do seringueiro. Mas é evidente que esses produtos não são suficientes para o pagamento do seringalista que também acaba por receber uma boa quantia em dinheiro. Essa quantia, somada à exploração da mão-de-obra dos seringais, garante os grandes lucros do seringalista, montado numa vida de luxo e ostentação nas grandes cidades amazônicas. Para completar o sistema, resta o repasse das casas Aviadoras às casas exportadoras, empresas riquíssimas, que no topo da cadeia encaminhavam a borracha à Europa, constituindo seu montante de lucro também através de um sistema de empréstimo, necessário para o estabelecimento da estrutura que exige a exploração da matéria-prima nas regiões de floresta (PONTES, 2014).

Portanto, antes de adentrarmos nas fontes que compõem o “discurso do caucho”, é preciso afirmar, a luz dos acontecimentos, que suas marcas de eurocentrismo e evolucionismo, quando olham para o homem amazônico, são motivadas pela falência da economia da borracha nos padrões que a caracterizaram entre os anos de 1880 e 1920. Afirmo, portanto, que a responsabilidade por essa quebra não remete à incapacidade desses nativos, mas à dependência da economia amazônica ao capitalismo monopolista europeu, pois, no momento em que esses centros conseguiram assegurar novas áreas de fornecimento da matéria prima, eles abandonaram o interesse pela produção amazônica. Além disso, uma vez descrito o sistema de aviamento, deve-se também responsabilizar as elites amazônicas, seus seringalistas, que ao invés de contribuírem com um regime de trabalho moderno, compatível com as tendências capitalistas dos centros europeus, mantiveram o espírito escravista na constituição da mão-de-obra dos seringais, reinvestindo pouquíssimo na modernização da estrutura produtiva. Enquanto isso, “esbanjavam fortuna; acendiam charutos com cédulas de contos de réis; desfrutavam dos luxos e dos prazeres em cafés, teatros e cabarés; roupas eram mandadas para serem lavadas na Europa.” (PONTES, 2014, s/n). A essa mediocridade não atentam nossos interlocutores da “terceira formação discursiva”, que ao invés de condenar o não reinvestimento

numa produção modernizante, optaram por condenar o nativo, mesmo que em alguns casos tenham denunciado a barbárie do sistema de aviação.

As obras que analisaremos como parte dessa discursividade estão situadas nos primeiros anos do século XX. Remetem, portanto, ao processo de reversão do quadro exportador da borracha amazônica – onde a Amazônia abandona sua posição de protagonismo frente à produção encabeçada em parte da Ásia. Contudo, a história da economia da borracha não acaba no momento em que os ingleses conseguem um novo território de fornecimento da matéria-prima. Um novo quadro de protagonismo exportador é reconstituído na Amazônia brasileira durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Com isso, os ecos do discurso da borracha, formado no primeiro momento de exportação do produto, se fazem ouvir por anos. Seguindo na tentativa de descrição dos acontecimentos, vejamos agora a constituição desse segundo “ciclo” econômico da borracha amazônica.

O declínio do primeiro ciclo da borracha tem sua gênese numa manobra de pirataria capitaneada pela Inglaterra. Em 1876, o inglês Henry Alexander Wickham (1846- 1928) voltou para Londres contrabandeando 70 mil sementes de *Hevea Brasiliensis*, nome científico da seringueira (PONTES, 2014). As sementes germinaram e as “mudas foram então transplantadas no sudoeste Asiático, principalmente no Ceilão, Sri Lanka, Indonésia e Malásia. Os frutos foram excelentes e em menos de 40 anos, a exportação da borracha brasileira estava completamente comprometida.” (PONTES, 2014, s/n). O momento seguinte à derrocada, compreende um período importante de ser descrito, agora sob a ótica de uma história institucional da Amazônia. Nesse intervalo, os esforços governamentais compreendidos entre o declínio da economia da borracha, no início do século XX, e o momento no qual os generais assumem o comando dos assuntos amazônicos, estão relacionados à tentativa de recuperação desta economia regional.

Logo de início, a perda do protagonismo exportador para as colônias inglesas na Ásia fez o governo federal criar o que denominou de Plano de Defesa da Borracha, promulgado em 5 de janeiro de 1912 pelo então presidente Hermes da Fonseca. O pacote visava manter a competitividade da borracha nacional frente à queda do preço no mercado externo, além de pretensamente garantir uma nova estrutura de produção através da melhoria das condições sociais nas áreas de exploração. As medidas compreendiam as tradicionais reduções de impostos sobre a produção, mas também previam bonificações para os seringueiros que reinvestissem na criação de portos, residências ou hospitais (MAHAR, 1978). O problema foi que o capital privado já não tinha o mesmo fôlego e o Estado brasileiro não bancou a

reestruturação da produtividade. Com apenas dois anos de execução, em 1914, o Plano foi então abolido.

Depois de um hiato de quase trinta anos, observa-se um suspiro da economia regional por conta de um processo histórico ligado à conjuntura das metrópoles capitalistas. Durante esse tempo, é claro que a extração da borracha não teve seu fim, mas de longe chegou ao patamar das exportações que atingira durante a passagem do século. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, desencadeou-se uma batalha pelos territórios asiáticos que passaram naquele período a serem tutelados pelo Japão, representante do Eixo e, portanto, inimigo dos centros industriais ingleses, franceses e norte-americanos. Resultado: as potências ficaram sem suas fontes de matéria prima num momento em que a borracha se tornava um valioso produto para a economia de guerra. A saída encontrada pelos Estados Unidos foi encampar um projeto junto ao Brasil para reestimular a economia gomífera na Amazônia. Juntos, os governos dos dois países conceberam o projeto conhecido por “batalha da borracha”, resultado dos “Acordos de Washington” (1942), assinados entre Roosevelt e Getúlio Vargas, então presidentes dos EUA e do Brasil, respectivamente. Para suprir os aliados, o plano viabilizou uma facilidade de créditos, concedidos na parceria entre os governos dos dois países. O acordo também previa a criação de uma estrutura básica no processo de exploração, como o investimento na compra de barcos, fundamentais para o transporte da matéria prima. Além disso, mais uma vez tentou-se facilitar a construção de um aparato de saúde pública na região (MAHAR, 1978). Contudo, a principal tarefa que coube ao governo federal brasileiro foi o recrutamento da mão-de-obra proveniente do Nordeste para o trabalho nos seringais da Amazônia: estima-se que 150 mil trabalhadores (MAHAR, 1978). Era mais uma tentativa de ocupação da região que recorria a esse conjunto de trabalhadores volantes e descartáveis aos olhos das elites seringalistas e nacionais. Outra medida institucional importante remete à criação do Banco de Crédito da Borracha – banco que moldou a arquitetura do Banco de Crédito da Amazônia (1950) e posteriormente do Banco da Amazônia S/A (1966), este último uma invenção da ditadura no Brasil.

A vitória dos aliados e o conseqüente término da Segunda Guerra fez retomar a produção na Ásia e o abastecimento da Europa e dos EUA, o que mais uma vez diminuiu a competitividade da borracha amazônica. Entendendo as limitações dos programas unicamente centrados na recuperação da borracha, os gestores da região pressionaram o governo federal na tentativa de estabelecer uma política mais abrangente no que toca à assistência econômico social da região. Foi assim que, após o fim do Estado Novo, na nova constituição de 1946, ficou acertada a elaboração de um programa de desenvolvimento para a Amazônia (Plano de

valorização econômica da Amazônia), a ser financiado por um total de 3% da receita dos impostos federais (MAHAR, 1978). Os estudos, debates e adiamentos, atrasaram a execução do plano em 6 anos e somente em 1953 ele saiu do papel, mais uma vez sob a tutela de Vargas, com a criação de um órgão executor: A SPVEA.

Avalio que parte do “discurso do caucho”, fase que iremos esmiuçar à frente, acompanhou e influenciou decisivamente na política da fundação da SPVEA. Tendo como exemplo a falência da economia da borracha, as três obras que iremos analisar condenam a economia extrativista na Amazônia e denunciam o descaso federal na região. Não por acaso, diante da dependência do mercado externo e da conseqüente decadência da economia regional, os discursos que deram origem a SPVEA e que partiam da capital federal, também passaram a condenar as práticas extrativistas na Amazônia e responsabilizar os modos de vida da região que subsistem por essa prática – noção que já vinha sendo advogada pelas vozes que compunham o discurso do caucho desde o primeiro ciclo de exploração da matéria prima. Diretamente inspirados nesse aparato discursivo, o governo federal, em conluio com as elites regionais, encarava o extrativismo como o grande inimigo institucional em solo amazônico. Esse é o substrato do “discurso do caucho” que irá ecoar nas investidas institucionais sobre a Amazônia a partir da segunda metade do século XX. Esse foi o princípio que guiou a SPVEA, instituição criada no governo de Getúlio Vargas. Os planos de ação previstos nesta instituição miravam a tentativa imperiosa de superar o extrativismo por um regime de produtividade que derrubasse a floresta e realizasse uma agricultura moderna, realizando o projeto anterior de transformar a Amazônia no celeiro do mundo. Essa mesma preocupação, colocada pelos discursos que condenam o extrativismo, também acompanhou as instituições federais que atuaram na Amazônia sob o controle do governo da ditadura

A seguir, entre continuidades e rupturas, também discutiremos as relações dos discursos engendrados na economia da borracha com aqueles produzidos durante a ditadura. Os militares, como vimos, mesmo que seguidores do legado do discurso do caucho, foram capazes de montar um novo aparato discursivo acerca da região. Seus enunciados acompanharam a montagem de uma estrutura de intervenção jamais vista na Amazônia e muito mais eficaz que a realizada pela SPVEA, instituição que dá lugar a SUDAM no momento em que os generais ocupam a presidência. Agora, entendidos os acontecimentos que marcaram os anos da economia da borracha, passaremos à investigação da especificidade histórica de seus enunciados, ou seja, o conjunto de representações amazônicas fundadas pelo “discurso do caucho”.

1.7.3.1 O discurso do caucho: obras e autores

É certo então que o discurso da borracha é um definidor da história da Amazônia. Mas sua composição plural impede que generalizemos o seu conteúdo. Isto se deve muito pelo fato de ter sido constituído no atravessar das fronteiras geopolíticas da região. Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia, todos esses países participaram da produção gomífera e, portanto, participaram também da constituição deste discurso. Essa diversidade de vozes que acompanharam o estabelecimento da economia da borracha, nas palavras de Pizarro, que moldaram “a espessura histórica do látex na Amazônia” (PIZARRO, 2012, p. 164) apresentam, como ela mesma diz, diferentes estéticas e diferentes propósitos, constituindo uma “textualidade de diferentes tonalidades.” (PIZARRO, 2012, p. 164). No entanto, no trato com as fontes que nos transportam para o período, coube a mim apontar um fio condutor dessas diferentes vozes, selecionando três obras fundantes do discurso produzido no Brasil. As obras em questão remetem a um trabalho intelectual que enfatiza a experiência histórica da Amazônia naquele período, produzindo textos que mesclam o documentalismo, o ensaio e a ficção romanesca. Serão analisadas três obras: “À margem da história”, de Euclides da Cunha; “Inferno Verde”, escrita por Alberto Rangel; e, por fim, “Terra Imatura”, de autoria de Alfredo Ladislau. O texto de Euclides é um ensaio sobre a Amazônia do período, publicado postumamente em 1909. Seu estilo parece ser uma tentativa de compor um regionalismo amazônico espelhado na obra “Os Sertões”. O texto é resultando de sua participação na expedição oficial de reconhecimento do alto rio Purus. *Inferno Verde* é uma publicação de 1908 do brasileiro Alberto Rangel, composta por uma narrativa romanesca onde a selva amazônica parece ser a principal interlocutora do romance. Analisaremos seu último capítulo, intitulado com a expressão que dá nome ao livro. Por último, publicado pela primeira vez em Belém no ano de 1923, ofereço às análises o livro *Terra Imatura*. Posteriormente também publicado no Rio de Janeiro, o livro cumpriu a importante missão de divulgar a Amazônia nos grandes centros do país. Em sua narratividade, *Terra Imatura* mescla atitudes sociológicas com uma composição romanesca. Analisaremos seu capítulo inicial, também intitulado com a mesma expressão que dá nome à obra.

Os três livros se encontram numa relação direta uns com os outros, e foi isso que permitiu a construção do que chamei de fio condutor da discursividade da borracha em solo brasileiro. Tanto *À margem da História* como *Inferno Verde* constituem grandes clássicos da literatura que tem a Amazônia como referência. Circularam bastante desde a sua publicação e foram analisadas por um sem número de especialistas. *Terra Imatura* parece não ter obtido o mesmo lugar de destaque que as obras anteriores. Mas o fato é que Alfredo Ladislau, um amazônida, conseguiu publicar o romance por editoras cariocas, fazendo o livro circular nos

grandes centros do país e sendo uma importante voz na divulgação das imagens regionais naquelas localidades. Seu reconhecimento, contudo, não se restringiu ao Sudeste, uma vez que o livro foi republicado em 1971, já durante a ditadura, pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará. Foi de posse desta edição que teci as análises a seguir. Mas para conduzir a comparação entre as obras é importante notar que o estilo precursor de Euclides da Cunha acompanhou tanto a narrativa de *Inferno Verde* como de *Terra Imatura*. Alberto Rangel e Alfredo Ladislau não raramente foram chamados pelos especialistas de “euclidianos”. Um atestado dessa proximidade é o prefácio de *Inferno Verde*, escrito justamente por Euclides da Cunha. Alberto Rangel, por sua vez, se mostrava um entusiasta da obra de Alfredo, encorajando o autor a prosseguir com suas produções literárias e elogiando a obra em questão. No prefácio de *Terra Imatura* é possível encontrarmos o seguinte comentário de Alberto Rangel:

Ante os espetáculos que esse livro me redesdobra, a comoção faz-se-me ainda das mais profundas. A alma brasileira encontra, depois de Euclides, nas mesmas cordas da Amazônia, o grande tangedor da infinita sinfonia, orquestrada com essas águas e selvas deslumbrativas (LADISLAU, 1971, S/N)

Portanto, estamos tratando de escritos que compuseram um determinado sentido enunciativo da Amazônia na época da borracha. Seus autores, em aberta relação, compuseram um quadro de representações que não se reduz a uma abordagem estética da região, mas que foi capaz de cumprir um importante papel na sua divulgação e na composição dos discursos que acompanharam as políticas públicas no intervalo histórico entre os dois ciclos da borracha. Mas uma questão se impõe no momento. Se as obras a serem analisadas prezam por um tom ensaístico e romanesco, torna-se importante esclarecermos, do ponto de vista metodológico, como essas narrativas literárias podem compor uma discursividade. E ainda, de que forma elas são autorizadas pela historiografia para constituírem importantes fontes a serem aqui trabalhadas.

De início podemos afirmar que o uso de fontes literárias remete à capacidade dessas obras comporem, através do conceito de mimese, um sentido de representação do mundo que aborda. Isso garantiria a especificidade da fonte, uma vez que sua singularidade se daria pela utilização de “signos verbais polivalentes” e pela utilização de metáforas, o que distingue as obras literárias dos demais escritos e permite seu uso historiográfico a partir de sua vontade de representação (FERREIRA, 2012). É a construção das imagens e das representações que marcaram a experiência amazônica na grande época da borracha que autoriza o trato de fontes literárias do período. Toda discursividade constrói uma certa visibilidade de seus referenciais. No momento que lidamos com os discursos que acompanharam a história da região amazônica é notória a prática da constituição de imagens regionais cristalizadas na racionalidade de cada

período histórico abordado. Parte do intento aqui é então demonstrar que a discursividade do caucho é necessariamente uma produtora de imagens regionais. E que, por isso, no intuito de captarmos a constituição dessa visibilidade histórica, os discursos literários assumem uma condição de destaque. Nesse sentido, uma discursividade não é somente composta por textos científicos, filiados a determinadas instituições do saber que os legitimam. O universo literário, ao produzir suas imagens metafóricas, também arrasta esse conteúdo definidor de um determinado recorte ou época.

Dessa forma, a abordagem literária também define e preenche os arquivos discursivos da territorialidade amazônica. Foi então na tentativa de percorrer esse labirinto que é o arquivo amazônico que enveredei pela produção ensaística e romanesca, sempre autorizado pelo método arqueológico do saber, onde, no trato com essas obras, não se procura estabelecer

a alma ou a sensibilidade de uma época, nem os grupos, as escolas, as gerações ou os movimentos, nem mesmo o personagem do autor no jogo de trocas que ligou sua vida à criação, mas sim a estrutura própria da obras, de um livro de um texto (FOUCAULT, 2016, p. 6).

Mas mesmo que seja consenso o fato dos três escritores aqui citados optarem por uma narrativa literária, algumas características de suas obras os filiam a um comprometimento científico. Suas obras envolvem um intento criador e fixador de imagens amazônicas, mas também caminham no sentido de estabelecer uma certa hipótese de Brasil e de sua constituição regionalista. Na narrativa de *À Margem da História*, o idealismo euclidiano é minimizado “pelo determinismo geográfico, quando trata do homem, e pela visão evolucionista, ao descrever a natureza.” (GONDIM, 2007, p. 273). O determinismo e o evolucionismo, versões científicas que compõe e fortalecem o discurso do caucho no Brasil, também vai se fazer presente nas obras de Alberto Rangel e Alfredo Ladislau. Essa fusão entre uma perspectiva literária e científica é atestada pelos próprios autores ou por comentaristas especialistas de suas obras. No prefácio de *Inferno Verde*, Euclides comenta que as imagens literárias dos livros que abordam o período da borracha são capazes de substituir as fórmulas científicas na tentativa de compor um olhar racional da região. Esses interlocutores, portanto, seriam dotados de uma inteligência heroica, onde manifestariam a capacidade única de descortinar o enigma amazônico através de uma narrativa literária que compusesse as verdadeiras imagens da região. Essa característica da narrativa euclidiana, aquela que mescla imagens literárias com referenciais científicos, é a que se faz presente tanto em *À margem da História* como em *Inferno Verde*. No outro exemplo aqui trabalhado, em prefácio que apresenta a obra *Terra Imatura*, em 1971, Alberto Rangel também faz questão de ressaltar a capacidade desses “autores do caucho” em mesclarem uma atitude científica através de uma narrativa literária. Alfredo Ladislau seria então um romancista dotado

de uma “inteligência culminante”, revelando um “sociólogo atraído pela relevância dos magnos problemas políticos” da região, e um “filósofo investigador das virtudes éticas amazônicas” (LADISLAU, 1971). O olhar formador de *Terra Imatura* oscilava entre um autor de postura por hora poética e por vezes prática, tanto romântico como geográfico, tecendo observações justas que expressavam seu grande conhecimento da histórica geológica e humana da Amazônia. Dessa forma, ao analisarmos as obras literárias do discurso da borracha no Brasil, estaremos diante de uma sensibilidade literária calcada no racionalismo lógico e conciso. Tratam-se de escritores embalados pelas condições positivistas, deterministas geográficas e também evolucionistas. Foi assim que o responsável pelo prefácio de *Terra Imatura*, edição de 1971, apresentou a obra aos leitores que acompanhavam as transformações que a ditadura empreendia na região. Segundo ele, *Terra Imatura* seria uma obra que prestaria um serviço inestimável para aqueles que se dedicavam a levar a termo o desenvolvimento regional, demonstrando assim que a discursividade da borracha constitui uma inspiração fundamental aos discursos e políticas que naquele momento partiam sob o comando dos generais na presidência.

Para dar início ao diálogo direto com as fontes, elegi três temáticas principais que caracterizam a abordagem dos três autores anteriormente citados. A primeira possibilita uma aproximação com a formação discursiva dos militares e está ligada (1) à preconização do enunciado marcado pela noção de espaço vazio e o determinismo geográfico que o acompanha. A segunda temática coloca a literatura no centro dos debates, através da sua capacidade de (2) criar imagens da natureza amazônica, entendida como um sujeito essencial do discurso da borracha. Por fim, um tema fundamental desta discursividade é (3) o tom de denúncia assumido pelos autores ao analisar a atuação governamental na Amazônia. Parte do mesmo esforço é a concepção original de estabelecer a região como um problema nacional.

1.7.3.2 Espaço vazio e determinismo geográfico

Quando discutimos a importância da noção de espaço vazio na discursividade da ditadura, apontei ser esse enunciado um importante elemento a ser trabalhado na comparação com as performances verbais de outros momentos históricos. Nas palavras dos autores que trago à análise, essa noção acompanha a conformação dos seus textos e por muitas vezes é expressada de maneira insistente e direta. A fórmula que atribui o subdesenvolvimento ao subpovoamento da região, tão utilizada pelos porta-vozes da ditadura, é já atestada no discurso da borracha. As imagens da selva amazônica, produzida pela literatura do início do século XX, também são compostas pela ideia do vazio, uma vez que na experiência mesma desses autores com a floresta é ressaltada a monotonia de suas paisagens. Na condição de observador e participante de uma

expedição de reconhecimento na Amazônia, Euclides relata que estava diante de “horizontes vazios e indefinidos como o dos mares.” (DA CUNHA, 1975, p. 25).

A narrativa do primeiro capítulo de *Terra Imatura* compreende um diálogo entre dois filhos da região amazônica. Os personagens se prestam a debater as razões das condições de subdesenvolvimento da região, temática importante para a época, uma vez que se tratava dos anos que decorrem entre os dois ciclos da borracha. Neste ponto, Alfredo Ladislau é categórico e define com precisão as razões do atraso econômico da região Amazônica: “A falta da opulenta prosperidade que visionas neste imenso território, fechado ainda aos nossos olhos, resulta, precipuamente desse estonteante desequilíbrio entre o coeficiente do nosso povo e o próprio mundo amazônico.” (LADISLAU, p. 15, 1971).

O próprio título da obra de Euclides possibilita pensarmos numa imagem da Amazônia desabitada. Estaria a região, na concepção do autor, alijada da História, à sua margem. A História neste caso depende da presença civilizatória, seu passado, seus vestígios e registros. A imensidão do mundo verde toma conta dos olhos do autor e o cega para a presença do autóctone. Estaria diante, neste sentido, de uma terra “ausente de sinais humanos, seja à margem, seja anterior, seja fora mesmo do campo da História.” (FOOT, 2009, p. 57). O certo é que Euclides em nenhum momento se presta a comentar da presença do nativo. Quando faz uma concessão e apresenta a presença humana na região é para denunciar a condição do seringueiro, imigrante nordestino com o qual se identifica desde a escrita de “os Sertões”³⁴. O indígena, o ribeirinho, o homem comum da floresta amazônica é invisibilizado em sua narrativa: proposta que também é assumida pelos governos militares quando no momento de elaboração de suas políticas sob o signo de um espaço vazio.

No entanto, para alguns dos seus críticos, Euclides não foi responsável por arquitetar uma narrativa que acreditasse na “representação fácil do vazio na selva”. Esta seria uma marca exclusiva da ideologia colonialista a ele predecessora, assumida posteriormente pelo “desenvolvimentismo nacional brasileiro” da ditadura (FOOT, 2009). Acredito que essa concepção peca num ponto fundamental para entendermos o que de fato representa a caracterização da região como vazia. Quando discutimos o enunciado do espaço vazio, também aponte que seu funcionamento responde a uma operação básica: a de que toda vez que a noção de espaço vazio é agenciada, ela também traz consigo um conjunto de classificações do homem amazônico, mais especificamente a sua incapacidade natural em participar das ações que

³⁴ Obra consagrada de Euclides da Cunha que se dedica ao acompanhamento do massacre de Canudos – organização messiânica que se interpôs à política da incipiente república brasileira no final do século XIX. Em seu texto é famosa a consagração do “nordestino” como elemento fundante da identidade nacional brasileira.

vislumbram o desenvolvimento regional. Dessa forma, mesmo que as imagens de monotonia, vazios indefinidos ou terra à margem da história, todas elas apresentadas por Euclides, não sejam suficientes para atestar a representação desse território como um espaço vazio, como querem alguns dos seus críticos, o fato é que Euclides percorre a região portando uma espécie de visão etnocêntrica que desqualifica o homem amazônico na classificação nacional nas poucas vezes que a ele faz menção. Dessa forma, não só a obra de Euclides, mas toda a discursividade da época da borracha aqui analisada, aborda a região sempre de posse do esquematismo que associa o subpovoamento ao subdesenvolvimento, abrindo as portas da região às iniciativas governamentais que historicamente se mostraram despreocupadas com a manutenção do estilo de vida nativo. Mais do que isso, são as imagens de uma natureza opressora que determinam a conduta primitiva de seus habitantes. Esse é o determinismo geográfico que denunciamos ao longo da problematização desta formação discursiva. Para Alfredo Wagner, essa concepção se alastra na história da Amazônia a partir do que ele concebe como uma condição determinante do “geografismo” e do “biologismo” (ALMEIDA, 2008). Ou seja, as caracterizações do espaço geográfico condicionam as formas humanas da região através de argumentos que apelam para características que são biológicas e/ou naturais de seus habitantes.

Esta noção determinista fica evidente quando Euclides insistentemente passa a comparar a presença humana na região com a natureza. Para ele, estas pessoas absorviam as características da floresta: “A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto...” (DA CUNHA, 1975, p. 35). O determinismo, marca do enunciado que conforma a ideia de “espaço vazio” também aparece quando Euclides faz um paralelo entre a natureza e o curso histórico da região: “Tal é o rio, tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta.” (DA CUNHA, 1975, p. 32). O ápice dessa teoria determinista e preconceituosa se manifesta quando o autor define alguns elementos do caráter deste homem amazônico: “Lascívia, bebedice e furto” ou “drinking, gambling and lying – bebendo, dançando, zombando.” (DA CUNHA, 1975, p. 34). Ou seja, o argumento do espaço vazio não requer que venha apontado como uma característica geográfica baseada nos argumentos censitários e populacionais como em épocas posteriores. Ele também se configura na medida em que se acompanha uma desqualificação da presença humana da região amazônica. O vazio pressupõe a necessidade de ocupação e, por sua vez, a ocupação necessariamente se daria pela substituição e criminalização dos modos de vida nativos.

Por fim, para não isolarmos Euclides e condená-lo como interlocutor único do etnocentrismo e da atitude preconceituosa da sociedade brasileira, vejamos algumas passagens

em que Alfredo Ladislau também se dedica a compor as mesmas imagens. Assim como para Euclides, o contingente humano amazônico, nas palavras de Ladislau, corresponde a um perfil de uma gente “fragilizada moral e física.” (LADISLAU, 1971). Para ele, a miscigenação brasileira, nosso grande patrimônio ancestral, seria resultado de um cruzamento com “resíduos de povos involutivos, cujos resultados nos deram apenas os pobres mamelucos que aí vemos, inaptos para essa duríssima tarefa de domesticar a natureza.” (LADISLAU, 1971, p. 17). O biologismo que marca as considerações de Euclides também se faz presente em Alfredo. Segundo este último, os governos, na tentativa aberta de desenvolver o território amazônico, seriam incapazes de combater “as leis naturais” que presidem o povo amazônico (LADISLAU, 1971). Mesmo sendo filho da região, trata seus conterrâneos como “uma triste coisa esquecida por Deus”, um ser “combalido e vencido” (LADISLAU, 1971).

1.7.3.3 Imagens da natureza

Quando Alfredo Wagner (2008) denuncia o marcante “geografismo” e “biologismo” com que é tratada a Amazônia nos esquemas das políticas públicas que tentaram intervir na região, um outro importante elemento é mencionado. Trata-se do uso de uma “constelação de metáforas” segundo o qual a Amazônia é retratada nas diferentes racionalidades que se pretenderam a interpretá-la. Para este autor, tanto o “geografismo” como o “biologismo”, assim como o arquivo de metáforas com que a floresta é insistentemente representada, foram todos inventariados a partir do momento em que intelectuais das mais variadas áreas passaram a supervalorizar o quadro natural da região, excluindo os elementos humanos que a compõe. Essa “ênfase desmedida” aos aspectos geográficos desembocou no uso deliberado de um determinismo que atestou algumas supostas marcas éticas e morais dos povos amazônicos como resultantes de sua configuração biológica. Este processo foi comentado anteriormente. Agora nos cabe entender de que maneira é constituída essa “constelação de metáforas” sobre a Amazônia. Ou seja, como este conjunto pode ser expressado no jogo característico das representações sobre a região? É neste ponto que a literatura passa a ser um importante campo de análise.

No contato com as imagens da natureza produzidas pela discursividade da borracha, podemos entender como a Amazônia é representada por um quadro metafórico determinado, ou seja, nas palavras de Alfredo Wagner, “matáforas erigidas sob sua inspiração direta”, a saber: ‘paraíso/inferno verde’, ‘eldorado’, ‘ouronegro/ouro verde’, ‘pulmão do mundo’” (ALMEIDA, 2008). Para o autor, essas são algumas “figuras de retórica” que no devir histórico da região amazônica tem suportado “planos, programas, projetos e demais formas do poder do estado se manifestar sobre a região.” (ALMEIDA, 2008, p. 13). No caso da discursividade em questão,

através das imagens literárias que compuseram as obras aqui analisadas, é possível observarmos a estruturação desse campo metafórico que associa as imagens de paraíso e inferno quando se refere à Amazônia. Esse mecanismo perpassa uma narrativa onde é apresentada uma floresta amazônica que detém uma “vida simbólica”. A selva é então um sujeito, um próprio personagem na escrita desses autores. Toda vez que a ela se fazem considerações, essas narrativas a estabelecem como alguma coisa entre o “magnífico e o monstruoso”. Essa suposta contradição é o que organiza a discursividade da borracha em torno de sua literalidade; e entra em acordo com o que proclamou Alfredo Wagner a respeito das metáforas de paraíso e inferno. Vejamos como os próprios textos tratam a questão.

A força monstruosa da selva, seu lado infernal, é construída na narrativa de Alberto Rangel de maneira recorrente como o próprio título sugere. Em *Inferno Verde*, o autor utiliza do curso dos rios para construir a imagem opressora da selva. De acordo com ele: “O igarapé deve participar do sentimento de quem por ele desemboca no rio: a consoante alegria de chegar, depois de sobriamente curtir a triste vida, encerrado na opressão de uma floresta.” (RANGEL, 1927, 268). A imagem criada representa a agonia do homem em contato com a floresta, seu calvário no inferno verde. Contudo, num momento especial do livro, o autor faz da floresta a própria interlocutora. Como vimos, ela é a própria personagem e sujeito da ação narrativa. Mesmo que sua vida simbolizasse um inferno, ela também ganharia ares de paraíso. Diz então a mata ao seu invasor, sujeito da colonização:

Perdô-te e compreendo o estigma que me lanças. Fui um paraíso. Para a raça incola nenhuma pátria melhor, mais farta e benfazeja. (...) seu repouso edênico, sua plaga abençoada, seu recanto pacífico, na herança fetichida e venerativa dos povos autochtones de onde proveo (RANGEL, 1927, p. 280).

Mas diante o insucesso dos empreendimentos colonizatórios e do malogro da economia da borracha, o paraíso que se apresentava ao desejo estrangeiro torna-se inferno para aqueles que a tentaram desbravar:

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras d’onde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem barbaramente violenta” (RANGEL, 1927, 281).

Portanto, podemos assim concluir que as metáforas sobre a Amazônia são construídas numa oscilação de imagens entre paraíso e inferno, representações que “se alternam e se misturam entre cenas do Gênesis interrompido contra outras tantas do Apocalipse precipitado.” (FOOT, 2009, p. 57).

Já Euclides, de posse de uma narrativa mais concisa, trazendo consigo aspirações científicas, define a mata sem recorrer ao teor fantasioso de Rangel, mas também não escapa

do sentido paradoxal das imagens monstruosas e mágicas. De acordo com ele, a floresta amazônica

Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das cousas (DA CUNHA, 1975, p. 26).

Segundo nos relata a citação, Euclides da Cunha define que a transformação da Amazônia se daria através de um ritmo vigoroso posto em prática pelas contribuições da arte e da ciência. Somente a intervenção que somasse essas ações humanas seria capaz de retirar a Amazônia de sua condição infernal. A entrada da ciência e da arte em solo amazônico simbolizaria a vitória do homem sobre a natureza. Até então, a Amazônia representava um território onde a natureza dominava o homem e não o contrário. A essa sobreposição justificava-se “o povoamento tumultuário” da época da borracha, considerado pelo intelectual em questão como uma experiência de “colonização à gandaia, caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso.” (GONDIM, 2007, p. 275). Para estabelecer um regime de dominação da floresta e proclamar a redenção amazônica, fazia-se necessário que nestes locais o homem passasse de paciente à agente, propiciando, desta maneira, a transformação da natureza selvagem. Essa intervenção simbolizaria a passagem da natureza para a cultura e o seu vetor seria a derrubada das matas e o estabelecimento de uma agricultura potente (GONDIM, 2007). Ora, esse intento e esse discurso foram conduzidos pelos militares quando no momento que intervieram na Amazônia, demonstrando que as críticas colocadas pelo discurso da borracha àquela economia reverberaram na constituição das políticas ao longo do século XX. Nas palavras de Euclides: “A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta das matas os recortes artísticos do trabalho.” (DA CUNHA, 1975, p. 51). Mas essa missão do trabalho não poderia ser empreendida pelos elementos nativos da região, esses estariam presos a suas classificações “biologizantes” que o entendem como naturalmente incapazes. Como proclama Alberto Rangel, embalado pelo etnocentrismo que se estruturou desde os primeiros contatos da colonização, essa era uma missão para um povo de fora, uma vez que o espaço natural amazônico seria uma

terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres pionniere do presente, esboçam confusamente entre blasphemias e ranger de dentes. (RANGEL, 1921, P. 281/282)

1.7.3.4 A denúncia e a concepção da Amazônia como um problema nacional

Os discursos que agora seguirão às análises serão estabelecidos a partir de uma crítica à economia da borracha. Essas elaborações literárias dos autores que estamos aqui discutindo identificam a necessidade da transformação da produção extrativista. A constatação de uma crise social nos seringais é associada nesses discursos a uma dependência do homem à floresta. De maneira geral, os autores vão propor a urgência de se transformar o ambiente amazônico de maneira a estabelecer um regime de exploração da floresta que seja efetivo, capaz de dominar o meio geográfico e interromper as influências deterministas sobre o elemento humano que ocupa aquelas terras. Nesse sentido, foi inevitável estabelecer comparações com a proposta dos militares durante o governo da ditadura. De uma maneira ou de outra, durante o século XX, todas as políticas que interviram na região, após o segundo ciclo da borracha, correspondem às tentativas de substituir a histórica dependência amazônica desta economia. Por isso estaremos diante de uma questão delicada no que toca à concepção do tempo histórico amazônico. A denúncia dos autores representantes do discurso do cacho, principalmente na figura de Euclides, acaba por propor algumas intervenções na região que serão postas em prática com a política dos militares. Nesse sentido, não temos como medir a influência desses intelectuais na composição das políticas da ditadura, estabelecendo dessa maneira um modelo pleno da continuidade histórica. Contudo, a proposta de comparar as discursividades concebidas em momentos históricos tão diferentes, nos permite afirmar que as intervenções da ditadura na região não são totalmente originais do ponto de vista do planejamento. Portanto, quando optei em tecer as comparações entre as distintas formações foi no sentido de demonstrar que a concepção dos problemas amazônicos na época dos militares, bem como as soluções inventariadas para suprimi-los, estão associadas a um arquivo histórico da região que vem sendo concebido ao longo do tempo e que encontra na fase da borracha, no seu malogro mais exatamente, um importante elo para as razões de governo que acompanharam o século XX na região.

É claro que o exercício da comparação acaba por sufocar as especificidades históricas de cada momento. Aqui, os textos de Euclides da Cunha e de Alfredo Ladislau já perderam sua atualidade pela alteração das circunstâncias históricas que os justificaram. No caso dos discursos e políticas criados pela ditadura, ainda estamos às voltas com as consequências de tamanho empreendimento. Hoje, rivalizam-se diversas concepções sobre a Amazônia, e, entre elas, está a noção de que os empreendimentos da ditadura foram positivos e eficazes, passando a funcionar como grande fonte de inspiração a gestores, intelectuais e habitantes da região. No entanto, quando analisamos este arquivo histórico não podemos conceber os textos da época da

borracha como um conjunto de discursos que perdeu sua importância. Eles são testemunhos de uma atitude participante frente ao meio amazônico e deixaram seus vestígios nas ações políticas sobre a região. Apesar de ser difícil medir o seu legado, investigarei suas marcas sob a luz da política da ditadura, mas consciente das especificidades do momento histórico abordado e dos limites dessa influência.

No exercício da comparação, tomemos o tom de denúncia que percorre a fala dos autores da terceira formação discursiva da Amazônia. Ele corresponde a um “pedido urgente de medidas que salvem aquela comunidade.” (PIZARRO, 2012, p. 140). Na concepção de Euclides, a economia da borracha, mesmo no momento do seu auge, seria responsável pela criação de um ambiente caótico. Este se deve não somente à dependência que os habitantes têm da floresta, medida pelo determinismo geográfico que lhe é característico, mas também ao próprio regime de trabalho dos seringueiros nordestinos, como vimos, grupo com que se identificava o intelectual. Para Alfredo Ladislau, o regime de trabalho não lhe importa, mas o incomoda o hiato entre um ciclo e outro, ou seja, o consequente vazio econômico deixado pela derrocada da economia da borracha. Nas palavras de Euclides, ainda agenciando aquele esquema metafórico paraíso/inferno, o seringueiro caminhava para o trabalho de maneira a adentrar “o paraíso diabólico dos seringais.” (DA CUNHA, 1975). O autor não poupa críticas ao regime de trabalho imposto ao migrante nordestino, traduzido pela sua dependência do sistema de aviação e do barracão. Para Euclides, “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.” (DA CUNHA, 1975, p. 35). Como dito, Alfredo Ladislau não é tocado pela barbaridade do sistema de exploração. Quando trata do seringueiro, recorre aos argumentos “biologizantes” que caracterizam o trabalhador nordestino, sem deixar de reconhecer sua importância no processo de ocupação da Amazônia:

A prova aí tens: a epopeia, não somente dos seringueiros, como dos lavradores nordestenses nos meandros amazônicos. Eram uns vencidos, que vinham exaustados pelos rigores das secas, e ao chegarem aqui encontravam, em vez de lenitivo a seu cansaço, a agressão de novas fúrias mesológicas. Nada disso obstante, povoaram o Acre, fizeram um novo Estado brasileiro e elevaram a coluna da receita nacional a muitos milhões de contos (LADISLAU, 1971, p. 19)

O primeiro capítulo de *Terra Imatura*, da onde recortei a fala anterior, é construído através de um diálogo entre dois nativos da região. São os anos que perpassam entre o primeiro ciclo da borracha e a Segunda Guerra Mundial. A citação acima corresponde a fala de um desses personagens, quando defende algumas consequências positivas do processo de ocupação da região que acompanhou o movimento de extração do látex. No entanto, a resposta do personagem seguinte garante o tom conclusivo do debate, encerrando a avaliação posta em

prática por Alfredo do período econômico em questão, diz ele em tom de denúncia: “ – Sim. Que é que resta, porém dessa efêmera prosperidade? O atestado de uma nova investida malograda.” (LADISLAU, 1971, p. 19).

Em Euclides, a barbaridade dos seringais criara uma sociedade amazônica “obscura e abandonada” (DA CUNHA, 1975). Para encerrar com este quadro de atraso o autor sugere “uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem”, ou ainda “uma justiça austera que lhe cercei os desmandos.”(DA CUNHA, 1975, p. 38). Mas o que chama a atenção nessas propostas de transformação da realidade social que acompanhou a economia da borracha é o fato do autor também apontar a necessidade de estabelecer “uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra.” (DA CUNHA, 1975, p. 38). *Homestead* é o termo inglês para definir a política que caracterizou a marcha para o Oeste Americano. A prática consiste no estímulo ao deslocamento para a ocupação de terras em lotes previamente divididos pelo governo. Os trabalhadores que viessem a ocupar esses locais necessitavam empreender um regime de produtividade da terra para garantir o consórcio. A política lembrada por Euclides garantiu a ocupação de boa parte das terras no Oeste americano no decorrer do século XIX. Não por acaso, a terra que o governo americano sustentou estar vazia também já era ocupada por povos ameríndios, e a ocupação significou a morte e assalto daqueles povos. Guiado pelo mesmo princípio civilizatório é que Euclides concebe o estilo do *homestead* americano para redimir o que entende ser o caos natural amazônico. E quanto às populações nativas da região, estas ele não concede nenhuma consideração compassiva, manifestando somente o desejo de substituir aqueles modos de vida com urgência. Mas além de sugerir a política em questão, ao seguir com as avaliações dos seringais, Euclides critica o processo do deslocamento de mão-de-obra nordestina para a Amazônia naquele período. Segundo ele:

não se conhece na História exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimatação, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia (DA CUNHA, 1975, p. 55)

Na racionalidade que guia este autor, a ocupação da Amazônia deveria funcionar através de uma condução governamental da migração. Somente sob os resguardos administrativos do Estado seria possível construir um modelo de migração seguro, capaz de transformar a realidade amazônica. Neste ponto é impossível não lembrar das políticas da ditadura. No capítulo três iremos analisar a concepção e o exercício da colonização das margens da rodovia Transamazônica. Este foi um processo também inspirado na política de *homestead* sugerida por Euclides. No início da década de 1970, o governo loteou trechos das margens da

Transamazônica para serem ocupadas pela mão-de-obra proveniente do Nordeste e do Sul do Brasil. Determinou o tamanho dos lotes (100h) e estabeleceu um regime de produtividade a ser seguido pelos chamados colonos. Além disso, o deslocamento da mão-de-obra a ser assentada na Amazônia se deu por um rigoroso controle governamental. Os migrantes foram trazidos sem custos pessoais e submetidos, por exemplo, a exames e tratamentos médicos que visavam impedir a proliferação de doenças nas áreas da colonização. É claro que nesse processo muitas pessoas foram atraídas pela Amazônia e nem todos os migrantes foram submetidos aos resguardos administrativos sugeridos por Euclides. Mas é possível afirmar que grande parte da mão-de-obra que participou da política de ocupação daquelas terras foram submetidos à racionalização do processo. Como disse, as soluções pensadas pelos militares não remetem a propostas necessariamente originais, apesar de suas intervenções significarem uma ruptura determinante para a história da Amazônia.

Em *Terra Imatura*, o tom de denúncia às iniciativas do governo federal na região segue incrédulo com o fato da Amazônia se manter sem uma política sistêmica de sua exploração depois da decadência da borracha no início do século XX. O autor passa a responsabilizar não somente a incapacidade dos nativos em estabelecer um regime de produção satisfatório, “razão de sua incúria”, mas apela para o estabelecimento de uma política oficial urgente (LADISLAU, 1971). Recuperando a imagem popularizada pelos naturalistas viajantes de que a Amazônia poderia futuramente constituir o “celeiro do mundo”, Alfredo Ladislau identifica a região de acordo com o mito de que ela é “propícia a todas as culturas e capaz de alimentar continentes inteiros” (LADISLAU, 1971, p. 14). O presente amazônico deveria então ser imediatamente transformado diante de sua condição “criminosamente inexplorada” (LADISLAU, 1971). Na retórica do autor, o primeiro ciclo da borracha seria responsável pela construção de uma “ilusão desconcertante”, não passando, portanto, de uma tentativa onde apenas “nos ficou o forte ressaibo de uma ligeira orgia de felicidade.” (LADISLAU, 1971, p. 20). Segundo o autor, após o primeiro declínio da economia da borracha, a condição a que estava relegada a Amazônia poderia ter sido prontamente modificada

se não fora esse incompreendido descaso que sempre nos devotaram as correntes políticas que tem, até hoje, governado o país, assim no Congresso, como no Executivo federal Desde aqueles tempos, em que sobre os nossos compatriotas se objetivaram todas as alucinações geniais de Allighieri, o Extremo Norte implora e reclama, angustiosamente, proteção aos poderes centrais, e o nosso clamor perde-se na grande distância que deles nos separa. Entretanto, fosse qual fosse o valor de qualquer auxílio concedido, ele jamais ultrapassaria essa verdadeira e legítima que a União ainda nos deve, - como o Nordeste acaba de receber a sua nas obras contra as secas...” (LADISLAU, 1975, p. 20)

O discurso do caucho representa a primeira formação discursiva da Amazônia criada por uma literatura genuinamente brasileira. É interessante notar que este pertencimento em boa parte das vezes sentencia a necessidade de uma exploração da região de bases nacionais. Essa é uma característica fundamental para identificarmos a importância que estas vozes vão ter no futuro das políticas direcionadas àquele território. Mesmo que o etnocentrismo tenha marcado a narrativa de Ladislau, no momento em que condena os habitantes da região, ainda é possível de identificar na sua fala a importância de que, dali para frente, a exploração da floresta deveria ser guiada pelo empreendedorismo nacional estatista. Abandonando desta forma o tom da denúncia e o substituindo pela esperança, proclama Ladislau:

Será ainda a força do braço brasileiro que levará de vencida todos esses obstáculos, para a ressurreição gloriosa da Amazônia. São bem sensíveis, já, os prenúncios de que a alma da nossa nacionalidade procura alcantilar-se na elevada compreensão do seu destino (LADISLAU, 1971, p. 21).

Portanto é neste ponto da história amazônica que podemos aí sim destacar a gênese de um nacionalismo explorador, responsável por defender a conquista daquelas terras pela racionalidade política brasileira. Na construção desses paralelos entre as formações e as épocas históricas, lembro mais uma vez ao leitor que o nacionalismo constituiu um enunciado fundamental da discursividade da ditadura. Ainda sobre essas comparações, também foi impossível não notar que no raro momento em que Alfredo Ladislau propõe soluções práticas para a substituição da economia da borracha, ele indica a necessidade de se estabelecer: “O cultivo racional da região pela pecuária e pela lavoura e a exploração dessa riqueza inesgotável dos produtos nativos...” (LADISLAU, 1971, p. 21). As políticas que efetivamente construíram essas bases na Amazônia, pelo menos no que toca ao estabelecimento da pecuária, remetem às intervenções da ditadura na região, inclusive guiada pelo mesmo mito indicado pelo autor: o de que os produtos amazônicos seriam inesgotáveis.

A gênese do nacionalismo na Amazônia, tão importante à racionalidade da ditadura, encontra-se, portanto, na formação discursiva característica da economia da borracha, melhor, na tentativa de superação dessa economia apontada pelos autores que se debruçaram sobre esta experiência. De acordo com Neide Gondim, o nacionalismo também pode ser encontrado em Euclides da Cunha, durante as páginas que dão o desfecho de *À margem da história*. Para ela, “o que se pode concluir é que a ideia de um Estado forte está embutida na proposta euclidiana, Estado centralizador, o que não deixa de ser uma crítica indireta ao federalismo republicano.” (GONDIM, 2010, p. 277). Ora, mais uma vez é possível estabelecer um paralelo entre a proposta euclidiana e a proposta política da ditadura na Amazônia. Também já discutimos que a centralidade administrativa em âmbito federal foi uma prática que orientou o regime e isso

não fugiu à regra quando o governo resolveu voltar-se para Amazônia. Dentre as críticas que foram colocadas à SPVEA, no momento em que se proclamava a fundação da SUDAM, estava a noção de que os quadros regionais eram incapazes de garantir uma administração segura. A SUDAM foi criada e gerida a serviço direto dos mandos e desmandos de Brasília, assim como o governo federal passou a legislar diretamente sobre grande porção da Amazônia, seja quando federalizou as terras às margens das rodovias por ele construídas ou quanto determinou algumas localidades da região como de interesse da segurança nacional.

O nacionalismo, dessa forma, foi uma importante fonte de inspiração aos autores brasileiros do discurso da borracha. Temos de ter em mente que naquele momento a república brasileira era jovem e o sentimento político que gerou em parte das mentes intelectualizadas foi guiado pelas ondas positivistas de civilidade, estatismo e progresso. Foi dessa forma que esses autores percorreram o ambiente amazônico, ora dotados de um sentimento romântico ora comprometidos com um olhar conciso acerca de seus problemas econômico-sociais. Naquele momento, como em muito do que se postulou durante a ditadura, a Amazônia aparecia como um enigma, como um desafio às mentes inquietas da racionalidade política brasileira e dos escritores da literatura regional. Nestes autores existe a grande vontade de construir-lhe uma história e registrá-la nos anais do Estado brasileiro. É assim que, de maneira geral, podemos pensar esse discurso do caucho como uma espécie de zona intermediária da discursividade amazônica. O romantismo que lhe é característico absorve a tradição dos cronistas que os antecederam, enquanto o nacionalismo e a defesa de uma modernização e civilidade, anunciam a prática política ao longo da segunda metade do século XX e fundamentalmente durante a ditadura.

1.7.3.5 O discurso do caucho entre continuidades e rupturas

Para encerrar a discussão em torno da constituição desse arquivo de discursos da Amazônia, irei retomar a reflexão com que encerrei o tópico anterior. A crítica estabelecida pelos três autores discutidos, todos representantes do discurso do caucho no Brasil, envolve um compromisso nacionalista com a vitória sobre a monstruosa floresta, proclamando desta maneira a civilidade do Estado-nação em todos os seus domínios. Mesmo que a elite amazônica da época tenha lucrado bastante com a extração do látex, realizado uma urbanização relevante das capitais da região, ela nunca atingiu a pretendida modernidade no confronto aberto com a floresta. Essa era visão dos autores que acompanhamos ao longo da crítica à terceira formação discursiva da Amazônia. O rompimento com o mundo do extrativismo, objetivo de seus relatos, envolvia a concepção de que a sociedade amazônica, mesmo acumulando uma série de riquezas em seu território, ainda não teria rompido com o quadro primitivo que, de acordo com estes

discursos, lhe era característico. Isto se deve em grande medida à organização social em torno dos seringais. Nestas localidades, o negócio dos caucheiros funcionou junto a consciência de que se tratavam de verdadeiros desbravadores. O delírio da posse da floresta associado ao controle preciso da exploração da mão-de-obra fazia daquelas propriedades um verdadeiro micro-Estado. E neste universo caótico dos rincões da floresta, as normas eram dadas pelos seringalistas. Na Amazônia da borracha, a lei que vigorava era a “lei do caucheiro” (PIZARRO, 2012), e a ordem social era estabelecida e garantida de maneira pessoal pelo barão da borracha.

Portanto, diante da crise desta economia foi que seus críticos literatos proclamaram a necessidade do governo central ali fincar suas raízes. Contra a épica individual representada pelo desbravamento dos seringalistas, propunham uma épica pública, com participação de toda a nação, que propusesse a exploração nacional da Amazônia. Contra a lei pessoal do caucheiro, proclamou-se a necessidade da constituição de políticas públicas eficientes, a exemplo do *homestead* de Euclides ou da pecuária de Alfredo. Além disso, a sociedade amazônica do início do século também manifestava uma contradição fundante na pretensa modernidade em que conviviam as elites. Falo do regime de trabalho do aviamento, praticamente a instituição de um regime escravista e, portanto, pré-capitalista. Mesmo que os barões enchessem a boca para falar das transformações urbanas que operaram em plena região da floresta, seus esquemas de exploração eram praticamente coloniais. Nas palavras de Pizarro, tratava-se de uma “modernidade deformada, modernidade bastarda.” (PIZARRO, 2012). Não por acaso, como vimos, Euclides também denunciou o regime de trabalho nos seringais. E isso se deu não somente por uma identificação com a mão-de-obra proveniente do Nordeste, mas porque o autor manifestava um compromisso com o progresso e com o Estado brasileiro do período.

Contudo, devemos lembrar que no diálogo com Alfredo Wagner vimos que a concepção discursiva da amazônica tem como grande marca pensa-la através dos biologismos e geografismos, mas também dos dualismos. Nesse sentido, a oposição civilização/barbárie, marca desse dualismo, também impulsionou as elites da borracha, organizando seus discursos e suas intervenções na floresta. A sociedade amazônica da passagem do século era então entendida como uma “nova civilização”. Mas “não por ser diferente da ocidental cristã, mas por ter sido instalada num lugar diferente, em princípio vazio.” (PIZARRO, 2012, p. 132). Nesse cenário, o dinamismo do comércio gomífero e a urbanização dele decorrente representava a civilização, enquanto as imagens da luta contra a floresta resumiam a barbárie do mundo natural. O paralelo com os militares mais uma vez entra em cena, pois, durante a época da ditadura, os discursos da ação militar também se organizaram por essa oposição civilização/barbárie. No entanto, através de uma perspectiva evolucionista, a barbárie passou a

ser identificada na prática extrativista do látex. Diante das intervenções criadas a partir da segunda metade do século XX, a economia da borracha daria lugar a uma nova civilização, dessa vez compatível com o capitalismo moderno, num espaço que mais uma vez passou a ser entendido como vazio.

Entretanto, o entendimento da discursividade da época da borracha não perpassa somente o paralelo com o momento posterior da ditadura. Também é importante que sejam garantidas suas especificidades e seu contato com as performances verbais predecessoras. Neste sentido, ofereço a síntese operada por Ana Pizarro, com um belo resumo do que significou o período pela ótica daqueles que pesquisam seus enunciados fundantes. Para ela, nesse discurso

configurador da Amazônia no período do caucho, o dos intelectuais, o imaginário não está predefinido, como acontece com o discurso dos primeiros colonizadores. É um relato produtor de novas imagens, que desconcertam e incomodam por sua violência. A região amazônica é construída agora em função de uma experiência vivida e, nesta experiência, ela aparece na retórica paradisíaca que alimentou os relatos dos primeiros cronistas, na ilusão de um novo Eldorado, lugar de enriquecimento ou então do Paraíso, para aqueles que procuram uma vida melhor.” (PIZARRO, 2012, P. 147)

Para completar as caracterizações do momento, uma outra questão deve ser retomada. O fato dessa fase ter contribuições decisivas da literatura permitiu a estruturação de um discurso orientado por uma construção metafórica fundamental à concepção do território amazônico. Mesmo advindo da experiência vivida, como aponta Pizarro, o material da linguagem de Euclides, Alberto e Alfredo são os signos de seu imaginário literário. Através deles foi possível amalgamar as imagens de paraíso e inferno que sobrevivem na concepção da floresta. Naquele momento, o mundo edênico foi simbolizado nessas narrativas pelo atrativo do enriquecimento fácil e pela capacidade produtiva da região. Por outro lado, a medida que se acompanhou o desenrolar da sociedade da borracha, o que se observou foi um trabalho escravocrata e uma euforia passageira, transformando o paraíso anterior num verdadeiro inferno, simbolizado, por sua vez, pela opressão da floresta. Mesmo com o peso da crítica que perpassa a narrativa desses autores, suas imagens literárias não excluíram a singularidade da beleza amazônica, por vezes apresentada como um mundo maravilhoso, mas ainda pouco conhecido, disponível apenas ao aventureiro romântico que optava por percorrer as suas terras.

Quanto à discursividade da ditadura, alguns porta-vozes dos militares dedicaram em seus discursos alguns momentos para comentar essa literatura da Amazônia, conscientes ou não da importância que tiveram esses escritos na história das políticas governamentais voltadas para a região. Ao meu ver, comentar criticamente essas obras era uma maneira deles revestirem suas ações de originalidade e fulgor, uma propaganda da ruptura que estavam fazendo tanto a nível

do discurso como a nível prática política. É o que podemos observar nas palavras de Arthur Cesar Ferreira Reis, quando afirma que o que pretende a ditadura na Amazônia está distante dos marcos colocados pelo romantismo desses intelectuais, pois a região não seria uma “fantasia geográfica”. Seria por fim, uma “realidade essencial ao Brasil no seu processo de potencialidade” (REIS, 1972). As relações entre as distintas formações discursivas também aparecem quando a Folha de São Paulo registra no seu especial sobre a Amazônia que a imagem de Inferno Verde, ou o determinismo geográfico com o qual foi pensada no período da borracha, estariam ultrapassados. Assim temos:

(...) o meio físico amazônico não é hostil à vida humana. As temperaturas anuais suportáveis, a natureza pródiga, a floresta um grande depósito de matérias primas. O potencial pesqueiro de seus rios (...) é imperioso que se substituam as imagens literárias e místicas pela análise fria, de caráter técnico científico” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967).

2. CAPÍTULO II: ETNOGRAFIA INSTITUCIONAL DA DITADURA – A REGULAÇÃO DA PRÁTICA INTERVENCIONISTA NO AMBITO REGIONAL

2.1 Numa encruzilhada da Amazônia

A última discussão do capítulo anterior nos conduziu, portanto, a uma tentativa de pensarmos a espacialidade amazônica como produto de determinadas camadas discursivas, associadas, por sua vez, a determinados acontecimentos e fases históricas pelas quais atravessou a região. Essa proposta encontrou sua culminância no que chamamos de quarta fase discursiva da Amazônia. Iniciamos a interlocução deste texto na tentativa de elucidar de que Amazônia falavam os militares durante a ditadura que assolou o país entre as décadas de 1960 e 1980. Esse é o recorte que permite a abordagem historiográfica que aqui se desenrola. Dado este marco, concluo que o primeiro capítulo tratou de circunscrever a maneira com que a Amazônia foi inventada pelos militares a partir de seus próprios referenciais discursivos. Esses discursos estão contidos no saber que foi organizado para conduzir e acompanhar as ações governamentais na região setentrional do país. Seria lógico, então, afirmarmos que, até agora, abordamos a maneira com que a Amazônia se tornou um objeto de saber para os tecnocratas do regime. E que, por conseguinte, este seria o momento para observarmos a maneira com que a região se transfigurou num objeto de poder da burocracia daqueles anos.

Nesse sentido, a dizibilidade que estruturamos a partir dos principais enunciados direcionados à região, agora será utilizada justamente para atestar a conformação de uma atitude intervencionista. Ou seja, enveredaremos pelos caminhos que pretendem atestar a maneira com que este arcabouço discursivo foi capaz de conformar comportamentos e atitudes em relação à região pelos que pretenderam governa-la desde Brasília, durante os anos em que o autoritarismo e a centralização federal foram marcas das ações de governo. O primeiro passo foi dado para localizarmos o processo em que uma região emerge como objeto de pensamento de uma razão de Estado. Percebemos ao longo do texto que a Amazônia corresponde a um grande problema da gestão pública da ditadura, por isso a necessidade de organizar um saber e um conjunto de discursos que tratassem de sua transformação. Mas essa noção de problema, fundada nas investigações que a conformaram como um objeto de saber, agora precisa de um conjunto de respostas localizadas justamente na gama de ações direcionadas à região, forçando, desta maneira, que as práticas discursivas por vezes assumam a forma de práticas não-discursivas. Contudo, isso não quer dizer que abandonaremos por completo a perspectiva discursiva. De uma maneira ou de outra, estaremos sempre nos remetendo à noção de que as condições de possibilidade das questões regionais são, ao fim e ao cabo, sempre discursivas. Ao investigar as práticas e o conjunto de políticas dos militares não perderemos de vista que toda essa

organização é estruturada a partir dos pressupostos básicos de desenvolvimento e segurança nacional, exaustivamente trabalhados no capítulo anterior. Da mesma forma, os enunciados que compõe a dizibilidade militar estarão presentes nos documentos de governo com o qual pretendemos verificar suas ações.

Mesmo sem abandonar as referências discursivas, o fato é que agora tentaremos abranger nosso olhar para que a história da ditadura na Amazônia não peque por omissão e ganhe em completude. Novas perspectivas se somarão às análises, trazendo para o jogo da crítica histórica todo um aparato político e econômico que possibilite captar a estratégia militar durante os anos do regime.

Para realizar essa passagem é preciso orientarmos a discussão no sentido de oferecer um outro importante conceito que funcionará como ferramenta de análise. O objetivo do segundo capítulo perpassa a utilização do que Arturo Escobar (2007) chama de “etnografia institucional”. Este conceito atua como uma espécie de modelo que vai facilitar o intento de captar a transformação do verbo em prática, do saber ao poder. Ele permite pensarmos, no trato com os documentos oficiais, a elaboração das práticas textuais das instituições (discursos) em relação com os efeitos delas no mundo (ações). Com isso concluímos que na formação das fronteiras amazônicas, as instituições desempenharam e desempenham uma força fundamental – forças estas que extrapolam até mesmo o problema da Amazônia, passando a conformar o mundo mesmo tal qual o concebemos, ou, como quer Escobar, “las condiciones em las cuales la gente piensa e vive.” (ESCOBAR, 2007, p. 185). A escrita que pretende realizar a etnografia institucional na Amazônia da ditadura é marca sobretudo da segunda metade deste capítulo. Antes disso discutiremos as questões relativas à validade de uma história regional, suas dinâmicas e relações com a perspectiva macro da nação e do mundo; também não deixaremos de observar a passagem da formação discursiva dos militares para a pluralidade narrativa que ganha nova legitimidade no esforço de sua representação. Mas, de uma maneira de outra, todos os debates aqui indicados perpassam a atuação das instituições e seus dispositivos de controle e ação, o que atualiza a importância da crítica governamental que se alastra ao longo de todo trabalho, atualizando, também, o conceito de etnografia institucional como fonte problematizadora deste capítulo.

Inserir a temática da Amazônia num estudo que tem como objetivo geral desvendar seus mecanismos de controle, ou melhor, numa análise que pretende medir a capacidade das instituições de conformar o que as pessoas comuns pensam e vivem, demonstra o comprometimento, a potencialidade e a relevância da temática aqui abordada. As referências com as quais dialogo ao longo do texto cumprem essa função. Através da etnografia

institucional, diz-se que uma situação local, como a da Amazônia entre as décadas de 1960 e 1980, deixa de funcionar como um mero estudo de caso e passa a significar “un punto de entrada para el estudio de las fuerzas institucionales y discursivas y de como estas se relacionan con aspectos socioeconómicos más amplios.” (ESCOBAR, 2007, p. 188). Dessa maneira, ao longo deste capítulo, tentaremos oferecer uma discussão que remonte as ações da ditadura associadas tanto à sua dimensão linguística (seus discursos), como à sua compreensão socioeconômica da realidade brasileira da época. A partir daí veremos a maneira com que os militares se aliaram com o capital privado proveniente do sudeste do Brasil, em especial de São Paulo, e, diante da centralização política daqueles anos, aguçaram o domínio da Amazônia pelos braços da iniciativa privada proveniente dos grandes centros econômicos do país. Se do ponto de partida utilizaremos o conceito de etnografia institucional para entender as práticas que organizam o que a gente pensa e vive, chegaremos também à conclusão de que a experiência daqueles que vivenciaram a Amazônia durante a ditadura revela as determinações não locais no cotidiano daquele espaço durante os anos do regime. Isto é, a composição do território amazônico nos anos dos generais deve-se a uma transformação operada sobretudo pelo capital paulista e internacional naquelas localidades. Essa nova força que entra na região excluiu a participação da população local, incluso também sua própria elite, na condução dos acontecimentos regionais durante o período do governo autoritário.

Por outro lado, o fato de anteciparmos o trato de questões pouco usuais nas análises dos discursos, como as questões socioeconômicas e toda a linguagem especializada que carrega, não desvia o comprometimento com a perspectiva discursiva apresentada no começo do trabalho. A importância deste novo campo da narrativa envolve o objetivo maior de desvendar as instituições e as burocracias que atuaram na Amazônia durante a ditadura. Como queria Escobar (2007) em seu trabalho, é fazer aparecer, ou mais precisamente colocar ao avesso, a atuação das instituições e seu papel fundamental na construção do real, o que necessariamente envolve o trato com as determinações economicistas presentes na linguagem e na ação institucional. O campo econômico mais restrito, seus debates, serão então encarados de maneira a o percebermos como produto de uma determinada cultura institucional, aquela que dá primazia ao sentido moderno do progresso e do desenvolvimento, movimento que na Amazônia seguiu no contra fluxo da qualidade de vida da população local.

Para dar continuidade as análises que aqui se seguem é preciso insistir na validade da proposta teórica. Tomar a racionalidade de governo como objetivo geral da pesquisa exige que sejam comungados modelos explicativos de tradições intelectuais distintas. Pretendo associar à crítica uma diversidade de argumentos, mesmo que tradicionalmente alguns deles tenham

rivalizado as interpretações acadêmicas. Para Bourdieu (2011), em determinado momento da análise de governo é inevitável não aproximar perspectivas teóricas muitas vezes percebidas como incompatíveis. Dessa maneira, diz ele:

Assim, é preciso, primeiro, superar a oposição entre uma visão fiscalista do mundo social, que concebe as relações sociais como relações de força física, e uma visão ‘cibernética’ ou semiológica, que faz das relações de força simbólica, relações de sentido, relações de comunicação. As relações de força mais brutais são, ao mesmo tempo, relações simbólicas e os atos de submissão, de obediência, são atos cognitivos que, como tais, põem em prática as estruturas cognitivas, as formas e as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão: os agentes sociais constroem o mundo social através de estruturas cognitivas, (...) suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais (BOURDIEU, 2011, p. 115).

Essa reflexão foi de grande importância para minhas reflexões. Diante desses questionamentos, pude observar o seguinte: primeiro, era lógica a percepção de que minha abordagem regional se distanciava diametralmente daquela postulada pela geografia física tradicional. Desde o princípio nunca tratei a Amazônia como um território natural, dado por suas fronteiras naturais. Considerava ser esta uma posição anti-histórica e não me abalei com possíveis críticas da geografia determinista. Contudo, ao me deparar com as contribuições do materialismo histórico sobre a dinâmica regional, percebi que alguns argumentos socioeconômicos poderiam contribuir ou, por outro lado, balançar algumas posturas com as quais resolvi enfrentar o problema amazônico até aqui. Resolvi então trazer para a escrita a questão do espaço, um debate que levasse em consideração, dentre outras questões, “a centralidade do trabalho humano na organização da superfície terrestre” (GODOY, 1999). Considero este diálogo inevitável uma vez que falar da Amazônia como construção histórica exige a investigação de alguns mecanismos que a denotam por uma força real e ativa. Esta realidade, sem embargo, envolve os mecanismos presentes nas relações entre conhecimento e poder, mas também deve ser estudada nos termos dos processos de industrialização e do trabalho. A condição de abordar a Amazônia junto a este novo modelo ganhou relevância à medida que a grande transformação operada pelas políticas da ditadura na região tinha sido seus esforços pela integração da economia e sociedade locais às dinâmicas de mercado nacional e internacional. Eram os esforços pelo desenvolvimento, onde tentava-se a industrialização da região a todo custo, inclusive com a modificação do regime de trabalho num padrão capitalista moderno, distante das suas tradições extrativistas que por séculos haviam dominado as relações de produção locais.

Diferente do que observei em parte das abordagens que privilegiam as análises de discurso, aqui não tenho como meta primordial o distanciamento do materialismo histórico e sua oposição. Considero que parte das contribuições de Marx à História pode auxiliar na

problematização das formações discursivas ao facilitar a crítica dos processos de dominação. Quando destrinchei os enunciados dos militares a respeito da Amazônia, o fiz de maneira a demonstrar que eles estavam atrelados com os direcionamentos centrais do regime: o desenvolvimento e a segurança nacional. Adotar a perspectiva que entende a Amazônia entre as décadas de 1960 e 1980 como encerrada em um dado esquema de representação, foi uma forma de me manter distante das armadilhas dos discursos governamentais que naturalizam a corrida desenvolvimentista e sua necessidade desenfreada de segurança, para, a partir de sua desconstrução, expor ao fim os compromissos e funcionamento de um governo autoritário. E se pretendo criticar essa razão de governo, não posso abraçar a teoria do materialismo histórico por completo, pois assim correria o risco de aceitar a linguagem econômica desenvolvimentista que enxerga na modernização das relações de produção a contradição fulcral para a revolução, positivando, desse modo, a transformação operada pela ditadura no espaço amazônico.

Mas ao propor uma etnografia institucional da ditadura na Amazônia o certo é que, seja pelo uso da análise socioeconômica ou pela ordem dos discursos, sempre me referi (e me referirei) à Amazônia como distante da utilização determinista do conceito de região. Não considerarei os elementos naturais “ – tais como clima, relevo, vegetação, hidrografia etc. –, cuja influência se sobrepõe à ação humana e até mesmo a determina (AMADO, 1999)”. Não me arriscarei ao erro de pensar a Amazônia como dotada de uma homogeneidade teórica e muito menos como uma identidade presente na natureza. Para isto é preciso tentar multiplicar os argumentos que entendem a região como um conjunto heterogêneo de enunciados e relações socioeconômicas. Foi então no diálogo com o materialismo histórico que percebi que as dinâmicas regionais e suas relações entre saber e poder podem vir acompanhadas com as análises das relações de produção. E, na Amazônia da ditadura, essa simbiose é *sine qua non*. Somente promovendo as relações entre saber, poder e produção que seremos capazes de perceber a potencialidade da transformação operada pelos militares na região e sua inclusão na política nacional. No entanto, ver-se-á que o trato com a linguagem econômica não corresponde com a atitude de atribuir a este campo as determinações da emergência do regional. Pois, como também nos alerta Bourdieu, se o geógrafo naturalista dá importância demasiada aos fenômenos físicos, limitando-se “frequentemente à análise do conteúdo do espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 108), ou seja, prendendo-se por demais aquilo que se vê, o economista, por sua vez, se prende ao que não se vê. Este último se atém apenas à “natureza dos fluxos e a importância quantitativa destes, por acentuarem a interdependência das regiões” (BOURDIEU, 1989, p. 109). Esquece, portanto, que o Estado intervém com uma razão que é também simbólica e que as decisões dos grupos políticos produzem efeitos sociais e culturais; esquece que os movimentos de capitais

são operados pela máquina burocrática, fazendo da economia um espaço único a se privilegiar. Entendo, dessa maneira, que os discursos do planejamento cumprem um papel decisivo na estruturação das dinâmicas regionais e que sua análise deve ser destacada nos estudos sobre a Amazônia.

No decorrer destas linhas temos de ter em mente que a região que tratamos é antes de tudo um espaço produzido pela política governamental, que tem na raiz de seu problema a questão do governo dos homens. Analisar a Amazônia durante a ditadura é recorrer às ações desse governo que visavam o ordenamento do território nacional e a suas políticas regionalistas. Mas, neste quesito, como o desenvolvimento é um postulado fundamental do golpe de 1964, torna-se inevitável termos de encarar de frente a economia e as relações de produção. E, neste esforço, não podemos esquecer que o espaço amazônico é também um espaço geopolítico, onde os objetivos de segurança nacional também orientaram as ações no território com toda a força. Nesse sentido é que a Amazônia é fundada na racionalidade militar como uma série de “geografias imaginárias” da qual o governo precisa defender e modificar. Existe o imperativo do desenvolvimento capitalista e as políticas econômicas que são lançadas para o efetivar, mas também existe uma vontade de poder espacial que só pode ser entendida no âmbito das relações do saber e do discurso. Como define Durval Muniz no trato com o Nordeste, a noção de região:

Remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é um a noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a *régio* (rei) (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 36).

A opção pela análise do discurso se dá então pela relevância do olhar político sobre a constituição da territorialidade amazônica, o que não necessariamente exclui as contribuições do materialismo histórico. No uso deste último campo do saber, antes de me remeter ao automatismo e determinismo da linguagem econômica, não podemos perder de vista que essa perspectiva envolve o trato com as questões de uma economia que é também política, e é nesse sentido que ela será assimilada na narrativa que se segue. Ao longo do trabalho discutimos a invenção da Amazônia através de formações discursivas que, se não estavam exclusivamente ligadas aos convencionais ciclos econômicos da região, estavam de outro modo imbrincadas em momentos históricos decisivos para a sua posição no cenário do capitalismo mercantil e industrial. Desde o início da colonização, quando a Amazônia passa a ser objeto da modernidade, existe uma dimensão discursiva sem qual a metrópole seria incapaz de inseri-la no circuito do capitalismo mercantil – mesmo que a base mitológica da conquista ganhe

destaque como forma de representação do território não-europeu. No entanto, já a partir do que consideramos ser sua segunda fase discursiva, a Amazônia, no século XVIII, já passa a ser representada pelos viajantes naturalistas como um local de potência para a acumulação primitiva. No decorrer do tempo, a descoberta da borracha também cumpre a função de posicionar a Amazônia no comércio internacional de mercadorias, relegando a ela o status de produtora da matéria prima industrial. Portanto, me parece irrefutável a tese de atrelar à análise discursiva a importância do campo socioeconômico na conformação da região amazônica. A partir dessa perspectiva, a noção de região aparece como modo específico “de sua reprodução no concerto da divisão internacional do trabalho” (OLIVEIRA, 1981, p. 28), o que não me interessa simplesmente negar, mas atrelá-la a outra perspectiva de sua fundação e emergência, aquela que privilegia os aspectos de sua construção no nível dos discursos, sem com isso deixar de referenciar a contribuição do materialismo histórico.

Por outro lado, não podemos confundir as críticas, mas tomá-las no momento em que se encontram nas suas conclusões. Este deslocamento só é possível quando recuperamos o sentido político das abordagens socioeconômicas, e ele aparece bem definido nas contribuições de Francisco de Oliveira (1981). Quando este autor pensa o regionalismo sob a ótica marxista, afirma que a elaboração mais cuidadosa do conceito de região seria por assim dizer a sua dimensão política. Para o pensador brasileiro, só pode existir região à medida que as classes dominantes locais impõem o seu controle nos limites territoriais que comandam, sem ceder às pressões hegemônicas do capitalismo nacional e internacional. Dito por suas palavras,

O "fechamento" de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou, mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

A partir daí chegamos numa encruzilhada fundamental da tese. Essa posição permite associarmos o encontro das duas vias interpretativas que vínhamos debatendo ao longo dessa segunda parte. Explico. Se como quer Francisco de Oliveira, para que exista uma região é necessário que as classes dominantes locais exerçam um controle efetivo sobre seu território de domínio, e este controle se daria pela sua capacidade em conduzir as relações de produção e a geração de valor. O problema é que retomando o objeto e o recorte da pesquisa em questão, é possível afirmar que durante a ditadura observamos uma dinâmica econômica e administração política que caminha na contramão desta capacidade das elites locais em garantir para elas o controle de seu território. O que observamos, e que até certo ponto não é grande novidade ao leitor, é que a condução dos assuntos governamentais pelos militares centralizou os mandos e

desmandos políticos desde Brasília. E, se é certo que parte importante dessa composição governamental foi a aliança entre os militares e o capital nacional, principalmente o paulista, têm-se que a Amazônia do período, quando comandada pela tecnocracia da ditadura, tornou-se um espaço econômico para reprodução do capital advindo dos grandes centros do país e do mundo. Por isso, temos que o grande processo de integração nacional levado a cabo pelos militares, ou seja, a abertura da região amazônica ao capitalismo nacional e internacional, tomou de assalto o comando regional das elites amazônicas na tentativa de hegemonizar o território segundo as relações de produção e geração de valor comandadas por agentes externos à Amazônia. Na Amazônia da ditadura, portanto, a tutela da região passou para as elites nacionais e para empresas multinacionais. Para Francisco de Oliveira (1981), essa situação gerada pela intervenção militar na Amazônia, mesmo que não se atenha ao estudo do caso, gera um processo de dissolução completa das regiões. De acordo com o autor em questão, isto ocorre quando “a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional.” (OLIVEIRA, 1981, p. 32).

Durante os anos do regime é consenso que se assistiu, na Amazônia, à entrada maciça de uma indústria e de propriedades rurais com base de capital provindos do sudeste do país. É claro que a elite amazônica também se beneficiou dessa transformação do espaço regional, mas o que para mim torna-se relevante foi a possibilidade de representantes estrangeiros reproduzirem amplamente seu capital na nova região de investimento e, assim, serem eles os grandes beneficiados da política militar. Essa reposição do controle político nas mãos das elites nacionais também é reforçada pela centralização federal durante a ditadura, onde os representantes locais da Amazônia tiveram que baixar a cabeça para o subjugo direto dos militares, como veremos, muitas vezes se mostrando insatisfeita com a incapacidade de participar das decisões governamentais na região. Mas o problema se torna ainda mais complexo quando nos perguntamos se a tese da abertura da Amazônia ao capital externo, somado ao controle político exercido de fora, seriam suficientes para atestarmos, como gostaria Francisco de Oliveira, o fim das dinâmicas regionais e a própria extinção da noção de região. Bem, é neste momento que proclamo a encruzilhada das perspectivas. Ela se apresenta quando percebemos que uma das grandes contribuições da perspectiva discursiva reside na demonstração da artificialidade que é o estabelecimento das fronteiras regionais. Segundo ela, não existiria uma realidade regional a priori, esta seria apenas um esforço de representação, resultado das forças políticas que rivalizam, ou convergem, no poder de sua atribuição. Se a princípio os discursos percebem a Amazônia como fruto de uma invenção, muito bem

demarcada historicamente, diga-se de passagem, concluem, assim como o materialismo histórico presente na discussão de Oliveira (1981), que a região nada mais é que uma atribuição daqueles que se lançaram em seu domínio. A realidade regional que aparece na contribuição marxista reside enquanto dura a exploração da força de trabalho local por uma elite independente em seus domínios. A partir desta mesma interpretação, contudo, no momento em que é conclamada ao desenvolvimento, como observado nos anos da ditadura, a Amazônia perde sua especificidade regional e se torna um território hegemônico, não particularizado, e, portanto, não existente em termos regionais. Assim, quando tomamos para análise as ações da ditadura na Amazônia, percebemos que tanto a interpretação marxista do regional quanto a crítica discursiva convergem em suas conclusões. Naquele período, a Amazônia corresponderia a uma representação artificial contida nos planos e projetos da ditadura que, quando passados ao âmbito de sua prática, manifestaria o fim de suas fronteiras, ou seja, o fim mesmo de sua realidade regional.

O encontro de perspectivas também ganha em relevância à medida que observamos, através da perspectiva discursiva, que a fase narrativa posterior aos militares corresponde, como quer Ana Pizarro (2012), a uma pluralidade de vozes disseminadas entre os distintos grupos que pertencem à região. Estes, ao encontrarem a necessidade de se entenderem enquanto sujeitos políticos, passam a defender seus modos de vida e trabalho, contrariando a política de massificação e hegemônica operada pela ditadura. Ao meu ver, esse é um mecanismo de defesa da Amazônia que realiza justamente a reposição de suas fronteiras. Por hora cabe dizer, que os representantes desta nova fase discursiva da Amazônia estavam resistindo à tentativa da ditadura em apagar a sua dinâmica regional, definida agora não pela capacidade das elites em garantir seus domínios locais, mas pela atuação dos segmentos populares na defesa dos modos de vida tradicionais da Amazônia contra o processo de hegemônica do capital. Apesar de nos distanciarmos da atribuição do regional como resultado das práticas de uma classe dominante local, considero que a atuação dos novos sujeitos políticos da Amazônia recupera a encruzilhada do encontro das perspectivas, pois atesta a composição de um cenário de luta de classes nessas localidades – conceito marcante na abordagem do materialismo histórico. Este conflito, por sua vez, também pode ser observado no âmbito da linguagem, no momento em que a luta desses segmentos envolveu a imposição de um novo regime discursivo para a região. Ou seja, a luta de classes empreendida por esses sujeitos precisou acompanhar a ruptura do saber oficial que os colocavam na posição de indivíduos “biologizados”, extensões do mundo natural da floresta, para serem finalmente reconhecidos como sujeitos sociais (ALMEIDA, 2008).

Veremos essas questões com mais cuidado. Para fim de conclusão desta sessão e sob o risco de confundirmos o leitor e seu interesse na narrativa, posso afirmar que não passo agora a uma radical mudança onde atravessaríamos a fronteira da perspectiva dos discursos para a análise da economia política. A questão maior é partirmos do que indiquei como ponto de encruzilhada, para justamente fortalecer a crítica, postular a completude das análises, bem como atestar a relevância e a complexidade do que representou a Amazônia na política dos militares. O que proponho então é entendermos que as supostas contradições mais profundas e concretas encontradas na economia política através dos processos de acumulação e circulação de capital, também podem ser observadas através das transformações e sucessões dos regimes discursivos. Ou, na esteira de Arturo Escobar, afirmo que as mudanças das performances verbais que tiveram como foco a Amazônia, onde destaco aquela operada pela ditadura, estão circunscritas “por prácticas discursivas ligadas a las economías políticas, tradiciones del conocimiento e instituciones de poder. (ESCOBAR, 2011, p. 264)”.

2.2 Toda região tem seu fim?

A tese de Francisco de Oliveira com a qual dialogamos aqui pode ser encontrada em sua célebre obra “Elegia para uma Re(li)gião” (1981). Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XX, o sistema capitalista no Brasil passou a se organizar por uma vertente monopolista. A construção de monopólios, observa Oliveira, fez as regiões “perderem suas particularidades em favor da constituição de uma totalidade nacional (MARTINS, 1999, p. 57)”. Nesse processo, as economias de base regional cederam lugar a uma única economia nacional, na qual uma elite erradicada no sudeste do país passou a acumular de maneira direta as riquezas advindas da produção em escala nacional. O efeito imediato foi a formação de um contraste entre as regiões periféricas e o desenvolvimento industrial do sul e sudeste do Brasil. Este fato não passou despercebido a parte dos governantes que ocuparam a presidência da República, o que se evidencia na preocupação de Getúlio Vargas em promover uma incipiente política de integração nacional, quando seu governo pós Estado Novo voltou os olhos para a Amazônia. Outro grande exemplo foi as tentativas de Juscelino Kubitschek, que ao promover a indústria automobilística, empreendeu no território amazônico a abertura da rodovia Belém-Brasília, numa outra clara tentativa de incluir o norte do país nas políticas de integração. Mas o fato é que as ações dos presidentes em questão malograram em constituir um cenário equilibrado das forças produtivas nacionais. Não por acaso, a SPEVEA, sonho de Getúlio Vargas, precisou ser imediatamente substituída pela SUDAM, no momento em que os generais assumiram o controle político do país na década de 1960. No momento em que se observava um salto da indústria do centro-sul através de medidas vinculadas à substituição de importações

na economia nacional, as dinâmicas regionais acabaram passando ao largo desta experiência, resultando, desde já, na insatisfação das elites amazônicas. Esses setores regionais, órfãos de uma atividade produtiva e lucrativa desde os anos da borracha, detinham uma relativa consciência de que “abandonada pelo capital internacional, ela (a Amazônia) fora esquecida pelo Estado nacional.” (SANTOS; MACHADO; SERÁFICO, 2015, p. 198).

Francisco de Oliveira também concorda com a perspectiva de que o capital proveniente do Sudeste abandonou a concepção federativa da gestão política nacional. O autor chega a afirmar que a burguesia paulista teria esquecido a necessidade de se fortalecer a economia nas outras regiões, locais estes com os quais teria se beneficiado desde que “o café tornou-se o motor central do processo de acumulação de capital e desenvolvimento econômico.” (OLIVEIRA, 2001, p. 35). Esse processo de acumulação significou uma verdadeira transformação no cenário econômico nacional. Antes dele era possível entender a economia da nação como formada por várias dinâmicas regionais; depois, por uma economia nacional localizada nas diversas partes do território. A metamorfose foi então orientada e comanda pela região Sudeste, onde reuniu-se altos índices de crescimento industrial.

A conclusão inevitável desse processo encerra a hoje clássica tese de Francisco de Oliveira em que o conceito de região perde sua força explicativa. O capital monopolista, que, como vimos, amadurecia no cenário nacional desde os anos 50 do século XX, acaba por subordinar as outras formas de capital, sejam elas agrárias ou mercantis. Estaríamos diante então de uma homogeneização do cenário nacional onde dilui-se as fronteiras regionais à medida que avança o capital nos espaços periféricos.

Foi então quando o capital monopolista saiu a caça das fronteiras regionais que a Amazônia se tornou um objeto de desejo das elites nacionais. As tentativas de hegemonização da dinâmica capitalista brasileira constituíam um verdadeiro projeto de nação. Este projeto não se resume a um planejamento econômico, mas acompanhou a própria construção da identidade nacional (CASTRO e CAMPOS, 2015). Embalados pelos imperativos do progresso e da industrialização, gestores e empresários acreditavam estar diante da oportunidade de efetivar a tão sonhada modernidade em todo território nacional. Quando opta por transformar radicalmente a Amazônia do período, a ditadura dos militares navega no mesmo barco da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. Suas políticas de integração, assim como as tentativas dos anos anteriores, esquadrihavam o território nacional em um mesmo sentido: sul a norte e leste a oeste. Nesses pontos de partida estavam os capitalistas, onde desde a década de 50 resolveram por realizar o sonho de conquista do sertão central e da Amazônia (CASTRO e RAMOS, 2015).

Não foi por acaso que, em sentidos gerais, a denominação do processo de hegemonização capitalista ficou conhecido por expansão das fronteiras nacionais. Assim denominavam os setores governamentais, os empresários e também, desta forma, passou a ser entendida pelas instituições acadêmicas. Também pelo mesmo processo foi que o conceito de fronteira adentrou a narrativa dos militares no trato da Amazônia, se constituindo, como vimos, num importante enunciado de sua discursividade. No que toca à Amazônia, a conquista de suas fronteiras representou a imagem aberta da luta contra a floresta. O objetivo era substituir a mata por grandes campos produtivos, abrir novos mercados, recursos e oportunidades. O interesse econômico do Centro-Sul era notadamente satisfazer sua demanda por produtos agrícolas, incrementando também a pauta de exportação (CASTRO e CAMPOS, 2015). A Amazônia era então inserida numa tentativa de domínio em que se pretendia fundir indústria e agricultura. Passo a passo, quando se avançaram os anos em direção ao regime ditatorial, não faltaram intelectuais que analisavam as dinâmicas rurais do país para afirmar que o que ocorria na Amazônia era um “desenvolvimento extensivo do capitalismo”. Estamos tratando do que alguns chamaram de *revolução verde*, momento em que a agricultura é tomada de assalto pelo capitalismo industrial, relegando o trabalhador rural à miséria ou à constituição de uma mão de obra superexplorada no campo. Essa presença capitalista no meio rural pode assim ser definida pois foi estimulada de maneira a não “anular as contradições de propriedade da terra enquanto relação social que caracteriza o país.” (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 28). A Amazônia foi um território fundamental para a formação desta nova dinâmica rural, pois quando se trata da expansão de suas fronteiras, “certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia (CASTRO e CAMPOS, 2014, p. 28)”.

Foi desta maneira que a política dos militares, já calejada, amadurecida pelos intentos fracassados de outrora, percebeu que a substituição da velha economia da borracha por uma agropecuária extensiva envolvia o repasse das terras dos seringais aos novos proprietários do centro-sul, sobretudo quando se tem em vista o exemplo do Acre (CAVALCANTI, 2015). Este aparato envolvia a atuação do Banco da Amazônia, instituição criada pelos militares para substituir o antigo Banco de Crédito da Borracha. No comando da situação, os gestores exigiram que os débitos dos antigos seringalistas fossem quitados pelo repasse de suas terras aos empresários que monopolizavam o capital nacional. O resultado foi a compra de grandes extensões de terras por preços irrisórios. E a consequência foi que esses capitalistas muitas vezes não chegaram a produzir nada, aproveitando do baixo custo em que adquiriram as propriedades para especular o seu valor na revenda.

Francisco de Oliveira também não deixa de comentar a maneira com que a “burguesia paulista” se transformou na latifundiária nacional. Para ele esta é uma marca do capitalismo brasileiro, onde, nos seus termos, existe uma “fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra” (OLIVEIRA, 1993, p. 186 apud MESQUITA et al., 2015, p. 257). Segundo o autor essa característica se assenta num percurso que vem desde a Lei de Terra e o final da escravidão, mas que encontra a sua consolidação justamente através dos incentivos fiscais da Sudene e da Sudam, esta última, uma invenção da ditadura, utilizada para multiplicar os incentivos para investimentos na Amazônia, consagrando a aquisição de terras na região por parte de proprietários advindos do Centro-Sul. A ditadura então cumpriu um papel fundamental na consolidação desse perfil capitalista da nação, tendo na Amazônia seu grande território de experiência, onde, de acordo com Oliveira, “os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade.” (OLIVEIRA, 1993, p. 186 apud MESQUITA et al., 2015, p. 257).

Esse fato social desemboca numa outra conclusão que expõe a contradição e a peculiaridade do capitalismo brasileiro e de seu processo de hegemonização nacional. Trata-se do abismo entre as relações de trabalho nos centros urbanos e aquelas observadas, por exemplo, na Amazônia. No Centro-Sul, o trabalho nas indústrias tem as relações mais avançadas do país; enquanto que na Amazônia, por exemplo, é comum a superexploração de trabalhadores na propriedade rural. E o maior absurdo disto tudo decorre do processo de hegemonização, em que em muitos casos “a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas do país.” (OLIVEIRA, 2001, p. 186 apud MESQUITA et al., 2015, p. 257). Ou seja, empregando com dignidade nos grandes centros e escravizando nas periferias.

Contudo, seria um erro acreditar que a única face da expansão capitalista rumo à fronteira amazônica detinha na agricultura sua única faceta. Pondo para funcionar uma ideia política que advinha dos gestores do governo Kubitschek, a ditadura criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus, instituição que detalharemos sua história e atuação nas considerações finais deste trabalho. A Zona Franca teve como objetivo “acelerar o ritmo da produção industrial do país.” (SANTOS; MACHADO; SERÁFICO, 2015, p. 191). Nesta região da Amazônia, também pelo sistema de concessão de incentivos, o governo dos militares estimulou a entrada de empresas estrangeiras para a produção de bens de consumo duráveis a serem vendidos no Brasil como um todo. Parte da estratégia também envolvia a utilização de bens de capital produzidos pela indústria do Sudeste. É um movimento do planejamento econômico que foi classificado como uma “desterritorialização técnica e social da produção capitalista” (SANTOS; MACHADO; SERÁFICO, 2015, p. 199), evidenciando a associação

entre os generais e o capital estrangeiro, seu projeto de avanço das fronteiras nacionais em conluio também com o empresariado dos grandes centros do país.

Anteriormente também citei a concessão de incentivos fiscais da SUDAM como parte da política que facilitou a aquisição de terras por agentes econômicos externos à Amazônia. Essa concessão, no entanto, não foi somente utilizada para o contexto rural. Criados em 1966, a SUDAM e o BASA orientaram a oferta para aqueles capazes de investir nos projetos industriais – setor privilegiado da política de ocupação até a década de 1970, de acordo com a orientação federal dos anos de gestão de Castelo Branco. Num livro encontrado nos arquivos da SUDAM, tive contato com uma espécie de relatório encomendado a Jean Hébette e sua equipe (1974) para avaliar os rumos da integração nacional em curso na Amazônia. A preocupação central do autor com a proposta do governo era justamente a drenagem de recursos regionais para os setores já abastados do Sudeste, região que consolidou o capital monopolista no Brasil. Imbuído desta inquietação, o autor entendeu ser justo investigar o que qualificou de evasão dos recursos regionais. A partir da crítica feita aos sistemas fiscal e financeiro, Hébette concluiu que a política de integração estava drenando recursos e poupanças para fora da Amazônia. É importante destacar que o livro compreende os dados possíveis de serem observados na primeira metade da década de 1970, pois tem seu ano de publicação remetido a 1974. Para Hébette, “do montante considerável de recursos conseguidos através da redução do Imposto de Renda, uma parte nem beneficiou a região para a qual era destinada (HÉBETTE, 1974, p. 69)”. O autor tenta medir o índice da evasão de recursos através de alguns dados. Para tanto, divide as áreas dos investimentos entre os três grandes setores da economia (o primário, agrícola; o secundário, industrial; e o terciário, serviços), demonstrando que a política de concessão de incentivos fiscais extrapola o contexto da relação entre capitalismo e agricultura na Amazônia.

Primeiro, até aproximadamente o ano de 1974, de acordo com informações oficiais da SUDAM, “dos projetos aprovados no setor primário, aproximadamente 50% são de grupos econômicos alheios à região.” (HÉBETTE, 1974, p. 69). O autor também discrimina os investimentos no setor a partir dos projetos aceitos por alguns estados da região Amazônica. No Pará, para o setor primário, 30% dos investimentos advém de outras regiões do país; no Maranhão e em Goiás, 50%; em Rondônia, 100%; e em Mato Grosso, quase 95% (HÉBETTE, 1974). Agora, no que se refere aos projetos do setor secundário, “o território do Amapá recebeu 99% de projetos de origem extra-regional, vindo a seguir o Estado do Amazonas com 80%, o Pará com 55% e Mato-Grosso com apenas 20% .”(HÉBETTE, 1974, p. 69). Para o setor terciário o cenário é menos discrepante. Segundo Hébette, os “Estados do Pará e do Amazonas

tiveram 50% dos seus projetos oriundos de empresários de fora, enquanto que nos Estados de Mato Grosso, Acre, Maranhão e nos Territórios de Rondônia e Amapá os projetos foram procedentes da própria região.” (HÉBETTE, 1974, p. 69). O que agrava ainda mais o cenário da dominação econômica pela concorrência nacional é que boa parte desses empresários que investiam na Amazônia do período compravam lá mesmo no Centro-Sul a grande parte dos equipamentos e insumos necessários à implantação e funcionamento dos projetos (HÉBETTE, 1974).

A conclusão do domínio da economia amazônica por agentes de tendências nacionalizantes é inevitável. O processo de hegemonização e diluição das fronteiras regionais pela investida do “imperialismo paulista” foi aqui apresentado em números. Durante o curso da integração nacional proposta pela ditadura, assim conclui o avaliador da política fiscal orientada pela SUDAM e pelo BASA:

(...) vão-se acumulando os recursos retidos fora da região, constituindo-se numa verdadeira transferência acentuada para outras regiões, dos recursos destinados por lei à região amazônica. Não conseguimos identificar medidas políticas do Governo, no sentido de impedir eficazmente essa evasão (HÉBETTE, 1974, p. 69).

Da citação também podemos entrever o que já denunciávamos anteriormente. Propostas por Hébette, as medidas para inverter a evasão de recursos não foram tomadas e de acordo com a racionalidade governamental da época, jamais seria. A convivência entre os militares e os empresários do Centro-Sul escancara o pacto da ditadura com o projeto político de transformar as dinâmicas regionais do país sob o signo do progresso, da modernidade e do desenvolvimento; atuando sempre em nome da segurança das fronteiras nacionais e da preservação de uma determinada identidade cultural brasileira.

Pelo menos por enquanto, para encerrar a ilustração da tese de hegemonização capitalista das dinâmicas regionais, vejamos o que nos trazem novos números e implicações da política fiscal adotada pela ditadura. O historiador Pere Petit (2003), ao dialogar com Roberto Santos (1978) sobre o contexto paraense, expõe que a política de incentivos pode ser dividida em duas grandes fases: a pioneira e a fase de consolidação. A primeira está ligada aos anos de ação da SUDAM e do BASA, entre 1964 e 1970, o que no regime ditatorial corresponde aos governos do general Castelo Branco e Costa e Silva. A fase de consolidação remete à política dos generais posteriores. De acordo com Petit (2003), no Pará, o momento pioneiro significou o beneficiamento de incentivos fiscais aos empresários locais. O segundo momento, dessa vez, contribuiu primordialmente ao processo de “desregionalização” da economia local, facilitando a entrada de capitais advindos de outras regiões do país, como o Centro-Sul. Para Petit, que não

é lá tão entusiasta da teoria de Francisco de Oliveira, mesmo que boa parte dos incentivos tenham beneficiado empresas e proprietários de outras regiões, o fato dos recursos também serem aproveitados por empresários e latifundiários da Amazônia invalidaria, pelo menos a princípio, a teoria de hegemonização e de fim das dinâmicas regionais. Mas tendo em vista o fluxo dos investimentos, foi possível observarmos anteriormente que a chamada fase pioneira não correspondeu ao período de maior atividade da política fiscal. A política de incentivos obteve sim um crescimento vertiginoso na segunda metade da década 1960, atingindo seu pico em 1970. A nova década acompanhou um relativo declínio do volume de créditos a pessoas jurídicas, retomado somente nos seus últimos cinco anos, quando o General Ernesto Geisel substituiu a política de integração efetivada por Garrastazu Médici. O declínio apresentado nos anos de governo do general responsável pelo “milagre brasileiro” deveu-se a prioridade por ele concedida à ocupação da terra, deixando em segundo plano a formação de um parque industrial amazônico. Contudo, mesmo com o declínio do crescimento, o montante dos incentivos fiscais na primeira metade da década de 1970 manteve-se maior que a taxa observada entre 1964 e 1969 (MAHAR, 1978). Portanto, a fase de consolidação corresponde ao período de maior concessão dos incentivos fiscais. As elites do Sudeste aproveitaram o momento e abocanharam a maioria dos créditos justamente no período em que se concedeu mais incentivos. A consequência foi o aumento de suas posses na Amazônia e no Pará e a posterior drenagem dos recursos para outras localidades do território nacional.

Outro argumento da tese de Francisco de Oliveira (1981) é que o processo de hegemonização capitalista apagara até as fronteiras culturais das regiões. Num estado mais avançado da produção, como aquele observado, por exemplo, nos Estados Unidos, a indústria massificaria a cultura pondo abaixo as expressões e originalidade dos contextos regionais. Para isso, utilizaria das comunicações e especialmente da televisão, objeto relativamente novo no consumo daquele tempo. Nesse sentido, tenderíamos a sermos iguais, expressando uma cultura única, aquela associada à indústria capitalista desse ramo, consumindo, em forma de mercadoria, os mesmos objetos culturais. É claro que as políticas de patrimônio têm salvado a tendência de hegemonização cultural e mantendo com muita resistência as expressões das culturas tradicional e popular, muitas delas com caráter regional explícito. Mas é fato que existe uma tendência que tem desvirtuado o ramo e afastado as pessoas, principalmente as mais jovens, das formas culturais regionalizadas. Antes que adentremos numa discussão que não é o objetivo do trabalho, cabe ressaltar que a política de integração da Amazônia, sobretudo na sua égide militar da ditadura, obteve a consciência da necessidade de também operar uma integração cultural. Esse é um fato novo da racionalidade governamental, mas que pode ser

desprendido da atitude dos generais em terem estruturado uma rede de comunicação nunca antes vista na região amazônica. Parte da política direcionada para a região envolvia o aprimoramento das suas vias de comunicação interna, estas entendidas pela construção das estradas e o estímulo à circulação de ideias, pessoas e mercadorias ao longo de seu território. Mas o que considero mais importante para a tese de hegemonização, sua vertente cultural, se encontra na consciência governamental da necessidade em instalar ou aperfeiçoar as telecomunicações (“transmissões diretas de programas de televisão, modernização dos Correios e Telegráfos, e ligações telefônicas com todo o país e com todo o exterior por processos mais rápidos e acessíveis.” (HÉBETTE, 1974, p. 80). A intenção, como bem compreendido por Jean Hébette, era a transformação da cultura regional levando os “traços da sociedade urbana para a rural.” (HÉBETTE, 1974, p. 80).

Gostaria agora de retomar um debate que apresentei acima quando comentada a questão dos incentivos fiscais. Ele remete a um importante questionamento frente a teoria de Francisco de Oliveira e a entrada, na Amazônia, do capitalismo nacional e internacional. Como vimos, o autor considera que o fim das regiões só é realizado quando uma elite econômica estrangeira põe fim ao controle socioeconômico dos setores regionais. Mas a questão a ser colocada é: como se comportaram as classes dominantes da Amazônia frente à entrada do capital paulista? Seria possível a partir de então advogarmos uma possível defesa do regional feita pelos setores mais abastados da Amazônia na luta pela manutenção de seus domínios? Cabe inferirmos sobre uma resistência local ou quiçá um conflito entre a burguesia regional e nacional? Ou teria o capitalismo se modernizado na Amazônia sem a conivência das elites situadas nas periferias? As respostas não são tão simples de serem apresentadas. Mas, de antemão, é possível dizer que a hegemonização capitalista pressupõe a adesão das elites locais ao projeto nacional. O que iremos discutir é se essas figuras tornaram-se irrelevantes no processo de acumulação de riquezas por parte do capital nacional; ou se, com outras palavras, ficaram passivas diante dos investimentos da “burguesia paulista”, sua tomada de controle sobre o regional e o concomitante esfumaçamento das dinâmicas regionais. Para Petit (2003), no caso específico do Pará, existiu um certo protagonismo dos latifundiários e incipientes industrialistas locais durante os anos de transformação econômica da região. Essa presença da elite paraense nas novas formas econômicas que assumem o estado e a Amazônia, seria, segundo Petit, suficiente para manter a materialidade do quadro regional. Contudo, acredito que para levarmos a diante o debate de como se comportou a elite local durante as investidas da modernização capitalista, teremos de tirar de cena as questões puramente econômicas para fazer aparecer o universo do político e das instituições. Não esqueçamos que parte fundamental de meu intento é demonstrar

como a perspectiva dos discursos pode ser atrelada à economia política e também às instituições. Trazer o político para o centro do debate no esforço de entender a postura das elites locais é não somente possível como necessário. Se não o fizéssemos, correríamos o risco de desconsiderar que a política dos militares na Amazônia tem um perfil geopolítico capaz de orientar as conformações não só discursivas, mas também sociais e econômicas.

Primeiro, não devemos nunca perder de vista que a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista tornou-se uma responsabilidade proeminente desde o golpe de 1964. Parte da base civil que sustentou o golpe, compartilhavam com os militares o medo de supostas ameaças comunistas e sua iminente revolução no Brasil daqueles anos. E o compromisso dos militares com a economia de mercado se acentuou após o golpe. Ao longo da ditadura, tentaram seus gestores garantir a reprodutibilidade do capital sobre um espaço nacional que para eles era indivisível. As questões de soberania e segurança, tão caras à racionalidade militar, adentrou nos postos administrativos com a consciência de que o espaço nacional era único. As dinâmicas regionais, portanto, antes mesmo de serem submetidas ao planejamento econômico nacional já estavam submissas aos controles diretos da centralização militar e sua imposição hierárquica. Durante o regime, para dar cabo das políticas de modernização capitalista, não foi difícil o convencimento das elites locais que assistiam extasiadas à marcha desenvolvimentista em seus territórios. No entanto, não podemos falar da mesma parcimônia quando elas paulatinamente descobriam que as decisões políticas na região não eram mais tomadas sob o seu comando.

A título de ilustração, podemos citar, *en passant*, sob a responsabilidade de melhor trabalharmos essas questões posteriormente, um decreto-lei que demonstra a passagem do controle da Amazônia à centralização federal. Em 1971, no auge do programa de colonização das margens da Transamazônica, através do decreto-lei nº 1.164, o governo federal assumiu o controle sobre a uma faixa de território de 100km ao longo das rodovias por eles construídas ou a construir na região. Essa área atingiu uma superfície calculada em torno de 2.200.00 km², o que superava qualquer Estado da Federação, correspondendo a 26% do território nacional e a 38,3% da Amazônia Legal (HÉBETTE, 1974). Já de acordo com Petit (2003), no que toca especificamente ao Estado do Pará, ainda em 1983, um percentual de 70% do território do estado estava sob controle da união, das Forças Armadas e dos órgãos e instituições controlados pelo governo federal. Estas eram áreas de ação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), territórios do Programa Grande Carajás, faixas de fronteira e também reservas indígenas e florestais.

O livro do qual tomei de empréstimo os dados relativos ao Estado do Pará listados acima foi o “Chão de Promessas” (PETIT, 2003). Mesmo que seu autor se distancie do ponto de vista

de Francisco de Oliveira, existe a consciência, em sua escrita, da importância dada pelos militares ao contexto geopolítico da Amazônia, sempre preocupados com os rumores da cobiça internacional e envoltos em seus devaneios em torno da soberania e da segurança. Ao tratar do que chama de discurso regionalista, Petit nos oferece uma citação onde é possível enxergamos como a economia do desenvolvimento se entrelaça com o trato das instituições:

(...) na medida em que o processo desenvolvimentista privilegia o centro dinâmico do país, sua extensão à Amazônia passa a ser mediada por organizações públicas que, ao incorporar a ideologia dominante, o fazem de modo a operacionaliza-la como veículo de racionalização da subalternidade da região ao centro-sul [...] que acentua as disparidades regionais ao invés de atenuá-las (POTYARA, 1978, p. 128 apud PETIT, 2003, p. 283).

Portanto, no momento em que se decidiu pela hegemonização do capital no território amazônico, a subalternidade das suas instituições veio no mesmo pacote. De fato, me parece que as elites da região nunca se preocuparam com a acentuação das disparidades regionais, esta defesa coube a outros segmentos da sociedade amazônica. Mas é possível afirmar que sua subserviência ao modelo econômico a ser adotado, as cegaram para o fato decorrente: a perda do controle de suas organizações públicas. É a partir dessa configuração que agora estaremos mais seguros para entender o posicionamento dos setores dominantes. Ou seja, como se deu a convivência com o capital nacional e/ou se houve algum processo de resistência à política dos militares que possa alterar a defesa do fim da região amazônica.

Prosseguindo com a interlocução entre o autor de “Chão de Promessas” (PETIT, 2013) e a perspectiva materialista do fim das regiões, pretendo aprofundar o entendimento do papel da elite da Amazônia na transformação deste território durante a ditadura. Outro bom exemplo citado por Petit, para definir a baixa capacidade de gestão dos administradores locais sobre a região norte, foi a formação do Grupo de Trabalho da Amazônia, em 1967. Este momento cresce em importância nas nossas análises pois nos confere a certeza de que desde o início da ditadura as pretensões de gestão das dinâmicas regionais já eram determinadas pela necessidade de centralização. O grupo, responsável por pensar a questão amazônica e formular as ações intervencionistas na região, não contou com a participação de nenhum indivíduo com experiência de gestão nos territórios a serem debatidos. Os participantes foram escolhidos no seio do governo federal e nas forças armadas, contando apenas com a participação de alguns representantes da SUDAM. Mais à frente, no ano de 1973, começa a aparecer publicamente o incômodo desses segmentos locais com a orientação da política federal. A celeuma naquele momento se deu em torno dos minérios a serem explorados na recém descoberta Serra dos Carajás, mais especificamente a respeito do escoamento destes minérios. Planejava o governo

central construir uma ferrovia que ligasse a parte sudeste do Estado do Pará, onde localiza-se a área de mina, com o porto de Itaquí na costa do Maranhão. Parte dos políticos paraenses não se conformavam com a decisão, pois consideravam de extrema importância que o produto da exploração mineral fosse escoado pelo próprio Estado, desta forma retendo uma boa parte dos recursos provenientes da Serra dos Carajás. Petit apresenta esse descontentamento a partir de discursos em revistas locais e até pronunciamentos na câmara federal. Mas apesar da resistência, o minério foi, como planejado pela burocracia federal, enviado a São Luís pela ferrovia também construída durante o regime, onde de lá segue para exportação. Isso confirma que os militares passaram por cima dos quereres das elites locais, impondo as intenções da política federal na região com o característico autoritarismo que marcou os anos da ditadura, confirmando, pelo menos em parte, a hegemonia do capital externo e do capital nacional sobre o comando político da Amazônia.

Assim podemos concluir que a medida que avança a ditadura, as elites locais manifestam seu descontentamento frente a orientação centralizadora da política nacional. Isto também se deve à falência das políticas de Estado na região, cuja consciência é formada quando o governo da ditadura atinge sua última fase na década de 1980. Naquele momento, já identificado como de transição para a volta da democracia, o país atravessava uma séria crise econômica. Assim, as políticas orientadas pelos generais militares já estavam sendo questionadas em suas bases por boa parte dos políticos ao longo do território nacional. Foi o período de desgaste da ditadura. Com isso tornou-se comum a crítica às políticas federais, nas quais também não foram poupadas aquelas que se direcionavam ao território amazônico. Podemos então destacar que, ao fim da ditadura, as elites amazônicas entraram em conflito com as orientações de Brasília. Identifico este comportamento como uma forma de resistência no seio das elites políticas e econômicas para manter o controle regional e as dinâmicas socioeconômicas locais. Seu descontentamento, entretanto, se dava somente por perceberem que o apoio a esta modificação econômica estava tirando a região das mãos desses gestores locais.

Para Petit (2003), por outro lado, a tendência de hegemonização das dinâmicas regionais não poderia ser confirmada justamente pelo protagonismo das elites locais no processo de transformação econômica da Amazônia. O autor adverte que os “efeitos perversos” da imposição do capital nacional na Amazônia são inquestionáveis, porém visualiza que jamais seriam colocados em prática não fosse a atuação das classes dominantes locais. O problema é que essa convivência não invalida de imediato a tese do controle externo e da imposição de uma dinâmica econômica que oblitera o papel dessas elites e confirma o fim da região. Como disse, a imposição do capital nacional e sua decorrente hegemonização só pode ser questionada por

uma possível resistência ao seu controle e não por seu apoio. Digo isto também apoiado pelas colocações de Pierre Bourdieu quando trata das questões regionais (BOURDIEU, 1989). Segundo ele, espelhado nas contribuições do materialismo histórico, quando observamos as atitudes da classe dominante local, esta parece estar sempre mais ligada ao transregional do que ao particular, sempre associada ao poder central, nacional ou internacional. Assim se comportam os dirigentes da indústria seja lá de onde provenham, sempre atuando de maneira a favorecer a hegemonização capitalista do que a contribuir com a manutenção das dinâmicas regionais.

A atuação das elites amazônicas, portanto, favorece a diluição da região muito mais do que oferece um quadro de resistência ao processo de dominação do capital nacional e internacional – salvo nos momentos em que demonstra uma insatisfação ao controle político dos generais. A convivência das elites locais, neste sentido, tem de ser observada como um processo que contribui para a tese do fim das dinâmicas regionais. Esta questão se radicaliza quando observamos que o conluio entre as elites não se dá apenas pela compra do projeto econômico da nação, mas também pela compra de seu capital cultural. Ou seja, o processo que desencadeou a transformação econômica da Amazônia foi permitido pelos gestores políticos locais quando se associaram aos esquemas interpretativos dos militares sobre a Amazônia, sua quarta fase discursiva. Os industrialistas da Amazônia e seus políticos locais, durante aqueles anos de governo, suportaram os planos e projetos federais que definiam a região como “espaço vazio”, “fronteira a ser ocupada” e como vítima de uma “cobiça internacional”. Como apresentamos mais acima, o desejo das elites nacionais sobre a Amazônia só pôde ser saciado mediante um projeto de nação e construção de uma identidade nacional com a qual os gestores da própria região contribuíram decisivamente. Esses setores, portanto, funcionaram muito mais como instrumento do que como entraves ao processo de hegemonização capitalista sobre a Amazônia e sua tomada de controle pelos centros industriais do país.

Dessa maneira, na tentativa de entendermos a função das elites amazônicas no processo de hegemonização, concordamos com outra citação apresentada por Petit em “Chão de Promessas”. Ao utilizar das contribuições de Moacir Ferreira da Silva (1996), é possível destacar que a atuação do Estado Brasileiro na Amazônia se baseou num “casuísmo oportunista”, conclamando as elites locais à realização do projeto nacional de hegemonização e conquista do território amazônico. Os agentes locais, por sua vez, demoraram a entender que isto representaria a perda do controle da região e só tiveram coragem de reagir em bloco no momento de desgaste do governo dos militares. Assim, no entendimento da ditadura, é preciso destacar a força de seus mecanismos discursivos, assim como sua capacidade centralizadora e

autoritária. Associadas, essas questões reformularam o quadro nacional brasileiro sob suas formas econômicas, sociais e políticas. A Amazônia e sua dinâmica regional é um território de pesquisa fundamental para o entendimento da razão de governo que guiou os generais na condução do regime. Mas não podemos com isso acreditar que a convivência das elites amazônicas tenha se dado por uma “ludibriação” astuta do governo central. Na citação abaixo é possível observar que o responsável por sua formulação não poupa críticas a esses setores regionais, denunciando que a proposta do governo central e seus ingredientes

são perfeitamente compatíveis com as elites políticas dessa vasta região, as quais sempre se contentaram com as migalhas dos recursos repassados, mas que lhes possibilitaram manter suas bases eleitorais em troca dos discursos de defesa das políticas públicas adotadas pelo governo federal, que, geralmente, são justificadas como de interesse nacional (SILVA, 1996, p. 350 apud PETIT, 2003, p. 273).

Para encerrar e ao mesmo tempo apimentar a questão do papel das elites locais no momento de transformação da Amazônia, recorro mais uma vez às contribuições de Francisco de Oliveira e sua tese. De acordo com o que é exposto em “Elegia para uma Re(li)gião” (OLIVEIRA, 1981), na fase de modernização da economia capitalista, as classes dominantes regionais teriam um compromisso inabalável com as formas de reprodução do capital internacional – capital este que a ditadura se associou definitivamente, principalmente quando o assunto é a Amazônia. Esses segmentos privilegiados das dinâmicas regionais seriam então fundamentais à nacionalização do capital e sua hegemonização. No entanto, como observamos, não é impossível a existência de conflitos de interesses entre o “imperialismo paulista” e as classes dominantes locais – tendo em vista os exemplos em que se questionaram o escoamento dos minérios do território paraense pela capital do Maranhão. Mas, segundo o autor, no exercício de defesa de sua tese, “a possibilidade desses conflitos resultarem antagônicos é cada vez mais reduzida.” (OLIVEIRA, 1981, p. 28). Para ele, então, o que existe é uma tendência à dominação centralizada num único núcleo dominante. Tendência esta que só pode acarretar em conflitos reais caso sejam incorporados os interesses populares. Somente este escopo social pode se opor de fato à coalização imperialismo/classes dominantes locais. Não por acaso é o que iremos observar no fim da fase discursiva dos militares, quando a resistência às políticas de hegemonização capitalista e controle da Amazônia por agentes externos foi breçada pela ação organizada dos “povos da floresta”. Esses grupos resistiram à interpretação que se tinha da região e deles mesmos, forçando sua entrada em cena como sujeitos sociais e políticos, reivindicando as relações de produção genuinamente amazônicas, onde seu trabalho, participação e formas de vida fossem respeitadas e legitimadas. Com a falência das políticas do Estado ditatorial, observamos a disseminação das reservas extrativistas, das demarcações de

áreas quilombolas e indígenas, o que recolocou os interesses populares na pauta da gestão política da Amazônia. O que defendo, portanto, é que durante a transformação econômica operada pela ditadura existiu sim uma tendência de hegemonização do capital nacional e, portanto, do fim de suas dinâmicas regionais. As fronteiras, contudo, só puderam ser recolocadas, não pelo protagonismo das elites locais, mas pela resistência dos segmentos populares que impuseram sua participação política e suas formas de viver e trabalhar. Esse acontecimento social entrepôs de certa forma as tendências de reprodução do capital nacional e estrangeiro, impondo, também, um novo regime discursivo no trato da Amazônia.

Apesar dos pontos de aproximação e distanciamento entre aqueles que se propuseram a encarar o problema do conceito de região, é comum à relevante sociologia que trata da literatura regional da Amazônia, defender que os projetos econômicos direcionados à região, a partir da segunda metade do século XX, serviram a interesses econômicos externos a ela e não à sua população local. Sua posição na divisão internacional do trabalho sempre se manteve como exportadora de matérias primas, marcada pelo incremento de grandes latifúndios. A nível regional, o exemplo a ser alcançado sempre foi o do Centro-Sul desenvolvido, assim como o padrão para o Brasil é aquele dos países hegemônicos (CASTRO e CAMPOS, 2015). Do ponto de vista discursivo podemos entender essas referências locais e nacionais como a atualização da ‘matriz civilizatória moderna’ utilizada pelos conquistadores de outrora. A intenção sempre foi manter a região numa posição subserviente, dando continuidade aos modelos explicativos que se arrastam desde os anos da conquista. Contudo, ao longo do primeiro capítulo temos destacado uma metodologia que privilegia o sentido da ruptura e que destaca as especificidades de cada momento histórico, fazendo emergir a constituição do aparato discursivo por determinadas fases que o subdividem. Sendo assim, para singularizar o período de intervenção militar na região, podemos considerar que os primeiros séculos de conquista são os anos para garantir a posse efetiva do território. Deu-se prioridade então à fixação da população e ao estabelecimento de um quadro jurídico que possibilitasse as fases exploratórias mais recentes (HÉBETTE, 1974). Portanto, a particularidade e relevância dos anos da ditadura residem na sua capacidade de orientar um plano de grandes transformações econômicas na região, mudando radicalmente o grau de intervenção da administração federal na Amazônia. Nas palavras de Octavio Ianni, durante os anos do regime, “foram tantas e tais as decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia (...) que se intensificou e generalizou a transformação da economia da região.” (IANNI, 1979, p. 60). De qualquer maneira, quando observamos essas transformações, é difícil não fugir do fato delas terem sido estruturadas sob a égide histórica do modelo centro-periferia. Esse é um modelo clássico da organização capitalista mundial, onde

reproduz-se as relações de dominação e dependência, “que faz com que todo progresso das economias periféricas sirva para acentuar a denominação das economias centrais e aguçar os desequilíbrios.” (HÉBETTE, 1974, p. 27). Portanto, também não seria um erro afirmar que estamos diante, ainda na ditadura, de um tipo “recolonização”. Essa nova estrutura, no entanto, foi paulatinamente rejeitada pelas populações tradicionais à medida que avançamos a década de 1980 e o fim do regime. Da mesma forma procedeu com a dominação colonial de outrora, onde, sabemos, caminhou para a rebeldia dos segmentos locais e os consequentes movimentos de independência e formação das nações latino-americanas.

No ponto de avaliação das políticas da ditadura para a Amazônia cresce em importância as reflexões de Jean Hébette e seu grupo (1974) no momento em que são convocados pela SUDAM para avaliar o que ocorria com a Amazônia durante a década de 1970. Nesse sentido, seu livro passa a funcionar muito mais como fonte do que como uma referência para a pesquisa. De acordo com suas contribuições, colocadas no calor do momento das transformações provocadas em território amazônico, torna-se incontestável o fato das ações integralistas terem se pautado muito mais como uma tendência centralizadora e unificadora (HÉBETTE, 1974). Ao incidir sobre o território amazônico, observa-se que a região Centro-Sul atuou como um “grande centro polarizador”, mediante suas ações na constituição do capital monopolista. Mesmo que parte da retórica que acompanhou o planejamento econômico regional tenha defendido uma redução dos desequilíbrios regionais, na prática o que se viu foi a reversão da Amazônia ao benefício de um centro polarizador e monopolista. Ilustramos essa questão quando discutimos a política de incentivos fiscais. Resumindo, a avaliação da política da ditadura no trabalho de Hébette, durante década de 1970, não escapava à conclusão de que:

Se região se define, segundo o Professor Etienne Juillard, como ‘um espaço percebido por seus habitantes como um território dotado de uma certa personalidade, de uma certa solidariedade na economia e no comportamento’, a região amazônica está realmente sofrendo um processo de desintegração. Isso não deve ser encarado, por si só, como sendo um mal, e muito menos como catástrofe final. Deve ser enfrentado como uma crise, uma inevitável e irreversível mudança, uma vez que a região não se restringe a um espaço físico, mas é uma realidade social; ela evolui, se modifica, se transforma, se desfaz e se recompõe. Não adianta o saudosismo. O que importa é ser consciente do que está acontecendo, colocar os fundamentos de novas solidariedades e planejar uma nova organização do espaço. À medida que conseguir este desafio, a Amazônia irá criando condições de reciprocidade e complementaridade com outras regiões do país (HÉBETTE, 1974, p. 90).

Ao meu ver, o conteúdo da citação é quase profético. Ela bem define o que ocorre entre os anos da ditadura e também apresenta o que viria a suceder aquele período. Dessa forma, junto às avaliações de Jean Hébette contidas no trecho acima, consigo agora articular uma rede na defesa da tese que aponta o fim das dinâmicas regionais amazônicas ao longo da ditadura.

Mas esta tese não pressupõe uma conclusão final, pois se apresenta como um processo, uma tendência. O autor em questão também assim se posiciona quando manifesta que a desintegração da Amazônia, o apagamento de suas fronteiras, não deve ser encarada como uma catástrofe final. E de fato não o foi, tendo em vista, no pós ditadura, a recuperação das dinâmicas regionais pela reivindicação territorial dos setores populares. Mas tal movimento, característico da década de 1980, só existiu ao ter percorrido os mesmos caminhos indicados por Hébette ainda em 1974, como mais ou menos indicado na citação acima. Dito seja, os novos sujeitos políticos e sociais da Amazônia só emergiram pela recuperação de “novas solidariedades” e através de uma “nova organização do espaço”. É claro que a atuação desses setores populares e tradicionais no pós-década de oitenta não acarretou numa revolução do sistema capitalista como queria Francisco de Oliveira. Ou seja, elas não puseram um ponto final no pacto entre as elites nacionais e locais frente ao processo de hegemonização. A Amazônia do presente é um território em disputa. Mas este novo movimento político da região conseguiu, ao menos, como pressupunha Hébette, a criação de novas “condições de reciprocidade e complementaridade com as outras regiões do país”, garantindo, ao menos em parte, as especificidades do regionalismo amazônico.

Para ser justo com Francisco de Oliveira (1981), não queremos na sua esteira afirmar que não existia região amazônica durante os anos de governo da ditadura. O que estamos demarcando é que durante esses anos os esforços de modernização e desenvolvimento conduziram a região para um processo onde observa-se uma tendência para a completa homogeneização, o que acabaria por fazer desaparecer a região. E, ainda segundo Oliveira, essa “tendência quase nunca chega a materializar se de forma completa pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado” (OLIVEIRA, 1981, p. 27)”, ou seja, associa estruturas modernas com situações arcaicas e tradicionais. Tendo a Amazônia como foco, a derrubada da floresta, somada à criminalização do extrativismo, enfim, toda exploração e devastação causada pela entrada dos grandes projetos durante o regime militar, não conseguiram apagar a imagem amazônica do ribeirão, do seringueiro, do quilombola ou do indígena, esses, por sua vez, representantes das formas de vida tradicionais que dão vida à região. Por conseguinte, no diálogo com Francisco de Oliveira, o que se quer é destacar que as políticas da ditadura na Amazônia foram baseadas numa *tendência de hegemonização* do espaço capitalista na região. Mas que, no entanto, o exame de seu caráter diferenciado impôs um sentido diverso da reprodução do capital, assim como ofereceu um quadro de resistência popular que pôs fim à morte anunciada de suas fronteiras pelas políticas da ditadura – desembocando, por fim, na pluralidade de vozes que substituíram a narrativa dos

militares. E Francisco de Oliveira também está atento ao fato da região ser um conceito dinâmico, onde as formas que assumem a luta de classes e os conflitos regionais também são capazes de reconduzir as tendências hegemônicas do capitalismo. O autor dá a entender que é possível existirem “regiões em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quando sejam diferenciados os processos assinalados”. (OLIVEIRA, 1981, p. 27)”. Assim, aqui reivindico que quando assinalamos o papel da luta de classes, ocasionada pelas consequências dos modelos e das ações dos militares na Amazônia, identificada enfim no novo protagonismo político das populações tradicionais que emerge no pós ditadura, seria então possível retomarmos e fazermos existir a região que aqui tomamos como problema.

A Amazônia assumiu a sua nova caracterização quando ressaltadas as formas especiais com que se embrincam a reprodução de capital e a luta de classes a partir da década de 1980. Neste novo quadro, o econômico e o político se fundem, e é sob o denominador comum da análise dos discursos que encaminharemos o tópico a seguir.

2.3 Nascimento e morte em vida: as dinâmicas do regional e a passagem da “Amazônia da ditadura” aos “povos da floresta”.

Atribuo o surgimento de novos atores políticos na Amazônia pelo próprio ritmo de transformações operadas na região entre as décadas de 1960 e 1980. É um sentido dialético, em que a aceleração histórica promovida pelos projetos econômicos, corresponde, numa fase posterior, à mesma intensidade com que aparecem novos sujeitos políticos na região. Mas estes sujeitos só podem ser identificados se levarmos em consideração suas múltiplas formas de conhecimento, narrativas e experiências. São comunidades indígenas de línguas diversas e comunidades de caboclos, em toda generalização que o uso do termo implica; são populações negras remanescentes de quilombos; são grupos que envolvem o uso político da questão de gênero, como as mulheres quebradeiras de coco de babaçu. Englobam também as populações ribeirinhas, cenário comum da imagem amazônica consagrada por muitos nas narrativas da identidade regional. Enfim, uma densidade de populações com “conhecimentos, histórias, experiências distintas de relação com a natureza” (PIZARRO, 2012, p. 170), que vivem e trabalham em variados ofícios, definidos, para um conhecedor raso da diversidade amazônica, como apenas dedicadas ao extrativismo.

Esses novos protagonistas da história da região emergem no contexto da falência das políticas da ditadura. Ali, por volta da segunda metade da década de 80, no final do regime, as intervenções do capital monopolista e da tecnocracia militar tinham relegado à região uma disseminada rede de conflitos sociais e litígios diversos. A devastação ambiental alarmava os gestores ao redor do globo, tendo em vista a preocupação com um desenvolvimento capitalista

mais sustentável e equilibrado, pelo menos do ponto de vista da exploração dos recursos naturais. As agências de investimento finalmente haviam assimilado a crítica à concessão fiscal, cuja consequência direta foi a devastação da floresta, vista agora como uma grande fonte de recursos caso se mantida de pé. A especulação das terras por parte dos compradores advindos eixo Sul-Sudeste, quando as adquiriu por preços irrisórios, envolveu a derrubada da mata para formação de pastagens. A fórmula consistia, como veremos em detalhes, na derrubada da mata para aquisição de madeira. Adentrando este mercado os investidores revertiam os custos dos projetos aprovados frente à SUDAM e ao BASA, sem terem que necessariamente produzir. A fórmula de ocupar a Amazônia com a pata do boi para a exportação de carne no mercado internacional também malogrou. A pecuária extensiva não conseguia atender aos padrões de consumo das grandes potências – onde a carne brasileira era vista como de baixa qualidade. Ao fim da ditadura, as prerrogativas das ações militares na região haviam entrado em colapso, sendo deslegitimadas em cenário mundial.

Mesmo com a evidente falência, a saída de cena da tecnocracia militar justificava sua incompetência ao que entendia ser a incapacidade do homem amazônico de levar a diante o desenvolvimento da região. Continuavam a atribuir ao amazônida os estigmas de indisciplinados e incapazes, indolentes, demonizando desta forma os conhecimentos ditos tradicionais e suas diferentes modalidades no uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2008). Este foi o último suspiro dos discursos da ditadura que agora cediam espaço para os avanços do processo de democratização e sua aposta numa gestão federativa – simbolizada na constituição de 1988. Este novo passo da política nacional implicava o reconhecimento da diversidade étnica e das particularidades regionais, onde a Amazônia mais uma vez surge como território chave para a compreensão das mudanças na razão de governo.

Essas transformações no âmbito da ação governamental de certo modo foram impostas pelos conflitos sociais resultantes do planejamento militar na Amazônia. Na retórica militar, o que comandava era ação do Estado, sempre de posse do argumento do racional, do desenvolvimento, do progresso e da segurança. Nessa narrativa, a Amazônia era tomada por generalidades que associavam seu elemento humano à dinâmica natural da floresta. Os dois campos, o natural e o humano, eram tratados como extensão um do outro. Para Alfredo Wagner, “os modelos para produzir tais critérios, considerados objetivos e racionais, são de inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos” (ALMEIDA, 2008, p. 29), e vão permear os princípios e categorias do planejamento e ação dos diversos órgãos e instituições que foram convocados pelos militares para intervir na Amazônia. O objetivo comum desses esquemas envolve a defesa de uma ocupação racional do território, que não significa mais do que

substituir as formas de vida e trabalho na região pela “imperiosidade da sedentarização.” (ALMEIDA, 2008, p. 34). O inimigo é o ser extrativista, visto aos olhos governamentais como “figuras típicas” da região, por sua vez referidos nos projetos através de categorias homogeneizantes, tais como: produtor, lavrador, agricultor, pescador ou, em suma, extrativista (ALMEIDA, 2008). Este é um fazer pensar estruturado pela lógica do estereótipo, escondendo a real diversidade das distintas formas de viver e obter recursos na Amazônia, o que de certa forma preconizou a força com que esses diferentes sujeitos reivindicaram sua presença na região quando no momento de crise da ditadura e de seus esquemas interpretativos sobre a região. Ainda segundo Alfredo Wagner (2008), na mesma obra com a qual dialogamos desde o princípio do trabalho, a configuração desse conflito entre racionalidade militar e protagonismo do viver amazônico deve ser entendido quando colocamos em xeque a ação ambiental. Durante os grandes projetos econômicos, a ação ambiental, “que até então é entendida como sem sujeito, porque depositava tudo na razão do Estado, passa a ter sujeitos específicos, e passa a ser entendida por uma diversidade social a ser explicada por uma heterogeneidade de formas de relação com a natureza.” (ALMEIDA, 2008, p. 73). Este é um conflito, portanto, que recoloca a natureza no centro dos debates. Os novos sujeitos sociais na Amazônia emergem a partir de uma forma da luta de classes que atravessa a questão da politização da natureza e da ação ambiental. Tentaremos percorrer esse particularismo ao apresentar a formação que sucedeu a discursividade militar na região, em que vamos discorrer sobre o processo em que esses discursos governamentais deixam de ser a maior força representativa da Amazônia. Para tanto, é imprescindível resgatarmos o contexto em que se deu essa passagem.

Quando isolamos a ação militar na região, percebemos que estamos diante do que Alfredo Wagner chamou de “monotonia de discursos.” (ALMEIDA, 2008). À medida que se multiplicaram as instituições e agências de intervenção, multiplicavam-se também as séries documentais que insistiam por representar a Amazônia num quadro de soluções ditas racionais. O problema para o conflito político que se segue é que esse discurso do racional é carregado de “uma abordagem bio-organicista, em que fenômenos sociológicos e de cultura aparecem submetidos a processos biológicos e a leis naturais” (ALMEIDA, 2008, p. 30). Ou seja, como vimos, os sujeitos amazônicos eram tidos nesses projetos como meras extensões do mundo natural. Daí a fórmula de pôr abaixo a floresta ao mesmo tempo que se impunha a sedentarização. Aos militares, a dinâmica natural da floresta produzia o seu corolário biológico, entendido pelas vidas baseadas no extrativismo. Por isso, desprende-se que o conflito que sucede a discursividade militar envolve o reconhecimento de que as formas de vida tradicionais não eram biológicas ou naturais, mas pertencente ao mundo social. Devo essa consciência do

conflito, ou seja, da passagem da “Amazônia dos militares” à “Amazônia dos povos da floresta”, ou seja, da diversidade de vozes, vidas e trabalhos às contribuições de Alfredo Wagner (2008). O autor resume o movimento ao assegurar que, “nesta aludida transformação, [estão] sujeitos sociais que se opõem radicalmente aos sujeitos biologizados e buscam deslocá-los do centro das interpretações.” (ALMEIDA, 2008, p. 40)”.

Contudo, para terem suas vozes reconhecidas, foi necessário a esses sujeitos não só o desgaste dos grandes projetos econômicos, mas a falência histórica da empresa seringueira, a desagregação das plantations, e, sobretudo, a falência da intervenção governamental dita racional e moderna. Desta maneira, o momento de descoberta, reconhecimento e reivindicação política desses novos segmentos, coincide com o fim da ditadura centralizadora, autoritária e tecnocrática; com o fim mesmo do regime político dos militares e com a crise em que relegaram o país nos anos de 1980. Por isso é relevante mencionarmos que esse não é por si só um movimento exclusivo do Brasil e da Amazônia. Ele remete a uma virada de perspectiva da epistemologia acadêmica e do militantismo político das esquerdas em toda a América Latina. Como argumenta Arturo Escobar (2007), a crise dos anos oitenta no continente fez com que nossos países experimentassem as piores condições sociais e econômicas desde a conquista – daí a facilidade que temos em tecer comparações entre as políticas da ditadura na Amazônia com o contexto colonial, principalmente quando avaliamos suas consequências, seja pela resistência que engendraram ou seja pela crise em que resultaram. Mas dando continuidade às análises do período histórico em destaque, foram nos anos oitenta que se presenciou novas mobilizações coletivas e importantes renovações teóricas. Mesmo com toda a ganância e euforia das tentativas de transformação econômica da América Latina a partir do início da segunda metade do século XX, à medida que caminhamos para o fim deste século, ainda era marcante a presença no continente de uma heterogeneidade temporal e social. Ou seja, era comum observar-se a sobrevivência no tempo e no espaço de formas de organização cultural que eram pré-modernas, modernas e até anti-modernas (ESCOBAR, 2007). Algo que o materialismo histórico chamou de desenvolvimento desigual e combinado. É impossível negar que foi essa manifestação da diversidade, sua resistência, que fez da América Latina um centro propulsor de novas críticas à modernidade, às instituições e à corrida do desenvolvimentismo capitalista massificador. Esta sobrevivência cultural do continente autorizou uma revisão teórica dos movimentos sociais, que não somente possibilitou-os uma sobrevivência, mas que também fez aproximar a vida intelectual e a vida social no continente (ESCOBAR, 2007).

Não podemos negar que parte importante da mobilização política que acompanhou os finais da ditadura tenha sido o clássico movimento grevista e sindical na região industrial de

São Paulo. No entanto, a resistência anticapitalista do século XXI só sobrevive no continente pela incorporação de uma agenda que se mantém atenta a sua diversidade cultural anti-hegemônica. E esse movimento tem suas raízes nos anos oitenta, quando se percebeu que a complexidade cultural do continente era ela mesma uma ferramenta de combate. Nesse processo, mais uma vez a vida social da Amazônia contribuiu decisivamente. Essa relevância do regional só existe pois o ponto de partida da nova cara da resistência é justamente uma reinterpretação da modernidade latino-americana. O presente trabalho, dessa forma, tenta humildemente contribuir com a crítica da modernidade no continente, ressaltando a os aspectos positivos e negativos de sua incompletude. Faço isso quando questiono as bases da transformação da região pela razão governamental da ditadura, os aspectos negativos da modernidade; assim como complemento a crítica, quando abordo o movimento político que acompanhou o fim dos esquemas dos militares na região amazônica, os aspectos positivos da modernidade incompleta. Somente definindo suas implicações nacionais e globais é que se torna possível dar relevância aos estudos que se direcionam às dinâmicas regionais.

Ao tomar para a discussão a razão de governo entre os anos da ditadura e o movimento político que a substituiu, a região aparece como mais um território latino-americano onde as tradições ainda não se foram, mas onde também a modernidade não acaba de chegar (CANCLINI, 2006). Recorrendo a essas particularidades regionais podemos atestar que a realidade do continente é um caldeirão complexo onde ainda fervem tendências modernizantes e tradições diversas. Nesta ebulição, surge o protagonismo dos novos atores políticos da Amazônia, pois estes percebem que a solução para seus territórios não envolve a erradicação de suas formas de vida, conclamando, por outro lado, a marcha rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Percebeu-se que a tendência da modernização, quando não os matam, forçam sua conversão em trabalhadores urbanos ou em mão-de-obra da agroindústria. Este não é o caminho. Foi amadurecendo a consciência da legitimidade de suas formas de viver e trabalhar que emergem junto ao protagonismo desses sujeitos uma consciência crítica relevante do ponto de vista do enfrentamento ao capital. Como dito, assumindo a validade desse reconhecimento, fortaleceram-se também os movimentos sociais do campo e da cidade, atualizando seus referenciais críticos na organização da luta e na crítica sistêmica.

O processo que culmina no amadurecimento político das comunidades tradicionais amazônicas acompanhou a necessidade de sua organização, reconhecimento coletivo e solidariedade. Mas antes que tentemos justificar sua presença no espectro da luta de classes, ao gosto da historiografia marxista, com quem paqueramos no presente capítulo, cabe dizer que parte fundamental da sua estratégia de resistência também se dá ao nível dos discursos. De uma

maneira ou de outra, esses sujeitos perceberam que sua atuação política exigia uma radical ruptura na forma como se diz e pensa a Amazônia ao longo de sua história, se tornando eles próprios os principais interlocutores da região. Nesse movimento, a definição do que representa a floresta passa da monotonia da razão governamental para uma pluralidade de vozes e conhecimentos tradicionais que vão disputar o espaço público proclamando o seu novo entendimento. O exemplo é paradigmático, uma vez que entende-se ser esse o caminho para o atingirmos o que Arturo Escobar chama de “*posdesarrollo*” – uma nova era que possa orientar a luta política no continente. Sua constituição não se daria apenas pela defesa de estratégias produtivas alternativas, mas também por uma resistência semiótica ao capital que tenta reestruturar a natureza e a sociedade. E, como bem colocado, a apropriação semiótica da luta pelos atores políticos amazônicos no pós década de oitenta foi o que forçou uma nova linguagem para o entendimento da região; linguagem esta que forçou e acompanhou um novo trato institucional para com a realidade social daquele território. Foi na resistência semiótica que, como vimos, as comunidades tradicionais passaram de sujeitos biologizados a sujeitos sociais, ação determinante para o próprio reconhecimento coletivo desses grupos, mas também para o reconhecimento governamental de suas existências e para a conquista do apoio das agências multilaterais que atuam na Amazônia contemporânea. E como todo discurso arrasta consigo uma prática política bem definida historicamente, complementa-se à ruptura semiótica operada pelos novos atores políticos da América Latina, “la descentralización económica, la descburocratización del manejo ambiental, el pluralismo político, la autonomía cultural y la productividad ecológica.” (ESCOBAR, 2007, p. 345).

Sobre o conflito em torno da implementação da modernidade capitalista na Amazônia, nos ensina Ana Pizarro (2012) que a virada discursiva que surge com a falência das políticas militares só é possível pela sobrevivência histórica das imagens de uma Amazônia cortada por rios, lagos e igarapés – em síntese, a mesma com a qual os primeiros cronistas se depararam no momento de conquista (PIZARRO, 2012). A sobrevida imagética de uma Amazônia tradicional faz com que a autora afirme que qualquer tentativa de intervir na região por parte de agentes externos deveria levar em consideração o acervo de conhecimento encontrado nas vozes plurais que passaram ao centro da enunciação regional na última década do século XX. Para ela, no entanto, deve-se ressaltar nessa capacidade enunciativa uma ‘poética do imaginário’, um conjunto de relações culturais com o mundo, “cuja mediação é feita por meio das simbolizações estéticas configuradas na mitologia, na arte, na visualidade amazônica.” (PAES LOUREIRO, 2000, p. 80 apud PIZARRO, 2012, p. 202). A autora tem consciência de que a nova fase discursiva da Amazônia é resultado daqueles que viveram o drama da modernização

desenfreada ao longo dos anos da ditadura. Os discursos que vem tomar o lugar da necessidade imperativa do desenvolvimento e da segurança são aqueles baseados na textualidade e oralidade de “ribeirinhos, garimpeiros, centenas de grupos indígenas, descendentes de quilombola (PIZARRO, 2012, p. 204)”, etc. São, em resumo, “os discursos de uma cultura fragmentada que falam da situação de suas vidas, suas expectativas e lutas (PIZARRO, 2012, p. 204)”. Mas, no momento que a tomo como grande referência, é preciso fazer uma alerta às suas argumentações que privilegiam o sentido estético, poético e mitológico das novas narrativas. Este alerta é baseado na perspectiva de que as representações das comunidades tradicionais não configuram uma razão única e consolidada no trato da região amazônica. Seus discursos envolvem-se numa complexa teia de conflitos para garantir sua enunciação e conseqüentemente sua sobrevivência. Ou seja, esses discursos não estão consagrados e daí a relevância de tratá-los por um viés político, cujas discussões devam estar articuladas à construção de sua legitimidade no quadro da luta social, preterindo, dessa forma, o trato exclusivo com suas facetas sublimes da estética e narrativa. Acredito que uma abordagem unicamente centrada na poética do imaginário presente nos discursos das comunidades tradicionais corre o risco de contribuir com planos e projetos que seguem o intento de levar a modernidade capitalista para a Amazônia, apagando, desta forma, a presença daqueles que lutam por ocupar o lugar de fala da região. Alerta Alfredo Wagner (2008) que uma série de empreendimentos privados e estratégias empresariais cada vez mais tem levado em conta o que chamam de “multiculturalismo” ou “diversidade social” em seus planos e ações regionais. A princípio, há quem diga que essa apropriação se trata de uma vitória discursiva, uma vez que, como queria Pizarro (2012), os agentes externos passam a agir na região levando em consideração os referenciais colocados pelos segmentos da floresta. Contudo, perderíamos de vista que um dos marcos dessa formação discursiva é justamente a apropriação escusa de seus enunciados por parte das agências de desenvolvimento que seguem tentando incorporar novas dinâmicas de exploração da Amazônia. Ora, a emergência desses novos discursos veio incorporada ao movimento de reconhecimento e identificação do grupo que os enunciava, numa luta aberta pela sua sobrevivência e pela manutenção das suas formas de vida e trabalho. No momento em que as agências multilaterais, ou, como acusa Alfredo Wagner (2008), a própria literatura do Banco Mundial, passam a justificar suas ações como centradas no “participativo”, no “comunitário” ou “solidário” (ALMEIDA, 2008), têm-se uma apropriação dos discursos desses atores para suportarem iniciativas que, na contramão, inviabilizam sua própria reprodução enquanto grupo. Neste caso não há meio termo. Se por um lado as políticas desenvolvimentistas utilizam da linguagem imposta por esses novos segmentos políticos, seus usos, em boa parte

destes casos, funcionam de maneira a contribuir com a exclusão dos próprios epicentros da enunciação que a fundaram. Os discursos não têm como sobreviver sem serem proclamados diretamente por esses segmentos. Estamos diante de um problema em que os discursos localizados nas narrativas dos grupos internos à Amazônia estão sendo estrategicamente utilizados por agências externas e desenvolvimentistas que ameaçam a existência destes mesmos grupos.

Este é o paradoxo que encontramos na tentativa de internacionalização do território amazônico. As grandes potências, que tanto contribuíram para o obsoletismo dos esquemas propostos pela ditadura, hoje incorporam parte dos discursos desses novos agentes políticos, mas atuam de maneira a dificultar a sobrevivência de seus referenciais. O que quero afirmar é que existe uma vitória política baseada na imposição de novos esquemas interpretativos da Amazônia, mas ela não é definitiva. A luta pela imposição das fronteiras regionais não é estática e, portanto, está sempre ameaçada pelas tendências de hegemonização. O que existe é uma disputa para que esses referenciais discursivos sejam levados em consideração quando contribuem na defesa da sobrevivência dos grupos sociais responsáveis por seu desprendimento e enunciação. Desta forma, acredito que o esforço intelectual que trata a questão dos discursos só poderá contribuir com as dinâmicas regionais quando assimilado o seu diálogo com a economia política – procedimento caro à obra de Arturo Escobar. Trata-se de fazer uma economia política dos discursos, sem utilizar de determinismos, mas também sem se restringir a sua dimensão estética, sob o risco de seu próprio desaparecimento. Estou convencido de que parte importante na configuração da luta política é a importância adquirida pela linguística, campo fundamental para o fortalecimento das identidades em luta e para o estabelecimento de uma era pós-desenvolvimento na Amazônia. Mas não podemos perder de vista que essa nova discursividade só se realiza se entrarmos na disputa de seus usos e apropriações, recorrendo ao fortalecimento e legitimidade dos grupos que a fundaram, a opera e a enunciam.

A título de ilustração, ofereço um exemplo comentado por Alfredo Wagner em que demonstra a astúcia das agências de desenvolvimento ao lidar com a nova discursividade da Amazônia. O autor denuncia que as noções de comunidade e etnia, tão reivindicadas pelos sujeitos políticos no pós década de oitenta, são apropriadas e manipuladas pelas agências de desenvolvimento de maneira a validá-las por agrupamentos baseados em laços de consanguinidade e afinidade, tornando “constantes os elementos identitários, retirando-lhes o caráter dinâmico e a possibilidade de transformações mediante distintas contingências históricas.” (ALMEIDA, 2008, p. 73).

Etnia e identidade são critérios decisivos na organização política desses setores, daí a preocupação caso manipulados pelos agentes exógenos. Foi utilizando estes critérios que os sujeitos conseguiram transformar seus grupos em verdadeiros movimentos sociais. Observamos essa mudança desde o alvorecer da década de 1980. Assim ocorreu com a experiência política de Chico Mendes. A sua proposta era unificar as exigências de seringueiros, indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, na chamada União dos Povos da Floresta. Etnia e identidade foram mobilizadas para caracterizar os grupos que na relação aberta com a floresta passaram a articular uma luta ambiental. De maneira geral, o que orientava o reconhecimento coletivo, em toda diversidade que representavam esses grupos, era a consciência de que “a destruição da floresta significa a destruição deles mesmos, suas famílias, seu futuro.” (PIZARRO, 2012, p. 214). Francisco Alves Mendes Filho foi seringueiro e sindicalista. Participou ativamente da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, ainda em 1977. Morreu assassinado por grandes proprietários de terra, no Acre, em 1988, tornando-se um mártir na luta dos povos da floresta frente às investidas modernizantes e latifundiárias na região. A categoria que ajudou a organizar os diversos trabalhadores foi chamada, como vimos, de União dos Povos da Floresta. Ela representou o agrupamento organizativo de “famílias de produtores diretos com consciência ambiental aguçada e laços locais profundos, recolocando o significado de natureza.” (ALMEIDA, 2008, p. 38). O sentido plural concedido à noção de “povos” já denota a fusão da multiplicidade de identidades que a caracteriza. O exercício da luta é um processo contínuo de reafirmação dessas identidades, no qual soma-se a organização da ação coletiva, tendo em vista suas reivindicações frente aos aparatos de Estado, e sua autodefesa, no choque com aqueles que invadem terras indígenas e usurpam terras tradicionalmente ocupadas.

Os sujeitos políticos que aparecem na Amazônia no pós-ditadura são um fenômeno cultural que expressa a autoconsciência de condições específicas de existência. O esforço da luta de Chico Mendes era, neste caso, implementar uma dimensão política capaz de organizar a ação na diversidade das identidades em união. Nelas estariam presentes não somente os seringueiros, mas também os “castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e povos indígenas.” (ALMEIDA, 2008, p. 38). Sob a batuta da aliança dos povos da floresta, começam a aparecer organizações como o Conselho Nacional de Seringueiros ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu (ALMEIDA, 2008). Esses novos movimentos sociais têm como marca a associação com pesquisadores científicos e assessores técnicos que tentam contribuir de maneira a formular planos de manejo no trabalho de obtenção de recursos junto à floresta. Neste sentido, a ação política desses grupos

anda junto a “novas modalidades de percepção e de conhecimento.” (ALMEIDA, 2008, p. 91). Assim, as políticas na Amazônia após a década de 1980 “expressam um jogo que não se restringe a mobilizações políticas, mas que é também um jogo de saberes diversos coadunados com a reprodução social.” (ALMEIDA, 2008, p. 91). É o que o autor chama de “disputa pela legitimidade de conhecimentos elementares.” (ALMEIDA, 2008, p. 91). Portanto, a investigação que reposiciona a ordem dos discursos como campo central da organização e luta política é uma demanda dos próprios movimentos. Para existir, eles precisam da construção de outros saberes, assim como também precisam da crítica aos modelos explicativos que historicamente os excluíram, dando legitimidade, dessa forma, aos seus conhecimentos e, conseqüentemente, às suas identidades. Somente através dos estudos sobre a ruptura operada na Amazônia durante os anos oitenta é que podemos dar o entendimento completo do esforço intelectual que pretende recortar os discursos e ações dos militares na região – como disse, seu nascimento, mas também sua morte, ainda que observemos o cenário amazônico presente como dado por uma disputa das interpretações entre a proposta da ditadura e o surgimento de novos atores políticos locais.

A importância política da abordagem discursiva sobre a Amazônia é então também justificada pela necessidade de legitimação dos saberes tradicionais. Essa questão de certa forma atualiza o que discutimos sobre as particularidades da América Latina em relação à responsabilidade da vida intelectual e sua aproximação com a vida social durante a década de 1980. No entanto, demarcada essa posição da luta, o que de certa forma reforça as contribuições deste trabalho, cabe agora problematizarmos se podemos pensar as reivindicações desses sujeitos como parte do que se entende pela luta de classes no capitalismo. Já utilizei deste conceito em outras oportunidades, mas agora cabe aprofundar sua validade explicativa para o processo que demarca a passagem da Amazônia da ditadura para a Amazônia dos povos da floresta. Ao gosto da teoria marxista, contribuiria as ações das comunidades tradicionais amazônicas ao devir histórico que aponta a ruptura com as bases materiais do sistema capitalista?

Primeiro, é recorrente a acusação de que o atual interesse do capital na Amazônia inclui o trabalho dos grupos não hegemônicos, uma vez que a nova vertente de exploração da floresta depende de sua manutenção e equilíbrio. Contudo, em escala nacional, não podemos esquecer que seus territórios ainda se mantem como menina dos olhos do agronegócio, sempre ávido por novas expansões, na tentativa de legalizar novos campos de devastação da floresta, excluindo, por conseguinte, aqueles que vivem e dependem daquele bioma. E não precisamos aqui detalhar que os segmentos da economia rural extensiva representam os setores da elite política e

econômica do país. Por sua vez, os setores populares da Amazônia, principalmente aqueles que tem sua vida ligada à floresta e ao campo, rivalizam diretamente com os poderosos da elite nacional, grupo este que segue na tentativa de monopolizar as terras da região. A partir desse conflito nacional podemos assegurar que as disputas pela legitimidade do saber tradicional são as mesmas que se estabelecem entre as classes sociais que rivalizam o protagonismo sob o capitalismo brasileiro. Isto é, na tentativa de garantir sua sobrevivência e trabalho, parte da população da região enfrenta constantemente os interesses não só do agronegócio, mas também de mineradoras e madeireiras. Dessa forma, estamos diante de uma luta aberta contra o uso privado dos recursos nacionais. Em toda diversidade com que se apresentam as formas de se relacionar com a natureza, esses grupos mantêm uma ideia partilhada de que as terras da região devam ser atreladas ao uso comum daqueles que historicamente mantem-se ligados à floresta. Essa consciência é resultado do reconhecimento coletivo e da reciprocidade social construídas nas distintas formas de se apropriar dos produtos da floresta. Por exemplo, no caso da quebradeira de coco do babaçu “o fruto que cai da palmeira, qualquer um pode dispor desse fruto. Quer dizer, a árvore não pertence individualmente a ninguém, a palmeira não pertence a ninguém em particular.” (ALMEIDA, 2008, p. 97). Portanto, esta é uma luta que também se constitui em torno do direito de uma relação com a terra que não se baseia no princípio da propriedade privada. E se o regime de propriedade privada é a pedra angular do capitalismo, não precisamos esconder que o conflito desses sujeitos políticos pode sim ser encarado como parte da luta de classes da atualidade.

No exercício desta luta, recupera-se também a relevância que tem as formações discursivas e as disputas em torno do saber como ferramenta de combate. Para garantir que suas formas de obtenção de recursos sejam asseguradas, num mundo que é orientado pela lei maior da propriedade privada, faz-se necessário a defesa do “conhecimento tradicional” como legítimo. Para que essas populações tenham espaço entre a hegemonia capitalista precisa-se do “reconhecimento jurídico-formal de formas de acesso aos recursos naturais não medidas exclusivamente pelo direito de propriedade.” (ALMEIDA, 2008, p. 85). Por outro lado, essas lutas também se correlacionam com as mudanças nos campos das relações sociais da produção. Constituem um enfrentamento político em busca da reestruturação de uma produção que insiste em ser reproduzidas pelos pressupostos de maior capitalização e privatização – o que mais uma vez fortalece a inserção desses sujeitos na luta de classes. No entanto, esses segmentos distanciam-se do modelo revolucionário tradicional que privilegia os campos da disputa em torno da já desgastada oposição “operário versus burguês”. Pois, ao trabalharmos a política desses novos sujeitos sociais, temos que ressaltar seu vínculo a um perfil de luta que é

ecológico, como também muitas vezes de gênero e, sobretudo, de sobrevivência básica frente ao avanço do capitalismo na floresta. Essas são as peculiaridades regionais quando tomamos a Amazônia como referência. A luta é de sobrevivência pois estamos tratando de um conflito em que as forças do agronegócio atentam diretamente contra os corpos desses sujeitos, suas próprias vidas, pois, infelizmente, não são raros os assassinatos e os genocídios dos militantes organizados na defesa de seus modos de viver e trabalhar na região. Os conflitos e as mortes são situações que se arrastam desde a década de 1980, entendidos como consequências diretas dos projetos da ditadura na região. Da mesma forma, essa luta tem na ecologia política um ponto chave de seu funcionamento. Não conseguiremos entender a maneira com que parte da população amazônica tomou partido na luta de classes sem enxergá-la como defensora dos “recursos naturales bajo el control comunitario y no del mercado.” (ESCOBAR, 2007, p. 337). Esta é uma forma de “controlar y resistir la valorización monetária de la naturaleza.” (ESCOBAR, 2007, p. 337). Assim, os pobres das áreas rurais da Amazônia, a despeito de sua diversidade cultural, acabam por praticar um certo ecologismo, contribuindo para a conservação dos recursos naturais. Ainda com o suporte de Arturo Escobar (2007), podemos afirmar que outra vertente da luta ecológica é a implicação das questões de gênero em seu exercício. Este aspecto transcende a própria Amazônia, mas nela também somos capazes de encontrar um grande exemplo, como a atuação das quebradeiras de coco de babaçu e a defesa do papel exercido pela mulher na busca por uma atividade produtiva na sociedade capitalista. Segundo Escobar:

Muchos aspectos de la destrucción de las condiciones de producción – surgidas, por ejemplo, de la deforestación y el represamiento de ríos y reflejadas en las crecientes dificultades de acceso a los alimentos, el agua y el combustible, labores femeninas en muchos lugares del mundo – afectan a las mujeres en particular y contribuyen a reestructurar las relaciones de género y de clase (ESCOBAR, 2007, 337).

Ainda sobre as formas do conflito que assumem os sujeitos amazônicos no final da ditadura, podemos seguir traçando paralelos com a historiografia que tentou captar o sentido da luta de classes. Alfredo Wagner (2008), ao se debruçar sobre a questão, afirma, no diálogo com Eric Hobsbawm, que estudiosos podem olhar para a Amazônia e atribuir seus movimentos como pré-políticos e não propriamente como políticos. Isto se daria pelos critérios difusos que caracterizam as distintas formações culturais dos sujeitos da região. Eles se distanciariam da organização em partidos, privilegiada neste olhar, e estariam dispersos em sua capacidade organizativa, lutando muito mais pela sobrevivência do que inseridos no embate contra o capital. O autor de *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*, contra argumenta ao inferir que é

“possível verificar que carreiras militantes se projetam na vida política, segundo modalidades particulares de ação coletiva e mobilização.” (ALMEIDA, 2008, p. 92). Ou seja, existe a clivagem entre os movimentos sociais dos povos da floresta e os partidos políticos, mas estas associações não são generalizadas. Quando se dão, atuam de forma específica sem a redução das pautas, da organização e da ação política aos partidos e seu controle. Deve-se ressaltar, então, o caráter contingente das lutas e suas situações de conflito. Nessas realidades localizadas, rompe-se com a rigidez da oposição entre movimentos sociais e partidos políticos, deixando de lado a noção estruturada pela ideia de movimentos pré-políticos e movimentos políticos em sua essência.

Mais uma vez, na tentativa de estabelecer novas caracterizações sobre a luta política na Amazônia, é possível continuarmos com o intento de aproximá-la à historiografia da luta de classes. Nesse caso, pretendo encaminhar uma possível associação analítica. Quando optamos por debater a ruptura operada nos discursos dos militares, percebemos que na região existe um enlace entre as formas da cultura popular e as lutas políticas e sociais (ESCOBAR, 2007). Esta é a conclusão fatal à narrativa que tenta entrecruzar as contribuições que priorizam o simbolismo cultural e a originalidade das narrativas que tratam a Amazônia no pós-ditadura, com a formação dos movimentos sociais observadas por Alfredo Wagner no mesmo período. Complementa-se à conclusão acima indicada, o fato de visualizarmos este cruzamento com as lentes de Arturo Escobar, na sua tentativa de aproximar a análise de discurso contida no planejamento das instituições com a discussão da economia política. Ao tomar a Amazônia como pano de fundo, podemos dizer que estamos diante de sujeitos que reivindicam a construção de novas ordens sociais em que possam estar inseridos, onde suas culturas sejam legitimadas, onde sejam asseguradas suas formas de vida frente ao processo de hegemonização capitalista. É uma teorização movediça, difícil de sair depois que se está dentro, buscando assimilar as relações entre o político e o cultural, bem como suas implicações na vida social e econômica, sem, contudo, estabelecer determinismos de nenhuma natureza.

Portanto, ao reformular questões de identidade cultural e justiça social para entendermos a política da Amazônia após a retirada do controle militar, não foi difícil sugerir, no diálogo com a historiografia marxista, que estamos diante de um problema parecido com o enxergado por Edward Thompson na Inglaterra do século XVIII (THOMPSON, 1988). O autor analisa como os camponeses pautavam suas manifestações contra a política de preços do pão a partir de referenciais culturais partilhados. No seio mesmo da consciência das classes populares, existia uma noção moral de que os preços do pão deveriam ser mantidos de maneira que eles tivessem possibilidade de compra e consumo. A moral dos segmentos populares, parte de sua

cultura, rivalizaria com a imoralidade da economia liberal que, por sua vez, não se preocupava com o fato dos trabalhadores estarem ou não alimentados. Para Thompson, a cultura popular desempenha um papel fundamental na luta de classes, sendo possível, naquele momento histórico, que as classes populares da Inglaterra resistissem, através de ações diretas (outra marca da cultura do povo), ao avanço da incipiente economia de mercado que dominaria a dinâmica industrial no país. Em resumo, a resistência das classes populares, portanto, e é isso que Thompson argumenta, envolve a condição de que esses segmentos rivalizem sua própria leitura do cultural com o movimento de hegemonização capitalista e sua ditadura do mercado e dos preços. Não podemos esquecer que a cultura do popular é comunitária, associativa, enfim, coletiva. Nela, elementos como legitimação do trabalho, da vida, da necessidade de obtenção de recursos e alimentos, segundo seus próprios critérios, ganham força e de certa maneira condicionam a organização política da classe e sua luta. Na contramão destes princípios estão as elites dominantes e seu empenho de capitalizar e privatizar a todo custo as formas de produção. Foi impossível, portanto, não correlacionar esta leitura da realidade inglesa com o particularismo da Amazônia. Na região em questão, a cultura, campo de construção das identidades, desempenhou um papel fundamental na própria consciência desses sujeitos como parte do mundo social. Na experiência desses grupos, a cultura cumpre a função de possibilitar seu reconhecimento coletivo, facilitando sua organização e contribuindo diretamente para a ação política. Foi isto que tentei demonstrar quando investigamos a luta dos novos sujeitos políticos da Amazônia. A história desses grupos envolve, por fim, a falência das formas de governar da ditadura e demonstra que a crítica ao modelo discursivo do regime é uma maneira de também chegarmos ao ponto da conformação da luta de classes no capitalismo.

Chegamos ao ponto de afirmar o grande valor da ruptura operada na formação discursiva dos gerais. Ele reside na capacidade dos novos sujeitos em reposicionarem as fronteiras regionais contra o processo de hegemonização levado a cabo pelo capital nacional a partir da segunda metade de século XX. A reconstrução das identidades coletivas na Amazônia permitiu que seus atores políticos passassem a se definir a partir de seus próprios referenciais. Deixaram assim de corresponder àqueles elementos a serem substituídos pelas políticas desenvolvimentistas implementadas na região. Não só os sujeitos como o próprio território emancipou-se das caracterizações hegemônicas que o entendiam como um instrumento único do planejamento dito racional. “Estamos diante hoje, sobretudo a partir de 1988, de múltiplas racionalidades concorrentes, implodindo com a ideia de um racional superior alimentado secularmente pelo colonialismo.” (ALMEIDA, 2008, p. 74). Como vimos, a reconstrução das identidades desses sujeitos só foi capaz de operar tal ruptura quando passaram a reivindicar

uma determinada territorialidade que a acompanha. Foi propondo “formas intrínsecas de se relacionar com a floresta (ALMEIDA, 2008, p. 74)” que a emergência desses sujeitos sociais surgiu atrelada a territorialidades específicas. Esse processo de territorialização é que entendo ser uma reconstrução das fronteiras regionais. Na medida em que a luta política dos setores populares da Amazônia rural só faz sentido quando atrelada à territorialidade que as constitui, afirmamos, de outro modo, que existe uma dinâmica regional naquele espaço. Este território do regional só se confirma, também, pelas diferentes formas de organizar a produção e a propriedade nele contidas. Este é um argumento que retira a região como consequência de uma “construção ideológica da classe dominante dentro do processo de realização do capitalismo no Brasil (MARTINS, 1999, p. 57)”. O regionalismo que transpassa o trabalho aqui apresentado torna-se

muito mais do que uma ideologia da classe dominante (...). Ele se apoia (...) na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 38).

A citação é relevante do ponto de vista da discussão do regional, mas ela trata da “invenção do Nordeste”. No que toca à Amazônia é importante declarar que as “várias camadas da população” ou os “vários segmentos” dos quais se refere o autor tem caracterização mais restrita. Trata-se somente daqueles discursos operados na esfera de ruptura com a perspectiva dos grandes projetos entre as décadas de 1960 e 1980, responsáveis por diluir as fronteiras da região. Portanto, os discursos da regionalidade amazônica reduzem-se, no tempo presente, àqueles que são enunciados pelos sujeitos políticos que resistiram à hegemonização do território pelo capital monopolista (seus descendentes), conclamando a atividade intelectual para estar mais conciliada à dinâmica do social. Desloca-se, portanto, o sentido de autoridade encontrado na própria etimologia da palavra região. Nela, a faculdade de chamar a ser o que se toma por regional é um ato *régio* (do rei), que, na minha visão, quando tomamos a passagem da “Amazônia da ditadura” para a “Amazônia dos povos da floresta”, deixa de ser enunciado pelos setores privilegiados da sociedade e suas instituições para se conclamar uma região atribuída e enunciada pelos setores sociais da resistência, do popular. Ou seja, retomar à Amazônia a condição de região é um atributo dos sujeitos políticos que lutaram contra o processo de diluição de suas fronteiras pelos projetos econômicos do capital nacional hegemônico, cujos anos da ditadura representam o período dessa aceleração.

Este deslocamento que envolve tanto a luta social como uma ruptura narrativa exigiu que esses sujeitos levassem a diante um processo de reapropriação coletiva “sobre os princípios de construção e avaliação da sua própria identidade.” (BOURDIEU, 1989, p. 125). No mesmo

processo eles recusam os esquemas interpretativos que os relegavam à condição de meras extensões de um mundo natural a ser destruído. Foi um movimento de resistência em que se observa a rejeição do status de dominado, no qual o sujeito “abdica [sua identidade] em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se em sua própria identidade.” (BOURDIEU, 1989, p. 125). Ao tomar como objeto a capacidade desses militantes em atribuir uma realidade à região amazônica é que complemento a abordagem crítica da discursividade da ditadura. Nesse terreno passamos de um processo em que se estabelece uma determinada representação da realidade (capítulo 1) para uma defesa da realidade da representação, ponto que chegamos ao retomar a validade do conceito de região pela territorialidade dos seus novos sujeitos políticos.

Portanto, utilizo aqui de um discurso regionalista que nada mais é que um discurso performativo (BOURDIEU, 1989). A intenção é “impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada.” (BOURDIEU, 1989, p. 116)”. Essa assertiva importa a medida que contribui para a crítica da formação discursiva criada na burocracia militar para se referir à Amazônia, uma vez que seu modelo dominante, reconhecido e legítimo, esforçou-se por ignorar as próprias dinâmicas regionais e até a superá-las. Considerei que não havia outra escolha para jogar o jogo das representações da Amazônia ao longo de sua história. Se minhas denúncias articularam a maneira artificial e exógena com que ao longo do tempo ela foi construída, a própria investigação exigiu que eu atestasse uma possível existência de sua materialidade. Este é o papel que tem a ciência no momento em que adentra os campos de disputa do poder e sua capacidade de reger as fronteiras sagradas. Estou consciente de que a Amazônia da qual falam os militares não passa de mais uma entre as tantas formas de se representar a região desde a época da conquista. No entanto, a defesa dos atores políticos que os sucederam e sua capacidade de recolocar as fronteiras regionais é uma forma de se incluir no real a mesma representação que se tem dele (BOURDIEU, 1989). Mais do que isso, é inserir as reflexões aqui estabelecidas na disputa pelas representações que, por sua vez, se apresentam em distintas manifestações da luta social e política.

Em toda essa discussão do regional me coloco então como cúmplice dos segmentos sociais amazônicos que surgiram como sujeitos políticos no pós ditadura militar. Caminho com eles na legitimação de seus territórios e manifesto a necessidade de reprodução dos estilos de vida “tradicionais” para a sobrevivência da Amazônia. Ao fazer essa escolha não há como fugir do fato de que não só utilizo o conceito de região para me referir à Amazônia do tempo presente como também o defendo. Se num primeiro momento denunciei a artificialidade dos discursos que caracterizam a Amazônia nos anos da ditadura, seu efeito de verdade, agora não posso me

esquivar da realidade regional contida nas narrativas dos povos da floresta. Muitos dirão que este deslocamento me mantém preso à chamada “história regional”, “porque esta, por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 39). O risco de ser capturado pela prática ultrapassada de uma história regional se embasaria pelo falo de agora assumir a Amazônia como uma proposição concreta, um referencial fixo do discurso. Essas seriam as consequências inevitáveis de tomar a Amazônia como uma “ilusão referencial”, um recorte espacial estático, à maneira que procedem a antiga geografia e as próprias concepções da ditadura sobre a região. Contudo, tentei demonstrar que o processo que recupera a materialidade regional está longe de ser caracterizado como homogêneo e cristalizado. A região amazônica é um território de disputa e sua abordagem epistemológica precisa assumir um lado. Eu assumi, mas minha posição não precede a necessidade de estabelecer um recorte fixo, tomado por limites e fronteiras espaciais, no qual, a partir daí, seria possível aparecer as reflexões que o encerram. Concordo que a região seja uma espacialidade que “está sujeita ao movimento pendular de destruição/construção, contrariando a imagem de eternidade que sempre se associa ao espaço.” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 35). E a Amazônia assim se manifesta: tomada por um conflito entre aqueles que querem sua radical transformação pela entrada das dinâmicas capitalistas modernas – os agentes de sua destruição – e aqueles que exigem sua defesa frente a manutenção cultural de suas formas de vida tradicionais – seus agentes construtores. Mesmo assim, aqueles que pretendem acusar o presente trabalho de uma mera história regional, que o façam. Como diria Foucault ao ser chamado de positivista, se sou um historiador regional, sou um historiador regional feliz (FOUCAULT, 2016).

2.4 No princípio era o verbo: Castelo e Costa e Silva

A intenção agora é apresentar a linguagem econômica contida no planejamento das políticas regionais a serem implementadas pela ditadura na Amazônia. Observamos que as dinâmicas regionais se tornaram preocupação central aos governos federais a partir da década de 1950 do século XX. Vimos ainda que parte das ações planejadas para as regiões caminham de mãos dadas com o movimento do capital nacional que buscava fortalecer as elites dos grandes centros econômicos do país. No que toca especialmente a ditadura, também vimos a maneira com que o território amazônico aparece na sua racionalidade como um espaço central à investigação e intervenção. O propósito da nova discussão, portanto, não foge a essa regra. A proposta é identificar como os discursos contidos nos documentos do planejamento se relacionam com a estratégia econômica adotada pelos distintos generais ao longo do regime ditatorial. Esse é um movimento que busca transitar das normativas nacionais para as

peculiaridades regionais, tomando a Amazônia como grande exemplo. Nesse intervalo, mas uma vez esbarramos com a linguagem econômica, pois é ela que domina a prática intervencionista dos Estados Nacionais no século XX. Sob essa retórica fundamental é que os governos elaboram seus planos de ação e seria impossível problematizarmos o encaixe da Amazônia em seus projetos sem mais uma vez adentrarmos seu terreno. Não esquecerei, contudo, de indicar o chamado à intervenção amazônica durante o período como pautado por um modelo específico de representação. Encarar a razão de governo durante os anos em que os generais ocuparam a presidência da república requer o diálogo com as estruturas econômicas. Mas não perceberemos o campo como reduto último do determinismo das ações federais. Pressuponho, isto sim, que a economia constitui mais uma vertente do discurso em que são estabelecidas as formas de representar a Amazônia do período.

O debate entre o determinismo econômico e as formas da representação já foi articulado no momento em que discutimos o regionalismo. Mais uma vez ele merece ser chamado para compormos o olhar através do qual abordaremos a escrita dos planejamentos. Cabe discutirmos se os lugares da produção e do trabalho seriam a única base de crítica às políticas do governo, ou se a proposta de as analisar sobre o prisma dos discursos cumpre função relevante na problematização de seus modelos. A recuperação desta nova encruzilhada (entre economia e representação discursiva) é ainda mais importante quando percebemos que as ações a nível nacional são tomadas por acordos e decretos, mas aquelas direcionadas à região amazônica foram por sua vez imaginadas em planejamentos escritos onde são mobilizados esquemas interpretativos bastante questionáveis. É importante mais uma vez ressaltar que, quando tomamos a Amazônia por referência, a crítica ao seu modelo de representação é ainda mais salutar, pois é clara a manifestação do desconhecimento de suas dinâmicas, ainda mais quando as propostas são idealizadas por gestores que até então pouco ou quase nenhum contato haviam estabelecido com a região.

Ao analisar os documentos do planejamento regional quando tratou do Nordeste, Francisco de Oliveira afirmou que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento.” (OLIVEIRA, 1981, p. 25). Para ele, não poderíamos partir da discussão apresentada nos planejamentos para entender as dinâmicas regionais, sob o risco de perdermos de vista as estruturas básicas que comandam as ações. Segundo o autor, estas ações não corresponderiam aos desdobramentos dos discursos contidos nos planejamentos, mas resultariam das dinâmicas de produção e trabalho que comandam o sistema ao redor do globo, onde as grandes potências teriam o grande poder de decisão e organização e onde as esferas regionais seriam laboratórios da hegemonização capitalista. Não quero polemizar com Oliveira

no intuito de resumir a discussão a um ponto de origem, indicando, de outro modo, que seria o regime discursivo contido nos planejamentos que orientam, em última instância, a dinâmica do capital. Mas ainda assim cabe afirmar que estamos no rastro dos princípios e o faro nos indica que no começo “prevalecia o verbo, e o verbo da criação.” (NAHUM, 2013, p. 17). Ou seja, na linguagem discursiva encontraríamos a concepção que define e encerra as questões regionais da Amazônia no seio do capitalismo brasileiro.

No entanto, o que considero relevante é alertar ao leitor que, no trato com a linguagem econômica, não estamos proclamando o movimento de capital, sua produção e circulação, como o território do que é verdadeiramente real. Tomados por essa concepção, invalidaríamos a perspectiva discursiva outrora apresentada, ou no máximo a entenderíamos como reflexo das leis econômicas. Como disse, toda a perspectiva materialista com que dialogamos é também ela uma análise de discurso, pois “no existe materialidad alguna que no este mediatizada por el discurso, y no existe discurso que carezca de relación com la materialidade.” (ESCOBAR, 2007, p. 224).

No materialismo mediado por Francisco de Oliveira, talvez seu argumento mais convincente resida na ideia de que não podemos tomar o Estado – instituição responsável pela enunciação dos discursos contidos no planejamento – como apenas um ponto mediador dos esquemas de representação, mas como sendo ele “capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital.” (OLIVEIRA, 1981, p. 30). Concordo que esse é um movimento passível de ser observado com o que aconteceu com a Amazônia, vimos isso. Mas por outro lado também concordo que a opção pela metodologia dos discursos não se distancia necessariamente desta crítica do autor. Ela também demonstra que o movimento entre as palavras e as coisas é um campo objetivo da luta. Demonstramos que se a Amazônia não foi totalmente tomada pela hegemonização capitalista, isto se deve também às lutas no campo discursivo entre os agentes políticos pós década de 1980. A dificuldade em tomar essas lutas como forma primordial da resistência, reside no fato delas serem silenciosas, discretas, “quase despercebidas quando se pensa que a palavra é feita unicamente para comunicar, esquecendo-se de que ela silencia, ordena, institui, legitima.” (NAHUM, 2013, p. 17). Se o governo da ditadura foi capaz de passar do planejamento regional à transformação da Amazônia foi porque as decisões políticas se deram pelos agentes de Estado capturados pelas formas adiantadas do capital, como bem indica Francisco de Oliveira. Mas o relativo sucesso de seus empreendimentos só foi possível quando mediado um aparato de representação da região que se encontra disperso no arquivo de suas imagens e discursos. Ou seja, o comando que submeteu

a Amazônia ao controle do capital nacional e internacional só é efetivado e legitimado quando orquestrado os discursos que se apresentam ao longo de sua história.

Antes que mais uma vez percamos tempo demais com as reflexões teóricas, quero afirmar que se trata de um sentido de complementaridade entre diferentes perspectivas de análise. E o que quero fundamentalmente dizer com essa exposição prévia é que pretendo fugir dos determinismos. Portanto, não há conhecimento neutro, aquele que expõe a verdade objetiva dos fatos. A economia é mais um discurso cultural que arregimento em minhas análises. Não poderemos criticar o planejamento da ditadura para a Amazônia sem percebê-lo como mais uma tentativa governamental de domesticar as relações da região sob o julgo do capitalismo e suas dinâmicas econômicas. A razão de Estado faz da economia o terreno da realidade inevitável, legitimando suas ações como consequências necessárias à gestão da máquina produtiva e acumulativa. A ideia central é que, pelo bem da economia, tudo pode ser feito e sacrificado. Torna-se ela um “código descritor” das ações, na qual a realidade social se converte em um “espelho da produção” (ESCOBAR, 2007). Dessa forma, a crítica à razão do governo que transformou a Amazônia entre as décadas de 1960 e 1980 só pode mais uma vez ser colocada ao avesso quando rastreado o tal “código descritor” contido no planejamento da economia nacional e regional.

É durante o século XX que observamos a maneira com que a economia incide na elaboração dos acontecimentos históricos (ESCOBAR, 2007). As grandes guerras passam a serem vistas, no seu conjunto de causas e consequências, como reflexos econômicos. A construção de um corpo teórico dedicado à economia cresce em importância, e a medida que avançamos os anos deste século torna-se cada vez mais comum o cuidado dos governos com seu planejamento econômico. A gestão governamental na América Latina acompanha o movimento das grandes potências. Ansiosos para atingir o patamar civilizacional europeu, nossos políticos cada vez mais entram no jogo das negociações com o capital internacional. Nesse diálogo institucional entre as nações, um dos grandes esforços do movimento civil-militar de 1964, nasce o governo do general Castelo Branco, sempre comprometido com as tendências da economia mundial e liberal, contrapondo as propostas nacionalistas do governo deposto. Logo em seguida à consolidação do golpe, dedica-se sua administração a elaborar o que chamou de Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), um diagnóstico elaborado pelos famosos ministros de concepções liberais: Otávio Bulhões e Roberto Campos.

Os ministros e o general nunca esconderam que para executar uma política econômica eficiente era preciso antes garantir a centralização e autoridade do poder no executivo federal. Inferiam, com isso, que para o país adentrar num regime de prosperidade, exigia-se uma política

econômica que só seria executada com o autoritarismo marcante dos militares. Mais uma vez a economia era utilizada na retórica oficial como justificativa para o autoritarismo e a violência marcante dos militares. Nesse jogo, ao longo de seu governo, a ditadura pôde sepultar valores democráticos que respaldam quaisquer relações entre governo e população governada. Como dito, a economia torna-se o terreno da legitimidade de ações espúrias no mundo social – esse é o grande efeito quando a tomamos como refúgio único da realidade, aquilo que realmente importa. Assim também vimos que qualquer planejador preocupado com a economia nacional, sabia que estava mais do que na hora de enfrentar os dilemas regionais em um país com dimensões continentais como o Brasil. A crescente disparidade entre o Sudeste e o restante do território, preocupava os gestores com o que consideravam ser as “regiões atrasadas” da nação do ponto de vista da reprodutibilidade das relações capitalistas. Desde a década de 1950, perseguia-se o intento de organizar um plano de ação inter-regional, no qual, através da política de substituição de importações, também no âmbito mesmo das regiões periféricas, pretendia-se “reduzir os efeitos negativos da desigual divisão do trabalho” no país e abrandar a “crescente concentração industrial no Sudeste.” (PETIT, 2003, p. 68).

O crescente interesse pela Amazônia não se dava somente pelo equilíbrio da economia nacional. A região também era pretendida pelo governo central “ 1) como fonte de recursos naturais; 2) como solução para as tensões sociais de áreas conflitivas; 3) por motivos de segurança nacional; 4) e por preocupação de desenvolvimento das populações locais.” (HÉBETTE, 1974, p. 15). A consciência da importância dessa região ao país amadurece ao longo da ditadura, mas essas pretensões já eram apresentadas desde o planejamento feito pela SPEVEA, instituição responsável pelas políticas regionais antes da entrada dos militares no poder. Os sucessivos tratados para a efetivação das políticas federais na região insistem na necessidade de incorporá-la ao processo produtivo global. Só assim a política macroeconômica seria capaz de tirar proveito de seus frutos ao crescimento da nação. Para tanto, era necessário entrar em acordo com as “aspirações de seu povo”, o que exigia, como vimos, a permissividade de suas elites, pois as intervenções seriam guiadas com a capacidade de investimento lotada não somente nos grandes centros do país, mas também orientada pelo interesse estrangeiro. Como as intenções no plano econômico de Castelo Branco era a retomada do intenso diálogo com o capital internacional, parte dos discursos de seu governo direcionados à Amazônia tinha como intuito garantir o papel de guia das investidas na Amazônia seria desempenhado pelo Estado brasileiro:

A conquista do Planalto e da Amazônia evidente que é um dever nosso, dos brasileiros. Mas, também, já foi dito no discurso do Sr. Presidente, haver um lado suplementar de origem internacional, do qual não devemos ter medo. Pelo

contrário, devemos busca-lo no interesse superior da convivência do País e das regiões que pretendemos povoar, desbravar e fomentar economicamente. A parte interna – isso é evidente – suas características, diretrizes, prioridades, o plano regional, os planos estaduais e territoriais e os planos zonais, isso é uma responsabilidade do governo brasileiro, dos governos estaduais e territoriais respectivos. Isso será ditado por nós e por mais ninguém (MINISTÉRIO DO INTERIOR, p. 82)³⁵.

Este é o pronunciamento do Ministro João Gonçalves de Souza, durante a abertura da I Reunião do Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, realizada em 5 de dezembro de 1966. Ele cumpriu a função de aproximar os intentos federais com os interesses regionais, além de garantir a devida proteção aos investidores do Sudeste frente à competição internacional, resultado da associação de Castelo Branco ao capital estrangeiro. A necessidade do diálogo entre os políticos da nação e os gestores locais fez com que o governo se lançasse numa multiplicação de pronunciamentos, no intuito de diminuir a distância entre as aspirações federais e regionais. Como decorre das palavras do Ministro, um dos caminhos encontrados para o acordo entre as elites foi o apelo ao dever nacional de sustentar a ditadura. Era início do regime e fazia-se necessário trazer os segmentos regionais para o projeto. Parte da estratégia foi, então, a defesa de um nacionalismo que caracterizaria as ações. Assimilando a ação federal, as elites locais passavam a ser agentes construtores da nacionalidade, representantes da nação em território amazônico. Tomando a posição dos generais da ditadura passavam então a serem galgadas culturalmente pelos processos de hegemonização. Veremos mais uma vez a importância do nacionalismo em outros exemplos. Por hora cabe destacar que, segundo o ministro, as orientações das políticas seriam tomadas pelo planejamento exclusivo do Estado brasileiro, demonstrando assim que a ditadura sairia em busca da Amazônia dotada de uma razão nacionalista capaz de legitimar suas ações. Esse saber, *o know-how* da intervenção, está organizado nos documentos do planejamento e também nas publicações dos pronunciamentos dos representantes do governo. O que esses documentos têm em comum, também vimos, é a invenção de uma Amazônia como “espaço abstrato”, como um território que aparece unicamente para a conquista do capitalismo internacional. Esses foram os termos que a ditadura escolheu para tratá-la, e eles aparecem desde o seu primeiro governo.

Mas voltemos à política econômica apresentada pelo PAEG. Propunham os ministros civis um choque de gestão após o golpe. A intenção era “reduzir gradualmente o déficit do setor

³⁵ Coletânea de pronunciamentos oficiais em comemoração ao decreto da Operação Amazônia, em 1966. A publicação do Ministério do Interior é intitulada “Operação Amazônia (discursos)” e não tem a indicação da data. Nele estão contidas as falas de representantes do primeiro governo da ditadura realizadas dentro e fora da Amazônia. Todos eles fazem referências às ações da política regional para a Amazônia durante os anos de governo de Castelo Branco, com exceção da republicação de “o Discurso do Rio Amazonas”, discurso do antigo presidente Getúlio Vargas.

público, contrair o crédito privado e estabilizar os índices salariais.” (SKIDMORE, 1988, p. 52), o que no último caso significou um congelamento dos salários e sua decorrente perda de valor; medidas características da ortodoxia que marcou a gestão do primeiro general-presidente. Contraditoriamente, os primeiros passos buscavam o fortalecimento das empresas estatais através de uma arrecadação maior de impostos. As medidas refletiram na política regional da Amazônia, pois foi o governo Castelo Branco o responsável pela fundação da SUDAM, autarquia governamental que se não absorveu grandes recursos desse fortalecimento institucional, pelo menos saiu do quadro de miséria que se encontrava a sua antecessora, a SPEVEA. Por outro lado, o arroxio da política fiscal não encontrou na Amazônia o mesmo direcionamento, pois a ação da mesma SUDAM foi pautada pela dedução dos impostos entre aqueles que investissem na Amazônia. No cenário nacional, as medidas do primeiro governo da ditadura a princípio causaram receio na iniciativa privada. Credores e devedores do setor não esperavam uma alta dos impostos, o que fez com que o governo tentasse de todos os modos recuperar a confiança do setor privado em suas políticas. Por isso, já naquele momento, a Amazônia apareceu como um território utilizado pelo planejamento governamental para agregar o interesse da iniciativa privada e sua validação à política econômica em curso, se apresentando, dessa forma, como uma opção de livre investimento frente ao arroxio proposto em outros lugares do mercado. De acordo com a interpretação oficial, na região, o governo se responsabilizaria em montar a infraestrutura necessária ao investimento, mas à iniciativa privada cabia “o impulso vigoroso, pois que, o empresário tem experiência, e legítima ambição, tem necessidade de expandir-se pra cá e, na realidade, ele se apresenta com mais do que intenções, com recursos e com projetos concretos.” (MINISTÈRIO DO INTERIOR, p. 85)³⁶. Diante das políticas de arroxio nos impostos, os planejadores da ação governamental tinham consciência da perda de apoio do setor empresarial caso não oferecessem alternativas mais flexíveis para sua atuação. E o fizeram apontando a Amazônia como um tipo de paraíso fiscal. Contudo, ela não foi a única saída. Diante da associação com o capital externo, o risco de perder a base aliada foi encarado com tanta seriedade que era comum a aparição dos Ministros para conclamar uma “nova maneira de pensar” da iniciativa privada. Para Roberto Campos, as elites estavam mal-acostumadas com a atuação do Estado ao limitar a concorrência com o capital internacional através da política de substituição de importações, além de sempre terem a disposição a concessão de fartos créditos ao empresariado (SKIDMORE, 1988). Mas apesar de exigirem novos riscos e esforços por parte dos investidores, veremos que quem realmente sofreu

³⁶ Discurso proferido pelo Ministro João Gonçalves de Souza, em 5 de dezembro de 1966, em viagem à Amazônia a bordo do navio Rosa da Fonseca.

com o arroxó foram os trabalhadores, estes tiveram seus vencimentos estagnados por uma rígida política de controle salarial e, óbvio, não tiveram a alternativa de recolocar seus investimentos na Amazônia, pelo simples fato de não possuírem capital para tanto.

As bases das políticas do primeiro governo dos militares podem ser entendidas como uma guinada liberalizante frente ao nacionalismo econômico praticado por governos anteriores desde os anos 50 do século XX. Dentre as medidas tomadas, estava a revogação da lei de remessa de lucros ao exterior, que desde 1962 impedia que os ativos advindos de atividades econômicas em território brasileiro fossem enviados para fora do país sem maiores taxações ou limites. Esperava o governo que a partir disso o investimento estrangeiro pudesse entrar com toda força no país, incluído aí a participação do governo dos EUA e das agências internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Diante das medidas, cresceram a crítica dos que consideravam a estratégia governamental como um “entreguismo”, ou seja, uma desproteção da atividade econômica nacional junto abertura do mercado local ao capital externo. Na defesa do governo pesou então a política orientada para as regiões marginalizadas, como a Amazônia. Foi assim que o general Castelo Branco, em discurso proferido no Teatro da Paz, em Manaus, combateu as acusações de desnacionalização das empresas nacionais, pois elas desconsideravam as ações de integração “deste imenso Norte, através da Operação Amazônia, para a qual conclamamos toda a devoção do setor público e todas as energias vivas da iniciativa privada.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, p. 43)³⁷. A Operação Amazônia, veremos em detalhes, foi o conjunto de leis e decretos que, em resumo, fundaram a SUDAM, o BASA e, mais tarde, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, além de, fundamentalmente, criar a política de incentivos fiscais para investimento na região, marca de todo o regime. Para o general presidente, as críticas do nacionalismo econômico eram irresponsáveis e não enxergavam o verdadeiro comprometimento nacional do governo no momento em que se dirigia para Amazônia e para o Nordeste, fortalecendo as autarquias regionais, como a SUDAM e a SUDENE, e abrindo espaço ao empresariado nacional com a redução praticamente total dos impostos para aqueles que pretendiam investir na Amazônia. Portanto, o planejamento econômico para a região aparecia na retórica do governo como um fator preponderante na sua defesa contra o “entreguismo”. Mais do que isso, funcionou como instrumento para manter a base de apoio da iniciativa privada nacional, considerada, nas palavras do próprio presidente, como “peça fundamental, mola mestra do modelo de desenvolvimento econômico que preferimos, isto é, o desenvolvimento sem compulsão

³⁷ Discurso proferido por Humberto de Alencar Castelo Branco, em Manaus, no dia 3 de dezembro de 1966.

totalitária ou arregimentação socialista.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, p. 41)³⁸, características estas, na concepção do militares, dos governos anteriores de orientação nacionalista.

Diante da tradição nacionalista dos governos brasileiros, Castelo Branco optou por um choque de gestão ao adotar o modelo austero da ortodoxia econômica. Para garantir o rompimento, sabia que teria de enfrentar as acusações do “entreguismo”. Ciente disto, transformou a região amazônica em parte fundamental de sua retórica legitimadora, um tipo de espaço símbolo do nacionalismo que andava a praticar o seu governo. Em dezembro de 1966, em Manaus, ao se dirigir aos empresários brasileiros, todos preocupados com a facilidade que detinha o capital internacional para adentrar no país, diz Castelo: “No que diz respeito à Amazônia, foi o nosso profundo **nacionalismo** que ditou e orientou o complexo de medidas que na realidade são a causa do vosso comparecimento a este encontro de investidores.” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, p. 44, grifo nosso).

Ainda não foi dito que as medidas econômicas do primeiro governo pós-golpe entendiam as políticas do arroxó como necessárias sobretudo à contenção da inflação. O objetivo de Campos e Bulhões era reverter o quadro de desvalorização da moeda e, para isso, não pouparam ações. Na mesma oportunidade em que retirei os trechos anteriores, Castelo Branco pronuncia que os “sacrifícios” exigidos ao empresariado na luta contra a inflação, também foram colocados aos assalariados. O valor do salário mínimo, por exemplo, “caiu 25 por cento nos três anos que se seguiram à ascensão de Castelo ao poder.” (SKIDMORE, 1988, p. 101). O controle dos salários, somado à redução do crédito e o aumento dos impostos, completava o tripé para contenção da inflação. Não havia como dar cabo de uma política tão desleal e austera não fosse o autoritarismo dos anos do regime somado à reprodução de discursos que garantiram sua legitimidade. Os militares desde o golpe eliminaram as oposições sindicais, o que de certo modo foi outro fator que demonstra sua fidelidade para com a iniciativa privada e a conseguinte adesão deste segmento ao projeto da ditadura. Com a contenção dos salários, o governo demonstrava que “estava pronto para tratar duramente o trabalhador” (SKIDMORE, 1988, p. 102), sujeito que causou arrepios às elites econômicas do país no momento anterior ao golpe.

Mesmo utilizando da Amazônia para defender-se das críticas do “entreguismo”, é fato que o governo Castelo Branco proporcionou um efeito desnacionalizante na economia.

³⁸ Passagem do mesmo discurso proferido por Castelo Branco em Manaus no dia 3 de dezembro de 1966. Cabe ressaltar que foi pronunciado na solenidade de instalação da I Reunião de Inventivo ao Desenvolvimento da Amazônia.

Naqueles curtos anos o Brasil entrou em uma grave recessão industrial. Muitos empresários faliram e tiveram que vender seus negócios a empresários estrangeiros. Críticas se multiplicavam e não havia Amazônia que aliviasse as tensões na economia, ainda que os índices de inflação manifestassem certo controle. No entanto, o que diminuía o peso das acusações de ao governo era justamente o fortalecimento das estatais. Entre elas não podemos deixar de considerar o investimento oficial feito na Vale do Rio Doce, empresa que assumiria, mais tarde, a exploração de importantes jazidas minerais na Amazônia.

Trazendo a discussão mais uma vez para o âmbito regional, podemos assegurar que a política de Castelo Branco na Amazônia não se resumia àquela apresentada pelos pronunciamentos realizados em seu território. Desde o primeiro governo da ditadura foram formulados planos de ações específicos para a localidade. É certo que nesse primeiro momento os planejamentos não obtiveram o sentido articulado e preponderante como viria a ocorrer durante o Governo Médici e Geisel. Sob o comando desses novos generais, o regime organizou os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e, por extensão, organizou os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's). Durante o governo de Castelo Branco, no entanto, o planejamento nacional se restringiu ao já citado PAEG e, a nível regional, coube à SUDAM propor seus primeiros modelos de intervenção, como o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM e o seu complementar, o I Plano Diretor – este último já com a presidência sob comando do general Costa e Silva. Apesar de pouco aplicado, o método da ação econômica decorrente da formulação de textos-base já ocorre no primeiro governo da ditadura. Chama atenção a necessidade dos militares em não só organizar esses planos, como também publicá-los pela Imprensa Nacional e disponibilizá-los grande público. Digo isto, pois sabemos que o sigilo foi uma característica marcante no exercício de governo dos generais, sobretudo quando se trata de suas agências de segurança, tendo em vista os crimes por elas praticados. Ressalto aqui que a importância do trabalho com essa documentação do planejamento é eminente, sendo fundamental sua contínua problematização para aprofundarmos as análises do período.

Sustento que a reprodução dos planejamentos, principalmente no que toca às ações regionais, foi, dessa forma, uma prática já adotada por Castelo Branco. Me parece que a intenção era revestir as ações do governo por uma aura de transparência diante do clima de ruptura na gestão econômica e política. Isso pode ser confirmado na publicação oficial que reúne parte de seus discursos. Para o general, existia a necessidade da ditadura em assegurar suas ações através de uma preponderância da orientação técnica, deixando de lado toda uma tradição política da gestão federal, na qual considerava estar historicamente demarcada por

“interesses partidários”. Não deixa de ser a atualização daquele mesmo argumento do racional, este tão utilizado para as políticas na Amazônia ao longo do regime. Contra a “ideologia partidária”, contrapunha-se a isenção do argumento técnico, racional, não romântico, asséptico, enfim, toda uma gama de adjetivos que satisfazem o ultrapassado pensador positivista ou o expert da economia ortodoxa.

De outro modo, as políticas que seu governo pretendia direcionar à Amazônia não eram tão originais assim. A ideia era transferir à região o modelo que vinha sendo aplicado no Nordeste, pelo menos em termos puramente econômicos, a estratégia foi a mesma. Promover a indústria, substituir as importações, atrair capital interno e externo. Ao governo cabia promover os incentivos fiscais e estabelecer a infraestrutura; à iniciativa privada e ao capital nacional, colocar os investimentos nos novos territórios da exploração capitalista. No âmbito regional, a ação que selou os acordos entre governo e iniciativa privada veio no pacote da chamada “Operação Amazônia”. Trata-se da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Desproporcional, ela previa imensas facilidades ao empresariado interessado na região, como a isenção de até 100% do Imposto de Renda devido até 1982, assim como a liberação dos impostos na exportação de produtos regionais e importação de maquinário e equipamento. À recente criada SUDAM, coube orientar a implementação da lei e, para isso, criou o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, proclamado por decreto em 3 de março de 1967, alguns dias antes da substituição de Castelo Branco por Costa e Silva. O documento não se resume a tratar da implementação prática da lei, e arrasta com ele todo os vestígios da abstração que se tornou a Amazônia na racionalidade da ditadura. De certa maneira, a inauguração do esquema interpretativo dos militares sobre a Amazônia, sua quarta fase discursiva, não coube ao plano da SUDAM, mas remete às publicações dedicadas a tratar da “Operação Amazônia”, no final de 1966. Mesmo não sendo o documento pioneiro, foi com o Plano Quinquenal da SUDAM, no início de 1967, que os esquemas interpretativos dos militares adentraram formalmente nas autarquias regionais. Na verdade, na inauguração do regime discursivo da ditadura no interior de uma agência regional, me parece residir a principal contribuição do documento, pois, apesar dos investimentos deslocados à região, a estrutura prevista para a ação governamental pouco foi aplicada. O curioso é que, de acordo com Dennis Mahar (1978), uma das razões que dificultaram o sucesso do Plano Quinquenal foi justamente a interrupção da comunicação entre os técnicos não residentes na Amazônia, responsáveis por formulá-lo, e as entidades regionais capazes de implementá-lo. O autor ainda afirma que apenas 12% dos recursos previstos no Plano foram retidos na SUDAM e que o montante se manteve diluído entre vários órgãos governamentais e o setor privado.

Na tentativa de corrigir o fracasso do Plano Quinquenal, alguns técnicos, estes sim agora amazônidas, se propuseram a elaborar o seu sucessor, chamado agora de I Plano Diretor. A mágica solução encontrada foi o pedido de mais recursos à união, mantendo as bases discursivas sobre a fatalidade do futuro amazônico, mas, dessa vez, questionando a dependência do capital do Centro-Sul e proclamando a necessidade de uma “autossuficiência regional”. Diante do peso da crítica e das consequências da ação federal na Amazônia, é claro que o plano não foi levado em consideração e, portanto, nunca efetivado. Sua negativa, contudo, não foi mais uma escolha do governo de Castelo Branco, pois, desde 15 de março de 1967, os mandos federais cabiam agora ao general Artur da Costa e Silva.

A troca de generais no posto maior da política nacional arranhou a negociação das elites militares. O grupo de Castelo Branco tinha consciência da impopularidade de suas medidas econômicas e tinha receio de que o corpo político que ascendeu com Costa e Silva retomasse a perspectiva nacionalizante no setor. A principal preocupação dos “castelistas” era a retomada do crescimento inflacionário, o que não aconteceu, apesar da mudança no planejamento federal. Essa passagem entre Castelo e Costa e Silva, suas implicações no campo do planejamento econômico, só podem ser melhor percebidas quando ressaltado o papel de uma figura central ao regime da ditadura. Falo do ministro civil que comandou a pasta da Fazenda a convite do novo general-presidente, o economista Antônio Delfim Neto. Quando chamado para assumir o importante cargo do segundo governo da Ditadura, Delfim Neto tinha apenas 38 anos. Seu relativo sucesso ao estrejar como uma das principais figuras da economia nacional, o fez acumular passagens em outros dois governos do regime, no seguinte, do general Médici, e no último, de João Batista Figueiredo. Para Delfim, o controle da inflação não deveria ser a justificativa para implementação de um modelo econômico austero e radical. Ela poderia seguir estagnada caso o governo adotasse um outro sentido estratégico para a economia. Com Delfim no comando, deu-se então prioridade a um “desenvolvimento contínuo no longo prazo, entendido como dinamização da iniciativa privada e expansão da indústria à base de expansão do consumo de bens duráveis.” (NAPOLITANO, 2014, p. 145). Segundo o novo Ministro, o Estado deveria retomar o papel intervencionista rejeitado na condução liberal proposta pelos antigos responsáveis pelo PAEG. Essa nova estratégia constitui as bases do ufanismo que tomou conta do Brasil a partir de 1970, apresentado oficialmente como um “milagre” na economia nacional.

Para fortalecer o comando estatal no estímulo ao desenvolvimento, Delfim Neto aproveitou do autoritarismo de Costa e Silva, que no final de 1968 promulgou o Ato Institucional nº 5, calando, com o peso do militarismo, as possíveis oposições ao seu comando.

Era uma forma de legislar por decreto, instituindo de vez a centralização federal característica do regime. Sem ter que se importar com as críticas e os pedidos de governadores e prefeitos, Delfim reduziu de 20% a 12% a parcela de impostos recolhidos pela união e redistribuídos as esferas estaduais e municipais. Concentrando os recursos e investimentos e aumentando sua capacidade de gestão, o ministro definiu um modelo centralizado para reduzir as desigualdades regionais e acelerar o desenvolvimento. Essa foi uma importante manobra para implementar o já tão denunciado esquema que retira das elites locais a participação na condução dos assuntos políticos regionais. Sem ela o processo de hegemonização do capital nacional na Amazônia não teria o mesmo desdobramento. De tão importante, a medida conduziu a uma séria desavença entre aqueles que se dedicavam ao planejamento regional desde Brasília. Em janeiro de 1969, o então ministro do Interior, o General Albuquerque Lima, renunciou ao seu cargo por discordar das medidas centralizadoras de Delfim. Para ele, tão dedicado à temática da Amazônia, esta ação diminuiria a capacidade do Estado em corrigir as desigualdades regionais no país. Para Delfim, por outro lado, o essencial era dar largada ao objetivo estratégico do desenvolvimentismo a longo prazo e, para isso, não fazia distinção entre investimentos estrangeiros e nacionais, independente de seus efeitos regionais. Albuquerque Lima, em seu caso, era um engenheiro comprometido com as visões nacionalistas. Exigia que as regiões mais pobres absorvessem recursos governamentais consideráveis. Entendia ser a Amazônia um território chave ao estabelecimento da Segurança e do Desenvolvimento, estes de bases nacionais exclusivas, o que o fez romper com a condução política de Delfim. Já vimos a importância que a Amazônia adquiriu nos pronunciamentos de Albuquerque Lima, figura de destaque para a conformação dos discursos sobre a região nos primeiros passos dados pelo regime de exceção. Albuquerque Lima nunca escondeu sua proximidade com as concepções nacionalistas e possivelmente seria candidato a presidente em 1970. Sua saída parece indicar que a condução do capitalismo na Amazônia seria mesmo orientada por interesses que obedeciam a um tipo de hierarquia desnacionalizante. Primeiro, reduzia-se a autonomia das elites regionais, concentrando os investimentos e o controle na esfera federal. No topo, o “imperialismo paulista” junto ao capital internacional ditavam a abertura da região para finalmente poderem alocar seus recursos.

Nas várias oportunidades em que subiu ao palanque, Albuquerque Lima defendia a orientação básica do regime: o misto entre Segurança e Desenvolvimento. O antigo Ministro tomava essa lei do desenvolvimento e da segurança e a transportava para a defesa de uma maior atenção com as dinâmicas regionais. Segundo ele, tanto o Nordeste como a Amazônia padeciam de problemas similares e seriam os principais territórios para o regime realizar seus objetivos

síntese. No Nordeste, existia um medo conservador da mobilização política dos segmentos rurais lá erradicados. A atuação das ligas camponesas entre as décadas de 1950 e 1960 se tornou um grande exemplo do fantasma comunista que rondava o Brasil no pré-golpe. Necessitava-se, assim, de um pulso firme no controle político daquela região. Com a Amazônia não seria diferente. No segundo caso, entendida como um grande vazio demográfico, ela foi concebida pela racionalidade do regime e sempre explorada na fala do antigo Ministro como um território de interesse do suposto “Movimento Comunista Internacional”. As esquerdas aproveitariam da falta da presença institucional para levar a diante um plano de domínio daquelas localidades através da condução do interesse de suas populações tradicionais. Além do mais, como também sempre representou um território de grandes riquezas, uma hora o governo teria de lidar com a famosa “cobiça internacional” sobre a Amazônia, tão divulgada na obra de outro intelectual importante ao regime – o Artur César Ferreira Reis.

Mas onde entraria a necessidade de recursos ao desenvolvimento se a segurança constituía o maior problema? Bem, já vimos que na retórica da defesa do regional operada pelo Ministro não há segurança que se realize sem desenvolvimento, assim como não há desenvolvimento sem que se estabeleça uma política de segurança. Segundo o próprio Albuquerque Lima,

Esta correlação entre as duas políticas se torna ainda mais sensível num país subdesenvolvido como o nosso. A carência de recursos torna difíceis as opções e a situação crítica de vastas áreas do país torna imperiosa a necessidade de se preservar e reafirmar a atribuição de mais alta prioridade para o desenvolvimento regional de uma área crítica como a Amazônia (MINISTÉRIO DO INTERIOR, p. 97)³⁹.

A importância de Albuquerque Lima como mentor dos discursos que embasaram o planejamento na Amazônia mais uma vez pode ser atestada pelas mudanças ocorridas na legislação da SUDAM, desde o momento de sua criação. Instalada na cidade de Belém em 30 de novembro de 1966, a SUDAM teve sua legislação alterada em 07 de dezembro de 1967. Para melhorar seu funcionamento, entenderam os técnicos regionais que era preciso a criação de um Conselho Deliberativo (Condel) que substituísse o original Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, numa clara tentativa de dar mais autonomia aos gestores locais. Essa foi uma orientação dada pelo próprio Albuquerque Lima, em pronunciamento realizado no dia 31 de março de 1967. Nas palavras do Ministro, encontra-se:

Manifestei no discurso proferido quando assumi o cargo de Ministro do Interior, um reparo quanto à organização da SUDAM. Pela minha experiência na SUDENE, senti, de imediato, uma lacuna naquela estrutura. Falta-lhe um conselho deliberativo, que reputo essencial e do qual participem os senhores

³⁹ Discurso também publicado sob o título “Operação Amazônia (discursos)”.

governadores dos Estados e Territórios integrantes da comunidade amazônica, dentre outros representantes já previstos em lei (MINISTÉRIO DO INTERIOR, p. 99, grifo nosso)⁴⁰.

Portanto, a necessidade de mais recursos às ações regionalistas assim como uma maior autonomia na sua gestão foi uma necessidade defendida ardentemente por Albuquerque Lima enquanto esteve no comando do Ministério do Interior. Figura central aos discursos direcionados à região amazônica, Albuquerque Lima conseguiu sobreviver como importante interlocutor na linguagem do planejamento durante os anos que se seguiram a sua retirada do governo. Mas sua saída, contudo, remete ao problema intransponível que se tornou a centralização característica do regime. Articulada por Delfim Neto quando assumiu a pasta da Fazenda, a concentração de recursos no âmbito federal questionava a orientação nacionalista e regional de Albuquerque Lima. Diante das pretensões do Ministro do Interior no governo, que, como assinalado, dizia-se até aspirar a presidência, restou-lhe a retirada do comando da pasta. Não quero dizer que sob a continuidade de sua gestão o futuro amazônico poderia ter sido diferente. Não pretendo fazer a história do que não foi. O que interessa é compor os debates, mecanismos e conflitos que se deram na condução governamental do regime, demonstrando como as políticas para Amazônia foram fundamentais à composição do governo, suas orientações e rupturas.

2.5 Médici: o I PND e seu correlato amazônico

Pode-se dizer que quando assume o general Garrastazu Médici, em setembro de 1969, o planejamento econômico da ditadura não sofre grandes mudanças. No plano nacional, Delfim Neto continuava no ministério da fazenda e a pasta do planejamento se manteve nas mãos de Reis Velloso, o mesmo ministro que atuou durante o governo Costa e Silva. No plano regional, contudo, existem modificações. O início da década de 1970 assiste a uma intensificação das investidas federais na Amazônia. Muitos dedicam este fato a questões conjunturais do período e à decisão pessoal de Médici. O argumento reside na euforia que acompanhou o crescimento da economia naqueles anos. Unidos, governo e iniciativa privada juntaram forças para reproduzir o capitalismo nacional ao eleger a Amazônia como local dessa expansão. A seca que incidiu sobre o Nordeste, em 1970, também é levantada como a grande causa para o incremento das políticas regionais. Abismado com a miséria nos locais em que incidia a estiagem, Médici teria decidido intensificar as ações na Amazônia como solução ao problema da seca no Nordeste. A lógica era a seguinte: as regiões de floresta, uma vez desbravadas, constituiriam o

⁴⁰ Trata-se do mesmo pronunciamento do qual retirei a citação anterior. Ele foi proferido durante a solenidade de posse do coronel João Walter de Andrade, quando este assumiu a presidência da SUDAM.

refúgio dessa mão de obra volante e flagelada. A produção agropecuária decorrente da ocupação abasteceria o Centro-Sul e reduziria as pressões regionais sobre a economia desenvolvida. Veremos, em termos oficiais, a leitura que compreende o território econômico brasileiro num sentido de complementaridade regional – é ela que permeia a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento. Antes disso é preciso afirmar que a transição entre Costa e Silva e Médici manteve o regime orientado por um mesmo conjunto de tecnocratas. Esses gestores da ditadura encontravam-se bastante confortáveis para pôr em prática suas políticas reacionárias, uma vez que naqueles anos a oposição foi brutalmente reprimida pelo aparato policial-militar do regime. Não podemos esquecer que Médici é um grande exemplo do que se convencionou chamar de generais “linha-dura”. Seu governo ficou marcado pela herança do AI-5, promulgado por Costa e Silva em dezembro de 1968.

Se através do PAEG o governo Castelo Branco inaugurou o planejamento como característica das políticas públicas da ditadura, foi durante a gestão de Médici que esse modelo foi institucionalizado. Em 1972, previa-se por decreto que o governo federal elaborasse planos nacionais de desenvolvimento e indicou-se que as Superintendências Regionais fizessem o mesmo. Assim foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para os anos entre 1972 e 1974. A SUDAM respondeu com o seu correlato, o I Plano de Desenvolvimento para a Amazônia (I PDA), ocupando o lugar do revisto Plano Quinquenal.

O I PND deu ênfase à noção de complementaridade das políticas regionais para que as áreas tidas por subdesenvolvidas não pressionassem a ascensão da economia no Centro-Sul. O esquema foi associar um plano conjunto entre Nordeste e Amazônia, cuja ação simbólica era a construção da Rodovia Transamazônica. Ao cortar o país de leste a oeste, a rodovia facilitaria o deslocamento entre as duas regiões. Nas suas margens, o governo projetou um modelo de ocupação da Amazônia caracterizado pela entrada de agentes latifundiários e pela presença da mão-de-obra proveniente do Nordeste. Com o destaque dado às dinâmicas regionais na elaboração do Plano Nacional, coube ao I PDA apenas detalhar as ações já previstas no primeiro documento. Sua contribuição mais original residiu na apresentação dos estudos destinados à caracterização da economia regional, fator este de grande importância para a elaboração discursiva do regime sobre a Amazônia. A capacidade inventiva da SUDAM foi então reduzida pelas definições elaboradas desde Brasília, demarcando a tese já bastante discutida de que o regime encarava as regiões sob o julgo do planejamento nacional, sempre a partir de seus centros econômicos e políticos.

A Amazônia dos anos em que Médici responde como presidente aparece na retórica do planejamento ainda atrelada à necessidade de desenvolvimento. Mas, dessa vez, busca-se um

modelo em que se pretendia primordialmente a sua “integração física”, sua “ocupação”, no sentido de que se pudesse contribuir com a economia nacional sob a forma de uma “fronteira de recursos”. Essa mudança atende ao desejo do presidente de reorientar a estratégia de desenvolvimento anterior, agora priorizando o setor primário. Com isso, o terceiro governo da ditadura deixava de lado as obrigações com o modelo de substituição de importações e apostava na concessão de terras a empresas agropecuárias, a pequenos e médios produtores e também a alguns trabalhadores rurais. Ao fim e ao cabo, tal prática acabou privilegiando a constituição de latifúndios da Amazônia. Na visão governamental, esta seria uma maneira fácil de rapidamente ocupa-la e nela produzir. Ocupando, o governo afastaria os riscos à segurança nacional; produzindo, incrementaria a dinâmica econômica através de bens primários, satisfazendo a demanda do Centro-Sul e incrementando as possibilidades de exportação; agregando, por fim, a mão de obra do Nordeste em seus novos campos de trabalho.

Duas medidas decretadas pelo general sintetizam as intenções de seu governo na Amazônia: O Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e no Nordeste (PROTERRA). O primeiro previa a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assim como a política de ocupação das suas margens, seja por grandes latifúndios, médios produtores ou trabalhadores rurais. O segundo gerenciou a assistência aos produtores rurais e desapropriou terras mediante indenizações federais, posteriormente distribuídas a novos proprietários que pretendessem produzir nesses locais. Veremos em detalhes a concepção e execução dos programas. Eles agora são convocados para atestarem a centralidade da questão agrária nas políticas de Médici, o que o fez abandonar a prioridade concedida à indústria durante os anos da “Operação Amazônia”. No discurso em que apresenta o decreto do PROTERRA, Médici afirma que, até aquele momento, “os incentivos fiscais, favorecem, no entanto, de modo preponderante a área urbana, não beneficiando, em iguais proporções, a área rural⁴¹”. Na sua retórica, portanto, coube ao seu governo virar a atenção para a questão da terra e da produção no setor primário, diferenciando o olhar sobre o regional fundado nos primeiros anos da ditadura. Segundo o general que governou no início dos anos setenta, a insistência na promoção de uma indústria amazônica havia deixado “quase totalmente desprotegida a atividade rural.” (JORNAL DO BRASIL, 1971)⁴². Essa era uma fórmula para incluir parte da população rural, que durante os primeiros anos do regime havia sofrido com o arroxio do plano de Castelo. Através do PIN, o governo levou milhares de trabalhadores pobres para tentar a vida na Amazônia, e ao proclamar o

⁴¹ Matéria publicada pelo Jornal do Brasil, em 7 de julho de 1971: “Govêrno vai redistribuir terras no Nordeste”.

⁴² Jornal do Brasil, 07 de julho de 1971.

PROTERRA, tentou redistribuir a propriedade sem necessariamente dividi-la. Uma vez que as regiões rurais do Norte e do Nordeste do país reuniam grande parte da pobreza nacional, o governo passou a enxergá-las como prioridade para a implementação do que Marcos Napolitano chamou de “política social compensatória” (NAPOLITANO, 2014). Diante do crescimento econômico apresentado na virada da década, aquele que privilegiou os segmentos médios urbanos e o empresariado nacional, considerava o governo Médici “não deixar, pois, ao desamparo o setor rural”, onde “mais áspera é a vida das populações do Norte e Nordeste⁴³”.

Mas é evidente que as consequências de suas políticas não apontaram para o favorecimento dos trabalhadores rurais. O crescimento econômico facilitou a vida da classe média urbana e acentuou o acúmulo da riqueza nacional nas mãos dos capitalistas do Centro-Sul. No setor rural, apesar de toda a retórica do presidente, observa-se uma crescente apropriação das terras por parte de um número reduzido de empresas ou fazendeiros. A Amazônia foi aberta ao latifúndio e, no geral, os trabalhadores a serem beneficiados pelas políticas compensatórias mantiveram-se como mão de obra dos grandes proprietários ou vivendo em contexto de miséria. A capacidade produtiva do pequeno produtor continuava reduzida diante da falta de assistência. Na verdade, a questão nunca foi sua melhoria de vida, mas a redução dos custos de sua mão-de-obra. O tão propagandeado milagre econômico não tem nada de divino e não passou de uma composição arranjada pelos mortais tecnocratas do regime. Para alcançá-lo, foi necessário seguir com os incentivos tributários em setores chave da economia nacional, assim como aproveitar a onda crescente do capitalismo financeiro internacional. Como disse, soma-se a esses processos uma parte fundamental para manter o ritmo de crescimento: a redução dos custos de mão-de-obra. Os salários continuavam sem ganhos relevantes e o que Médici fez foi estender ao campo as facilidades que os representantes das indústrias detinham na contratação de trabalho. Para favorecer a agropecuária na Amazônia, antes era necessário que os trabalhadores para lá direcionados derrubassem as florestas e montassem a estrutura necessária ao latifúndio. Feito isto, posteriormente passaram a servir como mão de obra barata nos locais onde se pretendia estabelecer o sistema agroindustrial. Quando não, se lançaram na ocupação de terras devolutas. O resultado foi a explosão dos conflitos agrários no sul e sudeste do Pará a partir da década de 1980, onde posseiros, trabalhadores rurais e grandes proprietários rivalizaram o acesso à terra.

Ressalto que, neste exemplo, o valor da retórica do regime reside na capacidade de esconder a exclusão dos trabalhadores rurais em suas políticas econômicas, transformando-os

⁴³ Jornal do Brasil, 07 de julho de 1971: “Govêrno vai redistribuir terras no Nordeste”.

em beneficiados de sua ação governamental. Se tomando os pronunciamentos públicos como referência este efeito nos salta aos olhos, ao investigar a discursividade dos planejamentos ele não se refaz. Os documentos oficiais não escondem a concepção de que os segmentos populares corresponderiam a meros recursos do desenvolvimento do capitalismo. Insisto que o grande objetivo foi diminuir, desta forma, os custos da mão-de-obra. Embora seja impossível falar dos anos Médici sem citar o “milagre econômico”, primeiro é preciso atestar o deslocamento nas políticas orientadas para Amazônia a partir do governo desse general. O I PDA deixa claro que a intenção naquele momento da ditadura era reorientar a política de incentivos fiscais “no sentido de criar modelos estáveis de colonização e, conseqüentemente, contribuir para o setor agropecuário da região.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 23). A estratégia regional é criada para atender à consolidação do Centro-Sul desenvolvido e para isso pretendia priorizar na Amazônia uma produção pautada primordialmente pela agropecuária, exportação de madeira e mineralização (HÉBETTE, 1974). A importância das dinâmicas regionais no planejamento nacional dá novos contornos à proposta de integração. Agora era necessário desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo de crescimento no Centro Sul. Essas metas do governo central repercutiram no I PDA. Nele está dito que

O crescimento do polo de desenvolvimento do país (eixo Rio-São Paulo) tenderia, em determinado tempo, a estacionar e/ou mesmo estagnar, se estivesse direta e facilmente ligado a uma região fornecedora de matérias primas. (...) A expansão de um mercado interno é indispensável para impulsionar este crescimento. A conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao sudeste brasileiro (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 13).

Também coube ao Plano Regional elaborar uma estrutura para melhor conhecimento dos recursos naturais e humanos da região, visando o objetivo de mensurar suas riquezas e de utilizar a população como parceira, ou seja, utilizar seu trabalho como ponte para as transformações que proclamavam.

Essa posição complementar da economia amazônica e seu papel na proteção do “núcleo desenvolvido” do país encontra respaldo na concepção de Delfim Neto. Ele e sua equipe “tinham como missão fortalecer a economia nacional, que significava principalmente desenvolver o Centro Sul.” (SKIDMORE, 1988, p. 229). Para o Ministro, o investimento nas regiões periféricas era tido como dispendioso e o retorno dos investimentos muito baixo para assegurar o comprometimento com sua autonomia. Mas parece que o general presidente estava envolto demais à euforia que acompanhou os anos de seu governo e a megalomania de suas ações acompanhou as políticas direcionadas à Amazônia. A proposta de integração regional no

início dos anos 70 foi guiada pela solução lógica de dois problemas associados: “o dos homens sem-terra do Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia”. Coube então a Delfim montar um esquema que incluísse a Amazônia nas políticas de desenvolvimento de maneira a convencer a equipe de governo e os investidores nacionais. A primazia concedida à Amazônia fez crescer a resistência de alguns políticos, principalmente os do Nordeste, que entendiam as ações direcionadas ao norte do país como um verdadeiro risco ao desenvolvimento de suas regiões, uma vez que os recursos a elas destinados seriam drenados pelo protagonismo das regiões de floresta nos esquemas institucionais do governo federal. Mesmo com o objetivo central de fortalecer a economia do Centro-Sul, me parece que não foi muito difícil o encaixe da Amazônia na orientação de Delfim. Se a concepção geral da equipe econômica era de que os problemas de miséria e pobreza não poderiam ser resolvidos pela nacionalização ou redistribuição da riqueza ou da renda, a saída então seria a descoberta de novos recursos para fazer crescer o bolo antes de dividi-lo. E não é preciso dizer onde estariam essas novas possibilidades de enriquecimento.

Eis então o lema: não colocar a distribuição na frente da produção, sob os riscos de não ter nada a dividir. A princípio esta assertiva de Delfim e dos economistas liberais pode parecer rasa, mas ela cumpriu um importante papel na legitimidade do governo Médici. No início da década de 1970 era do senso comum a percepção de que o Brasil atravessava tempos gloriosos, crescia a economia e a confiança no regime. “Pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, frenesi na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol.” (NAPOLITANO, 2014, p. 145). Médici aproveitou o momento e propôs as consideradas obras faraônicas da nação, como a construção da hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio Niterói e a Transamazônica. A mídia comprou a ideia e a propaganda oficial não deixou de explorar o entusiasmo. As brutalidades cometidas contra a oposição eram deixadas de lado pela população ordinária, tomada pelo projeto de “Brasil Potência”, o auge da utopia autoritária da ditadura (NAPOLITANO, 2014). Aos pobres couberam as migalhas das políticas compensatórias, tomadas para aliviar o processo de concentração das riquezas nacionais que estava em curso. Os dados mostravam que a distribuição de renda no país aumentara de forma desigual e parte das tímidas vozes de oposição no Congresso Nacional a denunciavam. O milagre não duraria para sempre e ao fim da década de 1970 o país entrou numa ressaca profunda. O que viria na década de oitenta já apontamos como uma das piores recessões que não só o Brasil, mas toda a América do Sul atravessou após a queda de suas ditaduras.

Portanto, a construção da Transamazônica é a expressão simbólica da entrada da Amazônia na euforia do milagre. Parte constitutiva de suas políticas foi a abertura de estradas,

numa clara tentativa de satisfazer a indústria automobilística. No início da década, esse era o ramo que mais crescia no setor secundário da economia, o que mais tarde gerou grandes custos sociais, uma vez que a crise do petróleo abalou profundamente o planejamento da economia nacional, refém da importação do combustível. Alguns podem argumentar que o governo não poderia prever o futuro cartel dos países árabes, responsáveis por aumentar vertiginosamente o preço do petróleo no mercado internacional. Contudo, há de se convir que o meio de transporte automobilístico é a forma menos eficiente quanto ao uso de combustível e que alimentá-lo era uma maneira de manter a dependência da matéria prima necessária ao seu funcionamento. Mas existiam outros fatores econômicos para que o governo Médici não se importasse com as taxas de importação. Durante os anos do milagre, cresceram as exportações nacionais e para isso foi decisivo o aumento do preço internacional da soja. Este é um fato que também explica a insistência do general em propor uma produção regional voltada para a agropecuária e para o incipiente agronegócio brasileiro. Mais uma vez, a Amazônia se inseria no planejamento nacional, dessa vez como um território potente ao favorecimento das exportações. Entendia o governo que o sistema agropecuário da região poderia fornecer carne bovina para além dos limites do país. No I PDA, concluí os planejadores que a nova política de terras contribuiria decisivamente “não só para solucionar as crises de abastecimento de carne do mercado interno na região, como, também, para possibilitar a exportação.” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1971, p. 24). Não custa reiterar que essa intenção malogrou. A carne bovina proveniente da Amazônia teve que esperar décadas para ser aceita pelas exigências sanitárias do mercado internacional.

Retornando à questão da Transamazônica, podemos atestar que a necessidade de construir estradas não era somente uma forma de agradar a indústria automobilística, mas também as firmas construtoras. O principal defensor das empreiteiras no governo Médici era Mario Andreazza, antigo ministro dos Transportes. Importante figura política no início da década de 1970, também se dizia que tinha pretensões presidenciais. Seu destaque, naquele momento, envolve a contribuição que deu aos planos e às ações de construção das rodovias que cortaram a Amazônia. Dentre as várias estradas, a mais explorada pelos discursos oficiais foi justamente a Transamazônica, como vimos, obra faraônica dos anos do milagre. Seu efeito simbólico residia nos usos do bandeirantismo civilizatório. As obras de construção da rodovia colocavam abaixo a floresta: era a vitória da técnica sobre a natureza. O programa de ação na região, dessa forma, também representava um efeito de passagem: de um país atrasado, verde, virgem, ao seu patamar desenvolvido, racionalmente ocupado e civilizado. A retórica triunfalista de Médici elegia a Amazônia como uma região emblemática na conquista de

maturidade do “Brasil Potência”. Naquele momento, o governo utilizou essa representação destacando principalmente a abertura da Transamazônica – grande símbolo da ação militar na região, seu exemplo paradigmático. Durante a euforia do milagre, a rodovia foi uma das grandes expressões do progresso nacional. Também não se pode passar despercebido que, ao passo que nos aproximamos do fim do regime, e da constituição da memória que se tem dele, a rodovia passa a ser entendida como uma das grandes manifestações do fracasso dos generais⁴⁴.

Não concebo validade para a tese de que a construção da Transamazônica tenha sido uma decisão pessoal de Garrastazu Médici. Resultado, por assim dizer, de sua estupefação com a miséria do Nordeste. Nela não enxergo relevância, mesmo que manifeste uma verdade histórica. Mas o fato é que a obra necessitou de uma defesa ampla do general e, posteriormente, de seu ministro Delfim Neto. Diante da resistência de alguns políticos do Nordeste, não foi rara a aparição pública do chefe da fazenda para atestar a necessidade das políticas na Amazônia. Na retórica de seus defensores federais, a Amazônia da década de 1970 era apresentada sob o estigma discursivo que a moldou historicamente. Insistiam na ideia de sua grande capacidade produtiva, o “celeiro do mundo” de outrora. Em busca de legitimidade, e no diálogo aberto com as elites paulistas, revestiam as ações do governo com o bandeirantismo característico da história de São Paulo. Também tentavam conquistar a iniciativa privada demonstrando o comprometimento do Estado em garantir as bases necessárias à exploração do novo “El dorado”. O desconhecimento e os estereótipos que acompanham a discursividade do regime sobre a região é parte da mesma ação que ignorava o estudo de agrônomos, geógrafos e antropólogos. Estes, por sua vez, tinham consciência da baixa produtividade das grandes faixas de terra da Amazônia após a derrubada da floresta, assim como já podiam mensurar a dificuldade em adentrar os territórios das populações tradicionais sem criar uma verdadeira guerra contra a presença desses segmentos naqueles territórios. Por mais paradoxal que possa parecer, o desconhecimento foi uma marca da racionalidade que incidiu sobre a Amazônia daquele período, e ele não foi negado pelo próprio governo. Na verdade, a ignorância sobre o território no qual proclamavam a urgente intervenção é a própria causa da utilização dos estigmas e estereótipos que historicamente compõem a dizibilidade e visibilidade amazônica.

Por exemplo, diante da falta de conhecimento uma das principais atribuições do I PDA era justamente a elaboração de um sistemático estudo sobre a região. No corpo do documento afirma-se que “o pouco conhecimento das reais possibilidades, que encerra a grande área brasileira, tem sido um dos maiores obstáculos ao estabelecimento de uma programação para

⁴⁴ A respeito da rodovia Transamazônica e a memória que a acompanha, ver a produção do Prof. Dr. César Martins de Souza.

se utilizar racionalmente os recursos naturais.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 14). Assim, uma das metas do plano de desenvolvimento era fazer com que a SUDAM e seus técnicos compusessem relatórios que servissem ao aproveitamento futuro de seus recursos naturais. Não por acaso, atribui-se ao período de execução do I PDA, o projeto que até aquele momento melhor detalhou a ocorrência de minérios na região. Trata-se do RADAM (Radar da Amazônia), série de estudos e pesquisas responsáveis por fazer o levantamento das jazidas amazônicas. O projeto foi parte determinante para a organização do Programa Grande Carajás, aquele onde residiu o buraco de Serra Pelada.

Também destaco no texto do I PDA a insistência no argumento do racional. Ele aparece na citação acima quando se defende a necessidade de se “utilizar *racionalmente* os recursos naturais”. Neste trecho, o imperativo do racional é chamado para conformar a eficiência da exploração. Mas ele também é citado como elemento orientador da política de integração como um todo. Segundo o documento, o objetivo de integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro seria obtido mediante a “ocupação efetiva e racional dos espaços vazios.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, P. 16). Em seu caso, o mito do espaço vazio também aqui já foi analisado como parte fundante da invenção amazônica contida nos discursos que elaboram a intervenção política no território. Esse mito é frequentemente elaborado e reelaborado não só por agentes exógenos à Amazônia, mas também tem servido a um “ideal aristocrático localista” (LENHARO, 1982). Sua função é mascarar ou até mesmo negar a historicidade da região. Na fórmula lógica, pressupõe-se que o pretense isolamento faz da Amazônia um vazio de história, o que “dispensa a pesquisa, breca a reflexão crítica (...), bloqueia a possibilidade de seu questionamento (LENHARO, 1982, p. 11 apud RIBEIRO et al, 2015, p. 277)”. Problematizar a discursividade da ditadura é mais uma vez demonstrar a insustentabilidade empírica do mito do espaço vazio, expondo a artificialidade que contém os esquemas de representação em que foi gerado.

A articulação entre o imperativo do racional e o mito do espaço vazio só se completa quando observamos a maneira com que as formas de vida tradicionais são apresentadas no I PDA. Primeiro, a diversidade das comunidades amazônicas é vista pelo olhar institucional como reduzidas às suas características de trabalho e produção. A linguagem economicista as determina genericamente como extrativistas. De acordo com o que é exposto no documento, a racionalidade governamental estaria diante, na Amazônia, de uma atividade “primitiva e anti-social.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 19). As políticas direcionadas à região teriam, portanto, que iniciar “uma transformação gradativa da simples coleta vegetal em uma atividade permanente e **racionalizada**.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 16, grifo nosso). Ser

racional, portanto, não define a presença humana tradicional da Amazônia. Nesse sentido, seus saberes primitivos precisariam ser substituídos pela orientação da generalização capitalista. Comentamos um pouco disso no início do capítulo. Aqui cabe mais uma vez atestar que o confronto à massificação da economia de mercado e a proteção das formas de vida e trabalho dessas comunidades passa necessariamente pela defesa de seus saberes e discursos. A entrada da ditadura na Amazônia foi então orientada pelo ideal moderno de razão. Nesse processo é excluída qualquer atividade que se distancie dos padrões da economia de mercado. Toda forma de trabalho que desvie essa regra passa a ser entendida como primitiva. Moderno e racional são os padrões da técnica, da exploração e do enriquecimento dos agentes externos à região e em convivência com as elites locais. De posse desse ideal já desgastado, os gestores da ditadura pretendiam efetivar uma “desterritorialização” das comunidades tradicionais para garantir o livre acesso do capital monopolista.

As associações entre as investidas da ditadura e o imperativo do racional não param por aí. É inegável a sua preponderância na condução dos discursos contidos no IPDA. Para encerrar o tópico da análise deste plano, cabe citar, na íntegra, outra passagem de sua publicação:

As condições de trabalho, extremamente penosas e difíceis, impostas pelas atividades extrativistas, impõe a necessidade de se encontrar fórmulas capazes de racionalizar essa exploração, propiciando, por meios adequados, a transformação do extrativismo típico em atividades de caráter estável e permanente (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971, p. 19)

A missão hercúlea de combater a existência de determinados grupos sociais precisa ser revestida por uma positividade discursiva. Acusá-las como primitivas e antissociais não era suficiente. Me parece que uma das estratégias encontradas para propor a transformação reside na argumentação apresentada pela citação anterior. A ditadura cumpriria então a benevolência de acabar com a penosa e difícil atividade dos extrativistas, garantindo-lhes um trabalho mais fácil e adequado. Portanto, difícil é escapar ao fato de que a ditadura militar instaura um processo de transformação da Amazônia operando em sua discursividade um esquematismo oposicionista e dicotômico. Nele, o racional e o moderno, o estável e o permanente, contido nas suas políticas de hegemonização capitalista, viriam substituir o primitivo e o atrasado, o nômade e o itinerário; marcas do perfil das formas de vida e trabalho da região.

Dessa maneira, a transformação do extrativismo como inimigo da razão de governo, bem como sua identificação com o atraso regional, são parte dos resultados contidos nos estudos regionais realizados durante o governo Médici. Essa vontade de melhor conhecer para melhor modificar a região é uma grande marca do planejamento contido no IPDA. Tal desejo decorre

da necessidade desse governo em defender um novo programa de ação regional, multiplicando as responsabilidades institucionais e as obras governamentais na Amazônia.

2.6 Geisel: marcas indelévels na história amazônica

Na figura de Thomas Skidmore (1988), a historiografia dita “liberal”, aquela de perfil conservador, atesta que a chegada de Ernesto Geisel à presidência marca o retorno da tendência “castelista” ao poder. De acordo com este autor, no início do regime, os setores militares aliados à concepção ortodoxa da economia, e que haviam perdido o controle do Planalto com a indicação de Costa e Silva em 1967, teriam sido os responsáveis pela indicação do novo general presidente a partir de 15 de março de 1974. Anteriormente, vimos que a ruptura de gestão ocasionada em 1967 envolvia justamente a concepção de uma maior participação governamental na economia, tudo isso em detrimento da tendência liberal do golpe que alçou Humberto Castelo Branco. Nesse sentido, um dos fatos que manifestam o “retorno dos castelistas” foi a substituição no Ministério da Fazenda. Com Geisel presidente, o civil Delfim Neto, arquiteto do milagre, cedia lugar a Mário Henrique Simonsen, “professor de economia cujas políticas eram aparentemente mais ortodoxas que as de seu antecessor.” (SKIDMORE, 1988, p. 275). O consenso em torno da atribuição de um perfil “castelista” sobre o terceiro governo da ditadura envolve fundamentalmente a ideia de que o “papel econômico do Estado tinha de ser reduzido em favor da iniciativa privada.” (SKIDMORE, 1988, p. 274). Mas como estudioso da ditadura, prefiro me manter distante dessa gama de conceitos que tratam do período, tais como “ditadura civil-militar”, “empresarial-militar”, “anos de ouro”, “anos de chumbo”, “linha-dura”, “linha branda”, “castelistas”, etc. É certo que existem outros fatores que definem a aproximação de Geisel com os núcleos do primeiro governo do regime, entre eles, a ideia de que o golpe deveria ser passageiro e que, sendo assim, exigia-se de Geisel a abertura política necessária ao retorno da democracia. A abertura realmente existiu, contudo, a saída dos militares do poder foi lenta e gradual, como defendia o novo general presidente, e a ditadura ainda durou onze anos desde sua nomeação. Quanto ao perfil liberal, veremos que a condução da política econômica sob seu governo não manifesta a radicalidade ortodoxa do primeiro período, e mesmo que a saída de Delfim fosse algo significativo, acredito que Geisel ocupa aquela zona cinzenta e indeterminada, contraditória, entre uma liberdade de condução à iniciativa privada combinada a um estímulo à participação governamental na economia. Essa contradição perpassa todas as atribuições dos conceitos que elenquei mais acima e toda redução que trate do perfil do militar que ocupa a presidência ou da composição social do regime, para mim, é demais generalista. É difícil confiar na fidelidade de um conceito único que resuma a ação e formação do governo militar durante a ditadura.

Ao meu ver, seria uma irresponsabilidade histórica atribuir sem mais discussões o perfil “castelista” a Ernesto Geisel. Devemos alertar para o fato de que seu governo foi também marcado por projetos de investimento público em larga escala. São exemplos desses esforços estatais, o complexo hidrelétrico de Itaipu, a siderúrgica Açominas, o programa nuclear e a Ferrovia do Aço (SKIDMORE, 1988). Por isso, mesmo que o governo tivesse prometido, mais uma vez, o fortalecimento da iniciativa privada, a ação que objetivava o desenvolvimento em ritmo acelerado, grande meta do regime, carecia de uma participação estatal econômica ampla, principalmente em setores estratégicos como energia e transporte, como o próprio Skidmore (1988) atesta em sua obra. Mas relevante aqui é entender que durante os anos Geisel, no caso em que discutimos a atuação desse governo na economia, mais uma vez aparece a Amazônia como um território símbolo da questão intervencionista. Nela é possível enxergarmos o comprometimento do regime na transformação do espaço econômico regional e, por extensão, também nacional. No documento em que se dedica a apresentar o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, está dito que “nas companhias de que participa ou vier a participar na Região, o Governo Federal deverá tornar-se titular de lucros importantes.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976)⁴⁵. De acordo com o próprio governo, no conjunto de ações em que é protagonista ou parceiro na Amazônia, o Estado brasileiro deveria funcionar como uma verdadeira empresa governamental, capaz não somente de oferecer a infraestrutura necessária à iniciativa privada, mas também de participar diretamente das atividades produtivas a ponto de acumular o lucro dela decorrente.

Portanto, como disse, não confio nessa gama de conceitos utilizados por parte da historiografia para entender o perfil e a diferenciação entre os generais-presidente na condução da ditadura, seja, por exemplo, “linha dura” ou, por outro lado, “castelista”. Primeiro, de uma maneira ou de outra, todos eles combinaram o autoritarismo característico de sua formação militar, acarretando na supressão das liberdades e no silenciamento das oposições. Mesmo Figueiredo, que assumiu após 1979 e, portanto, após o decreto da lei da anistia, ele também seguiu com a vigilância e o controle dos segmentos políticos que se organizavam contra a ditadura e, naquele momento, já exclusivamente engajados na transição democrática e não na campanha de revolução socialista. Uns mais outros menos, o que quero dizer é que não existiu “linha mole” durante a ditadura e todo militar presidente era agente da supressão dos direitos democráticos e da repressão política. Segundo, apesar de existir uma certa rivalidade entre os segmentos que davam as cartas a partir do comando do Planalto, quando tentamos estabelecer

⁴⁵ Trecho retirado do documento II PLANO DE DESENOVLIMENTO DA AMAZÔNIA – Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979). SUDAM, Ministério do Interior, 1976.

certas diferenças de ação que possam atestar nitidamente a divisão entre os grupos, a coisa se complica. Não quero com isso que todos os generais passem a ser entendidos como iguais, numa tentativa absurda de generalização. Existiram, é claro, peculiaridades e diferenciações entre aqueles que ocuparam o cargo de presidente ao longo do regime. Isso é o que estamos discutindo durante a segunda parte deste capítulo. Acredito que tentamos abordar essa história a partir das múltiplas facetas dos generais e seus respectivos governos. A ditadura, nesse sentido, não foi una e indivisível. Mas querer atribuir duas tendências claras entre os segmentos liberais e os nacionalistas é um ato falho.

Digo isto, pois, apesar da ortodoxia econômica característica de Castelo Branco, o pensamento das cúpulas militares tem historicamente compartilhado da ideia simplista de que somente um “regime duro” é capaz de dar jeito no Brasil. De outro modo, não podemos tomar a economia isoladamente como refúgio último das caracterizações deste ou daquele general. É preciso notar que as políticas do regime se destacam não apenas por seu planejamento econômico, mas, sobretudo, pelas restrições de voto, cassações, censuras, perseguições e assassinatos, o que de maneira muito direta nega qualquer vestígio de interpretação liberal sobre a sociedade. Essa combinação tosca entre a interpretação liberal da economia e um Estado forte marca os anos do regime como um todo e dificulta essa ou aquela caracterização de seus governos por aspectos da gestão econômica. Na verdade, temos visto que os argumentos liberais utilizados no planejamento são pontes para o diálogo com a iniciativa privada, segmento social da base de apoio do golpe e imprescindível para a legitimidade do regime. De outro modo, em nenhum momento foi abandonada pelos militares as suas pretensões autoritárias. Uns mais, outros menos, todos entenderam que a solução para os assuntos políticos da nação seria guiada por um Estado total, forte e presente.

Sobre o tema, também não posso deixar de traçar um parêntese com a história atual. Entendo que essa mescla “liberal-autoritária” é a marca, inclusive, do governo que adentrou o Planalto a partir de 2019. Nele, a participação dos segmentos militares é a maior desde o fim da ditadura. E é inegável que esse novo arranjo político também combina a ideia de um Estado forte e autoritário, centralizador, mas que, por outro lado, importa o modelo econômico da ortodoxia e se apresenta demasiadamente flexível em relação ao papel do Estado no desenvolvimento nacional.

Antes de perdermos o rastro do objetivo deste texto, retomemos a discussão do governo de Ernesto Geisel. Tentarei, portanto, demonstrar como esse general concebeu as políticas de intervenção na Amazônia, sendo o responsável maior das grandes marcas que o regime deixou na configuração de seu espaço presente. Para tanto, utilizaremos como base os documentos que

balizaram as transformações em âmbito regional. Eles se dedicam a dissertar sobre o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia e compõem o quadro regional do documento mor da gestão econômica: O II Plano Nacional de Desenvolvimento. O governo Geisel, dessa forma, dava seguimento às políticas de Garrastazu Médici que, por sua vez, organizou o planejamento econômico do país em Planos Nacionais de Desenvolvimento, todos eles transformados em texto e publicados pela Imprensa Nacional. Assim como vimos em Médici, a gestão sobre a região amazônica também contou com versões próprias de seu planejamento, os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, estes de responsabilidade da SUDAM, também organizados e publicados. Mas se a apresentação do planejamento corresponde a uma mesma estratégia, não podemos dizer o mesmo das políticas que nele se fazem presentes. Apesar de partir da base de intervenção deixada por Médici, algumas questões foram revistas e modificadas no mandato de Geisel, tanto ao nível nacional como regional. Entender a herança de Médici nas políticas do quarto governo da ditadura, mas circunscrever as práticas que singulariza o legado de Geisel na Amazônia, este é o objetivo deste novo momento.

Para começar, indico as correções no planejamento feitas pelo quarto governo, e elas se encontram na própria discussão estabelecida pelas fontes. Segundo as publicações do governo Geisel, a caracterização da economia amazônica partiria de um “potencial notável de crescimento já em fase de franco aproveitamento inicial; um setor atrasado exigindo mudanças; e a função estratégica desempenhada pelo [novo] Governo.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 5). Diante do sucesso econômico do milagre e da legitimidade civil que acompanhou os anos de seu antecessor, o governo de Geisel entendeu que era necessário a continuidade do crescimento econômico em taxas elevadas. O novo general presidente ascendeu ao governo com grandes expectativas e esperanças. O II Plano Nacional de Desenvolvimento não nos deixa mentir e defendia “uma taxa de crescimento de 10 por cento por ano a ser alcançada mediante uma mudança de ênfase sobre os bens de consumo duráveis para a de produtos industriais intermediários e bens de capital.” (SKIDMORE, 1988, p. 294).

Contudo, não contava o novo governo com uma nova crise no cenário econômico internacional. Em finais de 1973, o conflito entre os países árabes, principais exportadores de petróleo, e o Estado de Israel, ganhava um novo capítulo. Diante do histórico apoio do ocidente ao país judaico, em especial dos EUA, os árabes, organizados em cartel pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), aumentaram vertiginosamente o preço da matéria prima no mercado internacional. O Brasil, por sua vez, foi mais um dos países ocidentais que sofreram bastante com o aumento. Naquele momento, o país importava 80% do produto e de repente teve de direcionar boa parte de seus recursos para garantir o abastecimento

nacional. Diante da crise, aumentar a receita das exportações era difícil, pois os compradores também estavam às voltas com o problema do petróleo. Sem conseguir reequilibrar a balança comercial, a solução do governo Geisel foi então “usar as reservas cambiais e pedir empréstimos no exterior.” (SKIDMORE, 1988, p. 296). Resultado, em apenas um ano de governo Geisel, o Brasil praticamente duplicou sua dívida externa, de US\$6,2 bilhões para US\$11,9 bilhões (SKIDMORE, 1988).

Diante do caos do endividamento, o governo Geisel se viu entre a cruz e a espada: controlar a inflação com a austeridade característica do primeiro governo do regime ou apostar no crescimento acelerado, fórmula da legitimidade da ditadura durante os anos que se seguiram ao AI-5. Geisel e seus tecnocratas optaram então pelo crescimento, mas apostaram em algumas correções para garantir uma imagem positiva de seu governo a despeito da duplicação da dívida externa. Pelo menos ao nível do planejamento, o que não corresponde a ter sido efetivado na prática, a saída encontrada foi apostar num crescimento mais equânime, ou seja, mais partilhado entre as regiões do país e mais distribuído entre a população. Algumas medidas foram criadas para isso, como o Ministério da Previdência e Assistência Social, tentando, desta forma, utilizar de políticas compensatórias para dividir melhor o bolo crescido durante o milagre. Tentar melhor compensar os ganhos econômicos, que agora estavam ameaçados pela crise internacional, também era uma forma de oferecer um legado da ditadura para a transição democrática, objetivo assumido de Geisel, mesmo, como vimos, de maneira muito lenta e gradual⁴⁶.

Foi sob o esforço de melhor equilibrar o crescimento econômico que o II PND conformou sua meta central: estabelecer um “crescimento do produto e distribuição mais equitativa da renda, no contexto nacional de redução das desigualdades inter-regionais.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976)⁴⁷. Perseguindo este objetivo, pretendia o governo Geisel a mesma conquista dos anos do milagre, ou seja, a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB. Mas diante da crise internacional, para manter o crescimento fazia-se necessária uma ampla contribuição para o fortalecimento do comércio exterior, mesmo que, como vimos, os compradores ocidentais também estivessem às voltas com o pagamento dos altos preços do petróleo impostos pelo cartel árabe. Nesse ponto, mais uma vez a Amazônia aparece como um território fundamental às aspirações do regime. Na racionalidade da ditadura, a região aparecia

⁴⁶ Algumas ações que acompanharam o processo de distensão ditatorial no final do governo Geisel, foram: a restauração do Habeas corpus, a lei da anistia política, revogação do AI-5 e suspensão da censura.

⁴⁷ Trata-se de um novo documento: “II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – Programa de ação do Governo para a Amazônia”. SUDAM, Ministério do Interior, 1976.

como uma fronteira de recursos disponíveis à exportação, capaz de socorrer os crescentes déficits da balança comercial resultantes da compra do petróleo no comércio exterior. De acordo com o que é exposto nos documentos, foi com base, portanto, na ideia de “vantagens comparativas” que o governo Geisel passou a caracterizar sua intervenção na região. Nessa concepção, tentaria o governo aprimorar a exploração e produção de setores e produtos selecionados. A esperança era que a exploração desses bens pudesse contribuir diretamente ao crescimento econômico nacional, em especial garantindo novas oportunidades no comércio exterior e abastecendo a demanda de matéria prima e do mercado nas outras regiões do país.

Na retórica dos tecnocratas do regime, a partir de 1974, já se podia ter a convicção de que seria impossível crescer a economia regional sem estabelecer relações com o restante do mercado nacional e externo. Os estudos econômicos indicavam que a diminuta extensão do mercado interno da Amazônia impossibilitaria sua industrialização em larga escala. A resposta institucional adequada devia se concentrar, portanto, no abastecimento do mercados não regionais, “mediante a exploração de vantagens comparativas em termos de custo e qualidade.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 9). Chama atenção, mais uma vez, a forma com que os discursos do regime estabelecem suas conclusões econômicas a respeito da Amazônia a partir de causas físico-naturais e demográficas, onde o argumento do “espaço vazio” é o elemento definidor. Ou seja, a industrialização da região não era uma saída, uma vez que não haveria gente suficiente para formar uma demanda relevante nessas localidades.

Sobre o conceito de “vantagens comparativas” é possível encontrar, nos documentos que tratam do II PDA, uma ideia definida dos produtos que as compõem e que deveriam ser explorados, assim como quais atividades deveriam ser estimuladas. Entre a exploração e o estímulo, encontra-se a brecha em que se insere o governo Geisel. A exploração remete aos produtos já apresentados pela base de estudos realizadas no governo antecessor; o estímulo, por sua vez, são aquelas atividades que ainda não foram reconhecidas como vantajosas à produtividade regional. Através dos produtos passíveis de exploração, temos uma melhor ideia de como se apresenta a complementaridade amazônica à economia total do país, são eles: recursos florestais (onde a madeira desponta como produto central); recursos pesqueiros (peixes das águas doces e do litoral salgado que se estende do Amapá ao Maranhão); recursos hídricos (para fornecimento de energia à exploração mineral na região); recursos de solo (cacau, arroz, pimenta do reino); e recursos de subsolo (ocorrência de minérios, principalmente a bauxita no Rio Trombetas e o minério de ferro na Serra dos Carajás) (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976). Sobre as atividades a serem desenvolvidas, entendia o governo Geisel a necessidade de estimular indústrias que fossem direcionadas ao trato das matérias prima da região. Além disso,

uma das grandes marcas no espaço regional, enquanto Geisel respondia como chefe de governo, foi o crescimento da pecuária na Amazônia Legal. Esta atividade tinha como objetivo “produzir expressiva receita cambial através da exportação de carne bovina; contribuir para o atendimento da demanda regional; criar uma reserva para o abastecimento de outros centros do mercado nacional; promover a ocupação efetiva do território amazônico.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 52). Manchetes multiplicavam-se ao redor do país: a Amazônia seria enfim ocupada pela pata do boi.

Na racionalidade que guiou a gestão ditatorial, uma das grandes contribuições dos documentos do planejamento era articular, como vimos em Médici, as ações no espaço nacional com o regional. Não podemos perder de vista que esse objetivo foi mediado por mais um dos enunciados da discursividade amazônica: a integração. Mas as políticas que engendraram essa integração correspondem a esforços diferenciados entres os diferentes governos da ditadura. No que corresponde às ações reunidas pela chefia de Geisel, podemos mais uma vez tratar de resumir o que se apresenta entre o II PND e II PDA. Em âmbito nacional, previa o governo (1) manter o ritmo de crescimento do PIB; (2) continuar a expansão do setor moderno da economia, o Centro-Sul; (3) combinar aspectos de geopolítica à ocupação econômica⁴⁸; (4) manipular o crescimento no sentido de melhor redistribuir a renda dele resultante (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976). Como já apontado, no caminho da complementaridade, a política de desenvolvimento regional da Amazônia atuaria para ampliar as taxas de crescimento do PIB através de “ampla contribuição em relação ao setor do comércio exterior” e também de maneira a produzir “insumos básicos para a região desenvolvida, hoje importados.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 22). A retórica economicista não esconde o tecnicismo e instrumentalidade que a caracteriza e passa a entender a Amazônia não apenas como uma região problema à segurança e ao desenvolvimento, mas como um “instrumento-meio” de crescimento nacional, ou, utilizando outro conceito bem caro aos enunciados que compõe a discursividade do regime, como uma “fronteira tropical” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1976).

Resumida a articulação entre o planejamento nacional e regional, parte importante do II PDA é a tentativa de caracterização das regiões econômicas do país. Esse esforço também atualiza no Governo Geisel qual seria a nova concepção de integração nacional a ser praticada. No documento, parte-se de um esquema onde estão colocadas as características econômicas de

⁴⁸ Nesse quesito se entrelaçam de novo segurança e desenvolvimento. Porém, dessa vez, a ocupação amazônica, vista como condição à segurança das fronteiras, não se daria pela transferência de mão-de-obra aos “espaços vazios” amazônicos, como sublinhava Médici ao estimular a migração proveniente do Nordeste, mas pela primazia da atividade econômica extensiva, onde a pecuária desponta como principal atividade.

três grandes regiões nacionais. Tomadas em conjunto elas atestariam a “não homogeneidade da economia nacional.” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1976). No entanto, a linguagem do planejamento trataria de inventariar as suas “inter-relações”, no intuito de vinculá-las em um só sistema econômico.

A *região desenvolvida* corresponde, e já não é novidade, aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A *região em desenvolvimento* limita-se pelos estados do litoral, desde o Maranhão até o Espírito Santo, o Nordeste brasileiro, área de atuação da SUDENE. Por fim, a terceira região econômica do país, caracterizada agora, em síntese, por “*fronteira tropical*”. Esta é a condição da Amazônia na retórica do planejamento, mas as caracterizações econômicas da região não param por aí, vejamos outras tentativas de sua definição.

Naquele momento, a Amazônia era composta pelos Estados do Acre, Amazonas e Pará, assim como pelo conjunto de Territórios Federais, e as áreas do norte de Mato Grosso e Goiás e parte do Maranhão. As características demográficas são uma constante nas atribuições dos documentos que ao longo da ditadura se referem a região. Dessa forma, no II PDA também está indicado que a “fronteira tropical” manifesta a “ocorrência de grandes espaços vazios” na Amazônia (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1976). No mesmo documento, entende-se que as atividades agrícolas e pecuárias vêm sendo exercidas “com tecnologia inadequada”, o que demonstra a intenção do governo Geisel em fortalece-las sob os pressupostos de uma incipiente agroindústria. Isto de fato ocorreu, o que elevou o quadro da concentração de propriedade da terra na região, desembocando no seu decorrente conflito social. Ainda sobre as caracterizações regionais, o mercado consumidor da Amazônia seria de “baixo poder aquisitivo e disperso”, o que atava a conclusão de que as atividades industriais locais deveriam ser direcionadas para demandas externas. Segundo o mesmo documento, “a região apresenta um grau de vinculação com a economia internacional tradicionalmente elevado”, mas entende-se que as políticas recentes direcionadas ao espaço amazônico tem contribuído para os “investimentos públicos e privados originários da região moderna”, garantindo, dessa forma, a expansão e hegemonização capitalista na “fronteira tropical” a partir do controle nacional advindo dos grandes centros econômicos do país, o que outrora chamamos de “Imperialismo Paulista”.

Para completar a discussão a respeito das ações do governo Geisel na Amazônia é preciso destacar um importante reordenamento em relação ao que vinha sendo executado no momento anterior. Me refiro à política de colonização dirigida, acontecimento que pretendo isolar em nossas análises durante o capítulo seguinte, através da problematização dos relatos de

sujeitos que vieram a ocupar a Amazônia no início da década de 1970. Aqui, quando tratamos de singularizar as políticas de Ernesto Geisel, não podemos esquecer de mencionar que a retórica sobre a colonização dirigida mudou. Durante o governo de Médici, a política de ocupação das margens da Transamazônica foi estabelecida por um programa de colonização daquelas terras. Vimos que a intenção era erradicar as consequências da seca e colocar na Amazônia os braços capazes de dar sequência às grandes obras na região. Dessa forma seria possível não só ocupá-la definitivamente, mas também dar o pontapé inicial num sistema de produtividade de suas terras. Deve-se mais uma vez destacar o rígido controle e disciplina que orientaram as ações de migração e posterior ocupação durante o início da década de 1970. Na colonização dirigida inicial estavam contidas as preocupações com a restrição de doenças e epidemias, bem como a criação de um ambiente nacional onde diversas culturas regionais pudessem conviver em harmonia, além de um processo de titulação da terra e estímulo creditício que criou uma nova categoria de trabalhador no campo – o colono, sujeito que se diferenciava dos demais posseiros da região por se relacionar diretamente com a tutela governamental. Mas apesar de todo controle e disciplina, a avaliação do governo seguinte foi a de ter encontrado um quadro social caótico nas regiões de colonização. Segundo nos apresenta o II PDA, a Amazônia que Geisel herdava de Médici indicava que a política do governo do milagre gerou uma “colonização espontânea indisciplinada mais que proporcional quer devido à publicidade oficial, quer devido às notícias que circulam entre familiares e conhecidos entre as distintas regiões do país.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 34). O impacto midiático gerado pelas grandes obras na Amazônia tornou-a não só um desejo das elites nacionais, mas também seduziu as mentes das classes populares em torno da esperança de uma melhor vida na região. O “El dorado” amazônico da ditadura tornou-se de todos, mesmo que a intenção do regime fosse restringi-lo à iniciativa privada.

Na política de colonização dirigida do início dos anos de 1970, a intenção declarada do governo Médici sugeria transportar cerca de 100.000 mil famílias à Amazônia. Contudo, isso não passou da megalomania característica do início da década, e o baixo contingente agraciado na colonização dirigida foi suplantado pelos fluxos migratórios espontâneos. A questão tornou-se alarmante ao sucessor Geisel à medida que se percebeu que esses migrantes espontâneos se dedicavam a ocupar indiscriminadamente as terras amazônicas. O efeito criado por esse modelo de ocupação foi o inverso do que pretendia a ditadura com suas políticas, ou seja, a imposição de uma divisão do regime de propriedade da terra por uma gama diferenciada de famílias em busca de autonomia no trabalho e subsistência na Amazônia. Porém, na retórica oficial, o governo não identifica a imigração espontânea como uma ameaça direta ao privilégio

concedido por ele à contração fundiária. O problema é apresentado pela dificuldade do Estado em tratar desses imigrantes espontâneos por um processo de “regularização das situações de posse”; pela “obrigação de carrear grandes quantidades de recursos na educação, extensão e treinamento dos trabalhadores”; pela “promoção de medidas públicas e gastos em infraestrutura”; e até no sentido de exigir esforços adicionais para “evitar a destruição dos recursos naturais” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976). Ainda sobre as justificativas para frear o movimento de ocupação livre da terra na Amazônia, entendo que a grande preocupação do governo Geisel traduzida nos documentos se deu pela dificuldade de absorção desses migrantes espontâneos no que chamou de “emprego produtivo”, cuja documentação assim o define:

Entende-se por emprego produtivo da mão-de-obra a sua utilização em trabalho contínuo (exceto intervalos periódicos de descanso) que produza um excedente vendável e competitivo além da pura subsistência e que seja remunerado de acordo com essa produtividade, de modo a tronar possível a elevação do nível de vida do agente produtor

Dessa forma, o grande perigo da ocupação espontânea residia na possibilidade desses trabalhadores estarem reconstruindo um regime de propriedade descentralizado da terra, no qual sobressai um tipo de trabalho autônomo e subsistente. Esses não eram os padrões de ocupação da Amazônia que a ditadura havia confiado e se filiado. A transferência de mão-de-obra para a região, em termos oficiais, só faria sentido quando utilizada para facilitar o estabelecimento de um regime de produtividade rentável, capaz de abastecer o comércio externo e o mercado das regiões nacionais compradoras. Ou seja, se a mão-de-obra não fosse explorada pela racionalidade econômica, uma vez naquelas novas localidades, serviria somente para ameaçar a grande propriedade e os padrões da agroindústria. O compromisso do regime nunca foi com as famílias de trabalhadores pobres, mas com o avanço do capitalismo no campo e na Amazônia. E para a realização deste objetivo só estava em jogo a capacidade de maior exploração possível da mão-de-obra que chegava à região, e não sua autonomia subsistente. Assim, a ocupação da região por trabalhadores provenientes de outras áreas do país só faria sentido quando orientada pela sua acomodação no que os discursos oficiais chamam de “emprego produtivo”.

O prosseguimento da ocupação espontânea era então uma séria ameaça às pretensões ditatoriais na Amazônia. Uma verdadeira derrota, à medida que grande parte dos esforços institucionais foi a condenação das formas de vida tradicionais da região, vistas justamente como improdutivas, intermitentes e irracionais. Se essas famílias continuassem a chegar aos montes na Amazônia para ocupação indeterminada de suas terras, a tendência era que suas

atividades caminhassem no mesmo sentido que as práticas extrativistas: autônomas e subsistentes. Para vencer o extrativismo era preciso também vencer a migração espontânea e para isso tiveram que titular às pressas as grandes propriedades latifundiárias. A Amazônia teria de ter um dono, e rápido. O governo Geisel não mediu esforços para tanto e multiplicou a assistência a projetos pecuários extensivos. A noção de emprego produtivo não se restringe à exclusão da migração espontânea somente, mas também atualiza a criminalização das formas de vida tradicionais não capitalistas. Impedir a migração espontânea era urgente, pois com ela seria impossível efetivar o modelo de vantagens comparativas a ser implementado na região. A partir daí é possível a conclusão de que as modificações e transformações impostas pela ditadura foram aplicadas para satisfazer as vontades do mercado externo e da demanda de outras regiões do país. Em nenhum momento se questionou a qualidade de vida de seus habitantes e a escolha daqueles que a resolveram ocupar. Esses sujeitos só importavam ao governo à medida que poderiam servir como corpos produtivos à modernização capitalista, como os coveiros de sua própria cova, agentes e vítimas da exploração na Amazônia.

Para finalizar o tópico, também é preciso evidenciar que o impedimento de um processo de ocupação espontânea não foi uma conclusão única do governo Geisel quando herdou a situação de seu antecessor. Todo o controle e disciplina com que o governo Médici conduziu a política de colonização dirigida aponta para o fato de que esses trabalhadores teriam uma função muito clara na região: abrir espaço para as grandes obras e facilitar a entrada da grande propriedade. Ora, antes que qualquer regime produtivo moderno se estabelecesse nas fronteiras era preciso literalmente cortar o mato, por abaixo a densa floresta que se espalhava na região. Além do mais, quem iria expulsar os índios e as populações tradicionais que já habitavam as localidades? Quem iria construir as obras que se pretendia realizar, como as rodovias e as hidrelétricas? E, por fim, quem ocuparia os postos de trabalho do latifúndio, mesmo que suas atividades pouco empregassem? Portanto, compartilho da concepção de que embora tenha mudado a retórica da colonização dirigida entre Médici e Geisel, “as verdadeiras intenções do bloco no poder se revelaram em meados da década de 1970, quando a concessão de incentivos fiscais teve como escopo o grande capital nacional e estrangeiro, para a implementação de grandes projetos na Amazônia Legal.” (MESQUITA et al, 2015, p. 257).

De maneira geral, podemos então sublinhar que o legado de Geisel e do II PDA na Amazônia foi a entrada de grandes empresas capitalistas na região. A maioria dos projetos subsidiados a partir de 1974 foram de pecuária extensiva, facilitando a consolidação da grande propriedade rural. Em referência, apresento as marcas indelévels no presente amazônico estruturadas no quarto governo da ditadura:

equação de empregos; a concentração da renda produtiva; a expropriação fundiária da população nativa, dedicada à agricultura de subsistência e ao extrativismo florestal; a formação dos latifúndios; os impactos socioambientais; a subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais; o incentivo ao surgimento de minifúndios e a crise das pequenas propriedades rurais (MESQUITA et al, 2015, p. 257/258).

2.7 A revisão dos erros fatais e o tom de despedida de João Batista Figueiredo

Em 15 de março de 1979, quando o último general assume a Presidência da República, o projeto da ditadura na Amazônia já estava consolidado. Mesmo assim, a formulação dos planos de desenvolvimento obteve uma nova estratégia entre 1979 e 1985 – o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Nessa passagem que encerra o presente capítulo, as políticas de Figueiredo serão tratadas entre as continuidades estabelecidas com o governo anterior e as modificações sugeridas no trato da questão amazônica. De maneira geral, posso assegurar que as novidades colocadas pelo III PDA são tentativas de rever os graves erros cometidos pelo governo da ditadura durante os anos anteriores ao mandato de seu último general presidente. Ainda é possível afirmar que tal revisão também é feita num tom narrativo de despedida, consagrando a sistemática intervenção dos militares na região e, quando possível, apontando novas práticas que pudessem camuflar a calamidade gerada por seus governos na Amazônia. Mas antes de adentrar nos aspectos regionais, vejamos em que situação nacional se encontrava o derradeiro governo de uma ditadura que durou 21 anos.

Quando assume Figueiredo, desde cedo precisa lidar com as grandes greves do ABC paulista – acontecimento relevante de nossa história política recente. Mas queria o governo que o enfrentamento das mobilizações trabalhistas fossem seu único problema. A opção pela manutenção do crescimento econômico em elevadas taxas, tomada por Geisel, foi a mesma que a princípio convenceu os gestores de Figueiredo. No entanto, desde a crise do petróleo em 1973, a continuidade deste programa só foi possível pelos vultuosos empréstimos tomados juntos aos credores estrangeiros. A bolha havia de estourar e aconteceu justamente nas mãos de Figueiredo.

Fato importante deste último governo foi a reconvocação de Delfim Neto para o planejamento. Confiante, “Delfim esperava repetir sua performance anterior.” (SKIDMORE, 1988, p. 363). Mais uma vez, ao elaborar o III PND, Delfim acreditava na fórmula econômica de combinar altas taxas de crescimento com a redução da inflação – sucesso que obteve entre 1968 e 1974. Queria ele aproveitar dos empréstimos tomados nesse novo ciclo para seguir com o aumento dos investimentos públicos, apostando na escalada da produção e na geração de empregos e assim, por último, essas medidas acarretariam na redução inflacionária. Porém Delfim subestimou o montante da dívida brasileira. “Em fins de 1982, a necessidade de evitar

a inadimplência externa suplantou todas as demais metas econômicas.” (SKIDMORE, 1988, p. 387). O crescimento do PIB e o aumento da produção industrial, bem como a multiplicação de empregos sonhada por Delfim para o novo período, ficaram então em segundo plano, pois naquele momento a prioridade era reunir capital para pagar os juros do monstro que havia se tornado a dívida externa sob a ditadura. Mario Simonsen, ministro que substituiu Delfim em 1974, foi categórico: “a crescente pressão sobre o balanço de pagamentos não deixava ao Brasil outra opção a não ser desacelerar sua economia.” (SKIDMORE, 1988, p. 362). No início do governo Figueiredo, a inflação subia em 40% a mais que no ano anterior.

A subserviência do governo da ditadura às agências de empréstimo estrangeiras é uma crítica que deve ser feita. Quando a dívida explode a partir do início da década de 1980, os militares não enxergavam outra opção senão a de manter a fidelidade para com os credores e assim montar um plano assegurado de pagamento desse déficit. Numa carta de intenções assinada por Figueiredo e endereçada ao FMI, em janeiro de 1983, o governo se comprometia com o estabelecimento de uma política fiscal e monetária rígida, demonstrando mais uma vez que a prioridade do país era o pagamento dos juros junto ao fundo. Não é preciso dizer que os governos democráticos que sucederam a ditadura herdaram esse acordo cambial. Muito embora sempre possa existir a possibilidade de ruptura, os presidentes civis que se seguiram após o golpe optaram por transformar o pagamento da dívida no objetivo síntese de nossa gestão econômica. O problema maior não corresponde ao debate moral de se devemos ou não “honrar” as dívidas adquiridas por governos antecessores. Ao meu ver, a questão central desse debate reside nas consequências sociais à medida que se estabelece o pagamento da dívida como prioridade, desviando os recursos das políticas públicas de responsabilidade estatal. Mas retomando os problemas governamentais enfrentados no início daqueles anos, quando não enxerga mais saída que não a de reverter o quadro deficitário, o governo Figueiredo resolve recorrer à aplicação austera da fórmula ortodoxa: “reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais frequentes, eliminar os subsídios e restringir aumentos salariais.” (SKIDMORE, 1988, p. 388). O resultado das medidas listadas acima nós já sabemos e comentamos: a crise socioeconômica que se abateu nos sofridos anos da década de 1980.

Nos termos dos índices econômicos, em 1983 o PIB já havia caído 5% em relação aos dados anteriores. A indústria reduziu-se em 7,9% no mesmo ano e o comércio 4,4% (SKIDMORE, 1988). O desastre só não foi maior porque a agricultura ainda suspirava. Não sei se os números esclarecem mais do que confundem, mas para termos uma melhor ideia da recessão, é possível articular a queda do PIB com o declínio de 7,3% da renda per capita no

início da década. Mais eficaz que a explanação numérica, entretanto, é a certeza de que os “anos de progresso econômico arduamente conquistados foram devorados pela crise.” (SKIDMORE, 1988, p. 391). Ou seja, numa avaliação preliminar da ditadura é impossível fugirmos à conclusão de que seu legado foi o de conduzir o país à pior recessão econômica de sua história. Ora, devemos enxergar a realidade do regime através de suas consequências e não há dúvida de que estas foram nefastas. Portanto, mesmo que parte dos entusiastas do regime se apegue aos anos do milagre, a história atesta que, quando arquitetada a transição democrática, o país estava envolto por uma grave crise econômica. Sem poder de compra, os segmentos mais vulneráveis da sociedade viram o Estado brasileiro retrair seus gastos com assistência e políticas de bem-estar social. A qualidade de vida, se tivéssemos índices exatos para medi-la, esta sim decaiu em níveis sem proporção. Portanto, esse foi o legado do regime e os seguintes governos democráticos herdaram o caos econômico proporcionado pelo aumento da dívida associado aos acordos necessários ao seu pagamento.

Por se tratar do último governo, a análise do período entre 1979 e 1985 é guiada pela avaliação geral das políticas do regime. No plano amazônico, essa também será a regra. Para iniciarmos o debate regional, apresento as conclusões de Clara Pandolfo (1994). Durante o trecho em que brevemente discute o III PDA, diz ela que o documento a princípio carece de inovação, procurando “dar sequência aos anteriores, embora cada vez mais estivesse centralizado no governo da União o poder decisório.” (PANDOLFO, 1994, p. 87). Seu relato é importante, uma vez que a autora acumulou cargos na gestão da SUDAM durante os anos da ditadura. Sua crítica confirma a centralização federal levada adiante pelo caráter autoritário do regime, pois, mesmo no seu último governo, as decisões adotadas para a região não respondiam “às aspirações da comunidade amazônica.” (PANDOLFO, 1994, p. 87). Sobre a continuidade contida entre o II e o III PDA, é possível citar algumas partes do documento para confirmarmos de onde advinham as inspirações dos gestores de Figueiredo. Diz o novo documento que as políticas orientadas para a região deveriam seguir com os objetivos de inseri-la na “complementaridade com a economia nacional”, através da exploração de recursos que revelem **vantagens comparativas.**” (MINISTÈRIO DO INTERIOR, 1982, p. 24, grifo nosso). Permanece desta forma a ideia de que a Amazônia deveria contribuir com a economia da nação num papel de subalternidade econômica, bolsão de matéria prima ao capital do Centro-Sul e exportadora de divisas primárias ao mercado internacional. O conceito de vantagens comparativas estabelecido pela gestão Geisel no II PDA subsiste no último governo da ditadura como articulador da gestão econômica em solo amazônico. Também não pude deixar de notar,

e é importante que se diga, que boa parte dos textos apresentados no III PDA copiam trechos exatamente iguais daqueles que foram escritos para o momento político anterior.

À primeira vista é inegável a continuidade discursiva entre os planos direcionados à Amazônia entre as gestões de Geisel e Figueiredo. No entanto, isso não significa a exclusão de possíveis diferenças entre a narrativa do II PDA e aquilo que nos é apresentado no III PDA. As modificações não só existem como também são relevantes, veremos a seguir. Antes disso, contudo, é preciso indicar uma política de grande relevância para o cenário amazônico tomada e aplicada na gestão Figueiredo, uma decisão prática que deve ser destacada. Me refiro ao Programa Grande Carajás, instituído através do decreto-lei nº 1.818, de 24 de novembro de 1980. É certo que desde a segunda metade da década de 1970, ou seja, desde o governo Geisel, “a exploração e comercialização do minério de ferro e outros minerais descobertos no Pará converteram-se no objetivo principal da intervenção econômica do Regime Militar na Amazônia.” (PETIT, 2003, p. 98). Contudo, este objetivo transitou dos discursos à prática com a efetivação da exploração mineral na Serra dos Carajás, assinada e iniciada pelo governo Figueiredo. A exploração mineral naquela região do Pará se tornou um grande símbolo das políticas da ditadura na região. Fato de grande repercussão internacional, assim como a Transamazônica no início da década de 1970, a mina de Serra Pelada mobilizou sonhos de enriquecimento nos trabalhadores do garimpo ao longo de todo o país. Mas é impossível falar do Programa sem atrelar o contexto de trabalho desumano que o acompanhou. A ocupação desenfreada do sul do Pará por parte de garimpeiros gerou o conflito característico das ondas de migração em lugares de baixa infraestrutura: degradação ambiental, marginalização, prostituição, violência, etc. Mesmo que a racionalidade da ditadura já houvesse apontado no II PDA que a ocupação desorganizada da região era um empecilho ao desenvolvimento, a propaganda do garimpo em Serra Pelada foi mais um acontecimento que evidencia a calamidade gerada por processos migratórios que tiveram a Amazônia como seu principal destino. No entanto, é preciso também ressaltar que o tipo de migração do garimpo, por outro lado, não exerceu perigo ao regime concentrado de propriedade da terra. Diferente do que se apresentou na década de 1970, onde posseiros, latifundiários e colonos disputavam o acesso à terra e a tutela governamental, o trabalho na frente garimpeira da década de 1980 tinha como característica única a extração mineral nas terras de controle do Estado. Talvez por isso tenha sido tolerado. Com milhares de pessoas se deslocando à região para enriquecimento individual, a ditadura poderia ganhar em legitimidade, sendo, nos últimos anos de sua gestão, um governo capaz de oferecer a tão sonhada mobilidade social sob o capitalismo – o possível enriquecimento fácil. O argumento pode parecer ingênuo, mas quando observada a realidade

política do sul do Pará, torna-se incontestável. Por exemplo, o major Sebastião Rufino, o Curió, representante militar na repressão à guerrilha do Araguaia, mesma região do garimpo na Serra Pelada, seguiu seu trabalho naquelas localidades, dessa vez atuando em outras frentes. Ele se transformou numa importante figura de arregimentação e assistência ao trabalho no garimpo. Sua popularidade era tanta que até hoje existe um município no sul do Pará batizado de Curionópolis. Na verdade, só quem tinha a perder com o movimento migratório eram as classes populares e as comunidades tradicionais. As últimas viram sua territorialidade ser invadida aos montes pelo bandeirantismo das ações garimpeiras, ocasionado num conflito que desde então marca a história da Amazônia: garimpeiros “versus” povos da floresta. As classes populares, por sua vez, foram à Amazônia sob as imagens ludibriantes do enriquecimento fácil, mas tiveram que sobreviver numa realidade competitiva, de baixa infraestrutura social e, como disse, de marginalização e conflito.

Mesmo diante da precariedade em torno do trabalho e da vida na extração de minérios, não podemos subestimar a envergadura do Programa Grande Carajás. Ele foi estruturado pela razão característica do planejamento militar para a Amazônia e envolvia diversas frentes, empresas e agentes. Sua área de atuação no Pará era de 522.624 km², cerca de 40% do território do estado (PETIT, 2003). Suas atividades envolviam não somente a extração, mas também pesquisas, elaboração primária ou industrialização, assim como o transporte do minério. Além da atividade mineral, também estabelecia o programa objetivos como o “reflorestamento e beneficiamento e industrialização de madeiras e aproveitamento de fontes energéticas.” (PETIT, 2003, p. 99). No início do programa, coube sua administração a então companhia estatal Vale do Rio Doce. Era esta empresa quem detinha os direitos de lavra e a ela coube a responsabilidade de montar a infraestrutura necessária à exploração. E para extrair o minério, precisou a Vale construir

uma ferrovia de 800 quilômetros de extensão, ligando a mina ao porto de embarque, no litoral maranhense; (...) um terminal graneleiro que permite o acostamento de navios de grande tonelagem; (...) novos modelos habitacionais para abrigar o pessoal que serve ao projeto (PANDOLFO, 1994, p. 91/92).

Dando prosseguimento à discussão, durante a pesquisa com o documento, identifiquei uma grande marca na narrativa do III PDA. Trata-se do que já classifiquei como o tom de despedida da ditadura na Amazônia. Segundo o documento, o histórico das transformações operadas pela ditadura havia deixado um legado de “perspectivas promissoras” para o futuro da região. Ou seja, a Amazônia, diante dos quase vinte anos de políticas militares na região, havia passado de “área problema” para estar mais próxima do conceito de “área pioneira”. Na narrativa do III PDA, o tom de despedida por mim apontado é reforçado por uma perspectiva

avaliativa do histórico intervencionista desde 1964. Na retórica do último planejamento, a ação da ditadura na região é resumida pela ideia de que “desenvolveu-se paulatinamente, concentrada sobretudo na infraestrutura e certos setores de pesquisa (...)” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 15). Esses esforços de pesquisa e estudo apontados no documento correspondem à multiplicação de enunciados e saberes que vão compor a já abordada quarta fase discursiva da Amazônia. Já a infraestrutura, outra faceta que resume o histórico intervencionista da ditadura, nada mais é que o conjunto de obras nos setores de transporte, energia e colonização. Essas políticas garantiram o suporte devido às “tendências de mercado” e ao “crescimento da economia nacional”, compondo um território “bastante atraente para a iniciativa privada” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982). Em resumo, a participação militar na gestão regional da Amazônia encontra na multiplicação de discursos um ponto chave de sua ação governamental. Aos saberes e estudos sobre aquele território se soma a infraestrutura necessária ao estabelecimento de uma economia de mercado. Por sua vez, essa nova configuração econômica do espaço regional é sempre voltada ao comércio exterior e ao fortalecimento da economia nacional, esta última guiada pela iniciativa privada residente nos centros econômicos do país.

Já destaquei que as mudanças operadas pela ação militar devem ser entendidas pela tentativa de inserção da economia amazônica no processo de conformação e expansão do mercado brasileiro. Não custa reiterar que este movimento tem início com a consolidação do capitalismo monopolista no país e atende ao histórico processo de integração iniciado por Getúlio Vargas no início da segunda metade do século XX. O modelo de desenvolvimento proclamado por ele é continuado por Juscelino Kubitschek na Amazônia e encontra sua forma mais acabada e moderna na ação dos governos militares. Sedentas por novas áreas onde pudessem reproduzir a exploração e acumular suas riquezas, as elites nacionais se voltam à região amazônica como fronteira de enriquecimento. A partir daí

Implantam-se no país grandes empresas monopolistas, em sua maioria multinacionais, com seus parques industriais concentrados no Centro-Sul do país, operando em volumes de produção e economias de escala incompatíveis com mercados restritos, e a exigir logística e infraestrutura de transporte (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 450).

Para expandir a economia nacional foi então necessária a capacidade de fazer fluir as mercadorias e as riquezas. Precisava-se então de uma infraestrutura de transportes e, através de recursos públicos, coube ao Estado brasileiro realizá-la, direcionando o dinheiro da população para garantir a efetividade dos lucros da iniciativa privada. A partir da segunda metade do século XX, o signo das intervenções de Juscelino Kubitschek, o que na Amazônia corresponde

à abertura da Belém-Brasília, atualizava o lema de Washington Luís de que governar era abrir estradas (MESQUITA et. al., 2015). Os governos militares entenderam as contribuições desse modelo e se lançaram na Amazônia para garantir essa estrutura. Grande parte do legado do regime foi a abertura de estradas, seu grande símbolo, como vimos, a Transamazônica. A nova logística de transportes dava movimento ao capital monopolista. De um lado levavam à Amazônia os produtos industrializados dos grandes centros e, de outro, escoavam seus alimentos e matérias primas. Estava então “redefinida ou consolidada a forma de inserção da Amazônia à nação brasileira. Ela contribuiria como supridora de matérias-primas extrativas e importadora de manufaturas.” (SILVA e RAVENA, 2015, p. 26). Mais uma vez estamos diante da tese de que as políticas direcionadas aos espaços regionais brasileiros atendem ao processo de hegemonização capitalista a partir das regiões do sul e sudeste, o seu ponto de partida.

Apresentada no III PDA, a despedida da ditadura na Amazônia é complementada pela revisão de possíveis erros em suas políticas. Esta inferência só é possível à medida que são acompanhadas as sutis mudanças entre os discursos contidos nos Planos de Desenvolvimento. Por exemplo, como objetivo central do III PDA, está exposto no documento que pretendia o governo Figueiredo “Acelerar o crescimento da economia regional com a manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades sociais.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 18). Essa meta é praticamente uma confissão. Era evidente naquele momento que as consequências da trajetória política dos militares na Amazônia havia atentado contra o meio ambiente e a floresta, assim como agravado o quadro de desigualdade social. Não era preciso ser vidente para perceber que a opção pelo modelo de derrubada da floresta, seguida pela concentração fundiária no meio rural, iriam fatalmente desembocar em um sério risco ambiental e em um respectivo quadro de segregação social. Essa foi a realidade criada pelas intervenções militares na região e era com ela que o governo Figueiredo tinha que lidar. No início da década de 1980 já era impossível camuflar as consequências. E foi na retórica de seu último governo que a ditadura resolveu enfim enfrenta-las. Mas o erro histórico de suas políticas não foi admitido diretamente. Somente pela sutil modificação do objetivo central nos é permitido garantir que, naquele momento, a Amazônia consistia num sério problema do ponto de vista ambiental e social. Dizer que vai combater o desequilíbrio ecológico e as desigualdades é praticamente confessar as consequências das ações passadas. Tanto o desequilíbrio como a abissal desigualdade na Amazônia haviam se agravado ao longo dos anos do regime. E esses problemas passaram a existir somente por conta da aceleração do processo de transformação capitalista, levado adiante justamente pelos militares. A devastação da floresta pela pecuária e

os conflitos em torno da propriedade da terra constituem os obstáculos deixados pelos governos anteriores e, portanto, a serem enfrentados na última gestão Figueiredo.

De maneira geral, o objetivo central do III PDA, a que chamo de confissão dos erros fatais da ditadura, também oferece novas perspectivas para que possamos apontar o deslocamento discursivo contido no documento. Com isso retomamos o intento de demonstrar que nem só de continuidades é erigido o último planejamento do governo federal na região.

Primeiro vejamos em detalhes no que consiste a proposta de redução das desigualdades encontradas no documento em questão. Na parte em que discute o desenvolvimento social, o III PDA estabelece um diálogo direto com as propostas contidas no planejamento anterior, ou seja, no II PDA. Em seu tempo, o documento da década de 1970 estabeleceu, como vimos, a fixação da ideia de “emprego produtivo”, conceito que consubstancia os ataques da ditadura às populações tradicionais e extrativistas. Segundo nos apresenta o planejamento do então governo Geisel, era preponderante “elevar o nível de renda da população, através da expansão do emprego produtivo, do aumento da produtividade e do poder de compra dos efetivos residentes da região.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 52). Já o documento seguinte, aquele do momento específico em que Figueiredo responde como presidente, ou seja, o III PDA, confessa que esse “modelo de emprego vem provocando graves distorções sociais com a expulsão do habitat” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 48), ou, ainda, que “a tendência à afirmação desse modelo de emprego deve ser freada já que, provocando elevada concentração de terra, veda à população rural a oportunidade de elevar a produção regional no papel de pequeno ou médio produtor.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 49). Através dessas passagens estão expostas, mais uma vez, pela própria racionalidade do regime, algumas das principais consequências das políticas militares na região. Dito de outro modo, estão colocados na própria retórica governamental, os graves erros das escolhas tomadas pela ação do governo da ditadura na Amazônia. Primeiro, a “expulsão do habitat” configura o processo violento de desterritorialização das comunidades tradicionais; depois, a defesa de que o a fixação pelo emprego produtivo tem provocado “elevada concentração de terra”; e por fim, a assunção de que seria preciso superar as iniciativas históricas em torno da grande propriedade, pois ela vedaria “a oportunidade de elevar a produção regional” através do trabalho de pequenos e médios produtores.

As confissões e reconhecimentos não param por aí. No mesmo raciocínio está dito no III PDA que a tentativa de superar o extrativismo também tem afetado a realidade social. De acordo com o documento, o processo de modificação do extrativismo em trabalho produtivo acarretava no “reforço ao êxodo rural e à migração inter-municipal, intensificação à

marginalidade, recrudescimento de conflitos em torno da estrutura fundiária, rebaixamento social decorrente da perda do acesso à terra e à gerência econômica.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 48). A narrativa do III PDA, quando reavalia as políticas da ditadura na região, praticamente exime este autor de sua crítica ao regime – essa já estaria colocada pela racionalidade de seu último governo. Ainda sobre o mesmo documento, também podemos observar que a crítica por ele estabelecida não se restringe a apontar os erros das políticas orientadas pelo conceito de “emprego produtivo”. O III PDA também apresenta em que se basearia a proposta de uma nova integração da mão-de-obra na Amazônia:

As políticas de fomento à economia devem considerar o aspecto cultural do rurícola amazônico, pouco adaptado a padrões de trabalho estritamente organizados e às formas de estruturação desse modelo de emprego, bem como, as práticas culturais desse migrante rural cujo papel produtivo requerido é em grande parte ser produtor (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 48).

Na passagem ainda prevalece a ideia preconceituosa de que o trabalho extrativo é não-organizado, assim como em outros momentos do documento ele é entendido como “atrasado”, no intuito evidente de sua condenação. Mas no trecho acima, chama a atenção o fato do regime já ter consciência de boa parte das críticas que posteriormente a ele foi direcionada quando o assunto é Amazônia. Ou seja, que qualquer política direcionada para a região deveria considerar o aspecto cultural de sua população tradicional sem querer imperiosamente transformá-la num tipo de operário das cidades. Ou, ainda, que a cultura desse sujeito migrante também deve ser entendida como ligada à conquista de autonomia no trabalho, e que ele pode vir a ser um produtor sem necessariamente estar submetido à exploração do latifúndio. De certa forma, essa admissão contida no III PDA já indica o novo saber dominante, e por isso vitorioso, que passa a interpretar a região pós década de 1980. São esses novos conjuntos discursivos que vão servir de base à estruturação da constituição de 1988 e seu consequente reconhecimento das comunidades tradicionais, seus saberes e seu trabalho.

Mas não nos iludamos com a benevolência do reconhecimento dos erros da ditadura contido no III PDA. Como indiquei, as consequências da ação militar foram fatais e nessa discussão não podemos esquecer que o governo Figueiredo já representava a saída dos generais do poder. Qualquer confissão ou revisão não exime a ditadura da responsabilidade de ter construído um caos social na Amazônia do período. Tarde demais para Figueiredo e seus agentes quererem rever o desequilíbrio ambiental e, sobretudo, as desigualdades sociais geradas pelo histórico intervencionista do governo autoritário na região. Àquela altura:

as populações tradicionais foram espoliadas e expropriadas de seus habitat natural. Os camponeses e garimpeiros que migraram para a Região entraram em conflito com os fazendeiros, madeireiros, empresas mineradoras e povos indígenas, fazendo crescer substancialmente a população das cidades

amazônicas, onde passou a prevalecer um quadro de exclusão social com limitada oferta de empregos e serviços públicos em quantidade e qualidade que permitissem a construção de um cenário favorável à formação de relações de confiança mútua, associativismo e solidariedade social (SILVA e RAVENA, 2015, p. 27).

Antes que percamos o fio da discussão, ainda pretendo seguir com as diferenciações do III PDA em relação aos planejamentos anteriores. Como base para essa discussão, resolvi partir da crítica ao objetivo central que guia a retórica do último governo da ditadura: “manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades”. Primeiro, foi através da revisão do conceito de emprego produtivo que vimos como o governo Figueiredo pretendia combater a crescente desigualdade social na região – esta, é evidente, resultado da própria intervenção da ditadura. Parte do mesmo objetivo exposto no III PDA era também estabelecer o que chamou de “manutenção do equilíbrio ecológico”. É sobre este novo ponto que pretendo dar prosseguimento às análises do documento.

Apesar do equilíbrio ecológico representar o objetivo central do III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, ao ler todo o seu texto só encontrei uma única passagem em que a narrativa manifesta essa preocupação. Ela corresponde ao momento em que se dedica os técnicos da SUDAM a apresentarem os recursos florestais da região. Entre as principais fontes de riqueza da floresta, segue o governo apostando na exploração de madeira, entendida como um grande produto a ser encontrado na Amazônia. Mas o que diferencia esse último plano dos demais é um deslocamento em torno do imperativo do racional contido nas políticas dos militares. O que antes era tido como racional, era fundamentalmente a transformação das formas de vida tradicionais da região e suas tendências ao extrativismo. Esta meta, como vimos, foi condenada no III PDA ao rever as implicações do “emprego produtivo” na região. Desta vez, por outro lado, o racional é convocado na argumentação para estabelecer uma nova conduta na exploração florestal, mais especificamente, na exploração de madeira. O que nos traz o documento é a necessidade de “extração racional desses recursos e sua transformação industrial.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 21). Mais que isso, estava em jogo no planejamento uma “exploração racional da floresta, em termos que assegurem à produção madeireira níveis qualitativos e quantitativos à altura do grande potencial da região.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 22). A preocupação por uma exploração racional é reforçada pelo “esgotamento das reservas de madeiras tropicais em outras partes do mundo, inclusive as reservas de naturais madeiras do Centro-Sul do país que já estão praticamente esgotadas.” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982, p. 21). Isto equivale a dizer que a exploração da Amazônia deveria seguir pautada por suas vantagens comparativas no mercado internacional

e nacional. Mesmo que manifestasse a preocupação ecológica, o fato é que não há estímulo e apelo à racionalidade que evite a exploração madeireira ser responsável por boa parte dos conflitos sociais e devastação ambiental na região. Como indicam alguns estudiosos da Amazônia contemporânea “notadamente, a alteração ambiental com violência acompanha o avanço das frentes pecuárias, garimpeiras e madeireiras até o presente.” (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 29). Estimular a exploração de madeira inevitavelmente conduziria a Amazônia ao prejuízo ecológico com que pretensamente se preocupa o III PDA. A solução ambiental certamente não passa pela retórica que estabelece a prática da extração madeireira como racional, mas talvez ela possa ser encontrada no momento em que inserimos a região “no debate global e na construção crítica do desenvolvimentismo, na linha de Leff (2003) e da ecologia política” (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 29) – assim sugere os autores das citações acima, e assim considero que com isso venha a contribuir este trabalho.

Nesse intervalo, gostaria de mais uma vez validar a contribuição crítica ao desenvolvimentismo. Agora ela emerge na própria insistência pelo argumento do racional utilizado pela ditadura. Tomado sob várias formas em seus planejamentos, este argumento mais uma vez contribui para fazermos uma exegese das instituições militares e seus objetivos naturalizados quando tratam da Amazônia. Ou seja, quando tentam postular a validade do modelo de desenvolvimento na região, por mais que seus discursos o sustentem como “racional”, eles (os documentos do planejamento) “no pueden tomarse como registros ‘objetivos’ de la realidad externa, sino que deben ser entendidos con referencia a los usos y metas organizacionales y en contexto de su producción e interpretación.” (ESCOBAR, 2007, p. 187). Tomar os objetivos de desenvolvimento e segurança como necessários, assim como foram colocados pelas transformações operadas pela ditadura, é assumir a validade do sistema de ação racional propostos por sua base documental. Validando este esquema, qualquer proposta que se apresente na contramão desses objetivos é deslegitimada como torpe, impossível, ou qualquer outro adjetivo que as aproxime de uma ação não-racional. Ao buscar entender as práticas da ditadura através da base discursiva de seus documentos não podemos, portanto, escorregar nas suas principais armadilhas. Entre elas estão justamente os argumentos que definem as ações do regime como pautada pelo argumento do “racional”. Frequentemente utilizada pelas instituições e pelo Estado, esta estratégia é uma forma de melhor objetivar o conhecimento para produzir a consciência social necessária ao avanço de suas políticas desenvolvimentistas que, como vimos, só foram capazes de produzir os conflitos e a miséria social e ambiental ligadas à ideologia do progresso. O argumento do racional, utilizado sobremaneira para naturalizar os interesses de desenvolvimento das organizações da ditadura

“constituyen más una propiedad de las organizaciones que un intento de los individuos por entender sus problemas.” (ESCOBAR, 2007, p. 187). Esse entendimento é uma condição fundamental para aqueles que pretendem imaginar uma sociedade distante dos padrões de controle estipulados pelas instituições e/ou pelos interesses capitalistas.

Numa avaliação geral das políticas da ditadura, não podemos esquecer que foi o Estado brasileiro o principal agente de viabilização do processo autoritário de transformação do espaço regional amazônico. Por isso, é a própria instituição que deve ser responsabilizada e cobrada para reverter as consequências do legado do regime militar na região, mesmo que muitas delas sejam entendidas como quase irreversíveis. Durante aquele período as instituições nacionais ataram de maneira a favorecer os grandes grupos econômicos do país, e agora, toda ação que vise reverter o quadro social da herança ditatorial na Amazônia deve, por ordem, privilegiar, desde já, seus segmentos populares e comunidades tradicionais. Nesse conluio entre governo e grandes centros econômicos, o resultado foi o favorecimento da “acumulação privada, a especulação e a privatização das terras devolutas, com grandes fluxos de pessoas e mercadorias para a região, favorecendo a integração da Amazônia aos centros de decisão nacional.” (SILVA e RAVENA, 2015, p. 26). Portanto, é urgente a autonomia de suas comunidades locais frente ao processo de hegemonização levado a cabo pelos detentores de capital do Centro-Sul. A urgência é postulada pois mesmo o esforço federalista da constituição de 1988 não conseguiu efetivar o desprendimento entre o regional e o nacional. Soma-se o agravante de que hoje se encontra ainda mais ameaçada as relativas conquistas da constituição que substituiu a legislação militar.

No estudo de suas práticas, também observamos que as ações militares foram baixadas à Amazônia através de mecanismos institucionais precisos. Entre eles, destaca-se os incentivos fiscais à penetração do capital nacional e internacional no mercado de terras. Também devemos levar em consideração a série de leis, instituições e autarquias na execução dos grandes projetos da ditadura, todas elas criadas especialmente para realizar a ocupação dos chamados “espaços vazios” e que ainda subsistem na legislação federal. Por sua capacidade de mobilização social, resolvi a seguir destacar a política de colonização dirigida para melhor analisa-la no próximo capítulo. Para finalizar o resumo da ditadura na Amazônia, entende-se que as políticas militares tiveram algumas ações marcantes e prioritárias, tais como: a “infraestrutura de transportes, comunicações e energia elétrica, prioritariamente para insumo energético das grandes indústrias do setor mineral.” (SILVA e RAVENA, 2015, p. 26).

Por fim, com base na investigação do arquivo discursivo da Amazônia, podemos demonstrar a maneira com que a racionalidade da ditadura se aproximou dos diferentes regimes

de historicidade da região. Apesar do diálogo histórico, meta primordial foi a de singularizar os enunciados responsáveis por guiar sua intervenção. Destacamos e esmiuçamos o que a abordagem semiótica possibilita chamar de quarta formação discursiva da Amazônia. Assim, quando agora discutidas as intervenções da ditadura na Amazônia é mais uma vez importante ressaltar que “as consequências dessa estratégia governamental em um país de formação capitalista retardatária e dependente apresentaram nas últimas décadas do século XX, características similares às do período colonial.” (SILVA e RAVENA, 2015, p. 26). Essa aproximação entre tempos históricos tão distintos se dá com o mesmo rigor com o qual a apresentamos na oportunidade em que criticamos os esforços de representação da Amazônia, ou seja, sem esquecer da singularidade que marcaram os anos dos generais na presidência. Contudo, não podemos avaliar o avanço do capital sobre aquelas terras sem entender que ele está vinculado aos interesses gerais da modernidade e do impacto civilizatório da colonização. Seu movimento “arrematou terras, expropriou camponeses e seringueiros, desarticulou grupos étnicos, empurrou a todos para centros urbanos onde contingentes populacionais passaram a construir uma nova e extemporânea marginalidade urbana.” (SILVA e RAVENA, 2015, p. 26). Temos então que qualquer similitude com o sistema colonial do início da modernidade não é mera coincidência, mas responde a um processo contínuo de ocupação e exploração das terras e habitantes da Amazônia.

Espero então que a discussão até aqui realizada em torno da Amazônia e de sua história regional tenha contribuído criticamente ao processo de desenvolvimento do capitalismo e da modernidade. Também tentei compor uma discussão em que a linguagem econômica aqui utilizada sirva não somente como um campo ligado aos sistemas de produção, mas que também tenha agregado as suas faces de poder e significação. Nesse bojo, entendo paralelamente a Arturo Escobar que “la economía no es única o principalmente una entidade material. Es sobre todo una producción cultural, una forma de producir determinados sujetos humanos y órdenes sociales.” (ESCOBAR, 2007, P. 108). Envolto nessas reflexões, não pude deixar de perceber que parte dessa dimensão cultural da economia é justamente o meio com que ela tenta converter os seres humanos em sujeitos docilizados pela racionalidade capitalista, facilitando assim os mecanismos de exploração do trabalho e da produção. Essa conversão, por sua vez, corresponde a parte do tema a ser abordado no capítulo seguinte. Se na investigação da racionalidade da ditadura tratamos de abordar sua teoria e pensamento, entendidos pela manipulação dos discursos do regional; se de posse do mesmo objetivo também buscamos circunscrever suas práticas, expostas neste segundo capítulo sob a forma dos planejamentos e de algumas de suas medidas e ações; agora chega a hora de enveredarmos pelos personagens do governo, aqueles

que foram mobilizados para constituir uma nova vida e um novo trabalho na Amazônia. Estes serão abordados através da população agenciada em torno da política de colonização dirigida na Amazônia. Por último, a problematização desses novos personagens se dará pelos caminhos de uma história social, e nesse esforço não podemos deixar de lado a maneira com que a economia é capaz de operar transformações na vida e no trabalho dos indivíduos, de conduzi-los ao longo de um território sempre em busca de uma maior produtividade. Inevitavelmente, essa história social remete à produção dos chamados corpos dóceis e toda a regulação populacional que acompanha os movimentos do capital, nesse caso, o capital que adentrava com todas as forças no território amazônico ao longo do regime da ditadura.

3. CAPÍTULO III: COLONIZAÇÃO NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

3.1 História de um Conceito

Nossas discussões nos levam agora ao capítulo final da tese. Neste espaço pretendo isolar a chamada política de colonização dirigida às margens da Transamazônica para podermos lidar com determinados personagens do governo, esses aparecem agora como grupos de pessoas comuns que lidaram com as instituições da ditadura. Dessa vez, no entanto, não pretendo apenas destacar as figuras políticas consagradas pelo regime, mas apresentar o elenco de trabalhadores pobres que se deslocaram à Amazônia em busca de novas formas de vida e trabalho. No corpo a corpo entre a população migrante e as instituições governamentais, poderemos enfim complementar o quadro de análise do Estado brasileiro durante o governo dos militares e suas intenções para com a Amazônia. Para tanto, faz-se necessário o debate sobre algumas questões preliminares. A colonização da Amazônia no início da década de 1970 é resultado de um amplo programa de desenvolvimento e segurança que visava intervir na região, tudo fruto da ambição do governo de Garrastazu Médici. Nesse meio, também não poderemos cegar à importância que adquire a definição da política por colonização, conceito que passa a conduzir as relações sociais do período e as ações públicas e privadas na Amazônia da época.

A euforia desenvolvimentista que tomou conta do Brasil nos anos 70 está associada à transformação do país em um canteiro de obras (REIS FILHO, 2000). No rol dos projetos de grande envergadura, encontrava-se o Programa de Integração Nacional (PIN). Promulgado em meio à estiagem que assolou a região Nordeste em 1970, o PIN proclamava o desenvolvimento em escala nacional e manifestava o desejo de unificar um país com dimensões continentais. O Programa de Integração Nacional é um decreto-lei promulgado em 16 de junho de 1970⁴⁹. Sua principal manobra consiste em alterar a legislação do imposto de renda para pessoas jurídicas, leiam-se empresas nacionais e estrangeiras, a fim de estimular a agropecuária no país⁵⁰. Dentre as obras a serem realizadas pelo PIN, destaca-se a colonização da Amazônia. A colonização foi uma política que estimulou o deslocamento de mão de obra para a região supracitada, transferindo grandes contingentes de trabalhadores para o que a retórica oficial da ditadura considerava ser os “espaços vazios” do território nacional. Uma vez na Amazônia, esses

⁴⁹ Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 12/11/2019).

⁵⁰ Nota-se que a princípio os objetivos da década de 1970 não diferem do programa estabelecido desde o início da ditadura, na Operação Amazônia, onde o intuito era abrir caminho para um regime de produtividade rural onde caberia à iniciativa privada os investimentos necessários à expansão do capital sobre a região. OU seja, apesar dos diferentes estilos de desenvolvimento propostos pelos sucessivos generais, existem alguns princípios que nos permitem postular uma continuidade dos esquemas e políticas da ditadura como um todo.

trabalhadores e suas famílias foram assentados em lotes de terra concedidos pelo governo. É justamente sobre a política de colonização que pretendo me debruçar neste momento.

A colonização, portanto, se daria em duas linhas mestras: o deslocamento de mão de obra para a Amazônia, sua ocupação, e o posterior estímulo à produção agropecuária, através do assentamento de empresas e agricultores pobres ao longo da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica. No que toca aos trabalhadores rurais, tanto o deslocamento como o processo de assentamento das famílias foram realizados por um rigoroso controle governamental. Esse processo envolvia a seleção dos agricultores, o seu transporte rumo à Amazônia, a escolha e a demarcação das terras e, finalmente, sua posterior titulação. Essas eram as etapas do que foi oficialmente denominado de colonização dirigida na Amazônia – uma política de população guiada pela antiga fórmula de deslocar “homens sem terra para terras sem homens.” (GARRASTAZU MÉDICI, 1972).

A partir de alguns vestígios da concepção do governo, assim como através de alguns trabalhos acadêmicos que acompanharam a efetivação dessa política, pretendo, neste início, discutir o conceito de colonização utilizado para definir as ações às margens da Transamazônica. Definir a ação governamental como colonização traz consigo uma série de implicações. Investigar esse conceito, portanto, é um caminho obrigatório para melhor entender as políticas governamentais direcionais à Amazônia no início da década de 1970, período de sucesso econômico da ditadura e de sua relativa legitimidade social no Brasil da época. Reitero que o estudo desse recorte implica na observação do comportamento de sujeitos sociais que se relacionaram diretamente com as instituições do governo e suas ambições na Amazônia. O ponto de chegada, por fim, remete à busca dos efeitos alcançados pela racionalidade da ditadura na medida em que utiliza o conceito de colonização. Ou, ainda, remete também ao esforço de conseguir circunscrever os processos políticos e sociais associados às práticas colonialistas.

Os estudos de Reinhart Koselleck (1992; 2006; 2014), e a metodologia por ele batizada de história dos conceitos, autorizam as análises do termo colonização no intuito de facilitar o entendimento das experiências sociais da ocupação da Amazônia, sem, contudo, optar por reduções deterministas. De acordo este autor, a história dos conceitos só é aplicável à terminologia política considerada relevante para o campo da história social. Este é o caso da colonização na Amazônia da década de 1970, onde o conceito e sua investigação são capazes de propor e responder questões pertinentes à história social do período:

portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente

que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística (KOSELLECK, 2012, p. 103).

Desse modo, não podemos naturalizar a escolha do termo colonização para definir o conjunto de obras destinado ao espaço regional. Ao utilizar da história dos conceitos não pretendo somente descrever a política oficial tal qual foi planejada pelos militares, mas entender os mecanismos que a tornaram possível, capaz não somente de ser posta em prática, mas de ser representada por um conjunto de discursos e imagens insistentemente propagandeadas pela ditadura quando o governo decidiu por intervir na Amazônia.

Na concepção mais geral, de acordo com Mariana Miranda (1990), o conceito de colonização é definido pelas instituições militares a partir do decreto 59.428, de 27 de outubro de 1966. Em um de seus artigos, a autora nos apresenta parte do texto do decreto da seguinte forma:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção nela previstos (MIRANDA, 1990, p. 65).

Esta definição está presente no documento que compreende o chamado Estatuto da Terra, decreto emergencial promulgado pelo primeiro governo da ditadura. No momento do golpe, a questão agrária adquiriu uma centralidade institucional tendo em vista os processos de ruptura autoritária com o legado do governo João Goulart. Logo antes dos militares avançarem no comando político do país, havia a ideia consensual, por parte de algumas lideranças políticas da época, de que era necessário o encaminhamento de uma ampla Reforma Agrária, solapando o poder das históricas oligarquias rurais. O medo dessa reforma por partes das elites do país foi um elemento fundamental ao amálgama social criado em torno do golpe militar – ensaiamos essa discussão anteriormente. Agora, contudo, cabe afirmar que a definição do conceito de colonização presente no documento é por demais genérica, não sendo bastante para elucidarmos os processos que carregam o sentido da colonização dirigida no início da década de 1970. No entanto, a definição da colonização contida no Estatuto da Terra é importante pois possibilita, mais uma vez, a formação de um amplo quadro analítico da institucionalidade inventariada ao longo dos anos da ditadura. Digo isto, pois no documento “Colonização na Amazônia Brasileira”, um informe do INCRA que discorre sobre a política da década de 1970, está dito que as intenções do governo com o Estatuto da Terra era justamente “desfazer as tensões sociais de certas áreas que reclamavam atuação imediata e restabelecer nelas um clima de

tranquilidade, sem postergar, entretanto, os problemas do desenvolvimento rural.” (INCRA, s/d, p. 5). As tensões sociais a que se refere o documento remetem, portanto, à demanda social pela reforma agrária no campo. O comprometimento com o que o documento chama de “desenvolvimento rural”, por sua vez, já indica o projeto inconciliável da ditadura com a reforma agrária, esta entendida nos termos em que era desejada por alguns setores antes do golpe. Mesmo que a retórica oficial do regime defendesse que a política de colonização na Amazônia era ela mesma uma ação de Reforma Agrária, seu programa, na verdade, segue aliado aos setores agroexportadores do empresariado nacional, ponto de vista que postulo desde o início deste trabalho. Mas ao retomar às análises da institucionalidade da ditadura é possível apontar que o documento do INCRA segue indicando a preocupação do regime com a questão fundiária. Isto é possível de ser observado quando os tecnocratas responsáveis pelo documento afirmam que o Estatuto da Terra criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) para dar conta das ações de reforma no setor rural. Mas foi apenas no início da década de 1970, com o advento do decreto nº 1.110 de 9 de julho de 1970 que foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dispositivo que absorveu as atribuições e competência dos órgãos anteriores e fundou a nomenclatura da colonização na institucionalidade do regime, dando início às ações de distribuição de terra às margens da rodovia.

Portanto, foi o INCRA que possibilitou denominar a política de ocupação da Amazônia por *colonização*. Como dito, o INCRA foi criado pelo decreto lei número 1.100 de 9 de julho de 1970. O órgão foi a instituição responsável por agregar as tarefas de ocupação das margens da Transamazônica. A proximidade de sua criação com o decreto que inaugurou o Programa de Integração Nacional não faz restar dúvidas para o fato de ter sido o INCRA praticamente fundado para assumir as ações de colonização na Amazônia. Vinculado ao Ministério da Agricultura, o INCRA assumiu as competências e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). As funções antes atribuídas a três organizações passaram ao controle de apenas uma instituição. Diferente da Reforma Agrária, a *colonização* é um termo que só aparece na sigla do INCRA. Portanto, foi o INCRA que inaugurou a política de colonização nas siglas das instituições federais brasileiras, dando início às ações que visavam tal empreendimento durante os anos do regime.

De maneira geral, as atribuições do INCRA na Amazônia, principalmente aquelas que possibilitam a definição institucional do regime sobre o conceito de colonização, se dariam por alguns processos associados. Seriam eles, então, o aproveitamento econômico de áreas pré-

selecionadas sob uma política de ocupação planejada, orientando fluxos migratórios com apoio oficial para futura posse da terra, tudo isto encaminhado com a devida assistência social, técnica e financeira. Esses são alguns dos termos em que foi definida a colonização da Amazônia no tempo presente, o que não significa que foram exatamente cumpridos como veremos ao longo deste capítulo.

Em importante estudo acadêmico de 1975, uma parceria entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), se propôs a realizar uma exegese do conceito de colonização levado a cabo pela ditadura na região. Me chamou a atenção a tentativa da equipe responsável pelo estudo em propor uma diferenciação entre a colonização dos militares na Amazônia e as ideias de Colonialismo e Neo-colonialismo. Na verdade, comparar o conceito de colonização assumido pelo governo com as formas históricas que este assumiu ao longo do tempo já era uma preocupação deste autor no momento em que se debruçava sobre a política da década de 1970. Ora, a colonização é um conceito caro à formação da sociedade brasileira e aos processos de expansão do capitalismo. Mas de acordo com os autores do NAEA e FIPAM, a colonização dirigida na Amazônia combinava (1) o processo de ocupação da terra para manifestar soberania nacional; (2) a tentativa de a partir da ocupação garantir a retirada e exploração de novos recursos locais; (3) a ênfase em um desenvolvimento integrado, no intuito de que este permita um futuro desenvolvimento auto-sustentado da região a colonizar (NAEA, 1975).

Segundo a equipe, assim que o comando institucional tivesse acumulado as experiências dos dois primeiros momentos, as ações de colonização dirigida deveriam se pautar sobretudo no terceiro postulado. Mas o ponto de inflexão fundamental reside no fato desses estudiosos chamarem a atenção para a ideia de que os processos associados ao colonialismo e ao neocolonialismo se restringiriam às duas primeiras estratégias apontadas no parágrafo acima. Ou seja, alertavam que a política de colonização que se mantivesse restrita ao processo de ocupação, retirada e exploração de recursos da região colonizada estariam, sendo assim, presas aos aspectos do puro colonialismo e/ou do neocolonialismo: “Quanto ao colonialismo e neocolonialismo, eles limitam-se as duas primeiras estratégias, pois seus objetivos estão voltados prioritariamente para fora da região, ou seja, são de âmbito nacional ou mesmo internacional (...).” (NAEA, 1975). É esta conclusão que abre caminho para minhas discussões. Ao longo dos dois capítulos anteriores apresentei a ideia de que as políticas da ditadura orientadas para a Amazônia cumprem a função de expansão do capitalismo brasileiro sob o comando das elites radicadas nos centros econômicos do país. Mais do que isso, a intervenção teria sido guiada por

um modelo exógeno, fundado na racionalidade militar, centralizado, no qual não se levaria em conta os habitantes locais, tudo em nome de um nacionalismo inventado, onde a gestão nacional estaria em contato direto com os interesses das potências internacionais. Se para esses autores a diferença entre colonização dirigida, colonialismo e neocolonialismo reside na ideia de que a primeira deveria trazer “uma gradativa autonomia da área colonizada”, correspondendo à “apropriação (...) dos frutos do desenvolvimento desencadeado”, o que se têm na Amazônia da década de 1970 é uma política de colonização que se aproxima do conceito mais geral e histórico do colonialismo e do neocolonialismo. De antemão, e já apontamos isso anteriormente, o processo de intervenção militar na Amazônia, do qual a política de colonização é parte central, contribuiu, isto sim, para a dependência e continuidade do subdesenvolvimento local. Contudo, dessa vez as relações não se dão entre uma metrópole e uma colônia, uma nação dominadora e um território estrangeiro a ser submetido. Nessa nova fórmula, elas se dão ao nível do regional, onde as áreas desenvolvidas do Brasil, representadas por suas sedentas elites, enxergavam na Amazônia as riquezas necessárias à sua expansão, implicando na substituição das formas de vida tradicional e suas diferentes culturas. É o que o estudo do NAEA e do FIPAM cita como uma espécie de colonialismo ou neocolonialismo inter-regional. Naquele momento, em 1975, o presente estudo cumpriu a importante função de denunciar para onde seguiam as políticas dos militares na Amazônia. Para os autores, ou se reviam algumas atribuições na tentativa de se comprometer com o que entendiam por desenvolvimento local ou a região seguiria condenada aos domínios e exploração estrangeira, atualizando as bases colonialistas em que historicamente foi concebida. Nesse meio, cabe a mim garantir que a ação colonizadora dos militares na Amazônia manteve o esquema e os pressupostos colonialistas de outrora, o que nos conduz ao mesmo postulado de continuidade que enveredamos anteriormente, aproximando distintos regimes de historicidade sem, contudo, perdermos as peculiaridades de cada momento. Nesse sentido, a colonização dirigida no início da década de 1970 segue mantida pelo desejo de conquista de terras e povos colonizáveis e é caracterizada pela exploração e pela dependência cultural, num esquema onde privilegia-se o polo colonizador em detrimento do elemento ou da região colonizada.

Antes de encerrarmos a discussão conceitual que vai dar as bases para as análises que se seguem, cabe promover uma distinção fundamental no seio dos discursos oficiais da ditadura. Como o próprio nome do INCRA indica, as políticas colonialistas da década de 1970 foram encaminhadas com a intenção de confundir o conceito de colonização com o de Reforma Agrária. Esta foi uma tentativa da racionalidade do período inventariada em seus discursos e linguagem, no intuito de aproximar processos radicalmente diferenciados. Com isto, criava-se

a imagem de que o governo abria espaço para a população pobre e rural em suas políticas na Amazônia. Apontamos que a Reforma Agrária constitui uma importante temática para compreendermos os movimentos que deram origem ao golpe de 1964. Não obstante, ela estava presente nos discursos e medidas dos governos militares desde o início de sua gestão. Contudo, os dispositivos que previam a execução de uma possível Reforma Agrária nunca foram aplicados e, assim, sob nenhuma hipótese houve a concretização da mesma (MIRANDA, 1990). O que houve, de outro modo, foi uma política de colonização, onde o carro-chefe a ser explorado pela propaganda governamental corresponde à política de ocupação das margens da rodovia Transamazônica. Nesse sentido, a colonização aplicada na Amazônia difere da Reforma Agrária, pois “não redistribui os direitos de propriedade privada, e conseqüentemente a desapropriação não é uma condição essencial para que se realize.” (NAEA, 1975). Enquanto que a colonização dirigida “não questiona fundamentalmente o problema do latifúndio e do minifúndio, podendo coexistir com ele (...), a reforma agrária visa sobretudo a igualdade fundiária (...), a desapropriação é imprescindível a sua efetivação.” (NAEA, 1975). A crítica central a ser estabelecida entre os dois modelos é que nas regiões onde já existe uma infraestrutura capaz de estimular a produtividade e o trabalho, o governo não se interessa em garantir o acesso à terra ao conjunto de famílias pobres do campo, sendo essas regiões exclusividade do latifúndio. Pesa então o fato da atividade governamental privilegiar a infraestrutura ligada ao regime das grandes propriedades, tudo isso construído com o dinheiro público, manifestando o repasse institucional aos setores abastados da comunidade nacional. Por outro lado, as áreas destinadas à colonização não contam com os mecanismos básicos e necessários à produção e ao trabalho digno. Para garanti-la é preciso um encaminhamento de recursos que extrapolam a capacidade de gerência da empresa governamental, relegando aos sujeitos submetidos à migração e ao deslocamento o pauperismo característico das áreas de colonização, sem contar, ainda, que violenta a vida desses segmentos que não enxergam capacidade para se manterem nos locais onde nasceram e cresceram. Uma ação como a que caracterizou as margens da Transamazônica só pode então ser entendida como fruto da euforia e da megalomania do governo Médici. Garantir a efetividade do programa em bases sólidas e humanas, com a assistência necessária aos colonos, era uma força tarefa praticamente impossível aos esforços governamentais. Na verdade, veremos é que a falta de comprometimento com o trabalhador migrante reside no caráter descartável de sua mão-de-obra e no pouco valor que a vida da população pobre adquire aos olhos das instituições militares.

Diferenciada a colonização dirigida da Reforma Agrária, compartilho com o leitor a referência que melhor me permitiu a análise do conceito de colonização sob a ótica de uma

mediação temporal entre distintas temporalidades. Ou seja, de que maneira é possível construirmos um olhar capaz de mediar a colonização dirigida na Amazônia com as atitudes colonialistas mais gerais e históricas. Essa aproximação só se faz possível quando investigamos o conceito a luz da linguagem sem, contudo, deixar de oferecer brechas importantes a discussão social na Amazônia do período.

As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo (...). Colo significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. (...) A Ação expressa neste colo, no chamando sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. É o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que está se ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar (BOSI, 1992, p. 11).

Ao começar pelas palavras, podemos melhor destrinchar os significados políticos da colonização. O termo colonização remete às ações de ocupar a terra e nela residir, trabalhar e nela cultivar. A colonização da Amazônia nos anos 70 foi uma política planejada e facilitada pelas instituições federais, mas suas práticas, quando investigadas à luz do conceito, recolocam os trabalhadores rurais no cerne da questão. Foram esses os personagens que vieram em grande número para ocupar a região amazônica e em suas terras produzir.

Pretendo então não me resumir às causas e consequências da colonização, seus objetivos e finalidades, mas priorizar o que se passa *entre* os anos de execução desta política. Esta forma de análise privilegia o entendimento da colonização enquanto um processo incompleto e transitivo. A colonização, ação expressa do verbo colo, remete a algo *incompleto* e *transitivo*. Incompleto, porque a colonização é um conceito atual e que nos remete a diferentes temporalidades. Transitivo, pois deixaremos de lado as generalizações para privilegiar o colonialismo em ação, as práticas e relações daqueles que vivenciaram a política de colonização no início da década de 1970. Essa é uma estratégia narrativa que entende a colonização enquanto um ato de ocupar e produzir nas terras da Amazônia. São inúmeros personagens que se misturam entre políticos e funcionários das instituições de governo, produtores e empresas agropecuárias, mas, sobretudo, os milhares de trabalhadores que se deslocaram para a região no início dos anos 70.

Embora priorize as histórias de vida e o protagonismo dos trabalhadores pobres, não posso fechar os olhos à condução governamental da política de colonização. Entre governo e a população existe um movimento que se passa de uma razão conquistadora a um agente colonizador (BOSI, 1992). Para realizar a política de colonização dirigida, a racionalidade governamental saiu à procura da encarnação e socialização de seu desejo. Este movimento envolveu um jogo de conquista e ação que abre espaço para outro território de pesquisa: as

técnicas e ferramentas de um governo. Isso não significa que tratemos a população e a sociedade brasileira da época como ludibriada pela propaganda da ditadura (CORDEIRO, 2015). Mas à medida que a colônia é um determinado *espaço que está se ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar* (BOSI, 1992), as pessoas que encarnaram os objetivos do governo da época o fizeram enquanto uma população consciente de suas ações, mas, muitas vezes, inconsciente do que se queria fazer com ela (FOUCAULT, 2008).

Problematizar um conceito não corresponde a traçar uma história da língua, mas propor sua abordagem epistemológica. A tentativa consiste em discuti-lo através de seus significados políticos na história, afastando, desta maneira, a tentação historicista da busca indefinida de uma origem (FOUCAULT, 1984). “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver uma unidade de ação política.” (KOSELLECK, 2012, p. 98). Durante o projeto de ocupação da Amazônia na década de 1970, a unidade de ação entre governo e população também foi construída em torno do conceito de colonização. É ele que orienta os processos de seleção e recrutamento dos trabalhadores, seu deslocamento e ocupação do solo amazônico; assim como também está associado ao modelo de desenvolvimento a ser implementado na região.

Sobre a questão da unidade de ação criada em torno do conceito, vejamos como um migrante proveniente do Sul do Brasil, o Zé Gaúcho, relata o conhecimento que teve da política de colonização e sua decisão pelo deslocamento:

o governo tá abrindo uma estrada do Nordeste pra Amazônia, 5 mil e 500 km de estrada pra ser asfaltada, uma rodovia federal. Tem 3.500km de mata e os índio lá já aconteceu de deixar as máquina na estrada e amanhecer amarrado no cipó. O operador tem que andar armado que é porcão, tigre, onça, é uma selva amazônica então o governo tá fazendo uma estrada pra *colonizar*. Ele contando a história dos animais me correu na cabeça: “ah, eu na beira dessa transamazônica com 50 hectares de terra...” almejei só 50 hectares.

Neste breve exemplo já é possível considerar que as dificuldades associadas ao processo de ocupação estão atreladas ao objetivo governamental de colonizar. É o conceito que cria a unidade de ação, definindo o que há por fazer e enfrentar na Amazônia da década de 1970. Se a colonização é o intuito, seus riscos, pelo depoente associados à presença de bichos ferozes e a indígenas perigosos, devem ser enfrentados por quem decide ocupar a região. Dois pontos caros ao conceito são apresentados neste esquema: o enfrentamento do meio natural pouco ocupado, ou seja, selvagem, e o contato com suas formas de vida violentas e bárbaras. Quando a Amazônia é eleita pela racionalidade governamental do período como uma região a colonizar, seu território e suas formas de vida aparecem imbricados entre discursos e práticas de sua dominação. As políticas e projetos colonialistas são suportados por um conjunto de discursos

que elegem a Amazônia como um local a ser ocupado territorialmente e modificado culturalmente. Vimos que esses discursos comungam de um esquema interpretativo da Amazônia que se encontra disperso na literatura que propõe o entendimento da região. Dessa forma, a colonização no Brasil do início da década de 1970 não se limita às práticas de ocupação e produção do solo mas remete a toda uma maquinaria discursiva criada e atualizada para abrir espaço às práticas colonialistas.

Na busca pelos personagens políticos da colonização que não se encontram nos documentos oficiais do período, recorri à metodologia de pesquisa da história oral. Neste texto é ela que permite “retirar de nossa atenção os atores principais da história (grandes políticos, gestores, pensadores, gerais...) e fazer emergir um imenso elenco de suporte, que suponhamos ser composto de simples figurantes (THOMPSON, 2001, p. 234)”. Em janeiro de 2015, fiz uma série de entrevistas com trabalhadores rurais que chegaram à Amazônia nos anos 70 para “colonizar” a região. As entrevistas foram filmadas e devidamente autorizadas para uso acadêmico. Através da história singular de cada indivíduo ou família é possível o contato com a experiência do deslocamento, a chegada em uma terra desconhecida e a recriação da vida em novos locais de moradia e trabalho. Articulados, esses processos expõem os pensamentos, crenças e esperanças das classes populares em torno da ditadura militar brasileira. Nessa narrativa, as múltiplas histórias dos protagonistas, seus fragmentos despercebidos, colocam uma série de indagações em torno de uma política governamental e seus objetivos.

Ao traçar este caminho e apresentar-lhes uma nova metodologia, estou certo de que passarei a valorizar o âmbito subjetivo da experiência humana como parte central do trabalho (LOZANO, 2006). Mas acredito que a maior contribuição do novo caminho de análise reside na capacidade de ampliar a produção do conhecimento histórico para além do que me permite os documentos oficiais até então aqui tratados. Se em teoria o estudo das instituições e discursos da ditadura requer o trabalho com os personagens que lidaram com o governo, nada mais justo do que trazer a contribuição dos próprios trabalhadores agenciados na política de colonização da Amazônia. Esta também é uma forma de abandonar as figuras políticas centrais ao regime para se alinhar a alguns princípios de uma história dita popular (LOZANO, 2006).

Antes de darmos início a uma análise sistemática desses depoimentos, devemos aqui entender que no trato com questões subjetivas, o historiador deve estar atento para

(...) não se deixar seduzir pela reificação do individual ou do acontecimento extraordinário. Ao mesmo tempo, a construção histórica realizada a partir da perspectiva individual exige que se contemple um conjunto de elementos díspares e contraditórios articulado à ordem explicativa muitas vezes homogeneizadora e totalizante da perspectiva macro-histórica (MONTENEGRO, 2010, p. 70)

3.2 Colonialismo em ação

Emílio Moran foi um pesquisador norte americano que percorreu e estudou as áreas de colonização no momento em que a política estava sendo implementada. O resultado de sua pesquisa foi apresentado na Universidade da Flórida, em 1975. Apesar de seu olhar estrangeiro se manter muito preso ao quadro natural e biológico da floresta amazônica, o pesquisador tinha consciência de que a política estava envolta por um ambiente social e institucional criado pelos agentes do governo da época (MORAN, 1975). Segundo ele, a colonização era orientada sob um alto grau de controle governamental, sendo o Estado responsável pela indicação do tamanho e localização das propriedades, bem como pela seleção dos colonos, o desmatamento, a organização comunitária, etc. (MORAN, 1975). Ao priorizar o colonialismo em ação tentarei percorrer as histórias que nos possibilitem entrever historicamente o processo de seleção e recrutamento desses colonos, assim como o trabalho desempenhado nas frentes de ocupação e também o que Moran chamou de organização comunitária, ou seja, a formação social organizada sob a nova vida na região.

Mais uma vez fica evidente que o processo de expansão do capital rumo à Amazônia a partir da segunda metade do século XX não é espontâneo mas envolve o direcionamento de políticas explícitas para a área, tendo sido o Estado brasileiro da época o grande incentivador desse movimento. A colonização das margens da Transamazônica é mais um caso desse processo de expansão, mesmo que à primeira vista tenha sido pautado pela concessão de terras a trabalhadores pobres. Durante a realização das entrevistas, percorri uma vasta área da Transamazônica, partindo da cidade de Marabá, no sudeste do estado do Pará, e terminando da região de Altamira, já mais ao sul do estado em questão. Foi nesta última localidade que colhi os depoimentos que aqui nos interessam. Ao entrecruzar o resultado das entrevistas com alguns documentos oficiais pude perceber que a quantidade de antigos colonos ainda residentes nos entornos de Altamira aponta para a prioridade concedida pelo governo à política de ocupação centrada naquela parte do território amazônico. Em seus termos, Altamira seria “o marco do processo de ocupação da Amazônia” (INCRA, 1972). Foi este projeto, intitulado *Altamira I*, de acordo com os textos do INCRA, que representou de forma expressiva a política de colonização dirigida a ser implementada na Amazônia do momento. Segundo nos apresenta aquela instituição, “o projeto se propõe a ocupar uma área de aproximadamente 350.000ha, cobrindo uma faixa de 20 a 24km de largura ao longo de 150 km da rodovia Transamazônica, no trecho Altamira-Itaituba, a partir do seu km 20.” (INCRA, 1972). A execução do projeto foi de responsabilidade do terceiro governo da ditadura, que entre 1971 e 1974, criou as condições para assentamento dos colonos na área. A região virou um canteiro de obras, como muitos que

Médici instalava no país durante os anos do chamado milagre econômico. Alguns sujeitos residentes nas cidades da região, sobretudo no sul e sudeste do Pará, observavam atônitos à modificação radical de seu cotidiano através da construção da Transamazônica, um grande eixo transversal no sentido leste-oeste, para interligação da Amazônia com o Nordeste. Os habitantes locais agora se somavam aos trabalhadores das empreiteiras responsáveis pela construção da estrada, mas também aos funcionários do governo e aos novos migrantes e colonos que se amontavam naquelas regiões para a implementação do Programa de Colonização da Transamazônica. Nesses novos núcleos seriam instalados: “escola primária, posto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicações e posto do Ministério da Agricultura.” (INCRA, s/d)⁵¹.

Em seu texto, Moran chega a afirmar que nos anteriores trinta anos, a contar de 1975, observou mais de cem casos de projetos de colonização dirigida ao longo da América Latina (MORAN, 1975). Contudo, argumentava o governo brasileiro que o Programa Integrado de Colonização de Altamira (PIC), reunia um “conjunto de experiências até então inéditas na colonização oficial do país.” (INCRA, s/d), tais como: o processo de titulação da terra; a colonização em beira de rodovia; o sistema de urbanismo rural; o apoio aéreo de helicópteros; o transporte aéreo de parceiros provenientes de outras regiões; o estudo do uso potencial do solo; o fornecimento de crédito; etc. (INCRA, s/d). Esses serão outros pontos com os quais iremos dialogar para compreender a colonização dirigida e isto será feito não só a partir dos documentos oficiais, mas prioritariamente através do que me foi narrado pelos antigos migrantes e também por aquilo que discutiam alguns estudiosos que acompanharam a implementação da política no momento de sua execução.

Mas quando tento buscar um início para a história da colonização, percebo que ele não se encontra localizado no território amazônico, mas remete à história da seleção e deslocamento dos colonos. Assim, em sua maioria, os entrevistados organizaram suas narrativas remetendo o começo de sua fala aos seus locais de origem. O deslocamento é ele próprio uma violência, acometida contra aqueles que têm de deixar seus locais de moradia e trabalho, suas histórias e identificações com seus lugares de pertencimento. Em outros trabalhos priorizei essa discussão do deslocamento como violência à medida que me concentrava a explicar a realidade rural do Nordeste no momento em que os migrantes provenientes dessa região viajavam rumo à

⁵¹ Trata-se de um documento encontrado nos arquivos da SUDAM, intitulado Colonização na Amazônia Brasileira e indicado como um informe do Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Amazônia⁵². O certo é que esses trabalhadores vieram à Amazônia por vários meios de transporte: caminhão, barco e avião são alguns dos exemplos. Depois de selecionados e alistados, viajavam em grandes grupos com destino a Belém ou às vezes diretamente às áreas de colonização. Os casos variam tanto em relação ao uso dos meios de transporte, quando ao trajeto da viagem. Em alguns casos as famílias vinham repartidas, os homens e pais na frente e mais tarde as mulheres e crianças. Em outros trabalhos eu também discuti o impacto causado pela utilização dos aviões, ao apontar o desprendimento de esforços utilizados pelo governo federal no exercício da colonização, mas também o efeito de comprometimento para com a população pobre criado pelo oferecimento dos modernos meios de transporte. No discurso de alguns migrantes, a utilização de um recurso moderno como o avião demonstrava a envergadura do programa e criava a ideia de que o governo estava realmente disposto em ajudar suas famílias, estas advindas sobretudo do Nordeste.

Nesta oportunidade gostaria de tentar demonstrar a maneira como o processo de deslocamento cria uma certa euforia e deslumbre no seio da população pobre e rural. Esse é um caminho de análise que deixa de lado o deslocamento como identificado apenas com o sofrimento por ele causada, passando a entender como os significados da viagem e da mudança contribuem para a interpretação positiva com a qual os migrantes entendem a política, sendo um elemento primordial para a adesão dos trabalhadores rurais aos programas do governo. Foi assim que Emílio Moran, ao acompanhar a chegada dessas famílias na Amazônia, afirma que algumas crianças ficavam emocionadas com sua primeira viagem de avião, saltando de aeroporto em aeroporto até chegar na pista empoeirada de Altamira (MORAN, 1975). O entusiasmo dos filhos também pôde ser por mim comprovado pelas palavras de Ivanilson, migrante da colonização que chegou à Amazônia ainda criança. Ivanilson veio com os pais do Rio Grande do Norte e ainda hoje reside nos arredores de Altamira. Sobre a notícia da viagem e a confirmação da mudança para a Amazônia, assim ele relata: “Rapaz, se tu visse, foi uma correria, parece que eu tô vendo a situação! A gente brincando no meio do terreiro, da casa, pra lá, pra cá. A molecada toda pequena. Eu com nove anos (...)”. Não é exagero afirmar que a euforia presente na narrativa se insere no contexto geral do país: anos do milagre econômico, da conquista da copa do mundo de futebol, etc. Se essa euforia pôde ser comprovada na interpretação infantilizada do depoente, também é muito provável que tenha contaminado os pais e adultos quando estes optaram por vir à Amazônia. Digo isto, pois a memória de Ivanilson pode ser definida como uma “pós-memória”, ou seja, “a memória da geração seguinte àquela

⁵² Essas contribuições estão publicadas em uma série de artigos, todos frutos de minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

que sofreu ou protagonizou os acontecimentos.” (SARLO, 2007, p. 91). A “pós-memória” seria então a memória dos filhos sobre a memória dos pais, uma memória mediada pelos meios de comunicação e pela escuta daqueles que estavam diretamente implicados nos fatos (SARLO, 2007). Segundo Beatriz Sarlo, um discurso de segundo grau, “lembança pública ou familiar de fatos auspiciosos ou trágicos.” (SARLO, 2007, p. 92). Dessa maneira, ao lembrar, Ivanilson evoca uma interpretação que é mediada pelo senso de seus pais e familiares, assim como pela contribuição do discurso midiático da época. Portanto, a euforia com que se refere ao momento do deslocamento transcende sua interpretação infantil, podendo ser também atribuída aos seus pais e ao sentimento geral da época.

Mas é sobre o impacto causado pela utilização dos aviões que Ivanilson releva sua astúcia enquanto narrador. Diz ele sobre a viagem: “Eu tava olhando, assim, as nuvens, o tempo, aquele dia querendo amanhecer. Mas era bonito, rapaz! Tava olhando aquele tempo, aí deram uma bolachinha champanhe. Toda vida que eu como aquelas bolachinha champanhe, eu me lembro”. No melhor estilo de Proust e sua Madeleine⁵³, Ivanilson diz que até hoje recorda da viagem, basta comer uma bolachinha champanhe. A sobrevivência daquele momento do deslocamento em sua memória atesta o impacto causado pela utilização dos aviões na população pobre e rural. A emoção e entusiasmo das crianças migrantes, observada *in loco* por Moran, aparece anos depois na rememoração do depoente. E mesmo que Beatriz Sarlo na verdade questione o prefixo “pós” para definir a memória feita de segunda geração, não resta dúvida de que a reconstrução feita por Ivanilson se dá através não só daquilo que ele individualmente lembra, mas do contato com uma série de outras informações. De outro modo, aquilo que era dito e sentido pelos seus pais no momento do deslocamento também constitui num elemento formador da memória de Ivanilson, possibilitando a generalização dos sentimentos de impacto, euforia e entusiasmo. Estes não estavam presentes somente nas crianças, mas possivelmente era compartilhado também pelos seus pais – responsáveis últimos pela decisão de fazer parte da política de colonização.

⁵³ Ver: DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

(IHGB – Arquivo Pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido)



A utilização dos aviões não parece ter sido um uso exclusivo dos trabalhadores provenientes do Nordeste. Pelo menos isto é o que indica a imagem acima. Nela observamos um provável grupo de “gaúchos” embarcando rumo à Amazônia. Se não é certeza a afirmação que se trata de um grupo de gaúchos, pelo menos um dos tripulantes não nos deixa dúvidas quanto ao fato de que representantes do Sul do país também utilizaram desse recurso. Trata-se da imagem de um homem que se prepara para o embarque e está vestido nos trajes característicos do regionalismo presente no sul do Brasil. O chapéu e as botas – as chamadas bombachas – não nos permitem mentir.

Essa é a primeira das fotos da colonização que ofereço à discussão. Antes do fim, teremos contato com outras imagens. A fotografia do embarque mostrada anteriormente faz parte de um arquivo pessoal do presidente Médici cedido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Ela compõe uma série que, junto a outras fotos, tratam da colonização nas margens da Transamazônica.

Outra marca do passado presente na imagem é a utilização de companhias aéreas privadas no deslocamento desses trabalhadores, o que fortalece o argumento de que muitas empresas nacionais estavam associadas às políticas do governo. Reparem que as escadas que conduzem os migrantes ao avião estão marcadas com a logo da VASP, antiga empresa de transportes aéreos do Brasil. Mas em outros depoimentos pude perceber que aviões da Força Aérea Brasileira também foram utilizados no transporte desses migrantes. Para além da utilização das fotografias como índice, ou seja, como marca de uma materialidade do passado, também podemos pensar esse registro como um monumento. Com isso quero dizer que as imagens visuais podem ser utilizadas como um símbolo na História, “aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro.” (MAUAD, 1996, p. 8). A partir daí é possível reforçarmos a ideia de que a utilização dos aviões no transporte dos migrantes foi um elemento de grande

impacto na constituição da política de colonização. Os aviões, portanto, revestiam o empreendimento de grandiosidade, sendo elemento fundamental para fortalecer a confiança dos trabalhadores na política que estava sendo executada. E a importância desse recurso do deslocamento foi consagrada no registro fotográfico, ato que posterga ao futuro a imagem do embarque e permite a conformação da visão de mundo compartilhada por aqueles que vivenciaram a política da colonização no Brasil da década de 1970.

Ainda sobre o processo de deslocamento, a condução das entrevistas me pôs em contato com um caso emblemático da colonização. Falo do acidente com a lancha Anaman, o naufrágio de um barco na foz do Amazonas. Saindo de Belém com destino a Vitória do Xingu, município à beira do rio que dá nome à cidade, o barco conduzia aqueles que chegavam à Altamira via transporte fluvial. No Anaman, estavam os migrantes advindos do Paraná que se encontravam já reunidos em Belém. E foi na trilha dos colonos que ocuparam as margens da Transamazônica, encontrei-me com o Sr. Aurindo. O entrevistado do momento logo topou conceder depoimento, pois se considerava um importante narrador do período, justamente por ter sido um dos personagens sobreviventes ao naufrágio. Antes que ele iniciasse sua fala sobre o acidente percebi que seu depoimento seria de grande valor à pesquisa. Uma das grandes contribuições do estudo de memória e do uso da história oral como metodologia reside na maneira com que “o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico.” (HALBWACHS, 2006, p. 99). E, neste caso, Aurindo se considerava um ator protagonista da história da colonização.

Como meu primeiro contato com o acidente adveio do que me era contado por Aurindo, deixei que o entrevistado discorresse ainda mais livremente sobre o acontecido. Depois de sistematizada sua entrevista, me lancei à pesquisa de jornais da época que pudessem ter noticiado o acidente em cadeia nacional. Encontrei uma série de matérias a respeito, e destaquei algumas registradas no Jornal do Brasil, com circulação na cidade do Rio de Janeiro. Em uma dessas matérias está dito que o acidente aconteceu no dia 4 de julho de 1971, às 23 horas. Ainda segundo o jornal, o barco pegou fogo no rio Tajapuru, perto do estreito de Breves e ao lugarejo paraense conhecido por Antônio Lemos. Como a matéria em questão foi publicada somente em dezembro, já havia sido possível a contagem dos mortos. Estes somavam 41 pessoas, entre adultos e crianças, de um total de 81 passageiros que estavam embarcados no momento do acidente⁵⁴.

⁵⁴ JORNAL DO BRASIL. Cirne inspeciona agrovila ao longo da Transamazônica. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1971.

Sobre o ocorrido, assim nos conta Aurindo: “Quando eu acordei, eu tava jogado no meio da Amazônia, duas horas na madrugada. Aí eu pensei que eu tinha caído do barco, que eu tinha sonhado e caído. Tava com as orelhas tudo queimadas, que o incêndio foi debaixo de mim”. Aurindo não vinha sozinho, pois uma das exigências do INCRA era que os colonos constituíssem famílias ao se candidatar para a aquisição de terras na Amazônia. Infelizmente, todos os seus familiares morreram, sendo ele o único sobrevivente entre os seus. Diz ele que quando se deu conta do acidente, pensou: “Minha família tá tudo ali!” E continua: “Tudo que eu possuía tava lá! Falei: e agora?!”. O depoente conta que antes de chegar perto do barco para tentar salvar a família, “o fogo acabou de queimar tudo”. Segundo ele, “Eu já vi fogo na minha vida, mas mais do que aquele, nunca vi!”. As esperanças de resgatar a família foram embora logo que percebeu que: “os tambor de gasolina embaixo saía encima e explodia! (...) Até explodiu o derradeiro e a ferragem foi pro fundo d’água! Sumiu”.

Como Aurindo ainda permanecia na água depois do incêndio, conta também como se deu o seu próprio resgate. Obra de um ribeirinho da região, que segundo as palavras do próprio Aurindo “mora ali, pescando”, me disse o sobrevivente: “Quando eu pensei que não, era um pirangueiro remando um botezinho e o menino com uma lamparina na proa do bote. (...) Aí ele chegou e gritou: “Se você não morreu, agora você não morre mais, não! (...) Aí ele me segurou com o remo, apanhou dentro e sumiu”. Ao continuar a falar sobre como se deu o resgate dos sobreviventes, ele conta da ajuda de um barco do INCRA que estava por perto no momento que afundou o Anaman. Segundo o depoente, o barco do INCRA estava naquela região do acidente “pra poder trazer tábuas pra nós poder começar a primeira agrovila que era Brasil Novo”. Por sua vez, durante minhas pesquisas nos jornais, constatei que ajuda de um barco do INCRA no resgate dos sobreviventes foi também noticiada. O jornal do Brasil do dia 7 de julho de 1971 conta que “nesse ponto, apanhando um carregamento de madeira para levar a Altamira, estava ancorada uma outra embarcação do INCRA, que prestou os primeiros socorros aos sobreviventes da lancha sinistrada (...)”⁵⁵. À primeira vista a constatação desta notícia no jornal atuava como uma validação histórica do depoimento de Aurindo, um carimbo de veracidade posto sobre sua narrativa. Contudo, os estudos da memória me indicam que, muitas vezes, a própria lembrança do narrador é uma construção intermediada por informações advindas, por exemplo, dos jornais e mídias da época (vimos isso no caso da “pós-memória” de Ivanilson). A atuação do barco de resgate, portanto, não é necessariamente uma memória genuína de Aurindo. Isto não invalida, no entanto, a proposta de estudar seu depoimento, mas demonstra a

⁵⁵ JORNAL DO BRASIL. Lancha do INCRA levou para o fundo do rio dez crianças. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1971.

complexidade do tema abordado e aponta como fundamental o entrecruzamento das memórias com fontes de outras naturezas.

Outro ponto que interessa ao cruzamento entre o que me foi dito por Aurindo e o que era registrado pelos jornais da época remete às causas do acidente. Segundo consta em matéria do *Jornal do Brasil*, no dia 7 de julho de 1971, “tudo indica ter sido mesmo um curto-circuito a causa da explosão (...)”⁵⁶. Na narrativa de Aurindo, contudo, o incêndio se deu após um acidente com um cigarro: “O tripulante foi acender o cigarro de papel, enrolado num papel. Ele [o tanque] chupou [a faísca] e ponhando gasolina no motor... uma mulher viu! O fogo saltou”. Em outra matéria do dia 8 de julho de 1971, o jornal traz o depoimento de um dos motoristas da Anaman, chamado Oton Rubim Aguiar. Segundo consta no jornal, “ele e outros tripulantes estavam consertando um pequeno motor no convés, quando uma faísca soltou do gerador tocando fogo no colchão de um colono”⁵⁷.

Na abordagem discursiva da Amazônia, a constituição de mitos a seu respeito parece ser uma marca de sua continuidade histórica. Isso se dá de uma ponta a outra. Desde o imaginário medieval-renascentista dos primeiros conquistadores, com suas fantasias a respeito das Amazonas e do El Dorado, até às representações presentes nos discursos dos povos da floresta, que reivindicam sua territorialidade para validar seus modos de vida e trabalho. No caso do Anamã, alguns relatos que tratam do acidente também apresentam essa construção mitológica do regional e a história oral é um campo potente para podemos observá-la. Antes de recorrer à fala dos entrevistados, vejamos como o próprio *Jornal do Brasil* aborda uma dada situação de resgate:

Uma menina de seis anos foi encontrada, tremendo de frio, numa das ilhas do Tajapuru, distante quase um quilômetro do ponto de onde a Anaman explodiu. Ninguém sabe como ela chegou tão longe, mas sua localização fez renascerem as esperanças de que pode haver mais sobreviventes. Rastros de criança foram descobertos também em outra ilha (*JORNAL DO BRASIL*, 1971)⁵⁸.

Notem que o caso da menina encontrada, de acordo com o discurso do jornal, extrapola os limites da razão pois, até então, “ninguém sabe como ela chegou tão longe”. Entendo essa abertura ao desconhecido como um convite ao sobrenatural. Mas não me espantou a forma como o veículo trata a questão, pois no depoimento de Aurindo já havia escutado sobre o caso de uma menina que estranhamente sobreviveu ao acidente. Nas palavras do entrevistado, o

⁵⁶ *JORNAL DO BRASIL*. Lancha do INCRA levou para o fundo do rio dez crianças. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1971.

⁵⁷ *JORNAL DO BRASIL*. Pânico na lancha em fogo impediu que muitos colonos se salvassem. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1971.

⁵⁸ *JORNAL DO BRASIL*. Pânico na lancha em fogo impediu que muitos colonos se salvassem. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1971

acidente “foi duas horas da manhã e a menina foi pega lá doze horas do dia. Rodando por cima d’água com sete anos de idade!”. A exclamação na fala de Aurindo remete ao espanto que causava a sobrevivência de uma criança naquelas condições, coisa muito improvável tendo em vista os impactos da explosão, o risco de afogamento e os perigos da selva. Continuando a tratar do caso da tal menina, Aurindo se apresenta não só como um espectador da inexplicável aparição, mas diz ter sido inclusive um dos responsáveis pelo seu resgate:

Eu falei: ”onde é que tá essa criança?! Ela falou: “É do povo de vocês!” Aí eu falei com o tripulante: “vamos buscar essa criança!”. Ele falou: “vai, não rapaz! A sua, morreu tudo e você vai bolar com essa criança se os pais dela morreu?!” Eu falei: “Não se incomode com a minha vida. Porque, se os pais dela morreu, eu vou cuidar dela, eu sou homem pra isso!”.

No relato acima está contido dois diálogos. O primeiro corresponde a uma conversa com uma determinada mulher que chegava avisando aos sobreviventes de uma criança que estava perdida num lugar de mata não tão distante de onde se encontrava Aurindo após o seu resgate. Depois, Aurindo debate com um dos tripulantes do Anaman, outro sobrevivente, sobre sua vontade de ir buscar a menina que se encontrava perdida. Segundo Aurindo, foi com firmeza e propósito que saiu em busca da criança. Ele também conta que não somente resgata a menina como também a traz de volta com segurança. Continua:

Pegamos e chegamos na serraria, onde é que tavam os sobrevivente, quando eu subi no cais assim, com ela sentada na minha perna. Ela tinha uma mordida no joelho. E eu falei pra ela: “Minha filha, como é que foi duas horas da madrugada e doze horas foi pega?! E essa perna, onde comeu?!”. Ela falou que os bichos vinha com a boca aberta e a mamãe dela batia e foi viajando. De barriga pra cima nadava, a mulher contou. Quando eu subi que cheguei lá com ela nos braços, a mãe dela voou em mim que só a vaca choca! Eu só fiz abrir o braço e entreguei.

Aurindo não pôde seguir com o propósito de criar a criança, pois, segundo ele, a mãe da menina também havia sobrevivido, manifestando gratidão incontida pela tarefa daquele que resgatou sua filha. Mas apesar de toda imprevisibilidade e heroísmo que ronda o relato em questão, são as palavras de outro depoente que demarca com mais precisão a construção mitológica em torno de um caso de sobrevivência na tragédia do Anamã. Zé Martins, marceneiro contratado pelo INCRA para trabalhar às margens da rodovia, também me contou o que se lembrava do ocorrido:

Aí, nesse acidente que aconteceu meia noite, quando foi seis horas da manhã, um pescador lá do estreito, descendo de rio a baixo, seis horas da manhã o pescador ia pescando e via aquele negócio boiando. Diz que ele tocou a canoinha pra ver...uma menina, né? O corpo de uma menina. Aí, que ele pegou a menina. A menina vivinha! Jogou dentro da canoa, saí pro lado de fora. Avisaram logo. Aí, o INCRA manda buscar essa menina...era Dona...meu deus, não lembro mais...no acidente morreu dois filho dela e o marido e escapou uma

moça e essa menina que ia descendo de rio abaixo. A menina contava que, quando ela ia descendo, alguma coisa pegava e levava pra cima da água. Quando ela ia afundando...

O misterioso caso da menina do Anaman encontra o seu desfecho. A dúvida apresentada pelo Jornal do Brasil, ao não saber explicar as razões que levaram a menina a sobreviver, é enfim superada pelo relato de Zé Martins. A resposta não é racional mas remete ao mito e à fé. Trata-se de uma mão invisível, sobrenatural, que conduzia a criança evitando seu afogamento. Esse é mais um dos exemplos dos causos e mitos criados em torno do misticismo que carrega os discursos de representação da floresta. É claro que nesse ponto é impossível sabermos se a menina da qual fala o Jornal realmente existiu ou se é a mesma que aparece no depoimento de Aurindo e depois no de José Martins. Provavelmente não é. Mas o fato é que o discurso do jornal abre espaço para que os casos de sobrevivência fossem apresentados pela incapacidade de serem explicados racionalmente, o que mais tarde aparece confirmado no espanto de Aurindo e na fé de Zé Martins. Este último, inclusive, remete sua fala à ao relato da própria menina que escapou do desastre.

Enveredar pelas criações mitológicas geradas pelo acidente pode parecer uma forma de esconder o verdadeiro sofrimento por ele causado aos sobreviventes. Aqui não saberei dimensionar, através de suas palavras, o trauma que o acontecido gerou na vida de um sujeito como o Sr. Aurindo. Este não é meu objetivo. O trabalho com a história oral não é um trabalho de psicanálise, mesmo que muitos invalidem a abordagem acusando os historiadores deste método de psicólogos de botequim (SCHMIDT, 2012). Contudo, contar a história da colonização através do caso Anamã, nos leva a narrar o contato desses sobreviventes com a morte, tentando aproximar a dimensão do sofrimento causado pelo deslocamento através de um caso limite. Aurindo me conta que, durante as horas que passou à margem do rio Tajapurú, recebia os corpos de crianças falecidas no acidente para encaminhá-las às suas sepulturas: “Eu cavei a sepultura pra lá e cavei pra cá. Era tudo criança. Pus os caixãozinho tudo assim e a turma bateu foto. Eu tinha as foto aqui. Mas depois a minha segunda sogra deu fim pensando que eu ia ficar...biruto”.

Ficar biruto, enlouquecer. Mesmo que não seja capaz de medir o trauma causado às vítimas do Anaman, fica evidente o dano e o sofrimento desencadeado entre as vidas dos sobreviventes. Perder a família, todos os pertences e lidar diretamente com a morte de companheiros em vida, sabendo que por muito pouco não era você que estaria para ser enterrado, é uma experiência por demais difícil de lidar. Enquanto ouvia suas palavras, tentava pensar que a fala de Aurindo pudesse em certa medida contribuir para aliviar o fardo que ele

carrega. Não me permitia imaginar tê-lo forçado a lembrar fatos tão delicados de sua memória. Mas o compadecimento que me acometia no momento em que o escutava, não parece ter sido o mesmo que abalou o presidente do INCRA em 1971, quando ele teve que se explicar sobre o acidente.

Me refiro a um dado pronunciado proferido após a tragédia. No documento *Altamira I*, já citado aqui como importante fonte para a discussão da colonização, está publicado um depoimento do Sr. José de Moura Cavalcanti, então presidente do INCRA. Dois dias depois do acidente, ou seja, em 6 de julho de 1971, o presidente comunicava algumas de suas impressões e justificativas sobre o ocorrido. Também encontrei esse depoimento publicado pelo Jornal do Brasil, mas o trecho que trago ao debate foi primeiramente retirado do documento oficial que trata da colonização. Quando se refere à morte das crianças, àquelas que Aurindo ajudou a enterrar, diz José Cavalcanti: “A dor e a tristeza da tragédia ampliada por ter atingido a tantas crianças devem ser mais um estímulo para realizar o trabalho daqueles que ficaram pelo caminho.” (INCRA, 1972). Seu discurso, portanto, não permite o luto. A dor deve ser transformada em trabalho. Aos olhos do regime, a vida dos trabalhadores migrantes é descartável – adensaremos essa discussão mais adiante. O valor desses trabalhadores, suas vidas, corresponde unicamente ao trabalho que possam desempenhar. Não há espaço para o sofrimento, somente para a produtividade. Em outro discurso, dessa vez publicado no Jornal do Brasil, o mesmo presidente do INCRA volta a falar do acidente. Mesmo que abra espaço para a possibilidade do sofrimento, ele define e decreta a forma ideal de se lidar com ele: trabalhando. O discurso é construído ao apontar o exemplo de trabalhador que é Agenor Novais, migrante com quem o presidente diz ter contato nas áreas de colonização:

É bom lembrar que eu estive com as pessoas que se salvaram do naufrágio. Eu fui dar-lhes esperanças e foram elas que me reanimaram. Eu vi a dor de perto e quero lembrar apenas essas palavras do agricultor Agenor Novais, ao receber sua casa: “Doutor, logo agora que o Brasil mudou, a minha mulher morreu”. No mesmo dia, de cabeça erguida, mas sem esconder o sofrimento, eu vi Agenor Novais de ferramentas nas mãos, trabalhando (JORNAL DO BRASIL, 1971)⁵⁹.

Para finalizarmos as discussões em torno do caso Anaman, me permitam mais uma vez recorrer a uma longa citação. Ela é importante à medida que traz à tona mais uma fala oficial do regime, que, como tal, reproduz os mesmos esquemas da discursividade militar na Amazônia. No exemplo, o nacionalismo é mais uma vez convocado, dessa vez para justificar o acidente e estimular a continuidade do programa de colonização:

⁵⁹ JORNAL DO BRASIL. “INCRA e FUNAI vão dirigir colonização com guaranis”. 15 de julho de 1970.

Os que morreram, as suas famílias, os que, de qualquer forma, foram mais diretamente atingidos, tão tragicamente, pelo destino, podem ter certeza que o sacrifício não foi em vão. Cada um de nós, cada um dos brasileiros que ama sua pátria tem, agora, uma obrigação a mais: tornar real o sonho daqueles que perderam a vida na linha de frente. Principalmente porque, quando eles partiram de Brasília para ocupar a Amazônia, estavam animados não apenas pelos próprios anseios, mas levavam, também, as esperanças de milhares de outros brasileiros que não os esquecerão (INCRA, 1972).

O discurso do então presidente do INCRA revela as faces mais autoritárias do nacionalismo militar e totalitário. Em sua proposta, o ideal de nação, o de um corpo social único e superior, sobrepõe o bem maior da individualidade: a própria vida. A experiência brutal da morte de pessoas é esvaziada em seu absurdo e travestida enquanto sacrifício individual frente aos desígnios e objetivos da pátria. Aos sobreviventes a morte deve ser passageira. Se já não bastasse o fardo da perda de seus entes queridos, aos trabalhadores não era permitido o descanso, o luto, mas agora deviam se responsabilizar ainda mais com a política do governo. Segundo José Cavalcanti, após o acidente, a missão do novo grupo de trabalhadores rurais na Amazônia ganha então novos ares de obrigatoriedade, pois agora estariam em dívida com aqueles que perderam suas vidas na luta aberta para construir o Brasil da ditadura. O objetivo do presidente é claro: evitar a desistência do projeto e retirar a responsabilidade direta do Estado na morte de adultos e crianças que se dirigiam à Amazônia sob sua tutela.

Ao discutir o deslocamento percebemos que os colonos da Transamazônica advêm de diversas regiões do território nacional. Ofereci à discussão o depoimento de Ivanilson, que viajou ainda criança junto com sua família a partir do Rio Grande do Norte. Zé Gaúcho, como é conhecido até hoje na região, constitui parte do grupo de trabalhadores provenientes do Rio Grande do Sul que chegaram na Amazônia no início da década de 1970. Já quando tratamos do caso Anaman, apresentei que os tripulantes do barco naufragado constituíam um conjunto de trabalhadores advindo do Paraná. Essa variedade dos pontos de emigração nos leva a um outro problema da política de colonização dirigida: a procedência dos colonos. Desde o início do planejamento, preocupava-se o governo em definir as regiões onde seriam recrutadas as pessoas a serem assentadas pelo programa

A princípio foram definidas duas grandes áreas para atração do povo migrante. A primeira remete ao que o governo entendia ser as áreas de tensão social. Tendo em vista a concentração de terras no Nordeste, e a histórica luta por Reforma Agrária na região, definiu-se que 75% dos colonos deveriam partir dessas localidades. O recrutamento de trabalhadores advindos do Nordeste era ainda mais emergencial naquele momento, pois em 1970 uma seca devastadora assolou a região acirrando ainda mais os conflitos pelo acesso à terra. A outra

grande área de emigração seria o Centro-Sul, definida nos termos do governo como “áreas desenvolvidas”. De lá deviam partir o percentual restante dos 25% dos colonos. Entendia-se que os trabalhadores dessas áreas dominavam um razoável conhecimento de tecnologia agrícola. Uma vez na Amazônia, portanto, poderiam servir como exemplo aos migrantes advindos do Nordeste, numa tentativa de causar o que o governo chamou de “efeito demonstração” (INCRA, 1972).

Porém, os estudos de Emílio Moran indicam que a organização social das faixas de colonização distanciou-se bastante daquilo que foi planejado pelo governo. Durante os anos em que acompanhou a execução do projeto, Moran teve acesso aos registros dos colonos cadastrados para ocupar as terras à beira da rodovia. Somou então a esse arquivo os dados apresentados por uma carta do INCRA produzida desde sua sede em Brasília. Foi a partir dessas informações que Moran montou um quadro detalhado da procedência dos colonos quando o projeto já havia se estabelecido, em 1975. De acordo com o pesquisador, 34% dos que ocupavam as áreas de colonização eram trabalhadores da própria região Norte; 30% do contingente ainda era formado pelos migrantes nordestinos que chegavam à região desde o início da década de 1970; 13% provinham da região Centro-Oeste, local do qual não consegui identificar nenhum antigo colono que ainda se encontrasse nos arredores de Altamira; e, por fim, 23% das famílias partiram da região Sul do Brasil.

(MORAN, 1975, p. 146)

TABLE 19
REGIONS OF ORIGIN OF SETTLERS IN PROJECT ALTAMIRA^a

	Actual	Projected
Amazon Region	34%	0
Northeast Region	30%	75%
Center-West Region	13%	0
South Region	23%	25%
Total	100%	100%

^aBased on a total population of 3095 families in the Altamira Project.

Source: INCRA, Secretaria de Planejamento, letter of February 6, 1975. Ministério da Agricultura, 1972a.

A situação apresentada em 1975, no que toca a procedência dos colonos, invalida o que foi apresentado pelo governo no início do projeto. Podemos imaginar diversos fatores para isso, entre eles a desistência de colonos trazidos para a região, a venda e repasse sistemático de terras

por aqueles que as adquiriram no início da década, ou apenas a quantidade de lotes disponíveis para poucos trabalhadores interessados em ocupa-los, o que pode ter aberto espaço para migrantes oriundos de regiões como o Centro-Oeste ou como o próprio Norte do país. É preciso termos em mente que os dados apresentados por Moran tratam do período em que o projeto entrava em colapso, ou seja, momento em que o assentamento de trabalhadores pobres já estava sendo abandonado pelo governo em favor de um outro estilo de desenvolvimento, dessa vez orientado a partir da gestão de Ernesto Geisel, dando privilégio ao modelo da grande propriedade. Mas como o início da política foi elaborado sobre um rígido controle governamental, a região de origem foi então apresentada como um critério fundamental do assentamento, pois acreditava-se que a probabilidade de sucesso do empreendimento estava ligada a procedência desses colonos. Este foi um critério criado em torno de uma série de suposições, preconceitos e estereótipos em torno da região desses migrantes. Cada local de procedência era imaginado como definidor e determinante para se ter a ideia do perfil de migrante com o qual o governo estava lidando. Inevitavelmente, essa forma de encarar o planejamento redundou numa série de erros na execução do projeto.

Primeiro, de acordo com Moran, tinha-se a ideia geral de que o nordestino tinha baixo nível tecnológico e educacional, mas muita vontade de trabalho e grande capacidade para superar as dificuldades (MORAN, 1975; NAEA, 1975). Em nenhum momento, os textos que dão conta do planejamento da política sugeriam contar com trabalhadores que já se encontravam na região, os chamados nortistas. Moran atribui isso ao fato do critério estereotipado da tecnocracia militar entender que esse contingente era formado por pessoas majoritariamente analfabetas, preguiçosas, e por serem mais propensos à caça do que à agricultura. Já o sulista, aquele trazido para criar o “efeito demonstração”, seria recrutado por conta de seu nível tecnológico avançado no trabalho com a terra. De fato, quando entrevistei Zé Gaúcho, ele me disse que: já “trabalhava lá [no Rio Grande do Sul] com plantação de fumo. Fumo em corda, fumo pra estufa e diversas... trigo, milho, soja... era um pequeno agricultor”. Contudo, ao se fazer presente nas áreas de colonização, Moran creditava o relativo sucesso do grupo de gaúchos na Transamazônica pelo simples fato de a eles terem sido concedidas as terras que apresentavam melhores solos ao cultivo. Segundo o autor, esse grupo de destaque significava apenas 4% do total de migrantes (MORAN, 1975). Juntos, eles foram alocados nos chamados solos de terra roxa, onde é possível, por exemplo, o cultivo do cacau, lavoura que sustenta até hoje a economia dos arredores de Altamira. Se no caso específico do senhor Zé Gaúcho, é notória sua experiência agrícola, o que o diferencia dos demais colonos advindos, por exemplo, do Nordeste, também é notória, em sua fala, o privilégio a ele concedido pelas

instituições do governo. Zé Gaúcho chegou à Amazônia por conta própria, depois que boa parte de seus conterrâneos já se encontravam assentados. Antes de sua chegada, segundo ele, o INCRA já havia reservado uma faixa de terra a seu dispor, o que o faz render elogios aos representantes da autarquia:

Então muito legal o pessoal do INCRA que tavam lá né, já deixaram reservado um lote pra mim também.... tudo bem, mas eu fui olhar com 9km do travessão, uma terra fraca, uma terra latossolo amarelo, eu conhecedor um pouco de terra, eu trabalho de agricultor desde pequeno, digo não, eu prefiro na terra roxa e ficar na beira da faixa...trouxe um trocado, graças a deus e consegui esse rapaz que tava desistindo...

Seu conhecimento agrícola foi determinante para o sucesso que obteve na região. Foi ele que possibilitou a identificação de uma terra não tão produtiva, abrindo espaço para que ele adquirisse um lote na terra roxa e na beira da rodovia. Contudo, esse sujeito que estava desistindo, do qual ele herda a terra, também era gaúcho, o que facilitou a negociação. Isso também me foi dito pelo depoente, que por conta de ter chegado num momento posterior daqueles que foram trazidos diretamente pelo INCRA, teve que negociar com outros conterrâneos a aquisição de terras nas melhores faixas da colonização. Os sujeitos que ficaram com as terras mais produtivas e na beira da estrada, com fácil escoamento da produção, foram, portanto, os advindos do Rio Grande do Sul, assim como denuncia Emilio Moran. Outro ponto que diferencia radicalmente o grupo de gaúchos daqueles advindos de outras regiões é o fato desses sujeitos já serem detentores de um significativo capital para iniciar a produção. Na citação acima, Zé Gaúcho fala que com ele trouxe um trocado, utilizado na compra de sua primeira propriedade na Amazônia.

É nesse sentido que, na esteira de Moran, e contrariando aquilo que pensava o governo, entendo que não podemos atribuir exatamente à origem e aos aspectos culturais e regionais a explicação para o sucesso e para a organização do empreendimento. O que define a melhor adequação à área são critérios como o capital acumulado, a tradição agrícola, capacidade empresarial e, sobretudo, “as vantagens oferecidas pela localização da área, no que se refere tanto à qualidade da terra quanto à facilidade de acesso.” (MIRANDA, 1990, p. 42). O critério baseado nas crenças do regionalismo cultural só dificultou à vida àqueles que não se encaixavam nos estereótipos do governo, prejudicando, inclusive, o sucesso do programa. Esse injusto critério tem mais a dizer sobre a racionalidade preconceituosa do regime do que sobre os próprios colonos. No caso dos colonos nortistas, por exemplo, ao posteriormente adquirirem as terras direcionadas ao assentamento, notou-se um extraordinário desempenho desses sujeitos na agricultura. De acordo com Moran, o conhecimento que tinham das localidades faziam deles excelentes agricultores, inclusive com rendimentos e salários superiores a boa parte dos outros

colonos (MORAN, 1975). Em 1975, tinham, ainda, uma maior produtividade por hectare do que os trabalhadores do sul do país. A diferença é que em termos absolutos, as maiores produtividades eram mesmo encontradas nos lotes dos migrantes provenientes do Sul, mas isso se devia substancialmente a sua tendência à monocultura e ao capital que traziam consigo, permitindo a expansão da propriedade, seja através do cultivo, seja através da pecuária.

No caso daqueles colonos advindos do Nordeste, as crenças governistas também não se confirmaram a contento. De acordo com Moran, naquele momento não havia evidências suficientes para afirmar que esses migrantes seriam agricultores inferiores quando comparados à tradição do sul do país. O sucesso ou fracasso desse grupo de sujeitos de nenhuma maneira estava atrelado às suas características culturais, mas variavam de acordo com o perfil de cada uma das famílias (MORAN, 1975). Aquelas que conseguiram ser assentadas nas regiões de melhor qualidade da terra, com facilidade de escoamento, e àquelas que traziam consigo uma certa capacidade de investimento, conseguiram se manter na região e aumentar os seus ganhos. Durante as entrevistas pude também confirmar que o que define o grupo nordestino é antes de tudo a variedade de seus perfis. Enquanto alguns ainda se mantêm na região com dificuldade, depois de passarem pelas piores experiências de adaptação e trabalho, outros se mostravam muito bem instalados, impossibilitando, inclusive, de serem classificados como trabalhadores rurais, se portando, agora, como famílias localizadas no rol dos pequenos e médios produtores do cacau e da pecuária.

O que não devemos esquecer é que essa forma de pensar baseada em estereótipos está na base de todo discurso regional fundado pelo regime para tratar da Amazônia. Isso demonstra o desconhecimento desses tecnocratas para com a realidade do país. Seus esquemas e modelos advindos dos grandes centros econômicos só são capazes de pensar as outras territorialidades através de tipos pré-estabelecidos no universo cultural preconceituoso. É importante afirmar que esse saber institucional não se reduz ao campo das ideias ou aos papéis dos documentos de Estado. Ele tem função decisiva na aplicação da política de colonização e também é possível de ser confirmado a partir das entrevistas a mim concedidas. No caso em questão, acredito que a grande contribuição da história oral não é somente demonstrar a racionalidade do regime, mas apontar como a concepção estereotipada do governo teve sérias consequências na vida dos colonos.

Vejamos então, em um primeiro momento, como recupero uma fala oficial que cruzou a história do deslocamento do Sr. Aurindo. Já relatei anteriormente que Aurindo tentou chegar ao espaço da colonização junto a um grupo de paranaenses. Contudo, diz ele que encontrou os tripulantes do Anaman já na cidade de Belém. Seu deslocamento do Paraná ao Pará foi feito

por conta própria. Chegando na capital do Estado, Aurindo buscou os meios para se transferir à região da Transamazônica. Foi quando se dirigiu ao porto fluvial de Belém para buscar um barco que conduzisse a família até seu destino final. Lá encontrou os preparativos do embarque da lancha Anaman, e ao se dirigir a um sujeito responsável por organizar a viagem, ou seja, a um representante oficial da política do governo, disse:

Eu quero ir pra lá e tal. Ele falou: “Eu num sei, não, nós num quer você lá não! Você é bebedor de cachaça! Você é paraense e paraense é vagabundo!” (...) Eu trazia toda documentação de tudo, delegacia... eu, graças a deus, nunca fui sujo. Aí peguei a bolsa: “O senhor escolhe o que o senhor precisar aí!”. Ele pegou passado...e falou: “Olha, você é trabalhador, você veio do Paraná. Lá não tem vagabundo, não!”.

O diálogo que Aurindo trava com o responsável pela ida dos trabalhadores sugere uma série de questões. Mesmo ocupando um posto de comando dentro da política, possa existir quem argumente que a concepção do sujeito que entende “ser todo paraense um vagabundo” não necessariamente represente o pensamento oficial do governo. Ou seja, é possível que essa representação seja calcada no universo do senso comum e não reflita a razão institucional do período. De qualquer forma, os relatos de Moran dão conta de que a associação do nativo à preguiça foi levada adiante na gestão dos assuntos da colonização. O mesmo é sugerido pela fala de Aurindo. Agrava o fato de que os habitantes da região norte jamais foram levados em consideração no planejamento da política. Segundo os documentos, a totalidade dos trabalhadores a ocuparem as terras na Amazônia deveria ser composta por migrantes provenientes do Nordeste e do Sul do país. Qual seria o motivo então do pouco interesse do governo para com o nativo? Articulados, os estudos de Moran, o silêncio dos documentos do governo e o depoimento de Aurindo sugerem a mesma coisa: a racionalidade da colonização foi guiada por representações culturais preconceituosas, generalistas e estereotipadas. O habitante da Amazônia não teria espaço na política entre outras questões por ser, aos olhos da razão de Estado, um elemento preguiçoso, cachaceiro, dado à caça e não ao cultivo, enfim, vagabundo. Este é mais um argumento que demonstra a fragilidade do arcabouço discursivo utilizado pelos militares para intervir na Amazônia. A pretensa racionalidade com que revestiam suas ações é rachada pela utilização de concepções ligadas ao que tem de mais baixo no senso comum. E isso é inadmissível numa ação de governo.

Ao seguir com as contribuições das entrevistas realizadas, podemos melhor visualizar como esse esquema preconceituoso atuou na prática da colonização. Lembrem vocês que uma das características culturais atribuídas ao trabalhador proveniente do Nordeste era sua capacidade para superar dificuldades e o seu costume com o sofrimento. Também vimos que as melhores terras foram direcionadas aos migrantes responsáveis pelo “efeito demonstração”,

àqueles que vinham do sul do Brasil. Para aonde então eram levados a maioria dos nordestinos? Para responder essa pergunta, convoco um outro depoimento de grande valor na pesquisa. Me refiro à entrevista realizada com Sr. Nelson, um trabalhador natural do Ceará, região nordeste do Brasil. Seu Nelson seria o exemplo perfeito à parte das caracterizações utilizadas pelo governo para definir o nordestino: sujeito acostumado ao sofrimento e às dificuldades. Ele faz parte da mão-de-obra volante que advém daquela região e que foi agenciada em uma série de fluxos populacionais quando o país como um todo necessitou de trabalho, seja ao longo do século XIX ou XX. Segundo o próprio Sr. Nelson, ele era um seringueiro de primeira, conhecia a Amazônia como poucos trabalhadores que para lá se direcionaram na década de 1970. Não fazia muito tempo que Sr. Nelson trabalhara em Belterra, no Pará, dentro dos seringais de Henry Ford. De retorno ao Nordeste, em pouco ficou sabendo da política de colonização e resolveu voltar à região.

A política de colonização às margens da rodovia foi dividida esquematicamente pelo governo pelos chamados Programas Integrados de Colonização, os PIC's. Além do PIC Altamira, que na rodovia se estendia desde essa cidade até o município de Itaituba, o governo formalmente concebeu a existência de outro programa: o PIC Marabá. Essa outra região de assentamento compreendia as terras entre a cidade que dá nome ao programa até Altamira, no sentido leste-oeste. Mas, como vimos no início do capítulo, foi o PIC Altamira que reuniu a maior infraestrutura do projeto de colonização, constituindo o grande símbolo dessa política no Brasil dos anos 70. Contudo, alguns trabalhadores foram realmente assentados no trecho do PIC Marabá. Estes ficaram isolados, carentes da ajuda do governo, que já era pouca até mesmo nos arredores de Altamira. Parecendo prever essa situação, Sr. Nelson indica em seu depoimento para onde o governo pretendia direcionar a ele e a parte de seus conterrâneos nordestinos:

Aí nós encheu o caminhão do INCRA (...) e viemo aqui pro lado do Pacajá, Anapú, Marabá, né? Aí eu dizia, meu amigo, você nem desça do caminhão aqui não... que aqui dá malária em macaco que ele não pode ver você vestido numa camisa que eles pensa que você tá vestido com uma roupa cheia de comprimido.

No mesmo depoimento, Nelson afirma que sabe identificar uma região com grande incidência de malária só de observar a vegetação do lugar. Na verdade, não se sabe ao certo se a região mais próxima de Marabá é de fato mais propensa à malária. O que se sabe é que ao longo de todo o projeto de colonização muitos trabalhadores contraíram a doença. O problema desses locais para onde foram direcionados Sr. Nelson e o grupo de nordestinos era que se fossem contagiados pela doença o socorro não chegaria a tempo. Estar mais perto de Altamira

era uma forma de poder recorrer aos auxílios do governo. Mas não se esqueçam, se os nordestinos são acostumados a sofrer que fossem então direcionados para as áreas mais distantes, essa era a lógica que orientava a colonização. Fora do cuidado institucional, isolados, o mais provável seria a morte, como bem adverte Sr. Nelson:

Sim senhor, eu lhe digo com consciência, como se não fosse eu tinha morrido tudo lá pro Anapú, Marabá... aquele meio de mundo, Pacajá, eles tinha morrido tudo pra lá... era só mata e água e a muriçoca e a malária, não tinha mais outro recurso. E esse pessoal ficava pra lá, se acabasse o que comer eles iam comer sabe o quê? Nada. Eles iam morrer de fome, iam morrer de mau trato, da malária e a fome ia acabar com eles que a pessoa doente de malária não come, dá uma febre que cozinha a pessoa, fica largando o couro, é... aí esse pessoal eu tirei muito deles pra não acabar com os filhinhos, tinha deles que de morrer de seis filho que trouxe, morreram tudo, não sobrou ninguém, morreu tudo e aí eu como experiente, não quis.

Me parece que se Nelson está vivo isso se deve ao seu conhecimento sobre a região e sua resistência em ser assentado nas áreas distantes de Altamira. O tom de revolta de seu depoimento é marcante e isso em parte é condicionado pela situação difícil que ele atravessa até hoje. Diferente de alguns poucos agricultores que progrediram, Nelson diz que ainda vive com dificuldade, pois mesmo tendo se negado a ser assentado na direção de Marabá, não conseguiu, por outro lado, pegar um lote no trecho das melhores terras. Com pouco capital e sem privilégio no assentamento, restava a Nelson lutar pela sua sobrevivência na região. E o primeiro desafio foi garantir-lhe uma área mais próxima do PIC Altamira.

Aí o doutor dizia: Viu seu Manoel [Nelson], e o senhor, como é que o senhor vai ficar? EU digo: Se for pra ficar no Marabá, vocês vão voltar comigo pra trás, eu não aceito essa parada, eu não vim matar meus filhos, matar a mulher que eu tenho. Doutor, é, cês vão é me entender que eu não vou ficar aonde vocês querem me botar, não... o senhor vem, coloca nós aqui e a depois o senhor sai daqui, vai embora e nós hein? Vamo dar de comer pro urubu? E nós não fica, eu não fico não, e quem me ouvir, não fica, é. E quem me ouvia não ficava mesmo não, olhe.

Ao conseguir uma terra mais próxima da presença institucional, Nelson pode ter se salvado da malária ou até da morte. Mas isso não significou o fim das dificuldades. Seu depoimento é um grande exemplo do sofrimento daqueles anos e será retomado mais adiante. Segundo ele, como voltar para o Ceará não era opção, muito teve que enfrentar para se manter na Amazônia até os dias de hoje. Voltar para a região de origem exigiria o enfrentamento das secas e algum recurso para recomeçar a vida. O dinheiro que fugia a Nelson para dar início a uma vida mais estruturada, seja na Amazônia ou no Nordeste, não faltava nas mãos dos migrantes advindos do sul do país. De posse de algum recurso, esses trabalhadores rapidamente cresceram suas produções e em muitos casos adquiriram outras porções de terra para dar continuidade ao negócio. Este seria o caso de Aurindo, não tivesse ele perdido todos os seus

pertences no acidente: “E eu tinha condições de mover...não rico, mas tinha condições de a gente quebrar um galho. Que eu trazia esses vinte contos. Eu falei: ‘vou empregar esses vinte conto em Belém...em Altamira porque, quando vierem ligar essas estrada, tudo vai valorizar””. De fato, essa foi uma prática comum na região: adquirir terras para especular no valor de revenda. Boa parte do programa encontra sua falência nesse processo. Os pequenos proprietários, como seria o caso de Aurindo, pouco ameaçaram a política do governo com a prática, pois a rotatividade nos pequenos lotes era grande. Mas os grandes proprietários, aqueles que entravam com projetos na SUDAM para aquisição de 500 a 3.000 hectares de terras à beira da rodovia, muitos deles só desmatavam e deixam intactas as terras, especulando o valor de revenda, sem produzir nada e agravando o quadro de concentração da propriedade rural na região.

A fatalidade do acidente ocorrido com Aurindo, o impediu de levar adiante o projeto de investimento. Teve então de passar pelas mesmas dificuldades que a maioria enfrentou para conseguir se manter nas áreas de colonização. Mas com Zé Gaúcho foi diferente. Instalado na beira da rodovia, com capital suficiente para adquirir e produzir na terra roxa, o migrante proveniente do Sul, logo estabeleceu as bases de seu crescimento. O privilégio do INCRA no trato com os gaúchos parece mesmo ser inquestionável. Ele conta que quando decidiu vir à Amazônia já sabia que poderia aumentar sua propriedade ao nível de, pelos menos, 500 hectares:

Tinha essa promessa. A promessa, lá...(...) O fulano que pegar 100 hectares e devastasse, plantasse e utilizasse a terra direitinho, tinha direito de mais 500 hectares então pra começar uma pecuária. Isso me foi depois explicado em Porto Alegre, quando eu fui lá com a diretoria do INCRA em Porto alegre, na capital. (...) Era essa a proposta, pra trazer os gaúcho lá... era isso. Trazia, tinha 100 hectares e aquele que desenvolvesse rápido entre 2, 3 anos teria chance de ganhar mais 500 hectares.

Isso foi o que ocorreu com Zé Gaúcho. Depois de uns anos no lote a ele concedido pelo INCRA, conseguiu expandir suas propriedades sob a tutela e os privilégios fiscais da mesma instituição. Com a terra devidamente repassada e regularizada pelo órgão, Zé Gaúcho se tornou um grande exemplo da empreitada colonialista. Mas para chegar aonde está, precisou ter acumulado um certo capital antes de se lançar em colonização na Amazônia. Além disso, contou com a ajuda direta do INCRA, pois a instituição privilegiou os sujeitos com capacidade de investimento. Até hoje Zé Gaúcho reside na beira da Transamazônica e mostra com orgulho uma parte de sua propriedade, aquela mais perto de onde reside. Equilibrando cacau, mogno e pecuária, Zé Gaúcho é uma das grandes referências locais na utilização do solo amazônico.

Terminada a entrevista, me fez assinar um caderno onde constava centenas de assinaturas, todas elas reunidas entre aqueles curiosos na sua história e no seu trabalho.

A colonização da Transamazônica foi um grande acontecimento no Brasil dos anos 70. Como vimos, ela atraiu migrantes dos quatro cantos do país. As notícias circulavam e as medidas do governo eram propagandeadas em larga escala pela imprensa da época. O clima de otimismo define o que chamamos de euforia social presente na comunidade brasileira durante os anos do chamado milagre econômico. Foi ele que criou e estimulou a confiança em torno das políticas do governo. O fenômeno em questão é um elemento central para entendermos a ampla adesão ao programa de colonização. Mas a atração desenfreada de grandes contingentes populacionais decorrentes do otimismo em torno do milagre expõe outro problema dos grandes projetos da ditadura na Amazônia. Durante esse período, a região assistiu a um *boom* populacional dentro de suas fronteiras. Na pesquisa, reuni alguns números que indicam a quantidade de pessoas que se instalavam nas margens da rodovia recém-inaugurada. O inchaço populacional da antiga cidade de Altamira também foi tema que gerou preocupação durante os anos de abertura da estrada.

Insisto que não podemos entender a política de colonização sem situá-la na megalomania institucional que tomava conta do governo Médici. Boa parte das políticas desse general foram pensadas dentro de uma ordem de grandeza descomunal e até fantasiosa. No que corresponde ao assentamento dirigido na Amazônia, o decreto do Programa de Integração Nacional chegou ao ponto de afirmar que o objetivo da colonização seria assentar um total de 100.000 famílias. Mas à medida que a política ia sendo efetivada, esse número caiu para 70.000, de acordo com o informe *Altamira I* (INCRA, 1972). Em outro documento, também já aqui apresentado, o INCRA oferece uma tabela onde sugere alguns números do projeto já em execução. Segundo o órgão, até 30 de junho de 1973, o programa de colonização somava um total de 3.797 famílias assentadas. Essas famílias estariam distribuídas entre os três PIC's que compõe o programa. 675 estariam no PIC Marabá; 2550 no PIC Altamira; e 572 no PIC Itaituba. O PIC Itaituba corresponde a um trecho de 1.056km de extensão entre a cidade que dá nome ao programa e o município de Humaitá, já no estado do Amazonas (SMITH, 1982). Segundo nos conta Nigel Smith (1982), outro pesquisador norte americano que acompanhou a política de assentamento ao longo da década de 1970, o PIC Itaituba praticamente não reuniu nenhum esforço do governo para garantir a infraestrutura necessária ao processo de distribuição de terras naquela parte da Amazônia. Como vimos, da mesma forma o governo procedeu com as localidades do PIC Marabá, o que sugere e reforça a ideia, apresentada nos próprios documentos de Estado, de que o PIC Altamira era realmente o local onde se experimentava, de fato, uma

política de colonização dirigida. O mesmo Nigel Smith, em seu livro *“Rainforest Corridors”*, diz que por volta de dezembro de 1974, o INCRA havia assentado um total de 5.717 famílias ao longo da rodovia (SMITH, 1982). Se compararmos os dados apresentados por Nigel para 1974 com aqueles definidos pelo INCRA para junho de 1973, percebemos um crescimento significativo do contingente de famílias assentadas entre esses anos. Numa conta simples, se os dados oficiais de 1973 sugerem 3.797 famílias agregadas ao programa, e os dados de 1974, apresentados por Smith, indicam 5.717 famílias, temos por resultado que ao longo de um ano e meio mais 1.920 famílias se juntaram às margens da rodovia, todas elas devidamente cadastradas pelo INCRA.

Uma outra contagem, dessa vez apresentada por Claudia Miranda (1990), também através de fontes do INCRA, aponta que em 1974 o PIC Altamira contava com 3.642 famílias assentadas e que, até aquele momento, somente 370 famílias haviam desistido da empreitada na Amazônia (MIRANDA, 1990). Os estudos do NAEA e do FIPAM, em 1975, que tratam da colonização dirigida na Amazônia, documento aqui já citado, nos fornece um quadro mais detalhado para darmos conta do acréscimo de pessoas na região. Os números diferem um pouco daquilo que foi apresentado por Claudia e por Smith, mas a diferença não é tão relevante para ser capaz de mudar o panorama das análises. Segundo seus autores, portanto, até dezembro de 1974 tinham sido assentadas 5.870 famílias: 3.020 no PIC Altamira; 1.230 no PIC Itaituba e 1.620 no PIC Marabá (NAEA, 1975). Mas o mais importante desse estudo reside na tentativa de aproximar o total de pessoas que chegavam à região naquele momento assistidas pelo INCRA. O cálculo realizado propõe que a família média brasileira da época era formada por seis pessoas, atribuindo-se cinco dependentes a cada colono. Numa multiplicação simples, o estudo sugere que 29.350 pessoas chegaram na Amazônia sob tutela do INCRA, sem contar, é claro, aquelas que vinham espontaneamente sem a necessária mediação da instituição.

Nos estudos de Nigel Smith (1982), outro estrangeiro que acompanhou e registrou de perto a modificação do espaço ao longo da Transamazônica, é apresentado um dado sobre a população total às margens da rodovia. O pesquisador não comenta como foi realizada essa contagem, nem cita as fontes de onde teria retirado tal número. Mas, segundo ele, a população total que se encontrava distribuída ao longo do trecho que se estende entre a cidade de Estreito, no Maranhão, até Itaituba, no Pará, era de 62.000 pessoas. Esse dado pressupõe não apenas as famílias agenciadas pelo INCRA, mas acredito que todo o contingente que se deslocou à região em busca de terras, além, é evidente, das pessoas que já se encontravam nas localidades antes da política de colonização. É importante ressaltar que, segundo este mesmo estudo, não estamos nos referindo apenas às pessoas que ficavam na beira da faixa da estrada, mas aos grupos que

também penetraram em direção à floresta num traço de 45km a se distanciar da Transamazônica (SMITH, 1982).

De volta aos números apontados pelos estudos do NAEA e FIPAM, o fluxo migratório em torno da política de colonização gerou um acréscimo superior a 100% da população rural de Altamira, Marabá e Itaituba. Segundo seus autores, em Altamira, onde se concentraram os esforços de colonização, esse número chegava, em 1975, a 157% a mais de pessoas nas partes rurais desse município. A modificação do cotidiano amazônico pelo ingresso dessas populações gerou um novo problema urbano para a gestão governamental. É o que fica evidente nas matérias de jornais que acompanharam a chegada dos migrantes desde o início da política de colonização. O jornal O Globo de 28 de abril de 1971, noticiava que Altamira estava passando por um “crescimento extraordinário de sua população”⁶⁰ (O GLOBO, 1971). Mesmo que a matéria aponte que o governo “já previa em seu programa o crescimento demográfico de Altamira” (O GLOBO, 1971), parece que as instituições não contavam com um acréscimo populacional tão acelerado ou simplesmente tivessem negligenciado os impactos causados pelo inchaço da então pequena cidade. Isso porque, segundo o jornal, somente em abril de 1971 o governo federal previu aplicar um treinamento dos dirigentes e servidores municipais para prepará-los à nova cidade que teriam de administrar. O problema é que, naquele período, como também define o jornal O Globo, a cidade havia aumentado sua população de 3.000 para 5.000 pessoas em apenas oito meses (O GLOBO, 1971)⁶¹. Em outra matéria, intitulada “Altamira cresce em ritmo de Transamazônica”, o jornal aborda as dificuldades e problemas enfrentados na cidade com a implementação da política de colonização. Chama atenção o título da matéria que associa o crescimento à Transamazônica, bem ao gosto da euforia e megalomania do período, onde as imagens de um Barsil grande e acelerado tomavam conta não só da retórica do governo, mas invadia os jornais e as consciências da época. O certo é que os estímulos ao crescimento e ao progresso trazem consigo uma série de outros problemas, e na Altamira da década de 1970 não foi diferente. A matéria em questão cita que a cidade não possuía nenhuma rua calçada, muito menos um plano urbanístico que pudesse ser utilizado como recurso para melhor gerir a chegada de grandes contingentes populacionais. Mas me parece que a falta de infraestrutura talvez não fosse um grande problema aos habitantes locais antes da colonização. O mais grave, contudo, residia nas mudanças resultantes da chegada de milhares de pessoas,

⁶⁰ O GLOBO, Altamira cidade escola. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1971. O jornal O Globo não disponibiliza à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os exemplares publicados durante os anos da ditadura. Encontrei essas matérias em pesquisa no Arquivo Nacional. São recortes de alguns assuntos que tratam da Amazônia durante os anos de intervenção militar na região.

⁶¹ O GLOBO. Altamira cresce em ritmo de Transamazônica. Rio de Janeiro, 01 de maio de 1971.

notadas, por exemplo, na escalada dos preços de moradia e alimentação, “quando aumentam bastante o preço dos terrenos e dos gêneros alimentícios, variando o quilo da carne entre 10 e 13 cruzeiros (O GLOBO, 1971)⁶²”.

A atração de grandes contingentes populacionais em torno de projetos nacionais e estrangeiros é um problema que desde a ditadura a Amazônia não se libertou. A intervenção causada por grandes empreendimentos sempre trouxe consigo um atrativo populacional que altera sensivelmente o cotidiano local. As instituições, mesmo com todo o histórico, não parecem estar interessadas, ou simplesmente não são capazes de garantir uma certa estabilidade para aqueles que já se encontram nas cidades da Amazônia antes dos empreendimentos. Na verdade, garantir uma intervenção que assegure a qualidade de vida aos habitantes locais é incompatível com as decisões favoráveis aos grandes empreendimentos. Toda concentração de investimentos trazida à Amazônia a partir da segunda metade do século XX, transformou radicalmente o seu espaço, deslocando o pertencimento e identidade dos amazônidas com seu território. A modificação territorial e cultural dessas localidades constitui uma violência sem precedentes para com a população local. Altamira é um grande exemplo dessas transformações. Não bastasse a alteração sofrida durante os anos de abertura da Transamazônica, recentemente o município teve que lidar com as consequências da implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O resultado só não conhece quem não quer, pois nos últimos anos os impactos têm sido noticiados em cadeia nacional, explorando, sobretudo, o aumento vertiginoso da violência e o caos urbano criado em torno de seus limites.

Voltando à década de 1970, para receber essa quantidade de pessoas na Amazônia fazia-se necessário uma estrutura mínima para sua acomodação. O governo parecia atento à questão e, ao menos a nível planejamento, estabeleceu uma forma de distribuir esses migrantes. A estratégia utilizada foi pautada pela tentativa de se criar um modelo denominado de urbanismo rural na Amazônia. De acordo com o que era apresentado pela ditadura, previa-se um modelo de colonização onde seriam criadas Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis. O objetivo era fazer “eclodir civilizações rurais em lugares nunca antes habitados, numa translação secular da afirmativa camoniana.” (INCRA, s/d). A linguagem oficial é precisa. Ela não esconde que os pressupostos de intervenção na Amazônia atualizam os esquemas colonialistas dos séculos XV e XVI. Cita Camões e a lírica portuguesa do desbravamento e navegação, mas esconde as violências da expansão na década de 1970, acometida, por exemplo, contra os colonos que eram jogados a esmo à beira da estrada. Como recorrente na fala oficial da ditadura, representa o

⁶² O GLOBO. Altamira cresce em ritmo de Transamazônica. Rio de Janeiro, 01 de maio de 1971.

espaço amazônico como vazio, nunca antes habitado e, portanto, disponível à invasão. Ao contrariar a ocupação do espaço amazônico, a ação resultante desse discurso significou a morte para muitos indígenas que já habitavam a região. Enfim, não bastasse as condições de invasão, os colonos agenciados pela ditadura para adentrar a Amazônia também não tiveram a assistência necessária a uma tarefa dessa amplitude – processo distinto daquele escondido na narrativa gloriosa camoniana.

Antes de seguir com as já realizadas análises de discurso, cabe agora melhor detalhar os termos do urbanismo rural – método utilizado para acomodar os migrantes da colonização dirigida. O plano que previa a construção das Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis era mais um esquema para garantir a permanência do colono nas áreas de ocupação. Ele foi idealizado pelo urbanista José Geraldo da Cunha Camargo⁶³.

Antes de tudo devemos perceber que o modelo das Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis remete a uma dada hierarquia. As agrovilas, na base, deveriam ser construídas em maior número e estarem em relação com as Agrópolis. Estas seriam mais raras que as agrovilas e mais presentes que as Rurópolis, última categoria do urbanismo rural. Nigel Smith, de posse do planejamento urbano proposto pelo INCRA, afirma que as agrovilas deveriam conter entre 48 ou 66 casas cada uma. Dispostas ao redor de uma praça, as casas formariam uma comunidade. As agrovilas, dentre outras coisas, deveriam contar com “um posto médico, uma escola primária, (...) e escritórios do INCRA.” (SMITH, 1982, p. 19). A Agrópolis, em seu caso, deveria formar um centro urbano constituído para abrigar até 600 famílias. Estariam dispostas a cada 20km na beira da faixa da rodovia. Suas instalações e serviços caracterizariam uma forma intermediária e deveriam contar com um “mini-hospital, um dentista, lojas, escritórios administrativos e uma delegacia de polícia.” (SMITH, 1982, p. 20). No ponto mais alto da hierarquia do urbanismo rural estariam as Rurópolis. Projetadas como pequenas cidades, deveriam abrigar por volta de 20.00 pessoas e estariam num espaço de 140km entre uma e outra, todas ao longo da rodovia. Juntas abrigariam “bancos, hotel, restaurante, (...), hospital totalmente equipado, aeroporto e serviço de telefone.” (SMITH, 1982, p. 20).

Definida a estrutura prevista no plano de Urbanismo Rural é preciso agora percebê-lo como parte de um intento criado para redimir a Amazônia de seu atraso civilizatório. A intenção era propor a formação de uma comunidade rigidamente controlada pelos critérios da política de

⁶³ Então “professor do curso de urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cadeira de planejamento regional e urbano. É dele o projeto inscrito sob o número 20 no concurso para o Plano Piloto de Brasília” (REGO, 2016, p. 2).

colonização. Seus habitantes seriam compostos de sujeitos previamente selecionados para desempenhar atividades agrícolas capazes de alavancar a economia do lugar. Esta estrutura urbano-rural formaria a base para uma nova civilização de nordestinos e sulistas que estava nascendo⁶⁴. Na retórica oficial, a proposta seria criar uma comunidade em que “a nação brasileira se uma no espírito da verdadeira integração e solidariedade (INCRA, 1972)”. A colonização da Amazônia foi então um laboratório para que o regime experimentasse a criação de uma nova sociedade brasileira em território amazônico. Os meios utilizados para tanto deveriam seguir os rígidos critérios do controle governamental e envolviam desde o estímulo ao trabalho árduo, como a prática da civilidade nacionalista e até a propagação do moralismo cristão.

A proposta de mesclar os migrantes advindos de diferentes regiões do país não estava ligada somente às justificativas para alavancar a produção ou aliviar as tensões sociais de outras regiões. O governo entendia que juntar nordestinos e sulistas era um meio importante para criar uma nova civilização, onde as identidades fossem compartilhadas não em torno dos aspectos regionalistas, mas estruturadas pelo ideal de nação e patriotismo. Com isso, também previu-se que se poderia reduzir os riscos de trazer um único grupo social, juntamente com seus “costumes, vícios e tabus, sendo muito difícil mudar seu comportamento (CAMARGO, 1973, p. 6 apud REGO, 2016, p. 6)⁶⁵”.

Por sorte este intento não passou de mais uma megalomania da ditadura. Na prática, a execução da política apontou para caminhos diferentes e nem o modelo das arquiteturas urbanas saiu como previsto nos planos. No PIC Altamira, por exemplo, nenhuma Rurópolis foi construída em seu entorno e apenas duas Agrópolis saíram do papel – Brasil Novo e Medicilândia. De acordo com Renato Rego (2016), pesquisador da área do urbanismo, em 1973 tinham sido construídas trinta agrovilas ao longo de todo o projeto e apenas uma Rurópolis havia sido feita, esta já distante de Altamira e mais perto de Itaituba, no entroncamento entre a rodovia Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Hoje, as marcas desse modelo correspondem à organização urbana encontrada na faixa da Transamazônica. Brasil Novo e Medicilândia são municípios do Pará, assim como Rurópolis, cidade que preserva o título da nomenclatura oficial estabelecida no projeto.

(IHGB – Arquivo Pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido)

⁶⁴ Essa é uma afirmação presente no trabalho de José Geraldo da Cunha Camargo, urbanista responsável pela idealização do modelo de ocupação das margens da Transamazônica. O trecho é citado por Renato Rego em artigo que aborda a questão.

⁶⁵ Dessa vez não tive acesso ao documento original que contém os estudos do urbanista. Mas o fragmento é citado no artigo de Renato Rego.



A fotografia acima é um retrato encontrado nos arquivos de Médici. Ela exemplifica a organização de uma agrovila. As casas dos colonos eram então padronizadas e dispostas lado a lado. Sua arquitetura em madeira era uma forma de utilizar os recursos locais e evitar grandes gastos. Sobre as instalações,

notam-se a varanda frontal, a treliça de madeira logo abaixo do telhado da varanda a modo de parede ventilada, a elevação da construção (variando conforme a inclinação do terreno), o fechamento com tábuas horizontais. Esta casa constava de cinco cômodos, além da varanda: sala, dois quartos, copa e cozinha; o banheiro ficava fora da casa, nos fundos do terreno (REGO, 2016, p. 12).

Em minha visita aos antigos locais de colonização, pude ver que alguns colonos ainda mantêm algumas casas na sua estrutura original, mesmo que não mais as habitem. Elas tendem a funcionar como um anexo em suas propriedades e, também, como um objeto de memória daqueles anos.

A bem da verdade, o certo é que as casas cedidas pelo INCRA não seduziram os colonos. A proposta reacionária de criar uma comunidade sob o controle de agências e discursos institucionais também derrocou. Primeiro, a maioria dos trabalhadores preferiram morar perto de seus lotes e não na comunidade, mesmo que para isso precisassem construir suas próprias casas. Estar perto das áreas de cultivo e criação facilitava o andamento do trabalho e permitia um melhor cuidado dos animais. O governo também fracassou ao não conseguir oferecer os serviços previstos para as áreas urbanas, o que tornava a escolha em morar no lote ainda mais fácil aos colonos. Por último, mesmo com os apelos à religião e ao patriotismo, venceu a pluralidade das fés e das condutas. O sonho de criar uma comunidade rigidamente controlada pelos gestores do projeto enfim malogrou.

Sr. Nelson foi um dos que decidiram por morar no lote, pelo menos durante boa parte dos dias da semana. O colono advindo do Ceará nos apresenta outras razões que o fizeram permanecer nas áreas de cultivo e não na casa cedida pelo governo: “E eu ia pra roça pra fazer a roça e sobreviver lá dentro da roça porque eu tinha de fazer, porque se não fizesse o INCRA tomava de volta o lote. E eu tinha que ir pra mata, entrar, passar cinco dia na mata pra eu fazer essa rocinha pra eu sobreviver”. Na versão de Nelson, viver no lote não fazia parte do campo de escolhas. Para ele, essa seria a única maneira de sobreviver. No seu caso, se não produzisse, além de arriscar o confisco das terras pelo INCRA, Nelson não teria o que comer. Sua vida dependia diretamente do uso fruto da terra e não havia outra escolha possível se não a de residir em seu lote. Como a propriedade estava muito distante da agrovila, era permanecer na mata ou viver na miséria absoluta. Essa rotina de trabalho não era nada fácil, e Nelson fez questão de contar um pouco de seu sofrimento nos anos em que trabalhou distante de casa:

A minha roça era cinquenta e tantos quilômetros da onde a mulher ficava pra eu ir pra roça. E eu ia vinha de pés e voltava de pés. Só eu e minha pessoa, e a alma do corpo que eu tinha e tenho. Aí é onde eu digo, é aonde o filho chora e a mamãe não sabe, olha. Muitas vezes eu tava de noite, eu olhava e via só as estrelinhas pela brecha da mata, eu dizia: meu povo passando tão bem morando na cidade e eu aqui sozinho dentro dessa mata e não sei seu eu anoiteço ou se amanheço.

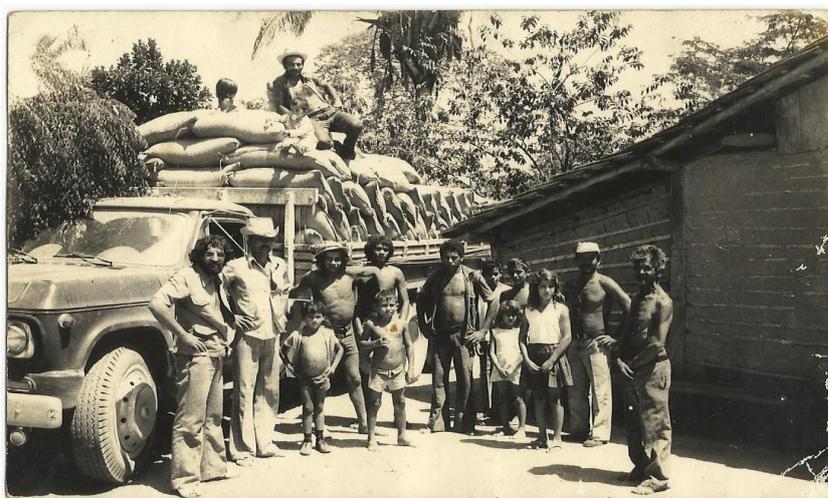
Esse era o cotidiano do trabalhador pobre na Transamazônica. Viver em região de floresta, desmatar os lotes no machado e tentar realizar o mínimo cultivo para sua sobrevivência. Se alguns ainda quiserem relativizar as dificuldades, questionando a precisão da distância por ele percorrida entre a agrovila e lote, ofereço os apontamentos de Nigel Smith. Segundo o pesquisador, ao observar essa dinâmica de perto, dizia ser comum os trabalhadores caminharem até 20km entre as casas as áreas de cultivo e desmatamento (SMITH, 1982). Seu Nelson manteve sua casa na Agrovila, local onde sua esposa e seus filhos residiam enquanto ele passava a semana na mata. Mas Nigel Smith também indica que muitos colonos optavam por transferir toda a família aos locais de trabalho, o que fazia com que as casas fossem alugadas a terceiros, utilizadas para armazenamento ou simplesmente trancadas e inabitadas (SMITH, 1982).

Portanto, morar no lote parece ter sido a única opção para aqueles que chegavam sem recursos às áreas da colonização. Depois de perder tudo no acidente, Aurindo também confessa que com ele não foi diferente. Ao se referir a sua companheira, diz: “Ela tinha casa lá na agrovila, lá tinha energia a motor. Ela não quis, não: ‘Vamo pra lá pra criar galinha e tal’”. Uma vez no lote, em seguida ele comenta de seu trabalho na terra:

Eu fiz a primeira derrubada e fiz a segunda. A terceira, eu vim aqui pra água! (...) derrubei trinta tarefas. Broquei e derrubei. (...) Aí eu plantei trinta tarefas de arroz. (...) Quando o arroz tava madurando, eu fui e casei e nós emboquemo dentro. Colhi 366 sacas de arroz. Eu e ela!

Plantar arroz não se tratava de uma escolha livre de Aurindo. Essa cultura foi prevista pelo governo como a principal produção de subsistência dos colonos. Favorecido por incentivos fiscais, o cultivo de arroz chegou a representar 30% da renda de 155 colonos amostrados por Nigel Smith (1982) em 1978.

(Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido)



A imagem acima já não faz parte do arquivo de Médici. Ela me foi cedida por um grupo de colonos na cidade de Uruará, região entre Altamira e Itaituba, também nas margens da Transamazônica. Escolhi apresentá-la neste momento, pois possivelmente as sacas que estão na caçamba de caminhão contém justamente o arroz produzido pelos colonos. Como já visto, o programa de colonização se deu por um intenso controle das instituições. Era o governo, portanto, quem determinava o que plantar. Segundo nos apresenta os documentos da colonização, as culturas eram definidas segundo a “aptidão do solo e clima, rentabilidade das culturas, perspectivas de comercialização, nível tecnológico (...), vocação agrícola dos parceiros.” (INCRA, 1972), etc. De acordo com o governo, o arroz, assim como o milho, o feijão e a mandioca, seriam culturas de subsistência e, como tal, deveria ser praticada pelos migrantes de baixa capacidade de investimento. Os trajés emitem signos e, na foto, o grupo de trabalhadores são os homens que aparecem mais à vontade, muitos deles sem camisa, vestidos de maneira mais simples. Não parecem, portanto, fazerem parte do grupo direcionado a produzir as culturas com maior valor comercial. Felizes, posam para a foto o resultado de seu trabalho, já devidamente ensacado e pronto para ganhar um mercado menos exigente. Não podemos determinar de quando seria o registro, mas, segundo Nigel Smith (1982), o arroz produzido pelos colonos nos dois primeiros anos de colonização era transportado em caminhões do

INCRA. Esse pode ter sido o caso da fotografia em questão, momento em que o INCRA recolhia a produção dos colonos e a encaminhava para armazéns de Marabá ou Altamira. Daí o arroz seguia aos mercados de Belém. Ao analisar a fotografia, é claro que não posso afirmar com toda a certeza, mas é muito difícil não ser o arroz os grãos que aparecem acima do caminhão. Essa era a cultura de subsistência mais desempenhada na área de colonização. No mínimo, não se tratando do arroz, seguramente corresponde ao milho ou ao feijão.

Por sua vez, as culturas de maior valor comercial remetem àquelas caracterizadas pelo governo como culturas industriais. Os documentos apontam que o cultivo de alta rentabilidade seria o de “algodão, mamona, amendoim, fumo, malva, cana-de-açúcar, guaraná, soja, pimenta do reino, cacau e hévea.” (INCRA, 1972). É claro que, na prática, nem todos esses produtos previstos no planejamento vingaram nas terras de colonização. Mas pelo menos o cacau, a pimenta e a cana-de-açúcar foram plantados em quantidade e constituíram mercadorias mais rentosas entre aqueles que praticaram seu cultivo⁶⁶. O problema é que nem todos os colonos podiam se dedicar a essas culturas. Sem capital, sem crédito ou simplesmente sem uma terra de qualidade que permitisse o plantio de gêneros mais exigentes, a maioria dos colonos teve que se dedicar à chamada lavoura branca, ou seja, ao plantio de arroz, feijão e milho, a chamada cultura de subsistência, aquela que poderia garantir-lhes o mínimo para sua sobrevivência na região.

Naqueles anos, as dinâmicas que tratam da ocupação do solo amazônico foram então determinantes para entendermos a política de colonização. Vimos agora como ela foi um dos fatores que condicionou as culturas a serem produzidas por cada grupo de colono – aqueles direcionados às áreas mais férteis puderam praticar o cultivo das culturas industriais, já os que ficaram numa terra de menor qualidade, tiveram que se dedicar à lavoura branca. Quando discutimos a procedência dos trabalhadores também foi possível observar que aqueles direcionados às terras mais férteis obtiveram maior capacidade para se manter e se estabilizar na região – esse foi o caso geral dos grupos advindos do sul do país. Naquela oportunidade, questionamos o critério governamental pautado por estereótipos culturais regionalistas, ditando a sorte dos migrantes na Transamazônica. Nessa fórmula, foi vedada a oportunidade para que maiores grupos de nordestinos ou nortistas pudessem lidar com as culturas de maior valor de mercado.

⁶⁶ O caso do cultivo da cana-de-açúcar é emblemático. O governo estimulou a produção do gênero e chegou a montar uma usina na região, financiada por capital norte-americano. A usina foi chamada de Abraham Lincoln, mas não vingou. O colono Zé Gaúcho conta que perdeu um grande investimento no cultivo da cana, pois a usina veio a falir sem o subsídio necessário a seu funcionamento.

Antes de aplicar a política, o governo já havia realizado um estudo da composição dos solos da região, podendo dessa forma antever quais cultivos seriam alocados nas faixas de terra que compunham a política. O documento *Altamira I*, ao se referir às áreas de colonização, afirma que “de um modo geral os solos não apresentam uma boa fertilidade.” (INCRA, 1972). Contudo, já era do conhecimento institucional a existência de determinadas áreas com alta fertilidade natural, chegando a ser comparável às melhores terras do Brasil (INCRA, 1972). Este seria o caso das faixas que manifestam a presença da chamada terra roxa. Em outro documento do governo está contida uma definição científica do que representa este solo:

As chamadas ‘terras roxas’ incluem tanto o Latosolo Roxo como o Laterítico Bruno Avermelhado, que são solos formados pela decomposição de rochas eruptivas básicas, cujo derrame se verificou na planície amazônica durante o Tíássico médio. São solos que se prestam para culturas anuais e perenes, não sendo necessária a aplicação de práticas agrícolas especiais para se conseguir grandes colheitas, porque apresenta boas condições químicas e possuem significativa reserva mineral (INCRA, s/d).

O mesmo documento indica que a região de Altamira contava com pelo menos 50.000 hectares de terra roxa, todas elas às margens da Transamazônica. A grande incidência desse tipo de terra torna possível inferir que as propriedades com solos de melhor qualidade poderiam ter sido melhor distribuídas entre os diferentes grupos de colonos agenciados na política. Mas essa não foi a opção do governo, que optou por repassar os melhores solos àqueles agricultores que de uma forma geral já apresentavam capacidade de investimento. A escolha institucional reduziu a amplitude da política mantendo um regime de propriedade ainda relativamente concentrado entre os agricultores que já dispunham de algum capital. Na política de colonização, portanto, houve um baixo estímulo à emergência social. Boa parte dos colonos, jogados às margens da rodovia, foram impedidos de produzir as culturas com maior valor de mercado. A importância desses segmentos pobres na política, sua presença na região, parece ter sido creditada somente à capacidade desses trabalhadores em desmatar as áreas de colonização e abrir caminho à futura expansão da economia agrícola de mercado, sob um regime de propriedade da terra ainda concentrado. E foi o que de fato aconteceu, seja através dos colonos com capacidade de investimento, que ao passar do tempo foram agregando lotes adjacentes e expandido suas propriedades; ou seja pelos grandes proprietários, que, em um momento posterior e através de projetos intermediados pela SUDAM, passaram a formar verdadeiros latifúndios na região.

Ao questionar o processo de ocupação do solo amazônico, fica evidente que o INCRA utilizou de alguns critérios que privilegiaram determinados segmentos na política de colonização. Por outro lado, não havia como garantir a vinda dos grandes contingentes de

trabalhadores sem prometer-lhes uma infraestrutura mínima nessa nova vida na Amazônia. Para incentivar o pequeno colono, primeiramente o INCRA oferecia um lote de 100 hectares. Este deveria ser pago pelo colono em vinte anos e o valor da época, segundo Nigel Smith, era de 700 dólares (SMITH, 1982). As casas também faziam parte do pacote, mesmo que muitos dos colonos pouco as utilizassem. Um ajuda de custos também foi oferecida nos primeiros anos da colonização. A quantia era para ajudar na alimentação e na aquisição de ferramentas por parte dos colonos. O dinheiro era pouco e não dava para satisfazer integralmente as necessidades das famílias, segundo me relataram alguns entrevistados.

Para alguns colonos também foi oferecido um crédito bancário, mas essa opção parece ter sido utilizada por quem já demonstrava ter posse de algum capital. Sem o título definitivo de propriedade da terra, os grupos mais pobres não poderiam atestar a capacidade de arcar com os juros decorrentes do negócio. Uma das sugestões do INCRA era que esses empréstimos fossem feitos através de cooperativas a serem organizadas entre os colonos. Em tese, pelo menos a nível de planejamento, a formação de cooperativas foi estimulada pelo INCRA. A concepção do governo era de que o trabalhador sem capital dificilmente conseguiria modernizar a produção sem recorrer a uma ação coletiva. Além disso, agravava o fato de que a maquinaria adquirida ficaria ociosa em boa parte do ano, proporcionando prejuízos para quem, sozinho, tentasse investir na produção (SMITH, 1982).

Nigel Smith (1982) reúne alguns argumentos para tentar explicar a dificuldade desses trabalhadores em se organizarem coletivamente nas áreas de colonização. Ele alerta que a procedência regional diferenciada atuou de maneira a dificultar o entrosamento, tendo em vista as diferentes heranças culturais compartilhadas entre os migrantes. Cita também as diferentes igrejas frequentadas por esses trabalhadores como um empecilho à organização. Mesmo cristãos, os sujeitos rivalizavam a concepção de sua fé entre os variados cultos católicos e protestantes realizados na beira da Transamazônica. O autor também comenta que as áreas de fronteira e de expansão de capital geravam uma mentalidade empreendedora e competitiva entre os colonos, dificultando a formação de um espírito de coesão e solidariedade, mesmo entre aqueles migrantes mais pobres. De fato, cheguei a ouvir em entrevista que era comum entre os colonos a prática de aluguel do maquinário entre aqueles que possuíam os mínimos meios para produzir e aqueles que não detinham as ferramentas necessárias ao trabalho. Para finalizar e acredito que nessa questão resida o argumento de maior força para explicar a dificuldade de organização, Nigel Smith, ao acompanhar de perto o cotidiano da colonização, afirma que o INCRA assumiu a tarefa de montar as cooperativas, comandando de cima a administração e concentrando a fala política. Este me parece um argumento relevante, pois tendo em vista a

natureza ditatorial do governo, dificilmente seria estimulada uma organização autônoma entre os próprios trabalhadores. Do mesmo modo que reforçamos os sentimentos de otimismo e confiança em torno das políticas governamentais do período para indicar os caminhos que efetivaram a colonização, não podemos perder de vista que o Brasil dos anos 70 também é marcado por ampla repressão aos movimentos sociais e políticos. Acuados, é possível que esses trabalhadores tivessem se eximido de sua organização coletiva.

Ao organizar a assistência aos colonos, o INCRA também se preocupou em montar um sistema educacional para aqueles que nos anos 70 se instalavam na Amazônia. De acordo com o programa, as escolas eram necessárias aos objetivos de se criar uma nova sociedade nas terras da colonização. Naqueles anos, a região a colonizar se tornou uma espécie de um novo Brasil, um país experimentado através do controle institucional da ditadura. Segundo o planejamento, a intenção não era somente propor as bases de uma educação formal, mas “atender às necessidades da vida da comunidade e contribuir para o processo de desenvolvimento dos grupos humanos.” (INCRA, 1972). Dessa forma seria possível não só atender à demanda de novas tecnologias nas áreas de colonização, mas realizar, através do processo educativo, as conformações necessárias nas atitudes dos grupos sociais responsáveis por viver nesse novo Brasil da Amazônia. A educação foi entendida, então, como um dispositivo do controle governamental e, como tal, deveria ser direcionada não só às crianças, mas também aos pais e aos adultos (INCRA, 1972).

Difícil considerar que um projeto educacional abrangente conseguisse ser implementado somente pela ação do INCRA. Atento à questão, o governo resolveu por associar outros órgãos na montagem das escolas. O Ministério da Educação foi então convocado, assim como a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). Um dos programas que inspiravam a prática educacional era o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), importante mecanismo da ditadura para excluir possíveis tendências pedagógicas que se baseassem no método de ensino consagrado por Paulo Freire – intelectual perseguido e exilado pelo regime. Segundo nos apontam os documentos, a orientação pedagógica a ser utilizada na educação dos jovens e adultos da Transamazônica consistiria na aplicação dos métodos de Educação Funcional (INCRA, 1972). Quando isolamos a educação no conjunto de ações da política de colonização dirigida, podemos melhor perceber a abrangência de seu programa. A nova experiência de vida e trabalho na Amazônia deveria ser organizada por uma série de instituições, autarquias, órgãos e dispositivos do governo. Discutir a colonização dirigida é, portanto, ter contato com o grande aparato institucional do regime, esmiuçando seu

funcionamento e prática política. Este é um caminho importante para entendermos o funcionamento do governo ditatorial no Brasil da segunda metade do século XX.

Em seus estudos, durante a década de 1970, Emílio Moran (1975) aponta que existia um estímulo salarial aos professores e professoras que viessem a trabalhar na região. Contudo, o poder atrativo desse dinheiro não foi suficiente para seduzir profissionais capacitados. Nos primeiros anos, a maioria dos responsáveis pela educação eram mulheres que chegavam às frentes de ocupação junto com seus parentes. As filhas e esposas dos colonos que se inscreviam nas frentes de ocupação acabavam se oferecendo ao trabalho dentro das escolas e ocupando os postos da magistratura. Elas formavam um grupo do que chamamos de profissionais leigas. A ação educacional desempenhada pelas mulheres da Transamazônica foi um caso emblemático de uma das minhas entrevistadas. De idade avançada, quando fiz a entrevista com Dona Adélia, ela ainda residia em Brasil Novo, nas margens da Transamazônica. Da mesma forma como aponta Moran (1975), ela diz que também chegou a região junto com filhos e marido, para que eles servissem como colonos a serem alocados pelo INCRA. Contudo, Dona Adélia afirma que seus acompanhantes “Vieram por causa de mim. Só veio eu, meu marido, meus filhos. Só nós que viemos. Nós éramos casados e viemos pra cá. Inclusive, eu vendi tudo. Tá lá no jornal, escrito pra quem quiser ver”.

O jornal do qual se refere Dona Adélia corresponde a uma matéria onde consta uma entrevista com ela própria antes que embarcasse para a Transamazônica. Ele circulou em Santa Catarina no início dos anos 70. Dona Adélia guardava essa matéria em estado precário e me apresentou o recorte para que pudess
e fazer uma cópia:

(Fotografia de jornal cedido em entrevista por Adélia Araújo)



Na imagem acima, só conseguimos ler o título da matéria e visualizar a imagem fotográfica da migrante. O nome do jornal de Santa Catarina está indicado acima apenas como “O Estado”. Na cópia que tenho em mãos, se pode ler com alguma dificuldade o texto produzido pelo periódico. Nele, mais precisamente no primeiro parágrafo, é relatado que, naquele momento, já era de conhecimento público que famílias provenientes de Santa Catarina haviam embarcado rumo à Amazônia. Nesse meio, uma pergunta: “(...) quem se encarregaria de ensinar àquelas crianças?”. A resposta é apontada logo em seguida: “Dona Adélia Catarina Pinheiro, professora há 14 anos, (...) pensou apenas em acompanhá-las e ensiná-las”. O jornal também indica onde seria acomodada a professora: “(...) uma escola do km 40, na estrada Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba, Estado do Pará”. Dona Adélia era um recurso do projeto Altamira-I. De acordo com a narrativa que atravessa a matéria, a professora é apresentada como um verdadeiro orgulho local. Esta perspectiva é reforçada nas palavras da própria migrante, que, segundo o jornal, afirma ter consciência da vida dura nas áreas de colonização, mas acredita que “os que voltam são pessoas que não tem coragem de enfrentar o trabalho”. O orgulho estampado na matéria é fruto da articulação dos discursos e slogans do governo da época. Ou seja, fazer parte desse programa era entender e aceitar os sacrifícios do trabalho, seja colono ou professor. Segundo a matéria, diz Adélia que “o bom brasileiro deve se sacrificar um pouco pelo Brasil”. A migrante, portanto, é um caso provável da assimilação entre aquilo que propunha o governo e aquilo que era aceito pela população agenciada na política. O sacrifício individual era uma condição, uma abnegação em nome dos desígnios e objetivos da pátria – vimos isso como a forma mais perversa do nacionalismo. Ao reproduzir esse discurso, Dona Adélia demonstra a amplitude e eficácia da maquinaria discursiva da

ditadura. O nacionalismo militar criava adeptos ao longo do Brasil e utilizava a colonização como um importante pano de fundo à legitimidade da ditadura e à efetividade de suas políticas. Como diz a matéria: “As grandes vontades não encontram obstáculos para sua realização”. Quando os objetivos de governo se transformam num desejo ou numa vontade da população governada, não existem limites para a ação política institucional. Somente assim, podemos entender como o governo Médici foi capaz de combinar alguns programas de assistência com a violência característica de sua repressão. O sucesso do esforço comunicativo entre governo e população abrandava uma possível resistência social aos autoritarismos cometidos pelo terceiro governo da ditadura.

Um trecho importante da matéria remete à discussão sobre os salários da professora. Segundo é apresentado, ainda não se sabia quanto seriam os vencimentos desses profissionais que trabalhariam nas margens da rodovia. Dona Délia diz que em Santa Catarina ganhava naquela época um total de 515 cruzeiros, e que iria à Transamazônica “mesmo que fosse ganhando 400”. Em 1975, o documento produzido pelo NAEA e pelo FIPAM, também aqui já citado, ao avaliar a política educacional aplicada pela colonização, afirma que a Secretaria de Educação do Estado do Pará deixava muito a desejar. Uma das falhas era representada pelos baixos salários dos professores, “razão pela qual nas áreas dos 3 (três) projetos – Altamira, Marabá e Itaituba, as professoras são leigas.” (NAEA, 1975, p. 99). Dona Adélia, portanto, era uma exceção. Sua formação lhe rendeu uma posição de destaque na história da colonização, o que fazia questão de me reiterar ao longo do depoimento: “Só tinha professora leiga, não tinha professora formada. A primeira que chegou aqui, fui eu, formada. E lutei com as crianças”.

A fala anterior não só confirma a avaliação educacional feita pelo NAEA nas áreas de colonização, mas também oferece um vestígio da realidade com a qual me deparei em outros depoimentos e em outros documentos. Trata-se do que Dona Adélia denomina de *luta das crianças* durante os anos da colonização. Para termos uma ideia das dificuldades que ali enfrentaram os pequenos, vejamos a listagem de alguns problemas desprendidos de algumas avaliações do sistema educacional implementado nas áreas de ocupação. O estudo de Jean Hébette e equipe (1974) consideram que o planejamento escolar na rodovia deveria levar em consideração “a atividade econômica da área – no caso da Transamazônica, a agricultura” (HÉBETTE et al, 1974, p.84). Segundo observado por seus autores, o período letivo começava justamente na época de colheita do arroz, o que retirava as crianças da escola para que elas ajudassem seus pais na lavoura (HÉBETTE et al, 1974). Os problemas da estrutura educacional montada pelo governo também são constatados na pesquisa realizada pelo NAEA e FIPAM nas mesmas localidades. No texto que resume a pesquisa das instituições sobre a política de

integração também está apresentado que, além do déficit entre a população carente de educação e o número de professores residentes nas áreas, outros elementos dificultam a frequência nas salas de aula. O documento critica que as escolas foram construídas distantes das residências dos colonos e também afirma que “o período escolar é inadequado com a época de colheita das lavouras, onde os filhos dos colonos participam como força de trabalho, havendo enorme evasão escolar.” (NAEA, 1975, p. 99). O método funcional, indicado como guia pedagógico das áreas de colonização, também foi questionado neste mesmo estudo pois, de acordo com os autores, havia uma latente “inadequação do ensino à realidade da área rural.” (NAEA, 1975, p. 99).

Todavia, a que se refere Dona Adélia, mais precisamente, quando fala da *luta das crianças*? Primeiramente, considero que essa luta se expressa justamente no fato delas terem que trabalhar junto aos seus pais ao invés de se restringirem aos espaços educativos. Ivanilson, aquele que chegou criança nas terras da colonização, comenta do sofrido trabalho que realizava com o pai: “Quando ele tava nesse lote aqui, foi o tempo que eu terei esse dedo [aponta para o dedo partido]. Uma marca desse tempo... cortando castanha-do-pará. Trabalhando mais meu pai, com dez anos de idade! Lutando mais ele!”. Como indicado pelo entrevistado, o trabalho não envolvia somente a colheita do arroz, mas era abrangente e, em seu caso, passava pela extração de castanha naquelas localidades. Mais importante que a definição do tipo de trabalho é a forma como ele relembra os seus dias de criança nos primeiros anos da empreitada: é luta. Com dez anos de idade, Ivanilson já entendia o que significava lutar pela sobrevivência. Num gesto narrativo ele aproxima aquilo que Dona Adélia lá em cima apontava como parte do cotidiano das professoras junto às crianças: era preciso lutar junto aos pequenos.

Para finalizar a discussão em torno da estrutura educacional montada pelo INCRA, é importante considerar que ela já nasceu falha. Mesmo que os documentos detalhem as referências pedagógicas, os objetivos a serem trilhados dentro das salas de aula e considerem outras instituições no auxílio educacional, a lei nas áreas de colonização era a lei do trabalho, a lei da luta. O INCRA determinou que a vida das famílias migrantes deveria ser pautada pelo trabalho árduo, e não poupou as crianças desse fardo. Para garantir a produtividade e o desmatamento, o órgão indicava a necessidade de “utilização integral da força de trabalho familiar.” (INCRA, 1972). Como considerar a eficácia escolar quando seus principais frequentadores estariam presos ao trabalho na floresta, sob o risco de verem as terras de suas famílias serem confiscadas?

No rastro dos antigos colonos da Transamazônica, me foi cedida uma fotografia feita pelos próprios grupos de trabalhadores. É um registro de crianças em uma sala de aula improvisada, como podemos ver a seguir:

(Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido)



Mais uma vez, as referências que autorizam a análise das imagens como um ato de monumentalização, auxiliam à conclusão de que o processo educativo de suas crianças era valorizado pelos colonos. Somente assim podemos perceber o que os levaram a registrar a sala de aula e a guardar esse objeto de memória. Contudo, também devemos entender uma parte fundamental do ato fotográfico. Me refiro aquilo que chamamos de “parte encenada das imagens que marcaram a história.” (MAUAD, 1996, p. 4). Para além da pouca estrutura das salas de aula, notável na imagem acima, acredito que, de acordo com as referências já utilizadas, a educação não tenha se desdobrado com a devida valorização indicada no ato fotográfico de seu registro. É como se a imagem sugerisse uma canonização do processo educativo, que, por sua vez, não foi encaminhado com a seriedade que exige a questão. Nesse sentido, a fotografia que compreende o registro das crianças em sala de aula é uma “parte encenada”. Por outro lado, como vimos, a preocupação com a instrução das crianças realmente partiu do governo e, no fim, se encontrou com o desejo de seus pais. Mas, diante da necessidade do trabalho, reuni-las nas salas ficou em segundo plano, e a evasão escolar parece ter sido a grande marca do destino desses pequenos sujeitos.

O relato a mim concedido por Dona Adélia seguiu apontando as dificuldades da vida infantil na experiência da colonização. A princípio, ao cruzá-lo com a matéria de jornal, vimos

como o periódico confirma o que me disse a entrevistada: “Dona Adélia Catarina vendeu tudo o que possuía (...) e vai embora, ao encontro da família e do *desconhecido*”. Nesse momento, me parece que são os termos desse desconhecido que vão entrar em contradição com o otimismo da professora em se deslocar à Amazônia. Seu depoimento é fundamental para o contraste da imagem fotográfica acima apresentada, pois aponta outros fatores da difícil vida enfrentada pelas crianças na Transamazônica dos anos 70.

No contato com o desconhecido, tal qual nos aponta o jornal, Dona Adélia não sabia das dificuldades que enfrentaria, por exemplo, com as questões da saúde infantil na Transamazônica. Dessa forma, comenta:

Onde é que tava? Ah...começou a adoecer as crianças, então, eu abri... o Dr. Selva não queria que ninguém desse remédio (...). Então, eu peguei e disse: agora eu vou abrir esse remédio e vou dar pra essas crianças, que nós perdemos 15 crianças em 17 dias. Tudo Cearense e do Rio Grande do Norte.

Seu depoimento nos sugere que o exercício do cuidado para com as crianças transcendia o puro aspecto educacional, desembocando em um outro problema de assistência à população migrante: as questões relativas à saúde pública. Assim como aconteceu com a educação, o INCRA também previa uma série de medidas em torno do controle sanitário. Mas da mesma forma que a educação não cumpriu com o que nos apresenta seus documentos, os cuidados com a saúde não saíram a contento, e isto muito se deve ao cenário de morte que tomava conta das margens da rodovia ao longo dos anos da colonização.

Na entrevista que realizei com seu Nelson, em determinado momento pedi para que sua esposa se juntasse ao marido para dar seu relato a respeito da sofrida vida daqueles anos. Me preocupava montar um quadro de depoimentos onde somente os homens falassem⁶⁷. Dona Lindava, logo que sentou em minha frente, resolveu por contar da tragédia acometida contra uma de suas filhas. De acordo com seu relato, Lindalva chegou na Amazônia grávida de uma menina, vinda em sua barriga desde o Ceará. A criança nasceu nas áreas da colonização logo no início da ocupação. Assim ela conta:

(...) a menina que eu ganhei morreu. Nesse tempo era difícil olha, a bichinha adoeceu.... eu trouxe, aí não tinha esses hospital não, era o negócio do INCRA. Uma casa assim. Ficava por lá, ia pra um canto, ia pra outro, até que a bichinha faleceu. Com três meses, né, em 72 [1972]. [Nelson, interrompe a esposa e complementa]: ‘é, não teve ajuda né...’.

Começar a discussão da saúde pública através dos depoimentos de Adélia, Lindava e Nelson é utilizar uma estratégia narrativa onde o início se confunde com o fim. Ou seja, de

⁶⁷ Em dezembro de 2019, publiquei um artigo na revista *Seacullum*, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, onde reuni somente depoimentos de mulheres migrantes, dando destaque a uma discussão sobre o papel feminino nos anos da colonização.

acordo com o que nos é exposto pelos migrantes, a política de saúde começa aqui a ser medida pela avaliação de seu fracasso. Muito pode ter sido feito pelo INCRA e por suas instituições correlatas para cuidar desses migrantes, mas o muito nem sempre é o bastante. A grande incidência das mortes, sobretudo infantis, nos levam a crer que mais poderia ter sido feito em prol desses indivíduos. A sentença crítica é a mesma que constantemente está sendo reiterada ao analisarmos a colonização: a vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias pouco valiam aos olhos do governo.

No entanto, para dar conta da saúde dos colonos da Transamazônica faz-se necessário recuperarmos aquilo que está contido no planejamento do INCRA. Nesse esforço, estarei sempre trazendo o que foi relatado pelos estudiosos que acompanharam a efetivação da política, como também recorrerei aos relatos dos antigos trabalhadores por ela agenciados. O documento *Altamira-I*, base dos propósitos apresentados pelo INCRA nas áreas de ocupação, disserta sobre a assistência médico-sanitária assegurada aos colonos naquelas localidades. Para garantir a assistência, seriam utilizados diversos órgãos especializados, entre eles o próprio Ministério da Saúde, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e até a UNICEF. A saúde é, portanto, um outro campo que demonstra a integração de diversas instituições da ditadura na execução do projeto de colonização.

Nigel Smith (1982), ao elencar situações com as quais se deparavam os colonos quando tinham problemas de saúde, diz que as escolhas possíveis se resumiam a três estratégias. A primeira consiste em buscar auxílio junto às próprias instituições. Entre a ajuda do INCRA e do FUNRURAL, o colono às vezes também pôde contar com as ações da Superintendência de Campanhas da Saúde Pública (SUCAM), assim como com as missões do exército brasileiro ou até com alguns estudantes de medicina levados à região pelo Projeto Rondon. Outra possibilidade era buscar o atendimento de saúde privado, oferecido por alguns hospitais nas principais cidades da rodovia – caso raro, se tratando que a maioria dos colonos não tinham recursos suficientes. Por fim, alguns colonos recorriam aos curandeiros e à sua própria cultura na utilização de determinadas plantas medicinais (SMITH, 1982).

O problema é que, quando precisavam do governo, os trabalhadores não encontravam uma estrutura capaz de auxiliá-los como devido. No caso do FUNRURAL, clínicas itinerantes eram previstas na ação desse programa. Eram ônibus que faziam viagens irregulares, bastante espaçadas entre os quilômetros 115 e 260 do trecho Marabá-Altamira (SMITH, 1982). Ainda segundo Nigel Smith (1982), a falta de combustível para a rodagem do automóvel era frequente, fazendo com que a clínica se mantivesse parada na altura do quilômetro 115, dificultado o acesso dos colonos à assistência uma vez que não tinham meios para o deslocamento numa

estrada praticamente intransitável (SMITH, 1982). Já o INCRA oferecia um posto de atendimento médico na cidade de Marabá e na Agrópolis Medicilândia, mas também de acordo com o mesmo pesquisador, as consultas tinham horários irregulares e a falta dos médicos eram frequentes, não havendo substitutos quando da ausência do profissional. O exército, por sua vez, era representado pelo batalhão responsável pela construção da rodovia Cuiabá-Santarém e operava um posto médico no quilômetro 112 do trecho Itaituba-Altamira (SMITH, 1982). Por último, o Projeto Rondon não tinha atuação contínua, e os estudantes de medicina que ajudavam com o cuidado nas localidades, atendiam um número limitado de pacientes (SMITH, 1982).

Entre a falta da iniciativa institucional e a precária estrutura dos equipamentos nas áreas de colonização, tudo isso somado às dificuldades inerentes às regiões de fronteira e floresta, Nigel Smith (1982) conclui que, no dia em que um colono ficava doente, dificilmente encontrava um médico de plantão em algum dos postos montados pelo governo (SMITH, 1982). O livro deste pesquisador, publicado somente em língua inglesa, se dedica em boa parte de sua extensão a tratar de questões relativas à saúde pública na rodovia. Entre as partes que se dedicam ao tema, o autor faz uma lista das doenças que afetavam os migrantes ao longo dos anos da colonização. Entre todas que foram abordadas, destaco três: A Leishmaniose, a Malária e a Síndrome Hemorrágica de Altamira (SHA). Juntas elas formam o quadro de maior gravidade à vida dos colonos. De uma maneira ou de outra, os três casos apareceram nas entrevistas a mim concedidas. A SHA também merece ser abordada por se tratar de uma patologia descoberta justamente entre os colonos que participaram da iniciativa da colonização.

Não pretendo esmiuçar a linguagem científica que caracteriza a incidência dessas doenças na região. Esse trabalho já foi muito bem desempenhado por Nigel Smith e tem sido objeto de pesquisa de outros cientistas que atuam na área. Pretendo, então, apenas construir um indicativo do que os colonos tiveram que enfrentar na sua nova vida na Amazônia. Como disse, a Leishmaniose foi uma doença que uma série de entrevistados narraram ter contraído individualmente, ou, como no caso de Aurindo, suas falas indicavam que a doença tinha infectado uma série de outros companheiros de empreitada – o que me fez entender que essa zoonose marcou o convívio desses trabalhadores durante os anos da colonização. Os estudos de Nigel Smith (1982) comprovam o que ouvi dos antigos colonos. Assim como descrito nas entrevistas, o pesquisador comenta que a Leishmaniose causa “lesões cutâneas desfigurantes, principalmente na área nasofaríngea.” (SMITH, 1982, p. 95). As chagas também podiam ser agravadas com a posterior infecção de outros fungos e bactérias nos locais afetados. A doença é transmitida por um pequeno mosquito, um inseto que possivelmente picava os colonos enquanto estes estavam em suas incursões na mata para caça e coleta (SMITH, 1982).

A Malária, em seu caso, constituiu um crônico problema de saúde pública ao longo da rodovia. A doença foi responsável por 53% das internações em 1973 e 44% em 1978 (SMITH, 1982). Como a geração de dados é historicamente uma das grandes competências da saúde pública no Brasil, resolvi por confiar nos números apresentados pelo pesquisador. Ele também indica que a malária foi responsável por 23% das mortes ocorridas nos hospitais da região entre 1973 e 1978 (SMITH, 1982). Ao discutir a incidência da malária, o pesquisador segue apontando alguns importantes números. Por exemplo, em 1973, ainda no início da política, ele afirma que 11% da população da rodovia contraiu a doença. Essa amostra se refere apenas a um raio de 250km a partir de Altamira, polo e exemplo do processo de ocupação levado adiante pelo INCRA. Mas é um outro dado que me permite tecer comparações com os depoimentos aqui problematizados. Nigel Smith afirma que “a incidência da malária varia consideravelmente ao longo de diferentes porções da Transamazônica.” (SMITH, 1982, p. 101). Se considerarmos apenas o ano de 1978, diz ele que 80% das internações decorrentes da doença nos hospitais de Altamira foram compostas de casos advindos da direção de Marabá. As vilas de Pacajá e Anapú, todas na direção de Marabá e hoje municípios da Transamazônica, foram a mim relatadas por Nelson como as localidades para onde se direcionavam boa parte dos migrantes nordestinos. O antigo colono, em depoimento já aqui apresentado, alertava para o fato dessa região oferecer grandes perigos à infecção da doença. Naquele momento, indiquei que não se sabia ao certo o porquê dessas localidades serem mais perigosas ao contágio e, de fato, Nigel Smith comenta que não há razão óbvia que justifique a maior incidência da doença nessa direção da rodovia (SMITH, 1982). Mas o certo é que ao ter acesso aos dados produzidos pelos hospitais e clínicas da região, ficou evidente que o trecho para onde o governo pretendia levar os nordestinos concentraram maior incidência de contágio com a doença. Assim nos alertava Sr. Nelson. E se ele evitou que alguns de seus conterrâneos viessem a ocupar aquelas localidades, o colono realmente foi responsável por salvar uma série de vidas na região. Ao se negar a ocupar as terras dessas bandas, evitou a maior probabilidade de ao menos ele e sua família contraírem a doença. Um risco sério, pois a infecção foi responsável por levar a óbito uma série de migrantes que buscaram socorro nas agências de saúde. Supõe-se que o número de mortes decorrentes do contágio com a malária seja ainda maior, pois muitos dos trabalhadores que possivelmente contraíram a doença sequer tiveram a oportunidade de serem socorridos pelas instituições.

Uma outra importante e curiosa constatação emerge das comparações entre aquilo que foi cientificamente postulado por Nigel Smith e aquilo que me confessou Sr. Nelson. O autor acertadamente afirma que a malária é resultado do contato entre os humanos e uma outra sorte de mosquitos. Os insetos são vetores de três espécies de parasitas protozoários (SMITH, 1982).

Apesar disso, os estudos presentes no livro que trata da colonização dão conta de que os colonos não se protegiam devidamente do contato com os mosquitos pois entendiam que a malária era resultante de um contágio advindo pelo uso indevido da água local. Nelson é um grande exemplo dessa concepção, pois me contou ser imune à doença:

eu me curava porque onde eu chegava na Amazônia, eu pegava um litro de água, fervia ela, e bebia junto com o barro, eu fervia ela e coava a água lá, aonde dá malária, pra eu não morrer de malária. Os índio me ensinava naquela época porque eu cheguei em 60 [1960], no Pará, em Belterra.

Essa é justamente a concepção que Nigel Smith (1982) relata ser comum entre os colonos. Diz ele que ao entrevistar alguns desses trabalhadores, muitos diziam que a malária seria adquirida ao “beber, cheirar, ou banhar-se em água, especialmente água estagnada e com muitas folhas em composição.” (SMITH, 1982, p. 108). Nelson alerta para o fato de que se não foi infectado, isto se devia a seus próprios esforços e saberes. Orientado por indígenas com os quais teve contato em outra experiência de trabalho na Amazônia, Nelson entendia que a infecção da Malária era resultado do contato com a água e, sabendo trata-la, evitou ser contaminado com a doença. Dando um ponto final às discussões em torno da Malária, a fala de Nelson nos remete a outro aspecto do estudo de Smith. Ora, assim como apontado pelo pesquisador, recorrer aos saberes e cuidados populares, por vezes espirituais, era justamente uma das estratégias com as quais se deparavam os colonos quando precisavam de assistência de saúde – daí a utilização disseminada de ervas e plantas medicinais por parte do grupo. Como vimos, as outras duas estratégias eram, ou recorrer ao auxílio institucional ou pagar pelo atendimento particular. A primeira, como vimos, era falha e não deu conta de proteger os colonos em torno de suas preocupações médico-sanitárias. A segunda, pelo menos no caso de Nelson e de boa parte dos nordestinos, era inviável – esses não tinham recursos nem para garantir a mínima sobrevivência. Pelo contrário. Junto a suas crianças, lutavam dia-a-dia por ela.

Também de grande incidência na região, apesar das baixas taxas de mortalidade dela decorrente, se encontra a última doença por mim aqui destacada. Refiro-me a Síndrome Hemorrágica de Altamira (SHA). O primeiro caso registrado na região remete ao ano de 1972. Apesar disso, Nigel Smith (1982) cita outros estudos que dão conta de que no ano anterior, em 1971, já se havia notado um paciente com os sintomas característicos do contágio. A transmissão da doença é causada por uma pequena mosca negra, conhecida nos locais da colonização como “pium”. Nas entrevistas, a infestação do inseto me foi relatada como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos colonos. As moscas são decorrentes da grande umidade e, hoje, depois de todo o desmatamento realizado na região, sua incidência diminuiu

consideravelmente. Nos primeiros anos da colonização, no entanto, diz Nigel Smith que as moscas se concentravam em qualquer lugar em que se encontrassem presença humana (SMITH, 1982). A quantidade de moscas era muito difícil de controlar e durante o chamado inverno amazônico, a infestação aumentava em grandes quantidades, aumentando, também, a incidência da SHA. Mesmo com as chuvas que caem durante o inverno, o calor não diminuía, e os colonos se viam entre a cruz e a espada. Ou se cobriam todos para evitar o contato com o pium, ou se viam livres das vestes para suportar o calor. O relato de Dona Adélia é mais um dos que comentam a batalha contra as pequenas moscas:

porque nós tínhamos que usar um lenço amarrado aqui, bota, até aqui e nem na hora da comida nós tínhamos descanso. Era balançando, assim, por cima da comida. Até “pium” você comia na comida, que caía! De tanto “pium” que tinha aqui. E aí, eu comecei a sentir problema com o “*pium*”. Eu ficava toda manchada de roxo, era sujeita a uma hemorragia. Mas deus me cuidou porque deus me trouxe pra cá foi pra auxiliar esse povo.

No depoimento acima, Adélia comenta sobre o principal sintoma da doença, aquele que denomina a patologia, ou seja, a hemorragia. Em sua vez, os sangramentos causados pela SHA são relatados pelo pesquisador como presentes a nível cutâneo, ou simplesmente na sua formal nasal, aparentemente espontâneo (SMITH, 1982). Também chama a atenção no depoimento a maneira com que a professora ainda hoje recorre ao sacrifício individual como a justificativa de sua presença na Transamazônica. Segundo ela, sua vida na região foi cuidada por Deus, que, segundo ela, o fez para que chegasse à Amazônia com a missão de auxiliar aqueles outros migrantes.

Outro importante acontecimento da prática médico-sanitária prevista pelo INCRA consistia nos variados exames, medicações e vacinas dos quais os colonos precisavam passar ainda antes de seguir viagem para a Amazônia. Nelson e Ivanilson relataram a mim o medo que sentiram das agulhas das injeções contendo as vacinas, ou ainda do momento em que eram submetidos a seguidos Raios-X. Cômica é a suposição de Ivanilson quando relembra ter sentido constantes diarreias depois que foi medicado pelo INCRA ainda no Rio Grande do Norte: “Eu lembro, rapaz, que deu uma diarreia na gente, em todo mundo. Uma diarreia desgraçada, antes de vir pra cá. E eu suponho que pode ter sido o remédio, né? Que eles deram pra poder fazer essa lavagem no estômago”. Mesmo com todo o cuidado médico sanitário antes da chegada desses migrantes na Amazônia, a ação institucional não foi suficiente para evitar o pior. Uma vez nas áreas de colonização, a presença desses novos contingentes populacionais produziu uma outra sorte de contágios, muitos crônicos e fatais. Resumimos aqui três dos mais perigosos e incidentes: a Leishmaniose, a Malária e a Síndrome Hemorrágica de Altamira.

3.3 História e memória da colonização: tempo presente e usos do passado

As críticas às tentativas do INCRA em montar um quadro de assistência aos colonos nos conduzem a um outro aspecto da política de colonização. É preciso agora esboçarmos uma avaliação prévia dos fracassos atrelados ao programa. Contraditoriamente, essa avaliação também sugere que é justo admitir um relativo sucesso das realizações encaminhadas nos primeiros anos da colonização dirigida. Me refiro à capacidade que tiveram alguns colonos em adquirir os meios para produzir nas terras da região, ascendendo socialmente naquelas localidades. Argumentar que a política não foi de todo ruim parece se distanciar daquilo que construímos ao longo do capítulo. Mas, na verdade, esta é uma estratégia que nos permite enxergar a colonização de um ponto distante da interpretação polarizada entre o completo sucesso ou inevitável fracasso. Dizer argumentar sem polarizações, nesse sentido, não é utilizar de um recurso retórico segundo o qual esterilizamos nossos argumentos diante da falta de posicionamentos políticos bem definidos. Foi somente uma forma que encontrei inclusive para melhor percebermos as concepções que orientaram o governo da ditadura. Se a investigação até aqui definiu as faltas e as escolhas institucionais que puserem em risco a vida dos colonos, isso não corresponde a afirmar que a política jamais deveria ter sido aplicada nos moldes em que foi pensada. Deste modo nos aproximaríamos da concordância com a sucessão de planejamentos idealizados pela ditadura para a Amazônia.

Por exemplo, se as críticas aos moldes como foi implantada a colonização nos levassem ao descrédito total da política entraríamos em coesão com o que postulou o governo Geisel a partir da segunda metade da década de 1970. Agora, ao apontarmos o relativo sucesso de alguns migrantes nas regiões de colonização, fica evidente que o modelo que prioriza o assentamento de trabalhadores rurais é mais justo e de menos impacto quando comparado aos grandes projetos agropecuários e minerais que sistematicamente invadiram a Amazônia a partir da segunda metade da década de 1970. Mas também não completariamos as análises sem postular os erros de execução da política. Na verdade, o que importa demarcar é que o desfecho da colonização dirigida indica que ela foi guiada sem o privilégio e confiança institucional que necessitava o seu amplo programa. Acredito que entre todos os estudos que reuni sobre o tema, esta seria a minha principal contribuição: a política de colonização dirigida foi vista apenas como uma ação passageira para um abrangente processo de ocupação da região amazônica no qual seriam privilegiados os grandes projetos e os grandes latifundiários. Essa conclusão não é necessariamente original e autêntica, mas o relevante aqui é perceber como ela foi estabelecida por novos caminhos de análise, confirmando, por outros meios e com mais segurança, os pressupostos indicados acima.

No início da década de 1970, o compromisso com a população rural estabelecido na retórica oficial do governo cumpre a função de aliviar o conflito pela terra ao redor do país para, na Amazônia, estabelecer uma intervenção que pudesse abrir caminho aos grandes empreendimentos e à concentração privada da produção. Esse é um deslocamento somente possível de ser realizado quando problematizamos não só os discursos oficiais, mas quando elencamos os processos sociais em que emergem o Estado brasileiro da época, sua prática política, mas também os personagens da colonização, migrantes e funcionários do governo, bem como as empresas e projetos que tomaram o lugar de protagonismo nas ações institucionais sobre a região.

Agora cabe entender, a partir da concepção dos próprios migrantes, como os diferentes grupos da colonização mobilizam argumentos contraditórios para explicar tanto o fracasso da política como o relativo sucesso do programa. Sobre a forma do sucesso, é preciso reforçarmos que a ascensão social de alguns colonos na Amazônia, constituiu em uma das razões que levaram o governo a abandonar a possibilidade de seguir com a política de assentamento de trabalhadores pobres. Na concepção governamental, o sonho de enriquecer na Amazônia, mais precisamente a possibilidade eminente de realiza-lo, instigasse uma série de trabalhadores rurais a se deslocarem espontaneamente à região, o que, ao final, ameaçaria o plano de manter a região sobre as garras da iniciativa privada e do grande latifúndio. Se esse conjunto de pessoas seguisse auxiliado pela infraestrutura que estava sendo montada pelo governo naquelas localidades, a opção institucional se daria por seguir com a orientação do assentamento de trabalhadores pobres, o que foi excluído logo na oportunidade em que Médici deixou a presidência. Quando notamos o relativo sucesso de alguns trabalhadores, percebemos que a região estava atraindo outros segmentos que não somente aqueles que para lá eram direcionados pelo INCRA. O sonho amazônico propagandeado pelo regime mobilizou a consciência nacional a tal ponto que o projeto final da ditadura com a colonização estava sendo ameaçado.

Mas não podemos romantizar os raros casos de ascensão social para validar as intenções do governo Médici para com a colonização dirigida. O relativo sucesso de alguns colonos ao adquirir seus meios de produção na Amazônia foi restrito e teve prazo de validade. A continuidade de nossas investigações aponta que a racionalidade do regime nunca esteve preocupada com essa massa de trabalhadores que viam na Amazônia o sonho de enriquecimento ou estabilidade. Tanto é que a ditadura não poupou esforços para interromper o processo de distribuição de terras e reverter a ocupação, priorizado dessa vez o grande empreendimento e o latifúndio. Mas o maior problema ainda estava por vir. Com o alcance do objetivo final, foi criada uma relação explosiva que acomete a Amazônia até os dias de hoje. A chegada de

milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor na região teve que disputar o espaço com o grande latifúndio, este último enfim priorizado nos encaminhamentos do regime, salvo o breve momento do início da década de 1970. O resultado foi a criação de um intenso conflito pela terra. Ao longo desses anos não é rara a notícia dos assassinatos em série de trabalhadores ou lideranças que se organizam em busca do acesso à terra.

Também seria injusto não considerar que esses conflitos são a marca do sudeste do Pará, região ligadas às áreas de influência da cidade de Marabá. Rumando mais ao oeste pela Transamazônica, no sentido Altamira, é possível percebermos um regime menos concentrado da terra e, portanto, menos conflitos em torno do acesso a tal meio de produção. Não é novidade ao leitor que a região de Altamira corresponde ao grande exemplo da política de colonização dirigida. A prioridade das ações do INCRA nessas localidades fez com que o regime de propriedade se mantivesse até hoje mais dividido, sendo seus campos mais divididos entre pequenos, médios e grandes proprietários, incluindo aí alguns antigos segmentos da população pobre e rural que chegaram à região agenciados pela política. Esse cenário se opõe ao grande latifúndio, marca do sudeste paraense, e representa, então, mais justiça e paz social no campo. Os problemas em relação à terra nas regiões de Altamira agora são outros. Eles residem principalmente na ação de madeireiros que tem invadido as terras devolutas e contrariado a territorialidade das populações tradicionais e dos históricos habitantes daquelas localidades. Mas este é um debate novo e não posso aqui dar conta dessas dinâmicas do tempo presente.

Não quero com isso desfazer no leitor a ideia que venho construindo durante o capítulo, ou seja, que a colonização foi falha e que apenas serviu como abertura para a entrada dos grandes empreendimentos. Continuaremos a apontar essa realidade através das falas dos próprios colonos. Mas não deixarei de apontar que, para alguns poucos migrantes, a colonização significou a possibilidade de ascensão social. E é nesse sentido que suas vozes priorizam uma resposta positiva às avaliações que fizeram da política. Portanto, para entendermos os caminhos que nos levam a abordagem contraditória da colonização é preciso ter em mente que ela

não conseguiu concretizar uma ocupação uniforme por pequenos proprietários inseridos num processo de capitalização. No sentido dos grupos sociais que para essa área se dirigiram, constituiu um processo com efeitos desiguais que aparecem expressos na diferenciação sócio-econômica dos parceiros (MIRANDA, 1995, p. 45).

A partir dos relatos dos colonos, conduzirei o estabelecimento da diferenciação entre os distintos personagens da colonização: aqueles que argumentam o seu sucesso e aqueles que argumentam seu fracasso, condição que varia de acordo com suas posições socioeconômicas. Mas, para além desse ponto, a citação nos oferece um outro importante elemento na análise da

colonização. Ele corresponde a ideia de que a minoria dos colonos que ascenderam na região só conseguiu este feito à medida que foram inseridos num processo de capitalização. Somente aqueles que puderam lidar com as já ditas culturas industriais foram capazes de atingir o relativo sucesso. A colonização só deu brechas à estabilidade para aqueles que se inseriram numa economia de mercado, demarcando os compromissos do governo para com o desenvolvimento capitalista nas localidades de intervenção do programa. A condução da política não previa assistência aos migrantes que pudessem se dedicar a uma produção mais autônoma e de subsistência. Os que não tiveram condições de lidar com as culturas de alto valor, não contaram com a ajuda institucional, e parecem terem sido jogados na região para apenas realizar o desmatamento ou somente para diminuir a tensão da luta pela terra nas localidades de onde provinham, caso dos trabalhadores provenientes do Nordeste. Dessa forma, o abandono foi um descaso que deve ser aqui denunciado com firmeza, uma vez que atentou contra a própria vida de muitos dos trabalhadores.

Mas o momento exige a discussão dos depoimentos de antigos colonos. Nesse ponto, veremos que eles se revezam entre a defesa da política, seu relativo sucesso, e suas falhas, seu completo fracasso. Para tanto, é preciso o debate de alguns problemas relativos aos estudos da memória. Se os depoimentos utilizados tratam de uma narrativa ligada aos anos 70, “o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente.” (SARLO, 2007, p. 60). A memória não é um tecido puro da lembrança, mas reflete um investimento calcado no presente, onde os depoentes tentam a todo momento deferir suas opiniões sobre o que aconteceu poucos anos atrás. Ao leitor, pode até parecer uma obviedade, mas é preciso o registro de que, de maneira geral, aqueles antigos colonos que argumentam o sucesso da política são aqueles que se encontram num lugar de prestígio e/ou estabilidade social. Por outro lado, os que denunciam o fracasso são justamente aqueles que no presente ainda enfrentam dificuldades para se manterem na região, tendo na luta pela sobrevivência a grande marca de suas vidas. Esse é o caso de Sr. Nelson, que no relato que postula o sofrimento daqueles anos, estabelece uma conexão entre seu passado na Amazônia e seu presente na região:

Hoje eu tenho um “aposentosinho” dado pelo INSS, sou aposentado, e aí eu como desse “aposentosinho”. Se a gente atravessar o pé dentro da mão não dá pra viver. É, não dá não. As coisas hoje muito caro. O salário não sobe. Nós vive comendo migalha na vida pra poder nós viver (...). Nós não tem vida boa não. Até hoje nós não têm vida boa. A nossa vida sempre foi sofrida, muita família, trabalhando muito pra sobreviver (...).

Para Nelson, é como se sua condição social no presente atestasse a validade do que contava sobre o sofrimento de seu passado. A dificuldade que encontra nos dias atuais para sobreviver é uma marca presente em toda sua história. Diante da luta pela sobrevivência ao

longo de sua vida, como poderia este senhor argumentar a favor da política de colonização? Ela não lhe acarretou em nenhuma transformação significativa, nem para ele nem para sua família. Pelo contrário, com o sofrimento que descreve os anos de chegada na Amazônia, talvez a vinda para a região tenha dificultado ainda mais a vida desse trabalhador. E a vida sofrida de Nelson não sou eu quem arbitrariamente postula, mas de posse de seu depoimento posso estabelecer que o sofrimento é o substantivo-mor que orienta sua narrativa. “Um homem sofrido, eu sofri o pão que o diabo amaçou pra nós sobreviver”, diz ele. O que introduzo na discussão de seu depoimento é que a análise que o próprio depoente faz da sua vida encontra no presente, na sua vida atual, a conformação das opiniões que ele estabelece sobre a história da colonização. É dessa forma que ele encerra as reflexões sobre sua vida: “Nós sofreu, nós tivemos um sofrimento eterno... eterno, é”. A eternidade é justamente o espaço em que se desdobra sua vida e, nesse sentido, o sofrimento é o principal elemento de caracterização de sua experiência, um ingrato companheiro. Sendo assim, não há sentido para ele ter benevolência para com a política do INCRA. Nelson é hoje o principal advogado do fracasso que representou aqueles anos de colonização. Sua vida presente é a própria prova; a verdade que orienta a narrativa sobre o processo institucional que o levou à Amazônia no início da década de 1970. Vítima deste processo, mas nem por isso se exime de enfrentar as memórias sofridas e organizar sua própria opinião sobre o passado. Sabe que é sua luta ao longo dos anos o que lhe dá forças para encarar toda a dificuldade que insiste em rondar sua experiência. Ele parece ter consciência de que se um dia dependesse do Estado, já nem vivo estaria.

Na sequência, Nelson resume seus argumentos sobre a política e as instituições: “pois é, então o INCRA era pra ter dado um grande apoio a nós que sobrevivemo aqui. Chegamo sem nada e nós atuemo um trabalho complicado, porque quando nós chegou aqui, nós ficou dentro dessas matona aí, sofrendo”. Mesmo ciente de que sua vida nunca foi fácil, ele não naturaliza as dificuldades. Acredita que as instituições deveriam é ter sido mais consequentes com a condução da política. A princípio, Nelson pode ter acreditado na promessa de ajuda, tendo em vista o otimismo que rondava as ações pela migração e toda propaganda mobilizada nos discursos da ditadura. Mas a confiança de Nelson naquilo que era apalavrado pelo governo não reduz o depoente a uma condição de ludibriado pela retórica institucional. Se somente assim o fosse, teria cedido aos estereótipos com que as instituições o entendiam, ou seja, como um homem acostumado ao sofrimento e, portanto, fácil de ser abandonado à própria sorte. Nelson resistiu, lutou para ser alocado numa região mais segura, salvou outros companheiros de ficarem literalmente à margem das iniciativas assistencialistas e hoje segue com firmeza

criticando a crueldade do Estado brasileiro no trato com os segmentos de trabalhadores pobres do país.

A crítica ao INCRA não aparece somente nos depoimentos de Nelson. Dona Adélia, mesmo ainda marcada pelos discursos que a conduziram à região, entende que nem todo sacrifício individual autoriza o mau trato das instituições para com a população pobre. Parece que ela realmente que não conseguiu medir o significado do desconhecido apontado pelo jornal que registra sua decisão pela nova vida na Amazônia. Diz ela que nas áreas de colonização “o INCRA, se pudesse botar o carro em cima de nós, ele botava. E nós sofremos”. Segundo seu depoimento, Dona Adélia constituiu uma importante voz de cobrança ao governo durante os primeiros anos de execução da política. Sua condição de professora lhe rendeu alguma capacidade de melhor elaborar a crítica às instituições durante o andamento da colonização. Sua posição na hierarquia social do empreendimento era outra, o que pode ter evitado possíveis retaliações do regime. Ela também afirma que chegou a lutar pelo alimento básico de crianças que, à míngua, estavam morrendo aos montes quando chegaram na Amazônia. Também destaca que por muitas vezes foi entendida pelos colonos como representante do INCRA, o que os afastavam de seu auxílio. Nessa oportunidade perguntei se “as mulheres do INCRA”, como ela se referia, não eram bem quistas pelos trabalhadores, quando ela pronto me respondeu: “Não era bem quista porque maltratava. Quando eu cheguei (...) corriam de mim, porque eu era toda bem trajada, né? (...) pensaram que eu era mulher do INCRA”.

Portanto, entende-se que é a narrativa do sofrimento o que atesta o descaso da política de colonização e, por conseguinte, o seu fracasso. Mas essa narrativa não é apenas uma elaboração do presente, ela também advém da própria experiência daqueles anos. O que quero dizer é que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração.” (SARLO, 2007, p. 24). E no momento em que esses depoentes organizam a fala de sua experiência, eles recorrem a situação de seu presente para compreenderem os anos da colonização. É através dessa elaboração presente que o entrevistado redime a memória “de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum.” (SARLO, 2007, p. 24). Como nos auxilia Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.” (SARLO, 2007, p. 9). É assim que ao narrarem suas experiências, Seu Nelson e Dona Adélia não apenas se libertam dos sofridos anos que tiveram que enfrentar na Transamazônica, mas também denunciam a situação social a que hoje estão relegados naqueles espaços. Ao me receberem, ambos demonstraram partilhar de uma vida bastante simples, onde o enfrentamento das dificuldades segue sendo uma grande marca de suas existências. A lembrança de suas experiências, por outro lado, é fundamental

para que possamos denunciar os maus tratos institucionais à população pobre da década de 1970. A memória daqueles anos pode contribuir para que jamais esqueçamos a crueldade das Ditaduras Militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX. Essa violência não se resume aos porões de tortura e recorrentes assassinatos de militantes, mas também se faz presente na sutileza com que as instituições do regime organizaram suas políticas para as populações pobres. Portanto, entender ser este trabalho mais uma forma de alerta para que esses autoritarismos não voltem a acontecer.

Por outro lado, “embora para entender também seja preciso lembrar” (SARLO, 2007, p. 22), não podemos nos dar ao luxo de no contato com as memórias esquecermos que “é mais importante entender do que lembrar.” (SARLO, 2007, p. 22). E para melhor entendermos a política de colonização faz-se agora necessário recuperar uma outra sorte de memórias, àquelas mais ligadas à construção de uma positividade em torno das instituições e do governo brasileiro da época. As memórias da colonização são importantes veículos para criticarmos a política, mas, contudo, não se fundamentam apenas no aspecto de sua injustiça, descaso e negligência – emoções profundamente sentidas quando alguns me relataram a experiência de ocupação da Amazônia na década de 1970. As memórias da colonização também se baseiam numa construção ideológica e institucional onde o presente não deixa de modelá-las, mas, pelo contrário, segue alterando o quadro individual e pessoal nos quais se fundam a experiência (PORTELLI, 2006). Este é caso por excelência das memórias que atestam o sucesso da política de colonização.

Partiremos então da memória de um sujeito referência na execução do programa realizado pelo INCRA. Como não poderia deixar de ser, a primeira fala de apoio ao governo vem através daquilo que me foi relatado por Zé Gaúcho:

E em relação à Transamazônica eu tenho lhe dizer o seguinte, foi uma grande coisa que o governo fez, foi uma decisão muito boa do presidente Médici que também fez, e aqui é uma região que eu digo que é o coração do Brasil, é o coração do mundo, porque aqui tem terra boa, o camarada que tenha vontade de trabalhar, progride. Do governo eu não tenho o que falar, as promessas que foram feitas, foram mais ou menos cumpridas.

Pela primeira vez aparece no depoimento dos migrantes a figura de Médici, então general-presidente da ditadura e do Brasil. Me comprometo em melhor explorar essas referências quando tratarmos da visita do militar nas áreas de colonização. Também já foi motivo de destaque a já recorrente representação de que a colonização exigia o sacrifício do trabalho. De acordo com Zé Gaúcho, assim como para muitos outros colonos entrevistados, aqueles que se dedicavam, que tinham vontade de trabalhar, por suposto progrediram nas terras que lhes foram cedidas. Mas o que Zé Gaúcho tem em comum com os outros depoentes que

sustentam a positividade da política? Durante a realização das entrevistas, não foi difícil a percepção de que todos aqueles que no presente se encontram numa situação financeira estável, se portam como defensores do INCRA e das instituições que mediarão suas chegadas na Amazônia. Lembro de outros dois casos emblemáticos, o de Dona Eunice e o de Dona Creuza. Ambas viúvas, chegaram às regiões da Transamazônica no início da década de 1970 e até hoje residem na parte onde se identifica a presença da chamada terra roxa⁶⁸. Vizinhos, tanto as mulheres como Zé Gaúcho, recorreram a ideia de que “não tinham o que falar” sobre a atuação do INCRA na região. Durante as entrevistas, sempre deixei que os trabalhadores discorressem à vontade sobre a história que tinham para me contar. Mas no caso desses grupos de colonos, como os argumentos todos giravam em torno de uma representação positiva dos anos da política, me permiti perguntar sobre se eles tinham alguma crítica em relação ao trato das instituições. O curioso é que a resposta era direta e se apresentava sob a mesma forma: “não tenho o que falar do INCRA”.

O Sr. José Martins teve um status único durante os anos de implementação da colonização. Ele chegou à Transamazônica como funcionário contratado pelo INCRA, marceneiro responsável pela montagem das agrovilas. Depois, pediu dispensa do contrato com a instituição para poder ser agraciado pelo programa de colonização, uma vez que não era permitido aos funcionários do órgão adquirir os lotes que eram cedidos aos colonos⁶⁹. Seu depoimento seguiu a mesma regra dos anteriores: criar uma imagem positiva do INCRA e de suas tarefas na colonização. Quando lhe perguntei de alguma possível crítica à instituição, respondeu:

Não, esse é o seguinte: foi muito bom. Quando chegava, a gente pegava eles, levava. Era entregue um lote pra cada um, né? Aí, a gente pegava, eu fiz isso muito, pegava a mudança, as coisas da pessoa que chegava, o bagulho que eles chegava. Levava no lote dele. Nessa época, quando vinha pro lote, a casinha já tava feita, o INCRA... foi muito bom. A casinha dele feita, o INCRA dava seis meses de salário, dez tarefas de roça pronta e seis meses de salário (...) pra ele trabalhar (...). Chegava, a gente ia levar informação, precisava de alguma coisa ou outra, era assim. E foi muito bom, tanto pra gente, como pros colonos que chegaram. Quem não tá bem hoje é porque não quis mesmo. Porque chance, oportunidade, teve demais!

A contradição entre os depoimentos é evidente. Enquanto uns responsabilizam a falta de iniciativa do INCRA, outros relatam que não faltou oportunidade. Nessa última forma, tudo

⁶⁸ O curioso é que ambas provêm do Nordeste e constituem o raro grupo proveniente da região que conseguiu adquirir terras nas áreas de cultivo de lavoura comercial. São justamente os seus depoimentos que analiso no artigo onde discuto questões de gênero relativas às áreas da Transamazônica.

⁶⁹ Essa era a regra geral. Mas também tive a oportunidade de entrevistar um antigo funcionário do INCRA que me relatou sem mais preocupações o processo de aquisição de uma área de 500 hectares na região. Hoje, esse sujeito é um grande proprietário local, com grande prestígio na cidade de Altamira e seus arredores, chegando até a concorrer a cargos políticos executivos. Analisei seu depoimento em outros trabalhos.

parece ser medido pela expressão utilizada por Zé Martins: “*Quem não tá bem hoje é porque não quis*”. Ou seja, o presente comanda o julgamento dos colonos sobre a política de colonização. Quem está bem atualmente, ou seja, financeiramente acomodado, construiu um relato onde a marca é a positividade da política, quem não está, endurece na crítica às instituições. Não custa reiterar que já argumentei onde se encontra a chave explicativa: ela não está posta em nenhum dos polos, mas remete a uma análise detalhada entre os diferentes personagens da colonização e os reais compromissos do governo para com o território amazônico.

Por outro lado, ao trazer de novo as concepções de Zé Gaúcho, é possível vermos uma articulação interessante entre os seus discursos. Estar bem na região da Transamazônica, na linguagem daqueles que defendem a política de colonização, é ter se submetido aos sacrifícios do trabalho. Esta é uma síntese entre a meritocracia que postula o senso comum e aquilo que era sustentado pelo governo da época. Mas para Zé Gaúcho, o trabalho a ser desempenhado na região não era de qualquer natureza:

(...) porque , infelizmente , o que eu tenho dito é o seguinte: terra é que nem uma caneta. Uma caneta num analfabeto não vale nada, mas num doutor, vale muita coisa. E terra é pra quem sabe trabalhar, pra quem é acostumado a trabalhar e dedicar. (...) E não tem terra ruim, basta saber trabalhar nela. Se uma terra não dá uma coisa, dá outra. (...) então de forma que eu tô muito contente, progredi bem, não posso dizer que sou rico porque tive prejuízos.

Nesse trecho não nos desvencilhamos da influência que tem o presente na construção dos relatos de memória. Zé Gaúcho está correto quando define que trabalhar na terra exige conhecimento. Mas ele também sabe que sua condição atual não é só fruto do capital que detinha antes da sua chegada na Transamazônica. Também contribuíram a sua capacidade e conhecimento sobre o cultivo e o manejo da terra. Vimos que suas propriedades são referências na utilização do solo amazônico. Contudo, será mesmo que terra é tudo igual? Ele teria a mesma sorte caso ficasse, por exemplo, nas terras que se distanciam de Altamira em direção a Marabá, onde as lavouras comerciais não se dão e onde a malária incidia com mais frequência? Em seu argumento tendo a supor que como bom conhecedor do trabalho com a terra, ele também tem a noção de que estar situado na região da terra roxa e à beira da rodovia foram questões determinantes para sua ascensão social. E ele só conseguiu este acesso por ter sido de certo modo privilegiado no processo de aquisição das terras. Sua posição na região, desde o início da colonização, difere em muito daquela a que foi relegado, por exemplo, Seu Nelson e boa parte dos nordestinos. Essas conclusões, contudo, não aparecem em seus depoimentos. No entanto, não é preciso ser um grande analista para perceber que Zé Gaúcho é ciente de seus privilégios. Para isto, basta articular as informações que aqui reunimos sobre a política de colonização. Não

quero negar que o conhecimento que ele detém não tenha sido relevante para sua estabilidade e crescimento na região. Mas é justamente o seu conhecimento que me faz supor o que ele esconde em seus depoimentos: Zé Gaúcho é um caso raro na política de colonização.

Mas não é preciso ser necessariamente um Zé Gaúcho para defender o governo e suas instituições. De vida mais humilde, Aurindo segue residindo no lote em que lhe foi concedido pelo INCRA. Migrante paranaense, mesmo com todas as adversidades do acidente, trabalhou árduo nas regiões de terra roxa para conseguir expandir sua pequena produção de cacau. Aurindo não esconde os problemas que teve, mas o pouco recurso que tem no presente já lhe posiciona no grupo social daqueles que defendem a política de colonização. Diante de sua retórica positiva sobre a política, perguntei-lhe das dificuldades que enfrentou na Amazônia para chegar onde hoje se encontra; a que me responde:

Ah, a dificuldade não é fácil, não. Porque, sertão, tem dificuldade, só que nós não temo a dificuldade aqui, porque foi o sertão mais honesto que teve (...). Dizer que passou fome aqui, é mentira! Porque quem passou fome aqui era vagabunda! Porque [com] os seis meses [de ajuda de custos] uns comeu, comeu: “eu vou fazer isso aqui acabar!”...acabou com tudo. Quando chegou as dívidas pra ele pagar, forrou o lote.

Nesse trecho, seu relato ganhou contornos ofensivos e adjetivos. Aurindo era então capturado pela mesma linguagem com que se deparou antes de se dirigir à Amazônia. Utiliza do mesmo discurso de quem pretensiosamente o considerou paraense e vagabundo, indigno de ir à Transamazônica. Para ele, os que passaram fome eram pessoas vagabundas, ou seja, sem disposição e vontade de trabalhar. Este é mais um caso em que o sucesso da política é justificado pelo mérito individual do colono. Por sua vez, o suposto fracasso da colonização somente se deu entre aqueles que não se sacrificaram o bastante. Ao escutar Aurindo percebia um horizonte autoritário que preenchia suas falas. Foi assim que o instiguei a comentar sobre o governo da ditadura. Segundo ele, aqueles anos era o período do “quartel, porque naquele tempo ninguém brincava com o quartel. Naquele tempo ninguém tinha medo, não! De bandido, não! Porque bandido ia pro pau, mesmo! Né igual a hoje que nós tamo numa situação que nós sai e num sabe se chega”. Dessa maneira, as noções de Aurindo sobre os anos da ditadura é estabelecida a partir de uma comparação com o tempo presente. Mais uma vez o ato de lembrar “carrega as marcas, os signos, os sinais do presente.” (MONTENEGRO, 2012, p. 46).

Não posso negar que antes de chegar às regiões da Transamazônica para realizar as entrevistas, fui na esperança de colher relatos que manifestassem um posicionamento crítico frente ao governo ditatorial responsável pela colonização. Mas no exercício de nossa profissão, estou ciente de que a pesquisa nos oferece mais descaminhos do que as comprovações de nossas ingênuas hipóteses. Como obviamente as entrevistas só puderam ser feitas com os ex-colonos

que ainda residem nas margens da rodovia, os relatos que me foram dados em sua maioria refletem a posição de estabilidade e ascensão promovida pela política na região de Altamira. Foi assim que, na contramão do que imaginava, me deparei com uma certa complacência da classe de colonos para com o autoritarismo característico dos anos da ditadura. Levei um tempo para digerir a frustração e aceitar recorrer às entrevistas para finalização do trabalho. A verdade é que só consegui recuperar o entusiasmo para analisar esses dados quando o tempo me mostrou o que esses depoimentos já indicavam anos antes. A realidade política brasileira caminhava para o novo autoritarismo que a tomou de assalto em 2018. A eleição do campo autoritário, simbolizada na figura de um tosco militar que esbraveja sua defesa à tortura de outrora, de certa forma me ajudou a retomar a problematização das entrevistas. Para mim, elas eram a confirmação de que em nenhum momento a violência institucional cometida pela ditadura havia de fato sido enterrada na consciência nacional. Outrossim, elas estavam na eminência de serem propagadas no imaginário político popular. Para isso, bastou o surgimento de um exemplo grotesco que pudessem ecoá-las. Naquele momento de realização das entrevistas, de posse dos depoimentos já sistematizados, não pude prever a catástrofe que se anunciava. O autoritarismo voltaria com força à política brasileira através de um processo espúrio terminado nas eleições presidenciais de 2018.

Foi então após mais de três anos com as entrevistas nas mãos que me dei conta de o porquê ser o presente um elemento definidor e consensual nos estudos de memória. A importância do hoje na construção dos relatos era determinante para entender os discursos dos colonos que manifestavam um certo apoio à ditadura. Agora, jamais esquecerei como as impressões e experiências do tempo presente influenciam no ato de lembrar. A positividade da política contida nos relatos dos migrantes não significava a certeza da benevolência e apoio do INCRA nas áreas de colonização. Antes de tudo, elas correspondiam à atual consciência política dos segmentos rurais representados por uma classe já bem posicionada na Amazônia da atualidade. E, nesse grupo, não há espaço para a crítica ao autoritarismo da ditadura pois atualmente eles são justamente os seus defensores. Assim que percebi a questão, pude comprovar que

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente (LABORIE, 2019, p. 2).

Ceder à concepção de que os estudos de memória têm uma relação íntima com as construções políticas ligadas ao tempo presente não invalida nem deslegitima o uso da história

oral. Acredito que esta influência reveste ainda mais a necessidade de compromisso do historiador e a produção de um trabalho consequente. Por isso, é certo que o trato com os relatos orais exige entendermos a influência que tem o presente sobre a memória de quaisquer acontecimentos históricos. Contudo, se mais uma vez fica evidente que escrever a história é mediar temporalidades, o uso dos relatos não oferece perigos à disciplina, mas torna-se uma das condições de nosso olhar sobre o passado (ALBUQUERQUE JR, 2007).

Retomando a entrevista de Aurindo, revelo que suas posições conservadoras me causavam um certo incômodo. Era como se me faltasse algum outro elemento para dar conta de sua interpretação. Mesmo de acordo que suas construções remetiam mais a sua elaboração política do presente, mesmo constatando que sua fala apontava, apesar da simplicidade, para uma certa estabilidade na região, inclusive indicando ter sido capaz de deixar uma herança digna para seus filhos, não me fazia sentido que depois de tanto sofrimento sua construção se mantivesse não somente fiel à uma leitura positiva da política de colonização, como também benevolente para com os anos do regime. Foi então que mais uma vez me vi diante dos estudos de Walter Benjamin sobre o esgotamento do relato daqueles que vivenciaram o trauma da Primeira Guerra Mundial (SARLO, 2007). Benjamin argumenta que os homens que participaram das batalhas voltaram emudecidos das trincheiras. Logo me lembrei da experiência traumática vivida por Aurindo quando sobreviveu ao acidente da lancha Anaman. Ele viu dezenas de companheiros de empreitada morrerem a sua frente, juntamente com sua esposa e filho, além de perder todos os bens e economias. Como disse, não sou capaz de medir a dimensão do trauma que este evento representou na vida de Aurindo, mas acredito que esse possa ser um elemento que explique sua retórica a respeito do sucesso da colonização dirigida. O trauma silenciou a crítica. Se ele optasse por um tom de denúncia ao revelar as dificuldades que enfrentou naqueles anos inevitavelmente se poria em contato com o sofrimento limite que enfrentou na tragédia; esse acontecimento serviria como justificativa para suas dificuldades, o que certamente dificultaria sua superação, mesmo sabendo que foi por pouco que ele não arruinou sua vida em definitivo. Seu Nelson, por outro lado, conseguiu articular a crítica à política e também não teve vida fácil. Mas é impossível tecermos comparações entre as dificuldades dele e de Aurindo, uma vez que o acidente de barco tem a força representativa de uma guerra. Enquanto um me parece silenciar para o fardo correspondente aos anos da colonização, outro prefere adotar o tom de crítica e denúncia. Aurindo seguiu a sua vida, mas parece que morreu um pouco com aquele acidente, o que o fez emudecer diante da oportunidade em explicar as dificuldades que enfrentou. Nelson, por outro lado, não morreu, mas sofreu bastante junto a uma série de companheiros cujo destino de suas vidas foi a morte precoce. Para

Nelson é a luta e o esforço pela sobrevivência que o permite encarar e narrar todas as dificuldades que enfrentou naqueles anos. Segundo ele: “(...) o que escapou conta essa história, o que não escapou não contará nada. Porque quem não escapou não contará nada. Mas o que escapou ainda tem eu justificando pra contar essa história de alguém que já morreu que não tem mais osso”.

Concordo com Nelson e, portanto, os condenados pela morte já não podem falar e este é relativamente o caso de Aurindo, que morreu um pouco no acidente. Nelson, por sua vez, assume o lugar crítico da fala, não porque seja capaz de substituir aqueles que se foram, mas porque não morreu no lugar de quem morreu. Viu a morte de perto, mas diferente de Aurindo, manteve-se vivo pois não experimentou o trauma do acidente. A Nelson resta denunciar que o risco de morte por qual passou remete a irresponsabilidade do governo e das instituições que conduziram a colonização. Já a tragédia vivenciada por Aurindo é mais difícil de atribuir um responsável direito. Para mim, a ditadura é quem deveria ser responsabilizada, mas, para ele, o Anaman foi, antes de tudo, um acidente e, como tal, sem culpados. Quem morreu, mesmo um pouco como no caso de Aurindo, não fala, não critica e emudece. Já quem sobreviveu pela própria luta tem a responsabilidade e o dever da denúncia, como no caso de Nelson. Os verdadeiros testemunhos do descaso das instituições e do fracasso da política estão mortos. – coube a Nelson a missão de lembrá-los (SARLO, 2007).

Para finalizar a questão, ofereço a síntese apresentada no início desta sessão. Elas contribuem para entendermos a diferença entre os depoimentos do fracasso e do sucesso, mas dessa vez não a partir das questões relativas às reflexões de memória. O lugar da crítica que agora me ponho é o da natureza socioeconômica que divide esses depoimentos. Nesse sentido, o que divide os relatos de sujeitos como Nelson e Zé Gaúcho é a ação de governo. Foi ela que definiu os níveis de subordinação de cada colono ao capital. O processo de ocupação da Amazônia no início dos anos de 1970 se expressa no status socioeconômico diferenciado de cada colono. Essa distinção polarizada é o que demarca a construção diferenciada entre os relatos do sucesso e os relatos do fracasso. Na Transamazônica, foi a distribuição irregular das terras com maior potencial de cultivo que “tornou seletivo o processo, contribuindo para uma heterogeneidade econômica, social e espacial.” (MIRANDA, 1990, p. 71) – bem ao gosto do desequilíbrio e competição capitalista.

Portanto, a história da colonização nos permite dividir os colonos de acordo com a posição socioeconômica que ocupam. Na análise dos depoimentos, isso significou a distinção entre duas vertentes narrativas – uma que atesta o fracasso e outra que atesta o sucesso da política de colonização. No entanto, cada entrevistado manifestou uma opinião particular sobre

o ocorrido. Por generalização, apesar de ser possível reuni-los em grupos opostos, os depoimentos são sempre únicos e estão atrelados a experiência individual de cada colono. A tentativa de traçar possíveis regularidades entre eles remete ao esforço artificial do historiador na construção de sua narrativa crítica. A multiplicidade das memórias é inquestionável quando percebemos que existem diferentes versões para um mesmo acontecimento histórico, a depender da experiência individual de cada colono. Contudo, essa diversidade perde um pouco do seu glamour quando entendemos que os distintos posicionamentos sobre o ocorrido compartilham interpretações decorrentes das posições sociais das quais ocupam os entrevistados. Com esse vai-e-vem podemos então demonstrar como “cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva (HALBWACHS, 2006, p. 69)”.

Quando isolei a memória que atesta o sucesso da política de colonização indiquei ser ela a versão mais recorrente na leitura dos entrevistados. A princípio isso se devia ao fato de que os ex-colonos que ali residem foram justamente os mais beneficiados com a política. Mas gostaria agora de comentar como a generalização da retórica do sucesso é fruto de uma outra operação de memória. Nessa nova versão, a memória do sucesso aparece como uma construção coletiva, sustentada, reproduzida e controlada por um grupo de ex-colonos. A versão positiva da política seria então conformada por uma memória capaz de representar a determinado grupo o quadro de si mesmo (HALBWACHS, 2006). Nessa operação, os relatos perderam sua força individualizante para constituírem um dado reconhecimento coletivo entre os migrantes da década de 1970, grupo que permanece na Transamazônica habitando o trecho Altamira-Itaituba.

Para dar conta desse processo de reconhecimento, uma fonte me foi determinante. Em pesquisa nas áreas da colonização, encontrei um grupo de antigos colonos na cidade de Uruará, distante alguns quilômetros de Altamira no sentido Itaituba. Um senhor representante do sindicato dos produtores rurais, antigo colono, reunia um importante arquivo sobre os migrantes que com ele chegaram na Amazônia no início dos anos 70. Entre os seus documentos, me entregou um informativo que circulava na região. Era julho de 2016 e o panfleto visava publicitar que um pequeno grupo organizado tentava junto ao governo federal uma indenização para os colonos que chegaram à região da Transamazônica através da política de colonização dirigida comandada pelo INCRA⁷⁰.

⁷⁰ No final de 2019, enquanto escrevia estas linhas, entrei em contato com o grupo. Um de seus representantes me informou que o processo segue em tramitação na comissão de orçamento da câmara dos deputados, em Brasília. Os relatores que encaminharam o processo junto à Câmara foram os deputados Victório Galli (PSC-MT) e Júlia Marinho (PSC-PA). No documento, eles solicitam uma pensão no valor de dois salários mínimos mensais aos migrantes que foram direcionados às áreas da Transamazônica e também da Cuiabá-Santarém. Esta outra rodovia também contou com um programa de colonização, mas os trabalhadores foram alocados como mão-de-obra em propriedades de empresas agropecuárias.

(Panfleto cedido por grupo de ex-colonos da Transamazônica)



Os Desbravadores da AMAZÔNIA, denominados pioneiros que foram trazidos pelo INCRA nos anos 1970 a 1974 com o lema do governo federal, integrar para não entregar e desmatar para documentar uma terra sem homens para homens sem terras, os mesmos estão lutando por uma pensão vitalícia por ter defendido a AMAZÔNIA ao longo dos trechos paraenses da Br-163 (CUIABÁ / SANTARÉM E 230 TRANSAMAZÔNICA) o direito a pensão será só para as famílias trazidas pelo INCRA e as que vieram através da propaganda do governo federal e para os filhos que nasceram até 1979 e permaneceram na região até o ano supra citado. A comissão que foi eleita está lutando em favor dos pioneiros foi o Sr. CIRILO NICOLODE, NELSON NADINI (SINPRUR) E CARLINHO LIMA (STR). O idealizador do projeto CIRILO NICOLODE disse que não há vitória sem luta vou lutar até conseguir o nosso direito.

Na íntegra, apresento o documento acima. Para entendermos os mecanismos de construção da memória coletiva é preciso a análise de alguns discursos agenciados pelos responsáveis do panfleto. Logo no início, a maneira com que se definem como *desbravadores* da Amazônia não deve ser naturalizada. Esta é uma qualificação forjada no discurso oficial da ditadura. O governo que para lá os direcionou transformou os colonos em agentes conquistadores da Amazônia. Na ação de recrutamento, ele busca passar aos seus descendentes a imagem do descobridor e do povoador, possibilitando o seu reconhecimento como verdadeiros desbravadores da região. Essa imagem é clássica e foi base do bandeirantismo paulista. Ela reveste toda a ação colonialista de domínio dos sertões brasileiros. Também atua como um recurso das ações de dominação territorial e por séculos sobreviveu na continuidade histórica do país, onde a experiência da colonização é um determinante da formação nacional. Essa lógica, no entanto, não é uma invenção dos colonos que pedem o direito de pensão, mas remete às justificativas utilizadas pelo Estado para convencerem esses sujeitos a se direcionarem à Amazônia.

A confirmação da síntese discursiva operada entre os colonos e o que era defendido pela ditadura é reforçada pela utilização, no informativo, dos slogans que inauguraram a política. A colonização, ação prevista no PIN, foi um empreendimento justificado pela assertiva de

“integrar para não entregar”. Nessa concepção, a Amazônia simboliza um risco à soberania nacional, sob o mito de que havia um forte interesse estrangeiro em seu território. Para garantir o domínio das fronteiras era então necessária sua integração. Mas para integrá-la era preciso ocupa-la. Os colonos da Transamazônica constituíram então o contingente populacional a fazer este serviço. Com orgulho, os responsáveis pelo panfleto relembram a responsabilidade de se fazerem presentes nas antigas fronteiras nacionais.

Outra passagem também evidencia a colagem dos discursos oficiais presente no informativo. O governo Médici, ao divulgar a colonização dirigida como resposta à grande seca que assolou o Nordeste em 1970, dizia que as terras sem homens da Amazônia iriam satisfazer as necessidades dos homens sem-terra no Nordeste. Essa afirmação do presidente rodou o país e representou um grande slogan do programa de colonização. Mas ela é generalista e esconde a violência por trás da política. Entendida como espaço vazio, uma terra sem homens, a Amazônia não só se transformava num desejo entre aqueles que vislumbravam o acesso à terra, mas, através da assertiva, o governo também tornava invisível e insignificante a população que já habitava aquelas localidades, abrindo espaço à continuidade da violência histórica cometida contra as populações tradicionais da região. Por fim, outra frase também me chamou atenção. Trata-se da redução que indica a necessidade de “desmatar para documentar”. É verdade que nos documentos oficiais não consegui encontrar a expressão da maneira com que foi concebida no panfleto. Contudo, ela define bem a função prioritária a ser desempenhada por esses colonos na Amazônia: o desmatamento. Como venho indicando, se a política de colonização tenha servido somente como o “abre alas” da ocupação realizada posteriormente pelos grandes projetos e pelo latifúndio, o colono, sua função, seria a de realmente apenas desmatar as localidades para a chegada desses novos agentes. Na fórmula, o governo indica que o desmatamento é a condição da documentação, ou seja, do título definitivo de posse da terra ao colono. Condicionando a posse ao desmatamento, a ditadura estimulou entre os colonos a realização de seu grande objetivo com a política de colonização dirigida: a abertura do caminho ao latifúndio e aos grandes projetos.

O informativo é então um importante exemplo para facilitar o entendimento dos processos pelos quais um governo designa suas funções a uma determinada população governada. Através dele, os antigos colonos demonstram como se apropriaram dos discursos oficiais. E quando se trata de uma colonização, os desígnios governamentais assumem um tom épico de risco e aventura. Nessa concepção, os desbravadores da Amazônia deveriam estar dispostos à luta, ou seja, ao enfrentamento do desconhecido – condição que representava a Amazônia na consciência dos agentes nacionais que bancaram a expansão do capitalismo sobre

seu território. Os colonos foram, portanto, peças de uma engrenagem capitalista em movimento. Seus sacrifícios eram fundamentais na expansão e por isso foram reforçados nos discursos oficiais e posteriormente requeitados no panfleto. Quando reproduzidos na voz dos colonos, esses desígnios nacionalistas passam a constituir a identidade desse grupo naquelas regiões. A relevância social e atualidade do tema estão mais uma vez confirmadas e, dessa vez, pelas práticas dos próprios ex-colonos.

Mas a estratégia da equipe que abriu o processo de pedido de pensão não é boa. Como reivindicar um auxílio construindo uma versão positiva da política? Antes eles buscassem uma narrativa de denúncia, como aquela em que se atesta todo o sofrimento daqueles anos, reforçando o descaso para com essa população migrante e a vida difícil que seguem trilhando nas áreas de colonização. Se os esquemas e discursos do antigo governo ainda sobrevivem na consciência desses grupos é porque não sabemos medir com precisão a força do processo comunicativo estabelecido entre a ditadura e a população pobre da época. Nesse sentido, o controle efetivado por aquele governo transcende as ações repressivas. Faz-se necessário, cada vez mais, que os pesquisadores se dediquem a problematizar os mecanismos de construção de sua legitimidade. Somente desta maneira podemos entender o funcionamento dos governos autoritários. O estudo da colonização dirigida na Amazônia da década de 1970 é, portanto, um exemplo para melhor compreendermos e problematizarmos a ação da ditadura militar no Brasil.

Mas antes que possamos indicar, no conjunto dos discursos oficiais, da onde parte essa interpretação mobilizada no informativo, é preciso demarcar que os argumentos mobilizados no panfleto facilitam a compreensão de como se constrói uma memória coletiva. Ao mobilizar os slogans e os discursos oficiais da colonização, esses sujeitos não só lutam contra o esquecimento de sua história, “mas também lutam por um significado que unifique a interpretação” do acontecimento (SARLO, 2007, p. 50). Nesse sentido é que as múltiplas histórias que atestam a positividade da política perdem o seu caráter puramente individual para manifestarem que são produto de uma construção coletiva. Essa construção é mediada pelos sujeitos que ocupam determinados lugares de fala. No momento em que o grupo responsável pelo panfleto se coloca como protagonista político na defesa dos ex-colonos, ele demarca que são suas interpretações sobre o passado que devem ser legitimadas e multiplicadas nas vozes de todos aqueles que ainda se mantêm nas regiões da colonização.

Esta operação também possibilita entendermos o porquê de a construção positiva da política ser dominante na fala dos entrevistados. Esse é o momento em que os testemunhos adquirem uma “ambição de autodefesa” (SARLO, 2007). Se o grupo dos ex-colonos está articulado ao ponto de manifestarem uma memória comum sobre aqueles anos, ele consegue

persuadir possíveis interlocutores de maneira a assegurar seu futuro na região. Os efeitos do social e do tempo presente na construção que os grupos fazem de seu passado é bem maior do que supomos imaginar (HALBWACHS, 2006). A imposição de uma memória comum e coletiva é condição para que esses segmentos possam reparar suas subjetividades para daí demarcarem sua presença na Amazônia do presente enquanto um grupo legítimo da história regional. Diante dos constantes debates e conflitos sobre a territorialidade amazônica, no momento em que os ex-colonos se portam como um grupo coeso, eles recuperam e reconstróem suas identidades de pertencimento à região, e o estabelecimento de uma memória comum é parte determinante desse esforço. Não podemos perder de vista que diante das aceleradas transformações do espaço amazônico, os antigos colonos podem ver sua territorialidade sendo modificada, de um lado, pela ação depredatória dos grandes agentes do capital ou, de outro, pela luta das minorias e das populações tradicionais que reivindicam sua ancestral presença na Amazônia. Os antigos colonos, portanto, representam uma classe média amazônica ameaçada pelos dois polos que historicamente se digladiam na região. Diante de um território em constante disputa, precisam então firmar sua presença e sua história naquelas localidades. Mas, como dito, o grupo político que despontou nessa organização parece ter escolhido a estratégia errada. Ao utilizar dos discursos oficiais acabou fazendo o mesmo que o governo: transformou os colonos de vítimas a beneficiados pelo programa da ditadura, o que enfraquece o pedido de pensão. Contudo, se o dinheiro está longe, eles pelo menos se demonstram capazes de reivindicar o pertencimento à região de um relevante grupo que hoje ocupa o território amazônico. E, para isso, utilizaram da reconstrução de uma memória coletiva. Dentre todo o material que me foi passado, e muita coisa ainda ficou retida, é possível observamos que os organizadores do panfleto empreenderam uma ampla pesquisa de catalogação dos antigos colonos que ainda se mantêm nas áreas de colonização. Além disso, reuniram seus depoimentos e seus antigos registros sobre aqueles anos.

O corpo a corpo entre os discursos oficiais e as histórias dos colonos é um campo relevante ao debate das relações entre Estado e sociedade. Ele nos permite o contato com as formas de circulação dos discursos da colonização e os esquemas interpretativos a ela associados. Tanto o informativo como os depoimentos dão a perceber a maneira como os colonos se apropriam dos discursos oficiais, reconstruindo suas formas de vida e produzindo uma outra sorte de experiências ligadas à história do programa de colonização. Nas relações discursivas do Estado é possível vislumbramos como a cultura encarnada e socializada, independente de seus usos, tem um papel cada vez mais central a desempenhar na construção das sociedades e nas análises dos historiadores.

No documento Altamira I, está dito que a política de colonização dirigida seria uma forma bem-acabada para demarcar, “pela presença do homem brasileiro em terras amazônicas, a conquista, para si e para o seu país, daquilo que sempre lhes pertenceu, a fim de que ninguém jamais ouse contestá-los.” (INCRA, 1972). Nessa simples frase está contida uma série de esquemas com os quais a ditadura revestiu o empreendimento de legitimidade. Primeiro, ela faz alusão a já trabalhada ideia de cobiça internacional sobre aqueles territórios. Também não é novidade que a ditadura enxergou a Amazônia como um problema de segurança nacional. Nesse sentido, a política de colonização dirigida cumpriria o objetivo de garantir a soberania nacional nas áreas de fronteira do país. No cerne da questão, estava a população a ser mobilizada pela política, pois o governo só realizaria seus objetivos caso encontrasse sujeitos dispostos a ocuparem massivamente aquelas localidades. Como o nacionalismo foi uma constante inspiração nos discursos oficiais da época, os mecanismos de convencimento utilizados pelo governo apelaram para que os colonos se transformassem em verdadeiros agentes da defesa nacional. Era uma interpretação militarista dos problemas nacionais que parece ter sido bem eficaz no contato com a população migrante. Digo isto, pois, no próprio informativo que há alguns anos circula nas regiões de Altamira, está registrado que o pedido de pensão vitalícia se faz pelo fato desses migrantes terem “defendido a Amazônia” entre os anos de execução da política.

Outro depoimento colhido em entrevista também indica a maneira com que os colonos operaram o que chamei de síntese discursiva entre suas representações e aquilo que era dito e propagandeado pelo governo da época. Falo de um trecho presente no relato de Aurindo. Ao me contar de sua decisão em vir para a Amazônia, o depoente optou por uma narrativa em que aproxima sua explicação da necessidade de defesa das fronteiras nacionais. Ele recorre ao mesmo mito de uma suposta ameaça estrangeira naquelas localidades. Seu relato aponta que foi um pronunciamento de Médici em cadeia de televisão que o convenceu ao deslocamento. Segundo ele, o antigo presidente

chegou assim, pegou um livro e jogou em cima de uma mesa e falou pra mim: “Brasileiros, eu quero que vocês me ajudem numa guerra! Não é uma guerra de sangue, mas, na mesma hora, sendo! Eu sou a arma e vocês é as balas! É a colonização da Amazônia. Que nós não pode dar o que é nosso de mão beijada pros outros, não!” (...). Aí, o Médici levantou as arma: “Não! Um pedaço do Brasil...ninguém vai vender um pedaço do Brasil!”

Aurindo parece devanear. Diz que o presidente praticamente se dirigia pessoalmente a ele. Concebe as justificativas pela ação colonialista como um chamado do Estado à guerra. O conflito, por sua vez, aparece como um fato romanceado, revestido de glória e coragem.

Contudo, seu entusiasmo parece definir um pouco da euforia que tomava conta da população brasileira durante os anos do milagre brasileiro. A colonização era, portanto, uma guerra e Aurindo se sentiu convocado a nela atuar, demonstrando também a efetividade dos discursos nacionalistas no convencimento da população pobre e rural. Contudo, de acordo com o próprio depoente, Aurindo não viria a Amazônia como soldado. A maneira com que se define me parece ser a parte mais lúcida de seu depoimento. Segundo ele, o presidente Médici era a arma e os colonos da Transamazônica, as balas. Com esta definição ele aponta com precisão o status social do trabalhador brasileiro durante os anos da ditadura: são coisas. A reificação presente em seu depoimento evidencia o sentido descartável da vida desses segmentos aos olhos institucionais. Enquanto coisas, eles não têm valor humano, e mais uma vez aparecem como meras engrenagens da expansão do desenvolvimento capitalista. Melhor, como as balas do exército no exercício de defesa da segurança nacional.

Essa é uma função importante dos depoimentos aqui oferecidos para análise. Articulados, eles compõem um leque da chamada síntese discursiva da ditadura. Juntos, nos permitem entrever o modo como a concepção governamental do período foi facilmente reproduzida no senso comum da época. Mas o relato oral é sobretudo um articulador de discursos, e assim como neles se inscrevem as normas e regras do controle institucional, também neles se apreendem as rupturas e as transformações daquilo que se quer cercear (GUIMARÃES NETO, 2012). A composição narrativa é formada então por uma rede discursiva que lhe dá sentido. Essa rede não pressupõe somente acordos e estratégias de dominação, mas também as táticas de resistência. E na contramão daquilo que me era sustentado por Aurindo, aparecia o depoimento de Nelson, dessa vez expondo numa nova linguagem a concepção de ruptura com os discursos oficiais do governo. Ciente de que sua vida nunca deixou de ser uma batalha, Nelson sabia que viria à Amazônia para lutar. No entanto, os termos em que define sua guerra são outros. Em seu discurso, Nelson era guerreiro, “os guerreiro da selva da Amazônia”, como diz ele. Contudo, os guerreiros de Nelson não vieram à região como balas do governo, mas, segundo ele, para “servir de bucha aqui pros bicho da Amazônia”.

Ao se definir enquanto “bucha”, Nelson opera uma significação de outro tipo. Ele não entende sua qualidade de coisa no sentido benevolente com o qual entende Aurindo. No primeiro caso, ser bala foi o que motivou a vinda de Aurindo para a Amazônia. No segundo, ser bucha foi a maneira que Nelson encontrou para ilustrar como as instituições entenderam o valor de sua vida. Na linguagem popular de Nelson, ser bucha é “servir de isca”, ser meio e instrumento de uma razão maior e futura.

Mas a narrativa de Nelson, quando organizada na crítica histórica, assume a forma de uma análise perspicaz a respeito da evolução do capitalismo. Quando o trabalhador percebe seu status de coisa ele não apenas desvenda os caminhos de sua proletarização, mas entende que o valor social de sua vida se reduz a um instrumento do capital e das classes e instituições que o dirigem. O problema é que o caráter descartável da mão-de-obra representada por Sr. Nelson é reforçado pelo deslocamento a que foi submetido. A migração e a mobilidade do trabalho são processos atrelados à reprodução do capitalismo no tempo presente e ambas fazem parte da experiência de colonização dirigida no início da década de 1970. Para acontecerem, mobilidade e migração dependem de um grande fluxo de mão-de-obra entre trabalhadores deslocados de seus locais de origem. E é justamente a experiência do deslocamento que reduz o valor da vida desses sujeitos, seja para as instituições que organizam e estimulam sua migração, ou seja para as possíveis empresas que pretendem explorar o seu trabalho nos locais para onde foram destinados. Desterritorializados, desorganizados e reunidos nas áreas de fronteira, locais de expansão do capitalismo, suas vidas passam a valer pouco – tornam-se coisas, buchas, como bem entende Nelson em seu depoimento.

É então a mobilidade do trabalho que aguça o sentido da exploração capitalista. Através dela, trabalhadores submetidos ao deslocamento são entendidos exclusivamente através das riquezas que deles possam se extrair. No início da década de 1970, a vida desses segmentos estava atrelada apenas aos usos que dela pudesse ser feito para garantir a exploração das riquezas contidas no solo amazônico, estas últimas, interesses únicos do capital nacional e internacional. Quando realizado o deslocamento e a ocupação daquelas localidades, as instituições da ditadura deixaram de se preocupar com os segmentos que chegavam à Amazônia para “colonizar” a região. Articulados, alguns relatos de ex-migrantes dão conta de que muitos de seus companheiros tiveram a morte como único destino possível. Isso é o que revolta Nelson e é também o que nos permite afirmar o baixo valor da vida dos trabalhadores migrantes durante os anos de implementação da política. Parte marcante do processo de evolução do capitalismo, a mobilidade do trabalho, e a acumulação de capital dela decorrente, correspondem a verdadeiros pilares da estrutura montada pela colonização dirigida. No entanto, com mais precisão, o que poderíamos designar por mobilidade do trabalho?

De acordo com Jean-Paul de Gaudemar, “com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista.” (GAUDEMAR, 1977, p. 17). Isso explicaria as atitudes sedentas das instituições e posteriormente dos latifundiários na exploração sem limites a que submetem outros homens – no caso, os milhares de trabalhadores migrantes que se deslocaram para a Amazônia sob o

controle do INCRA. Mas a partir dessa constatação pudemos melhor problematizar o fenômeno do deslocamento. A princípio podemos indicar que toda estratégia capitalista que estimula a mobilidade é ela mesma uma estratégia de mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977). Por sua vez, a nova constatação explicaria, por exemplo, o fato de que os migrantes nordestinos, aqueles cujas vidas valiam menos nas áreas da colonização, não poderiam supor outro destino que não a ida para a Amazônia. Já comentei outras vezes que no momento em que é proposta a colonização, a região Nordeste era assolada por uma grande seca. Como nunca foi posta em questão a reforma agrária naquelas localidades, milhares de trabalhadores rurais passavam a constituir uma massa de flagelados em busca da sua mínima sobrevivência. Quando o governo propõe um programa de distribuição de terras na Amazônia, esses sujeitos não têm outra escolha que não a de tentar a sorte em uma nova região. Nesse sentido é que a mobilidade desses sujeitos seria uma mobilidade forçada, pois não teriam outra escolha que não a de migrar.

De qualquer forma, essa estratégia ainda não releva a atuação de um poder coercitivo no exercício da migração. Ou seja, durante os anos em que se deslocavam para a Amazônia, o governo de fato não obrigou diretamente esses trabalhadores a migrarem. As instituições não agiram pela força, prendendo e reunindo as famílias nos aviões e mandando-as direto para a Amazônia sem que essas tivessem a oportunidade de negar aquilo que estava sendo proposto pelas instituições. Ao longo do século XX, os Estados Nacionais muitas vezes agiram diretamente de forma violenta e coercitiva, mas durante a política de colonização dirigida não podemos apenas supor que a estratégia de mobilidade foi uma estratégia forçada. Para dar conta de sua complexidade, é necessário que a enxerguemos como uma ação criada pelo governo em torno do nível de sua aceitabilidade. É óbvio que parte relevante da crítica é entendermos que a Amazônia era o único destino possível à sobrevivência de boa parte das famílias que decidiram para lá se direcionar. Mas ainda assim é preciso sustentarmos que elas decidiram e não foram realmente obrigadas pela força a se deslocarem. O que podemos afirmar, de outro modo, é que a escolha por migrar é ela mesma uma produção, uma artificialidade, uma invenção criada no nível discursivo do controle governamental e das instituições. Nessa astúcia residem os mecanismos em que a ditadura foi capaz de criar um clima de positividade em torno de suas políticas, construindo um modelo de adesão da população pobre e rural aos programas de governo, constituindo enfim, as bases de sua legitimidade.

Ao longo de todo o trabalho venho expondo que a Amazônia da ditadura foi um território criado segundo o esboço teórico e prático da reprodução capitalista. O estudo da colonização dirigida vem complementar essas análises demonstrando como essa expansão é capaz de sujeitar as forças do trabalho e, no limite, produzir entre os próprios explorados a base

de apoio das instituições que articulam sua dominação. Desde o primeiro capítulo, portanto, optei por trabalhar com os saberes e discursos que criam e validam os caminhos da intervenção governamental, sem deixar de denunciar seus compromissos para com a exploração da natureza e das pessoas, enfim, para com a reprodução do capital. Este cruzamento é mais uma vez aqui validado à medida que só poderemos entender a economia capitalista da colonização quando apontada a maneira com que as instituições põem a funcionar um jogo disciplinante dos corpos e da força de trabalho. Ou seja, para garantir que o deslocamento fosse ele mesmo uma escolha dos migrantes, e não uma forma obrigatória levada à força pelo governo, foi preciso que as instituições colocassem em prática uma disciplina produtora de corpos permanentemente dóceis. Mas uma vez as análises do capitalismo se abraçam às problemáticas introduzidas por Michel Foucault, dessa vez em seus estudos sobre a instituição penitenciária (FOUCAULT, 2013). Segundo o autor, “é dócil o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (FOUCAULT, 2013, p. 116). Como o deslocamento é uma ação que atenta contra os corpos, reordenando massivamente o local de vida e trabalho de milhares de famílias, não é demais a suposição de que, para ser realizada a política, o governo tivesse que produzir esse nível de docilidade, isto é, de baixa resistência e grande aceitabilidade entre aquilo que estava sendo proposto pelas instituições e que, portanto, não remetia apenas à escolha individual pela mudança. Essa discussão está na base daquilo que apontamos quando discutido o conceito de colonização. Também como proposto por Foucault (2008) e já aqui referenciado, a produção da docilidade envolve as imagens de uma população consciente do que quer (ir à Amazônia), mas inconsciente daquilo que se quer fazer com ela (sua exploração e sua instrumentalização ao nível da expansão capitalista).

A essa altura a economia política se transforma numa anatomia política, onde o corpo emerge como um local de disputa para a realização do projeto da colonização (GAUDEMAR, 1977). Para realizar os objetos do deslocamento e cumprir os pressupostos da mobilidade do trabalho foi preciso que as instituições da ditadura fabricassem corpos submissos e treinados, corpos dóceis. Toda a maquinaria criada em torno da colonização apostou nessa fabricação. Desde as campanhas de vacinação (uma evidente ação médica sobre os corpos), passando pelas razões utilizadas para selecionar e recrutar os grupos em seus determinados locais de procedência, até os discursos nacionalistas utilizados para criar a adesão ao projeto; todos tiveram como objetivo político aumentar a força dos corpos nos termos econômicos de sua utilidade, mas também diminuir essas forças em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2013). A mobilidade do trabalho presente na experiência da colonização combina, portanto, aquilo que nos é apresentado, por exemplo, nos depoimentos de Nelson: um cenário desolador,

dramático, marcas de um processo ilusório criado no ato desumano da polarização capitalista do espaço (GAUDEMAR, 1977). Por outro lado, como nos faz crer boa parte da narrativa de Aurindo, a mobilidade se apresenta de forma desejada pelos trabalhadores, capaz de lhes trazer determinadas vantagens pessoais, desejáveis para o bem-estar coletivo e para o crescimento (GAUDEMAR, 1977).

De outro modo, também não acredito que acarretaria numa confusão teórica, ou num erro, a definição simples de que a forma desejada do deslocamento corresponde a uma versão fetichista e alienante da migração. Aos olhos da população dos campos, as variadas formas de êxodo rural ao longo da história do Brasil nos fazem crer que a população dessas áreas entende o ato de buscar novas formas de vida em outros locais de trabalho como um caminho para maximizar a satisfação de seus desejos, principalmente quando os locais a se direcionarem constituem os centros urbanos, arrastando consigo os seus atrativos de civilidade e consumo. No nosso caso, porém, esse efeito diminui, tendo em vista que o deslocamento da colonização dirigida na Amazônia se dá por uma migração do tipo rural-rural. Além disso, argumenta contra o fetiche e a alienação o fato de que sair do Nordeste naquele momento foi uma escolha pela mínima sobrevivência entre boa parte dos migrantes. No entanto, se em algum momento a decisão desses trabalhadores tenha sido influenciada pelo fetiche ou pela simples alienação, bastaram alguns anos de experiência na Amazônia para que eles entendessem a subalternidade de seus papéis na região. De maneira geral, é perceptível em suas memórias que os poucos cuidados institucionais dos primeiros anos da colonização se transformaram num completo abandono dos colonos por parte do governo na região. Nelson comenta que após a saída de Médici e, portanto, após a mudança de rumos no planejamento governamental da época, as instituições, ao privilegiarem a entrada de grandes projetos e de grandes latifundiários, abandonaram os colonos de outrora: “Abandonaram... que nós ficamos três anos sem recurso aqui, pra nada! Os caminhoneiros que vinha lá de fora, parava e atolava, entrando na mata e cortando de facão. Abandonou a estrada!”.

É relevante o fato de que o entendimento da mudança de objetivos do governo para com a Amazônia, ou seja, o abandono dos migrantes, se dá, nas palavras de Nelson, através da acusação de um total descuido das instituições para com a estrada. A Transamazônica, obra faraônica do governo Médici, antes grande símbolo do milagre brasileiro, em poucos anos é deixada de lado pela ditadura para que se pudesse privilegiar outros grandes empreendimentos

na região⁷¹. Aos migrantes, o descuido com a rodovia torna-se a grande prova material do abandono a que foram relegados. Depois da intensa propaganda em torno de sua abertura, causava espanto o fato do governo em poucos anos ter abandonado o projeto megalomaniaco da Transamazônica; projeto este cuja ocupação de suas margens era um dos grandes objetivos.

No conjunto de fotografias que me foi cedido pelo grupo organizado de ex-colonos, uma imagem representa bem essa consciência do abandono. A imagem diz pouco quanto a seus elementos visuais, mas se torna importante à discussão à medida que expõe o trabalho do grupo que realiza um resgate da memória dos anos da colonização.

(Arquivo de ex-colonos da Transamazônica. Autor desconhecido)

Estas fotos são de um grupo reunido para concertar os buracos da transamazônica em 1975 – 1976, quando o INCRA e o DNR nos abandonaram.



Como dito, os elementos visuais da foto não são tão significativos. Eles reúnem um grupo de homens numa estrada que se supõe ser a Transamazônica. Com suas enxadas em mãos, esses homens tentam tapar os buracos da rodovia. Mais importante é a legenda, criada pelo

⁷¹ Mas uma vez, a produção de César Martins é a grande referência quando o assunto é a mudança das perspectivas para com a rodovia. Seus estudos confrontam como a Transamazônica, na consciência nacional, passa de um elemento de otimismo para uma ideia de fracasso, seja através da memória, do debate realizado na imprensa nacional ou mesmo diante das preocupações institucionais do regime.

grupo que se organiza em torno do pedido de pensão aos antigos colonos. Nela está dito que o registro acima foi feito em 1975/1976, período de início do governo Geisel e da substituição de prioridades na política direcionada pela ditadura para a Amazônia. De acordo com o que é dito pelo grupo de ex-colonos, esses anos são o marco do abandono cometido por parte do INCRA e do Departamento de Estradas e Rodagem (DNER e não DNR, como indicado na legenda). Mais uma vez, a leitura de que os colonos foram preteridos nas políticas direcionadas à Amazônia é feita pelo descaso do governo para com a estrada. A imagem que simboliza o abandono, como eles próprios gostam de se referir, é então aquela que demonstra o descuido com a infraestrutura da rodovia a partir de 1975, portanto, a partir da entrada do general Ernesto Geisel na presidência da república. Na imagem e legenda, chama atenção o argumento de que, esquecida pelo governo, o cuidado para com a rodovia se tornara uma responsabilidade dos próprios colonos.

Nos estudos que conformam um olhar diferenciado sobre a mobilidade do trabalho e sua importância no capitalismo está dito que a força de trabalho móvel pode ser deslocada sem maiores tensões e sem gastos sociais importantes (GAUDEMAR, 1977). Assim como pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento, pode ser devolvida aos locais de procedência, ou, inclusive, ser abandonada à própria sorte nos destinos da migração. O caráter descartável desses trabalhadores define a atitude governamental de abandono, assim como todo o sofrimento que lhes foi imputado nas áreas da colonização. Mais uma vez, insisto na tese de que a função a ser desempenhada pela mão-de-obra migrante já estava garantida durante os quatro anos de exercício do governo Médici. Após 1974, a substituição de prioridades na Amazônia atende a execução dos principais objetivos da ditadura na Amazônia. Esse desfecho é capaz de ser atribuído por qualquer um que se debruce a entender a história da colonização. Na verdade, ele é tão certo de ter acontecido que também se faz presente entre as conclusões dos próprios colonos. Mesmo para Aurindo, migrante que se posiciona a favor dos intentos da ditadura na Amazônia, a força de trabalho migrante serviu como instrumento de abertura do espaço amazônico à grande propriedade:

Nós sofremos muito porque o maior queria engolir nós. Nós, depois que fizemos pra poder engolir, porque quem faz o desenvolvimento da terra é o pequeno. O grande só vem depois que tá o prato feito. Aí tem 3.000 hectares, 2.000, 1.000 hectares. Mas, por fora aí, do colono, porque nós abrimos a brecha pra eles entrar!

Dessa maneira, as questões relativas à mobilidade do trabalho não funcionam apenas como um recurso às análises do deslocamento em si. Para além das maneiras com que a mobilidade assegura a repartição dos indivíduos e dos espaços a eles correspondentes, ela nos permite o entendimento de que a disciplina capitalista também organiza os trabalhadores num

esquema de enquadramento de suas atividades. Aos colonos, portanto, cabiam abrir as brechas no espaço amazônico para entrada dos grandes latifundiários. A partir daí, como nos indica Aurindo, eles foram posteriormente engolidos pelos grandes projetos. Portanto, na história da colonização, não encontramos somente os pressupostos que definem aonde os trabalhadores deveriam ser alocados. A execução da política também nos indica o tipo de atividade a que viriam desempenhar grande parte dos colonos, o que nos permite inferir que a mobilidade do trabalho é, em última instância, “a dimensão econômica mais geral da docilidade dos corpos dos trabalhadores.” (GAUDEMAR, 1977, p. 53).

Se a mobilidade do trabalho e a produção de corpos dóceis é um fator determinante para a fabricação, entre os próprios trabalhadores, da aceitabilidade de sua exploração, qual seria, por oposição, a tática de resistência que poderia ser fundada e estimulada entre esses grupos na sua relação com a disciplina, com as instituições e o Estado? Nos estudos de Gaudemar, a questão não fica sem resposta. Para o autor, a resistência se encontra na própria história de luta desses trabalhadores, mais precisamente quando estes reivindicam os direitos deles próprios ordenarem os seus espaços, de criarem seus dispositivos escolares, de proporem suas formas de acesso aos empregos, enfim, quando juntos proclamam os seus direitos à imobilidade coletiva.

E o direito à imobilidade coletiva

é o direito de manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida, é o direito de recusar um êxodo com promessas ilusórias, é também o direito de escolher, o direito à automobilidade, o direito a uma mobilidade individual livremente assumida. É o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar.

O que está sendo proposto pelo autor da citação acima não me parece um esquema teórico distante da prática dos próprios sujeitos em luta. Quando tomamos a Amazônia como exemplo é possível enxergamos o direito à imobilidade justamente como uma das expressões da luta de seus povos tradicionais. Ao defender seu pertencimento às regiões de floresta, esses povos resistem ao processo de expansão capitalista que visa deslocá-los de suas regiões, retirá-los de seus locais de moradia e trabalho para jogá-los no movimento de uma mão-de-obra que engrossa as fileiras da mobilidade capitalista. Defender a sua territorialidade e as suas formas de vida é ir ao encontro dos direitos de se manterem aonde vivem, recusando as promessas ilusórias do êxodo ou da urbanização. Dessa maneira, esses sujeitos reivindicam a ordenação dos seus espaços, defendem um modelo de educação em que seus referenciais estejam inclusos, além de legitimarem uma forma autônoma de acesso ao emprego e ao trabalho. Essas, de maneira geral, são as reivindicações dos povos tradicionais que habitam a floresta amazônica. Juntas elas desembocam, portanto, na defesa de um direito à imobilidade. A luta pelos direitos

desses segmentos acompanhou a resistência dos povos da floresta às tentativas de assalto institucional da região amazônica promovida pelas ações do regime. Também já apontamos aqui que essas reivindicações cresceram no quadro de ressaca das intervenções da ditadura e todo estrago que causaram na região. Mesmo diante do irreversível dano causado pelo regime na Amazônia, torna-se importante destacarmos que em nenhum momento o caráter traumático de seu governo foi suficiente para emudecer os segmentos que a ela resistiram. O que enxergamos na Amazônia é na verdade o oposto disso. Foi “quando despontaram as condições de transição, que os discursos começaram a circular e demonstraram ser indispensáveis para a restauração de uma esfera pública de direitos.” (SARLO, 2007, p. 47). A citação de Beatriz Sarlo tenta dar conta do que ocorreu no fim das ditaduras latino-americanas, após esses governos terem cometido seus bárbaros crimes contra as oposições políticas organizadas sobretudo nas cidades. Mas a Amazônia tampouco saiu ao largo desse processo. Ao fim da ditadura no Brasil, organizados, os povos da floresta conseguiram articular suas lutas e seus discursos para serem partes determinantes na formação de uma esfera pública de direitos, como aponta Sarlo, o que, no Brasil, correspondeu à criação da constituição promulgada em 1988. E para se fazerem presentes nos debates políticos da época, reivindicaram, por fim, o seu próprio direito à imobilidade.

A abordagem da resistência é, portanto, fundamental para abrandarmos o quadro de controle total da região levado a cabo pelo governo e pelos agentes do capital. Contudo, se até aqui privilegamos a concepção normativa que criou a Amazônia da ditadura, a questão da mobilidade do trabalho na colonização segue sendo um sinal e um fator do planejamento econômico concebido por àquele governo na região. A mobilidade deve então ser vista como mais um campo onde está em jogo a maneira com que o regime em questão codificou suas ações. Também através dela foi que a ditadura estendeu à região suas estratégias de desenvolvimento e segurança. Os caminhos que nos levam à questão da mobilidade do trabalho são os mesmos que nos levam ao entendimento de como o regime promoveu as táticas que equilibraram a sua gestão. A mobilidade do trabalho é mais uma ação onde a ditadura pôs a funcionar todas as suas forças e discursos sobre a Amazônia.

3.4 Colonização dirigida: a política-síntese da ditadura na Amazônia

Passamos, então, ao tópico que encerra o miolo do texto. Em outros termos, pretendo, neste desfecho, justificar a opção pelo trabalho com a colonização dirigida. Desta vez, o central não constitui a recuperação dos personagens do governo, aqueles que acompanharam a execução dos projetos da ditadura na região. Ainda que recorra às memórias, gostaria de fixar a importância da colonização dirigida como uma espécie de “política-síntese” do regime na

região. Nela estão congregados os discursos criados pela ditadura para intervir na Amazônia, assim como através dela também é possível o contato com o conjunto de medidas e ações que modificaram o espaço regional em expansão. No ponto em que encerro o debate, veremos como a colonização dirigida sintetiza os esforços por desenvolvimento e segurança, metas substanciais do governo que tomou conta do Brasil entre 1964 e 1985. Não podemos esquecer que desenvolvimento e segurança, articulados, funcionaram como os grandes agentes da experiência autoritária na Amazônia, região que se tornou o laboratório de um novo Brasil ao longo da gestão dos militares. Além disso, por ter sido fundada em meio ao crescimento econômico dos anos Médici, a colonização é uma política fundamental para ensaiarmos as discussões em torno da legitimidade da ditadura, aprofundando, agora, o que de uma maneira ou de outra estamos apontando ao longo de todo capítulo.

Para efeito de fim, numa narrativa que postula a circularidade, retomemos a importância dos discursos oficiais, aqueles insistentemente trabalhados desde o início do presente texto. Nos documentos que detalham o planejamento da colonização, também é possível o contato com uma série desses discursos, todos responsáveis por criar as imagens e os significados que acompanham a intervenção da ditadura na Amazônia. Mais que isso, esses discursos são capazes de inventar uma nova realidade amazônica, fabricar um território disponível e legítimo às transformações com as quais estava comprometida a ditadura. Nessa abordagem é preciso insistir que a análise desses discursos não pretende revelar o conteúdo oculto da retórica governamental. Os discursos do regime são diretos e precisos e são eles que pretendo apresentar para validar o princípio de que a ditadura arquiteta uma nova concepção sobre a região. Como indiquei acima, a política de colonização é ela mesma uma síntese das intervenções do regime e, como tal, os discursos que a apresentam não fogem à regra geral da Amazônia inventada pela ditadura. Isso é o que podemos ler em um trecho do informe do INCRA intitulado *Colonização na Amazônia Brasileira*, nele está dito que:

A ideia de colonizar a Amazônia nasceu de uma necessidade, tornando-se um imperativo categórico. Aceitou-se o desafio, e aquela floresta compacta, misteriosa e incógnita, tão perto de nós, e de vida tão afastada, sofre o impacto do planejamento físico-espacial, sócio-cultural e econômico, fazendo eclodirem a civilização e o progresso em seu contexto ambiental (INCRA, s/d).

Boa parte das assertivas apresentadas na citação comungam da racionalidade que a ditadura fundou para intervir na região e aqui já foram discutidas. A novidade é que agora elas estão reunidas em torno das justificativas para execução da política de colonização dirigida. Segundo a retórica oficial, colonizar a Amazônia é uma necessidade, um imperativo, criando o efeito de que não há outra saída para região que não a de acelerar o conjunto de obras em seu

território. A ação que o regime pretende levar a diante, no entanto, não é fácil. Como vimos, mais uma vez cria-se o efeito de que a colonização é um ato de ousadia e coragem institucional, ou seja, um desafio, argumentando em favor da originalidade dos esquemas que são propostos por aquele governo para modificar a região. Também destaco, entretanto, as imagens criadas para se referir ao território amazônico, um lugar misterioso, uma incógnita, o que nos faz recuperar a ideia de que mesmo que a ditadura seja capaz de fundar uma nova discursividade sobre o regional, ela ainda o faz ligada à continuidade de um arquivo discursivo sobre a região. Ao apontarmos a árvore genealógica dos discursos sobre a Amazônia, vimos como o imaginário dos primeiros conquistadores europeus foi estimulado em torno de concepções fantasiosas frente o desconhecimento da região. Este desconhecimento era representado na densidade das florestas e dos longos cursos de rios caudalosos, mas também pelo contato pioneiro com as múltiplas etnias indígenas que habitavam aquele território. Séculos depois, a Amazônia, portanto, seguia como um enigma aos tecnocratas da ditadura e é justamente essa condição que os estimula a desvendá-la. Contudo, diferente do que se apresentava nos primeiros anos da conquista europeia, dessa vez o governo detinha um elaborado plano para desvendar a região encoberta pelo véu do desconhecido. Esse seria o impacto do planejamento do qual a colonização é resultado, um esforço racional para o entendimento “físico-espacial, sociocultural e econômico” daquelas localidades. O objetivo? Fazer eclodir a civilização e o progresso nas áreas onde domina um contexto ambiental.

Este é o compromisso da ditadura. Retirar a Amazônia de um suposto atraso que lhe é característico. As matas e florestas seriam então inimigas dos homens e da civilização, necessitando, portanto, serem ocupadas e transformadas em nome do progresso. A oposição natureza/cultura é mais uma vez conclamada, dessa vez para justificar a política de colonização. Nessa concepção, o espaço natural é ao mesmo tempo entrave e recurso ao enriquecimento e produtividade. Vista como entrave, cria-se a ideia de que é urgente e desafiante a transformação dessas localidades. Entendida como recurso, cria-se a legitimidade da intervenção, vista como necessária ao crescimento e ao enriquecimento, meta do homem econômico de um capitalismo em expansão. Mas a principal manobra desses discursos que acompanham a intervenção ditatorial na Amazônia segue em supor e fazer crer que seu território representa um vazio. Pois a modificação de hábitos e sujeitos é mais custosa e violenta do que a derrubada de florestas e exploração de recursos naturais. Nesse sentido é que os discursos da colonização, produto de toda racionalidade criada pelo regime, concebem o dever de intervir numa localidade que é ao mesmo tempo “tão perto de nós, mas de vida tão distante”. Se está perto, cabe ao governo federal o dever de toma-la para si – manifestando os compromissos e fixação da ditadura para

com as questões de soberania. Contudo, a vida amazônica é distante, ou seja, naquela região não se faz presente, cabendo ao programa de colonização realizar a ocupação humana que lhe falta, demarcando, mais uma vez, o automatismo da assertiva de espaço vazio, mas, sobretudo, a violência em tornar invisíveis as formas de vida que já estavam presentes naquelas localidades. Entendidas como meras extensões dos espaços naturais de floresta, as vidas desses sujeitos são assimiladas ao barbarismo. Juntas às matas constituíam entraves ao desenvolvimento. Para que a cultura acelerasse sua marcha, no momento em que são invisibilizadas na retórica governista, só nos resta acreditar que, na concepção oficial, essas vidas seriam postas a baixo junto com as árvores da floresta.

Com o parágrafo anterior, vimos que não se trata somente de repetir aquilo que postulam os documentos oficiais. É preciso problematizar a narrativa que compõe o entendimento do governo sobre a região, dilatando seus discursos para apresentarmos as tensões e práticas que a eles estão atreladas. Mas como não existe discussão histórica sem a apresentação de fontes, outro esforço de pesquisa, que vale tanto quando a produção dos resultados da escrita, é o entrecruzamento de documentos de variadas naturezas. Para seguir com o debate, alguns registros fotográficos cedidos pela família Médici ao IHGB, tornam-se fundamentais para melhor compreendermos os discursos atrelados à política de colonização. As fotografias que apresentarei a seguir foram tiradas por um fotógrafo que acompanhou a visita de Médici à Transamazônica no início das obras de abertura da rodovia, momento paralelo ao programa de ocupação de suas margens pelos trabalhadores que para lá foram enviados com apoio do INCRA.

(IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido)



Diferente das imagens que constituem os arquivos dos próprios colonos, a fotografia acima tem cores, o que me permite afirmar que foi tirada por alguém que detinha um recurso técnico avançado para época. Se tratando do registro do então presidente, e uma vez encontrada em seu arquivo pessoal, a imagem foi então concebida para fins oficiais e pode ser lida como parte dos discursos criados pelo Estado brasileiro no seu esforço de representação da Amazônia. O registro é uma imagem da inauguração das obras da Transamazônica. Na fotografia, Médici descobre a placa utilizada na cerimônia. Ela está pregada em um tronco de castanheira cortado em sua base. Até hoje a placa se encontra em um monumento na cidade de Altamira, conhecido popularmente como “pau do presidente”. No texto, lê-se: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde. Altamira 9 – outubro – 1970”.

As obras da Transamazônica e o programa de ocupação de suas margens foram um baluarte das políticas direcionadas pelo regime à região. O governo de Médici fez questão de registrar suas ações como um marco de colonização e conquista. A utilização do conceito de colonização na linguagem oficial, e sua aproximação aos significados de uma conquista, remonta a ideia de que colonizar não se resume à ação dos anos do descobrimento europeu, mas também está atrelada ao processo mesmo de expansão do capitalismo brasileiro – uma

apropriação conceitual que resgata as investidas de séculos passados, mas dessa vez também atrelando novos significados ao verbo. Mesmo tão distantes temporalmente, as ações do período colonial e a intervenção militar na Amazônia, são parte de uma atividade governamental que visa o domínio de territórios. Tanto em uma como em outra, está em jogo uma metrópole que pretende levar a civilização a um mundo bárbaro, selvagem e verde, como aponta o texto contido na placa. Retirar a Amazônia de sua condição de atraso, na linguagem oficial, é realizar um processo de aceleração de sua história. Este é o sentido do próprio progresso, promover uma “arrancada histórica” como aponta o registro do “pau do presidente”.

Mas para além do texto contido na placa, a fotografia acima, em seus elementos visuais, também manifesta uma dada dizibilidade sobre a região. Ora, como mostra a imagem, não é fortuito o fato da placa estar sustentada em um tronco de castanheira – árvore símbolo da vegetação amazônica. Nota-se no registro que o tronco foi cortado em sua base, restando praticamente um toco ligado às raízes, tendo em vista a grandeza da castanheira. Essa simbologia mais uma vez nos remete à oposição natureza/cultura, criada nos esquemas de intervenção da ditadura na Amazônia. Ao cortar a árvore que é utilizada no cerimonial, a racionalidade do regime nos indica que a presença das formações naturais amazônicas faz parte de um passado a ser superado. Se junto ao presidente as árvores estivessem ali, intactas, era como se elas significassem a incompetência institucional em alavancar o processo civilizatório. A natureza é inimiga da cultura e da civilização. No ritual da ditadura era preciso que a árvore aparecesse cortada, morta, demonstrando que o compromisso do regime era com a transformação do espaço natural amazônico. E para transformá-lo, portanto, era preciso pôr abaixo as árvores que compõem a floresta. Na retórica da ditadura, excetuando aquilo que nos foi apresentado pelo III PDA de Figueiredo, não existe preocupação ambiental quando o assunto é Amazônia. A floresta não merece ficar em pé, pois as árvores são elas mesmas uma opressão à soberania e ao desenvolvimento. Esse ritual bizarro das instituições governamentais da época é a própria expressão da mudança do cotidiano daquelas localidades. A partir de 1970, era cada vez mais comum o barulho de tratores, serras-elétricas ou até mesmo machados que punham abaixo as árvores da região. A ditadura estava comprometida em enfrentar o que se entendia outrora por “inferno verde” e o desmatamento era a principal condição desse enfrentamento – somente ele poderia abrir espaço à entrada do capitalismo e da civilização.

A fotografia da inauguração é somente uma das cenas que formam o registro da presença de Médici na Amazônia. No arquivo da família Médici cedido ao IHGB, existem outros retratos da cerimônia de inauguração. Neles, posam ao fotógrafo alguns representantes do governo, o presidente e a primeira dama, todos juntos ao tronco de castanheira cortado em sua base.

Quando não parece o tronco junto aos oficiais, Médici está hasteando a bandeira nacional ao lado da placa, ou simplesmente retirando o pano verde e amarelo que a encobria. Ao redor, algumas pessoas vestidas com uma espécie de camisa comemorativa que faz alusão à rodovia (seriam os próprios colonos?) assistem ao ritual nacionalista, bem à maneira dos militares e do exército, instituição de onde sai Médici para ocupar a presidência. O perfil militarista do governo parece ser uma questão óbvia entre aqueles que se interessam pelas discussões a respeito da ditadura. Mas mesmo o óbvio é importante de ser provado e para termos uma ideia do que representava um executivo militar, apresento uma das imagens que compõem os registros de Médici na região. Ela é singular, pois através dela é como se nos transportássemos para a época e, assim, nos permitisse o contato com o cotidiano de um país sob o julgo de uma ditadura militar:

(IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido)



Alguns elementos da imagem precisam ser apresentados para melhor percebermos o perfil militar do governo e o que isso representava no cotidiano nacional, quando o povo tinha a oportunidade de estar em contato direto com as instituições e seus principais representantes. Primeiro, ao centro, Médici caminha junto a alguns assessores de seu governo. Na verdade, ele não caminha, desfila no meio de uma pista enquanto a população, devidamente perfilada, acompanha a passagem do general-presidente. As pessoas que o assistem portam uma série de bandeiras, objeto símbolo da nacionalidade, do regionalismo, enfim, de um pertencimento coletivo. Mas à direita e ao fundo, um grupo de soldados aparece organizado, também

devidamente perfilado e prontos para a marcha. Note que apesar de toda organização militarista, Médici não está em trajes oficiais do exército, mas alguns homens que o acompanham sim, o que demonstra que o cerco do governo era composto pela alta patente militar. É possível que o fato de Médici não estar vestido como militar, remeta às tentativas do regime em criar uma imagem popular de seus maiores representantes, no esforço de aproximá-los ao conjunto civil da sociedade brasileira da época.

A metodologia que auxilia na análise da fotografia enquanto fonte histórica, indica que ela “deve ser considerada como um produto cultural, fruto do trabalho social de produção sígnica.” (MAUAD, 1996, p. 11). Nesse sentido, tanto os registros de Médici diante da castanheira amputada como a fotografia de seu desfile, são recursos utilizados pelo governo da ditadura para veicular suas atitudes e representações. As imagens em questão, seu registro, também são fontes que atuam como “eficiente meio de controle social, através da educação do olhar” sobre essas imagens.” (MAUAD, 1996, p. 11). Juntas, as fotografias em questão formam o olhar institucional da ditadura sobre a Amazônia e auxiliam na cristalização de seus discursos sobre a região. Quando o governo resolve pela visita do presidente às áreas de colonização, quando escolhe que essa visita seja marcada por uma série de cerimônias, e, por fim, não satisfeito, opta por registrar esse acontecimento, ele está atento de que seu objetivo é produzir uma nova territorialidade naqueles espaços, transformando o cotidiano daqueles locais sob novos signos e representações. Os registros fotográficos oficiais resultantes da visita de Médici são vetores potentes para a produção de um novo espaço amazônico, pois a própria imagem fotográfica é resultado de uma transformação espacial:

Chegou-se à conclusão de que a noção de espaço é a que domina as imagens fotográficas explícitas. (...) toda captação da mensagem manifesta se dá através de arranjos espaciais. A fotografia é uma redução um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante (LEITE, 1993, p. 19 apud MAUAD, 1996, p. 14).

Só conseguiremos melhor medir a relevância dessas imagens na representação do espaço amazônico, quando assinalada a tradição imagética da visualidade regional ao longo de sua história, assim como dos discursos que a tentaram fixar essa visualidade sobre determinados pressupostos. Antes de tudo, devo apontar que a cultura visual amazônica remete à história da região desde os tempos pré-coloniais (SIMONIAN, 2007). Quem nunca se deparou com a valorização das inscrições rupestres presentes na região ou com a arte cerâmica e as pinturas indígenas, tão valorizadas em encontros sobre a cultura local ou nos museus que montam exposições a respeito da história amazônica? Assim como as fotografias, esses elementos fazem parte da cultura visual local. Mas o debate não se encerra com as expressões dos povos

tradicionais da pré-colonização. A visualidade regional também está presente no cuidado de estudiosos e missionários que produziram uma documentação onde se encontram uma série de “mapas, desenhos, croquis projetos arquitetônicos.” (SIMONIAN, 2007, P. 25). Também não podemos esquecer da imagética produzida nas primeiras cartas e mapas da conquista, onde encontram-se desenhos “quer de recursos naturais, quer de seres humanos e/ou mitológicos.” (SIMONIAN, 2007, P. 25). Os séculos XVIII e XIX também não escapam dessa tradição. Os viajantes naturalistas revelaram-se tanto como exímios pesquisadores como talentosos desenhistas, produzindo os registros de sua fauna e flora, assim como mapas de outro tipo daqueles realizados nos tempos da colônia. Na esteira da história, a fotografia entra em campo para ser mais um meio de produção da cultura visual amazônica. Esta não parou de se multiplicar e até as recentes imagens de satélite entram no bojo do registro cultural de suas imagens (SIMONIAN, 2007). Mas quando nos deparamos com as fotografias produzidas pela ditadura na região é preciso assinalar que elas se inserem no quadro de disputa dessa produção imagética sobre a Amazônia. Seus registros atendem à tentativa de se assinalar uma nova realidade material da região; suas imagens são também novas concepções teóricas sobre o regional e, tomadas em conjunto, expressam novos comportamentos e sensibilidades sobre o território a que pretendem intervir.

As imagens do arquivo de Médici nos fazem pensar que a cultura visual da Amazônia da ditadura é aquela onde não há espaço para as árvores nem para a floresta; uma vez cortadas, cederiam espaço ao cotidiano da técnica, do nacionalismo, com a presença marcante dos militares e sob o rígido controle de suas instituições. Derrubar a floresta para alavancar o desenvolvimento, ocupar antigas regiões de floresta com pessoas e militares para garantir a segurança nacional – essas, dessa vez, são as expressões da imagética do governo ditatorial na Amazônia. Como tal, são resultado de toda maquinaria discursiva e de todo planejamento institucional que acompanham as discussões do trabalho.

Dentre as fotografias do arquivo de Médici, existe uma que nos permite o contato direto com as formas de representação simbólica do poder político. Considero a imagem um exemplo clássico da relação entre governantes e governados. Ela capta um momento de encenação onde o chefe político tenta se aproximar da população migrante da Transamazônica. Não é raro o momento em que políticos e racionalidades governamentais tentam explorar os sentimentos populares na constituição de uma imagem mais humana de seus governantes. Para isso é preciso que os representantes criem momentos para estarem o mais perto possível de sua base política. Não só isso, é preciso que manifestem afeto para com a população governada sem esquecerem de serem altivos, mas também comuns como os homens do povo.

(IHGB – Arquivo pessoal de Garrastazu Médici. Autor desconhecido)



Médici foi o presidente da ditadura que mais explorou a constituição de sua popularidade. Parafraseado Elio Gaspari, o general passou todo o seu governo indo aos estádios de futebol com o radinho de pilha colado ao ouvido, prática ainda corriqueira do homem comum brasileiro (GASPARI, 2002). A ideia era estar mais perto do povo, produzindo uma imagem civil do militar de patente, enquanto sua polícia política reprimia com vontade e sadismo os sujeitos das organizações de resistência ao regime. Durante sua visita à Transamazônica, não foi diferente. Mesmo estando no início do seu governo, Médici já apontava que construir uma imagem popular de sua figura e de sua gestão seria sua prática. Na imagem acima, o general-presidente beija uma criança, provavelmente uma menina, filha de alguma família de colonos ou simplesmente uma figura já residente nos arredores de Altamira. Ao lado, outras crianças vestem uma camisa em alusão à Transamazônica, onde borradamente nota-se um mapa do Brasil gravado por uma cruz. Médici está à vontade, mais uma vez sem trajes militares e ainda sem o terno e gravata presente na solenidade de inauguração e no desfile captado em outras fotografias aqui discutidas. Ao fundo, outro fotógrafo registra o extraordinário acontecimento: o presidente, em pessoa, visitava as áreas de colonização da Amazônia e se punha em contato com a gente comum daquelas áreas. O argumento maior é a simplicidade do chefe do executivo nacional. No corpo-a-corpo com a população deveria mostrar que era igual aos demais, sensíveis a suas causas, compromissado com a gente comum e por isso legítimo para ocupar o comando da nação.

Quando perguntei a Aurindo da visita de Médici, o defensor dos anos da ditadura logo apontou que o efeito criado pela fotografia foi o mesmo que o fez se render ao general: “Ah, conversava com ele, assim como nós tamo conversando aqui, ó! Ele *desapiava* [?] ali no aeroporto – ele e o aviador – e ele dirigia assim, de manga de camisa e falava com todo mundo. Dava a mão, pegava na mão. O gaúcho era trabalhador mesmo!”. Aurindo é um exemplo da capacidade de captura e conquista operada pelas encenações do contato entre político e população. Ele fala da simplicidade da roupa utilizada por Médici – “manga e camisa” – como aparece na foto. Diz que Médici era trabalhador, homem comum e do povo, pelo simples fato de se pôr em contato direto com os indivíduos da Transamazônica.

Outro que não escapou da já banal, mas sempre efetiva astúcia de construção da popularidade, foi o Sr. José Martins. Perguntei-lhe: “[entrevistador] O senhor chegou a ver a visita do presidente Médici aqui?[entrevistado]: Cheguei! Peguei na mão dele! Ele pegou na mão de um por um. Lá na serraria foi feito um formato de fila, assim, e o Presidente saiu pegando na mão de um por um”. A primeira lembrança de Zé Martins a respeito da presença de Médici na região remete ao contato físico que teve com o general. A força da encenação governamental é tanta que de maneira automática e efusiva me respondeu o entrevistado que havia tocado na mão do então chefe maior. Sua memória é orgulhosa e o contato com o general é um grande acontecimento de sua vida, ocupando um espaço de destaque na narrativa dessa testemunha da colonização. Não satisfeito com a resposta e conhecedor da defesa que José Martins fazia da ditadura, insisti:

[entrevistador] O que o senhor lembra da figura dele? Tem alguma história pra contar? [entrevistado] A história que eu tenho é que foi um bom presidente na época, né? Todo mundo fala de ditadura, ditadura, mas hoje a gente vê uma bagunça tão grande que no tempo da ditadura não aconteceu isso. Tinha toda a liberdade aqui. Todo mundo com dinheiro. Todo mundo trabalhando e todo mundo feliz! Hoje você vê, tá trabalhando e tem quatro, cinco atrás pra te roubar o dinheiro, rapaz! Te enganar...e, naquele tempo, isso não existia.

Esse é mais um relato que aponta para uma interpretação positiva dos anos do regime. O fato novo é que essa benevolência da comunidade da Transamazônica para com a ditadura não pode ser pensada sem a representação que esses sujeitos fizeram da visita de Médici aos locais da colonização. Mesmo que o entrevistado argumente que a grande contribuição do militarismo daqueles anos tenha sido a sensação de segurança, a proximidade que ele teve com as instituições e seus representantes foi determinante para sua defesa do governo autoritário. A experiência da colonização aproximou a burocracia governamental da vida de milhares de sujeitos que migraram para a Amazônia na década de 1970. Essa relação deixou marcas Difíceis de serem superadas na história dos sujeitos que ainda se mantêm com uma certa estabilidade

nas áreas da antiga colonização. É difícil medirmos o efeito do contato entre pessoas e instituições na construção da legitimidade de um governo, ela varia de caso a caso. Mas o que podemos dizer a respeito da colonização dirigida é que o amplo controle do INCRA nessas localidades, assim como a própria visita de Médici à região, renderam uma aproximação tão potente entre governantes e governados, que os últimos mas parecerem terem sido os próprios construtores do regime ditatorial. Não é preciso mais uma vez definir que os níveis dessa adesão, assim como a leitura positiva daqueles anos, dependem, em certa medida, do presente a que se encontra o entrevistado: quanto mais relativamente estável é sua vida, maior a tendência em criar uma memória positiva daqueles anos.

Mas a positividade com a qual parte desses migrantes entende a ditadura não atende somente aos recursos da construção mnemônica. Pecaríamos caso assim a entendêssemos. A experiência desses sujeitos ao longo da primeira metade da década de 1970 também é parte fundamental do apoio que rendem aos passados anos do regime. Somente melhor detalhando a sociedade brasileira do período é que podemos conceber porque José Martins afirma que, na época da ditadura, todo mundo era feliz. Para o sujeito comum, ter vivido o início da década de 1970 no Brasil foi compartilhar da alegria fugaz que acompanharam aqueles anos – intervalo que também deixou marcas nas leituras e memórias da população da Transamazônica.

Nos anos em que transcorreu a política de colonização dirigida, o general Médici era o terceiro representante do exército a ocupar a cadeira de presidente da República. Iniciada a década de 1970, o terceiro governo da ditadura veio acompanhado pela “expansão acelerada do comércio internacional e pela disponibilidade de capitais para investimento e financiamento.” (REIS FILHO, 2014, p. 79). O então presidente aproveitou a oportunidade para lançar um conjunto de medidas e incentivos fiscais que modernizassem a economia nacional. A locomotiva capitalista avançava a economia do país na direção do que se costumou chamar de “milagre brasileiro”. Naquele momento, o crescimento dos índices econômicos impressionava e, segundo Daniel Aarão, “impressiona até hoje, já que o país nunca mais apresentou tão elevados resultados: 9,5%, em 1970; 11,3, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973.” (REIS FILHO, 2014, p. 79). Mas essas taxas não se restringiram aos números da balança comercial, ou seja, significaram bem mais do que meros índices percentuais. No início dos anos 70, o país se transformou em um grande canteiro de obras e o Programa de Integração Nacional, cuja colonização é resultado, reuniu parte dos empreendimentos que preconizavam o sonho de um Brasil desenvolvido. A ousadia da política de colonização ia ao encontro dos slogans publicitários do governo federal:

(...) eram slogans otimistas, animando, encorajando, com mensagens positivas, construtivas e ufanistas: Pra frente, Brasil. Ninguém segura este país. O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente. Para os que ainda discordavam, restava a porta de saída (...): Brasil ame-o ou deixe-o (REIS FILHO, 2014, p. 81).

. Como antes já observado, o governo articulou as grandes obras da empresa governamental a uma agência própria de propaganda. Essa fórmula criou uma incontida euforia desenvolvimentista na sociedade brasileira da época – daí a felicidade a que se refere José Martins: os anos da colonização são os mesmos do milagre. Mas no caso da propaganda, “é preciso considerá-la como elemento capaz de potencializar sentimentos e atitudes já presentes na sociedade. O sucesso de uma boa propaganda reside em sua capacidade de diálogo com valores e tradições já arraigados na sociedade.” (CORDEIRO, 2012, p. 84). Dessa forma, no caso de José Martins, ele também só entende que os anos do regime foram anos felizes por acreditar que o perfil militar do regime contribuía para a erradicação da violência cotidiana. Em sua concepção, a linha dura daquele governo não deixava espaço para quem quisesse “te roubar o dinheiro (...) te enganar”; como ele mesmo aponta no último trecho de seu depoimento. Portanto, no encontro que unifica as aspirações do governo e os desejos da população governada, estavam as bases de legitimidade do terceiro governo da ditadura.

Mas retornemos aos discursos oficiais. Numa passagem do documento *Altamira-I* está presente um tipo de definição onde a colonização aparece como um intento de responsabilidade partilhada entre governo e trabalhadores – questão que debatíamos anteriormente através dos estudos de memória. Na mesma afirmação, cita-se, inclusive, a contribuição das terras da Amazônia, tidas como importantes elementos ao sucesso da política. Na concepção do INCRA, o PIC Altamira, em 1972, era “o primeiro resultado nascido do esforço de adaptação do colono, da conquista da selva e, mais ainda, da resposta que a terra da Amazônia vem oferecendo, como opção para alguns dos problemas agrários.” (INCRA, 1972). Nesse recorte, estão contidos três sujeitos fundamentais da colonização: o colono, as instituições (entendidas com a empresa da conquista), e o território, ou seja, as terras da Amazônia. Na trilha do que postula o documento do governo, ao isolarmos cada um desses agentes, podemos detalhar o papel atribuído a cada um deles. Juntos, colonos, instituições e as terras da Amazônia são atores e cenário da colonização do tempo presente.

No exercício da colonização, o colono aparece como um novo perfil de trabalhador do campo, tipo advindo das relações de produção nas terras da Amazônia. Sua conformação, emergência ou aparecimento, implicou determinados processos de subjetivação e controle político. São as instituições que criaram o colono – nova categoria de trabalho nas regiões a

serem ocupadas. Ora, se a ocupação da Amazônia foi denominada de colonização, os trabalhadores por ela agenciados foram então denominados de colonos. O aparecimento do colono no campesinato brasileiro criou uma nova função em torno daqueles que trabalhavam com a terra na Amazônia. O desenredo da história dessa maioria colona não é feliz. Na Amazônia pós-colonização, posseiros, colonos, grileiros e grandes proprietários rivalizaram o acesso à terra e às condições de nela se fixarem e produzirem. Mesmo que tenhamos visto o sucesso de alguns colonos nas regiões de colonização, essa nova conformação social da Amazônia demonstrou o resultado caótico da intervenção militar. Com a inserção do colono e a multiplicação de segmentos interessados nas terras da Amazônia, o conflito pela propriedade se transformou numa grande marca da realidade regional pós década de 1970, questão que também não é mais novidade, mas que iremos sistematicamente trabalhar ao longe deste encerramento.

Ao elencar os personagens da colonização, o trecho retirado do documento Altamira-I, aquele que foi citado mais acima, indica que o resultado da política na região é fruto “da conquista da selva” – ação entendida como parte dos esforços da empresa governamental e colonialista. No momento em que tentamos isolar as instituições para melhor entendermos o seu papel na criação da Amazônia dos anos 70, entramos em contato com os significados políticos da colonização. Esses significados políticos são consequências do projeto governamental para a região e estão associados a um processo de expansão, exploração e conquista –o que constitui a face mais evidente da modernidade capitalista (HALL, 2009).

Entre os personagens da colonização indicados pelo documento, nos falta a apresentação das “terras da Amazônia”, ator e cenário das ações colonialistas. Sua contribuição é entendida pela razão governamental como parte de um projeto maior de desenvolvimento. Na década de 1970, inspirado nas contribuições de Delfim Neto, o governo Médici resolveu que para crescer a economia do país seria necessário promover uma racional ocupação do espaço brasileiro. Diante da ordem, as terras da Amazônia despontavam como um território fundamental à exploração tendo em vista mais uma vez o crescimento capitalista. Como bem diz o documento, são essas localidades que contribuiriam como “opção para alguns dos problemas agrários”. Mas além de solucionar conflitos pelo acesso à terra em outras regiões do país, através da utilização da Amazônia, o governo pretendia aumentar o ritmo de crescimento econômico em escala nacional. Alguns objetivos do Programa de Integração Nacional nos permitem melhor entender como se daria o encaixe entre a política de terras na Amazônia e o desempenho da economia nacional. Primeiro, pretendia o governo com o modelo de integração,

Deslocar a fronteira econômica e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do Rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis (INCRA, s/d).

Esse é o texto publicado no decreto do Programa de Integração Nacional, projeto que integrou as ações da colonização dirigida. Desde o início do planejamento, portanto, o governo já era ciente das zonas de terras férteis na Amazônia e da possível contribuição dessas localidades ao regime de produtividade do setor primário da economia nacional. Na sequência da definição de seus objetivos, o PIN também previa

Criar condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário de amplas faixas da população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação e perpetuação de um drama social intolerável (INCRA, s/d).

Neste ponto, a ampliação do mercado nacional envolvia a já tão explorada transformação das formas de vida características da Amazônia. Era urgente modificar os hábitos extrativistas, para que aquele conjunto se transformasse em potenciais consumidores dos bens produzidos pela indústria nacional montada no Centro-Sul. Não eram exclusivamente as terras da Amazônia que na ação de conquista contribuiriam para a economia nacional como um todo, mas, por extensão, as formas de vida locais também seriam englobadas no exercício da transformação do país, estas vistas como o subproduto do território amazônico. Já vimos que as práticas extrativistas são interpretadas na razão de governo como a continuidade do quadro natural de suas terras.

Por fim, a colonização da Amazônia completa sua atribuição integradora quando associado o papel que suas terras desempenhariam na relação com outro recorte regional do país: o Nordeste. No decreto do PIN, está prevista a ação de “reorientar a migração de mão de obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e a nova fronteira agrícola evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas do Centro-Sul.” (INCRA, s/d). Com a mobilidade do trabalho, portanto, o governo não previa somente a estruturação de um regime de produtividade nas terras da Amazônia, mas também supunha a diminuição do inchaço populacional no Sudeste, diminuindo o poder atrativo das áreas desenvolvidas na medida em que oferecia as regiões de floresta como um novo destino possível aos trabalhadores migrantes. Para completar, essa também seria uma forma para reduzir os conflitos pela terra na região de onde parte um grande contingente de mão-de-obra em busca de trabalho no restante do país.

De forma resumida, podemos então concluir que a estratégia para o desenvolvimento do governo Médici se deu pela incorporação de novas áreas à economia total do país e, simultaneamente, pela melhor utilização da população enquanto recurso, mão de obra abundante (MINISTÈRIO DO PLANEJAMENTO, 1972). É neste universo que a colonização da Amazônia emerge como o carro-chefe da então nova política de desenvolvimento. Adentrar os rincões do território nacional, romper com o “inferno verde” (Amazônia) e colocar o Brasil no patamar dos países do primeiro mundo.

No capítulo anterior vimos que ao discutir as políticas econômicas da ditadura não podemos generalizar aquilo que foi feito entre os 21 anos de regime. Mais correto é perceber os diferentes estilos de desenvolvimento concebidos por cada general-presidente entre os distintos planejamentos de governo. No entanto, não é inválida a tentativa de nos apoiarmos nos critérios gerais que atravessam o período de gestão dos militares no Brasil. Inspirados no pensamento econômico norte-americano, mais especificamente nas contribuições de Prebisch, a racionalidade da ditadura entendia a necessidade de o Estado Nacional encaminhar certas reformas estruturais básicas na ação econômica geral de seu governo (RODRÍGUEZ, 2009). “A título de exemplo, podem ser mencionadas as reformas destinadas a eliminar o atraso agrário, assim como a reverter a mentalidade rentista do empresariado industrial, inspirando condutas modernizadoras.” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 198). Na Amazônia, essa foi a grande inspiração para a intervenção dos sucessivos generais que se revezaram no comando do regime. Desde Castelo Branco e a Operação Amazônia, terminando em Figueiredo e nos grandes projetos, tentaram os tecnocratas do autoritarismo montar um sistema de propriedade da terra onde a produtividade nos campos amazônicos fosse compatível com o alto grau da técnica capitalista, sempre atento às demandas no mercado internacional por matéria prima e produtos básicos. Na concepção do governo, era esse o estímulo que superaria o atraso agrário no país. Para realiza-lo, outra grande marca da intervenção governamental na Amazônia foi convencer a iniciativa privada a investir na região, instigando-a a se arriscar na expansão do capitalismo brasileiro sobre aquele território, revertendo, assim, a sua característica mentalidade rentista, como nos aponta os estudos econômicos reunidos na obra “*O estruturalismo latino-americano*” (RODRÍGUEZ, 2009).

A crença no Estado como importante veículo de transformação das estruturas industriais é uma constância na gestão política da América Latina durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX. Mesmo a direita mais radical daqueles tempos, simbolizada na ditadura militar que assolou o Brasil entre 1964 e 1985, considerava o Estado indispensável à execução dos processos de desenvolvimento. Foi assim desde o golpe que instalou a ditadura no poder,

onde o pensamento militar do período montou um Estado ativo para a execução de seus projetos de segurança e desenvolvimento. A concepção era fazer da máquina pública um entreposto de função articuladora das diferentes “frações de capital” (RODRÍGUEZ, 2009). Mobilizava-se o trabalho, mas direcionava-se o privilégio das políticas à reprodução do capital da iniciativa privada. Esses pressupostos são muito claros quando tomamos para a análise a colonização da Amazônia sob os anos do regime.

Nos estudos contemporâneos da ditadura militar no Brasil têm-se abordado os imbrólios sociopolíticos que levaram ao golpe de 1964. Mas não podemos esquecer da contribuição dos clássicos trabalhos sobre a economia brasileira da época. A partir deles podemos identificar que durante os anos da primeira metade da década de 1960, diminuiu-se a taxa de crescimento industrial dos países da América Latina. No Brasil, no momento do golpe, a onda de crescimento criada no nacional desenvolvimentismo das décadas anteriores já tinha perdido a sua força. A solução pensada pelo governo João Goulart foi melhor democratizar o acesso aos meios de produção, através, por exemplo, de uma Reforma Agrária. Mas o plano de Goulart levou ao pânico as elites nacionais. Aflitas, elas então se congregaram em torno do golpe militar e responderam ao retardamento econômico daqueles anos recorrendo ao “apoio” viabilizador dos Estados Unidos da América.

Naquele momento da Guerra Fria, alinhar-se aos ianques não significava apenas estimular o fluxo de capital estrangeiro no país. Durante os anos que antecederam o golpe, a política externa norte-americana para com o restante da América estava alinhada pela “Aliança pelo Progreso”, uma medida urgente do governo Kennedy (1960-1963) para manter sobre as rédeas daquele país o controle do continente, tendo em vista o sucesso da Revolução Socialista na sua vizinha, Cuba. A medida era então determinada por uma doutrina de segurança nacional que estimulou, na América Latina, os sucessivos golpes de Estado que inauguram os regimes ditatoriais e militares no continente (RODRÍGUEZ, 2009). No plano político, portanto, ao se alinharem à ajuda externa norte-americana, os militares se comprometiam em esmagar quaisquer resquícios de intervenção mais democrática e socializante. No plano econômico, aceitavam os milicos levar adiante as ideias desenvolvimentistas de Prebisch, voltando as forças armadas para o desempenho de um papel modernizante da economia local (RODRÍGUEZ, 2009). Diante da tensão social que assolava o país em torno dos impulsos reformistas do pré-64, as elites brasileiras, juntos aos militares, resolveram combinar a perspectiva da segurança nacional com a expansão capitalista. Nesse meio, emergiu a Amazônia como terreno fértil à realização dos dois objetivos. Primeiro, ela se transformava na região onde o governo estimulava a reprodução do capital da iniciativa privada, numa clara tentativa de acelerar a

economia nacional através da conquista de novos territórios de investimento. Mas intervindo na região, o governo também poderia responder às históricas lutas políticas pelo acesso à terra no Nordeste, local onde a esquerda crescia sua influência, assim como também realizava o projeto de ocupação das fronteiras, sem esquecer de esmagar qualquer ideia de mobilização comunista nas áreas onde o Estado brasileiro se fazia ausente.

Dessa maneira, a política de colonização dirigida foi mais uma das facas de dois gumes utilizadas pelo regime. Sua execução responde tanto à preocupação com o desenvolvimento quanto ao cuidado com a segurança nacional. No que toca a função de segurança desempenhada pela política, uma outra sorte de documentos não nos deixa dúvidas quanto ao fato de que a colonização tenha atuado para cumprir as funções da soberania nacional naquelas áreas. O Arquivo Nacional há alguns anos disponibilizou à pesquisa uma série de documentos criados na burocracia do regime e tidos como confidenciais. Esses documentos vieram a público devidamente digitalizados e fazem parte do projeto Memórias Reveladas. Durante pesquisa na instituição, reuni uma compilação de documentos que tratam de correspondências entre o gabinete da Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Conselho de Segurança Nacional. No diálogo entre essas três autarquias, seus representantes discutem a validade do projeto de colonização na Amazônia. Segundo eles, era consenso de que a execução do projeto dependia do aval do Conselho de Segurança Nacional, na pessoa de seu Secretário Geral, o então General João Batista Figueiredo, que viria, poucos anos depois, a ocupar a presidência.

Em documento endereçado ao então Presidente da República, Garrastazu Médici, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, João Batista Figueiredo, diz ter atendido à ordem da chefia máxima para

a elaboração de normas para a implantação do Projeto de colonização ou concessão de terras, bem como para estabelecimento ou exploração de indústrias que interessam à Segurança Nacional, nas terras devolutas ao longo das rodovias mencionadas naquele diploma legal [o decreto do Programa de Integração Nacional] (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.026)

Portanto, antes que pudesse sair do papel, as obras da colonização foram devidamente apreciadas pela chefia da Segurança Nacional. Ou melhor, elas só puderam ser executadas quando analisadas pelo Conselho. Era atribuição das autarquias de segurança não somente acompanhar ou validar as obras da colonização, mas criar as normas que pudessem orientar a execução do programa. No documento, Figueiredo segue afirmando que o assunto “foi objeto de minuciosos e exaustivos estudos por parte desta Secretaria Geral (...)”. Junto aos Ministérios da Agricultura e do Interior, o Conselho de Segurança Nacional, no planejamento da colonização, atuou de maneira a “fixar premissas que permitissem harmonizar os interesses de segurança

com os de desenvolvimento, dentro do contexto da Política de Integração Nacional, para a região Amazônica.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.026). A função de segurança exercida pela política de colonização é então manifestada na própria organização burocrática do regime, onde o Conselho de Segurança Nacional foi parte fundamental na elaboração da política e na sua validação. Também não se pode deixar despercebido o fato de que o conselho define suas ações na região amazônica não só com vistas a garantir a segurança, mas num esquema onde ela seria harmonizada com os interesses do desenvolvimento, demonstrando, mais uma vez, que estes dois pressupostos são os dois pés com que a ditadura finca sua presença naquelas localidades.

O informe do Conselho de Segurança ao gabinete da Presidência da República não se encerra por aí. No mesmo documento, Figueiredo sugere alguns pontos de revisão nas normas contidas no decreto presidencial. São apresentados sete pontos a serem revistos pela presidência após a apreciação do órgão de segurança. Citarei aqui três dos que considero mais importantes ao nosso debate. O primeiro é simples, e define a importância dos estudos de planejamento econômico para a elaboração e efetivação das políticas do regime. No documento, diz Figueiredo que, durante a colonização é preciso “cumprir as diretrizes governamentais contidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.026). Outra premissa segundo a qual chama atenção o Conselho é a ideia de “fixar critérios gerais para assentamento de colonos, para tratamento prioritário ao colono e ao capital nacionais, e no estabelecimento de ligações, em nível ministerial.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.026). A recomendação parece ter sido levada bem a sério pela presidência, uma vez que vimos que os critérios de assentamento foram a princípio bem rigorosos na execução da política – pelo menos no que toca à questão de procedência dos colonos. Mas outra questão me chama atenção nessa proposta. Trata-se da indicação de se estabelecer as devidas ligações e articulações entre os ministérios do governo na aplicação da política. Essa questão será importante quando passarmos a abordagem de uma outra função exercida pela política de colonização na Amazônia: a de reprimir a Guerrilha do Araguaia. Antes disso, para encerrar a apresentação desse importante documento da ditadura, alerta Figueiredo que deve a presidência “atribuir ao Conselho de Segurança Nacional o exame de quaisquer projetos ou atividades, sempre que circunstâncias especiais possam comprometer os altos interesses da Segurança Nacional.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.026). O documento não esconde, a colonização da Amazônia foi política prioritária da Segurança Nacional.

Quando o assunto é a Amazônia da década de 1970 e quando nele destacamos as questões de segurança nacional, torna-se impossível não nos referirmos à Guerrilha do Araguaia. Ela já foi um acontecimento abordado neste trabalho, mas agora pretendo detalhá-la de posse de outra documentação, construindo outros referenciais de sua problematização. No exercício da repressão à guerrilha, os militares perceberam que o uso da força não deveria ser o único fio condutor de sua ação. Na perspectiva dos milicos, o que estava em jogo não era a apenas a conquista do território amazônico, mas também o convencimento e transformação de sua população. Para eliminar a guerrilha, era preciso também cortar a aproximação entre os militantes revolucionários e a população rural. Para isso, o governo utilizou de uma série de ferramentas que demarcaram sua presença na região. Na concepção dos guerrilheiros, a falta de assistência governamental naquelas localidades era um elemento que facilitaria a instigação dos meios populares em torno da luta armada. Percebido isso, a presença sistemática do governo federal na localidade foi promovida com vistas a garantir uma adesão social ao projeto político da ditadura. Foi somente após seis anos da chegada dos primeiros militantes comunistas na região que, em 12 de abril de 1972, começaram os primeiros enfrentamentos bélicos. A esta altura, a colonização da Amazônia já estava em andamento e, junto com ela, todo um aparato institucional foi posto em prática para ocupar a Amazônia. Portanto, a política de colonização também foi utilizada para cumprir um programa assistencialista que serviu de base para uma estrutura repressiva contra os guerrilheiros.

A atuação do INCRA, é mais um campo onde aparece o funcionamento híbrido da colonização: assistencialismo e desenvolvimento, de um lado, e repressão e segurança, do outro. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, alguns oficiais do exército que atuaram na repressão à guerrilha, o fizeram disfarçados de funcionários do INCRA, de agentes de saúde, e até de posseiros (CNV, 2014). Alguns depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade na investigação da guerrilha, apontam que os agentes infiltrados repassavam, na sede do INCRA, as informações obtidas sobre os guerrilheiros e sua rede de apoio, o que confirma a utilização das instituições executoras da colonização como fachada para as operações da inteligência repressiva (CNV, 2014). Alguns aviões utilizados para trazer os colonos à Amazônia também serviram como transporte aos militares disfarçados de servidores públicos (CNV, 2014). Uma importante figura na repressão à guerrilha, o Major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, atuou disfarçado de engenheiro do INCRA. Ele chegou à região em maio de 1973. Dentre as funções de Curió, estava a realização de estudos socioeconômicos e a articulação do fluxo de informações dos agentes (CNV, 2014). Vimos anteriormente que foi justamente a proximidade do Major com as populações locais que o transformou numa figura

pública notável da região. Portanto, não podemos descolar o alcance de sua popularidade da sua atuação enquanto um funcionário do INCRA infiltrado em território amazônico.

Lembrem-se que a integração ministerial entre as autarquias de execução da política e os órgãos responsáveis pela segurança nacional foi uma recomendação explícita de Figueiredo endereçada em documento e entregue ao presidente Médici. Na repressão à guerrilha do Araguaia podemos visualizar a maneira com que os agentes da segurança atuavam em conjunto com as instituições executoras da colonização. E a integração foi tanta que os responsáveis pela segurança chegaram a se disfarçar de agentes do INCRA. Se a guerrilha é um acontecimento fundamental para observarmos a maneira com que as instituições do regime atuavam em conjunto, a Amazônia mais uma vez aparece como uma região chave ao enfrentamento de dois caros problemas à ditadura militar: o desenvolvimento e a segurança nacional.

A associação entre a política de colonização e as questões de segurança interna não é novidade entre aqueles que se debruçam sobre a Amazônia do período. Ela foi postulada por dois clássicos da sociologia nacional que acompanharam os intentos da ditadura na região. Os livros *“Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia”*, de Octavio Ianni, e *“Militarização da Questão Agrária”*, de José de Souza Martins, são trabalhos referência na discussão da política rural da ditadura e seu atrelamento aos ideais de segurança. Minha contribuição partiu de outros pressupostos, assim como utilizou de uma composição diversa de fontes históricas não utilizadas nessas obras. De qualquer forma, mesmo que construindo uma narrativa diferenciada, os estudos aqui apresentados não impendem de chegarmos às conclusões parecidas com aquelas postuladas por esses autores. Ou seja, a colonização dirigida da década de 1970 foi um meio para

aliviar as tensões e conflitos em outras partes, particularmente o Nordeste; preservadora de estruturas agrárias vigentes e propiciadora da expansão capitalista; meio de propiciar força de trabalho, produção de meios de subsistência e mercado para expansão desse capitalismo; uma contra-reforma agrária, antepondo-se à reforma espontânea (MIRANDA, 1990, p. 36).

O balanço do processo de ocupação das margens da Transamazônica feito por Nigel Smith (1982), retoma alguns importantes dados do livro de Octavio Ianni. São argumentos importantes para encaminharmos a avaliação final do que de fato representou a colonização. Naquela época ele já afirmava que mesmo com a interrupção do assentamento de pequenos proprietários, seria improvável acreditar na diminuição do fluxo de pessoas à região (SMITH, 1982). Para o autor, isso se devia justamente pela resistência das elites nacionais e do Estado brasileiro em encaminhar um projeto de Reforma Agrária. Como o latifúndio é a grande marca

da estrutura de propriedade rural no país, os trabalhadores, sem acesso à terra nas outras regiões, continuariam insistindo na Amazônia como destino, tendo em vista a grande disponibilidade de terras na região. Foi o que de fato ocorreu após a década de 1970, o que agravou ainda mais a luta pela terra, dessa vez na própria Amazônia, onde o governo, entre 1965 e 1977, havia distribuído entre apenas 355 propriedades, um total de 7,9 milhões de hectares de terras na região (SMITH, 1982). Esses dados são originalmente apresentados por Octavio Ianni (1979) e respondem ao programa de concessão de grandes parcelas de terra aos projetos latifundiários aprovados pela SUDAM. Diante da concentração da propriedade e da falta de estímulo ao pequeno produtor, os trabalhadores rurais passaram a vagar pela região, invadindo áreas de proteção ambiental ou os territórios indígenas, se deslocando às favelas dos centros urbanos ou, simplesmente, sendo super-explorados nos poucos trabalhos que lhes restavam dentro das grandes propriedades.

Em novo documento encontrado no Arquivo Nacional, dentro do mesmo programa Memórias Reveladas, está outro informe endereçado por Figueiredo ao gabinete da Presidência da República. Nele, o chefe do Conselho de Segurança Nacional, já em 1973, aponta uma série de irregularidades no processo de aquisição de terras na Amazônia, famosa grilagem, e dá conta de que o governo já tinha a consciência de que naquelas localidades era comum o que chama de “semi-escavidão”. Nos termos em que Figueiredo produz o documento, diz ele que o Sistema Nacional de Informações (SNI), atesta que a política de colonização estava marcada por “irregularidades na ocupação e alienação de terras no Estado do Pará.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.030). O documento ainda dá conta de que a política de incentivos fiscais e “a ênfase que a SUDAM vem dando à aprovação de projetos agropecuários, estariam facilitando a ação de pessoas inescrupulosas que, através de processos fraudulentos, obtêm títulos de propriedade de terras, visando à especulação imobiliária” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.030). Nada muito diferente do que venho apontando em minhas análises, mas a citação é importante à medida que podemos provar, com as palavras de grandes representantes do regime, que estas foram as consequências diretas das políticas montadas pelos militares na região e que, por conseguinte, o governo já tinha conhecimento dos rumos de suas ações naquelas localidades. O documento é de 1973, e havia pouco tempo que a ditadura exercia seu (des)controle sobre a região. Contudo, já era possível notar o caos social a que tanto me referi ao longo do texto. Segundo o próprio Figueiredo, quando alertava o presidente Médici, a “ocupação desordenada de terras (...) estaria acarretando desavenças e disputas”, onde se verificava “em algumas localidades, até mesmo conflitos armados, com várias vítimas.” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.030). Na retórica de Figueiredo, a situação

se agrava quando ele assume o processo de grilagem das terras, ou seja, que o território estava sendo ocupado “por meios ilícitos, mediante a falsificação de títulos de propriedade”, e o pior, “contando com a condescendência de funcionários da Secretaria de Agricultura – SAGRI (...)” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.030).

Mais nada é tão ruim que não possa piorar. Na mesma oportunidade em que avalia a política de colonização, Figueiredo comunica Médici de que

Trabalhadores braçais, empenhados na execução do desmatamento inicial de glebas compreendidas em projetos aprovados pela SUDAM, e que normalmente são contratados por empreiteiros, estariam sujeitos a um regime de semi-escravidão, sem desfrutar de qualquer proteção das leis trabalhistas. Os inquéritos policiais instaurados a respeito não teriam resultado em maiores consequências (Arquivo Nacional, BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.030).

O cenário é mais uma vez desolador. Conflitos e mortes pelo acesso à terra, super-exploração que configura escravidão, corrupção de órgãos públicos e negligência da polícia. Essa é a realidade criada pela ditadura na região e ela ainda sobrevive no sul e sudeste do Pará. Me assusta o fato de que estamos nos referindo a um documento de 1973. Ou seja, o caos social e o inferno criado na Amazônia pelos militares foi uma rápida resposta aos estímulos institucionais resultantes das políticas ali aplicadas.

Contudo, há ainda quem acredite que a política de colonização dirigida não possa ser entendida enquanto uma causa da grilagem, da disputa e da escravidão. Nesse entendimento não poderíamos resumir o programa de concessão de terras aos objetivos finais do governo para com sua execução. O argumento valoriza a “experiência concretizada” e avalia que embora a ocupação não tenha sido uniformizada em torno de pequenos proprietários inseridos num processo de capitalização, a colonização foi capaz de oferecer o acesso aos meios de produção, ou seja, de dar a terra ao pequeno produtor (MIRANDA, 1990). O problema maior dessa versão é que ela resume os efeitos da colonização a uma experiência limitadíssima, ocorrida com uma minoria de colonos nos arredores de Altamira. A maior parte dos sujeitos levados pelo INCRA à Amazônia, quando não conseguiram voltar para suas regiões de origem, passaram justamente a constituir uma mão de obra empregada e subutilizada nas terras de outros proprietários, quando não simplesmente escravizada pelo latifúndio. Existiam também outros destinos possíveis, porém tão nefastos quanto, como, por exemplo, ao não ter o auxílio devido para a produção e o trabalho, muitos migrantes viveram num contexto de miséria absoluta, numa luta aberta pela sobrevivência. Vimos também que não parece ter sido raro o caso de morte quando da falta de assistência de saúde naquelas localidades. Os mais sonhadores, ao tentar a sorte em ocupar outras faixas de terra na Amazônia, se jogaram num conflito sem fim contra grileiros e

grandes proprietários onde a morte também se constituiu como um horizonte para boa parte desses sujeitos.

Nigel Smith, aquele mesmo pesquisador que acompanhou de perto o processo de assentamento, também compactua da ideia de que, no geral, a política de colonização dirigida não foi capaz de “criar um ambiente favorável para o estabelecimento e o crescimento de fazendas de pequena escala por antigos camponeses sem terra.” (SMITH, 1982, p. 170). No geral, prevaleceu o modelo da grande propriedade. Segundo ele, dos 170 lotes que visitou em 1979, apenas 56% foram ocupados pelos primeiros proprietários, o que nos dá a entender que houve um processo de expulsão dos trabalhadores pobres para a entrada de fazendeiros capazes de investir na tecnologia do plantio e da pecuária (SMITH, 1982). Muitos desses novos produtores acabaram por agregar os lotes que a princípio seriam destinados à uma série de pequenos proprietários.

Entre toda a discussão que aqui montamos sobre a política, acredito que uma das principais contribuições tenha sido mesmo a de perceber que o funcionamento da colonização expressa sobretudo um processo político. Por política, entendo as estratégias de manipulação utilizadas pelo Estado para controlar a população rural em torno de seus objetivos. Dentre elas, ganha destaque as formas de projetar, no seio da classe média rural, a imagem do grande latifundiário. Mas não só as pessoas foram utilizadas sob o rigor da razão de governo, mas a colonização também colocou na ordem do dia a necessidade de se apropriar do espaço amazônico e dele se utilizar para manter as estruturas vigentes.

Por toda discussão que movimenta, partindo dos incentivos ao deslocamento até a política de concessão de terras, o estudo da colonização, política oficial da ditadura, é uma forma de problematizar a racionalidade governamental do período e investigar os mecanismos de adesão ao projeto daquele governo. No fim, de posse de uma documentação inovadora e de uma narrativa que costurou fontes de variadas naturezas, produzi novos resultados a respeito do tema. Com isso, o objetivo que tentei atingir foi o de buscar

a forma pela qual, ela [a colonização] assume e produz um discurso que se apresenta com determinado suporte institucional abrangendo e agilizando/cruzando diversas medidas administrativas, normas e regulamentos, propagandas, anunciando a sua função estratégica de reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 41).

Portanto, a colonização dirigida na Amazônia é a política que melhor sintetiza os discursos e as intenções da ditadura para com a região. Nela estão reunidos importantes enunciados que foram criados pelo regime na fantasia que se tornou a Amazônia aos olhos dos militares: espaço vazio, nacionalismo... enfim, toda a interpretação estereotipada que

desemboca na ideia de que sua população nativa é indigna da terra que possui e que, dessa forma, não deveria ser incluída no programa de distribuição de terras, necessitando, outrossim, ser imediatamente transformada. Não bastasse a manipulação preconceituosa e violenta de seus discursos, o processo de ocupação baseado na distribuição de grandes parcelas de terras a poucos proprietários, previsto na colonização e aplicado pela SUDAM, fez drenar os recursos da região para fora daquelas localidades. O resultado da colonização, assim como de toda intervenção da ditadura, foi enriquecer ainda mais os agentes externos à região, locais de onde partia a expansão capitalista de conquista e exploração de seus territórios. Se a colonização dirigida é mesmo a política-síntese da ditadura, é com segurança que afirmo ser ela, assim como toda a Amazônia criada pelo regime, um grande e incontornável fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o trabalho, por vezes assumi uma forma narrativa que privilegia o discurso em primeira pessoa. A tentativa era criar um diálogo direto com o leitor(a) que conseguiu chegar até essas últimas considerações finais. Sei que nossos trabalhos acadêmicos raramente circulam fora dos meios universitários. O leitor(a) pouco familiarizado com o rigor da escrita institucional, tende a ignorar a narrativa histórica produzida nesses lugares, optando pela produção histórica distante dos sujeitos que se dedicam a uma carreira de docência e pesquisa. Parte da luta desses profissionais tem sido tornar a História produzida nas universidades cada vez mais pública, facilitando o acesso de suas produções não apenas aos seus pares, mas também aos curiosos e não especialistas. Contudo, se em última instância o que legitima nosso discurso é o fato dele ser dotado de um estatuto científico, é preciso fazer crer nesses leitores que a história produzida sobre o rigor do método é melhor que aquela feita fora da academia. As editoras também devem ser responsabilizadas, pois, em seu mercado, a História dominante é aquela geralmente produzida num tom livre e romântico. Aqui não abri mão do rigor metodológico e tudo que o foi escrito anteriormente é marcado pela forma das citações, referências e apresentação das fontes. O debate das teorias e metodologias compuseram uma narrativa as vezes atravancada, mas argumentativa e contundente. É preciso que o leitor(a) se acostume com essa forma, perceba ela como mais capaz de ajudar em sua formação intelectual. Resumindo: é preciso que ele se familiarize com a pesquisa, pois é ela que dá forma à nossa narrativa, assim como é ela que sustenta a força de nossos argumentos.

Dessa maneira, para finalizar este trabalho, gostaria de conversar com o leitor(a) no sentido de a ele demonstrar de onde partiram as inquietações que resultaram nessas considerações finais. Elas também foram fruto dos caminhos da pesquisa. Quando iniciei a execução do projeto de doutoramento, me lancei na busca dos discursos e saberes militares que conformaram as representações da ditadura sobre a Amazônia. De início, resolvi por buscar os documentos e publicações concentrados na Escola Superior de Guerra, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Pude encontrar muitas referências nessa instituição, mas encerrada a pesquisa em sua biblioteca, tinha a certeza de que me faltava mais material. De volta a Belém, resolvi, portanto, complementar a pesquisa ao adentrar nos arquivos de uma instituição que se tornara a grande executora dos projetos da ditadura na Amazônia – a SUDAM. A sede da Superintendência criada pelo regime está localizada no bairro do Marco, em Belém, e seu principal acesso é pela Avenida Almirante Barroso, apesar da entrada estar localizada na Travessa Antônio Baena. Após semanas em sua biblioteca, pude perceber que os documentos

lá reunidos me deram um panorama do conjunto de intervenções militares na Amazônia, desde o ano de fundação da SUDAM até às ações do último presidente militar da ditadura, o João Batista Figueiredo. De posse desses documentos, considerei que os discursos dos militares sobre a região, seus enunciados, estavam articulados a uma prática ostensiva de intervir no seu território. Uma vez na instituição, passei então a encarar aqueles discursos não apenas como operações de linguagem, mas como dotados de uma importância material, capazes de suportar planos e projetos dos mais variados intentos. Junto às leituras que autorizavam o tratamento discursivo da Amazônia, percebi que a principal função dos enunciados era garantir uma espécie de positividade das políticas. Ou seja, legitimar suas ações, criar um campo possível de intervenção, determinar suas causas e oferecer as soluções. O fato de estar de corpo presente numa instituição criada pela ditadura, ter acesso aos documentos do período, perceber a maneira como foram produzidas as políticas, todas elas acompanhadas por documentos devidamente organizados e catalogados, me estimularam à conclusão de que esses discursos só poderiam ser problematizados quando arrastadas as práticas que os acompanham.

Foi aí que a tese começou a se desdobrar. Da sua primeira forma, entre discursos e enunciados criados pelo regime, todos apresentados no primeiro capítulo, passei ao campo efetivo onde esses discursos eram manipulados e aplicados. O resultado foram os dois capítulos subsequentes, onde mergulho nos planos de desenvolvimento, demarcando a inserção da Amazônia no planejamento nacional, e onde, posteriormente, trato da aplicação de uma política referência na intervenção da ditadura: a colonização dirigida da década de 1970. Mesmo satisfeito com o que produzi, como em nenhum dos capítulos abandonei os referenciais que analisam essas políticas sob o prisma dos discursos que as sustentam, entendi que faltava uma breve conclusão para essas linhas. Nessas últimas considerações, portanto, pretendo enfim passar da positividade dos discursos para o estabelecimento das normas. Ou seja, captar a transformação dos discursos nas diversas instituições criadas pelos militares.

Considero esse objetivo uma importante finalização. Todo o trabalho anterior, no qual tento demonstrar como os discursos dos militares assumem sua positividade, agora cede espaço ao toque final, onde aponto como as práticas de gestão evidenciam a transformação desses discursos em norma. O efeito é simples: o que são as instituições se não a crença organizada? Se é notável que a formação discursiva criada pelos militares é capaz de organizar uma espécie de regime do fiduciário, também não podemos cegar ao fato das instituições serem justamente essa confiança organizada, “a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real.” (BOURDIEU, 2014, p. 91).

Portanto, de posse desses documentos recolhidos nos arquivos da SUDAM, sugiro a necessidade de construir uma espécie de diagrama das políticas militares na Amazônia. A tentativa consiste em montar um catálogo das principais ações dos militares na região, situando-as nos momentos específicos de cada governo. A proposta é elaborar um quadro das políticas, projetos, leis e medidas que compuseram a intervenção militar na Amazônia durante a ditadura. Pretendo fazer um inventário da política militar na região, ao elaborar uma lista com as principais ações de cada governo militar. Cada política, programa ou instituição criada pelos militares será por mim indicada, seguida por um relato resumido do que constituiu essa ação. Veremos, com exemplos, como ao longo dos governos da ditadura foram transformados os objetivos em relação a Amazônia à medida que os generais se sucediam na presidência. A opção não consiste em montar um quebra-cabeça das ações dos militares na região, indicando todas as peças que formam a totalidade da Amazônia da ditadura, seus decretos e ações. Não quero estudar todas as políticas em detalhes, não temos aqui mais espaço para isso. Oferecerei então apenas um leque da intervenção dos militares. Nele serão indicadas todas aquelas políticas com que tive contato ao longo da pesquisa. Esse, portanto, é um esforço de sistematização daquilo que encontrei na SUDAM. Dessa forma, ele vale tanto pessoalmente a mim, que, enquanto pesquisador, posso organizar aquilo que selecionei nos arquivos, como a diversos outros estudiosos interessados em trabalhar com a Amazônia e a ditadura. Como as principais políticas não poderão ser excluídas, considero deixar um legado importante aos que pretendem trabalhar, em específico, a emergência e funcionamento de cada uma das políticas apontadas, à maneira como trabalhei, por exemplo, a colonização dirigida.

Nesse processo não pretendo operar grandes digressões teóricas ou analíticas. O legado será o diagrama da política militar na Amazônia, a lista dos planos e projetos da intervenção militar na região. Como disse, não tenho aqui a pretensão da totalidade. Diante da quantidade de medidas direcionadas pelo regime, não posso ter a pretensão de postular todas elas, mas, contudo, dessa forma seremos capazes de montar um estudo minimamente completo sobre a intervenção militar na região. Veremos, ponto a ponto, os mecanismos políticos responsáveis pela modificação do cotidiano, sociedade e território amazônico. Esse último passo é fundamental para entendermos não só a sociedade amazônica do período, mas também seus vestígios e reverberações na atualidade do tempo presente.

De acordo com o que plantea a bibliografia que aborda a história institucional na Amazônia, a ação do estado ditatorial na região comunga de um conjunto de medidas jurídicas, políticas e econômicas (SILVA e RAVENA, 2015). Como disse, ainda que não tenha a intenção de realizar grandes reflexões teóricas nesta conclusão, é impossível fugir da associação entre as

medidas institucionais da ditadura e o conceito de dispositivo. O dispositivo é um “termo técnico decisivo na estratégia de pensamento do Foucault.” (AGAMBEN, 2012, p. 27). Ele utiliza do conceito recorrentemente, a partir do momento em que passa a se preocupar com o problema do governo dos homens, sua governabilidade. Se o objetivo de toda a tese foi desvendar os discursos dos militares sobre a região, só poderemos concluí-lo no momento em que entendemos suas medidas institucionais na relação que essas estabelecem com a população brasileira da época. Nesse sentido, todas as instituições listadas a seguir fazem parte do problema das relações de governância. Durante a ditadura, as políticas direcionadas à Amazônia interviram num território e, por conseguinte, num conjunto de pessoas. Descreverei, portanto, as diversas medidas dos militares, sempre levando em consideração o efeito dessas políticas nas pessoas e no território amazônico. Essa abordagem recoloca o conceito de dispositivo numa posição central ao entendimento da ditadura. Podemos compreendê-lo da seguinte maneira:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos (AGAMBEN, 2012, p. 28).

Se no decorrer da tese denunciarmos o regime discursivo e a organização de um saber que conduziu as políticas dos militares na Amazônia, no seu fim definiremos a sucessão de seus acontecimentos políticos entre as décadas de 1960 e 1980. Pretendo captar justamente os dispositivos criados pela racionalidade da ditadura para intervir na região. Neste momento final, estes dispositivos assumirão a forma das instituições, como a SUDAM e o BASA, das estruturas arquitetônicas, como as rodovias e hidrelétricas construídas no período, das medidas administrativas, como a fundação do INCRA e a promulgação do FUNRURAL, e, por fim, as principais leis federais direcionadas à região, como, por exemplo, o Decreto-*Lei* Nº 1.164, que federalizou as terras *nas* margens das rodovias federais em 1º de Abril de 1971.

Esses dispositivos não serão apenas descritos, mas entendidos de acordo com a função estratégica que desempenharam na região. Cada política desempenhou um papel específico, mesmo que muitas vezes fossem apresentadas em relação umas com as outras. Já vimos que esse conjunto de instrumentos, criados pela racionalidade do regime para ocupar a região, respondem à necessidade urgente de garantir a segurança e o desenvolvimento naquelas localidades. De acordo com a retórica dos militares, seu governo iria cumprir a missão histórica de retirar a Amazônia de seu quadro de subdesenvolvimento para finalmente inseri-la na economia total do país e do globo. Para tanto, teria de cumprir todos esses objetivos

imediatamente. O caráter emergencial das políticas, bem como as funções estratégicas que desempenham, também condicionam suas análises a partir do conceito de dispositivo, uma vez que: “(...) com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer – de formação que num certo momento histórico teve como função essencial responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica.” (AGAMBEN, 2012, p. 28).

A função estratégica desse conjunto de medidas direcionadas à Amazônia não foge à regra da urgência pelo desenvolvimento e segurança daquela região. Para que possamos entender como estes objetivos foram cumpridos resta apresentarmos as condições institucionais dessa intervenção. Contudo, ao apresentar os dispositivos da ditadura na Amazônia, teremos de ter sempre em mente que eles foram utilizados para realizar uma função de controle técnico e político, questão que de maneira geral orientou todo o trabalho até aqui.

Amazônia Legal e Estados da Federação

O conceito de Amazônia Legal orientou a delimitação da área onde a ditadura montou seu planejamento econômico e executou suas políticas. Contudo, esse conceito não foi uma invenção da tecnocracia dos militares. Vimos que o processo de expansão do capitalismo brasileiro na Amazônia teve seu início a partir da metade do século XX. Desde os anos 50, portanto, a região estimulava o desejo de enriquecimento das elites nacionais e do Estado brasileiro. Nesse bojo, o último governo de Getúlio Vargas criou, em 1953, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). E junto como ela, nascia, também, o conceito de Amazônia Legal. Através dessa invenção institucional, o governo do período estendia à região Norte e ao que entendia ser a Amazônia para novos limites. As demarcações criadas pela SPVEA adentravam o estado do Maranhão, do então estado de Goiás e o Mato Grosso. Em seu momento, o governo militar manteve a Amazônia Legal como conceito orientador de suas políticas. No entanto, com a criação da SUDAM, em 1966, os limites artificiais da Amazônia Legal foram ampliados. Na época da SPEVEA, a extensão territorial da Amazônia Legal era de 3.500.000 km². Com a extensão dos limites, a região passou a contar com mais 1.400.000 km² (VITAL, 2015). Para se ter uma ideia, como resultado das sucessivas expansões da Amazônia Legal, a porção amazônica do estado do Maranhão abrange hoje 80% da superfície territorial do estado, englobando 180 dos seus 217 municípios (FILHO; GALVEZ; ALMEIDA, 2015).

Mas o mais importante nesse primeiro mecanismo institucional apresentado é a percepção de que a Amazônia da ditadura é um marco territorial fundado enquanto conceito político e não como um imperativo geográfico-ambiental (RIBEIRO et al., 2015). Outro ponto

fundamental ligado aos limites territoriais da região e sua implicação político administrativa remete à formação dos estados que compõem a Amazônia Legal. Por exemplo, o Estado de Tocantins, hoje membro da chamada Amazônia Legal, foi criado apenas em 1988, a partir da divisão entre as regiões norte e sul do estado de Goiás. Ele seria mais ou menos a porção do antigo estado de Goiás que fazia parte da Amazônia Legal desde o governo de Getúlio Vargas. Outro estado da federação criado em 1988 foi o Amapá. Essa região era agregada ao estado do Pará até 1943, quando passou a fazer parte da então nomenclatura política que entendia alguns estados da região norte como Territórios Federais. Durante a execução dos projetos da ditadura, o Amapá não era então um estado da federação, mas um território federal. O estado de Roraima é outro que durante a ditadura detinha o status de Território Federal. Contudo, somente em 1962 ganhou esse nome, pois antes disso era conhecido como Território Federal do Rio Branco, desde que em 1943 foi criado sob o Estado Novo.

Assim, o estado do Tocantins, Amapá e Roraima foram invenções da constituição de 1988, pós-ditadura militar no Brasil. Antes disso, o primeiro fazia parte do estado de Goiás e os dois últimos representavam, para a burocracia do regime, o que se entendia por Território Federal. Se essas mudanças não podem ser inseridas numa operação criada pela ditadura, o mesmo não podemos dizer sobre a divisão dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e do surgimento do estado de Rondônia. A divisão entre a parte sul e norte do Mato Grosso foi ocasionada no ano de 1977, portanto, sob o governo dos militares. Essa questão não deve ser menosprezada, pois a emancipação da parte sul se deu no contexto em que a parte norte congregava a atuação dos programas e investimentos da ditadura, justamente por pertencer ao que se entendia por Amazônia Legal. A fundação do Estado de Rondônia, por sua vez, também remete às políticas do regime. Rondônia é resultado da criação do Território Federal do Guaporé, em 1943. Somente passou a ganhar seu nome atual após a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, em 1956. A sua condição de estado, em 1982, remete à BR-364, aberta também na década de 1950, mas consolidada durante o regime militar, quando foi operada a ocupação das suas margens, o que levou milhares de pessoas à região, fundando diferentes municípios na localidade.

A Amazônia Legal é então um conceito político que demarca uma dinâmica territorial complexa, desde a década de 1950. Sua delimitação foi alterada diversas vezes por meio das sucessivas legislações criadas para intervir naquela porção do território brasileiro. Entre diversas dimensões divulgadas, podemos afirmar que o conceito abrange aproximadamente 59% do território nacional.

Leis

Praticamente toda ação da ditadura na Amazônia é acompanhada de um decreto e/ou de uma lei que a institui. Veremos isso à medida em que apresentemos os sucessivos programas, projetos e medidas criadas pelo regime na região. Contudo, um decreto-lei foi de fundamental importância para a execução de quaisquer das ações posteriores. Ele representa o mecanismo utilizado para garantir a centralização da gestão regional desde Brasília. Me refiro ao decreto-lei nº 1.164/71. Com ele o governo federal tomava para o seu controle uma faixa de 100km de terras em cada margem das rodovias já construídas, em construção, ou apenas projetadas para ocuparem o espaço amazônico. A alegação, como não poderia deixar de ser, era de que essas terras seriam de interesse prioritário à segurança e ao desenvolvimento nacional. Esse foi um dispositivo central da ação militar na Amazônia. Através desse recurso, a ditadura passava a legislar de maneira autônoma e direta sobre o território amazônico. Instrumento fundamental do processo de expansão do capitalismo sobre aquele território, através do decreto-lei nº 1.164 de 1971, abriu-se espaço para a implantação dos projetos de colonização e das indústrias, políticas submetidas e dependentes do aval do Conselho de Segurança Nacional. No momento em que a ditadura toma de assalto a gestão do território amazônico, ela passa a legislar prioritariamente em favor das empresas e latifúndios que pretendiam nele se instalar. Já vimos que esses sujeitos da iniciativa privada, por sua vez, eram representantes de outras regiões do país, basicamente do Centro-Sul. Dessa forma, podemos então concluir que foi com o autoritarismo que lhe era característico, e sem depender de nenhuma mediação ou entrave dos políticos e da população local, que, com este decreto-lei, a ditadura demonstrava, por fim, que o modelo de intervenção proposto pelos militares fora criado e executado sobre demandas e sujeitos externos à Amazônia

Estatuto da Terra

A medida conhecida como Estatuto da Terra é resultado da edição feita na Lei nº 4.504, de novembro de 1964. Tomada, portanto, logo após ao golpe, ela visava aliviar as tensões sobre a propriedade da terra no Brasil, evitando os clamores por Reforma Agrária, marca dos anos anteriores aos militares no poder. Dentre suas principais manobras está a flexibilização dos limites máximos de propriedade previstos nas constituições anteriores. O que antes era limitado por no máximo 10.000 hectares por propriedade, passou a ser medido por um critério de proporcionalidade. Segundo o que foi instituído pelo Estatuto da Terra, um latifúndio poderia exceder em 600 vezes o tamanho do chamado módulo médio de propriedade numa dada região. Os módulos eram limites criados em comparação com a extensão das propriedades familiares.

Mas, para se ter uma ideia da concentração de terras estimulada após a aplicação dessa medida, nas áreas da colonização dirigida às margens da Transamazônica, onde o módulo médio correspondia aos 100 hectares concedidos aos colonos, o latifúndio poderia atingir o limite de 60.000 hectares (FARIA et. al., 2015).

Outra alteração significativa no território amazônico previsto no estatuto foi justamente a definição da colonização enquanto política oficial do Estado ou da iniciativa privada. Como vimos, essa passou a ser encarada como “toda atividade oficial ou particular que se destinasse a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas.” (FARIA et. al., 2015, p. 347). Esse foi o conceito que orientou a política de colonização dirigida. Já vimos aqui que o resultado da colonização na Amazônia não atendeu a demanda pela terra do pequeno trabalhador rural. No exercício e desfecho da colonização, o resultado foi o fortalecimento do latifúndio, tendo em vista o objetivo da multiplicação do capital na fronteira.

De maneira geral, a principal consequência daquilo que foi previsto no Estatuto da Terra foi a destinação das terras públicas para as mãos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Não satisfeito, o governo da ditadura concedeu uma série de incentivos fiscais à iniciativa privada, na tentativa de fazer das terras um instrumento da grande produtividade, o que não se verificou com o decorrer dos anos. Podemos então concluir que o principal legado do Estatuto da Terra na Amazônia foi a concentração em torno das grandes propriedades e o aumento da possibilidade de especulação, desencadeando uma série de conflitos em torno da expropriação dos camponeses e sua super-exploração nos latifúndios.

Operação Amazônia

A Operação Amazônia, como vimos, é produto do PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo. Criada no mandato inaugural da ditadura, sob o comando de Castelo Branco, ela previu três grandes mudanças institucionais. A primeira correspondeu à criação do Banco da Amazônia (BASA), em substituição ao antigo Banco de Crédito da Amazônia, por meio da Lei nº 5.122 de 28 de agosto de 1966. A segunda mudança é decorrente da Lei nº 5.173, e trata da extinção da SPVEA para criação da SUDAM, em outubro de 1966. A última modificação institucional remete à reformulação da Zona Franca de Manaus, resultado do decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Mas é a lei nº 5.174 que demarca, definitivamente, a expansão do capitalismo na Amazônia sob o comando dos militares. Ela previa a isenção total do imposto de renda, até 1982, para empresas já instaladas na região ou que viessem a nela adentrar até 1971. O exigido

era que esses agentes ampliassem, modernizassem ou aumentassem o índice de industrialização de matérias-primas naquelas localidades. A mesma lei também isentou os impostos e as taxas cobradas na importação do maquinário necessário a instalação das indústrias. As modificações no imposto de renda de pessoas jurídicas interessadas em investir na Amazônia não paravam por aí. A lei também determinava que seria deduzido até 75% de imposto entre aqueles que realizassem depósitos no Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, regulado pelo BASA. Com a mesma lei também se previu a dedução de 50% do valor das inversões de capital feitas em projetos agrícolas, pecuários, indústrias ou de serviços básicos realizados na Amazônia, esses coordenados pela SUDAM. Tomadas em conjunto, as medidas da operação foram a pedra fundamental para a fundação da Amazônia da ditadura, um modelo de região criado sob os auspícios da riqueza e do poder político, notadamente “injusto, excludente e depredador dos recursos naturais.” (CARVALHO, 2015, p. 71).

Banco da Amazônia S/A (BASA)

O BASA foi o banco responsável pelo financiamento das ações industriais, comerciais e produtoras na região amazônica. Além de financiar o grande plano, passou a funcionar como uma instituição de apoio à iniciativa privada, esteja ela localizada nos limites da Amazônia ou advinda dos centros econômicos do país. Além de ser o principal executor da política creditícia do governo, o BASA passou a efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades. Seu desempenho era então de função mista, por um lado atuava como agente do desenvolvimento regional e por outro como simples banco comercial – constituindo uma sociedade de capital aberto (HÉBETTE et al., 1974). Seus créditos eram divididos em duas linhas, uma especializada e outra geral. A especializada estava ligada ao financiamento das políticas de governo e a geral abria espaço para o empréstimo livre, constituindo a fração mais lucrativa de seus acionistas (HÉBETTE et al., 1974).

Alguns dados da década de 1970, permitem o entendimento de que boa parte das aplicações feitas no banco provinham de regiões de fora da Amazônia. No estudo feito pela equipe de Jean Hébette, em 1974, está registrado que nos três anos anteriores à publicação, 42%, 47% e 52% dos investimentos eram feitos por agentes estrangeiros. Como praticamente metade de seus financiadores estavam fora da região, o BASA passou a se compromissar com o capital extra-regional. O estudo conclui, portanto, pela mesma ideia que apresentamos ao longo da tese. O processo de expansão do capitalismo na Amazônia atendeu à acumulação financeira distante de seus limites. Ao investirem no banco, alguns segmentos da iniciativa privada multiplicavam seu dinheiro e viam seus impostos serem deduzidos. A relação dos

empresários com o BASA é mais um elemento que favoreceu a evasão de capitais resultante da política de ocupação da Amazônia, sendo o banco, dessa forma, um simples intermediário da aplicação financeira.

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

A SUDAM é resultado de uma proposta do Grupo de Trabalho da Amazônia entregue em setembro de 1966 ao General Castelo Branco. Votada no Congresso Nacional, a lei de sua formação foi promulgada em outubro de 1966. A instituição viria para substituir a burocratizada e inerte Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Inicialmente vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao longo da ditadura passou a fazer parte do Ministério do Interior. Em linhas gerais, “foi criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal.” (VIDAL, 2015, p. 358). Com personalidade jurídica e patrimônio próprio, desde e o início de sua fundação teve sede na cidade de Belém, capital do estado do Pará.

Um regimento interno aprovado ao longo da década de 1970 diz que é responsabilidade da instituição elaborar e atualizar o planejamento regional da Amazônia, sempre de acordo com os Planos Nacionais de Desenvolvimento aplicados ao longo da ditadura. Parte de sua função era, portanto, acompanhar os projetos e atividades definidos nos programas de desenvolvimento do governo militar. Quando não simplesmente acompanhava, era porque se tratavam das ações que ela mesmo executava. Essas responsabilidades de acompanhamento e execução eram determinantes para outra função do órgão, a de promover a elaboração e a divulgação de estudos e pesquisas que interessassem à transformação do espaço amazônico. Desse objetivo decorre a existência de seu vasto arquivo, onde contém uma série de publicações sobre as ações da ditadura na região.

No mais, a SUDAM deve ser entendida sob a mesma característica atribuída por Francisco de Oliveira (1981) à SUDENE: uma ‘correia transportadora’ da hegemonia burguesa do Centro-Sul para a Amazônia. Um órgão de eficácia duvidosa, que executou seu planejamento pela via dos incentivos fiscais daquele governo.

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Assim como o conceito de Amazônia Legal, a Zona Franca de Manaus não foi uma invenção da ditadura. Seu surgimento remete às discussões do alvorecer dos anos 50, início do processo de expansão da economia nacional rumo à Amazônia. Atribui-se a sua idealização ao deputado Francisco Pereira da Silva, que durante os debates e tramitação da SPVEA,

apresentou, ainda em outubro de 1951, a proposta de criação de um Porto Franco de Manaus. Suas justificativas para a implantação desse porto, decorria das dificuldades geográficas do ocidente amazônico, dependente da solidariedade continental para dinamizar sua economia. Com essas considerações, o deputado imaginava que a instalação do Porto Franco traria à região melhoramentos nas suas condições de abastecimento de produtos e mercadorias. O porto também serviria para satisfazer as necessidades das repúblicas vizinhas, o que o deputado considerava um gesto de boa vizinhança.

Mas a efetivação de seu plano teve que esperar alguns anos. A lei que viria inaugurar a Zona Franca, já aprimorada em relação a proposta do deputado, foi promulgada em 06 de junho de 1957, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Mesmo que ampliada em relação a ideia original de Francisco Pereira da Silva, a Zona Franca assinada por Juscelino ainda era modesta e funcionava como um porto livre, um entreposto de comércio de mercadorias. Anos mais tarde, sob os princípios de desenvolvimento que deram origem ao golpe, os militares entenderam que poderiam utilizar da base aduaneira como um importante dispositivo na expansão do capitalismo sobre a Amazônia. De simples livre região de comércio, a intervenção articulada em torno do decreto-lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, ampliou as bases da Zona Franca e a transformou num polo industrial, agregando também as funções comerciais que já desempenhava. A antiga Zona Franca de Manaus era então transformada pelos militares numa Superintendência, pondo sobre o controle administrativo do Estado brasileiro a gestão dessa ilha livre de impostos, numa evidente ação governamental para a consolidação das relações capitalistas na Amazônia.

Ao longo de todo o texto, constantemente mencionamos que o trabalho extrativista representava um grande inimigo da racionalidade da ditadura na região. Na concepção daquele governo, transformar a Amazônia era acabar com extrativismo e substituí-lo por uma atividade compatível com os padrões modernos de produção. A Zona Franca, portanto, cumpriria um importante papel nesse sentido. Sua instalação na parte ocidental da região, possibilitou a inserção de um regime industrial de caráter fordista, retirando aquele território do domínio quase exclusivo da produção primária.

Alguns autores chegam a afirmar que a implantação da Zona Franca dos militares representou uma alternativa tardia à economia da borracha, questão que era debatida nos meios institucionais desde o início do século XX (SANTOS; MACHADO; SERÁFLICO, 2015). Com a falência da economia gomífera, muitos políticos, seja de dentro ou de fora da Amazônia, tentaram imaginar uma plataforma que substituísse a histórica dependência da economia do látex. A afirmação desses autores é sustentada pela ideia de que com a Zona Franca, a Amazônia

passou a ser mais uma vez reintegrada à divisão internacional do trabalho e à dinâmica do capitalismo global (SANTOS; MACHADO; SERÁFLICO, 2015).

Mas para atrair as industriais nacionais e estrangeiras ao novo parque industrial de Manaus, o governo teve que jogar com os interesses da iniciativa privada. A contrapartida não requereu um grande esforço do Estado, e a substituição da dependência do látex na região em pouco alterou o quadro de exploração daquela economia. Digo isto, pois a chegada das empresas na região foi estimulada sobretudo pela disponibilidade de mão-de-obra barata no estado do Amazonas. Soma-se o aproveitamento dos incentivos fiscais, o que reduzia o ganho do governo e, portanto, sua capacidade de investir em políticas sociais naquelas localidades.

Como no restante do país a orientação do governo era proteger a indústria nacional, Manaus se tornou um grande polo de atração ao consumo dos bens lá produzidos. Naquela porção da Amazônia, os produtos importados chegavam ao consumidor final com preços bem reduzidos em relação aos que figuravam no mercado das outras regiões. Principalmente entre os seus dez primeiros anos de funcionamento, não havia no Brasil quem não conhecesse a SUFRAMA ou, pelo menos, alguém que houvesse adquirido um produto em Manaus. Naqueles anos, a televisão a cores era um objeto de desejo de todas as famílias de classe média do país e a região de livre comércio na Amazônia era o lugar onde elas podiam realizar seu sonho de consumo. As modificações no cotidiano local foram muitas e, nesse sentido, a SUFRAMA cumpriu um papel parecido com o da economia da borracha no que toca à transformação do espaço urbano de Manaus. Com o fluxo de turistas, expandiu-se a rede bancária e hoteleira, assim como cresceu a economia informal, representada pelo sem número de ambulantes que aproveitavam desse fluxo de pessoas na cidade (SANTOS; MACHADO; SERÁFLICO, 2015).

Para finalizar, uma crítica importante ao modelo da Zona Franca também está ligada à evasão de recursos da Amazônia e à satisfação de demandas estrangeiras à região. Como o mercado local não era capaz de absorver as mercadorias ali produzidas., a comercialização dos produtos se dava para com os agentes que vinham de fora, fazendo com que suas atividades ficassem “quase que exclusivamente voltadas para o mercado externo.”(SANTOS; MACHADO; SERÁFLICO, 2015, p. 194)”. Outro ponto que agravava essa condição, era o fato de que a aquisição de capital e matérias primas necessárias às indústrias também não era possível de serem adquiridas na Amazônia, o que comprometia a estruturação do mercado local.

Programa de Integração Nacional (PIN)

Foi o Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 que instituiu o Programa de Integração Nacional. Assim como muitas das medidas direcionadas à Amazônia, sua principal

manobra consistia na alteração da legislação referente ao imposto de renda das pessoas jurídicas. Através desse mecanismo, o governo reunia os recursos para a execução de uma série de obras na Amazônia, mas também no Nordeste, as consideradas regiões-problema do território nacional. No entendimento do regime, ambas necessitavam urgentemente serem integradas na economia total do país, leia-se, ao Centro-Sul. Com a previsão de recursos na ordem de 430 bilhões de cruzeiros, o PIN projetava, no Nordeste, direcionar parte de sua mão-de-obra ao que se entendia ser as regiões mais úmidas dessa mesma região. Também se previu um plano de irrigação nas partes mais secas daquelas localidades.

Na Amazônia, porém, centro de nosso debate, o PIN foi responsável por reunir os investimentos necessários à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Parte do mesmo esquema foi a implementação do vasto programa de colonização às margens dessas rodovias, sobretudo da Transamazônica – o projeto que destacamos em um dos capítulos da tese. Em seu caso, a colonização dirigida foi responsável pela instauração dos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC's), que foram três: o PIC-Altamira, PIC-Itaituba, e PIC-Marabá. Parte dos objetivos dessa política era a absorção e fixação dos excedentes de mão-de-obra provenientes da região Nordeste, numa tentativa de promover uma ação de desenvolvimento integrado das regiões do país. Foi também através do dinheiro reunido pelo PIN que o governo pôs em prática um levantamento sistemático do potencial de recursos naturais da região amazônica. Nesse intuito foram utilizados recursos fotogramétricos por radar e outros sensores, num projeto denominado de RADAM – o Radar da Amazônia.

Com o PIN, foi então realizada a construção dos principais eixos rodoviários da nova Amazônia dos militares – a BR-163 e a BR-230, Cuiabá-Santarém e Transamazônica, respectivamente. A construção dessas rodovias, associadas às outras medidas previstas no programa, dariam novas perspectivas a atividades econômicas de larga envergadura, seja no campo da agropecuária, da utilização das riquezas minerais ou da exploração dos recursos da floresta. Cabia então ao Ministério da Agricultura, na sua autarquia do INCRA, gerir os recursos destinados à colonização, seja do pequeno trabalhador rural ou dos grandes projetos agropecuários e agroindustriais. Ao Ministério do Interior estava reservada a missão de implantar os projetos de irrigação no Nordeste, sob comando da SUDENE. Por fim, o Ministério de Minas e Energias lidava com o dinheiro destinado ao levantamento e às pesquisas previstas no RADAM.

A função do PIN na Amazônia pode então ser resumida como o “braço direito dos incentivos fiscais, dando suporte por meio da construção dos eixos rodoviários na Amazônia,

agilizando as ações ligadas à colonização oficial e definindo as zonas onde deveriam ser localizados os investimentos agropecuários e agroindustriais.” (CAVALCANTI, 2015, p. 57).

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O INCRA é resultado do decreto-lei número 1.110 de 9 de julho de 1970, um pouco antes do decreto que deu origem ao PIN. A instituição representava uma entidade vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede em Brasília. Sua criação atende a uma necessidade de modernização das instituições federais, pois significou a substituição de outros três órgãos governamentais: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). Tanto o IBRA, como o INDA e o GERA, foram criados pelo primeiro governo da ditadura, em 1965, quando a presidência da república era ocupada pelo general Castelo Branco. As funções antes atribuídas a três órgãos do governo passariam ao controle de apenas uma instituição.

Notem que diferente da reforma agrária, a *colonização* é um termo que só aparece na sigla do INCRA. O Instituto foi praticamente fundado para assumir as ações da colonização dirigida na Amazônia. Não é por acaso que a própria sigla da instituição carrega o nome da política que distribuiu terras na Amazônia. Portanto, foi o INCRA que possibilitou falar da colonização como uma política oficial do governo. Mais que isso, ele representou a máquina governamental que deu nome e forma à colonização. Durante sua atuação na Amazônia, acumulou uma série de funções públicas, o que aumentava o trabalho e a responsabilidade de seus funcionários. Além de conceder salários mínimos aos colonos durante os seis primeiros meses em que trabalhavam na terra, o INCRA emitiu os documentos necessários à ocupação, como as carteirinhas, os títulos e os carnês de pagamento da terra.

(Carteira de identificação do colono José Lourenço. Filipe Soares, Brasil Novo, janeiro de 2015)



Nas imagens a cima, do lado esquerdo, está o documento de identificação do colono. Emitido pelo INCRA, atestava o status e a condição dessa nova categoria de trabalhador rural na Amazônia. Ao lado, uma pequena cartilha onde a instituição apresentava suas obrigações para com colono. Com esforço, é possível ler os pontos descritos no documento. Em minha visita nas cidades da Transamazônica, também fotografei um material impresso que trata dos anos da colonização e que foi guardado por antigos colonos que ainda residem na região. A carteira de identificação é posse do Sr. José Maíra, trabalhador proveniente do Rio Grande do Norte, que hoje habita a zona rural do município de Brasil Novo, às margens da rodovia. Abaixo, em bom estado, está a imagem do carnê de crédito oferecido pelo INCRA aos colonos. Ele também foi fotografado durante o período de pesquisa na região.

(INCRA – carnê de pagamento da terra. Filipe Soares, janeiro de 2015)



Um de meus entrevistados foi um funcionário do INCRA que até hoje reside em Altamira. Por sua atuação na política de colonização, durante o início da década de 1970, o sujeito é conhecido popularmente na cidade como Antônio Prefeito – o que demonstra a autoridade conquistada por esses sujeitos a partir de seus trabalhos na área. Foi então através

do INCRA que o governo federal pôde aproximar-se do trabalhador rural e assumir o direcionamento das ações políticas no campo. Os funcionários foram justamente os vetores dessa aproximação. Eles comandavam a assistência aos colonos, garantindo a proximidade entre a instituição e o trabalhador rural. Tanto o colono quanto o funcionário do INCRA eram tidos como os pioneiros da ocupação da Amazônia na década de 1970.

Na abordagem da atuação do INCRA na Amazônia, a tendência da historiografia regional foi destacar sua atuação no Estado do Pará, mais especificamente, na política de colonização dirigida à beira da Transamazônica. Esse privilégio remete não só ao destaque concedido pelo governo a esta ação, mas remete ao problema de que a parte oriental da Amazônia concentra os estudos sobre a região. Dessa forma, para complementarmos o verbete sobre o INCRA, não podemos excluir as políticas de colonização dirigida montadas ao longo da BR-364, no então Território Federal de Rondônia. O projeto de colonização Ouro Preto, deu nome à iniciativa que visava assentar trabalhadores provenientes do sul do país naquela parte da Amazônia ocidental. Alguns estudos apontam que os problemas decorrentes da política na Transamazônica foram, em partes, os mesmos que se reproduziram na BR-364, ou seja, grandes conflitos sociais decorrentes da invasão de terras alheias ao projeto. Da experiência do PIC Ouro Preto, decorreram mais quatro iniciativas de colonização. Elas foram concebidas para amenizar a chegada de uma quantidade considerável de pessoas atraídas pelo primeiro programa. Esses projetos foram intitulados de Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Padre Adolfo Rohl (ROBSON e CAVALCANTE, 2015). No Território Federal de Rondônia, depois da atração incontrolável de pessoas, resultante do Projeto Ouro Preto, no início da década de 1970, o INCRA tentou desesperadamente regularizar a ocupação da terra e a emissão de títulos de propriedade. A instituição, portanto, constituiu “o principal escopo institucional responsável pela execução de tal política pública para a região.” (ROBSON e CAVALCANTE, 2015, p. 407).

Naquela porção da Amazônia Ocidental, o INCRA também executou um outro modelo de colonização, os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD's). O PAD priorizava colonos com capacidade de investimento e com familiaridade frente a tecnologia agrícola. Seus lotes ultrapassavam os 100 hectares previstos na Transamazônica e podiam chegar à extensão de novos 250 hectares. O conjunto de ações do INCRA no Território Federal de Rondônia fez quintuplicar a população daquela área durante a década de 1970, sendo, portanto, fundamental para sua elevação à categoria de estado da federação em 1981.

Projeto Radar da Amazônia (RADAM)

Em um dos documentos elaborados pela SUDAM, a instituição prevê que, naquela época, o Projeto RADAM era o maior projeto de levantamento integrado de recursos naturais do mundo. Inicialmente previsto para cobrir uma restrita área da Amazônia, o projeto foi paulatinamente ampliado até fazer o levantamento total da região e, posteriormente, de todo o país. Dentre o maquinário utilizado para a descoberta das riquezas e potencialidades do solo amazônico, foram utilizados não somente o radar, mas outros sensores, tais como: fotos multiespectrais e infravermelho, vídeo-tape e perfis de radalímetro.

O cronograma do projeto está assim indicado: em 24 de novembro de 1969 deu-se os inícios dos estudos para elaboração do projeto. Em outubro do ano seguinte, criou-se a comissão responsável por sua execução. Em março de 1971 foi assinado o contrato inicial do aerolevante. Alguns meses depois, em 6 de junho de 1971, finalmente iniciaram os voos que sobrevoaram a Amazônia. Foi de responsabilidade do RADAM, por exemplo, a descoberta do ouro, da cassiterita e do diamante no então Território Federal de Roraima, marco inicial do garimpo, trabalho que ocasionou uma reviravolta social naquela região.

Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA)

O PROTERRA é mais um programa que pretende reunir recursos através de concessões fiscais. Traduzido pelo Decreto-Lei nº 1.179 de 6 de julho de 1971, quando apresentado por Médici em discurso solene, criou-se a impressão de que o programa atenderia prioritariamente o pequeno e o médio produtor. Na retórica do presidente, como o próprio nome do programa indica, o PROTERRA seria destinado às áreas rurais do Nordeste e da Amazônia, cumprindo a função de oferecer melhores condições de vida às populações rurais dessas regiões, representadas, pela mesma fala do presidente, como segmentos em que “mais áspera é a vida”. Promulgado como uma extensão do PIN, o PROTERRA pretendia dar crédito às atividades agrícolas da região Norte e socorrer o chamado polígono das secas no Nordeste, região que no ano de 1970 sofreu com uma de suas piores estiagens.

Dizia Médici que o programa iria facilitar o acesso do homem à terra e para isso seriam destinados 4 bilhões de cruzeiros a serem incluídos no orçamento previsto entre 1972 e 1976. Esse dinheiro viria tanto da política de incentivos fiscais, grande medida da ditadura na Amazônia, como do próprio orçamento federal, mas também de desvios a serem feitos do montante previsto no PIN. Dentre as ações básicas desse novo programa, estavam a concessão

de empréstimos a pequenos e médios produtores, facilitando a ampliação das propriedades e sua exploração. O PROTERRA também foi o mecanismo utilizado para desapropriação das chamadas terras de interesse social, sempre mediante uma indenização em dinheiro paga ao antigo e improdutivo proprietário. A princípio o decreto do programa diz que a desapropriação das terras seria feita para posterior distribuição aos pequenos e médios proprietários. Contudo, como seu nome também indica, os recursos do PROTERRA seriam utilizados para estimular a chamada agroindústria, dando assistência financeira à agricultura de grande porte, facilitando a estrutura da grande propriedade.

Dessa forma, me parece que a ajuda destinada ao acesso do pequeno e médio produtor, como previa Médici em seu discurso, não passava de mais um recurso retórico do governo. Pelo menos na Amazônia, tudo indica que a execução do programa correspondeu a mais um dos dispositivos que destinaram as terras alienadas pelo governo para o usufruto de latifundiários que pretendessem implantar seus grandes projetos agropecuários e florestais na região.

Projeto Rondon

Um dos documentos que tratam do Projeto Rondon, diz que ele remete a uma ação pioneira organizada pelo Professor Wilson Choeri, da Universidade do então estado da Guanabara. Relata que o docente, junto a mais 27 pessoas, entre alunos e professores, se deslocou rumo ao Território Federal de Rondônia em 1967. Os documentos pecam em não detalhar as atividades realizadas pelo grupo.

Segundo nos relata a publicação oficial, ao voltar da experiência de campo, teria sido essa equipe a responsável por formular um grande lema da ditadura na Amazônia: “*Integrar para não entregar*”. Médici recorrentemente utilizava o jargão em seus pronunciamentos, a ponto de, como vimos, ter sido um dos slogans com os quais os colonos da Transamazônica entenderam sua função na região.

Se as atividades desempenhadas pelos estudantes aqui carecerão de mais detalhes, o certo é que o Projeto Rondon cumpriu a importante função de trazer o meio universitário para dentro das políticas federais na Amazônia. Passada a experiência pioneira capitaneada pelo Professor Wilson, em novembro de 1970 a missão se transformara num órgão autônomo da administração federal, a partir do decreto nº 67.505. Com esse mecanismo institucional, foram definidas algumas ações prioritárias do Projeto Rondon: organizar, implantar e coordenar a atividade de estudantes universitários e técnicos no interior, integrando-os ao processo de desenvolvimento levado a cabo pelo governo federal em regiões como a Amazônia. A função desses segmentos é definida pelo critério geral de prestação de assistência às municipalidades

carentes de técnicos especializados. Vimos que, na Transamazônica, de acordo com o relato dos pesquisadores que acompanharam a implementação da política de colonização, a presença do Projeto Rondon se deu através da assistência de saúde pública aos migrantes que chegavam nas áreas da rodovia.

A presença dos estudantes nas fronteiras e nos interiores se dava mediante a formação de “Campi avançados”. Esses Campi funcionavam como uma extensão das Universidades, numa tentativa de aproximar os estudantes da realidade nacional presente nos interiores do Brasil, distantes, dessa forma, das sedes das instituições de ensino. Me parece que o Projeto Rondon foi um instrumento eficiente na cooptação da juventude, transformando-a de potencial questionadora da ditadura em agente ativo do processo de desenvolvimento orientado pelo governo. Como bem diz os documentos que tratam do projeto, sua execução seria uma forma de criar junto às lideranças universitárias, uma mentalidade nacional de participação comunitária, levando-as a colaborar com o governo e engajando-as no processo de construção nacional do regime.

Projeto Jari

Situado entre os municípios de Almerim, no Pará, e Mazagão, no antigo Território Federal do Amapá, o projeto Jari compreende uma área total de 2.279.000 hectares, cortados pelo rio que dá nome ao projeto. Deste montante, 1.700.000 hectares estão situados no Pará. Este foi um dado que encontrei num relatório feito pela SUDAM. No entanto, dizem alguns autores que a real extensão do projeto sempre foi um mistério (TOSTES, 2015). Segundo nos conta José Alberto Tostes (2015), existem diferentes versões sobre o total de terras ocupadas, inclusive com números diferenciados divulgados por sua própria administração. Esses dados em geral variam entre 1 milhão e 3,5 milhões de hectares (TOSTES, 2015). O mesmo autor afirma que a dificuldade em se precisar a real extensão das terras ocupadas pelo Projeto Jari está ligada ao fato de que sua formação envolveu um processo fraudulento de grilagens de terras, concomitante à expulsão de antigos posseiros de suas localidades.

Apesar de ser difícil definir os limites da ocupação, o fato é que esse grande latifúndio amazônico passou às mãos do milionário norte-americano Daniel K. Ludwig, em 1967. Naquele ano, previa um dos homens mais ricos do mundo a implantação de um complexo que englobaria diversificadas atividades, como a utilização dos recursos florestais, o uso de técnicas experimentais de cultivo, a prática da pecuária, da mineração, enfim... toda uma gama de ações com vistas a produzir novas riquezas em solo amazônico. Mas parece que sua intenção não saiu a contento. Em 1981, em meio a uma grande crise do projeto, as terras foram repassadas da

propriedade de Ludwig para as mãos de um grupo de empresários brasileiros. A partir daí, o Jari passou por uma reformulação na qual o governo cumpriu importante papel. Os novos empresários que o assumiram foram impulsionados principalmente pelo desejo de exploração mineral naquelas terras. Eles se organizaram em torno do Grupo Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), proprietário da mineradora Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI).

Não podemos esquecer que foi na década de 80 que ocorreu o boom da exploração mineral na Amazônia, com o início do garimpo em Serra Pelada, no Projeto Grande Carajás. Foi então essa tendência que estimulou o grupo de empresas nacionais a investir nas antigas propriedades de Ludwig. Mas parte importante da discussão desse projeto é o entendimento das atividades por ele desempenhada quando estruturado sob a propriedade do milionário norte-americano. O relatório da SUDAM que tenho comigo, descreve a situação do Jari em 1977.

Engana-se quem pensa que o aproveitamento florestal do Jari passava pela utilização dos recursos da mata nativa. A ideia de Ludwig era desmatar grandes faixas de terra para o plantio de espécies exógenas adaptadas ao clima local. As novas árvores forneceriam madeiras, polpa, laminados, compensados, mas, sobretudo, um papel com qualidade para adentrar nos grandes mercados de seu comércio. Essa iniciativa foi mantida pelo novo grupo de empresários que adquiriram aquelas terras a partir da década de 1980. Para se ter uma ideia do desmatamento da floresta nativa, em 1977, a plantação de novas árvores no local já ocupava uma área em torno de 95.000 hectares, como oficialmente divulgado pela SUDAM. Outra atividade compreendida no Jari, sob domínio de Ludwig, foi a rizicultura, o cultivo de arroz. Aproveitando as áreas de várzeas presentes naquela região, a atividade foi aprovada pela SUDAM sob concessão de incentivos fiscais. A produção do arroz era destinada prioritariamente para a exportação.

A pecuária também não ficou de fora do Jari. A criação de búfalos em 1977 já atingia um total de 4.000 cabeças, também criadas nas áreas de várzea (SUDAM, 1977). O número de bovinos era maior e naquele ano foram contados por volta de 7.000 cabeças de gado (SUDAM, 1977). A criação envolvia métodos sofisticados no trato desses animais, tendo em vista a sua maior produtividade e qualidade. O método de tecnologia avançada utilizado na agropecuária do Jari também envolveu a tentativa de plantio de outras espécies que não somente o arroz. Foram feitas pesquisas para o plantio de sorgo, milho, soja e feijão, além de variedades de mandioca. A criação de peixes em grandes viveiros também foi testada no projeto, demonstrando a abrangência e complexidade da iniciativa na utilização da mais alta tecnologia agroindustrial.

Para o aproveitamento das árvores plantadas na região, foi montada uma indústria de celulose, com investimentos que giravam em torno de 319 milhões de dólares. Sua atuação na área é importante, pois remete ao objetivo de transformação do trabalho extrativista ali desempenhado numa nova forma assalariada. O Projeto Jari, portanto, teve toda a confiança do governo federal uma vez que representou um importante dispositivo para a efetivação de grande parte de seus objetivos na região. Com ele era possível empregar os mais recentes avanços tecnológicos da exploração agropecuária e mineral, além de transformar o regime de trabalho da mão-de-obra ali disponível, sepultando a vida ligada ao extrativismo para que pudessem assumir a forma assalariada. A exploração de minérios também foi uma iniciativa prevista desde o início do Projeto Jari. Em 1977, ela era feita por uma empresa subsidiária, a CAULIM DA AMAZÔNIA LTDA (CADAM). O Caulim é um minério presente na fabricação de papel, cerâmica e tintas e, por isso, importante para as atividades desempenhadas naquelas localidades, tendo em vista os recursos florestais ali utilizados e as indústrias montadas, o que demonstra a integração das atividades no funcionamento do Jari. A CADAM persistiu com sua exploração após a aquisição do projeto por parte dos empresários brasileiros, demonstrando mais uma vez que o grande interesse do novo grupo era mesmo os minérios presentes na vasta região coberta pelo projeto.

Para concluir, tem-se que o Projeto Jari foi uma iniciativa que atuou como um grande enclave econômico na Amazônia. O investimento de Ludwig provocou profundas modificações no modo de vida da população local e transformou radicalmente as atividades ali desempenhadas. Mas como todo processo capitalista, a chegada do grande empreendimento também trouxe consigo a produção da pobreza naquelas localidades (TOSTES, 2015). As novas relações de trabalho na Amazônia, ao invés de trazerem qualidade de vida à população local, foram, na verdade, acompanhadas de uma formação periférica em torno das áreas do projeto. Esses aglomerados passaram a ser conhecidos como “beiradões” e constituíam verdadeiras favelas e palafitas fincadas no rio (TOSTES, 2015). Também é importante denunciar que a instalação do projeto foi acompanhada de um violento processo de expulsão dos tradicionais trabalhadores que já ocupavam as terras adquiridas por Ludwig – prática comum na transformação do espaço amazônico levada adiante pelos militares.

Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)

O POLAMAZÔNIA representa a medida de ruptura entre a gestão do governo Médici na Amazônia e as atribuições do governo Geisel na região, questão bem debatida ao longo do trabalho. O programa significou a diminuição das responsabilidades da empresa governamental

para finalmente consagrar o modelo de gestão baseado na parceria com a iniciativa privada – o próprio Jari aproveitou dos incentivos reunidos pelo POLAMAZÔNIA. No projeto nacional essas foram as mudanças compreendidas entre o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Podemos dizer então que o PIN foi a iniciativa característica dos anos Médici e o POLAMAZÔNIA a cara da gestão de Geisel sobre a Amazônia.

A ideia dos tecnocratas do quarto governo da ditadura foi montar um modelo de intervenção onde as iniciativas de desenvolvimento pudessem ser estruturadas num espaço descontínuo, tendo em vista que no período de Médici as ações foram concentradas na região da Transamazônica. E o instrumento utilizado para isso foi justamente o POLAMAZÔNIA. Visando uma ocupação considerada mais ordenada e seletiva, com o decreto nº 74.607 de setembro de 1974, o governo Geisel subdividia a Amazônia legal em 15 áreas prioritárias, escolhidas conforme suas potencialidades minerais e agropecuárias. Foram elas: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Altamira, Trombetas, pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruema, Aripuanã e Marajó. A ideia é que essas regiões atuassem cada uma ao seu modo para que o PIB nacional fosse finalmente elevado com a contribuição direta da região amazônica. Dentro da metodologia adotada, o programa já previa que dentre as suas áreas de atuação, a região prioritária seria o Polo Carajás, local onde se encontrava a jazida de ferro, onde o governo Geisel entendia ser capaz de extrair por volta de 18 milhões de toneladas de minério, como apontam alguns estudos do POLAMAZÔNIA.

Projeto Grande Carajás (PGC)

Contam as línguas do Estado brasileiro entre os anos da ditadura, que a jazida de minério de ferro na região de Carajás, no estado do Pará, foi descoberta em 1967 pelo geólogo Breno Santos. Anos mais tarde, em 1970, foi criado um consórcio para exploração desse minério naquela região. Participavam do grupo, a Amazônia Mineração S.A, da US Steel e Cia, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na época, uma empresa estatal. Diante da crise do petróleo em 1973, a empresa norte-americana vendeu os direitos de lavra a CVRD, que passou, mais tarde, a explorar exclusivamente as minas da Serra dos Carajás, a cerca de 550 km ao sul de Belém.

Nas discussões políticas que acompanharam a formulação do projeto, um debate foi motivo de divisão entre os políticos da época. Para transportar o minério de ferro do sudeste do estado do Pará, decidiu-se pela construção de uma ferrovia com 890km de extensão, ligando Marabá ao porto de Itaquí, em São Luís. Perdendo a possibilidade de manter o escoamento no

próprio estado, alguns políticos paraenses se indignaram com a medida, pois propunham que o minério fosse transportado por vias fluviais, mantendo os investimentos do projeto exclusivamente alocados no estado do Pará. O problema é que as obras de construção da Hidrelétrica de Tucuruí, criada em larga medida para fornecer energia aos novos projetos de mineração da Amazônia, dificultaram a navegação nos grandes rios próximos ao empreendimento. Ganhou então a cidade costeira de São Luís, capital do Maranhão, cujo porto de Itaqui é responsável, até hoje, por exportar o ferro adquirido no estado vizinho.

Apesar das jazidas serem descobertas em 1967, a ditadura só iniciou a exploração mineral em Carajás após a promulgação do decretos-lei nº 1.813 e 1.825, de 24 de novembro de 1980 e 22 de dezembro do mesmo ano, respectivamente. Foram reservadas pelos decretos um total de 900.000 km de terras, abrangendo não só o território do estado do Pará, mas também do Maranhão e Goiás. É claro que diante de tamanha extensão, não estava em jogo somente a exploração mineral. Apesar dos projetos de mineração e de metalurgia terem recebido a maior quantidade dos investimentos, sendo esta última uma incipiente indústria montada na localidade, o PGC também envolveu o estímulo a algumas atividades agropecuárias. Nessa versão, o PGC foi mais um mecanismo que veio a funcionar como uma série de outras medidas na região. Articulado à SUDAM, os projetos agropecuários em nada contribuíram para a melhoria da condição do pequeno trabalhador rural, sendo mais um capítulo da prática da especulação e da acumulação de terras sobre a propriedade de pequenos grupos rurais.

O PGC é o caso emblemático da mineração na Amazônia, mas outros dois projetos fundado pela ditadura também merecem serem destacados. O primeiro é o Projeto Alunorne/Albrás, no município de Barcarena, também no estado do Pará. Visando a produção de alumínio, até hoje mantém-se a exploração de bauxita naquela região. Recentemente foi demonstrado os prejuízos respiratórios aos residentes próximos, assim como a poluição da água ao redor, que por sua vez tem disseminado uma série de problemas de saúde decorrentes de seu uso. O Projeto Trombetas é o segundo a ser destacado, dessa vez localizado no município de Oriximiná, no estado do Pará. Na época de sua implementação, ocupava uma área de 90.000 hectares e a exploração de bauxita ficou a cargo da Cia. Mineração Rio do Norte. O transporte do minério, pelo menos na época em questão, era feito até o complexo da ALUNORTE/ALBRÁS, em Barcarena, onde uma indústria ali instalada o transformava em alumínio. Esse foi outro empreendimento que determinou a construção, pelo governo da ditadura, da Hidrelétrica de Tucuruí.

Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)

As informações são poucas a respeito da execução desse programa. Sua idealização está disponível para qualquer um que acessar na internet o texto do decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. A falta de conteúdo sobre o POLONOROESTE remete a já comentada escassez de estudos sobre a parte ocidental da Amazônia. Na verdade, foi justamente essa falta que me fez abordar o programa, mesmo com os poucos comentários que serão feitos a seu respeito.

O POLONOROESTE abrangia os estados de Mato Grosso e Rondônia. O seu principal investimento era a pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e, como de praxe, a ação acompanhou um processo de colonização e regularização fundiária às margens da estrada, novamente capitaneado pelo INCRA. Mas é outra medida prevista no POLONOROESTE que me chama atenção. Me refiro as ações de proteção à saúde e à defesa dos indígenas que habitavam aquelas localidades. Apesar da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ser um outro dispositivo criado ao longo da ditadura (em substituição do antigo Serviço de proteção ao Índio – SPI), é raro encontrar nos documentos que tratam das medidas do executivo alguma referência aos povos tradicionais, mesmo entre aquelas publicações referentes à gestão do território amazônico.

Para entender a atenção que o programa dedica aos indígenas, temos que levar em consideração que o seu decreto se deu no contexto da década de 1980. Naquele momento, já corriam as notícias mundo a fora de que a política montada pela ditadura na Amazônia contrariava os direitos desses povos, para não dizer que os estavam dizimando⁷². No fim do regime, o governo passou a ser cobrado por agências estrangeiras para elaborar propostas de cuidado com essa população. Foi assim que o POLONOROESTE passou a contar com investimentos do Banco Mundial, que desviou seus recursos para a montagem de um programa de assistência aos indígenas da Amazônia. No que toca a situação desses indígenas nas áreas entre Mato Grosso e Rondônia, vimos que durante a década de 1970, o programa de colonização do INCRA ali montado, trouxe milhares de pessoas à região. Esses projetos expulsaram os indígenas ali residentes e o fluxo de pessoas trouxe uma série de doenças que os contaminaram. Com o asfaltamento da BR-364, medida do POLONOROESTE, um novo e grande contingente populacional chegava à região. A contrapartida do governo para aliviar o agravante da sua imagem internacional, foi, portanto, ao contar com investimentos estrangeiros, montar uma política de cuidado com a população indígena daquelas áreas.

Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT)

⁷² A respeito da política indigenista da ditadura, e o processo cruel e autoritário que levou milhares de indígenas da região amazônica à morte, ver o livro “O fuzil e as Flechas”, de Rubens Valente.

Com o advento da década de 80 e o sucessivo conflito pela terra no sudeste do Pará, a questão fundiária na Amazônia se tornou definitivamente um problema militar. Em fevereiro de 1980, através do decreto-lei nº 1.767, o governo criava o GETAT, um órgão subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, do qual o então presidente João Batista Figueiredo um dia foi chefe. O GETAT passou a acumular as funções de discriminação, arrecadação, destinação, licitação e desapropriação de áreas rurais, enfim, tudo o que fosse necessário ao processo de regularização fundiária naquela região.

A coordenação do GETAT era constituída de seis membros: um representante do Conselho de Segurança Nacional, como presidente; um Procurador da República; um representante do INCRA; e os outros três componentes eram indicações dos governadores do estado do Pará, Maranhão e Goiás, territórios onde o grupo atuaria.

Em que pese a concepção de que o problema da terra havia de fato se transformado num problema de segurança pública, a atuação do GETAT não modificou o planejamento geral do regime para aquelas localidades, e os pequenos trabalhadores rurais continuaram vulneráveis frente ao avanço do latifúndio e da grilagem na Amazônia.

Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM)

A área de atuação do GEBAM compreendia os municípios de Almerim, no Pará, e de Mazagão, no então Território Federal do Amapá. Não por acaso, essas eram as áreas onde estavam localizadas as terras do Projeto Jari e onde, por conseguinte, se instalou uma série de conflitos pela terra decorrentes da expulsão dos camponeses de seus locais de trabalho e da formação de verdadeiras periferias em torno do projeto. Como diz o texto do decreto que o instituiu, nº 84.516 de fevereiro de 1980, o GEBAM deveria fortalecer a presença do governo federal na margem esquerda do baixo Amazonas. Assim como o GETAT, sua função era propor medidas e soluções para os problemas fundiários daquela região.

Assim como o grupo anterior, o GEBAM era presidido por um membro do Conselho de Segurança Nacional. Completavam sua coordenação representantes dos Ministérios da Agricultura, do Interior e da Justiça; também se faziam presentes membros políticos da SUDAM, do INCRA e do então Território Federal do Amapá; completava a lista um indicado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Telecomunicações

A melhoria das comunicações foi um importante dispositivo da integração da Amazônia. Seu salto qualitativo parece ter cumprido relevante função no convencimento da

população local quanto à presença governamental naquelas localidades. Com os projetos, chegaram a Amazônia uma série de ondas de rádio e televisão, possibilitando o acesso da população aos meios de comunicação nacionais. Outra contribuição determinante foi a nova facilidade criada em torno da comunicação via telefone. A instituição responsável pela execução desse sistema foi a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), representada, na região, pela autarquia do Grupo Executivo das Telecomunicações para a Amazônia, criado em 1968. Com a chegada da empresa, foi permitida a realização de “ligações diretas e automáticas para o resto do país e o exterior.” (HÉBETTE et al., 1974, p. 58).

Numa região onde imperava o mito do isolamento, a melhoria das comunicações, representava, aos olhos da população local, os verdadeiros vetores do progresso e da inclusão (FARIA et. al., 2015). Com isso, junto à atuação da EMBRATEL, o governo gerava uma série de expectativas positivas em torno de sua ação na Amazônia. Mas parte do projeto de comunicação, que de modo algum deve ser menosprezada, foi o sistema de transporte e a construção de rodovias na Amazônia – as formas arquitetônicas que passaram a cortar o território da floresta durante os anos de governo da ditadura, garantindo não só o fluxo de mercadorias, mas também de pessoas, informações e ideias.

Rodovias

A tentativa de fazer a listagem das rodovias criadas pelo governo militar na Amazônia é o próprio retrato do que tenho feito nessas considerações finais. A quantidade de estradas é grande, assim como são muitos os dispositivos da ditadura na Amazônia. Tentarei apresentar aquelas que cruzaram meus caminhos de pesquisa e leitura. O intento é passível de confusão já que por vezes elas são apresentadas por sua identificação numeral e por hora elas são relacionadas pelos trechos que interligam. Também consiste num risco a definição de que rodovias foram efetivamente inauguradas pelo regime e quais foram somente pavimentadas e interligadas ao eixo maior de transportes na Amazônia. De qualquer forma, a ação de aprimoramento das rodovias já é um fator que as definem como parte dos dispositivos criados pelo governo da ditadura na região.

Rodovia BR-010 (Belém-Brasília)

Essa é um marco da história rodoviária do país. Constitui um símbolo da expansão rumo à Amazônia. Mas como muitos sabem, não foi construída pelo governo dos militares. Sua inauguração remete à gestão JK, mas sua pavimentação foi feita pela ditadura e explorada em sua propaganda com o orgulho nacionalista que lhe era característico. O processo de ocupação

das margens dessa rodovia foi exemplo para a política dos militares na Amazônia, na qual praticamente toda abertura de estrada foi acompanhada de um estímulo à habitação desses locais.

Rodovia BR-156 (Macapá-Oiapoque)

A BR-156, desempenhou uma função estratégica no Território Federal do Amapá. Sob o mito do espaço vazio, o regime anunciava que a rodovia facilitaria não só o objetivo colonizador como cumpriria a função de “vitalizar” a região. Cortando o Amapá de Norte a Sul, a estrada constituía uma via de circulação das novas riquezas exploradas naquele território, além de cumprir importante papel na comunicação de seus novos habitantes. Junto à Perimetral Norte (BR-210), serviu como ponto articulador de outros empreendimentos na região, como a usina Coaracy Nunes, a “Hidrelétrica do Paredão”, como era conhecida.

Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)

Junto à Transamazônica, foi uma rodovia chave para a constituição do eixo rodoviário amazônico. Mas diferente de sua irmã, teve de esperar mais um pouco para ser definitivamente inaugurada. O início de suas obras remete à promulgação do PIN, em 1970, mas seu término é somente marcado em 1978. No entanto, à medida que avançava sua abertura, colonos do país inteiro eram organizados em torno de projetos de colonização sob coordenação de grandes empresas agropecuárias. Além de ser uma importante rodovia para a realização do projeto de ocupação da Amazônia, seu traçado permitiu ligar a região Centro-Oeste, distante da costa, a um dos mais importantes portos de exportação da região amazônica. Até hoje, parte da soja produzida no centro do país ganha seu destino através de Santarém.

Rodovia BR-174 (Manaus-Venezuela)

Junto às BR-210 e BR-401, todas construídas pelos militares, a rodovia que ligou Manaus à Venezuela interligou o território de Roraima ao restante da região Norte do país. A construção da BR-174 cumpriu importante papel na comunicação dentro do vasto território amazônico. Através dela, Boa Vista fez contato com Manaus e com a fronteira da Venezuela. Com a extensão do eixo rodoviário, poder-se-ia chegar na Venezuela partindo da capital federal de Brasília. Seus trabalhos de construção ficaram a cargo do exército, sendo concluída em 1977.

Rodovia BR-210 (Perimetral Norte)

Esta rodovia foi um dos projetos mais ousados da ditadura na Amazônia. Encampada como um instrumento de segurança nacional, cortou o território partindo de Macapá até chegar ao Acre, no município de Cruzeiro do Sul. Com 2.666km, acompanha toda a fronteira Norte e Noroeste do Brasil, cruzando os afluentes setentrionais do Amazonas além de transpor o rio Solimões à altura da cidade de Benjamin Constant. Por estar localizada perto da fronteira, sua abertura envolveu sérios conflitos com a população indígena ali localizada, ocasionando os principais episódios do genocídio étnico associado a intervenção da ditadura na Amazônia.

Rodovia BR-230 (Transamazônica)

Como vimos, a Transamazônica embalou o sonho de Brasil Grande da ditadura, sendo o símbolo da expansão durante os anos do milagre brasileiro na década de 1970. Também observamos que a política de colonização às suas margens sintetiza as ações e discursos daquele governo na região. Enquanto rodovia, significou a integração da Amazônia ao Nordeste. Apesar de seu início propriamente dito estar localizado em Estreito, no Maranhão, a continuidade da BR-230 permite a seu transeunte chegar até Cabedelo, nas proximidades da capital João Pessoa, na Paraíba. O outro ponto que limita sua extensão está localizado na cidade de Humaitá, no Amazonas, o que faz com que seu percurso total seja de 2.306 km. Diferente do que ocorre com outras estradas, a construção da Transamazônica envolveu a contratação de uma série de empreiteiras, cada uma responsável por um trecho da rodovia. No sul do Pará, ela cruza com a Belém Brasília, interligando mais à frente os municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, marcos da colonização dirigida da década de 1970. Com a ocupação resultante dessa política, novos lugares foram formados às margens da rodovia, resultando numa série de municípios que recentemente ganharam sua emancipação. A região da Transamazônica hoje corresponde a um importante conglomerado urbano da Amazônia e, como tal, traz consigo todos os conflitos que lhes são característicos. Sua atual espacialidade e conformação social encontram suas causas na política da ditadura para a região.

Rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho)

Essa é uma rodovia com 866km de extensão. Iniciada ainda em 1968, teve sua construção concluída e entregue ao tráfego no ano de 1976. Atravessa uma área característica da planície amazônica, sem grandes declives ou subidas. Essa estrada a princípio não contou com um plano de colonização de suas margens, mas relatos do governo dão conta de que após sua conclusão alguns grupos residentes naquelas localidades se transferiram para a beira da estrada, onde já imaginavam a fundação de uma cidade. No entanto, o planejamento

governamental dá conta de que se previa a aplicação, junto ao INCRA, de mais um programa de colonização na margem da BR-319, dessa vez em parceria com o governo estadual do Amazonas. Essa rodovia se integrava à BR-174, completando um traçado que unificava a comunicação de toda Amazônia Ocidental com a capital do país. Além disso, como parte do seu trecho passa pela cidade de Humaitá, a Manaus-Porto Velho também se integrava à Transamazônica.

Rodovia BR-364 (Cuiabá-Fronteira com o Peru)

A BR-364 é mais conhecida como Cuiabá-Porto Velho, mas sua extensão total cruza o Acre até a fronteira com o Peru. Dessa forma, ela representou uma importante medida institucional da ditadura para aquele estado da federação, interligando-o por rodovias ao resto do país e cumprindo a missão estratégica da integração (CARVALHO, 2015). O trecho que se restringe entre Cuiabá e Porto Velho foi construído no governo JK, nos fins da década de 1950, mas foi a ditadura quem o estruturou com obras complementares. A parte da rodovia compreendida no então Território Federal de Rondônia, quando consolidada na década de 1960, serviu para a implantação da colonização operada pelo INCRA. Nessas considerações finais, vimos que essa política foi decisiva para a transformação desse território em estado, uma nova mudança institucional da ditadura, tendo em vista a grande atração de pessoas e a reunião de uma série de agências governamentais na localidade.

O percurso que leva até a fronteira com o Peru, e que atravessa o Acre, termina no município de Boqueirão da Esperança – essa foi uma obra exclusiva dos militares. Antes de sua finalização, o INCRA já havia instalado dois projetos de colonização na altura do município de Abuanã, antes da passagem por Rio Branco. Um projeto remetia à prática agrícola, onde 1.200 famílias foram instaladas logo de início. O outro consistia numa colônia de seringueiros, contando com 500 famílias em sua fase inaugural.

Rodovia BR-401 (Boa vista-Fronteira com a Guiana)

Empreendimento fundamental para a integração do território de Roraima, a rodovia BR-401 fez parte do chamado Sistema Pan-Americano de Rodovias (como muitas outras), por interligar o país com sua fronteira norte, na Guiana. A interligação da estrada no eixo rodoviário projetado pelos militares, permitia o trajeto da fronteira até Manaus, a grande cidade da parte ocidental da Amazônia. A rodovia em questão possui 185km de extensão, todas no então Território Federal de Roraima. É curta, quando comparada com as grandes estradas que cruzaram a Amazônia naquele período e que foram projetadas pelos militares. Por se tratar de

uma área de fronteira, para além das intenções para com a integração, ela viria a cumprir os importantes desígnios da segurança nacional, sendo construída por batalhões do exército brasileiro.

Rodovia BR-080 (Brasília-Manaus)

Essa rodovia tem importância capital no contexto amazônico, pois cruza terras indígenas já demarcadas antes da ditadura, inclusive dando acesso ao Parque Nacional do Xingu. Ela corta a Amazônia na direção Sudeste-Noroeste, e atravessa importantes rios da região, numa espécie de integração rodoviária e fluvial, tais como: o rio Araguaia, Xingu, Tapajós e Madeira. Além de ligar a capital do país com a capital do estado do Amazonas, ela ainda cruza com as rodovias BR-319, BR-364 e com a Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Diante de sua localização no esboço do eixo rodoviário e no cruzamento de grandes rios regionais, além de interligar duas capitais, fica evidente a função estratégica da integração desempenhada por essa rodovia.

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) E Usinas Hidrelétricas (UHE)

A construção das hidrelétricas na Amazônia foi um grande e controverso legado da ditadura na região. Um marco institucional do processo que culmina nas usinas, foi a fundação da ELETRONORTE, empresa responsável por coordenar a produção de energia elétrica na Amazônia Legal. Seu surgimento está ligado a lei 5.899, de 05 de julho de 1973. A ELETRONORTE foi no seu início subsidiada pela ELETROBRÁS, que por sua vez estava subordinada ao Ministério de Minas e Energia. Em termos gerais, além de cumprir o que previam os discursos da necessidade de integração, desenvolvimento e segurança da Amazônia, a ELETRONORTE seria o meio facilitador para uma política de produção energética, visando alimentar os grandes projetos minerais que na época se previa a execução. Diante da capacidade e potência dos recursos hídricos da Amazônia, o governo militar já era consciente de que as hidrelétricas locais seriam capazes de suprir as demandas energéticas de outras regiões brasileiras.

No ano de 1973, com a crise do petróleo, ficou claro ao governo que o país era completamente dependente desse composto e dos seus derivados para a geração da energia nacional. Promulgada no mesmo ano, a ELETRONORTE fez parte do pacote que visava justamente socorrer essa dependência, viabilizando uma produção energética autônoma e diminuindo a necessidade de importação de combustíveis. Mas os planejamentos do governo, indicam que a idealização da empresa é anterior ao choque do petróleo, assim como algumas

usinas foram construídas antes dele. O que podemos inferir, pelo menos, é que o aumento dos preços dos barris no mercado internacional tornou urgente a busca por uma alternativa energética no país e acelerou a construção das hidrelétricas. E o mais importante nisso tudo é que quem pagou a conta foi a Amazônia, onde, antes e depois do advento da ELETRONORTE, estouraram as construções de uma série de usinas em seus limites, acarretando em mais um processo violento de expropriação de terras, sem contar, é claro, nos prejuízos ambientais decorrentes da formação das barragens.

A área de atuação da ELETRONORTE correspondia aos limites políticos da Amazônia Legal, mas sua sede foi primeiramente montada na cidade do Rio de Janeiro, sendo transferida para Brasília em 1975. Esse pode parecer um fato irrelevante, mas demonstra de onde partiam os mandos tecnocráticos que passaram a intervir na região sob o regime. Dessa forma, não custa insistir que a Amazônia foi transformada a partir de uma demanda que lhe era externa, no processo de expansão do capitalismo brasileiro, acompanhada de um esquema discursivo artificial e estereotipado. A ELETRONORTE foi mais um dispositivo que cumpriu essa função. Suas hidrelétricas são marcas arquitetônicas da modificação do espaço amazônico operado pela ditadura.

Hidrelétrica Coaracy Nunes

Popularmente conhecida como Hidrelétrica do Paredão, por estar à altura de uma cachoeira de mesmo nome, fica localizada no rio Araguari. A “Coaracy Nunes” foi iniciada em 1962, mas somente concluída em 1976. Seus custos foram arcados pelo dinheiro da SUDAM e também contou com o repasse de investimentos acumulados nas políticas de incentivos fiscais. A energia gerada pela usina abasteceu as cidades de Macapá e Porto Santana, mas de longe o consumo desses locais absorvia a produção total da estrutura. Sua função prioritária, portanto, estava ligada ao atendimento das demandas do Projeto Jari e das tecnologias nele utilizadas.

Hidrelétrica de Balbina

Em um relatório de 1977, a SUDAM já apresentava o projeto de construção de uma usina nos arredores de Manaus. Apenar de planejada pelo governo militar, Balbina só teve suas obras iniciadas em 1985, sendo concluída em 1989. O consumo energético da cidade de Manaus crescia vertiginosamente, muito por conta da ampliação da Zona Franca. Parte dessa energia era abastecida por usinas térmicas que consumiam grandes quantidades de óleo. A crise do petróleo associada à potencialidade hídrica regional, impulsionou a construção da UHE Balbina, para que atendesse a demanda da grande cidade amazônica. Sua construção implicou

nos processos característicos da presença das usinas na Amazônia: tomada dos territórios de populações tradicionais e danos ambientais incalculáveis.

Hidrelétrica Curuá-Una

Já a Hidrelétrica de Curuá-Una, tem seu planejamento e execução todos compreendidos durante os anos do regime, entre 1967 e 1977. O nome da usina advém do rio onde está localizada, no Município de Santarém. Seus custos foram arcados pelo orçamento da SUDAM, pela política de incentivos fiscais e terminada com ajuda do POLAMAZÔNIA. Santarém, além de populosa, quando comparada a outras regiões da Amazônia, cumpria importante papel econômico na região. Era (e é) uma espécie de entreposto comercial, tendo em vista que está localizada na convergência entre os rios Amazonas e Tapajós – todos navegáveis por grandes embarcações. Excetuando o fato de desempenhar importante função no comércio local, Santarém já contava com incipientes indústrias que exploravam as matérias primas minerais ali presentes. Essas iniciativas demandavam um programa energético que lhe oferecessem a força necessária ao funcionamento. Curuá-Una é a resposta do governo à iniciativa privada, cumprindo não só o papel de abastecer as indústrias já presentes, mas de atrair novos empresários para aquela localidade. Com a instalação de novas fábricas na região, o governo cumpria a meta estratégia para criação de empregos regulares e assalariados, na tentativa de transformação da cultura extrativista no oeste do Pará.

Usina Hidrelétrica do Rio Casca III

A UHE Rio Casca III está localizada no estado do Mato Grosso. Sua barragem encontra-se a 73km de Cuiabá, capital do estado, nas cercanias da Chapada dos Guimarães. O território onde foi construída a usina faz parte da Amazônia Legal e, portanto, contou com investimentos diretos da SUDAM na execução de sua obra.

Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Suas obras atravessaram os anos compreendidos entre 1975 e 1985. Localiza-se no rio Tocantins, estado do Pará, a aproximadamente 300km de Belém. A construção de Tucuruí visava atender o polo industrial de metalurgia, criado a partir da exploração da bauxita amazônica. Também foi uma obra que se dirigiu ao abastecimento energético do Programa Grande Carajás, não somente nos aspectos relacionados à lavra, mas junto às atividades de siderurgia, além de suprir a eletrificação do transporte ferroviário que levava o minério até o

porto de Itaqui, em São Luís. A grande Belém foi outra região que contou com a contribuição da eletricidade ali produzida.

Tucuruí foi o primeiro grande empreendimento da ELETRONORTE na Amazônia, e sua obra se confundia com a própria sigla da empresa nos anos em que foi implementada. Tucuruí é o nome do município onde foi montada a barragem, distante treze quilômetros de sua sede. Gestada nos idos de 1970, foi uma grande resposta do governo federal à crise do petróleo, na tentativa de diminuir a dependência dessa fonte energética a partir da produção hidrelétrica. Sua construção fez inundar “terras dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, compreendendo, conforme dados produzidos pela ELETRONORTE, catorze povoados, além da sede do município de Jacundá e duas reservas indígenas.” (MAGALHÃES, 1991, p. 177). Essa inundação resultou no deslocamento de 23.871 pessoas, desapropriando 4.300 famílias (MAGALHÃES, 1991). Segundo os mesmos dados, 60% dessas pessoas eram produtores e coletores que habitavam e trabalhavam nas áreas de interesse da ELETRONORTE.

Como indicam os estudos de Sônia Magalhães (1991), a expropriação é uma grande marca do processo de instalação das hidrelétricas na Amazônia. Contudo, essa expropriação foi sempre acompanhada de seu correlato, a mobilização. Se toda ação pressupõe resistência, a mobilização política é a outra face dos processos que culminaram com a construção das hidrelétricas. Isso demonstra que as autoritárias ações que dos anos da ditadura não foram de todo aceitas e positivadas, mas se arrastaram na luta contra os povos tradicionais. Daí a importância e o protagonismo desses sujeitos após o regime, daí seu legado nas mobilizações políticas em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, nos anos 2000. Organizados, esses sujeitos são a esperança da manutenção da Amazônia, seus principais agentes de defesa, mesmo que também estejamos atentos ao processo corruptivo que tem se espalhado entre algumas de suas lideranças. Ao meu ver, o mais importante quando tomamos esses grupos sociais como exemplo, é entender que sua existência, no Brasil, demarca a expressão e a alternativa de que uma vida distante dos padrões mais gerais do capitalismo ainda é legítima e possível, mesmo historicamente submetida a constantes medidas e ataques que visaram sua transformação ou completa erradicação.

BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS

José Osmar Couto (Zé Gaúcho): Antigo colono agraciado com as terras concedidas na Política de Colonização Dirigida. Zé Gaúcho, como até hoje é conhecido na região, reside na beira da rodovia Transamazônica, na altura do município de Medicilândia. Trabalhador rural desde a infância, chega a Amazônia com um certo recurso financeiro. Aproveitando as políticas públicas na localidade e sua capacidade de investimento, consegue expandir sua propriedade, se tornando um grande exemplo na utilização do solo amazônico.

Ivanilson Batista: Filho de antigos colonos que chegaram à Amazônia através da tutela do INCRA, nos primeiros anos da década de 1970, advindos do Rio Grande do Norte. Criado na zona rural da cidade de Altamira, Ivanilson, mesmo após a morte dos pais, optou por se manter nas antigas áreas de colonização dirigida. Hoje, adulto, constituiu sua família na região e é um importante interlocutor do período. Seu depoimento na pesquisa me foi fundamental, uma vez que permitiu o contato com um relato que expôs o trabalho infantil realizado no campo. Suas lembranças, mesmo que infantis, permite o contato com o que é chamado de memória de segunda geração.

Aurindo de Souza: Trabalhador rural do município de Brasil Novo, urbanização resultante do processo de colonização dirigida às margens da Transamazônica. Praticamente um fundador da cidade em que reside, Aurindo se tornou um caso emblemático da política. Sua trágica história na região tem início com o acidente da lancha Anaman, em Breves, no Pará. Migrante que sai do Paraná, vai por conta própria a Belém, e de lá embarca com mais um conjunto de paranaenses rumo às áreas de colonização. No percurso, o barco que os transportava pega fogo. Aurindo, no acidente, perde família e filhos, além de seus pertences e recursos.

José Martins: Marceneiro de profissão, foi um funcionário contratado pelo INCRA para realizar a construção das casas que iriam abrigar os colonos nas chamadas agrovilas. Acompanhou o processo de ocupação das margens da rodovia, desde o seu início, sendo uma testemunha ocular da chegada dos milhares de migrantes naquela região. Antes de decidir trabalhar na Amazônia, no início da década de 1970, residia no interior do Espírito Santo, local que retornou algumas vezes, mesmo depois da decisão de se estabelecer nos arredores de Altamira, onde realizei a entrevista.

Sr. Nelson: Por alguns problemas técnicos na entrevista, Nelson foi o único depoente do qual não consegui registrar o momento em que me diz seu nome completo. Contudo, acredito que

se trata da entrevista concedida com maior competência narrativa. O depoimento de Sr. Nelson é fundamental para o entendimento da arbitrariedade e descaso com que as instituições do regime militar trataram os migrantes na colonização, sobretudo os advindos da região Nordeste. Nelson é cearense e antes de se encaminhar à Transamazônica no início da década de 1970, residia no então pequeno município de Quixadá. Sua vida, marcada pela luta aberta pela sobrevivência, compreende uma série de experiências limite, entre elas, um caso que extrapola o contexto da colonização dirigida e remete ao seu trabalho como seringueiro nas regiões de Belterra – também estado do Pará. O relato de Nelson é preenchido por metáforas, mas ainda emocionante, capaz de nos transpor para a dificuldade da vida de um trabalhador rural naqueles anos da ditadura.

Adélia Araújo: Viúva, Dona Adélia reside sozinha numa humilde casa em Brasil Novo. Seu depoimento contrasta as vozes predominantemente masculinas presentes no texto. Poeta e professora de formação, a migrante chega às áreas de colonização por conta própria, no intuito de participar da educação dos filhos e filhas dos colonos que com ela chegavam à região. Em vários momentos da entrevista era perceptível a emoção com que relatava a história daqueles anos. Tendo em vista o seu papel e formação de professora, Dona Adélia foi uma importante figura questionadora do modo como as instituições encaminharam a política, principalmente no caso em que muitas crianças vieram a óbito, justamente por falta de assistência. Figura até hoje bastante conhecida em Brasil Novo, dona Adélia é um símbolo educacional do município.

Dona Lindalva: Esposa de Sr. Nelson. Brava mulher que chegou à Transamazônica grávida. À beira do parto, no momento em que realiza o deslocamento a partir do Ceará, tem uma série de complicações já em terras amazônicas, o que não impede o nascimento de sua menina, mas, contudo, vindo a óbito a recém-nascida pouco tempo após ter chegado ao mundo. Apesar de trazer poucos trechos de sua fala ao trabalho, suas palavras aqui registradas sensibilizam qualquer um que com elas tiverem contato. Dona Lindalva, assim como Nelson, foi e é uma grande guerreira por sua sobrevivência. Apesar de não ter grandes privilégios ou facilidades, hoje reside nos arredores de Altamira, mas numa condição superior daquela que atravessaram nos primeiros anos da colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB´SÁBER, Aziz N. Meditações sobre a Amazônia Sul-Americana: introdução conceitual. In: PAVAN, C. (org.); ARAÚJO, M. (coord.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial, 1996.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2012.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 1999.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios sobre teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE LIMA, Afonso Augusto de. **A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- AMADO. História e Região: Reconhecendo e construindo espaços. In SILVA, Marcos Antônio. **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.
- BECKER, Bertha. Significado geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia. In: PAVAN, C. (org.); ARAÚJO, M. (coord.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL, Francisco de Souza. Objetivos Nacionais Permanentes. In: **Segurança & Desenvolvimento (Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – GB, 1970, p. 107 – 110**.
- BRUM, Eliane. A notícia é esta: o Xingu vai morrer. **El País**, São Paulo, 12 de setembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/opinion/1568300730_780955.html (Acesso em: 20/01/2020)

CADERARI, Arnaldo José Luiz. **Antecedentes Históricos e Conjunturais do atual Programa de Integração Nacional**. Medidas tendentes a torna-lo mais eficiente e adequado. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1971.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, Lucas. Formação Institucional do Estado do Acre. In SILVA, F.; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, E; CAMPOS, I. (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTI, Francisco. Formação Socioeconômica do Estado do Acre. In CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTI, José Costa. **O Programa de Integração Nacional**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1971.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: vol. 1 Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO, Ernesto Bandeira. **A Amazônia Legal e a atuação da SUDAM**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1970.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972. **Confluence** Vol. 4, No. 2, p. 84, 2012.

CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo: Cultrix, 1975

DE BARROS LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DE CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, Giles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

- DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: El perro y la rana, 2007.
- FARIA, A. et. al. Formação econômica do Estado do Mato Grosso. In CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In.: PINSKY, C.; LUCA, T. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FICO, Carlos; Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 – 74. Jan./abr. 2017.
- FIGUEIRA, Acrísio. **Focos de tensões reais ou potenciais na bacia amazônica** Suas repercussões na Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1978.
- FILHO, A.; GALVES, M.; ALMEIDA, M. Formação Institucional do Estado do Maranhão. In SILVA, F.; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.
- FLORES, Paulo. Quem é o pensador que influenciou a ditadura e “instiga” o chefe do Exército? **Nexo Jornal**. Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/03/Quem-%C3%A9-o-pensador-que-influenciou-a-ditadura-e-instiga-o-chefe-do-Ex%C3%A9rcito> (Acessado em: 30/01/2020).
- FOOT, Francisco. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: Unesp, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Lisboa: Edições 70, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GARRASTAZU MÉDICI, Emilio. **O sinal do Amanhã**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o milagre econômico**. 2011. Tese de doutorado (Economia). Programa de Pós-Graduação de História Econômica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

GINSZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOY, Rosa. Região e História: Questão de Método. In SILVA, Marcos Antônio (org.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUIMARÃES NETO, Regina. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. (org.) et.al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina. Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento. **Territórios e Fronteiras**, vol. 7., nº 1, p. 41, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HÉBETTE et. al. **Amazônia no processo de integração nacional**. Belém: NAEA, 1974.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INCRA. ALTAMIRA I. Brasília, 1972.

INCRA. Colonização na Amazônia Brasileira. Brasília, s/d.

KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual**. ArtCultura, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 134 – 146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Os estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

- LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- LEFF, E. La Ecología Política em América Latina: um campo em construcción. **Revista Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 17-40, 2003.
- LEITE, Mirian Moreira. Retratos de família. São Paulo: EDUSP, 1993.
- LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:, INL, 1975.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In AMADO, J. & FERREIRA, M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LUCA, T.; PINSKY, C. [orgs]. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAGALHÃES, Sônia. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARTINS, José de S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, Paulo Henrique. Nordeste e a questão regional: os equívocos do debate. In SILVA, Marcos Antônio (org.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.
- MARQUES, Gilberto. **A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro**. Revista de Estudos Paraenses, Belém, 2010.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História. Interfaces. **Revista Tempo**, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MESQUITA et. al. Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão. In CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Inventário Florestal da Rodovia Transamazônica**. Belém, 1975.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUDAM – DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS. **Visão geral das possibilidades econômicas apresentadas pelas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém**. Belém, 1970.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUDAM. **Operação Amazônia: discursos**. Belém, s/d.

MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUDAM. Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). Belém, s/d.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Metas e bases para ação de governo**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

MIRANDA, Mariana. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

MONTENEGRO, Antonio. Travessias e desafios. In: LAVERDI, R. (org.) et.al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012.

MONTENEGRO, Antônio. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010

MORAN, Emilio. **Pioneer Farmers of the Trtansamazon Highway: Adaptation and Agricultural Production inthe lowand tropics**. Tese de doutorado. Universidade da Flórida, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAEA; FIPAM. Colonização Dirigida na Amazônia. Belém: UFPA; SUBIN; SUDAM; BASA; ITAMARATY, F. FORD; DAU, 1975.

NAHUM, João. **Região e Representação: Amazônia nos planos de desenvolvimento**. Belém: Editora Açaí, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, Delfim. Filosofia de Governo. In: **Segurança & Desenvolvimento (Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – GB, 1970, p. 45 – 47**.

O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Obras reunidas**. São Paulo: Escrituras. 2000.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PASSMORE, John. **Atitudes Frente à natureza**. Cadernos de História UFPE, v. 8, n. 8, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110029>

PAULA, João Antônio de. **Notas sobre a Economia da Borracha no Brasil**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PIZARRO, Ana. **Amazônia, as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PONTES, Carlos. O primeiro ciclo da borracha no Acre: formação dos seringais ao grande colapso. **Revista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre**. Vol. 1, nº 1, p. 107 – 123, 2014.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). **Usos e abusos da história oral**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

POTYARA, A.P. Pereira. Burocracia e Planejamento Regional na Amazônia. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº46, Belo Horizonte, janeiro de 1978, p. 127-157.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Typographia Arrault & Cia, 1927.

REGO, Renato. Comunidades Planejadas na Amazônia: O urbanismo rural e a utopia de uma nova civilização. XIV Colóquio Internaonal de Geocrítica. Las utopias y la construcción de la sociedade del futuro. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e o seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1971.

REIS, Arthur César Ferreira. **O impacto amazônico na civilização brasileira: a Transamazônica e o desafio dos trópicos**. Editora Paralelo, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, A. et. al. Formação Institucional do Estado do Mato Grosso. In SILVA, F.;

RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (org.). **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Roberto. **A Economia do Estado do Pará**. Belém: Idesp, 1978.

SANTOS, A.; MACHADO, J.; SERÁFICO, M. Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas. In CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, R. (org.) et.al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012.

SCHMINK, M; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SILVA, F.; RAVENA, N. (org.); **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. **Do Regional ao Nacional: Pará (1850/1914)**, Tese de Doutorado (História), Universidade de São Paulo, 1996.

SIMONIAN, Ligia. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In KAHWAGE, C; RUGERI, S. (org.). **Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas para a compreensão da realidade**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STUDART, Hugo. **A lei da selva**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TOSTES, José. Formação Institucional do Estado do Amapá. In SILVA, F.; RAVENA, N. (org.) **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

VALVERDE, Orlando. Amazônia: ecologia, economia e política. In: PAVAN, C. (org.); ARAÚJO, M. (coord.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial, 1996.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VIDAL, Josep. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional no Estado do Pará. In SILVA, F.; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.